

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**MARCUS FERNANDES MARCUSSO**

**EDUCAÇÃO MILITAR BRASILEIRA: OS REGULAMENTOS DE ENSINO DA  
ESCOLA DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (1905 - 1937)**

**São Carlos**

**2017**

Universidade Federal de São Carlos  
Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

**MARCUS FERNANDES MARCUSSO**

**EDUCAÇÃO MILITAR BRASILEIRA: OS REGULAMENTOS DE ENSINO DA  
ESCOLA DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (1905 - 1937)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-  
Graduação em Educação para a obtenção do  
título de Doutor em Educação.

Orientação: Prof. Dr. Amarílio Ferreira  
Júnior.

**São Carlos**

**2017**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas  
Programa de Pós-Graduação em Educação

---

Folha de Aprovação

---

Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Tese de Doutorado do candidato Marcus Fernandes Marcusso, realizada em 27/06/2017:

---

Prof. Dr. Amarilio Ferreira Junior  
UFSCar

---

Prof. Dr. João Virgílio Tagliavini  
UFSCar

---

Prof. Dr. Marcos Antônio Gigante  
UNICEP

---

Profa. Dra. Tania Regina Pires de Godoy  
AFA

---

Prof. Dr. Luís Alexandre Fuccille  
UNESP

## AGRADECIMENTOS

Toda pesquisa é um trabalho eminentemente solitário. Essa tese foi escrita em sete cidades distribuídas por quatro estados, na maioria das vezes em companhia de alguns livros antigos e empoeirados, e do velho computador no qual também foi escrita a minha dissertação. No entanto, minha amada esposa Livia sempre esteve presente, embora muitas vezes não pessoalmente, e por isso a agradeço pela atenção, carinho, compreensão e, usando de sua polivalência, leitura crítica. À Livia também agradeço a parceria em uma decisão que mudará nossas vidas: a chegada, em breve, do nosso filho, Antônio.

Agradeço meus pais, Márcia e Célio, e a minha família, que mesmo acompanhando a distância demonstraram apoio em diversas ocasiões, especialmente minha querida Vó Tita.

Agradeço aos meus irmãos, Paulo e Eduardo, pelas constantes palavras de apoio e incentivo ao longo desses mais de quatro anos, e ao Pedro pelos momentos de descontração e alegria.

Aos meus grandes amigos Flávio “Ned”, pela constante interlocução e paciente oitiva das agruras que compartilhamos ao escrever uma tese, e Manu, pelo constante incentivo e torcida pelo bom termo da pesquisa. Ambos são responsáveis pela grande alegria dos últimos anos: meu afilhado Tomás, que deixa qualquer dia cansativo de trabalho e pesquisa, leve, com apenas uma risada.

Aos meus sogros, pelo apoio durante o tempo que estive sozinho em Ouro Fino, especialmente a Dalila pelos cafés, almoços e boas conversas sobre a vida e a docência.

Ao Professor Amarílio pela orientação e principalmente pela confiança e companheirismo demonstrados desde o primeiro momento que conversamos, ainda nos tempos de mestrado. Com ele aprendi sobre a profissão docente e o seu papel na sociedade.

À Professora Tânia Godoy, que esteve presente em todas as etapas da minha passagem pelo PPGE, desde a qualificação do mestrado, e que contribuiu muito para a correção e desenvolvimento dessa tese. As suas considerações realinharam o rumo de uma pesquisa que cambaleava. Sua prontidão em ajudar sempre foi sincera e afetuosa.

Ao Professor Marcos Gigante pelas criteriosas e atenciosas anotações e sugestões realizadas no exame de qualificação. A sua contribuição foi essencial para o redimensionamento da tese.

Ao Professor João Virgílio pelas produtivas discussões na disciplina de Epistemologia da Educação e no Seminário de Teses, e pelo pronto aceite em compor a banca de defesa.

Ao Professor Alexandre Fuccille, que prontamente aceitou o convite para compor a banca de defesa e contribui, com sua tese, para parte da discussão teórico-metodológica.

Ao Flávio Reis, companheiro dos tempos de mestrado, que durante minha passagem por Morrinhos se mostrou um amigo presente e um interlocutor atento enquanto escrevia as primeiras páginas dessa tese.

Aos amigos de trabalho do IFC (Carol, Josete, Betina, Jamile e Leandro), que durante minha passagem por Blumenau apoiaram e incentivaram a permanência no Doutorado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos pela oportunidade de desenvolver este estudo.

Ao Arquivo Histórico do Exército pela atenção e solicitude no atendimento durante as minhas visitas de pesquisa.

À Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército que, na figura do Coronel Velôzo, disponibilizou documentação importante e inédita.

Ao IFSULDEMINAS que me acolheu desde o início dessa pesquisa, especialmente ao Campus Inconfidentes, que me deu boas condições para trabalhar e escrever.

Aos colegas do Campus Inconfidentes que me apoiaram e incentivaram para a conclusão dessa tese.

## RESUMO

A Escola de Estado-Maior (EEM) foi criada em 1905, e tinha como principal objetivo fornecer aos oficiais do Exército Brasileiro uma instrução militar superior que os habilitasse para exercer funções no Estado-Maior do Exército. A presente tese o analisa os regulamentos de ensino da EEM, procurando identificar qual o tipo de formação prevista para os oficiais-alunos no período de 1905 a 1937. Foram consultados os cinco regulamentos da EEM, publicados entre 1905 e 1934 (1905, 1913-14, 1920, 1929 e 1934-35). Os primeiros anos de funcionamento da EEM foram marcados pela estrutura física simples, pela frequência de poucos alunos e pela leve influência do pensamento militar alemão. Tal cenário foi consideravelmente alterado a partir de 1919, quando o governo brasileiro contratou uma Missão Militar Francesa (MMF) para realizar uma grande reforma no Exército Brasileiro e a EEM foi uma das primeiras instituições militares a ser reorganizada pelos oficiais franceses. O período de presença francesa, de 1919 a 1940, foi marcado pela construção de um prédio escolar próprio, pelo aumento de cursos, pela criação de diretorias, pela redação de manuais próprios, pela introdução de novos métodos de ensino e pela capacitação de oficiais brasileiros para atuar como instrutores e professores na própria EEM. A não renovação do contrato com a MMF, em 1940, marcou o fim da presença dos oficiais franceses na estrutura do Exército e da EEM, mas não da influência de seu pensamento militar. A eclosão da Revolução de 30 provocou intensas transformações no Exército, na educação militar, e, conseqüentemente, na EEM. Na análise de documentos oficiais é fundamental considerar, além de seu conteúdo, as circunstâncias históricas em que foram elaborados, os responsáveis por sua feitura, e, por fim, a relação destes com a realidade concreta. Em diversos momentos percebe-se que as determinações dos regulamentos encontraram grandes dificuldades de concretização, como atestam os relatórios dos Ministros da Guerra, dos Chefes do Estado-Maior do Exército e algumas memórias de ex-alunos e ex-instrutores. Estes documentos figuram como as principais fontes da pesquisa, na qual também foram consultados documentos referentes à Missão Militar Francesa, jornais da época e extensa bibliografia. Outra fonte importante foram os documentos relativos ao ensino na EEM: trabalhos escolares, manuais de ensino, guia do candidato, avaliações, entre outros. O estudo sobre a Escola de Estado-Maior do Exército proporciona uma compreensão aprofundada sobre a formação do oficial-aluno do Exército Brasileiro, e as relações estabelecidas entre militares e civis nas primeiras décadas do século XX.

**Palavras-chave:** Escola de Estado-Maior do Exército – Instituições militares de ensino - História da Educação Militar.

## ABSTRACT

The Army General Staff School was created in 1905, and its main function was provide Brazilian Army officers to a higher military education that qualified them to serve on the General Staff of the Army. The present thesis analyzes the education regulations of the EEM, trying to identify the type of training planned for official students in the period from 1905 to 1937. The five EEM regulations, published between 1905 and 1934, were consulted. (1905, 1913- 14, 1920, 1929 and 1934-35). The first years of operation of the EEM were marked by simple physical structure, the frequency of a few students and the influence of German military thinking. This scenario changed considerably from 1919, when the Brazilian government contracted a French Military Mission (MMF) to carry out a major reform in the Brazilian Army and the EEM was one of the first military institutions to be reorganized by French officers. The period of French presence from 1919 to 1940 was marked by the construction of its own school building, the increase of courses, the creation of boards, the writing of own textbooks, the introduction of new teaching methods and the training of Brazilian officers to act as instructors and lecturers in the EEM. The non-renewal of the contract with the MMF in 1940 marked the end of the presence of French officers in the structure of the Army and the EEM, but not the influence of their military thinking. The outbreak of the 1930 Revolution provoked intense transformations in the Army, in military education, and consequently in the EEM. In the analysis of official documents is essential to consider, in addition to its content, the historical circumstances they are made, those responsible for its making, and finally, their relationship with the concrete reality. At various times it is seen that the provisions of the regulations found great difficulties in implementation, as evidenced by the reports of the Ministers of War, the Army General Staff Chiefs and some memories of former students and former instructors. These documents are listed as the main sources of research, in which were also consulted documents relating to the French Military Mission, newspapers of the time and extensive bibliography. Another important source were the documents relating to education in EEM: schoolwork, teaching manuals, guidelines for applicants, evaluation, among others. The study on the Army General Staff School provides an in-depth understanding of the formation of the official student of the Brazilian Army, and the relations between the military and civilians in the first decades of the twentieth century.

**KEYWORDS:** Army General Staff School – Military Education Institutions – History of Military Education

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	Instituições de ensino militar (1898 e 1905).	43
<b>Quadro 2</b>	Pessoal administrativo da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1905)	44
<b>Quadro 3</b>	Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos (Regulamento de 1905)	45
<b>Quadro 4</b>	Oficiais-alunos formado por turma, curso e patente, na EEM (1908 a 1914)	52
<b>Quadro 5</b>	Relação dos oficiais que estagiaram na Alemanha entre 1910 e 1912.	59
<b>Quadro 6</b>	Instituições de ensino militar (1905 e 1913-14)	72
<b>Quadro 7</b>	Pessoal administrativo da Escola de Estado-Maior (Comparativo Regulamento de 1905 e Regulamento de 1913-14)	73
<b>Quadro 8</b>	Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos anuais (Regulamento de 1913-1914)	74
<b>Quadro 9</b>	Alistamento e recrutamento no Exército Brasileiro (1916 a 1919)	114
<b>Quadro 10</b>	Funcionamento do serviço militar obrigatório (1917 a 1923)	115
<b>Quadro 11</b>	Lista nominal de oficiais-alunos matriculados na EEM em 1920. (por categoria-curso)	128
<b>Quadro 12</b>	Oficiais-alunos formados por turma, curso e patente, na EEM (1917 a 1931)	130
<b>Quadro 13</b>	Curso da Escola de Estado-Maior dividido em aulas (Regulamento de 1920)	134
<b>Quadro 14</b>	Pessoal administrativo da Escola de Estado-Maior Comparativo (Regulamento de 1913-14 e Regulamento de 1920)	140
<b>Quadro 15</b>	Curso da Escola de Estado-Maior dividido em aulas (Regulamento de 1929) [versão resumida]	188
<b>Quadro 16</b>	Programa do Curso de Informações (1929)	194
<b>Quadro 17</b>	Material de ensino e dependências da Escola (comparativo entre o regulamento de 1920 e 1929)	201
<b>Quadro 18</b>	Curso de estado-maior para a categoria A, por ano (Regulamento de 1934-35)	248
<b>Quadro 19</b>	Quadro de instrução e quadro de administração da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1934-35)	252
<b>Quadro 20</b>	Oficiais-alunos formado por turma, curso e patente, na EEM (1931 a 1940)	262
<b>Quadro 21</b>	Formados no Curso de Revisão da Escola de Estado-Maior (1920-1934)	278



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b>	Resultado dos exames finais das aulas teóricas (1915)	83
<b>Tabela 2</b>	Resultado dos exames finais das aulas práticas (1915)	84
<b>Tabela 3</b>	Remunerações e gratificações anuais dos oficiais da MMF	107
<b>Tabela 4</b>	Matrículas e desligamentos - Curso de Estado-Maior (1920-1925)	126
<b>Tabela 5</b>	Matrículas e desligamentos - Curso de Revisão (1920-1925)	127
<b>Tabela 6</b>	Coeficientes do concurso de admissão da Escola de Estado-Maior divididos por temas (Regulamento de 1929)	187
<b>Tabela 7</b>	Coeficientes para atribuição de pontos das “nota de curso” e “nota de exame de fim de estudos”, divididos por temas (Regulamento de 1929)	197
<b>Tabela 8</b>	Vencimentos mensais dos funcionários da administração e auxiliares civis (Regulamento 1934-35)	253
<b>Tabela 9</b>	Coeficientes das provas eliminatórias do concurso de admissão da Escola de Estado-Maior, divididos por tipos e temas (Regulamento de 1934-35)	268
<b>Tabela 10</b>	Provas classificatórias do concurso de admissão da Escola de Estado-Maior, divididas por tipos, temas, quantidade, coeficiente e duração. (Regulamento de 1934-35)	271

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AHEx</b>	Arquivo Histórico do Exército
<b>CPDOC/FGV</b>	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil / Fundação Getúlio Vargas
<b>EEM</b>	Escola de Estado-Maior
<b>ECEME</b>	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército
<b>EME</b>	Estado-Maior do Exército
<b>EMPV</b>	Escola Militar na Praia Vermelha
<b>EMR</b>	Escola Militar do Realengo
<b>ESAO</b>	Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais
<b>ESG</b>	Escola Superior de Guerra
<b>MG</b>	Ministro da Guerra
<b>MI</b>	Missão Indígena
<b>MMF</b>	Missão Militar Francesa
<b>DHHB</b>	Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro

## LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 1</b>	Conteúdo programático do Curso da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1905)	315
<b>Anexo 2</b>	Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos (Alterações do decreto de 1909)	318
<b>Anexo 3</b>	Capa da primeira edição da revista <i>A Defesa Nacional</i> (fac-símile)	319
<b>Anexo 4</b>	Tabela com a hierarquia militar	320
<b>Anexo 5</b>	Programa de ensino para o Curso da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1920)	321
<b>Anexo 6</b>	Relação dos membros da MMF 1919-1924	325
<b>Anexo 7</b>	Fotos da inauguração da sede da Escola de Estado-Maior.	327
<b>Anexo 8</b>	Mapa de alistamento das classes sorteadas, contingentes pedidos convocação, incorporação e destino dos convocados nos anos de 1916, 1917, 1918 e 1919. (fac-símile)	329
<b>Anexo 9</b>	Manuais de Tática geral e estado-maior de 1924 (fac-símile)	330
<b>Anexo 10</b>	Manual de Tática de Cavalaria de 1924 (fac-símile)	338
<b>Anexo 11</b>	Curso da Escola de Estado-Maior dividido em aulas (Regulamento de 1929) [versão completa]	340
<b>Anexo 12</b>	Homenagem ao General Gamelin publicado no jornal <i>A Noite Ilustrada</i> (fac-símile)	343
<b>Anexo 13</b>	Chefes da Missão Militar Francesa (1920-1940)	346
<b>Anexo 14</b>	Carta geográfica do curso de Informações de 1936(fac-símile)	347
<b>Anexo 15</b>	Trabalho de conclusão de estágio de tática de armas, do curso de estado-maior (1937) (fac-símile)	349
<b>Anexo 16</b>	“Manobras do 2º ano da Escola de Estado-Maior”, reportagem fotográfica de <i>A Noite Ilustrada</i> (outubro de 1935)	352
<b>Anexo 17</b>	Solução de consultas do ministro da guerra – boletim nº 108, de 20 de abril de 1932. (fac-símile)	353
<b>Anexo 18</b>	Movimentos militares no Brasil (1930-1939)	354
<b>Anexo 19</b>	Capas dos manuais com as conferências do General Noel no Curso de Informações de 1935 (fac-símile)	355
<b>Anexo 20</b>	Conceito de apreciação geral de aluno da Escola de Estado-Maior do Exército de 1936 (fac-símile)	357
<b>Anexo 21</b>	“Guia do Candidato à Escola de Estado-Maior” para o “tema tático de Cavalaria” (1938) (fac-símile)	358
<b>Anexo 22</b>	Questionário para oficiais candidatos ao concurso de admissão da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1934-35)	361
<b>Anexo 23</b>	Conteúdos completos provas eliminatórias do concurso de admissão da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1934-35)	363
<b>Anexo 24</b>	Conteúdos completos provas classificatórias do concurso de admissão da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1934-35)	364

## SUMÁRIO

	<b>Introdução</b>	14
<b>Capítulo 1</b>	<b>A criação da Escola de Estado-maior do Exército: os primeiros anos de (1905-1913)</b>	30
1.1	A capital da República e as instituições de ensino militar no início do século XX	30
1.2	A criação do novo Estado-Maior do Exército e o “Projeto Mallet”	36
1.3	O Regulamento de ensino de 1905 e a criação da Escola de Estado-Maior	42
<b>Capítulo 2</b>	<b>O Regulamento de 1913-14 e os ideais modernizadores dos jovens turcos</b>	56
2.1	A criação da revista <i>A defesa nacional</i> e a influência do pensamento militar alemão no exército brasileiro	56
2.2	O Regulamento de 1913-14: as primeiras tentativas de modernização da educação militar	71
2.3	Entre o prescrito e o realizado: a Escola de Estado-Maior sob a nova norma	82
<b>Capítulo 3</b>	<b>A contratação da Missão Militar Francesa, a nova sede da Escola de Estado-Maior e o Regulamento de 1920 (1914-1920)</b>	91
3.1	A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a doutrina militar francesa	92
3.2	A contratação da Missão Militar Francesa: debates e propostas	102
3.2.1	A inauguração da nova sede da Escola de Estado-Maior: o templo dos franceses	111
3.3	O Regulamento da Escola de Estado-Maior de 1920: ponto de ruptura	120
<b>Capítulo 4</b>	<b>A Missão Militar Francesa na Escola de Estado-Maior, a década de 1920 e o Regulamento de 1929 (1921-1930)</b>	147
4.1	O início da atuação da Missão Militar Francesa na Escola de Estado-Maior: acomodações e avanços	147
4.2	O método cartesiano e o ensino militar francês	165
4.3	O Regulamento de 1929 e a reafirmação do ensino teórico	177

4.4	A Revolução de 30: das conspirações civis e militares ao Governo Provisório	203
<b>Capítulo 5</b>	<b>A Escola de Estado-Maior, o início da Era Vargas e o Regulamento de 1934-35 (1930-1937)</b>	217
5.1	Os primeiros anos da década de 1930: Exército, política e educação militar	217
5.2	O novo contrato com a Missão Militar Francesa: redimensionamento da atuação estrangeira	228
5.3	O Ministério da Guerra de Góes Monteiro e o Regulamento de 1934-35: as novas configurações da Escola de Estado-Maior	239
5.3.1	O concurso de admissão e o curso preparatório da Escola de Estado-Maior	260
	<b>Considerações finais</b>	277
	<b>Referências</b>	286
	<b>Apêndices</b>	305
	<b>Anexos</b>	315

## Introdução

A Escola de Estado-Maior do Exército (EEM) foi criada em 1905<sup>1</sup>, e tinha como principal objetivo fornecer aos oficiais do Exército Brasileiro uma instrução militar complementar superior que os habilitasse para o serviço no Estado-Maior do Exército (EME). O Estado-Maior do Exército, por sua vez, foi criado pela lei nº 403, de 24 de outubro de 1896 e sua principal função era:

preparar o Exército para a defesa da Pátria, por isso é especialmente encarregado do estudo e aplicação de todas as questões relativas à organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concerne à instrução e disciplina das tropas. (BRASIL, 1896).

A Escola de Estado-Maior seria a instituição capaz de realizar tais estudos e de formar os oficiais responsáveis pela organização do Exército. A lei que determinava sua criação também previa que esta seria subordinada diretamente ao Ministro da Guerra. Em seus primeiros anos de existência a escola funcionou no prédio do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Os primeiros anos de funcionamento da EEM foram marcados pela estrutura física simples, pela frequência de poucos alunos e pela pequena influência do pensamento militar alemão.

Tal cenário foi consideravelmente alterado a partir de 1919, quando o governo brasileiro contratou a Missão Militar Francesa (MMF) para realizar uma grande reforma no exército brasileiro. A EEM foi uma das primeiras instituições militares a ser reorganizada pelos oficiais franceses. O período de influência francesa, de 1919 a 1939, foi marcado pela construção de um prédio escolar próprio, pelo aumento de cursos, pela criação de diretorias, pela redação de manuais próprios e pela capacitação de oficiais brasileiros para atuar como instrutores e professores na própria EEM. A partir de 1920 a EEM passou a ter como objetivo a instrução "metódica e progressiva" dos oficiais através de

um ensino intensivo e sobretudo prático, capaz de colocá-los em condições de preencher imediatamente as funções importantes do Estado-Maior (chefes de estado-maior de divisão, chefe de seção no Estado-Maior do Exército) e constituir um viveiro de oficiais onde o Governo possa recrutar o Alto Comando. (BRASIL, 1920).

A não renovação do contrato com a MMF em 1940 marcou o fim da presença dos oficiais franceses na estrutura do Exército e da EEM, mas não da influência de seu pensamento militar. Este ano também marcou a mudança da escola para sua atual sede, na Praia Vermelha.

As balizas cronológicas desta pesquisa foram definidas levando em conta a criação

---

<sup>1</sup> A escola foi criada através do Decreto nº 5.698, de 2 de Outubro de 1905, que definia os Regulamentos para os institutos militares de ensino.

da EEM, em 1905, e pelo primeiro regulamento da Escola de Estado-Maior elaborado após a Revolução de 1930, em julho de 1934. Esse Regulamento foi alterado por decretos publicados entre 1935 e 1937, o que faz com que nossa baliza se estenda até esse ano. A instituição de balizas cronológicas em um estudo histórico não deve ser vista como uma camisa de força para os rumos da pesquisa. Sua função é de orientação, de referência. Nesse sentido, no percurso da pesquisa é fundamental o deslizamento do pesquisador: ora para além, e ora para aquém dos limites cronológicos estabelecidos. Assim a pesquisa ganha uma visão mais geral do período estudado, possibilitando, por exemplo, análises comparativas.

O interesse na realização de uma pesquisa sobre a Escola de Estado-Maior surgiu do contato com alguns documentos relacionados à inauguração do primeiro prédio próprio da EEM, logo após a chegada da Missão Militar Francesa. Tais documentos foram utilizados na elaboração da dissertação de mestrado intitulada, *A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904 – 1929)*<sup>2</sup>. No discurso de inauguração da nova sede de ensino o chefe da MMF, General Maurice Gamelin, definia a EEM como um centro de altos estudos da arte da guerra com a finalidade de formar oficiais superiores com grande conhecimento militar e capacidade de comando de grandes unidades. As palavras do chefe da MMF estavam sintonizadas com a concepção de ensino que vigorava no Exército, ou seja, um modelo que priorizava a ação e a prática. Foi, portanto, a partir do conhecimento deste documento que se percebeu a possível contribuição da EEM no processo de modernização do Exército Brasileiro, entre as décadas de 1920 e 1930.

A opção pela linha de História, Filosofia e Sociologia da Educação se deu, principalmente, devido a minha formação acadêmica. A graduação em História permitiu a realização de atividades de pesquisa com fontes primárias e o desenvolvimento de um estudo sobre o movimento tenentista. Tal pesquisa gerou alguns questionamentos para a elaboração do projeto de mestrado sobre a Escola Militar do Realengo, que proporcionou um grande contato com as fontes e arquivos militares. A dissertação gerou maior entendimento acerca da importância dos estudos históricos sobre as instituições de ensino, principalmente as militares, para a compreensão dos aspectos sociais e políticos do Brasil, em diferentes períodos de sua história.

A tese parte do pressuposto que a Escola de Estado-Maior do Exército ganhou importância no exército brasileiro, especialmente após a década de 1920, quando passou a ser

---

<sup>2</sup>Dissertação defendida por mim em 2012, e vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, linha de História, Filosofia e Sociologia da Educação.

caracterizada como a principal instituição para recrutamento da elite militar do Exército. Entende-se como elite militar os principais oficiais superiores que fizeram parte do Alto Comando do Exército, e que foram responsáveis pela elaboração do pensamento, da doutrina e do ensino militares, seja a partir de sua atuação no Ministério da Guerra ou no Estado-Maior do Exército. Acredita-se que a análise minuciosa dos regulamentos de ensino da EEM somada à contraposição a outras fontes primárias, forneceu subsídios para reforçar tal pressuposto.

A relação da elite militar formada na EEM e a participação do Exército, ou de grupos do mesmo, nos principais acontecimentos sociais e políticos na primeira metade do século XX é uma questão secundária da pesquisa. Entre estes fatos destaca-se a Revolução de 30.

Nesse sentido, a pesquisa transborda os limites de uma mera análise institucional, pois relacionará os elementos internos da EEM ao contexto sociopolítico brasileiro. Trata-se de uma produção acadêmica sobre a educação militar brasileira, temática de pesquisa em expansão nos últimos anos<sup>3</sup>. Com o intuito de realizar a referida pesquisa foram elencados os seguintes objetivos:

- Analisar os cinco primeiros regulamentos de ensino da Escola de Estado-Maior do Exército, no período de 1905 a 1934.
- Identificar e caracterizar o tipo de formação dada aos oficiais que cursaram a EEM, no período proposto.
- Reconstruir parte da trajetória histórica da Escola de Estado-Maior do Exército entre 1905 e 1937.

Até o momento não existem estudos vinculados a programas de pós-graduação que tivessem elencado como objeto de estudo a Escola de Estado-Maior do Exército, ou os seus regulamentos de ensino. O estudo das principais instituições militares de ensino, especialmente as responsáveis pela formação da elite militar, como acreditamos ser a EEM, é fundamental para conhecer mais a sociedade brasileira do século XX. A tese auxiliará na compreensão do funcionamento interno de uma das mais importantes instituições militares de ensino da primeira metade do século XX, e de suas relações com determinados grupos sociais e políticos.

O estudo do papel das tradicionais instituições de ensino superior na formação dos grupos sociais dirigentes da política nacional é uma característica da produção historiográfica sobre a educação brasileira, no entanto o papel das instituições militares de ensino superior

---

<sup>3</sup> A maioria das pesquisas sobre a educação militar se encontram nas áreas de história, sociologia e antropologia militar. No entanto, a temática começa a ganhar espaços no campo da história da educação recentemente.



ainda carece de pesquisas. Um breve olhar sobre o papel desempenhado pelo Exército desde a Proclamação da República, ainda no século XIX, passando pela Revolução de 30, instituição do Estado Novo, deposição de Vargas, até o fim da Ditadura Militar, já na década de 1980, nos fornece argumentos suficientes para justificar a relevância da presente pesquisa.

Os estudos acerca da educação militar e de suas instituições de ensino no Brasil, especificamente do Exército, foram inaugurados com o livro de Jehovah Motta, publicado pela primeira vez em 1976, *Formação do oficial do Exército – currículos e regimes na Academia Militar*. O autor estudou a formação do oficial do Exército com base na análise das transformações dos currículos e dos processos didáticos que, em linhas gerais, acompanharam a evolução do Exército.

A tese de Leonardo Trevisan defendida em 1993, *As Obsessões Patrióticas: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro* apresentou a mesma preocupação de Motta, procurando salientar que na educação militar houve uma alternância dos modelos de ensino, que ora salientavam a formação do soldado cidadão, ora a do soldado profissional.

A tese de Tarcísio Grunennvaldt *A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)*, de 2005, procurou relativizar a proposta dos estudos anteriores ao asseverar que o isolamento da análise no interior das instituições não leva em conta os elementos externos, ora estruturais, ora conjunturais, que influenciavam a implantação de determinado modelo de educação militar proposta pelo Exército, especialmente na formação dos seus oficiais.

A tese de Fernando da Silva Rodrigues, *Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército Brasileiro no período de 1905 a 1946*, da UERJ, 2008, analisou as formas de acesso às escolas militares, e quais os instrumentos para dificultar ou mesmo impedir a entrada de candidatos considerados inaptos pelo comando das instituições militares de ensino em dois momentos históricos. No primeiro, entre 1905 e 1930, eram descartados os candidatos considerados indisciplinados e associados à política. E, num segundo momento, 1930 a 1946, os candidatos comunistas, negros, judeus, islâmicos, ou seja, de grupos considerados subversivos ou inferiores para a formação de uma elite dentro do Exército.

Outro estudo que abordou a formação do oficial é a dissertação de Miriam de Oliveira Santos. *Berço de heróis: O papel das Escolas Militares na formação de “Salvadores da Pátria”*, da UFRGS, defendida em 2000. Seu estudo buscou nas escolas militares os

elementos para a formação do *ethos* militar, isto é, de sua identidade social específica, plasmada, essencialmente, pela dinâmica interna das escolas militares.

A tese de José Antônio Miranda Sepulveda, intitulada *O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional*, defendeu a ideia de que alguns pressupostos positivistas típicos do fim do século XIX, especialmente os conceitos de ordem, progresso e moral, contribuíram para a entrada dos interesses militares dentro do campo educacional. Culminando no estabelecimento da disciplina escolar Educação Moral e Cívica, principalmente depois de 1969. O estudo interessa pela escolha da base documental e de seu respectivo recorte temporal: a revista A Defesa Nacional do período compreendido entre 1913 e 1970. A análise propõe, assim, uma relação direta entre pressupostos consolidados da educação militar e a educação chamada civil.

A tese em Ciências Sociais, de Camila Bravo Fontoura, intitulada *O curso de Comando e Estado-Maior do Exército: conteúdos e mudanças após a criação do Ministério da Defesa do Brasil*, defendida em 2015, apresentou uma análise do curso entre 1999 e 2013. O objetivo do estudo é relacionar a formação na Escola de Comando e Estado-Maior (ECEME) com a elaboração das políticas de Defesa, especialmente na produção das monografias de conclusão do curso, após a criação do Ministério da Defesa. A autora realizou importantes considerações acerca da natureza institucional das instituições militares de ensino, com ênfase na ECEME. Além de apresentar um resgate da trajetória história da instituição, que possibilita o estabelecimento de diálogo com o presente estudo.

A tese de Eduardo Munhoz Svartman, *Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*, da UFRS e defendida em 2006, propôs um estudo da trajetória militar, política e intelectual de um grupo de 24 generais que tiveram destaque no golpe de 1964, partindo de sua formação na Escola Militar da Praia Vermelha ou na Escola Militar do Realengo, e nas formações posteriores na ESAO, EEM e ESG.

A tese escrita por Ernesto Seidl, *A espada como “vocação”: padrões de recrutamento e seleção das elites do Exército no Rio Grande do Sul (1850-1930)*, defendida na UFRGS em 1999, propôs uma análise da formação da elite militar do Exército, no Rio Grande do Sul, partindo das transformações sofridas pela estrutura organizativa e, principalmente, escolar, da instituição militar ao longo do período de 1850 e 1930.

Apenas dois estudos que apresentam maior proximidade com o objeto da presente tese foram encontrados. Em 2011, Sebastião André Alves de Lima Filho, defendeu a tese *O*

que a *Escola Superior de Guerra (ESG)* ensinava? no programa de Sociologia da UFC. O autor investigou os significados dos ensinamentos da Escola Superior de Guerra (ESG) referentes ao desenvolvimento, a integração nacional e ao progresso da ciência e da tecnologia no Brasil no período 1949-1976. Para tanto, tratou de estabelecer relações entre a criação da Escola, o perfil de seus “alunos” e a finalidade de seus cursos, especificamente o Curso Superior de Guerra. O trabalho indicou que a ESG era uma instituição militar de formação de “elites orgânicas”, posicionadas entre as camadas sociais de grande poder de articulação e mobilização política, favorecendo, principalmente, a politização das Forças Armadas dispostas a controlar a direção do Estado Brasileiro. A tese de Lima Filho apresenta ligação com nossa proposta de pesquisa na medida em que a ESG passa a ser sucessora da EEM como instituição de altos estudos militares e de elaboração da doutrina militar.

Na tese *O Exército Brasileiro e a missão militar francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*, defendida em 2009 na UnB, Adriana Iop Bellintani realizou um estudo sobre a Missão Militar Francesa de Instrução junto ao Exército Brasileiro, no período entre 1920 e 1940. Teve o objetivo de analisar a evolução do Exército Brasileiro com a instrução ministrada e a reorganização promovida pelos oficiais franceses, no que concerne à doutrina militar e à doutrina de guerra. Tal estudo é importante, pois a referida Missão promoveu uma grande transformação na Escola de Estado-Maior do Exército. A tese de Bellintani tem presença constante nos capítulos sobre a presença da MMF na Escola de Estado-Maior, pois conta com vasta documentação primária consultada em arquivos franceses, como o Service Historique de l'Armée de Terre (SHAT), onde consta todo o trabalho realizado pela missão, as propostas de organização, os contratos, a situação do exército brasileiro, e até as impressões dos oficiais franceses acerca dos acontecimentos políticos ocorridos no Brasil.

As teses e dissertações aqui expostas foram consultadas por meio do Banco de Teses da CAPES e a seleção privilegiou os estudos que abordassem os temas da educação militar ou das instituições de ensino do Exército, especialmente entre 1905 e 1937. As consultas ao *SciELO* não resultaram em nenhum artigo que apresente como assunto “educação militar”, “Escola de Estado-Maior do Exército”, “instituição militar de ensino”.

A realização da pesquisa adotou alguns pressupostos teórico-metodológicos da epistemologia marxista como pontos de orientação no desenvolvimento das análises acerca da Escola de Estado-Maior. A orientação mais geral refere-se ao ponto de partida para a

elaboração da tese. Ao tecer comentário sobre seus estudos de economia política Marx afirma que a análise deve “começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva.” (MARX, 1974, p.122). A partir dos elementos do real, de uma base empírica, do estudo sistemático das relações estabelecidas por eles em uma crescente complexificação até atingir uma “rica totalidade de determinações e relações diversas.” (MARX, 1974, p.122). Dessa forma a investigação precisa, segundo Marx, "se apropriar do material em pormenor, de analisar as suas diversas formas de desenvolvimento e de seguir a pista do seu vínculo interno. Somente depois de ter completado este trabalho pode o movimento real ser exposto em conformidade." (MARX, 1983. p.102).

Desse modo, pode-se considerar o particular como expressão do desenvolvimento geral e nesse sentido partir dele para uma compreensão mais ampla do objeto de pesquisa. Na tentativa de aproximar tais orientações cita-se o artigo de Ester Buffa e Paolo Nosella que trata da utilização dos pressupostos metodológicos de Marx para o estudo de instituições escolares. Para os autores, "o fundamental do método não está na consideração abstrata dos dois termos, escola e sociedade, relacionados a posteriori, mas na relação constitutiva entre eles, pois esses termos só existem nessa relação".(BUFFA; NOSELLA, 2005, p.362). Não se pode incorrer no erro comum de estudar a instituição escolar, seja ela civil ou militar, de modo dissociado da sociedade na mesma proporção que é incorreto tomar a tal instituição como produto direto e passivo da sociedade em que está inserida. Nesse sentido, Bittar e Ferreira Jr atestam que

Quaisquer transformações no interior de uma instituição escolar, por exemplo, não podem ser tomadas exclusivamente por causas geradas no âmbito das relações sociais de produção, pois as próprias instituições superestruturais, movidas por um conjunto complexo e contraditório de causas (políticas, ideológicas, religiosas, culturais, pedagógicas etc.), acabam por estabelecer entre si múltiplas interações que têm consequências nem sempre condicionadas economicamente. (BITTAR; FERREIRA JR, 2009, p.504).

Assim, a análise de uma instituição de ensino deve levar em conta a lógica de seu desenvolvimento interno,

buscando perceber o paradigma educacional por meio do qual a sua história foi se constituindo, isto é, procurando estabelecer os nexos por meio dos quais se viabilizaram as concretas relações entre a própria instituição e a sociedade que lhe conferia sustentação. (BITTAR; FERREIRA JR, 2009, p.504)

Segundo Buffa e Nosella o elemento fundamental para a epistemologia marxista e seu método dialético, quando se tratam dos estudos sobre instituições escolares, "é relacionar

o particular (o singular, o dado empírico) com o geral, isto é, com a totalidade social, evidenciando interesses contraditórios. Dessa relação emerge a história e a filosofia da instituição em seu sentido pleno.” (BUFFA; NOSELLA, 2009, p.51).

É precisamente nesse sentido que será desenvolvida a pesquisa sobre a Escola de Estado-Maior, levando em conta toda a especificidade do objeto em relação ao seu **grau escolar**: superior; **estatuto jurídico**: pública e **natureza institucional**: formação técnica superior e de comando para oficiais do exército. Tal caracterização seguiu as orientações propostas por Buffa e Nosella para a classificação dos tipos de instituição escolar. (BUFFA; NOSELLA, 2009, p.14).

O estudo de instituições militares tem se desenvolvido a partir de propostas metodológicas específicas ao longo das últimas décadas. Não cabe aqui realizar a revisão de literatura dessas produções, entretanto teceremos algumas considerações acerca das principais perspectivas, descrevendo quais elementos foram utilizados para a escrita da presente pesquisa. De modo geral, temos duas propostas: a perspectiva institucional ou organizacional e a perspectiva instrumental.

A chamada “perspectiva institucional” foi elaborada por Edmundo Campos Coelho (2000), e propõe levar em conta as especificidades internas da instituição para a análise do Exército, no nosso caso da EEM. Vale ressaltar que tal enfoque não despreza, totalmente, as transformações externas que afetam a instituição militar, ao contrário, estabelece diálogo com estas. É nesse sentido que Coelho (2000) sugere que as atitudes políticas dos militares deveriam ser interpretadas a partir das conexões entre as características próprias da instituição e as expectativas da sociedade em relação às Forças Armadas.

Domingos Neto (1980), assevera que essa perspectiva leva em conta diversos aspectos na análise de uma instituição militar, como “sua forma de organização, suas regras de funcionamento interno, a articulação de seu comando, sua capacidade operacional, a formação profissional de seus membros.” (DOMINGOS NETO, 1980, p.43). Em muitos casos tais elementos são determinantes das atitudes políticas dos militares. Assim, o sentido da intervenção política dos militares “está necessariamente vinculado à realidade se suas corporações”. (DOMINGOS NETO, 1980, p.43).

Essa abordagem é elaborada em oposição à chamada abordagem instrumental do Exército, caracterizando-o como instrumento de determinados grupos políticos, sendo assim, apenas refratária das clivagens e disputas internas de segmentos sociais. Essa interpretação vigorou, por exemplo, nos estudos iniciais sobre o movimento tenentista, que explicavam a

ação dos jovens oficiais como representação de aspirações das crescentes classes médias urbanas, ou até mesmo em estudos sobre a ação dos militares na Revolução de 30. Essa perspectiva se mostra muito reducionista para se compreender uma instituição complexa e com tantas especificidades internas, como o Exército e suas instituições de ensino.

No entanto, como toda proposta metodológica, a perspectiva institucional também pode gerar análises simplificadoras que, por exemplo, levem a compreensão de que as instituições militares são autônomas em relação à sociedade civil, e, em última instância, poderiam ser compreendidas levando em conta apenas suas estruturas e dinâmicas internas. A esse respeito, Quartim de Moraes considera a perspectiva organizacional “metodologicamente impecável”, mas “epistemologicamente mutiladora, porque, ao fazer da organização ‘unidade de análise’, transforma-a num sujeito trans-histórico em vez de concebê-la como produto de sua própria história.” (MORAES, 2005, p.200). Isso fica claro, por exemplo, na análise sobre a participação da Escola Militar da Praia Vermelha nos levantes relativos à Revolta da Vacina em 1904, onde a adesão em massa dos alunos foi fortemente estimulada por grupos políticos.

Com vistas a atenuar possíveis deturpações e simplificações consequentes da escolha unilateral de uma perspectiva, adotou-se a proposta metodológica que parta dos pressupostos da abordagem institucional, mas que incorpore elementos considerados válidos da abordagem instrumental<sup>4</sup>. Antônio Carlos Peixoto (1980) assevera que o estudo do processo político nacional comporta elementos vinculados às duas concepções, uma vez que

as Forças Armadas não são um agente político “como os outros” – partidos, grupos de interesse e de pressão, correntes de opinião –, dadas as características de seu funcionamento interno e de sua finalidade. Entretanto, como instituição que faz parte de um conjunto mais vasto – o aparelho do Estado –, não se acham desvinculadas da sociedade global. (PEIXOTO, 1980, p.31).

Dessa forma, a análise da EEM e de seus regulamentos foram realizadas com base nas estruturas e dinâmicas internas do Exército, mas sempre levando em conta a inserção da instituição no aparelho do Estado. As alterações regulamentares ao longo da década de 1930, por exemplo, estavam mais ligadas a fatores políticos externos, como a Revolução de 30 e o governo provisório de Getúlio Vargas, do que as necessidades institucionais de mudança, como ocorrido na década anterior.

---

<sup>4</sup> Fuccille (2006) denomina de “perspectiva combinada” ao propor a justaposição das perspectivas, tendo em vista a incorporação analítica de elementos importantes como as “considerações advindas da cultura política, da análise do Estado, do comportamento dos atores, dos processos, das disputas de hegemonia, das análises organizacional e institucional.” (FUCCILLE, 2006, p.36). Lima Filho (2011), ao propor a mesma integração, denomina de “perspectiva dual”, observando a “inserção da Escola no aparelho de Estado e dos mecanismos de sua socialização.” (LIMA FILHO, 2011, p.19).

Em síntese, Lima Filho afirma que as instituições militares devem ser entendidas

como um aparelho de repressão do Estado munido de certo grau de autonomia, capaz de assegurar suas posições devido à formação ideológica e profissional de seus membros, definidos por procedimentos burocráticos, hierárquicos e simbólicos, que norteiam suas orientações políticas. (LIMA FILHO, 2011, p.19).

No caso da EEM ainda deve-se levar em conta que a formação oferecida aos oficiais visava à habilitação para funções importantes no Estado-Maior, sendo que a instituição seria tida como um "viveiro de oficiais" onde o Governo Central iria recrutar o Alto Comando do Exército. É exatamente em relação a essa função primordial da EEM, presente em todos os regulamentos entre as décadas de 1920 e 1930, que foi utilizado o conceito de elite militar para definir seus egressos.

A definição do conceito de “elite militar” pode ser caracterizada com base nas considerações elaboradas por Wright Mills (1962). Segundo Mills, a definição de elite é, fundamentalmente, posicional, já que os membros de determinada elite seriam definidos de acordo com as posições ocupadas nas instituições mais importantes da estrutura social do país, a saber: as instituições econômicas, políticas e militares. Em outras palavras:

A elite do poder é composta de homens cuja posição lhes permite transcender o ambiente comum dos homens comuns, e tomar decisões de grandes consequências. [...] Governam as grandes companhias. Governam a máquina do Estado e reivindicam suas prerrogativas. Dirigem a organização militar. Ocupam postos de comando estratégico da estrutura social. (WRIGHT MILLS, 1962, p. 14).

A análise de Mills tem como foco analítico a elite do poder norte-americana, em suas mais diversas formas: as celebridades, os ricos, os políticos e os militares. De acordo com o autor:

A ideia da elite do poder se baseia e nos permite perceber o sentido das (1) tendências institucionais decisivas que caracterizam a economia incorporada particularmente e, mais ainda, as várias coincidências e interesses objetivos entre as instituições econômicas, militares e políticas; (2) as semelhanças sociais e afinidades psicológicas dos homens que ocupam os postos de comando dessas estruturas, em particular o intercâmbio das altas posições de cada uma delas, e a maior troca entre essas ordens, no que se relaciona com a carreira dos homens de poder; (3) as ramificações, em quase totalidade, do tipo de decisões tomadas no alto, e a subida ao poder de um grupo de homens que, pelo treinamento e vocação, são organizadores profissionais de força considerável e que não sofrem as limitações da formação democrática dos partidos. (WRIGHT MILLS, 1962, p. 352-353)

Por se tratar de um estudo de sociologia, a obra expõe proposições teórico-metodológicas,

gerando categorias de análise importantes, e por isso será usada para a escrita da tese.

Nos estudos sobre o Exército a utilização mais comum do conceito de elite militar remete diretamente à posição ocupada na hierarquia militar, ou seja, de oficiais superiores (Major, Tenente-Coronel e Coronel, em ordem crescente) e, principalmente, de oficiais gerais (General de brigada, General de divisão, General do Exército e Marechal, em ordem crescente). Essa definição será tomada como base, considerando que a forma de ascensão na hierarquia militar na experiência brasileira, desde a segunda metade do século XIX, funde "princípios meritocráticos (títulos escolares, tempo de serviço, bravura) e extra-meritocráticos (relações personalísticas, notoriedade política)." (SEIDL, 2008, p.199).

No entanto, vale ressaltar que a progressiva profissionalização do Exército ao longo dos anos, especialmente a partir da década de 1920, reforçou os princípios meritocráticos em detrimento dos personalistas. Tal afirmação pode ser constatada pela exigência do curso da EEM como requisito para a promoção a General de Brigada a partir de 1929. Morris Janowitz (1967), ao estudar os processos de profissionalização no âmbito militar, destaca duas características: a burocratização e a especialização. A primeira classifica os militares como servidores do Estado e girava em tornos de questões como os soldos baixos, as promoções defasadas, os quartéis precários e os armamentos obsoletos. A segunda se relaciona diretamente com o sistema educacional nas instituições militares de ensino, ou seja, com a necessidade de modernização dos estabelecimentos existentes e a criação de novos centros educacionais especializados.

No caso brasileiro, essas mudanças foram concretizadas principalmente com a ajuda de missões militares estrangeiras como a Francesa e a Norte-americana. Segundo Fernando Rodrigues a "profissionalização do Exército, principalmente dos oficiais, é bem mais complexa e foi feita através de um processo lento e gradativo de reformas no sistema de ensino e de mudanças na estrutura da organização da Instituição." (RODRIGUES, 2008, p.45).

Por fim, em relação ao conceito de elite militar, Janowitz aventa a possibilidade de que uma pequena proporção de homens dentro de uma "profissão militar, como em qualquer outra, pode ser vista como uma "elite", ou seja, como aqueles que detêm a maior soma do poder real e potencial, se o poder for definido como um controle sobre o comportamento de outras pessoas." (JANOWITZ, 1967, p.14). Além da questão já apontada da hierarquia interna da instituição ampliar-se-á o conceito de elite militar para caracterizar os oficiais que usam suas qualificações técnicas para elaborar uma doutrina militar capaz de dar unidade e



homogeneidade para as ações do Exército, tanto no âmbito institucional quanto no contexto de suas relações com determinados grupos sociais.

A documentação primária foi a principal fonte para o desenvolvimento da pesquisa. Foram consultadas fontes manuscritas, impressas, virtuais e orais. De origem oficial, de arquivo pessoal, de relatos memorialísticos, entrevistas e memórias. A utilização das fontes secundárias e a construção das análises foram realizadas a partir do cruzamento das informações constantes nas fontes primárias. Algumas orientações metodológicas são fundamentais quando se aborda uma grande quantidade de documentos. As memórias, as entrevistas e os relatos memorialísticos de ex-alunos da EEM, foram analisados com base nas considerações tecidas por Pollak (1989) e Alberti (2004). Pollak afirma que o trabalho relacionado ao enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode, sem dúvida, ser interpretado e combinado com inúmeras referências associadas – guiando-se pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, ou seja, “esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro” (POLLAK, 1989, p.8).

Nesse sentido Verena Alberti (2004) assevera que no processo de construção da narrativa, principalmente da autobiográfica, o escritor se move constantemente entre o que “é” e o que “poderia ser”. Essa narrativa de perspectiva retrospectiva, cujo assunto tratado é a vida individual, envolve subjetivamente omissões, seleção de acontecimentos a serem relatados e um desequilíbrio entre a importância dos fatos. Cabe, assim, ao pesquisador/entrevistador indagar-se sobre a plausibilidade das informações cedidas na entrevista através da comparação com outras fontes, bem como uma análise da posição social, política e ideológica do entrevistado, seja na época dos fatos narrados, seja na época da narração.

Com critérios semelhantes serão analisados os documentos oficiais: regulamentos de ensino da Escola de Estado-Maior, relatórios dos Ministros da Guerra e relatórios de trabalhos do Estado-Maior. Na análise desse tipo de documento é fundamental levar-se em conta, além de seu conteúdo, as circunstâncias históricas em que foram elaborados, os responsáveis por sua feitura, e, por fim, a relação destes com a realidade concreta. Por exemplo, o fato de constar no regulamento que a EEM deveria realizar exercícios práticos de tática não garantiu a efetiva realização destes, especialmente nos primeiros anos de funcionamento quando as aulas eram essencialmente teóricas. Em diversos momentos percebe-se que as determinações dos estatutos encontraram grandes dificuldades de concretização, como atestam algumas

memórias de ex-alunos, e até os relatórios dos ministros da guerra ou dos chefes do Estado-Maior. No caso dos relatórios (MG e Chefe do EME), outro aspecto fundamental que deve ser levado em conta é a posição ocupada pelo produtor do documento na estrutura hierárquica do Exército, além de sua posição social e política.

A criação dos regulamentos das instituições militares de ensino não era motivada apenas por necessidades técnicas ou profissionais. Grunennvaldt (2008) aponta que as sucessivas alterações e substituições dos regulamentos indicavam importantes disputas políticas no interior do Alto Comando do Exército, que, invariavelmente, se relacionavam com o alto escalão da política civil. Assim, a legislação extrapolava o limite da instituição militar de ensino, representando os interesses dos sucessivos governos, e, em última instância, do próprio Estado.

Os arquivos e fontes consultados para a elaboração da presente tese foram:

### **1. Câmara dos Deputados – Coleção de Leis da República**

Os regulamentos da EEM são a principal fonte da tese, foram publicados em forma de decreto e estão disponíveis para a consulta virtual no endereço: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/legislacao>. Acesso em 20 set. 2015. Foram consultados todos os regulamentos da EEM, publicados entre 1905 e 1940. Trata-se de sete regulamentos (1905, 1913-14, 1920, 1929, 1934, 1938 e 1940).

### **2. Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro**

Na biblioteca da ECEME foram consultadas as publicações do Acervo da Missão Militar Francesa, que continha, entre outros documentos, manuais de tática, para estudo e resolução, conferências de membros da missão, cartas geográficas utilizadas nos cursos da EEM, bem como materiais para o concurso de admissão, como o “Guia do Candidato”. Dos acervos pessoais do Marechal Castello Branco e do General Tasso Fragoso. Além de publicações da Biblioteca do Exército, da Imprensa Militar, entre outras.

### **3. Arquivo Histórico do Exército, Rio de Janeiro**

As fontes consultadas no AHEx (Arquivo Histórico do Exército) foram: 1) os relatórios do Ministério da Guerra, de 1926 a 1933; 2) A revista de assuntos militares *A Defesa Nacional*, de 1913 a 1940; 3) Os Relatórios dos Trabalhos do Estado-Maior do Exército, dos anos 1910 a 1913 e 1939 a 1941; 4) Os Boletins do Exército, de 1909 a 1941.

### **4. Center for Research Libraries (CRL) da Universidade de Chicago (EUA)**

O centro de Pesquisa da Universidade de Chicago mantém um projeto chamado Latin

American Microform Project (LAMP), que produziu imagens digitais de séries de publicações emitidas pelo Poder Executivo do Governo do Brasil, entre 1830 e 1960. Foram consultado os Relatórios do Ministério da Guerra, de 1904 a 1925 e de 1934 a 1940. Estes relatórios estão disponíveis para acesso no site do centro de pesquisa no endereço: [www.crl.edu/brazil](http://www.crl.edu/brazil). Acesso em 10 set. 2016.

### **5. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro**

No Arquivo Nacional foi consultado o Fundo Góes Monteiro. O acervo do general Pedro Aurélio de Góes Monteiro é uma importante fonte para o estudo da história contemporânea do país no que se refere ao período de 1924 a 1956; suas cartas, textos, relatórios e recortes de jornais dão conta de fatos como o combate à Coluna Miguel Costa-Prestes, o tenentismo, o movimento revolucionário de 1930 e o Estado Novo<sup>5</sup>. Foram consultados os documentos ligados diretamente a Escola de Estado-Maior, especialmente na década de 1930.

### **6. Biblioteca Nacional Digital Brasil**

A Biblioteca Nacional Digital disponibiliza uma série de jornais e revistas, organizadas por período, e reunidas na “Hemeroteca Digital”. Do acervo, foram consultados diversos jornais das décadas de 1920 e 1930, que apresentaram notícias veiculadas sobre a Escola de Estado-Maior, a Missão Militar Francesa, além de alguns fatos marcantes da História Militar Brasileira. As fontes estão disponíveis para consulta em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/> Acesso em 03. jul. 2016

### **7. Relatos memorialísticos<sup>6</sup> dos ex-alunos e ex-professores da EEM**

As fontes, em sua maioria, encontram-se publicadas em livros ou em formato digital disponibilizado pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV). Algumas entrevistas não foram transcritas e estão disponíveis para a consulta em áudio no prédio do CPDODC/FGV, no Rio de Janeiro. Entre as principais fontes destacam-se os relatos de Juarez Távora, Osvaldo Cordeiro de Farias, Artur Levy, Henrique Teixeira Lott, João Punaro Bley, Antônio Carlos Muricy, Nelson Werneck Sodré, entre outros.

### **8. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio**

---

<sup>5</sup> Informações disponíveis na apresentação do inventário analítico do fundo Góes Monteiro. BRASIL, **Fundo Góes Monteiro**: inventário analítico. Arquivo Nacional. Coordenação de Documentos Escritos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

<sup>6</sup> Essa denominação inclui as memórias, autobiografias, entrevistas, etc.

## Vargas

A primeira edição do DHBB em 1984, com seus quatro volumes e 4.493 verbetes, ao consolidar informações até então esparsas e registrar suas fontes, tornou-se obra pioneira, e ela própria fonte para novas pesquisas. A segunda edição do DHBB, publicada em 2001, atualizou os verbetes existentes e incluiu novos, atingindo um total de 6.620 entradas. Em 2010, nova versão do Dicionário, foi disponibilizada *online*, com acesso gratuito e aberto a todos. São 7.553 verbetes, sendo 6.584 de natureza biográfica e 969 verbetes temáticos, relativos a instituições, eventos e conceitos de interesse para a história do Brasil pós-1930. Diversos verbetes, temáticos e biográficos, foram escritos por pesquisadores específicos e serão citados como obras ao longo da tese. Os verbetes escritos pela equipe de pesquisadores serão citados diretamente com o nome do DHBB. A data em todos os casos será mantida em 2010, por ser o ano de lançamento do DHBB no atual formato digital e *online*.

Os verbetes biográficos foram usados para fornecer informações importantes sobre a o itinerário formativo de muitos personagens estudados. A compreensão da trajetória escolar e profissional é valiosa para a construção de uma análise mais aprofundada sobre a educação militar e a formação recebida na Escola de Estado-Maior. Os verbetes, assim como parte dos documentos citados no item anterior, podem ser consultados no endereço eletrônico: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo>. Acesso: 10. ago. 2016.

Além destas fontes foram consultadas pesquisas acadêmicas e produções bibliográficas que abordaram, além da História Militar, outros aspectos históricos importantes da sociedade, economia, política e até cultura do Brasil e do mundo, que se mostraram importantes para a compreensão do objeto de estudo.

No primeiro capítulo foram analisados os primeiros anos de funcionamento da EEM após a sua criação em 1905, bem como a conjuntura histórica e educacional do Exército nesse período. Para tanto, foram analisados o Regulamento de 1905 e alguns aspectos da organização da instituição castrense, especialmente do Estado-Maior do Exército.

No segundo capítulo foram analisadas as propostas de modernização do Exército nacional propostas da década de 1910, por um grupo de jovens oficiais influenciados pelo pensamento militar alemão. Também foi estudado o Regulamento de 1913-14, que assim como seu antecessor, era direcionado para todas as instituições militares de ensino, e dedicava capítulos e artigos específicos para a EEM.

O terceiro capítulo abordou o contexto internacional do início da década de 1910, marcado pela ocorrência da Primeira Guerra Mundial, e dos principais elementos que

compunham o pensamento militar francês da época. O capítulo também se debruça sobre as discussões no meio político e no interior do Exército acerca da contratação da Missão Militar Francesa de instrução, bem como de seus primeiros anos de ação, marcados por dois fatos importantes: a inauguração de uma nova sede e a elaboração de um regulamento próprio para a Escola de Estado-Maior, em 1920.

O quarto capítulo analisou a primeira década de trabalho da Missão Militar Francesa, especialmente na EEM, bem como seu método de ensino. Também foi estudado detidamente o Regulamento de 1929, elaborado após anos de atuação direta dos oficiais franceses na EEM. O capítulo se encerra com uma breve exposição do contexto político em que ocorreu a chamada Revolução de 30 e a sua reverberação na EEM.

O quinto e último capítulo tem início com uma sucinta análise acerca das condições do Exército e da educação militar após a instauração do Governo Provisório de Getúlio Vargas, em 1930. A análise detida dos contratos firmados com a MMF desde fins da década de 1920, e sua profunda reconfiguração nesse novo contexto político também integra o capítulo. O último elemento que compõe o capítulo, e a tese, é uma análise pormenorizada do Regulamento de 1934-35 e sua ligação com o momento social e político em que foi criado.

## **Capítulo 1: A criação da Escola de Estado-maior do Exército: os primeiros anos de funcionamento (1905-1914)**

### **1.1 A capital da República e as instituições de ensino militar no início do século XX**

Antes de nos atermos diretamente à EMM em sua fase inicial de existência, é importante apresentar uma visão panorâmica do Rio de Janeiro no início da República. De acordo com José Murilo de Carvalho, na primeira década republicana, a cidade presenciou um momento de “grandes transformações de natureza econômica, social, política e cultural, que se gestavam há algum tempo (...) lançaram a capital em febril agitação, que só começaria a ceder ao final da década” (CARVALHO, 1985, p.117).

O Anuário estatístico do Brasil, publicado em 1936 pelo IBGE, indicava que a população na capital era de 274.972 habitantes em 1872. Pouco mais de uma década depois, em 1890, atingiu 522 mil e, em 1906 chegava a 811 mil habitantes. Em 1920, a população na capital federal era de 1.157.873 habitantes. Esse rápido crescimento da população da cidade gerou o acúmulo de pessoas em ocupações mal remuneradas, ou sem ocupação fixa. Segundo José Murilo de Carvalho (1987), esse grupo social chegava a 100 mil pessoas em 1890 e mais de 200 mil em 1906. Ainda de acordo com o autor, em 1890, 28,7% da população era estrangeira e 26% originária de outras regiões do Brasil. Tal explosão demográfica agravou as precárias condições de habitação e saneamento na cidade, gerando uma onda de epidemias, “o ano de 1891 foi particularmente trágico, pois nele coincidiram epidemias de varíola e febre amarela, que vieram juntar-se às tradicionais matadoras, a malária e a tuberculose.” (CARVALHO, 1987, p.17).

Em trabalho anterior (Marcusso, 2012) constatou-se que, durante os primeiros anos do século XX, a instabilidade econômica gerada pelo descompasso entre gastos públicos e arrecadação gerou um cenário desfavorável para a concessão de crédito. Segundo Caio Prado Junior, tal conjuntura fez “surgir em grande número novas empresas de toda ordem e finalidade. Eram bancos, firmas comerciais, companhias industriais, de estradas de ferro, toda sorte de negócios possíveis e impossíveis” (PRADO JR, 1978, p.211). A situação gerou um aumento substancial da inflação e do custo de vida, que só seria resolvido no início da década de 1900, com a tomada massiva de empréstimos externos. De acordo com Caio Prado Jr, “a dívida externa do Brasil cresce de pouco menos de 30 milhões de libras por ocasião da proclamação da República, para quase 90 milhões em 1910. Em 1930 alcançará a cifra espantosa de mais de 250 milhões” (PRADO JR, 1978, p.199). Tal cenário de crise econômica também afetou o exército. Segundo McCann (2007), a maioria das tentativas de

reorganização do Exército e da educação militar, propostas pelo então Ministro da Guerra Mallet, foram adiadas e só seriam retomadas no início da década de 1910.

No âmbito político entrava em vigor a chamada “política dos governadores”, concebida e instituída pelo Presidente Campos Sales (1902-1906), que tinha como objetivo “governar o país dos estados”. Esse projeto de descentralização do poder esbarrava na tradição centralizadora da política brasileira, corporificada na capital federal. O início desse processo de descentralização política se inicia em 1892, com a criação da lei orgânica do distrito federal, que previa que o prefeito, cargo então criado, seria nomeado pelo presidente da República com aprovação do Senado Federal. A reprodução dessa medida durante toda a Primeira República fez com que, em última análise, o Rio de Janeiro fosse governado por interventores. Com o intuito de “domesticar politicamente” a capital federal, diversos presidentes nomearam prefeitos provenientes de outros estados ou indiferentes à vida cidadina. Em consequência, ocorre um movimento de desmobilização eleitoral. Na primeira eleição republicana em 1890, por exemplo, alistaram-se 28.585 pessoas, já "em 1896, este número subiu para 42.252 pessoas. Mas, em 1910, o número tinha caído para 25.246, 2,9% da população da cidade. Na eleição presidencial deste último ano, votaram apenas 8.687 eleitores, 34% dos alistados." (CARVALHO, 1985, p.131). Outro fator influente estava no próprio processo eleitoral que era costumeiramente pautado pela intimidação, pela violência e pela fraude.

Nesse contexto temos a gestão do prefeito Perreira Passos (1902-1906), que promoveu diversas medidas de reforma urbana. Uma das primeiras ações do prefeito, que também era engenheiro, foi “a suspensão do funcionamento da Câmara dos Vereadores por seis meses, para poder agir livremente e decretar a legislação necessária para o rápido encaminhamento das reformas” (CARVALHO, 1987, p.21). As reformas se baseavam no paradigma europeu da *Belle Époque*, calcado nas ideias de civilização, beleza, regeneração física e moral. A reforma urbana carioca<sup>1</sup> também objetivava a atração de capitais estrangeiros. Entre as principais ações destacam-se: a abertura da Avenida Central, o alargamento de ruas, obras de saneamento, construção de um novo porto, embelezamento do centro com a construção de praças e jardins. A concretização dessas medidas gerou uma onda de demolições dos cortiços e de habitações populares que existiam nas áreas centrais da

---

<sup>1</sup> Para mais detalhes sobre as reformas urbanas ver ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)**; CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1896-1906)**. Rio de Janeiro: Secretariado Municipal de Cultura. 1995 (Coleção Biblioteca Carioca, v.1)

cidade, movimento conhecido como “bota-abaixo”.

A maioria da população pobre que residia no centro da cidade foi expulsa e obrigada a subir os morros próximos ou mudar-se para as regiões periféricas. Ao abordar esse novo Rio de Janeiro, fascinado com a Europa e envergonhado do Brasil, em particular Brasil pobre e negro, Jaime Benchimol assevera:

Intelectuais, acadêmicos, jornalistas, e historiadores contribuíram, na época, para a difusão de uma retórica elitista e triunfal, celebrando a milagrosa transformação da cidade: o Rio de Janeiro de ares coloniais, sujo, doente e feio cederá lugar à cidade maravilhosa, saudável, moderna, de braços abertos aos imigrantes, capitais, mercadorias e turistas estrangeiros. [...] Essa imagem resplandecente do Rio de Janeiro serviu, e ainda hoje serve, para ocultar a outra face da moeda: o terrível custo social dessas "renovações" feitas em proveito do grande capital e do desfrute das classes dominantes. (BENCHIMOL, 1992, p. 311)

A instabilidade social voltou a se manifestar violentamente com a eclosão da Revolta da Vacina. No dia 9 de novembro de 1904 foi publicado o plano de regulamentação da aplicação da vacina obrigatória contra a varíola, elaborado pelo diretor da Saúde Pública Municipal Oswaldo Cruz. O plano previa vacinações, exames e reexames, e abrangia quase toda a população, de recém-nascidos a idosos. Previa ainda punições para os casos de desobediência, que iam de multas a demissões, no caso de funcionários públicos. De acordo com Sevcenko (2010) o objetivo era realizar uma campanha de vacinação rápida e abrangente, mas não houve nenhuma preparação psicológica da população. Para o autor “Essa insensibilidade política e tecnocrática foi fatal para a lei da vacina obrigatória. Infelizmente, não só para ela.” (SEVCENKO, 2010, p. 24).

A situação se agravou no dia 14 de novembro de 1904 quando o governo mobilizou tropas do Exército para auxiliar a Brigada Policial para conter as manifestações. Os articuladores do movimento, deputados Lauro Sodré, e Alfredo Varela e o general Sylvestre Travassos, exigiam que o presidente Rodrigues Alves demitisse o Ministro do Interior, J.J. Seabra. Diante da negativa presidencial, os revoltosos conseguiram a adesão de cerca de 300 alunos da Escola Militar da Praia Vermelha<sup>2</sup>, que destituíram seu comandante e marcharam em direção ao palácio do Catete com o intuito de depor o presidente da República, Rodrigues Alves. De acordo com o Relatório do Ministro da Guerra de 1904 houve outra tentativa de sublevação na Escola Preparatória Tática do Realengo, contida por seu Comandante: “o

---

<sup>2</sup> A Escola Militar da Praia Vermelha foi fundada em 1874 no centro do Rio de Janeiro e previa a formação de engenheiros militares e de oficiais do exército. A Escola foi fechada em 1904 após uma rebelião que se somou às agitações sociais decorrentes da Revolta da Vacina. Para maiores detalhes acerca da formação recebida na Praia Vermelha conferir: MILAN, 1993, MOTTA, 1996.



resoluto e enérgico Hermes da Fonseca, conseguiu dominar o movimento, prendendo um dos cabeças, e obrigando o outro a fugir.” (ARGOLLO, 1905, p. 4). As investigações do Estado-Maior resultaram na expulsão de 63 alunos envolvidos.

Após o choque com tropas governistas o movimento foi debelado, e resultou em mortos e feridos, entre os quais o general Sylvestre Travassos (que morreu poucos dias depois) e o próprio Lauro Sodré, com um ferimento na cabeça. Os cadetes regressaram à Escola Militar, onde foram presos, juntamente com outras altas patentes militares envolvidas no movimento. Somente no dia 16 de novembro, depois de destruir dezenas de trincheiras e prender mais de uma centena de civis, o governo retomou o controle da capital.

De acordo com Rodrigues (2008) mesmo após a o fim da revolta o governo manteve o estado de sítio<sup>3</sup>. Tal ação tinha outro objetivo: realizar uma “limpeza social” no centro da capital. Por meio de repressão policial, a massa popular empobrecida, formada pelos moradores dos cortiços foi empurrada para o alto dos morros no entorno da cidade e para os subúrbios do Rio de Janeiro. O movimento também estava ligado às reformas urbanas e a valorização do mercado imobiliário da região central, estendida para a Zona Sul. Nesse novo "espaço civilizado", era fundamental eliminar os elementos que pudessem contribuir com agitações sociais e políticas.

O Relatório do Ministro da Guerra de 1904, General Argollo, aborda minuciosamente o envolvimento de alunos e oficiais da Escola Militar da Praia Vermelha:

Os acontecimentos de 14 de novembro do ano findo obrigam-me a tratar com toda a franqueza das delicadas condições da nossa força militar. Chegamos a uma situação, pesa-me dizê-lo, que não pode ser modificada por simples resoluções legislativas ou atos do poder executivo; torna-se absolutamente indispensável o concurso de todos, militares e civis, para que o exército mantenha-se inteiramente estranho às lutas partidárias, e compenetre-se de que sua mais legítima e digna aspiração deve restringir-se escrupulosamente ao papel que lhe está traçado na Constituição, procurar conquistar a veneration pública pela correção do seu procedimento, pela inflexibilidade no cumprimento do dever, indiferente dos aplausos mentirosos e efêmeros dos exploradores políticos, que longe de prestigiá-lo, só concorrem para que ele se constitua objeto de desconfiança e temor das classes conservadoras da sociedade, de cujos interesses devemos ser a maior e a mais sólida garantia. (ARGOLLO, 1905. p.4-5)

As palavras do Ministro são significativas para compreender as condições da educação militar e do próprio exército no início da República. O General Argollo defendia, por exemplo, que os militares deveriam manter-se “inteiramente estranho às lutas partidárias”, ou seja, tomar

---

<sup>3</sup> O Congresso decretou estado de sítio no dia 16 de novembro, posteriormente prorrogado até janeiro de 1905, no Distrito Federal e em Niterói.

uma posição de neutralidade em relação à sociedade civil. Para o Ministro General Argollo, a chave para alcançar tal neutralidade estava em uma educação militar que operasse uma “transformação moral e intelectual do indivíduo sob pena de ficarmos com soldados caracterizados unicamente pelo uniforme que vestem.” (ARGOLLO, 1905. p.5).

O General Argollo apontava o caráter eminentemente civil da formação do oficial do exército como um dos grandes problemas da educação militar. Para o Ministro, o egresso da Escola Militar atingia o primeiro posto de oficial, “sem que o regime acadêmico tenha conseguido transformá-lo em soldado. Inicia como aluno da escola preparatória a sua carreira militar, e poucos anos depois é promovido a oficial, com o mesmo espírito teórico e insubmisso que tinha ao alistar-se.” (ARGOLLO, 1905. p.4-5). Nesse sentido, fica evidente que a participação de elementos militares em questões políticas, de acordo com o Ministro, era um dos maiores problemas da formação do oficial do Exército,

Quando a perturbação da ordem se restringe ao elemento civil, sempre se consegue obter, pelo serviço da polícia, um conjunto de informações suficiente para formar-se uma ideia mais ou menos precisa da situação, que desde então se torna clara e definida, permitindo assim agir com segurança e firmeza; sabe-se onde está o mal, e resolutamente emprega-se os meios que se dispõe para debelá-lo. A questão, porém, muda inteiramente de aspecto quando o elemento afetado é a força militar, a instituição criada para a garantia da ordem, da defesa da Pátria e da República. A informação é substituída pelo boato, tudo se torna vago e indeciso, sente-se o perigo por todos os lados, sem que possa precisar a sua extensão e intensidade; enfrenta-se com o imprevisto o desconhecido, que gera na alma a dúvida, o receio, a desconfiança, sem ponto de apoio, sem objetivos, sem limites. (ARGOLLO, 1905. p.8).

Após a Revolta da Vacina, a Escola Militar na Praia Vermelha (EMPV) foi fechada e a formação do oficial foi dividida em três instituições militares de ensino, uma no subúrbio do Rio de Janeiro e duas no Rio Grande do Sul. O objetivo era afastar os aspirantes a oficial da efervescência política do centro da capital federal. De acordo com João Quartim de Moraes (2005), a principal justificativa para o fechamento foi que a Escola Militar na Praia Vermelha era um foco de disseminação do positivismo, o que contribuía para o comportamento insubmisso dos alunos. No entanto, o fim da escola não impediu a

...mobilização política nos quartéis e a intervenção do Exército na luta pelo poder (as salvas durante a presidência do marechal Hermes da Fonseca e, a partir de 1922, a longa rebelião ‘tenentista’) constitui uma prova eloquente de que a postura ‘desestabilizadora’ dos militares ao longo da República Velha não se explica apenas pelo uso subversivo da doutrina de Augusto Comte. (MORAES, 2005, p.131).

A caracterização da postura dos militares durante Primeira República como

desestabilizadora foi proposta por José Murilo de Carvalho (2005) e elencava o positivismo como elemento importante nos levantes militares, inaugurados com a própria deposição de Dom Pedro II e proclamação da República. Vale ressaltar que tal “postura desestabilizadora”, incluindo a ação dos alunos das escolas militares, foi heterogênea, nas causas e formas, e esteve intimamente ligado ao contexto histórico em que ocorreram. Portanto, é natural que o positivismo, e suas leituras, estivessem presentes nas manifestações do início do século XX, quando a doutrina tinha presença no esforço político de construção simbólica do novo regime republicano. Essa presença diminuiu ao longo das décadas, não figurando em outros levantes como as rebeliões tenentistas da década de 1920, por exemplo.

O chamado positivismo ortodoxo, por exemplo, foi difundido pela Sociedade Positivista Brasileira<sup>4</sup>, fundada em 1876, e que tinha como lema “O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim.” De acordo com José Murilo de Carvalho (1998), os positivistas ortodoxos eram oriundos do “setor técnico e científico, composto por pessoas que se dedicavam à medicina, à engenharia civil, à matemática. Os positivistas ortodoxos representavam então uma contra-elite do ponto de vista social e intelectual” (CARVALHO, 1998, p.195). Entre as bandeiras defendidas pelos positivistas ortodoxos durante o fim do Império se destacavam a abolição da escravidão e a proclamação da República.

Na Escola Militar da Praia Vermelha, por sua vez, predominava o chamado o positivismo técnico-científico, que de acordo com Yara Milan, contrariava

representava uma dissidência frontal a certos princípios da doutrina comtiana, graças a influência de Benjamin Constant. Embora o positivismo ortodoxo não tivesse finalidades políticas revolucionárias em sua forma original, a adaptação que se fez dele no âmbito militar, paradoxalmente, o convergiu para a insurreição republicana.(MILAN, 1993, p. 265).

A autora ainda afirma ainda que, “o positivismo da Escola Militar trilhava outro rumo, abrindo-se à atividade política e a certo ‘desrespeito’ pelas ‘leis naturais’ da evolução, pelo legalismo e pela disciplina hierárquica” (MILAN, 1993, p. 229).

Após o fim dos governos militares, em 1894, e o fechamento da EMPV em 1904, o positivismo perdeu sua força no cenário político e começou a ser combatido dentro do Exército, especialmente na tentativa de construir novos modelos para a educação militar brasileira. A criação do Estado-Maior do Exército (1896) e da Escola de Estado-Maior (1905), por exemplo, se inserem nesse conjunto de ações.

---

<sup>4</sup> Em 1881 transformou-se em Igreja Positivista do Brasil e existe até os dias de hoje, na cidade do Rio de Janeiro.

## 1.2 A criação do novo Estado-Maior do Exército e o “Projeto Mallet”.

A análise da Escola de Estado-Maior e de seus regulamentos só pode ser realizada com a compreensão básica do que era o Estado-Maior do Exército no início do século XX. Nesse sentido, é necessário expor algumas características teóricas e práticas sobre a sua criação, seus objetivos e propostas.

De acordo com o Glossário das Forças Armadas, o Estado-Maior pode ser definido como o “órgão composto de pessoal militar qualificado, que tem por finalidade assessorar o comandante no exercício do comando.” (BRASIL, 2007, p.97). A existência de “grupos de militares” assessorando os comandantes nas grandes batalhas já existia desde o século XVIII, mas a concepção moderna de Estado-Maior surgiu somente no século XIX, especialmente no exército da Prússia.

A ideia de um Estado-Maior permanente, incluindo o tempo de paz, foi elaborada pelo Coronel Christian Von Massenbach (1758-1827) entre 1801 e 1802. De acordo como Câmara e Peres (2005), o Estado-Maior proposto por Massenbach exerceria a função de “centro de planejamento de guerra, com base em hipóteses para cada provável teatro de operações.” (CÂMARA; PERES, 2005, p.27), e seria composto por oficiais especificamente formados para tais funções. Tal proposta sofreu resistência inicial, mas em meados do século era “evidente que a experiência do modelo de Massenbach lograra êxito.” (CÂMARA; PERES, 2005, p.28). Isso fica evidente no processo de reestruturação da Escola Geral de Guerra, fundada em 1810, realizada pelo General Helmut von Moltke (1800-1891), chefe do Estado-Maior do Exército Prussiano entre 1857 e 1888, que foi o responsável pela conjunção de um Estado-Maior permanente e uma Instituição de altos estudos que pudesse formar seus quadros.

Assim, o Estado-Maior, centrado na figura do imperador Frederico II, foi capaz de organizar um exército concatenado com os estudos da arte e ciência da guerra. Essa preparação foi posta em prática pela primeira vez na Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), que resultaria no processo de Unificação Alemã<sup>5</sup>. Na Alemanha unificada caberia à Academia de Guerra de Berlim a formação dos oficiais que comporiam o Estado-Maior do Exército alemão, agora permanente. Sobre o método de ensino elaborado por Moltke e aplicado nas instituições de ensino militar da Alemanha, especialmente na Academia de Guerra, “Moltke elaborou um método pelo qual vislumbrava resultados estratégicos e táticos da operação

---

<sup>5</sup> A unificação dos estados germânicos em torno do forte estado da Prússia foi realizada em 1871, dando início ao II Império Germânico – II *Reich* – (1871 - 1919).

militar a partir de uma concepção teórica aplicada a um modelo de processo de tomada de decisão.” (CÂMARA;PERES, 2005, p.29).

Em 1909, o conteúdo programático do curso de estado-maior foi alterado, e de acordo com Câmara e Peres a segunda aula (Estudo da organização dos exércitos sul-americano), também estudava os Serviços de Estado-Maior, com base do pensamento militar alemão:

a maior parte dos exércitos era predominantemente influenciada pelos avanços na organização dos estados-maiores prussiano e alemão, em especial baseados no pensamento militar de Frederico, o Grande, e Massenbach, do Exército Prussiano, e Schnarnhorst e Moltke, do Exército da Alemanha unificada, e, também, no pensamento militar francês, a partir de referências históricas às operações do período napoleônico). (CÂMARA;PERES, 2005, p.204).

O método, que no Brasil recebeu o nome de Diretivas Gerais, ainda exigiria “raciocínio lógico e inteligência espacial, o que explicaria a excelência do ensino de matemática, em especial, da geometria e do desenho descritivo, no plano e no espaço, nas escolas militares de nível médio”.(CÂMARA;PERES, 2005, p.29). A prevalência da matemática e da geometria<sup>6</sup> marcou profundamente a formação do oficial brasileiro desde o império, especialmente a partir de 1874 com a fundação da Escola Militar da Praia Vermelha. É importante destacar que o método de Moltke visava

desenvolver a capacidade de vislumbrar a manobra<sup>7</sup> futura com visão crítica, facilitar a antecipação lógica de prováveis ações inimigas e avaliar situações operacionais. Além disso, o método se fundamentava no raciocínio tático e em aprofundados conhecimentos militares. (CÂMARA;PERES, 2005, p.29).

Assim, um dos fundamentos do método era o planejamento prévio, que levava em conta uma série de variáveis, com o intuito de potencializar a capacidade de previsibilidade na execução de condutas durante o combate. Nesse sentido, o trabalho de Estado-Maior era fundamental para assegurar “a necessária e indispensável autonomia para exercitar e desenvolver a iniciativa exigida pelas condições dos novos teatros de operações.” (CÂMARA;PERES, 2005, p.29). Os autores asseveram que o método das Diretivas Gerais “representou avanço notável no processo de tomada de decisão, desenvolvendo o trabalho em grupo e o espírito de

---

<sup>6</sup> Segundo Câmara e Peres (2005), a geometria analítica se consagrou como conteúdo de destaque nos colégios militares e na escola de formação de oficiais até a década de 1990.

<sup>7</sup> De acordo com o Glossário das Forças Armadas “1. Movimento ou série de movimentos destinados a colocar forças, navios, aeronaves, tropas, equipamentos ou fogos em uma situação vantajosa, em relação ao inimigo ou para cumprir determinada missão. 2. Exercício tático, realizado no mar, no ar, em terra ou na carta, que imita uma situação de guerra ou de conflito, destinado ao adestramento, treinamento ou instrução de homens e unidades.” (BRASIL, 2007, p.151).

equipe.” (CÂMARA;PERES, 2005, p.29), deixando “marcas profundas em cursos de Estado-Maior em todo o globo. Ainda podem ser identificados elementos desse método no ensino da ECEME, no Brasil.” (CÂMARA;PERES, 2005, p.29).

O pensamento militar de Molke foi influenciado pelos grandes líderes prussianos, com destaque para as ideias de Carl Von Clausewitz (1780-1831). Estudioso das grandes campanhas militares europeias desde a Revolução Francesa (1789-1799), Clausewitz concebe a ideia de que a guerra é um assunto concernente a toda a nação, e não uma série de decisões de alguns líderes. Em outras palavras, a guerra passa a ser o povo em armas, garantindo a existência do Estado, a época predominantemente absolutista. Assim, a política deveria se “adaptar pragmaticamente aos meios de guerra disponíveis para melhor decidir quais seriam os seus objetivos.” (CABRAL, 2015, p.118). Em consequência do estabelecimento dessa nova relação em política e guerra foi formulada uma das principais ideias de Clausewitz: “We see, therefore, that war is not merely an act of policy but a true political instrument, a continuation of political intercourse, carried on with other means.”<sup>8</sup> (CLAUSEWITZ, 2007, p.29). Em síntese, a guerra é a continuação da política, e como tal deve ser estudada com estratégia.

Clausewitz concebia a estratégia militar a partir de cinco elementos constitutivos:

morais (qualidade das tropas, apoio nacional e objetivo de guerra), físicos (efetivos, equipamentos), matemáticos (forma geométrica das operações), geográficos (características geográficas das áreas-chave de operações para o alcance dos objetivos) e estatísticos (capacidade de mobilização e logística das operações). (CABRAL, 2015, p.119).

Com base nesses elementos, o pensador, defendia uma estratégia de ação direta, ou seja, o objetivo da guerra é a destruição das formas militares inimigas e a conquista de seu território. Para tanto, a ação militar deveria se concentrar no ponto mais fraco do inimigo, valendo-se de “concentração, mobilidade, velocidade, surpresa, ações divisionárias e divulgação de informações falsas para iludi-lo quanto ao ponto de aplicação do golpe, de tal modo que se pudesse chegar à decisão pela batalha em uma só ação e um só momento.” (CABRAL, 2015, p.120). Moltke aprofundou o pensamento de Clausewitz ao definir a estratégia como “a arte de aplicar os meios militares para alcançar os objetivos de guerra fixados pela política”. (CABRAL, 2015, p.120). Essas ideias foram fundamentais para a estruturação do pensamento militar alemão e, conseqüentemente, para a organização de suas forças militares, e de seu

---

<sup>8</sup> “Vemos, portanto, que a guerra não é meramente um ato de política, mas um verdadeiro instrumento político, uma continuação das relações políticas realizada com outros meios.” (Tradução livre). John Keegan, aponta que Clausewitz “na verdade escreveu que a guerra era a “continuação das relações políticas” (des Politisc hen Verkehrs) “com a entremistura de outros meios” (mit Einmischung anderer Mittel) O original alemão expressa uma ideia mais complexa e sutil que a tradução mais frequentemente citada. (KEEGAN, 2006, p. 18).

estado-maior.

Contemporâneo de Clausewitz, outro pensador militar de mereça destaque é o francês Antoine-Henri Jomini (1779-1869), general veterano de muitas campanhas napoleônicas (1798-1813). Para ele a estratégia devia ser compreendida como a arte de fazer guerra pela carta geográfica, ou seja, a guerra devia ser planejada e organizada a partir de um profundo e detalhado estudo dos mapas, com o intuito de compreender o conjunto do teatro de operações. Influenciado pelo avanço do pensamento científico do século XIX acreditava na possibilidade de identificar “achava possível identificar um princípio fundamental em todas as operações que, se aplicado corretamente, levaria à vitória, independentemente das inovações tecnológicas.” (CABRAL, 2015, p.120).

Dessa forma, sua concepção de estratégia pode ser sintetizada em quatro princípios: “concentrar as forças do exército, manobrar para restringir a movimentação do inimigo, ameaçar as linhas de suprimento e comunicação do inimigo e, finalmente, atuar com o grosso das forças sobre seu ponto mais fraco a fim de submetê-lo.” (CABRAL, 2015, p.120).

Imbuído por ideais racionalistas, Jomini também elaborou a fórmula para a formação de um “exército perfeito”. Entre os doze elementos concebidos pelo pensador militar, destacamos: a difusão e o cultivo do espírito guerreiro em toda a população do país; a construção de um eficiente sistema de recrutamento militar; boa formação para o oficial; bom material bélico, e qualidade do comando e do Estado-Maior. Entretanto, a condição para que os supracitados elementos pudessem ser formados era simples: desligamento do mundo civil. Jomini preconizava uma nova formação militar, na qual a relação entre política e exército era vista como um possível problema. Defendia, portanto, a formação de um soldado com formação técnica, profissional e constante na arte da guerra e a “autonomia na definição da estratégia e no comando das operações militares.” (CABRAL, 2015, p.121).

Após breve análise do pensamento militar de Jomini é possível afirmar a persistência de suas ideias na doutrina militar francesa<sup>9</sup>. A mesma trazida para o Brasil com a contratação da Missão Militar Francesa, em 1918, e ensinada na Escola de Estado-Maior por mais de vinte anos. A ideia de que o Exército deve se afastar completamente da política, por exemplo, é um dos princípios dessa doutrina. Para o pensamento militar francês, o Exército deve ser o “grande mudo” nas questões políticas.

Em 1875, o governo e o exército norte-americanos enviaram o General Emory Upton

---

<sup>9</sup> Abordaremos diversos aspectos da doutrina militar francesa no item 3.1.

para a Europa, com o objetivo de estudar a organização, as táticas, a disciplina e a educação dos exércitos da Europa e da Ásia, especialmente as forças militares da recém unificada Alemanha. Huntington (2002) transcreve parte do relatório elaborado pelo General Upton, e enviado para seus superiores, onde são destacadas seis medidas que ele observou nos grandes exércitos, principalmente o alemão, e que deveriam ser imediatamente introduzidas no exército norte-americano.

A primeira preconizava que a entrada no corpo de oficiais só poderia ocorrer após a formação em uma escola militar ou por promoção, condicionada à realização de um curso profissional e a aprovação em um exame de qualificação. A segunda defendia a criação de uma: “war academy educated officers in the advanced science of war, preparing them for staff positions and high command posts”. (HUNTINGTON, 2002, p.54) <sup>10</sup>.

Esses oficiais deveriam ter o mais elevado treinamento profissional que pudessem exercer diversas funções dentro do Estado-Maior. O relatório também propunha a adoção de medidas que facilitassem e acelerassem a promoção de oficiais que demonstrassem comprovada habilidade profissional. Por fim, eram propostas medidas de controle do corpo de oficiais por meio de avaliações contínuas elaboradas por seus chefes, que aferissem “zeal, aptitude, special qualifications, and personal character” (HUNTINGTON, 2002, p.55) <sup>11</sup>. Entre as qualificações especiais estava a formação profissional, em instituições de ensino militar.

A preocupação com as características pessoais demonstrava a importância dada a uma espécie de homogeneização de caráter. Em outras palavras, a necessidade de se moldar determinadas características pessoais, como obediência, lealdade, retidão, e utilizá-las como critério avaliativo e classificatório. Esses relatórios seriam usados para embasar as decisões sobre as promoções, ou não, de oficiais. A exposição desse documento ressalta a importância dada pelos Estados Nacionais, em fins do século XX, à formação de oficiais, especialmente em cursos específicos para a composição dos quadros de Alto Comando.

No caso brasileiro, a criação do Estado-Maior em 1896 estava diretamente ligada às tentativas do recente estado republicano em reorganizar as forças militares nacionais em meio a um cenário de intensos e constantes políticos e militares, como a Revolta da Armada (1893-

---

<sup>10</sup> Academia militar que preparasse e educasse oficiais na avançada arte da guerra, preparando-os para ocupar posições no Estado-Maior e no Alto Comando. [tradução livre] Tal instituição foi criada em 1881, e inicialmente era destinada a oficiais de cavalaria e infantaria. Em 1907 recebeu o nome atual de *United States Army Command and General Staff College*, o equivalente a Escola de Estado-Maior.

<sup>11</sup> Zelo, aptidão, qualificações especiais e características pessoais. [tradução livre].



1894) e a Revolução Federalista (1893-1895)<sup>12</sup>. De acordo com Banha (1984), o Estado-Maior do Exército Brasileiro tem origem na instituição imperial da Repartição do Ajudante-General<sup>13</sup> extinta apenas em 1899, e, por isso só pode ser considerado efetivamente criado a partir do fim da Repartição. O mandato do primeiro chefe do EME corrobora tal afirmação, pois o Marechal João Thomaz Cantuária exerceu tal função entre janeiro de 1899 a dezembro 1902.

A lei<sup>14</sup> de criação do Estado-Maior do Exército determinava que ele fosse composto de um gabinete, onde despacharia o chefe do Estado-Maior, e de quatro seções. A primeira seção era responsável pelo “estudo estatístico e histórico dos exércitos nacional e estrangeiros, especialmente os americanos e tudo quanto possa interessar à mobilização e concentração das forças militares.” (BRASIL, 1896). Para tanto, cumpriria estabelecer alguns procedimentos: “organização de paz e de guerra, recrutamento, instrução geral, teórica e prática; tática e estratégia, serviço de estado-maior, missões militares, direção da revista militar e publicações.” (BRASIL, 1896). A segunda seção também era dedicada ao estudo, com destaque para os “teatros prováveis de operações de guerra, organização de planos de campanha, meios de defesa do país, grandes exercícios e campos de manobras, mobilização, concentração e serviços da retaguarda.” (BRASIL, 1896). A lei também criava a Intendência Geral da Guerra:

encarregada de assegurar aos corpos de tropas, as fortalezas e aos demais estabelecimentos militares o fornecimento do material necessário á subsistência e á acomodação do pessoal do Exército, todo o fardamento, equipamento, arreamento, correame, armamento, munição e demais material de guerra e de transporte, bem assim a necessária cavallhada. (BRASIL, 1896).

A elaboração da lei que criava o estado-maior em tempos republicanos foi coordenada pelo então Ministro da Guerra, General Medeiros Mallet<sup>15</sup>, que de acordo com McCann, tinha um ambicioso plano de reformas para o Exército brasileiro:

Mudar a composição das unidades, centralizar as nomeações, reorganizar a educação militar, enfatizar a importância do treinamento de tiro ao alvo,

---

<sup>12</sup> Para maiores detalhes conferir MCCANN, 2007, pp.44-63, MORAES, 2005, pp.91-121 e para uma abordagem sucinta: MARCUSSO, 2012, pp. 31-36.

<sup>13</sup> Criada pelo Decreto nº 1.881, de 31 de janeiro de 1857, teve como primeiro Ajudante-Geral o Barão de Suruí, Manuel da Fonseca de Lima e Silva (1793-1869), nomeado diretamente pelo Imperador D. Pedro II.

<sup>14</sup> Lei nº 403, de 24 de outubro de 1896.

<sup>15</sup> Exonerado pelo presidente Floriano Peixoto, foi readmitido por Prudente de Moraes e nomeado, em 1896, “para redigir a regulamentação para o novo Estado-Maior do Exército, e posteriormente, em 1897 nomeado general de divisão enquanto Arthur Oscar, ardoroso florianista e conquistador de Canudos, permaneceria com sua patente congelada.” (MCCANN, , 2007. p. 566 [nota])

executar manobras rotineiramente, regularizar o planejamento, melhorar os critérios de promoção e elevar o nível intelectual do corpo de oficiais. Além disso, os quartéis e outras instalações do exército precisavam ser remodelados, e as unidades careciam de armamentos modernos. (MCCAN, 2007, p.107).

Esse conjunto de ações ficou conhecido como “Projeto Mallet”, e por conta da intensa crise econômica enfrentada pelo governo de Campos Salles (1898-1902), tais medidas não saíram do papel, mas serviram como “base intelectual para as iniciativas de reformas até a Primeira Guerra Mundial” (MCCAN, 2007, p.107). Um exemplo disso são reformas de grande espectro elaboradas em 1908<sup>16</sup>, pelo Ministro da Guerra Hermes da Fonseca. Apesar do esforço do General Malett, a reforma do Exército dependia da elaboração de um bom planejamento, e segundo McCann (2007), os oficiais designados para a atuação no EME não apresentava formação teórica e experiência prática para a elaboração desses planos. Foi nesse contexto que, em 1905, foi criada a Escola de Estado-Maior do Exército.

### **1.3 O Regulamento de ensino de 1905 e a criação da Escola de Estado-Maior**

O Regulamento para os Institutos Militares de Ensino foi promulgado pelo Decreto nº 5.698, de 02 de outubro de 1905. No relatório do Ministro da Guerra de 1904, os responsáveis pela elaboração do mesmo foram assim citados: general Luiz Antonio de Medeiros, coronéis Emygidio Dantas Barreto, de Infantaria, José Caetano de Faria, de Cavalaria, Pedro Ivo da Silva Henriques, de Artilharia, tenente-coronel Gabriel Salgado, do Estado-Maior, tenente coronel Dr. Ismael da Rocha, do Corpo de Saúde, e major Pedro Ferreira Netto, do Corpo de Engenheiros. Destaca-se a presença de José Caetano de Faria, coronel à época, ele representaria um agente fundamental na reformulação da educação militar como Chefe do Estado-Maior do Exército (1910-1914) e Ministro da Guerra (1914-1918).

O Ministro General Argollo destaca os principais pontos do novo estatuto,

A supressão do ensino preliminar de preparatórios à custa do Estado, a cujo cargo fica exclusivamente a instrução superior, técnica profissional, à qual foram rigorosamente subordinados os programas dos diferentes cursos; a exigência de seis meses de efetivo serviço em um dos corpos do Exército para a matrícula na escola de guerra e a transformação completa do regime escolar, dando ao corpo de alunos a organização de um batalhão de infantaria; a extinção do posto de alferes-aluno, vantajosamente substituído, quer sob o ponto de vista militar, quer econômico, pelo título de aspirante a oficial; o estabelecimento de um posto limite para o exercício do magistério,

---

<sup>16</sup> Lei nº. 1860, de 04 de janeiro de 1908, que regulava o alistamento e o sorteio militar, e reorganizava o Exército.

a criação de escolas de aplicação das três armas e de engenharia, e finalmente a criação de uma escola de estado-maior, com frequência franca dos oficiais de todas as armas, competentemente habilitados. (ARGOLLO, 1904, p.16).

De acordo com o Ministro, o novo regulamento sanearia *“todos os graves vícios e defeitos do atual regime de ensino, nem só na parte relativa à instrução, como também no que diz respeito à educação militar”* (ARGOLLO,1904, p.16).

O Estado-Maior do Exército também foi alvo das primeiras considerações do Ministro, que via nele uma feição burocrática, com a realização de serviços que deveriam ser atribuídos a uma secretaria de guerra, para que este pudesse exercer exclusivamente sua elevada função de *“preparo das tropas, do estudo da defesa do país e das campanhas futuras.”* (ARGOLLO, 1904, p.16). A primeira mudança significativa do novo regulamento foi a alteração no número de instituições de ensino militar e a redistribuição dos cursos e conteúdos educacionais nas mesmas. Observemos o quadro elaborado por Grunennvaldt (2005):

<b>Quadro 1 – Instituições de ensino militar (1898 e 1905)</b>	
<b>REGULAMENTO DE 1898</b>	<b>REGULAMENTO DE 1905</b>
Colégios militares Escolas regimentais Escolas preparatórias e de tática Escola Militar do Brasil	Escolas regimentais Escola de guerra Escola de aplicação e de infantaria Escola de artilharia e engenharia Escola de aplicação de artilharia e engenharia Escola de estado-maior
Fonte: (GRUNENVALDT, 2005, p. 79).	

As alterações nas instituições de ensino militar tinham como objetivo privilegiar escolas de profissionalização e a acelerar a formação da oficialidade, materializado na supressão dos Colégios Militares e das Escolas preparatórias. Como atesta Grunennvaldt, *“Não obstante o aumento de cursos, perde-se o espaço em que se preparavam os candidatos ao oficialato com a extinção do Curso Preparatório.”* (GRUNENVALDT, 2005, p. 79). Sobre o Colégio Militar do Rio de Janeiro, criado pelo Regulamento de 1898, Beatriz Cunha informa que:

a estrutura do curso do Colégio passaria por várias alterações, no que tange a sua duração que, de maneira geral, oscilou de cinco a sete anos, tendo o adaptação ou curso primário se mantido em todo o período, à exceção dos regulamentos de 1905 e o de 1918, nos quais ele foi suprimido. (CUNHA, 2011, p.4).

Assim, não houve a extinção dos Colégios Militares, mas sua supressão durante alguns períodos.

O artigo nº 49 do Regulamento de 1905 determinava que o objetivo da EEM fosse "*proporcionar aos oficiais, até o posto do capitão, inclusive, que tenham o curso de sua arma, a instrução militar complementar superior que os habilite para o serviço de estado-maior*" (BRASIL, 1905). Em seus primeiros anos de existência, a Escola de Estado-Maior funcionou provisoriamente nas dependências do Estado-Maior do Exército, no Rio de Janeiro. Para a matrícula na EEM o candidato deveria, além de licença do Ministro da Guerra, ter completado o curso de sua arma<sup>17</sup>, e no caso da infantaria ou cavalaria era necessário comprovar a aprovação nas disciplinas de geometria analítica, cálculo diferencial e integral e mecânica racional. A experiência de, no mínimo, dois anos como oficial também era pré-requisito.

Por fim, o candidato deveria ser aprovado em um concurso sobre a prática de serviço de sua arma, administração e legislação militares e temas táticos. O programa dos conteúdos era organizado pelo conselho de instrução da escola, aprovado pelo Ministro da Guerra e pelo chefe do estado-maior do Exército e publicado em ordem do Exército, com um ano de antecedência.

O regulamento previa o pessoal administrativo da escola da seguinte forma:

<b>Quadro 2 - Pessoal administrativo da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1905)</b>	
<b>Cargo/função</b>	<b>Graduação/patente</b>
Comandante	General com curso de estado-maior ou Coronel de estado-maior
Ajudante	Major ou Tenente-coronel de estado-maior
Segundo ajudante	Capitão de estado-maior
Secretário	Capitão, tendo o curso de estado-maior
Ajudante de ordens	1º ou 2º tenente ou tenente, tendo o curso de sua arma
Escriturário	Oficial reformado ou honorário por serviços de guerra
Três Amanuenses <sup>18</sup>	2º sargento do Exército
Porteiro	Oficial reformado ou honorário por serviços de guerra
Cinco guardas	ex-praças do Exército
Contínuo	ex-praça do Exército
Três serventes	ex-praças do Exército

**Fonte:** Regulamento de 1905.

Na previsão de pessoal administrativo constava a atuação de oficiais com o curso de estado-

<sup>17</sup> Trata-se dos cursos de formação de oficial oferecidos na Escola Militar da Praia Vermelha: Cavalaria, Infantaria e Engenharia.

<sup>18</sup> Amanuense: Empregado, escrevente de repartição pública; copista. In: Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/amanuense> Acesso em 14 de jun. 2015.

maior para alguns dos cargos, mesmo que este ainda não tivesse sido oferecido. Nesse caso, podemos inferir que se trata de uma proposta de organização futura da EEM, pois nos primeiros anos não haveria oficiais com o curso de estado-maior. O regulamento previa a criação de dois conselhos, de instrução e administrativo ou econômico. O conselho de instrução seria incumbido de “tudo quanto diz respeito ao ensino” e teria composições temporárias e com funcionalidade específica, quando o assunto a ser discutido fosse do ensino teórico, “seria composto dos professores e adjuntos em exercício de professor.” (BRASIL, 1905). E quando fosse sobre o ensino prático, somente dos instrutores. Caberia ao comandante ordenar a reunião do conselho de acordo com a ocorrência de demandas.

Por se tratar de um regramento comum, as atribuições do Conselho de instrução eram gerais e esclareciam pouco como seria a atuação desse órgão, concentrando os poderes nas mãos do Comandante da Escola. O Conselho administrativo ou econômico também seguia a mesma lógica, com exceção da descrição detalhada das diárias dos alunos que deveriam ser definidas semestralmente. O conselho ainda seria responsável por administrar os valores recebidos, e, no caso de saldo positivo, deveria empregá-lo “em benefício do estabelecimento.” (BRASIL, 1905).

Em relação ao período letivo, as aulas teriam início no primeiro dia útil de março e se encerrariam no último dia de novembro. Esta regra era comum a todas as instituições de ensino militar. No caso específico da EEM o regulamento determinava que “*entre o encerramento de um período e o início do seguinte deverão mediar, no máximo, dez dias.*” (BRASIL, 1905).

O curso duraria 24 meses, divididos em três períodos, e seria oferecido a oficiais, até o posto de capitão, inclusive, os que tivessem o curso de sua arma, não se permitindo aos alunos a repetição de qualquer um dos períodos. A separação dos períodos era determinada da seguinte forma:

<b>Quadro 3 - Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos (Regulamento de 1905)</b>		
<b>Primeiro período</b>	<b>Segundo período</b>	<b>Terceiro período</b>
<b>Estudos:</b> sete meses <b>Prática e exames:</b> dois meses.	<b>Estudos:</b> sete meses <b>Prática e exames:</b> dois meses.	
<b>1ª aula</b> <sup>19</sup> – Geografia militar, precedida de	<b>1ª aula</b> – Tática aplicada. Estratégia. Serviço de	

<sup>19</sup> Apesar de constar o nome “aula”, trata-se, de fato, da disciplina, que duraria os sete meses de estudos relativos aos períodos.

<p>geografia física da América do Sul. Estatística.  <b>2ª aula</b> – Tática aplicada. Estratégia. História das principais campanhas e daquela em que o Brasil tomou parte.  <b>3ª aula</b> – Estudo sintético de fortificação, do armamento em uso no Exército e no das nações circunvizinhas; estudo dos regulamentos de manobras e de campanha.  <b>4ª aula</b> – Astronomia, precedida de trigonometria esférica.  <b>5ª aula</b> – Higiene militar e serviço de saúde nos exércitos.</p>	<p>estado-maior.  <b>2ª aula</b> – Estudo da organização dos exércitos sul-americanos. Caminhos de ferro, telégrafos, telefones e aerostação, sob o ponto de vista militar.  <b>3ª aula</b> – Direito militar. Direito internacional aplicado às relações de guerra. Noções de economia política.  <b>4ª aula</b> – Geodésia. Teoria das projeções das cartas geográficas. Noções de hidrografia.  <b>5ª aula</b> – Desenho e redução de cartas geográficas.</p>	<p><b>Trabalhos práticos:</b> cinco meses  <b>Provas finais, classificação e distribuição dos alunos:</b> um mês;</p>
<p><b>Fonte:</b> BRASIL, 1905.</p>		

A primeira organização curricular da Escola de Estado-Maior era simples e objetiva<sup>20</sup>. De acordo com o regulamento, haveria um professor, com patente de capitão a major, para cada aula, incluindo as atividades práticas. No caso da prática de Geodésia<sup>21</sup>, das viagens de estado-maior dentro do Rio de Janeiro e de equitação eram ministradas por três instrutores, designados pelo chefe do estado maior do Exército. O regulamento previa ainda a prática falada de línguas estrangeiras, sendo o espanhol e o francês obrigatórios, e o alemão e o inglês, facultativos.

Entre os conteúdos estudados destaca-se o estudo de geografia militar, precedida pela geografia física da América do Sul e do Brasil. Essa é a disciplina que apresenta mais temas (conferir anexo 1), e o motivo é a valorização política, científica e militar da geografia, no final do século XIX e início do XX. De acordo com Sérgio Pereira (2011), esse período ficou marcado pela realização de diversos congressos internacionais de geografia, como o VI Congresso Internacional de Geografia, em Londres no ano de 1895, onde a cartografia foi um

<sup>20</sup> O Programa de ensino, contendo conteúdo programático do Curso da Escola de Estado-Maior foi aprovado, após inspeção técnica do EME, e publicado na Ordem do Exército nº452 (atual boletim do Exército). Está disponível no anexo 1.

<sup>21</sup> A Geodésia é ciência que estuda a forma e a dimensão da Terra e o campo de gravidade e suas variações temporais. No início do século XX, a Geodésia tinha como principal objetivo precisar a localização de acordo cálculos acerca das dimensões globais. A sua prática consistia no estudo das teorias e postulados matemáticos da Geodésia e suas possíveis aplicações na atividade militar.

tema de destaque. Como desdobramento desses eventos ocorreu o I Congresso Brasileiro de Geografia, em 1909. Para o autor, além da valorização do pensamento geográfico o Congresso Brasileiro também significou a valorização de outras questões como “representação patriótica, propaganda oficial e reconhecimento do território nacional” (PEREIRA, 2010, p.157).

Para o geógrafo Yves Lacoste (1988), no fim do século XIX a geografia podia ser dividida em duas grandes correntes: 1) de origem antiga, a chamada geografia dos Estados-Maiores pode ser caracterizada como um conjunto de representações cartográficas, seus estudos e de conhecimentos diversos sobre o espaço. Para o autor esse conjunto de saberes é reconhecido como estratégico pelas elites dirigentes que o utilizam como instrumento de poder, fornecendo utilidade prática na conduta da guerra ou na organização do Estado. 2) Concebida no fim do século XIX, a ‘geografia dos professores’, que se distanciava das discussões sobre a importância estratégica dos estudos sobre o espaço e anulava sua vinculação com aspectos políticos, militares e econômicos. Para Lacoste, a “geografia dos professores” se concentrava em um discurso pedagógico de tipo enciclopédico, como discurso científico.

Tal análise é desenvolvida no livro *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, publicado em 1973, onde o autor revaloriza a geografia como saber estratégico para fins políticos-militares. De acordo com José William Vesentini (1988), o livro mostra que o estudo dessa geografia antiga, dos espaços, mostra-se como “saber estratégico”, não somente para as guerras militares, como também para qualquer tipo de contestação ou luta, no e com o espaço.

Em contrapartida o estudo da História Militar é relegado a uma breve abordagem descritiva de guerras anteriores, com destaque para as chamadas “guerras antigas”, ocorridas entre 1796 a 1797, e as chamadas “guerras modernas”, entre 1870 e 1905. Por fim, eram estudadas as “Guerras do Brasil”, a saber: Campanha Cisplatina, Campanha contra Rosas, Campanha do Uruguai, Campanha do Paraguai. De acordo com Câmara e Peres (2005), a disciplina "Estratégia", prevista para os dois períodos iniciais, não foi estudada no triênio de 1907-1909, correspondente ao primeiro curso da primeira turma.

O general Tasso Fragoso, ao analisar os primeiros anos da EEM, relata que os professores eram "verdadeiros autodidatas", e que buscavam apenas nos livros os ensinamentos que deveriam transmitir, uma vez que falariam de operações militares que nunca haviam assistido. Esse tipo de “improvisado” foi recorrente em diversas áreas, nos

primeiros anos da EEM, com as trocas de sedes, por exemplo. Apesar da existência de uma oficialidade dedicada aos estudos desde o fim do século XIX, os chamados “bacharéis de farda”, poucos se interessavam por temáticas estritamente militares. Como atestam Câmara e Peres, “havia restrições à profundidade do conhecimento de instrutores, para os quais alguns assuntos eram tão novos quanto para os alunos.” (CÂMARA;PERES, 2005, p. 205). Ainda de acordo com os autores, tais restrições eram enfrentadas com uma

...busca de tecnologias estimuladoras do profissionalismo por autoaprendizagem. Nesse sentido, a discussão sobre temas profissionais militares era animada por meio de muitos artigos em revistas e jornais. [...] Essas publicações recomendavam aos oficiais de estado-maior, tanto os formados antes da criação da Escola, quanto os diplomados pela EEM, que se aperfeiçoassem na leitura de publicações e aplicassem novos conhecimentos nas atividades práticas, de modo a poder difundi-las no Exército. (CÂMARA;PERES, 2005, p. 205).

Diante do exposto, fica claro que o esforço inicial dos instrutores e professores da EEM em estudar as publicações de assuntos militares, principalmente europeias. Assim, é evidente que, nos anos iniciais de funcionamento da EEM, não havia a possibilidade de realizar a “aplicação” dos novos conhecimentos, como afirmam Câmara e Peres (2005), uma vez que os professores e instrutores ainda não dominavam teoricamente os conhecimentos militares.

A distribuição do tempo para o ensino era organizada anualmente pelo comandante da escola e deveria seguir algumas condições: 1) as aulas não deveriam exceder uma hora e meia, com intervalo mínimo de 15 minutos entre aulas consecutivas. 2) os trabalhos práticos não poderiam exceder três horas.

A atuação docente, segundo o regulamento, deveria seguir dez determinações, entre as quais se destacam:

...3º, interrogar ou chamar a lição os alunos, quando julgar conveniente, para bem ajuizar do seu aproveitamento; 4º, marcar recordações e habilitar os alunos, por meio de dissertações escritas, mensais, a semelhante gênero de provas, para os exames; (...) 5º, enviar mensalmente a secretaria os graus [notas] conferidos aos alunos nas sabatinas; (...) 6º, comparecer as sessões dos conselhos de instrução e aos demais atos escolares nos dias e horas marcados pelo comandante; (...) 8º, dar ao comandante, para ser presente ao conselho de instrução, na época competente, o programa de ensino de sua aula, justificando as alterações que julgar conveniente introduzir no programa em vigor. (BRASIL, 1905).

Estas atribuições evidenciam a importância da figura do professor nas escolas militares, inclusive com a possibilidade de realizar alterações no programa de ensino. A atuação docente



seria complementada com as atribuições dos adjuntos que deveriam, basicamente, “cumprir estritamente” as instruções dadas pelo professor, atuando como uma espécie de auxiliar deste. Os instrutores, por sua vez, teriam funções mais afeitas ao ensino prático, com a ressalva de que poderiam ser “encarregados de quaisquer outros, compatíveis com o exercício das suas funções.” (BRASIL, 1905). Essa atribuição generalista era importante devido ao tamanho reduzido do quadro de funcionários da EEM, que inevitavelmente teriam que assumir funções diversas de seu cargo de origem. Além disso, os instrutores seriam responsáveis por todos os objetos “concernentes ao ensino de que estiverem encarregados”, que deveriam ser devidamente registrados em livro de carga e descarga.

Novamente, temos uma descrição sucinta das atribuições, com destaque para a pouca importância, no âmbito pedagógico, dada à atuação do instrutor, o que se afastava do discurso de intensificação do ensino prático, presente no Regulamento e no Relatório do Ministro da Guerra. Assim, o protagonismo do professor, responsável pelas aulas teóricas, era reforçado.

Tais orientações serviam para todas as escolas militares prescritas no Regulamento de 1905 (Quadro 1), e seguiam a tradição verbalista e mnemônica da educação brasileira, herdada do modelo de escola jesuíta, ainda na Colônia, com sabatinas e exames<sup>22</sup>. Na Escola de Estado-Maior, por se tratar de um curso destinado a oficiais, as dissertações escritas eram mais comuns que as sabatinas, mais afeitas às escolas de formação de oficiais.

A questão dos materiais para o ensino a EEM tinha uma descrição própria:

1º, sala para os estudos de geografia, de tática e de estratégia, onde se reúnam cartas, mapas, plantas, descrições, dados estatísticos e memórias, especialmente sobre a América do Sul e particularmente sobre o Brasil; 2º, material completo e aparelhos para os trabalhos astronômicos e geodésicos; 3º, cavalos para os exercícios de equitação; 4º, arreamento e penso dos animais. (BRASIL, 1905).

A descrição de apenas quatro itens como material de ensino reforçava o caráter simplório das condições físicas da EEM, marca de seus primeiros anos de funcionamento.

Os exames finais seguiam as disposições gerais das demais instituições militares de ensino e, deveriam ocorrer em um só período; a exceção ficava por conta das regimentais. Após o encerramento do ano letivo os professores, de cada escola, deveriam apresentar à secretaria relação dos assuntos lecionados ao longo do ano. O comandante da escola e os professores, através de um Conselho de Instrução, formavam uma comissão de exame por disciplina, composta por três docentes, e responsável por determinar a ordem das provas

---

<sup>22</sup> Para maiores detalhes sobre essa concepção pedagógica conferir: FERREIRA JR, 2010, p.24-27.

finais.

Na apuração das médias de conclusão do ano letivo eram consideradas as notas das provas finais, as médias correspondentes e todas as demais, obtidas ao longo de todo o ano letivo, em uma escala de zero a dez. As médias seguiam a seguinte classificação: aprovados com distinção – somente média 10; plenamente aprovados – médias entre seis e nove; simplesmente aprovados – médias entre três e cinco; reprovados – médias inferiores a três.

Por fim destacam-se as determinações do sistema disciplinar, que elencava as penas gerais para todos os alunos das escolas militares: 1) repreensão (particular ou motivada em ordem do dia da escola); 2) prisão de um a 25 dias (no quartel dos alunos, no estado-maior dos corpos ou em fortalezas), 3) expulsão. Os professores, instrutores e adjuntos poderiam realizar apenas a repreensão e a retirada de aula ou exercício, ficando as demais punições a cargo exclusivo do comandante da instituição militar de ensino.

Na Escola de Estado-Maior a ocorrência de problemas disciplinares foi praticamente inexistente, uma vez que se tratava de oficiais-alunos, que já exerciam funções regulares no Exército, sendo menos exigida a interiorização da disciplina militar em seu cotidiano escolar.

O sistema de recompensas tinha propostas específicas para a EEM, que visavam incentivar o aprofundamento dos estudos e a produção de conhecimento autônomo. Assim, os alunos que se destacassem no curso de estado-maior poderiam “durante dois anos, praticar nos exércitos estrangeiros, e os demais praticarão por um ano em serviço de estado-maior no Exército, fazendo o chefe do estado-maior a conveniente distribuição.” (BRASIL, 1905). Outro item que merece destaque era o direito a impressão, por conta dos cofres públicos, de “tratados, compêndios e memórias sobre as doutrinas ensinadas nas escolas” (BRASIL, 1905), escritos por qualquer membro do magistério, se a obra fosse “julgada de utilidade ao ensino” pelo conselho de instrução da instituição militar de ensino.

O referido estágio de dois anos nos exércitos estrangeiros não está diretamente relacionado ao envio de oficiais brasileiros para a realização de estágio no exército alemão em três ocasiões: 1906, 1908 e 1910<sup>23</sup>, uma vez que dos cerca de trinta (30) oficiais enviados apenas um deles tinha o curso de estado-maior. Trata-se do 1º Tenente de Cavalaria Arnaldo Brandão, que concluiu o curso de estado-maior em 1908, compondo a primeira turma da EEM<sup>24</sup>. Ele fez parte da terceira turma enviada a Alemanha, em 1910, quando exercia funções

---

<sup>23</sup> Conferir o próximo item, Quadro 4, e referência do relatório do Ministro da Guerra na mesma página.

<sup>24</sup> De acordo com relação das turmas diplomadas entre 1905 e 1955 presente no documento: CINQUENTENÁRIO DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO. Tal relação

administrativas no Departamento da Guerra.

A execução desse programa de disciplinas, teórica e práticas, e a disposição dos supracitados materiais para ensino enfrentavam condições físicas adversas, pois de acordo com Câmara e Peres (2005) a primeira sede da Escola de Estado-Maior foi improvisada e ocupou, no ano de 1906, as instalações da Direção de Contabilidade da Guerra, sediada no atual Palácio Duque de Caxias. No mesmo prédio, apenas a um andar de distância, funcionava o Estado-Maior do Exército, órgão gerador e supervisor. Desde o início, já se preparava a mudança, para a também provisória sede na Escola Militar da Praia Vermelha. Não houve turma nessa primeira sede e a primeira turma ingressou no início de 1907, já na Praia Vermelha.

De acordo com o Relatório do Ministro da Guerra de 1907, os trabalhos escolares foram iniciados em 15 de abril tendo sido matriculados 15 oficiais, dos quais 3 pediram desligamento ao longo do ano. Sendo que os 12 restantes foram aprovados no curso do 1º período. Em 1908, a EEM contou com 20 alunos, 12 no 2º período e 8 no 1º. Apenas nesse ano foram compradas uma biblioteca de livros, mapas e cartas inteiramente militares, todos modernos, além das assinaturas de diversas revistas militares (BRASIL, 1909, p. 8).

A entrada de alunos nos anos subsequentes foi instável, devido às constantes mudanças de sedes, conforme indica os relatórios dos ministros da guerra. Segundo o Relatório do ministro da guerra, em abril de 1909, oito oficiais concluíram o curso de estado-maior, após passarem o mês de março finalizando as atividades práticas de estado-maior e Geodésia em Cabo Frio. Nesse mesmo ano apenas três candidatos submeteram pedidos de matrícula, e devido ao número reduzido, estes foram cassados e não se formou turma, ficando a escola com apenas oito alunos matriculados, todos no segundo período, o que explicaria a ausência de formando em 1910 e 1911. Outro fator que poderia explicar a baixa procura pelo curso de Estado-Maior é a ausência de uma tradição de estudos entre os oficiais brasileiros, especialmente em um curso essencialmente teórico, como foi nos primeiros anos da EEM. Em grande medida, o curso não era atrativo para uma oficialidade pouco afeita a estudos teóricos, e que não via na realização do curso uma possibilidade de ascensão hierárquica<sup>25</sup>.

A primeira turma de oficiais de estado-maior da EEM se formou em 1908 e a

---

também foi publicada na ordem do dia nº 124 da EEM, de 4 de maio de 1909.

<sup>25</sup> Esse cenário se altera consideravelmente a partir de 1929, quando o curso de Estado-Maior é exigido como pré-requisito para a promoção ao posto de General. De acordo com o Decreto nº 13.451, de 29 de Janeiro de 1919 “Dez anos após a data da presente lei, o certificado do curso de estado maior passa a ser requisito indispensável para a promoção ao posto de general de brigada.” (BRASIL, 1919).

inconsistência foi a principal característica desses primeiros anos, como podemos observar no quadro abaixo:

<b>Quadro 4 - Oficiais-alunos formados no curso de estado-maior da EEM, por turma e patente (1908 a 1916)</b>	
<b>Turma</b>	<b>Patentes</b>
<b>1908</b>	Capitão: 3 Primeiro-tenente: 8 Segundo-tenente: 1 <b>Total: 13</b>
<b>1909</b>	Capitão: 2 Primeiro-tenente: 2 Segundo-tenente: 4 <b>Total: 8</b>
<b>1910</b>	Não houve formando
<b>1911</b>	Não houve formando
<b>1912</b>	Capitão: 1 Primeiro-tenente: 1 Segundo-tenente: 2 <b>Total: 4</b>
<b>1913</b>	Capitão: 3 Primeiro-tenente: 7 Segundo-tenente: 3 <b>Total: 13</b>
<b>1914</b>	Capitão: 2 Primeiro-tenente: 6 Segundo-tenente: 5 <b>Total: 13</b>
<b>1915</b>	Capitão: 2 Primeiro-tenente: 12 Segundo-tenente: 3 <b>Total: 17</b>
<b>1916</b>	Capitão: 1 Primeiro-tenente: 5 Segundo-tenente: 1 <b>Total: 7</b>
<b>Fonte:</b> CINQUENTENÁRIO, 1955, pp.5-13	

No Relatório do MG de 1910, se descrevia as condições materiais precárias da EEM em sua sede improvisada:

Por exiguidade da verba destinada a este estabelecimento, não se acham a sala de estudos e os gabinetes de astronomia, geodesia, telegrafia e telefonia providos do material exigido pelo ensino que nele se ministra, como determina o art. 193 e seus §§ 1º e 2º do atual regulamento. (BORMANNO, 1910, p.6)

Diante dessa descrição pode-se inferir que a formação, efetivamente, recebida pelas primeiras turmas da EEM estava aquém das definições regulamentares, em uma clara distinção entre a norma e a realidade. A EEM foi movida, novamente, por conta da exposição

internacional realizada em 1908, em virtude do centenário da Abertura dos Portos às nações amigas. Em caráter emergencial, entre 1908 e 1910, funcionou nas instalações da Direção de Saúde, onde hoje se encontra a Policlínica central do Exército, próximo à Praça da República, no centro do Rio de Janeiro, sendo que até o mobiliário foi alugado. Os quadros e pinturas históricas ficaram sob a guarda da Escola Nacional de Belas Artes. O prédio, apesar de maior e mais conservado que os dois anteriores, "*não era dotado de instalações que pudessem oferecer condições tão propícias ao ensino quanto ao da antiga Escola Militar do Brasil*" (CÂMARA; PERES, 2005, p.64).

A constante mudança de sede nos primeiros anos de existência da EEM foi um claro obstáculo para o desenvolvimento do ano letivo. O programa de ensino seria alterado novamente em 1909<sup>26</sup>, no esteio de diversas mudanças promovidas pelo Alto Comando Militar, na figura do Ministro da Guerra Hermes da Fonseca. Uma das primeiras medidas foi a promulgação da Lei nº. 1860, de 04 de janeiro de 1908, que regulava o alistamento e o sorteio militar, e reorganizava o Exército. Segundo Fernando Rodrigues, o Exército seria organizado sobre as seguintes bases:

1) das forças de 1ª linha ou Exército ativo e sua reserva; 2) das forças de 2ª linha e sua reserva. (...) além do Comando-Chefe, que é exercido pelo presidente ou seu delegado, no caso de guerra, o Exército teria também o comando hierárquico, que seria exercido pelos oficiais à testa das grandes e pequenas unidades. (...) o Ministério da Guerra seria o órgão imediato do comando superior, servindo órgãos mediatos, isto é, dependentes daquele: a) o Estado-Maior; b) as Inspeções. (RODRIGUES, 2008, p.98).

Ainda de acordo com o autor, o Ministro determinou a criação de Grandes Unidades permanentes, a reorganização do Estado-Maior do Exército (EME), tornando-o mais compatível com a preparação para a guerra; a elaboração dos regulamentos de emprego das Armas destinados à instrução da tropa e dos quadros; a aquisição de armamento; e o reaparelhamento das fábricas. Apenas duas dessas mudanças foram concretizadas ainda na gestão do Ministro Hermes da Fonseca: a criação das grandes unidades e a aquisição de armamentos.

De acordo com Câmara e Peres (2005), as alterações foram pontuais, em relação ao programa de ensino de 1905, e pretendiam diminuir o caráter essencialmente teórico do curso. A principal mudança foi na duração do curso, que passou de vinte e quatro para trinta e seis

---

<sup>26</sup> Decreto nº 7.339, de 25 de Fevereiro de 1909 que alterava o art. 49 e seus §§ 1º e 2º, art. 50 e seus §§ 1º, 2º, 3º, 4º, o parágrafo único do art. 58, o art. 59 e seus §§ 1º e 2º, os arts. 100 e 106, os §§ 2º e 3º do art. 112 e o art. 117 do regulamento para as escolas do exercito a que se refere o decreto n. 5.698, de 2 de outubro de 1905.

meses. Manteve-se a separação em três períodos, que seriam anuais. A organização em aulas, e seus respectivos títulos, foram minimamente alterados, assim como alguns dos conteúdos programáticos<sup>27</sup>. De forma geral, as alterações propostas nos regulamentos da EEM ao longo da década de 1900 e 1910, assim como nas demais instituições militares de ensino, procuravam intensificar o ensino prático e o chamado "teórico-prático". Tal orientação está na maioria dos relatórios dos ministros de guerra, mas quase sempre esbarravam na falta de recursos materiais e estrutura física para sua concretização.

A gestão de Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra, iniciada em 1906, representou diversas tentativas de modernizar o Exército por meio de legislações e projetos de profissionalização. Entre as normas criadas se destaca a lei nº. 1860, de 04 de janeiro de 1908, que determinava que todo cidadão brasileiro, de 21 a 44 anos de idade, era obrigado ao serviço militar, conforme o art. 86<sup>28</sup> da Constituição da República, e de acordo com as determinações da nova lei. Para o Ministro da Guerra Hermes da Fonseca a lei foi recebida com:

...simpatia e gerais aplausos pelo povo e especialmente pela mocidade estudiosa, que desde então tem afluído aos quartéis do Exército para receber a instrução militar, indispensável ao cumprimento oportuno do seu dever cívico de defender a integridade da Pátria e a manutenção das instituições nacionais. (FONSECA, 1908, p.3).

Nesse sentido, a nova lei seria:

...essencialmente democrática que, baseada na Constituição de 24 de fevereiro [de 1891], fez do Exército a instituição nacional por excelência, nivelando sob a bandeira e sob o uniforme, sem distinção de classes nem de raças, todos os cidadãos, assim chamados a se desobrigarem da responsabilidade que a todos incumbe de manter a grandeza do nosso Brasil. (FONSECA, 1908, p.4).

A ideia de formar um efetivo composto por membros de todas as classes sociais era uma meta do Alto Comando do Exército desde a Proclamação da República, e foi citado recorrentemente nos relatórios do Ministro da Guerra a partir da década de 1890. Na década de 1910, esse ideal se difundiu no meio civil, especialmente entre setores da intelectualidade, tendo como expoente o poeta Olavo Bilac. Edmundo Coelho atesta que o poeta via no serviço militar obrigatório:

a solução para os problemas da organização nacional. O quartel, dizia ele, apura as qualidades do indivíduo, infunde-lhe o sentido de hierarquia, da

---

<sup>27</sup> Conferira a tabela completa no Anexo 2.

<sup>28</sup> "Art. 86 - Todo brasileiro é obrigado ao serviço militar, em defesa da Pátria e da Constituição, na forma das leis federais." (BRASIL, 1891)

disciplina e do patriotismo. O quartel seria a expressão mais acabada da democracia porque nivela as classes no mesmo dever e tarefa de defesa nacional. (COELHO, 2000, p.89-90).

A campanha de Olavo Bilac e de políticos civis coincidiu com as ações e concepções, de um grupo de jovens oficiais, que também viam no serviço militar obrigatório um elemento importante na estruturação da defesa nacional. A organização e as principais ideias desse grupo serão no próximo capítulo.

## Capítulo 2 O Regulamento de 1913-14 e os ideais modernizadores dos jovens turcos<sup>1</sup>

### 2.1 A criação da revista *A Defesa Nacional* e a influência do pensamento militar alemão no exército brasileiro.

O início da gestão do Marechal Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra, em 1906, marcou um período de tentativas de reformas do exército e de intensa formulação de ideias para embasar tais mudanças. O Marechal tinha profundo conhecimento das precárias condições do Exército Brasileiro, o que, em grande medida, foi fundamental para orientar suas ações como ministro da guerra. Em 1905, no comando do 4º Distrito Militar, Hermes promoveu as primeiras grandes manobras do Exército, nos campos de instrução do Curato de Santa Cruz. Após 22 dias estavam expostas as precariedades da tropa:

calçados de baixa qualidade, barracas muito pequenas, insuficiente estoque de alimentos devido a dificuldades de transporte, armamento velho e insuficiente, mochilas excessivamente pesadas e com um sistema de alças que dificultava a circulação nos braços, cintos que se abriam constantemente e cartucheiras de couro que não resistiram ao peso da munição. (RODRIGUES, 2008, p.99)

Para Rodrigues (2008) os movimentos sociais ocorridos entre o final do século XIX e início do XX, como a Revolta de Canudos, e problemas de fronteira no estado do Amazonas mostravam a necessidade de se organizar o Exército. O Ministro da Guerra, General Argollo (1904), asseverava que não se podia confiar somente na eficácia da diplomacia para resolver os problemas da política externa brasileira com relação à garantia dos territórios e ao reconhecimento de seus direitos, uma vez que “*apesar dos esforços dos governos passados e dos sacrifícios feitos com o seu custeio, o estado do Exército não é lisonjeiro; carece de pessoal e de material bélico, de organização e de comando.*” (ARGOLLO, 1904, p.5).

O Estado-Maior do Exército também foi alvo das primeiras considerações do Ministro, que via nele uma feição burocrática, com a realização de serviços que deveriam ser atribuídos a uma secretaria de guerra, para que este pudesse exercer exclusivamente sua elevada função de “*preparo das tropas, do estudo da defesa do país e das campanhas futuras.*”. (ARGOLLO, 1904, p.8). Uma das primeiras ações do General Hermes da Fonseca foi a promulgação da Lei de Reorganização do Exército, em 1908.

---

<sup>1</sup> O nome fazia referência aos jovens oficiais do Exército turco, que sob a influência da doutrina militar alemã, formaram um grupo que reorganizou o Exército da Turquia. Inicialmente os oficiais brasileiros foram tachados pejorativamente de “jovens turcos” por oficiais mais velhos, mas com tempo o apelido foi transformado em símbolo na campanha para reforma e modernização do Exército.



Manuel Domingos Neto assevera que a gestão de Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra foi marcada por uma posição favorável às reformas e pela realização de grandes mudanças no Exército. Para o autor, “*com o incentivo do ministro, acenderam-se as discussões sobre a modernização do Exército, e planos foram elaborados.*” (DOMINGOS NETO, 1980, p.47) Segundo José Murilo de Carvalho, no âmbito do treinamento de oficiais, a medida de maior impacto, “*foi sugerida pelo Ministro Rio Branco: o envio de jovens oficiais para servirem arregimentados no Exército alemão, considerado dos mais bem organizados na época.*” (CARVALHO, 2005, p. 27). Segundo o autor, foram enviadas três turmas, uma em 1906 outra em 1908 e a última em 1910, para absorverem o espírito da organização militar alemã. A determinação para enviar a turma já constava no relatório do Ministro da Guerra de 1904:

Como complemento da orientação prática e profissional que vai ter o ensino nas escolas militares, e com o fim de formar instrutores perfeitamente habilitados para lecionar nestes estabelecimentos, enviou o Governo para a Europa, onde vão servir por dois anos no Exército alemão os seguintes oficiais: capitão Emilio Sarmiento e tenente Constantino Deschamps Cavalcante, de infantaria; 1º tenente Cassiano da Silveira Mello Mattos e 2º tenente Bento Marinho Alves e Manoel Bougard de Castro e Silva, de artilharia; e tenente Estellita Augusto Werner, de cavalaria. (ARGOLLO, 1905, p.17)

O Ministro da Guerra Hermes da Fonseca e uma comitiva de oficiais de alta patente foram à Alemanha, a convite do Kaiser Guilherme I, para assistir as manobras do Exército alemão realizada em 1908. Entre os oficiais brasileiros destaca-se o capitão Constantino Deschamps Cavalcante, integrante do primeiro grupo enviado em 1906, que acompanhou a comitiva explicando detalhadamente as manobras. De acordo com Luna (2009), a recepção de Hermes em Berlim foi marcada por homenagens, como banquetes oficiais e o convite para “montar o cavalo pessoal do Imperador para passar em revista tropas reunidas em sua homenagem.” (LUNA, 2009, p.2). A parte técnica ficou por conta das visitas “às fábricas de material bélico Mauser e Krupp, à Escola Militar de Lichterfeld, às fábricas da Allgemeine Electricitäts Gessellschaft e à estação telegráfica sem fios de Navem” (LUNA, 2009, p.3). Para McCann (2007), a viagem rendeu aumento de popularidade ao Ministro.

A visita foi divulgada na imprensa brasileira, alemã e francesa. Na última, segundo Luna (2009), o jornal *Lé Brésil* noticiava que o Marechal Hermes não visitaria a França, por conta de possíveis restrições feitas pelo Kaiser. Tal notícia é, no mínimo, questionável, e deve ser entendida como um dos elementos no amplo quadro de disputas entre as potências

militares europeias, em especial França e Alemanha, por influência nos exércitos da América Latina. Essa disputa não visava apenas uma supremacia doutrinária, mas, especialmente, uma dominação dos mercados emergentes dos países latinos, que tinham incipientes exércitos, e quase inexistentes indústrias bélicas.<sup>2</sup> O Marechal Hermes da Fonseca tinha conhecimento destas disputas e, em 1910, visitou novamente a Alemanha para assistir às manobras do Exército e da Esquadra. Luna (2009) destaca que, no mesmo ano, Hermes foi à França, onde visitou diversas instalações militares, escolas, fábricas de armamento, entre outras. Além de assistir a “manobras e exercícios das tropas francesas e realizado viagens organizadas pelos fabricantes de armas.” (LUNA, 2009, p.4). Sobre as manobras assistidas em 1910, na Alemanha, Estevão Leitão de Carvalho, a época primeiro-tenente, e integrante do último grupo de estagiários, relembra:

O nosso entusiasmo por ver adotados no Exército Brasileiro os métodos de instrução que condiziam àquele espetáculo impressionante recebeu um forte estímulo, quando soubemos haver a intenção de contratar-se uma grande missão alemã para orientar a remodelação das nossas forças de terra. Essa notícia surgiu durante a estada do marechal Hermes, na Alemanha, a convite do Imperador Guilherme, para assistir às manobras de outono, que se realizariam em setembro daquele ano. (CARVALHO, 1961, p.102).

O Relatório do Ministro da Guerra de 1908 apresentava informações sobre o envio da segunda turma de oficiais para estágio:

No intuito de aperfeiçoamento da instrução militar foram nomeados, para servirem no Exército alemão, os 1º tenentes Alexandre Galvão Bueno, Leopoldo Itacoatiara de Senna e os 2º tenentes Manoel Joaquim Pena, Augusto da Silva Mendes, Antônio Borba de Moura e Amaro Azambuja Villanova, tendo sido designados os 2º tenentes Mario Hermes da Fonseca, Ignacio de Alencastro Guimarães Junior e Pedro Carlos da Fonseca para se aperfeiçoarem na Europa em conhecimentos militares e profissionais. (FONSECA, 1909, p.5).

O Relatório da 1ª e 2ª seção<sup>3</sup> do Estado-Maior do Exército referente ao ano de 1910, assinado pelo General de Brigada Bellarmino Mendonça, citava os estudos referentes aos exércitos estrangeiros, destacando os importantes subsídios fornecidos pelos adidos militares<sup>4</sup>, que estiveram ou ainda estavam lotados em países estrangeiros. O relatório também solicitava

---

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre tais disputas conferir DOMINGOS NETO, 1980.

<sup>3</sup> Conforme consta na lei de criação do EME, a primeira seção era responsável pelo “estudo estatístico e histórico dos exércitos nacional e estrangeiros, especialmente os americanos e tudo quanto possa interessar á mobilização e concentração das forças militares.” (BRASIL, 1896). A segunda seção também era dedica ao estudo, com destaque para os “teatros prováveis de operações de guerra, organização de planos de campanha, meios de defesa do país, grandes exercícios e campos de manobras, mobilização, concentração e serviços da retaguarda.” (BRASIL, 1896).

<sup>4</sup> “Especialmente os tenentes-coronéis Augusto Tasso Fragoso, Francisco Emílio Jullien, Coronel Gabriel de Sousa Pereira Botafogo e Major Fleury de Barros” (MENDONÇA, 1911, p.11).

“conveniente louvor para o relatório do 2º Tenente Amaro Villanova, que serve arregimentado no Exército Alemão.” (MENDONÇA, 1911, p.11). O tenente Villanova faria parte da segunda turma e em 1910 ainda permanecia no exército alemão.

O terceiro e último foi enviado em 1910 e apresentava o maior grupo de oficiais enviados até então, como podemos observar no quadro abaixo:

<b>Quadro 5 – Relação dos oficiais que estagiaram na Alemanha entre 1910 e 1912.</b>	
<b>Militar</b>	<b>Organização Militar de Origem</b>
Capitão de Infantaria Luís Furtado	1º Regimento de Infantaria
Capitão de Infantaria José Carlos Vital Filho	13ª Companhia Isolada
Capitão de Artilharia Francisco Jorge Pinheiro	Departamento da Guerra
1º Tenente de Artilharia Eduardo Cavalcanti de Albuquerque Sá	Instrutor da Escola de Artilharia e Engenharia.
1º Tenente de Artilharia Epaminodas de Lima e Silva	1º Batalhão de Artilharia de Posição
1º Tenente de Engenharia José Pinheiro de Ulhôa Cintra	Departamento da Guerra
1º Tenente de Cavalaria Arnaldo Brandão	Departamento da Guerra
1º Tenente de Artilharia César Augusto Parga Rodrigues	Escola de Artilharia e Engenharia.
1º Tenente de Artilharia Bertholdo Klinger	Parque da 2ª Brigada Estratégica
1º Tenente de Infantaria José Antônio Coelho	6º Regimento de Infantaria
2º Tenente de Cavalaria Euclides de Oliveira Figueiredo	6º Regimento de Cavalaria
2º Tenente de Cavalaria Evaristo Marques da Silva	15º Regimento de Cavalaria
2º Tenente de Infantaria Joaquim de Souza Reis Netto	14º Regimento de Infantaria
2º Tenente de Infantaria Estevão Leitão de Carvalho	11º Regimento de Infantaria
2º Tenente Jerônimo Furtado do Nascimento	Instrutor da Escola de Artilharia e Engenharia.
2º Tenente José Bento Thomaz Gonçalves	5º Regimento
Fonte: DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. <i>Revista A Defesa Nacional</i> . Rio de Janeiro: 1985. Nº. 718, p. 10-11.	

Segundo Domingos Neto, desde a primeira viagem os ex-estagiários “*iniciaram uma campanha pela contratação de uma Missão Militar Alemã, traduziram obras de militares alemães e escreveram artigos sobre as maravilhas do Exército e da indústria bélica da Alemanha.*” (DOMINGOS NETO, 1980, p. 47). McCann afirma que o Ministro Hermes chegou a negociar “*com a Alemanha o envio de uma missão para supervisionar a reorganização do Exército.*” (MCCANN, 2007, p.145), no entanto, a contratação não foi efetivada, nem como Ministro, tampouco como Presidente da República entre 1910 e 1914.

Ao rememorar tal desfecho, Leitão de Carvalho, asseverava:

De fato, parece ter havido entendimentos nesse sentido, pois o tenente Vilanova<sup>5</sup> fora retido na Alemanha, para ser ajudante de ordens do chefe da missão, só tendo podido regressar ao Brasil no fim do ano, quando a iniciativa do presidente eleito, por motivos até hoje inexplicados, caducou, ficando suspensos os preparativos a que já se entregavam alguns oficiais escolhidos para comporem a missão.(CARVALHO, 1961, p.102).

O relato memorialístico deixa claro que a incredulidade do jovem tenente Leitão de Carvalho permaneceu viva no velho general. De fato, para os oficiais da época, as visitas e o envio de três grupos de oficiais para realizarem estágios, significavam uma evidente aproximação com o exército alemão e reforçavam a possibilidade da contratação de uma missão militar, que para eles, revolucionaria o exército brasileiro. Imbuídos desse entusiasmo as terceira e última turma de oficiais retornaram ao Brasil em 1912.

Ao desembarcarem, os oficiais foram distribuídos pelos Corpos de Tropa das suas respectivas Armas para colocarem em prática os conhecimentos adquiridos no estágio. Para o General Odylio Denys tal medida do Ministério da Guerra, não foi eficaz, uma vez que os oficiais, “*Não foram no começo, aproveitados como deveriam ser, pois sua inclusão em unidades das armas a que pertenciam, deu-lhes âmbito de influência pequena*”. (DENYS, 1979. p.26). Apesar do pouco impacto inicial dos jovens turcos, sua influência no pensamento militar brasileiro foi profunda devido à criação da revista *A Defesa Nacional*<sup>6</sup>.

De acordo com Grunennvaldt (2005), os jovens oficiais, ainda na viagem de volta ao Brasil, tiveram a ideia de criar uma revista para difundir os conhecimentos recebidos no estágio. A intenção era disseminar os conceitos germânicos de modernização do exército no meio militar nacional. No dia 20 de setembro de 1913, os oficiais se reuniram no Clube Militar, no Rio de Janeiro, para criar a revista *A Defesa Nacional*<sup>7</sup>. A ata de criação foi publicada na mesma revista vinte anos após a sua fundação, e de acordo com Fernanda Nascimento, a ata registrava “o interesse dos militares ali reunidos para trabalhar em uma revista ‘que refletisse as ideias do novo Exército e fosse, por consequência, um órgão de

---

<sup>5</sup> Trata-se do Segundo-tenente Amaro Azambuja Villa Nova que integrou a segunda turma de oficiais que estagiaram no exército alemão, entre 1908 e 1910.

<sup>6</sup>Os oficiais fundadores foram: Estevão Leitão de Carvalho, Jorge Pinheiro, Joaquim de Souza Reis, Bertholdo Klinger, Amaro de Azambuja Villa Nova, Epaminondas de Lima e Silva, César Augusto Parga Rodrigues, Euclides Figueiredo, José Pompêo Cavalcanti de Albuquerque, Mário Clementino de Carvalho, Brasílio Taborda, e, Francisco de Paula Cidade. Entre doze membros fundadores, apenas os últimos quatro não eram ex-estagiários no exército alemão. Para maiores informações sobre a revista e seus impactos no Exército, conferir CAPELLA, 1985; NASCIMENTO, 2010.

<sup>7</sup> A Primeira edição foi publicada no dia 10 de outubro de 1913 e o fac-símile da primeira página está disponível no ANEXO 3.

combate e um instrumento de trabalho.” (NASCIMENTO, 2010, p.62). A ata também apresentava a decisão unânime de divisão das despesas financeiras para as primeiras publicações. Segundo Capella (1985) a tiragem inicial foi de cerca de mil exemplares, enviados individualmente pelos editores.

Rodrigues atesta que a escolha do nome sintetizava o objetivo da revista, “iniciar uma literatura militar renovadora da Instituição no país e o de estabelecer uma discussão sobre os interesses na defesa do território contra os problemas externos e internos.” (RODRIGUES, 2008, p.101). Francisco de Paula Cidade, membro do corpo editorial da revista nas décadas posteriores, descrevia que os jovens oficiais retornam do estágio “animados pelo fogo sagrado do militarismo que ardia nas piras do Kaiser. Inebriados pelo colossal e formidável progresso material que havia naquela Nação, procuravam implantar no Exército os métodos usados no Exército daquele país” (A DEFESA NACIONAL, 1926).

As primeiras edições seguiam o padrão editorial simples e austero, com a intenção de demonstrar objetividade na abordagem dos temas. O primeiro número, por exemplo, foi publicado sem capa para reforçar o tom estritamente profissional, a despeito de preocupações com formato e beleza. Nascimento (2010) afirma que a revista foi influenciada pela publicação militar alemã, *Militaer Wochenblatt*, na qual Bertholdo Klinger havia publicado um artigo durante seu estágio. Até o formato foi o mesmo da revista alemã: 18x26cm. Leila Capella (1985) atesta que durante os primeiros anos de existência do periódico sua sede se instalou, gratuitamente, no primeiro andar de uma papelaria<sup>8</sup>, no centro do Rio de Janeiro. Tal sede provisória foi mantida por alguns anos até a transferência para uma sala nas dependências do Ministério da Guerra.

A maioria das páginas era preenchida com traduções de regulamentos militares germânicos, descrições técnicas de armamentos, táticas e jogos de guerra. A exceção ficava por conta dos editoriais, geralmente escrito por membros ou simpatizantes dos jovens turcos que abordavam assuntos mais gerais como o papel do Exército na sociedade, a necessidade do serviço militar obrigatório, entre outras bandeiras associadas à modernização e profissionalização militar.

Aqui é fundamental compreender qual sentido dessa “modernização militar”, ou seja, quais os elementos que compunham essa proposta. Tal processo se assenta em três pilares: 1) Estabelecimento do serviço militar obrigatório; 2) Afastamento dos militares da atuação

---

<sup>8</sup> Provavelmente trata-se da Papelaria Macedo, localizada à Rua da Quitanda 74, onde, de acordo com Bento (2013), os fundadores receberam o primeiro número editado, o n° 1, com a data de 10 de outubro de 1913.

política; 3) Criação e fortalecimento das instituições destinadas à formação do oficial. Os jovens turcos visavam a “transformação do Exército num órgão nacional voltado à defesa do país. [...] Princípios como a disciplina e o respeito à hierarquia foram elencados como imprescindíveis para a execução deste objetivo.” (MARCUSO, 2015a, p. 83).

José Murilo de Carvalho assevera que a ideia de neutralidade política defendida pelos jovens turcos era enganosa, e que a postura “voltada para problemas de defesa nacional e fortalecimento do Exército tornou viável novo tipo de intervenção militar na política.” (CARVALHO, 2005, p.41). A chamada “intervenção moderadora” admitia, em casos extremos, a intervenção do exército na política. Tal posição fica evidente no primeiro editorial da Revista *A Defesa Nacional*:

O Exército precisa estar aparelhado para a sua função conservadora e estabilizante dos elementos sociais em marcha e preparado para corrigir as perturbações internas, tão comuns a vida tumultuária das sociedades que se formam. (EDITORIAL, 1913, p.1).

O texto não foi assinado, o que gera, até hoje, mais de uma versão sobre sua autoria.

De acordo com Fernanda Nascimento (2010), desde os primeiros números a revista deixava claro que a organização da nação deveria ser iniciada com a organização do Exército. Em outras palavras, os jovens oficiais fundadores

[...] acreditavam na regeneração do Brasil através de um projeto de cunho militarista, que pretendia inculcar nos cidadãos brasileiros o amor à pátria, os valores nacionais e a consciência do papel do soldado-cidadão dentro de uma sociedade voltada para os princípios da defesa nacional. (NASCIMENTO, 2010, p.57).

Este trecho denota a importância dada ao exército desde o início da república, uma vez que este figurava como uma das instituições mais consolidadas e, portanto, com maior capacidade de orientar ou, no mínimo, dar sustentação a um projeto de construção do estado nacional, tema que seria recorrente nas páginas da revista na década de 1930. Para os jovens turcos, entretanto, prover tal sustentáculo só seria possível com a reconstrução do próprio exército nacional. Medida que, necessariamente, teria que se basear em exércitos estrangeiros, devido às precárias condições das forças nacionais a época.

Assim, a revista, acabaria se tornando em um espaço para exposição do supracitado conflito entre a influência dos franceses e alemães no seio do oficialato brasileiro. Extrapolando, já nos primeiros anos, os temas essencialmente técnicos. Isso é facilmente constatado em um artigo que comentava uma nota publicada no jornal *O paiz*, no dia 6 de novembro daquele ano. O texto publicado no jornal, de autoria do Major Liberato Bittencourt

e intitulado “Sobre a Escola de Saumur”, elogiava uma proposta de incluir no orçamento de guerra, o envio anual de oito oficiais recém-formados na arma de cavalaria para a Escola de Saumur, tradicional escola de equitação francesa<sup>9</sup>. O autor também aproveitava para levantar alguns questionamentos sobre o envio de oficiais para realizarem estágio na Alemanha:

Nesses últimos tempos temos mandado a Europa, sem destino certo, um sem número de jovens e distintos oficiais. E quase todos, ao chegarem entusiasmados ao velho continente, esquecem erradamente a França, preferindo observar de perto o grande e complicado instrumento de guerra da Alemanha.

Por quê?

Certo não é pela superioridade, que não existe, da tática alemã; nem pelas vantagens reais da sua estratégia, toda ela napoleônica; nem tampouco pela excelência dos armamentos, ou pela rigidez da disciplina; mas pura e simplesmente, pelos feitos, desastrosos ou brilhantes, de 1870 e 1871<sup>10</sup>.

Como a pátria de Frederico, mais precavida que a de Napoleão, bateu esta a última guerra, os jovens alemães do exército brasileiro, sem examinar aprofundadamente as bélicas coisas, concluem logo pela superioridade, para eles até incontestável de tudo que é alemão ou da Alemanha. (BITTENCOURT, 1913, p.2).

A crítica aos jovens turcos é direta e contundente, e a explicação para a suposta superioridade militar alemã é derrota francesa na Guerra Franco-Prussiana, que foi explicada pelo Major:

Do ponto de vista histórico militar nenhuma nação mais gloriosa que a França. Ela é a mestra da estratégia, da ciência do general em chefe. Dormiu descuidadamente à sombra dos louros conquistados, e foi batida em 1870. (...) a França foi imprudente; e os alemães, à sombra de Moltke, o mecânico das batalhas, assimilaram perfeitamente as doutrinas napoleônicas, empregando-as depois com toda a segurança técnica a primeira oportunidade.

Eis tudo.

Mas não se conclua daí uma inferioridade, que não existe, e que de modo algum poderia ter existência.

Pois graças a esse tedesco<sup>11</sup> sentimento dos jovens militares é que nós brasileiros, desejando preparar conscientemente os nossos chefes de cavalaria, esquecido temos a escola de Saumur, a mais afamada escola de cavalaria existente na Europa. (BITTENCOURT, 1913, p.2).

O Major Bittencourt ainda analisa um artigo da própria ADN, a qual classifica como

---

<sup>9</sup> Com a contratação da Missão Militar Francesa, foi criado, por aviso ministerial, de 17 de setembro de 1923, o Núcleo de Adestramento de Equitação, que funcionou nas dependências da recém inaugurada Escola de Estado-Maior. De acordo com Liotti (2015), a função de instrutor chefe foi desempenhada pelo Capitão Jules Leon Armand Gloria, integrante do *Cadre Noir* da Escola de Cavalaria de Saumur, o qual só seria substituído em 1928, pelo Major Charles Robert Baptistelli, quando se transforma em Curso Especial de Equitação. Apenas em 1954 receberia a nomenclatura atual de Escola de Equitação do Exército.

<sup>10</sup> Trata-se da Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), que terminou com a derrota francesa e a consolidação da unificação alemã em torno do reino da Prússia.

<sup>11</sup> Germânico; alemão. "Tedesco", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/Tudesco> [consultado em 12-12-2016].

“excelente revista”, sobre a qualidade do arreamento<sup>12</sup> alemão em detrimento do francês, algo considerado pelo autor “um pecado, quase original” e uma consideração com “uma larga dose de exagero, que precisa ser apresentada e combatida.” (BITTENCOURT, 1913, p.2). Retomando a análise elogiosa da escola de equitação francesa, o Major destacava:

Terminando o curso, um aluno da escola de Saumur é um perfeito cavaleiro e um ousado cavalarião<sup>13</sup>: monta com escola e sabe os segredos todos da profissão preferida, do reconhecimento ao ataque a noite. Está, portanto, nos casos de ser um ótimo chefe. E na guerra, com se disse de início, só uma boa cavalaria pode fazer o general senhor da campanha: *in war good cavalry makes a general master of campaign*<sup>14</sup>. (BITTENCOURT, 1913, p.2).

Interessante notar o destaque dado à formação do chefe, elemento central no pensamento militar francês<sup>15</sup>, e que figura como um dos objetivos principais da Escola de Estado-Maior. A citação, em inglês, é do pensador militar prussiano Carl Von Clausewitz (1780 -1831), usado como epígrafe do texto. A utilização de um autor germânico para tecer críticas a oficiais germanófilos, e para elogiar a cavalaria francesa é, no mínimo, provocativa.

Por fim, o Major tece novas críticas a aproximação com a Alemanha, ao caracterizar o “distanciamento cultural” em relação ao Brasil, o que, segundo ele, não se aplica no caso da França:

(...) língua, raça, hábitos, costumes, tradições, exigências, tudo, enfim, nos é diverso, estranhável e incomodo. Para a França, porém, a questão muda inteiramente de figura. A nossa educação é toda ela francesa; franceses os livros que estudamos, as doutrinas que aprendemos, as teorias de que necessitamos. E, como a língua francesa não nos é estranha, grandes então os louros a haurir, trocando de vez a Alemanha pela França, no preparo consciente do nosso exercito. (BITTENCOURT, 1913, p.2).

Assim, conclui o Major, a referida emenda do Deputado é importante, pois “dará rumo certo a nossa verdadeira cultura profissional, de ver nos afastando das sérias inconveniências ocasionadas por uma preferência leviana, que se não explica com vantagem no seio da estratégia e da tática, nem tampouco nos domínios da lógica e do bom senso.” (BITTENCOURT, 1913, p.2).

A reposta dos jovens turcos foi rápida, sendo publicada no Editorial da edição de dezembro da revista *A Defesa Nacional*. Em um artigo incomum para a linha editorial<sup>16</sup> e

---

<sup>12</sup> Conjunto das peças do aparelho das cavalgaduras; conjunto dos arreios. Colocados nos equinos, para monta ou transporte.

<sup>13</sup> Militar integrante da cavalaria.

<sup>14</sup> “Em uma guerra, boa cavalaria faz do general mestre da campanha” [tradução livre].

<sup>15</sup> Conferir a breve exposição sobre os elementos centrais da doutrina militar francesa no item 3.1.

<sup>16</sup> Como vimos, a revista foi fundada para ser um instrumento de veiculação de conhecimentos técnicos e



formato do periódico o texto do Major Bittencourt é detidamente analisado e contraposto:

Dentre os ataques que de algum tempo para cá vem sofrendo a chamada “escola alemã” é sem dúvida dos mais curiosos o que se lê em O Paiz, de 6 de novembro, com a epígrafe Sobre a Escola de Saumur. Não tivéssemos, porém, encontrado aí uma referência ao comentário do nosso primeiro número sobre O arriamento para a cavalaria, a qual o seu autor aproveita para uma alfinetada, chamando-nos de jornal prussiano, mais uma vez o ardoroso escritor militar não seria contrariado no seu amor pela França. (EDITORIAL, 1913, p.101).

A utilização de uma escrita mais pessoal e, em certos momentos, irônica é perceptível, embora rara nas publicações da revista. Demonstrando o mal-estar causado pelas críticas do Major Bittencourt:

Antes de falarmos em escolas de equitação, que, pelo título, o artigo deu-nos a ilusão de ser seu assunto principal, seja-nos permitido estranhar que tão apaixonado apologista das teorias francesas comece, num artigo pró-França, por uma citação de Clausewitz, em inglês. E depois, em sua argumentação diz: “são franceses os livros que estudamos, as doutrinas que aprendemos e as teorias de que necessitamos”. Toda vez que ouvimos ou lemos afirmações da natureza desta, lembramo-nos logo da “Nation Armée”, da “Theorie de la grande guerre” e de outras traduções em francês que nos eram familiares na escola; e nosso espírito leva-nos, sem malícia alguma, a perguntar ao Senhor Major Liberato se doutrina e teoria francesas compreendem tudo o que está traduzido para essa língua que pretendemos manejar tão bem. Tínhamos também, diante disso, desejo que nos dissessem quais os livros genuinamente franceses adotados no jogo da guerra da IX Região de Inspeção (EDITORIAL, 1913, p.101).

Esse trecho ataca pessoalmente a figura do Major, e depois tenta refutar seu argumento sobre a hegemonia francesa nas obras militares estudadas nas escolas de formação de oficiais. Ao abordar a questão da doutrina, o editorial aponta para a constatação de que nenhuma doutrina militar era adotada no exército, e nesse sentido, os oficiais deveriam

aceitar as boas, alemãs ou francesas, uma vez que venham recomendadas por longa experiência. Mas, mais que doutrina e teoria, o que precisamos é incutir no espírito dos nossos jovens oficiais a prática da instrução e do seu desenvolvimento progressivo de acordo com um método cuidadosamente traçado. (EDITORIAL, 1913, p.101).

Esse posicionamento seria reafirmado anos mais tarde, no esteio das discussões acerca da contratação de uma missão militar estrangeira para orientar a reorganização da instrução do exército brasileiro.

Por fim, o texto refuta as considerações acerca da incompatibilidade do exército brasileiro com a instrução alemã. Ao apresentar como falsa a ideia de que em relação à

---

profissionais sobre a vida militar. No entanto, essa contradição entre a abordagem técnica e a política parece ter permeado a produção da revista desde seus primeiros números.

Alemanha “tudo nos é diverso, estranhável e incômodo, enquanto se pensa que na outra [França] a questão muda inteiramente de figura.” (EDITORIAL, 1913, p.102). A ressalva é complementada com elogios ao treinamento militar alemão ao constar que “não há coisa mais diversa da nossa do que a perfeita organização alemã, a prática da instrução que lá se observa e o honesto cumprimento de todos os regulamentos.” (EDITORIAL, 1913, p.102). Em seguida se aumenta o tom da crítica para finalização do argumento:

A respeito dessa comparação, há de calar no espírito do Senhor Major Liberato a observação de que só não tolera a instrução alemã quem ainda não a praticou. De todos os oficiais que serviram naquele grande exército, não há um que diga que ela não corresponde ao nosso temperamento. (...) desde que não fique provado sermos homens sem um braço ou sem uma perna, não há argumento contra a adoção da escola alemã no Brasil. (EDITORIAL, 1913, p.102).

Para além das considerações profissionais, a característica mais marcante do editorial é o tom pouco técnico e amistoso com que responde a uma nota publicada em um jornal por outro oficial, aliás, de patente maior do que a os editores da revista a época, que chegavam, no máximo, a capitão.

Em um artigo publicado no número seguinte, o capitão César Augusto Parga Rodrigues<sup>17</sup>, publicava um artigo sobre artilharia, no qual tecia comentários sobre a polêmica envolvendo as duas potências militares europeias. Para o autor, haveria, ao contrário do que constatou o major Bittencourt, uma predisposição entre os oficiais de artilharia a acreditar em uma superioridade do armamento francês em face do alemão. Tal posição foi, segundo o capitão, construída por meio de uma campanha de convencimento intensa da indústria bélica francesa, utilizando “de todos os meios não hesitando, sequer, alguns deles em adulterar fatos dos quais tiram ilações ilógicas, comparando, não poucas vezes, coisas inteiramente heterogêneas e, destarte, conseguem trazer ao nosso meio profissional a confusão e o desnorteamento.” (RODRIGUES, 1914, p.117); Entre esses meios são destacadas a simpatia natural que os países latino-americanos nutriam pela França, que teria se tornado uma subserviência e obediência cega por parte dos brasileiros.

O capitão Parga, finaliza seu texto declarando que não era “um fanático admirador da Alemanha”, e, apenas admirava “aquilo que vi de perto e sou grandemente entusiasmado por uma nação onde vi realizado o meu ideal de cidadão, de patriota, de soldado!” (RODRIGUES, 1914, p.117). Em relação à disputa entre as potências militares europeias, o autor apresenta uma observação semelhante à externada no editorial do número anterior:

---

<sup>17</sup> Membro da terceira geração dos jovens turcos e um dos fundadores da revista *A Defesa Nacional*.

Assim, admirando e estimando mesmo, essas duas grandes nações – a França e a Alemanha, ambas para nós inesgotáveis fontes de ensinamentos, encaro aqui a questão como o profissional que não deseja ver sacrificados os interesses da defesa nacional, a homenagem a este ou aquele país e sim, levado pelo mais são patriotismo, procura contribuir para que o Brasil não venha a pagar mui caro seu injustificável excesso de latinismo. (RODRIGUES, 1914, p.117).

Interessante notar que, a despeito da predileção aos alemães, a revista mantinha uma posição aberta e não rechaçava a possibilidade de obter conhecimentos militares franceses, e, na verdade, gostaria de manter as opções de influências abertas.

Os primeiros anos de existência da revista coincidiram com a eclosão da Guerra do Contestado (1912-1916)<sup>18</sup>, inicialmente uma disputa territorial entre estados (Paraná e Santa Catarina) que se desdobrou em guerra civil, declarada oficialmente em setembro de 1914. Rogério Rodrigues (2008) destaca como principais fatores, além do inicial: 1) descontentamento com os poderes localmente instituídos; 2) antigas lutas pelo acesso à terra; 3) liberdade de professar fé religiosa livremente; 4) disputas entre as oligarquias fundiárias estaduais. A guerra civil foi travada entre sertanejos, pequenos proprietários, e coronéis, latifundiários. As ações do Exército foram direcionadas a repressão das “áreas rebeldes” representadas pelos sertanejos.

Durante cerca de quatro anos de combate houve períodos de interrupção, o que não diminuiu a intensidade do conflito, cujo saldo final de mortos, entre civis e militares, foi de cerca de cinco mil mortos<sup>19</sup>. No auge da mobilização militar, McCann (2009) conta um efetivo de cerca de sete mil homens. O Exército lançou mão do recrutamento de civis, os chamados vaquejados, especialmente a partir de 1914. Rogério Rodrigues (2008) estima que cerca de mil civis fosse recrutados para compor as forças militares nacionais. Trata-se, portanto de um conflito militar de suma importância para o Exército, e que não ficaria de fora das páginas da revista. Na edição de outubro de 1914, os redatores<sup>20</sup> da revista apresentavam uma análise do conflito, destacando, inicialmente sua semelhança, da perspectiva militar, com a Guerra de Canudos<sup>21</sup>, ocorrida 14 anos antes: “os surtos sangrentos dos fanáticos vão se

---

<sup>18</sup> De acordo com Rogério Rodrigues (2008) o conflito se iniciou em outubro de 1912, com a morte do monge José Maria e Capitão João Guallberto, e teve fim em outubro de 1916 com a assinatura do acordo de limites entre os estados do Paraná e Santa Catarina.

<sup>19</sup> Rogério Rodrigues (2008) afirma que não há precisão acerca desses dados. Monteiro (1990), por exemplo, aponta estimativas que variam entre três e oito mil baixas.

<sup>20</sup> O editorial foi assinado pelos primeiros-tenentes Bertholdo Klinger, Estevão Leitão de Carvalho e J. de Souza Reis.

<sup>21</sup> Canudos era o arraial de uma comunidade religiosa no sertão do Centro-Norte da Bahia, que chegou a contar com cerca de 30 mil moradores. A Guerra de Canudos (1896-1897), foi como ficou conhecido o conflito entre as forças armadas estaduais e federais e o arraial. Foram necessárias quatro expedições militares para derrotar

assemelhando à luta inglória de Canudos, onde uma grande parte do nosso exército sucumbiu aos tiros certos dos jagunços”. (A DEFESA NACIONAL out/1914, p. 1). É importante pontuar que a campanha de Canudos provocara um impacto desmoralizante no Exército devido às sucessivas derrotas frente a uma população sem treinamento militar, mas com capacidade de lutar e resistir. Como na clássica descrição de Euclides da Cunha, que caracterizou o sertanejo como um “Hércules-quasímodo”, “desgracioso, desengonçado, torto” e fraco, mas que diante da iminência do combate se convertia em um “titã acobreado e potente”, capaz de “força e agilidade extraordinárias”. (CUNHA, s/d, p.48).

A violência extrema de ações das tropas durante a campanha de Canudos também riscaram a imagem do Exército, e não condiziam com a imagem de uma força terrestre profissional e organizada que os jovens turcos defendiam para as ações no Contestado. Robert Levine destaca que “durante a guerra, muitos soldados transformaram, à força, mulheres e meninas em concubinas, e grupos de crianças foram colocados para trabalhar como faxineiras e empregadas”. (LEVINE, 1995, p.273). Rodrigues é mais claro, ao afirmar que o Exército brasileiro, em suas ações na guerra, cometeu “grandes atrocidades nos sertões baianos: prometeu manter vivos todos que se apresentassem pacificamente ao Exército e depois aplicou-lhes a degola, estuprou as mulheres, leiloou as crianças.” (RODRIGUES, R. 2008, p.91). Vale a ressalva do mesmo autor: “se foi do Exército a mão que executou a sentença, foi do governo, apoiado por importantes setores sociais, a voz que a ordenou.” (RODRIGUES, R. 2008, p.91).

No caso da campanha do Contestado, a descrição dos sertanejos do sul era centrada na questão religiosa e fundiária, ou seja, se tratavam de fanáticos religiosos, ignorantes e pequenos proprietários movidos por um sentimento de vingança por conta das expropriações de terras. Sob esse último aspecto os editores ressaltavam que tais sertanejos haviam sido “espoliados por concessões de seus territórios, feitas a mandões políticos pelos governantes dos dois Estados.” (A DEFESA NACIONAL, out/1914, p. 1). A crítica aos políticos locais é evidente, pois embora, para os editores, o conflito era fruto da ignorância dos habitantes, a culpa também pesava sob “os governantes estaduais por terem abandonado seus povos,

---

Canudos, sendo que para última foi destacado um grande contingente de soldados e armas pesadas. Aproximadamente 8.526 soldados (42% do total) e 1016 oficiais (32%) serviram na campanha de Canudos. O resultado final foi o massacre quase total da população do arraial de Canudos e uma mancha na história do exército nacional, chegando a estimativa de 25 mil mortos. Para uma descrição jornalística-histórica-literária do conflito e das características gerais da comunidade conferir o clássico de Euclides da Cunha, **Os Sertões**. Para detalhes acerca das operações militares em Canudos conferir, MCCANN, 2007. pp. 63-100.

descuidando da instrução e do policiamento naquela região.” (RODRIGUES, R. 2008, p.38). A despeito da crítica aos governos locais, o editorial deixava claro quem era o inimigo, e como ele seria tratado:

a ação das forças militares assumirá assim, nitidamente as características de operações de guerra, contra irmãos, é verdade, mas irmãos que, por seus atos, estão reduzidos à condição de inimigos [...] enquanto o adversário não se entrega, só deve haver um pensamento entre os chefes e subordinados – aniquilá-lo.” (A DEFESA NACIONAL out/1914, p. 2).

A passagem deixa claro que os jovens turcos defendiam uma ação militar enérgica e eficaz contra os rebeldes.

A atuação do exército no Contestado foi encarada, por parte do Alto Comando, como uma possibilidade de superar os traumas deixados por campanhas anteriores, como Canudos. Rogério Rodrigues (2008) afirma que em diversos aspectos a campanha militar do Contestado, liderada, a partir de 1914, pelo General Setembrino de Carvalho atingiu tal objetivo. Na questão estratégica mobilizou tropas modernas, testou regulamentos de guerra inspirados em manuais alemães e franceses, e, guardadas as devidas proporções, aplicou uma estratégia dentro dos grandes modelos clássicos de guerra vigentes na Europa.

O autor assevera que as fotos oficiais da campanha<sup>22</sup> mostravam, de maneira ilusória, um exército tão organizado, que se confundira com “o prussiano: o mais poderoso em termos bélicos e organizacionais do momento.” (RODRIGUES, R. 2008, p.93). Outro aspecto relevante é a execução de uma guerra dentro dos “limites do profissionalismo e da civilidade”, de acordo como General Setembrino. Em outros termos, não se cometeram as mesmas atrocidades de Canudos contra a população local, os soldados estavam razoavelmente equipados, disciplinados e pagos em dia, e, por fim, os recursos médicos e alimentícios não teriam faltado aos soldados.

Tal relato faz parecer que o conflito foi ameno e civilizado. No entanto, o autor, ao se basear nos relatórios do General Setembrino de Carvalho, tem consciência de que não é possível tomar todas as informações como fatos terminados, pois se trata, como já vimos, de uma produção, quase sempre, idealizada e suavizada. Apenas como contraponto, vamos expor um trecho do telegrama enviado pelo capitão Tertuliano Potiguara<sup>23</sup> ao General Setembrino

---

<sup>22</sup> Trata-se do álbum de fotografias da Guerra do Contestado, depositado no setor de iconografia do Arquivo Histórico do Exército. O autor analisou um acervo oficial de oitenta e sete fotos de guerra, selecionadas pelo General Setembrino, para registrar toda a atuação militar na região. A coletânea não registra “sequer uma foto de desordem, de morte e de privações – elementos inerentes a qualquer ação de guerra –, constata-se a distribuição dessas fotos aos principais jornais do país e um rígido controle da imprensa.” (RODRIGUES, 2008, p.93-94)

<sup>23</sup> Participou da campanha do Contestado e da Primeira Guerra Mundial, tendo alcançado o posto de general-de-

de Carvalho, no dia cinco de abril de 1915, relatando sua ação na tomada da Vila de Santa Maria:

General Setembrino: Depois de onze dias de marcha sendo oito de combates dias e noite, tomei e arrasei treze redutos com sacrificios enormes do meu heroico destacamento. Matamos em combate a fogo e arma branca perto de seiscentos (600) jagunços não contando o grande número de feridos que se iam arrastando por dentro das matas virgens e quase intransitáveis. Arrasei perto de cinco mil casas, dez igrejas e inúmeros ranchos de palha, tendo apreendido grande número de armas e munição de guerra. Infelizmente perdemos cinquenta e seis mortos inclusive Dr. Castagnino e 1º tenente do 16º Oliveira, oitenta e sete feridos, sendo alguns em estado grave. Dentre os feridos contam-se os bravos tenentes do 12º Octaviano e Paes Leme, sendo ambos com ferimentos leves. Com vagar vos darei minuciosa narração de tudo que fiz e que sofri. Perdi vinte e oito cavalos e dezenove muares mortos ficando com a minha tropa a pé além do meu pessoal se achar completamente cansado e estropiado motivo pelo qual peço-vos ordens para seguir com urgência via Porto União da Vitória com todo meu destacamento. (RODRIGUES, R. 2008, p.277).

O telegrama apresenta elementos mais comuns e cruentos, característicos de toda guerra. Aqui, fica evidente que o conflito não foi tão “civilizado” quanto o General Setembrino e o Alto Comando do Exército tentavam transparecer.

Tal discurso foi, em grande medida, reverberado pelos jovens turcos e pela revista *A Defesa Nacional*. Leila Capella sintetiza a posição destes nos seguintes termos:

Transformada em guerra, a repressão aos sertanejos do Contestado, segundo a Revista, deve ter como seu único objetivo aniquila-los. Para isso, é necessário seguir os preceitos táticos previstos nos regulamentos, e passa imediatamente à análise da questão do ponto de vista militar, sob seus diferentes ângulos. Afinal, a guerra civil apresentava pontos positivos para os “jovens turcos”: a possibilidade de testar os conhecimentos adquiridos nos estudos com mestres e manuais estrangeiros e, ainda, demonstra a importância do Exército para a vida nacional, abrindo caminho, em consequência, para a obtenção de melhores fatias do orçamento federal. (CAPELLA, 1985, p.198)

A análise de Capella demonstra que os jovens oficiais também viam na Guerra do Contestado a oportunidade para aplicar novas táticas de guerra, mostrar um exército coeso e organizado, e iniciar o tão almejado processo de modernização do exército nacional, superando, definitivamente, as marcas deixadas por campanhas anteriores, como a de Canudos.

De toda forma, o mais importante é a organização e a unidade de pensamento demonstrada pelos jovens turcos desde o início da revista *A Defesa Nacional*. Ao longo das décadas de 1910 e 1920, os membros mais destacados desse grupo passaram a ocupar importantes funções no Alto Comando, especialmente no Estado-Maior do e no Ministério da

---

brigada.

Guerra. A partir dessa posição privilegiada na administração militar os jovens turcos atuaram constantemente em defesa da modernização e profissionalização do Exército.

## **2.2 O Regulamento de 1913-1914: as primeiras tentativas de modernização da educação militar.**

A Escola de Estado-Maior voltou à Praia Vermelha em 1910, onde permaneceu até 1918, quando foi fechada em decorrência da declaração de guerra à Alemanha (Outubro de 1917). A Escola retoma suas atividades apenas em 1920, quando passou a ter sede própria. Durante a década de 1910 a escola viveu momentos de maior normalidade, pois a sede apresentava melhor estrutura para receber o curso, conforme corrobora o relatório do Ministro da Guerra:

Foi aproveitado o espaço necessário às acomodações não só das aulas teóricas como dos diferentes gabinetes, precisos à ministração da pratica correspondente. No gabinete de eletricidade, instalado em compartimento espaçoso, são feitas todas as experiências de telefonia e telegrafia, inclusive a do telégrafo sem fio, perfeitamente montado com as respectivas antenas e demais aparelhos de transmissão e recepção. Em uma das salas do pavimento térreo instalou-se um motor elétrico e dínamo para a produção de energia para o carregamento dos acumuladores do telégrafo sem fio, para as projeções luminosas, arrebentamentos de minas e demais experiências eletrotécnicas, que no decorrer do curso tornam-se precisas na escola. (BARRETO, 1911, p.9).

Em 1910, ainda de acordo com o relatório do Ministro da Guerra, oito oficiais realizaram a matrícula na EEM. O documento descrevia que o Comandante da EEM, General Gabino Bezouro, apontava a necessidade de alteração do concurso de admissão, uma vez que:

...por serem demasiadas as exigências atuais, que, cumpridas à risca, obrigariam os candidatos a mostrar, de antemão, conhecimentos de tal vastidão, que só poderão possuí-los depois de terem feito nesta escola um curso regular e eficaz. Pensa o mesmo comandante ser acertado não só facilitar um pouco mais o concurso de admissão, em vista da pouca afluência de candidatos a matrícula como estabelecer medidas de incentivo e estímulo, para aqueles que concluíssem com êxito o curso da escola. (BARRETO, 1911, p.8).

As palavras do Comandante da EEM reforçam a assertiva de que os oficiais brasileiros não eram afeitos a estudos sobre assuntos militares.

No ano posterior foram matriculados 18 alunos, segundo o Relatório do Ministro da Guerra de 1911. Em 1912, foram mais 18 matriculados, totalizando 28 alunos efetivos. Em 1913, foram 20 matrículas, totalizando 59 alunos efetivos, sendo que 18 oficiais concluíram o

curso. Nesse ano, a EEM, passava a ter um novo regulamento<sup>24</sup>, com pequenas alterações em relação ao anterior. Antes de nos atermos às mudanças ligadas diretamente a EEM, vale destacar que o Regulamento de 1913-14 reorganiza as instituições de ensino militar novamente, conforme quadro abaixo:

<b>Quadro 6 – Instituições de ensino militar (1905 e 1913-14)</b>	
<b>REGULAMENTO DE 1905</b>	<b>REGULAMENTO DE 1913-14</b>
Escolas regimentais Escola de guerra Escola de aplicação e de infantaria Escola de artilharia e engenharia Escola de aplicação de artilharia e engenharia Escola de estado-maior	Escolas regimentais Colégios Militares Escola Militar [do Realengo] Escola Prática do Exército Escola de Estado Maior.
Fonte: Regulamento de 1905 e Regulamento de 1913-1914.	

A maior alteração, nesse quesito, fica por conta da criação da Escola Militar, no afastado Bairro do Realengo, concentrando novamente a formação do oficial do Exército numa mesma instituição, após o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha em 1904. A reativação dos colégios militares também é significativa. As duas medidas demonstram uma mudança no pensamento educacional do Exército. A época do Regulamento de 1905 a ideia era acelerar a formação em escolas específicas, desativando os colégios e as escolas preparatórias. No entanto, tal medida não surtiu efeito, pois a descentralização da formação dos oficiais dificultou o acesso às escolas, impossibilitando o êxito da medida.

O Regulamento de 1913-14, ao determinar a volta da centralização da formação do oficial em uma instituição, Escola Militar do Realengo, e reativar os colégios militares apontava para uma nova ideia de educação militar: intensificar a formação do oficial em uma instituição, diversificar a atuação do exército na área educacional e promover uma possível verticalidade na formação do militar: do Colégio Militar a Escola de Estado-Maior, passando pela Escola Militar do Realengo. Obviamente, tais ideias eram incipientes e sua concretização só seria possível muito tempo depois, nas décadas de 1930 e 1940.

A primeira mudança que merece destaque se refere ao aproveitamento de matérias estudadas nas escolas de formação de oficiais, pois existiam oficiais com o curso de armas “por diversos regulamentos, cada qual orientado de um modo diferente”. Assim, a EEM foi

<sup>24</sup> O regulamento para o ensino militar de 1913, foi estabelecido pelo Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913. Alguns de seus artigos foram alterados pelo Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914, e por isso passou a ser chamado pelos estudiosos de Regulamento de 1913-1914.



organizada “tendo-se em vista o menos completo desses cursos, devendo, por isso, haver casos de oficiais que tenham exame de uma ou mais disciplinas das ensinadas na mesma escola, os quais não poderão ser obrigados a estudá-la ou estudá-las de novo.” (BRASIL, 1914). Essa dispensa, no entanto, não se aplicava a execução dos trabalhos práticos das disciplinas, que deveriam ser realizadas por todos, obrigatoriamente. A inclusão desse artigo demonstra um dos problemas gerados pelas constantes mudanças regimentais nas instituições militares de ensino: coexistência de oficiais com o mesmo curso de armas, mas com programas curriculares diferentes.

Entre as principais mudanças está à caracterização e destinação da EEM, exposta no Regulamento de 1913-1914:

A Escola de Estado Maior é um externato destinado a proporcionar aos oficiais efetivos dos três primeiros postos do Exército, com o curso de arma, a instrução militar que os habilite para o serviço de estado maior.

Parágrafo único. A Escola de Estado Maior, que é, **um instituto de altos estudos militares**, fica sob a imediata inspeção técnica do chefe do Grande Estado Maior do Exército. (BRASIL, 1914) [grifos nossos]

Pela primeira vez, a EEM aparece como um *instituto de altos estudos militares*, reforçando sua missão de formar oficiais para o Alto Comando do Exército. O concurso de admissão, por sua vez, seguia as mesmas determinações do Regulamento de 1905.

Em relação ao quadro de pessoal administrativo ocorreram poucas mudanças em relação ao Regulamento de 1905, como podemos observar no quadro abaixo:

<b>Quadro 7 - Pessoal administrativo da Escola de Estado-Maior Comparativo (Regulamento de 1905 e Regulamento de 1913-14)</b>			
<b>Regulamento de 1905</b>		<b>Regulamento de 1913-1914</b>	
<b>Cargo/função</b>	<b>Graduação/patente<sup>25</sup></b>	<b>Cargo/função</b>	<b>Graduação/patente</b>
Comandante	General com curso de estado-maior ou Coronel de estado-maior	Comandante	General com curso de estado-maior ou Coronel de estado-maior
Ajudante	Major ou Tenente-coronel de estado-maior	Fiscal	Tenente-coronel ou Major, tendo o curso de estado-maior
Segundo ajudante	Capitão de estado-maior	Ajudante	Capitão, tendo o curso de estado-maior
Secretário	Capitão, tendo o curso de estado-maior	Secretário	Capitão, tendo o curso de estado-maior
Ajudante de ordens	1º ou 2º tenente ou tenente, tendo o curso de sua arma	Ajudante de ordens	1º ou 2º tenente ou tenente. (oficial subalterno)

<sup>25</sup> A tabela com a hierarquia militar completa está disponível no ANEXO 4.

Escriturário	Oficial reformado ou honorário por serviços de guerra	Escriturário	Oficial reformado ou honorário por serviços de guerra
Três Amanuenses	2º sargento do Exército	Quatro Amanuenses	Não especificado <sup>26</sup>
Porteiro	Oficial reformado ou honorário por serviços de guerra	Bibliotecário	Não especificado
Cinco guardas	ex-praças do Exército	Intendente	Oficial subalterno
Contínuo	ex-praça do Exército	Porteiro	Não especificado
Três serventes	ex-praças do Exército	Cinco guardas	Não especificado
		Contínuo	Não especificado
		Feitor	Não especificado

**Fonte:** Regulamento de 1905 (BRASIL, 1905) e Regulamento de 1913-1914 (BRASIL, 1914).

A duração do curso foi mantida em três anos, divididos em três períodos, conforme as alterações de 1909. No entanto, os esforços em tornar o ensino mais prático foram intensificados com a reorganização e diminuição dos conteúdos curriculares, como podemos observar no quadro abaixo:

<b>Quadro 8 - Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos anuais (Regulamento de 1913-1914)</b>		
<b>Primeiro ano</b>	<b>Segundo ano</b>	<b>Terceiro ano</b>
<p><b>a) Ensino teórico-prático</b></p> <p><b>1ª aula</b> - Geografia militar, especialmente da América do Sul; leitura de cartas; estatística militar.</p> <p><b>2ª aula</b> - Tática aplicada, especialmente às grandes unidades; estudo da fortificação em suas relações com a tática e a estratégia.</p> <p><b>3ª aula</b> - Comunicações militares (viação férrea, aerostação, telégrafo, telefonia, etc.); aplicações da eletricidade á guerra, na vigilância, no ataque e na defesa.</p> <p><b>4ª aula</b> - Serviço de administração militar; material correspondente;</p>	<p><b>a) Ensino teórico-prático</b></p> <p><b>1ª aula</b> - Geodesia, precedida dos indispensáveis práticos da astronomia.</p> <p><b>2ª aula</b> - Cartas geográficas; seu desenho; sistemas de projeções nelas usados; cópia, redução e ampliações das mesmas; aplicações militares da fotografia.</p> <p><b>3ª aula</b> - Direito internacional, especialmente a parte aplicada á guerra; conhecimentos essenciais de economia política.</p> <p><b>4ª aula</b> - Estratégia (ilustrada com a análise das principais campanhas em</p>	<p><b>Ensino essencialmente prático</b></p> <p>Esta pratica do 3º ano realizar-se-á dentro da 9ª região ou onde mais conveniente for.</p>

<sup>26</sup>Apesar de não haver a especificação sobre a Graduação/Patente, é provável que os cargos fossem ocupados por militares com patentes semelhantes às definidas pelo Regulamento de 1905.

tática dos abastecimentos. <b>5ª aula</b> - Higiene militar; serviço de saúde nos exércitos.	que tem tido parte o Brasil e os países sul-americanos, e exemplificada com as mais notáveis dos tempos antigos e modernos). <b>5ª aula</b> - Serviço de estado maior; estudo completo da organização dos exércitos sul-americanos.	
<b>b) Ensino prático</b> Prática falada de francês e inglês ou alemão. Jogo da guerra, topografia, telegrafia, telefonia, fotografia e equitação.	<b>b) Ensino prático</b> Prática falada de francês e inglês ou alemão. Jogo da guerra, topografia, telegrafia, telefonia, fotografia e equitação.	
<b>Fonte:</b> (BRASIL, 1914).		

A tentativa de tornar o ensino mais objetivo, prático e voltado para a profissão militar era um desejo do Alto Comando do Exército desde a publicação do regulamento anterior. Tal aspiração esteve presente em praticamente todos os relatórios dos Ministros da Guerra da década de 1900 e 1910. O próprio Regulamento de 1913-14 trazia uma preocupação especial com o ensino de alguns conteúdos curriculares essencialmente teóricos, como matemática, física e química, que seriam ministrados na recém-criada Escola Militar do Realengo. Com o intuito de dirimir o impacto desses conteúdos, ligados tradição bacharelesca da EMPV, o regulamento apresenta uma espécie de “roteiro pedagógico”, algo extremamente incomum em normas dessa natureza:

O ensino de matemática será reduzido ao estritamente necessário para os estudos superiores do aluno, evitando-se tudo aquilo que não tenha aplicação ou valor prático [...] Sendo assim, tais conhecimentos, sobre inteligentemente escolhidos, devem revestir-se de um caráter eminentemente experimental, sem o que os alunos não gravarão de modo eficaz os fenômenos e as leis a estudar. Atendendo a tudo isso, o professor de física e química irá destacando, à medida que for fazendo seu curso, os pontos mais essenciais sobre o objetivo prático, mencionando os diversos domínios em que os alunos terão ulteriormente de fazer aplicações, bem como a natureza e importância destas. (BRASIL, 1914).

A determinação de uma abordagem “sob um ponto de vista eminentemente prático” para o ensino se estendeu a conteúdos como mecânica geral, arquitetura, hidráulica, entre outros pertencentes ao curso de Engenharia Militar. Em estudo anterior sobre a formação do oficial na Primeira República constatou-se que os esforços do Alto Comando se concentravam na implementação de um modelo de ensino militar que primasse pelos princípios da utilidade

e da experiência. Nesse sentido, a utilidade dos conhecimentos estava diretamente ligada a sua capacidade de aplicação na profissão militar. Tais conhecimentos também deveriam ser “revestidos” por um “caráter eminentemente experimental”. (Marcusso, 2012). Apesar de não se tratar da Escola de Estado-Maior, a reprodução dessas determinações é fundamental para compreender a preocupação do Ministério da Guerra e do Estado-Maior com a diminuição do ensino teórico e intensificação do ensino prático nas instituições militares de ensino. Aqui é importante definir melhor a concepção de “ensino prático”

Os conceitos se ligam a corrente filosófica do pragmatismo<sup>27</sup>, criada no fim do século XIX pelos estadunidenses Charles Peirce (1839-1914) e William James (1842-1910). De acordo com John Shook (2003) essa corrente de pensamento é diversa, mas apresentam características comuns: oposição às filosofias especulativas, superação da filosofia contemplativa pela racionalidade científica, formulação de uma nova concepção de verdade, revisão do empirismo e a objeção ao ceticismo. Ao analisar o pensamento dos dois expoentes supracitados Nascimento (2011) estabelece uma distinção importante:

Enquanto Peirce caracterizou o pragmatismo como um método para determinar os significados das proposições e se amparou numa doutrina semiótica do conhecimento, William James ampliou o significado da verdade, trouxe para o pragmatismo a doutrina humanista e demarcou a sua condição de verdade, isto é, a verdade corresponde ao que é vantajoso ao pensamento ou àquilo que gera uma relação satisfatória com a realidade, de tal forma que a vantagem e a satisfação estejam vinculadas ao que é útil, ao prático. (NASCIMENTO, 2011, p.47).

A ideia de construir uma nova concepção de verdade ligada diretamente a uma relação entre razão e experiência, preconizada por James, visava uma conciliação entre as divergências do empirismo e do racionalismo. Assim, James “reivindica uma filosofia que não somente exercite os poderes da abstração intelectual, mas que estabeleça alguma conexão positiva com o mundo real, o mundo de vidas humanas finitas.” (NASCIMENTO, 2011, p.48). Influenciado por essas ideias John Dewey (1859-1952) elaborou diversas obras que estabeleciam uma relação entre o pragmatismo filosófico e a educação. Para Dewey, o pensamento tinha uma função mediadora e instrumental. Nesse sentido, a teoria do conhecimento de Dewey “destacava a necessidade de se comprovar o pensamento por meio da ação que se quer que transformada em conhecimento.” (WESTBROOK, 2010, p.14).

As ideias de Dewey foram estudadas e divulgadas no Brasil, durante a década de

---

<sup>27</sup> O pragmatismo norte-americano tem suas raízes na tradição filosófica inglesa do empirismo, representada, sobretudo, pelas ideias de Francis Bacon (1561-1626) na obra *Novum Organum* e de John Locke (1632-1704) em seu *Ensaio sobre o Entendimento Humano*.

1920 e 1930, pelo educador Anísio Teixeira, um dos principais signatários do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova<sup>28</sup>. Para Teixeira, Dewey concebia a educação como “processo de reconstrução e reorganização da experiência, pelo qual lhe percebemos mais agudamente o sentido, e com isso nos habilitamos a melhor dirigir o curso de nossas experiências futuras.” (TEIXEIRA, 2010, p.37). O destaque para experiência como elemento fundamental no processo de construção do conhecimento ressalta o caráter prático da proposta educacional dos pragmatistas. Anísio Teixeira ainda destaca que um dos grandes méritos de sua teoria da educação

foi o de restaurar o equilíbrio entre a educação tácita e não formal recebida diretamente da vida, e a educação direta e expressa das escolas, integrando a aprendizagem obtida através de um exercício específico a isto destinado (escola), com a aprendizagem diretamente absorvida nas experiências sociais (vida). (TEIXEIRA, 2010, p.42).

A aproximação entre a concepção pragmática de educação e a proposta de ensino militar do Alto Comando do Exército ocorre, especialmente, na priorização da experiência e da prática. No entanto, são diferentes em relação aos seus objetivos, pois o pragmatismo de Dewey e de Anísio Teixeira tem como fim a formação para uma postura reflexiva, e até certo ponto transformadora da realidade social. Dewey acreditava que a Escola<sup>29</sup> e a educação tinham papel importante na “mudança social democrática, somente se ela se aliar a algum movimento das forças sociais existentes” (WESTBROOK, 2010, p.31). A Escola de Estado-Maior procurava uma formação “menos reflexiva”, ou mesmo menos abstrata, pois a época buscava eliminar a carga positivista que o ensino militar ainda carregava.

O general Antônio Carlos Muricy, aluno da EEM entre 1937 e 1939, nos fornece um relato que estabelece conexões entre a educação militar e o pensamento de Dewey. Em 1942, foi promovido a major, nomeado instrutor da EEM e, entre agosto e dezembro de 1944, fez o curso de comando e estado-maior em Fort Leavenworth<sup>30</sup>, nos Estados Unidos. Muricy

---

<sup>28</sup> O Manifesto apontava a desorganização do sistema educacional, propunha a elaboração, pelo Estado, de um plano geral de educação e defendia a bandeira de uma escola única, pública, laica, obrigatória e gratuita. Foi assinado em 1932 por vinte e seis intelectuais da época, entre eles, Fernando de Azevedo, Roldão Lopes de Barros, Anísio Teixeira, Afrânio Peixoto, Lourenço Filho, Antônio F. Almeida Junior, Roquette Pinto, Delgado de Carvalho, Hermes Lima e Cecília Meireles.

<sup>29</sup> Vale ressaltar que Dewey vincula a escola ao meio social e as forças políticas e econômicas nas quais está inserida: “Os esforços para transformá-la em agente propulsor de uma sociedade mais democrática tropeçaram nos interesses dos que pretendiam conservar a ordem existente. Os defeitos da escola refletem e mantêm os defeitos da sociedade em seu conjunto e eles não podem ser corrigidos sem a luta pela democracia de toda a sociedade.” (WESTBROOK, 2010, p.31).

<sup>30</sup> O *Fort Leavenworth War School* é o posto militar do Exército americano ativo mais antigo. No forte funciona, desde 1881, o *United States Army Command and General Staff College*, que tem desde 1907, uma função semelhante a da Escola de Estado-Maior do Exército. Ao final de 1943, chefes e pessoal de infantaria, e divisões de cavalaria de diversos países estudaram e se formaram na Escola de Guerra, Estudos Militares Avançados e a

relembra a semelhança entre o método de trabalho dessa instituição e da Escola Superior de Guerra<sup>31</sup>, da qual foi aluno em 1951 e instrutor entre 1953 e 1955:

No entanto, foi da Escola Superior de Guerra que a aproximação foi realmente estabelecida:

Eu estava dizendo que os métodos de trabalho na Escola Superior de Guerra eram os mais modernos, naquela ocasião. Houve o aproveitamento de métodos, principalmente o Dewey, e a orientação do Exército americano. O Exército americano avançadíssimo. (...). De 1952 a 1955 foi eu quem deu o assunto, fez a apresentação e as demonstrações de diferentes tipos aos estagiários, melhorando ano a ano e procurando, principalmente, metodizar e enxugar as palavras eruditas. (...) Inclusive, na Escola Superior de Guerra, encontrei uma documentação trazida pelos americanos, que tinham estado na *National War College*. Analisei essa documentação sintetizei-a ao máximo, dentro desse fascículo que estou trazendo como amostra. (MURICY, 1993, p. 268).

Sobre a EEM Muricy (1933) relata que “Quando estive em Leavenworth, aprendi muita coisa de metodologia de ensino. Mais tarde, trouxe para a Escola de Estado-Maior, quando eu era instrutor, uma porção de pontos que aprendi lá.” (MURICY, 1993, p. 268). No estudo de Lima Filho (2011), sobre o ensino na ESG, não há menção sobre a utilização do pensamento educacional de Dewey, apenas a confirmação da grande influência norte-americana na fundação e organização da ESG. No caso da EEM a possibilidade é ainda mais remota, devido a hegemonia do método de ensino francês<sup>32</sup>. Somado a essas constatações temos um dado biográfico: sua esposa Ondina era educadora e realizou um curso de orientadores de educação na época da organização da Universidade do Distrito Federal<sup>33</sup>, se criou um curso de orientadores de educação no qual ela foi orientada por intelectuais importantes como Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e Manuel Lourenço Filho, além de diversas obras nacionais e estrangeiras<sup>34</sup>. Estes fatos nos fornecem subsídios para afirmar que a influência do

---

Escola para Preparação de Comando do Forte Leavenworth.

<sup>31</sup> “Entidade criada em 22 de outubro de 1948 pelo Decreto nº 25.705. A ESG foi criada nos moldes dos *war colleges* norte-americanos. O apoio e assistência norte-americanos foram fundamentais para a fundação da ESG. Entre os propósitos que presidiram sua fundação estava o de se tornar uma agência socializadora das elites brasileiras, militares e civis em torno de questões referentes à segurança e desenvolvimento do país, numa espécie de foro acadêmico.” (DHBB, 2011). A ESG também serviu como importante núcleo conspiratório do golpe de 1964, e posteriormente como centro de sustentação ideológica da ditadura militar, especialmente em sua primeira década. Para um estudo sobre o ensino na ESG conferir LIMA FILHO, 2011.

<sup>32</sup> Analisado detidamente no item 4.2, do quarto capítulo dessa tese.

<sup>33</sup> “Em abril de 1935, pelo decreto municipal nº 5.513, foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), composta de cinco escolas: Ciências, Educação, Economia e Direito, Filosofia, e Instituto de Artes.” O principal objetivo da nova universidade era encorajar a pesquisa científica, literária e artística e “propagar as aquisições da ciência e das artes, pelo ensino regular de suas escolas e pelos cursos de extensão popular”. (DHBB, 2011).

<sup>34</sup> “Os livros eram, por exemplo: *Escola Nova, O Método Montessori, A experiência de Helena Antipov em*

pensamento de Dewey era uma particularidade de Muricy, e não uma característica geral ou institucional da ESG, e muito menos da EEM.

Retomemos a análise do Regulamento de 1913-14. As regras para a distribuição do tempo das aulas foram mantidas: 1) as aulas não deveriam exceder uma hora e meia, com intervalo mínimo de 15 minutos entre aulas consecutivas. 2) os trabalhos práticos não poderiam exceder três horas. De acordo com Câmara e Peres (2005), apesar dos esforços em tornar o ensino mais prático, as aulas teóricas ainda representavam maior carga horária. No entanto, os autores destacam a inclusão de uma “matéria de essencial natureza profissional”: “*Serviço de Administração Militar, Material Correspondente e Tática dos abastecimentos*”, 4ª aula do primeiro ano, cujo tema - *Logística - fora um dos aspectos nevrálgicos dos fracassos iniciais em Canudos*” (CÂMARA; PERES, 2005, p. 207). Vale ressaltar que participação do Exército na Guerra de Canudos não consta nos conteúdos de história militar dos primeiros anos da EEM, mas foi largamente abordado nos relatórios do Ministro da Guerra de 1897 a 1899.

Os primeiros regulamentos da Escola de Estado-Maior, 1905 e 1913-14, foram publicados nos decretos juntamente com os regulamentos das demais instituições militares de ensino<sup>35</sup> e, portanto, muitas das regras eram comuns às escolas. No caso da EEM, a maioria das regras era conjunta com a Escola Militar, e estavam ligadas ao funcionamento administrativo. O tempo letivo e de frequência, por exemplo, que deveria começar no primeiro dia útil de abril e encerrar-se no último dia útil de novembro, mantendo as determinações dos regulamentos anteriores. Em relação aos demais meses, “*serão consagrados aos exames, exercícios práticos sobre as matérias lecionadas, as férias e a admissão dos candidatos a matrícula.*” (BRASIL, 1914).

O regulamento ainda previa que o pessoal docente da EEM seria composto de treze professores<sup>36</sup>, e de cinco instrutores<sup>37</sup>, que deveriam fazer parte do conselho de instrução,

---

*Minas, Estatística ligada à educação, Educação para uma civilização em mudança...* Livros muito modernos e minha mulher não tinha quase tempo. Eu, nas minhas folgas, a ajudava e comecei a me apaixonar pelo estudo. Então os livros que ela estudava eu também lia. Não estudava, lia. Mas me deram uma noção básica. Estudei muito Dewey, que vai me servir, depois, na Escola Superior de Guerra.” (MURICY, 1993, p. 147).

<sup>35</sup> Com exceção das alterações previstas em de 1909, que foram publicadas no conjunto de medidas que marcaram a chamada Reforma do Exército, de 1908. As alterações se referiam à duração e ao conteúdo programático do curso de Estado-Maior.

<sup>36</sup> Três para lecionar as línguas estrangeiras e dez para as demais disciplinas.

<sup>37</sup> Um de equitação; um do jogo da guerra; um de telegrafia, telefonia, transportes, etc. (3ª aula do 1º ano); um de geodesia e topografia expedita (1ª aula do 2º ano) e um para fotografia militar, redução e ampliação de cartas (2ª

presidido pelo comandante da escola. O conselho de instrução só funcionaria com a maioria absoluta de seus membros em efetivo exercício dos respectivos cargos, e tinha as seguintes atribuições:

1º, tomar conhecimento dos programas de ensino de que trata esse regulamento; 2º, organizar instruções especiais para o exame de admissão; 3º escolher os compêndios que devam ser adotados nas aulas; 4º, propor as reformas de melhoramento que possam convir ao ensino da Escola; 5º, prestar as informações e dar os pareceres que lhe forem pedidos pelo comandante. (BRASIL, 1914).

As atribuições descritas eram bem definidas e abrangiam diversos aspectos relativos à administração escolar da EEM, diferentemente do Regulamento anterior, que continham determinações generalistas. As responsabilidades dos professores foram pouco alteradas, sendo mantida a abrangência de sua ação, dentre as quais destacamos as seguintes:

Dar aulas nos dias e horários designados mencionando no respectivo livro, com sua assinatura, o assunto da lição (...) marcar recordações e habilitar os alunos, por meio de sabatinas, às provas de que se componham os exames finais da matéria; apresentar mensalmente à secretaria as notas de aproveitamento dos alunos obtidas em todas as provas realizadas, e expressas em graus de 0 a 10 (...) dar ao comandante, para ser presente no conselho de instrução, na época competente, o programa de ensino da matéria que lecionar (...) cumprir rigorosamente os programas de ensino, adotando exclusivamente os livros aprovados pelo conselho de instrução (...) enfim, empregar todos os meios ao seu alcance para que o ensino seja eficiente, concorrendo, na medida de suas forças, para a educação dos alunos entregues aos seus cuidados. (BRASIL, 1914).

Os instrutores, por sua vez, tiveram a manutenção de suas atribuições generalistas, devendo observar os programas do ensino prático atendo-se rigorosamente aos regulamentos do Exército, além de serem responsáveis pelos objetos usados os instrutores terão livros de carga e descarga dos objetos a seu cargo, e concernentes ao ensino de que estiverem encarregados. Vale ressaltar que essas atribuições se referiam a todos os professores de todas as instituições militares de ensino. Devido ao reduzido tamanho do quadro de professores e de instrutores da EEM, a necessidade de controle do trabalho docente era menor.

Novamente as determinações da Escola Militar e da Escola de Estado-Maior eram compartilhadas. Em relação aos exames e provas práticas, o Regulamento da EEM previa a aplicação das disposições da maioria dos artigos e parágrafos da Escola Militar<sup>38</sup>. Assim, no

---

aula do 2º ano).

<sup>38</sup>Art. 4º Tem aplicação aqui as disposições dos seguintes artigos do regulamento da Escola Militar: 13, 14 e seus parágrafos, 15 e seu parágrafos, 18 e seu parágrafos, 20 e seus parágrafos, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29,



primeiro dia útil de dezembro o conselho de instrução se reunia para estabelecer os pontos para os exames das aulas. Os pontos eram formulados pelo professor da disciplina e deveriam distribuir toda a matéria do programa, lecionada durante o ano, entre 20 a 30 pontos. Na hora do exame seria sorteado apenas um ponto para qualquer prova. Não haveria pontos relativos às aulas práticas das línguas estrangeiras, uma vez que seus exames finais seriam feitos na Escola Prática do Exército. Na mesma sessão do conselho de instrução o comandante da escola designava comissões examinadoras<sup>39</sup>, compostas por três membros (professores, no caso das matérias teórico-práticas e instrutores, no caso das matérias práticas).

As provas tinham valor de 0 a 10 e eram divididas em cinco modalidades: escritas, orais, prático-orais, gráficas e práticas. Cada uma com suas especificidades. Os exames de línguas estrangeiras, por exemplo, seriam apenas provas orais de conversação sobre tecnologia militar, enquanto os exames de equitação unicamente práticos. As provas prático-orais, por sua vez, versariam sobre os principais pontos ensinados pelos instrutores nos exercícios e teriam duração máxima de “meia hora para cada aluno, sendo o grau delas a média dos graus conferidos pelos examinadores.” (BRASIL, 1914).

Os exames finais deveriam realizados ao longo do mês de dezembro. As provas escritas tinham duração de 4 horas, as orais de 2 horas. O ponto sorteado para uma prova não poderia se repetir no sorteio da outra, e deveria ser respeitado um intervalo de 72 horas entre a realização das mesmas. Ao fim dos atos de exame de cada dia a comissão examinadora fazia a classificação dos alunos por ordem de merecimentos, tendo em vista que o *grau de aprovação*, conforme a disciplina de que se tratava, era, assim, representado:

1º, pela média dos graus da conta de ano da prova escrita e da oral, 2º, pela média dos graus da conta de ano e da prova prático-oral; 3º, pela média dos graus da conta de ano e da prova gráfica; 4º, pelo grau da prova prático-oral; 5º pelo grau da prova prática. (BRASIL, 1914).

Os graus eram publicados no Diário Oficial e na Ordem do dia da EEM e eram classificados da seguinte forma, “*grau superior a 9½ dará direito a aprovação com distinção; de 9½ até 6, a aprovação será plena; inferior a 6 até 3, a aprovação será simples; abaixo de 3, haverá reprovação. Será também reprovado o aluno que tiver a média zero em qualquer prova.*” (BRASIL, 1914). A possibilidade de aprovação simples com nota três era uma forma

---

30, 31 e seu parágrafos, 33, 34, 35, 41, 42, 43 e seus parágrafos, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52 e 53.” (BRASIL, 1914).

<sup>39</sup> Caso a comissão fosse composta somente por civis ou por civis e militares a presidência ficava por conta do membro com mais alta categoria no magistério ou mais antigo como docente e quando fossem compostas apenas por militares seria seguida a hierarquia militar.

de abrandar a vida escolar, marcada pela rigidez das provas e da grande quantidade de matérias e conteúdos. As definições específicas para a EEM definiam que no máximo de seis alunos-oficiais poderiam ser avaliados por dia.

### 2.3 Entre o prescrito e o realizado: a Escola de Estado-Maior sob a nova norma

Diante da exposição das normas é fundamental o cruzamento com outras fontes, especialmente os Relatórios do Ministro da Guerra, pois dificilmente suas determinações foram amplamente aplicadas. Até o momento não encontramos relatos memorialísticos de alunos-oficiais que frequentaram a EEM nesse período. A maioria das produções se refere às décadas seguintes, de 1920 em diante, com ênfase nos anos 30.

Em 1915, a EEM continuava sob o comando do Coronel Felinto Alcino Braga Cavalcante, e o relatório do Ministro da Guerra apresentava uma síntese dos trabalhos realizados naquele ano. A maioria dos exercícios práticos foi ministrada em outros estabelecimentos militares e, em alguns casos, com o apoio de seus respectivos docentes:

Os exercícios de equitação foram realizados no quartel do 13º regimento de cavalaria e a instrução do jogo de guerra foi ministrada pelo próprio professor de tática. De acordo com o disposto no art. 8 do regulamento da escola, fizeram parte das mesas examinadoras de línguas três professores da escola prática. (FARIA, 1916, p.21).

O artigo 8º refere-se às regras definidas para as provas orais de língua estrangeira, que seriam feitas para cada idioma separadamente e "*nelas se dará destaque a conversação sobre a tecnologia militar.*" (BRASIL, 1914).

O Relatório do Ministro da Guerra de 1914 apresentava as considerações do Comandante da EEM, Coronel Felinto Alcino Braga Cavalcante: a "*instrução foi ministrada de acordo com as disposições do regulamento de 30 de abril de 1913, com as alterações do de 28 de março de 1914.*" (FARIA, 1915, p.17). As aulas foram frequentadas por 24 oficiais-alunos. O Comandante relata a realização de uma experiência na organização das aulas daquele ano:

(...) as aulas atuais foram distribuídas a título de experiência por três grupos, segundo o tempo letivo semanal:

**1º — aulas de três horas:** segunda do 1º ano (tática, etc.), primeira, quarta e quinta do 2º ano (geodésica, etc.), (estratégia, etc.) (serviço de estado maior, etc.).

**2º — aulas de duas horas:** primeira e terceira do 1º ano (geografia militar, etc.) comunicações militares, etc.) e terceira do 2º ano (direito, etc.).

**3º — aulas de uma hora:** quarta e quinta do 1º ano (serviços de administração militar, etc.) (higiene militar, etc.) e segunda do 2º ano (cartas

geográfica, etc.) (FARIA, 1915, p.17).

Desde a criação da EEM, é a primeira vez que identificamos a realização de uma “experiência pedagógica”, prática pouco usada nas instituições de ensino militar<sup>40</sup>. Tal prática não foi repetida nos anos seguintes, pois a contratação da MMF inviabilizaria a elaboração de experiências dessa natureza.

O relatório destaca que os exames, teóricos e práticos, ocorreram normalmente entre dezembro e janeiro, e que o desempenho dos alunos foi "lisonjeiro". De acordo com o Relatório do Ministro da Guerra de 1915, foram matriculados 21 alunos, 36 fizeram exames, 17 concluíram o curso e, apenas 2 foram desligados. No mesmo relatório consta a descrição de adaptações na execução do programa de ensino, especialmente em relação ao ensino prático:

Os trabalhos da primeira seção deviam consistir em aplicações concernentes às doutrinas ensinadas nas aulas de assuntos militares, e não tendo sido possível, realizá-los em exercícios de quadros, foi incluído no programa o estudo crítico de uma campanha moderna desde a declaração de guerra até a conclusão da paz. (FARIA, 1916, p.22).

Os alunos também realizaram uma viagem de estado-maior, entre os dias 4 de novembro e 6 de dezembro. Segundo o relatório, os "*resultados colhidos e pela sua amplitude, excedeu os termos de mera aprendizagem*" (FARIA, 1916, p.22). As viagens de estado-maior constavam como atividade prática do terceiro ano do curso e, provavelmente, consistiam na aplicação simulado dos conteúdos programáticos de estado-maior (conteúdo da 5ª aula do 2º ano). Também foram realizados exercícios práticos referentes ao segundo ano do programa de ensino: "*Os exercícios da 2ª seção consistiram num reconhecimento topográfico ate a Barra do Pirai, no levantamento topográfico da Babilônia, em trabalhos de campo de uma triangulação e na determinação de coordenadas geográficas com sextante e teodolito.*" (FARIA, 1916, p.22). O relatório apresentava uma tabela com os resultados das aprovações nos exames daquele ano:

<b>Tabela 1 - Resultado dos exames finais das aulas teóricas (1915)</b>				
<b>PRIMEIRO ANO</b>				
<b>Aulas</b>	<b>Distinção</b>	<b>Plenamente</b>	<b>Simplesmente</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Primeira</b>	—	12	—	<b>12</b>
<b>Segunda</b>	3	9	—	<b>12</b>

<sup>40</sup> Em estudo anterior, (MARCUSO, 2012), sobre a formação de oficiais, não identificamos nenhuma experiência desse tipo, tanto na Escola Militar da Praia Vermelha, de 1889 a 1904, quanto na Escola Militar do Realengo, de 1913 a 1929.

<b>Terceira</b>	1	9	1	<b>10</b>
<b>Quarta</b>	2	7	—	<b>9</b>
<b>Quinta</b>	—	12	—	<b>12</b>
<b>SEGUNDO ANO</b>				
<b>Primeira</b>	—	7	—	7
<b>Segunda</b>	2	4	—	6
<b>Terceira</b>	1	6	—	7
<b>Quarta</b>	1	6	—	7
<b>Quinta</b>	1	6	—	7

Fonte: (FARIA, 1916, p.22)

Em relação aos exames finais das aulas práticas do segundo e terceiro anos,

<b>Tabela 2 - Resultado dos exames finais das aulas práticas (1915)</b>				
<b>SEGUNDO ANO</b>				
<b>Aulas</b>	<b>Distinção</b>	<b>Plenamente</b>	<b>Simplemente</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Francês</b>	2	—	—	<b>2</b>
<b>Alemão</b>	—	—	1	<b>1</b>
<b>Inglês</b>	—	—	1	<b>1</b>
<b>Jogo de Guerra</b>	3	2	1	<b>6</b>
<b>3ª aula do 1º ano</b>	1	5	1	<b>7</b>
<b>2ª aula do 2º ano</b>	—	5	1	<b>6</b>
<b>TERCEIRO ANO</b>				
<b>Jogo de Guerra</b>	—	16	1	<b>17</b>
<b>3ª aula do 1º ano</b>	—	17	—	<b>17</b>
<b>2ª aula do 2º ano</b>	—	16	1	<b>17</b>
<b>1º seção (estado-maior)</b>	1	13	1	<b>17</b>
<b>2ª seção (Geodésia)</b>	1	14	—	<b>17</b>

Fonte: (FARIA, 1916, p.23)

De acordo com o Regulamento de 1913-1914, o conteúdo programático do terceiro ano se restringiria ao "*ensino essencialmente prático*", não constando nenhuma informação adicional acerca da natureza desse ensino. Entretanto, os resultados das provas finais

forneem essa informação. Assim, os conteúdos do ensino prático do terceiro ano seriam: 1) Jogo de Guerra (ensino prático 2º ano); 2) Comunicações militares (viação férrea, aerostação, telégrafo, telefonia, etc.); aplicações da eletricidade a guerra, na vigilância, no ataque e na defesa. (3ª aula do 1º ano); 3) Cartas geográficas; seu desenho; sistemas de projeções nelas usados; cópia, redução e ampliações das mesmas; aplicações militares da fotografia (2ª aula do 2º ano); 4) Estado-Maior ; 5) Geodésia. No relatório do MG de 1916, encontra-se um complemento da caracterização do ensino prático do terceiro ano:

Subsistiu para o ensino prático do 3º ano o programa organizado para 1915, que divide o ensino em duas secções: estado-maior e Geodésia. Em ambas as secções o ensino é dividido em duas partes, uma que é ministrada no interior e outra fora do estabelecimento. (FARIA, 1917, p.27).

Segundo o relatório, em 1915 foi elaborado um programa de ensino para o terceiro ano, que divide os conteúdos em duas secções: Estado-Maior e Geodésia. O relatório também caracteriza o ensino dentro e fora da escola:

A instrução na escola consta de jogo da guerra, apreciação das campanhas desde a declaração de guerra até o tratado de paz, especialmente quanto às operações de mobilização, concentração, ao funcionamento dos serviços e observância das convenções internacionais, aplicando-se a legislação pátria e os regulamentos militares. A instrução fora da escola compreende exercícios táticos de quadro e viagem de estado-maior. [...] O conselho de instrução resolveu fixar em 80 o número das lições das diversas aulas. (FARIA, 1917, p.27).

Podemos observar que o comando da EEM, principalmente por meio do conselho de instrução e, provavelmente, com o apoio do próprio Estado-Maior, procurou elaborar programas de ensino com o intuito de complementar e aperfeiçoar as disposições gerais do Regulamento de 1913-14. Em 1916, de acordo com o relatório, os exames do 3º ano foram realizados em fevereiro, em virtude da viagem de estado-maior, que foi longa, obedecendo a instruções especiais, uma vez que estava fora do período regulamentar de exames. Naquele ano, matricularam-se 27 oficiais, e as aulas "*abriram-se no primeiro dia útil de abril, funcionando até o último dia de novembro. A disciplina foi sempre mantida dentro dos termos regulamentares*" (FARIA, 1917, p.27). De acordo com Jaguarê Miranda, alunos oficiais da EEM foram enviados ao Sul do país, em 1916, para auxiliarem na construção de uma via férrea que ligaria o Estado de São Paulo a Santa Catarina. Ainda segundo o autor:

Os trabalhos se deram nas cidades de Rio Negro, no Paraná, e Caxias, no Rio Grande do Sul, com notada importância – política, pelo favorecimento à integração nacional; econômica, pela viabilização de incremento do sistema de transportes brasileiro; e, finalmente, social, pelo favorecimento a melhores condições de vida da população local, como consequência do já

citado anteriormente. Cabe dizer que tal providência favoreceu, ainda, o prestígio do Exército junto à sociedade brasileira. (MIRANDA, 2005, p.86).

Tais medidas não constam no Relatório do Ministro da Guerra referente à este ano.

Em 1917, o General de Brigada Ignacio de Alencastro Guimarães manteve-se sob o comando da EEM e, de acordo com o relatório do MG, os trabalhos escolares foram "*executados de acordo com as disposições regulamentares e a disciplina foi sempre rigorosamente mantida*" (FARIA, 1918, p.43). Naquele ano, Foram matriculados 34 alunos, sendo 14 no 1º ano, 7 no 2º ano e 13 no 3º ano. O relatório traz, pela primeira vez, uma descrição mais detalhada acerca das viagens e das atividades práticas realizadas pela turma do 3º ano:

...fez as seguintes viagens no correr do ano: em junho, a Campo Grande, em exercidos práticos de estado- maior; em agosto, a diversos pontos do distrito federal, para executar trabalhos práticos regulamentares de geodésia; em outubro à fazenda dos Afonsos, onde acampou: para receber a instrução pratica regulamentar de serviço de estado-maior e acompanhar a ação das tropas nas várias fases de manobras; em novembro, a Macaé, a fim de ultimar trabalhos práticos de estado-maior. (FARIA, 1918, p.43).

Para Câmara e Peres (2005) as primeiras viagens de instrução foram realizadas devido à falta de locais para instrução próximos a sede da EEM, no Rio de Janeiro. No entanto, tal prática se tornou recorrente nos anos subsequentes, além de figurar como “característica essencial do processo de ensino-aprendizagem, presentes ainda na atualidade, com enorme importância para a formação do oficial de estado-maior.” (CÂMARA; PERES, 2005, p.67). O Relatório de 1917 foi sucinto na descrição do ano escolar, pois a escola seria fechada em 1918, em virtude da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. Os trabalhos retomaram apenas em 1920, em uma sede própria e sob a supervisão dos oficiais da Missão Militar Francesa.

O sistema disciplinar, prescrito no Regulamento de 1913-14, manteve as punições previstas nos regulamentos anteriores, apenas com alteração do tempo máximo de prisão de 25 para 15 dias e a inclusão de uma punição de reclusão de 30 dias. Em relação a "recompensas" houve a redução a um vago parágrafo único, sobre lista de classificação por nota dos alunos emitida pela secretaria ao final do curso: "*Os três primeiros desta lista terão menção honrosa no boletim da escola, podendo o Governo mandá-los estudar no estrangeiro, assuntos de sua profissão.*" (BRASIL, 1914).

A prescrição dos materiais de ensino e das dependências da Escola foi substancialmente incrementada:

Para que o ensino seja ministrado com o necessário desenvolvimento em

todas as suas partes, haverá na Escola de Estado Maior:

1º, uma biblioteca contendo livros, revistas, coleção de leis e regulamentos, o quaisquer publicações de importância militar; 2º, material para o ensino de desenho; 3º, gabinete de eletrotécnica militar; 4º, gabinete de fotografia; 5º, instrumentos e material para os trabalhos de fotografia; 6º, material de campanha para uma via férrea, uma linha telegráfica e uma linha telefônica; 7º, sala para os estudos da geografia militar, da tática e da estratégia, onde se reúnam cartas, mapas, plantas, descrições, dados estatísticos e memórias muito especialmente sobre a América do Sul; 8º, cavalos para os exercícios de equitação; 9º, peças de arreamento e penso dos animais. (BRASIL, 1914).

A aquisição de materiais e equipamentos era um ponto chave para o funcionamento da Escola de Estado-Maior de acordo com as determinações do regulamento. No entanto, as restrições orçamentárias usualmente se apresentavam como o grande obstáculo para a consecução das compras. O relatório dos trabalhos do Estado-Maior de 1911 apresenta um relatório anexo, redigido pelo Comandante da Escola de Estado-Maior, relativo à diminuição da verba de expediente para o orçamento daquele ano:

A consignação para tal fim, que nos anos anteriores era de 16 contos foi reduzida a 10 para exercício atual, quantia insuficiente para atender a compra do expediente propriamente dito e do material preciso aos gabinetes de eletricidade, fotografia, geodésia e astronomia, aquisição de revistas científicas e de obras didáticas de técnica militar; é ainda as expensas dessa pequena dotação que são feitos os pequenos concertos nos instrumentos dos mesmos gabinetes e no mobiliário escolar. (FARIA, 1912, p.19).

Diante de tal cenário, o chefe do Estado-Maior propunha ao Ministro da Guerra o restabelecimento, no próximo orçamento, da verba de 16 contos de réis.

No entanto, tal requisição não foi atendida, pois o relatório do Ministro da Guerra de 1914 descrevia que a verba da EEM para aquele ano foi de dez contos de réis ou 10 milhões de réis (Rs10:000\$000) <sup>41</sup>. O relatório indicava que grande parte do material do sexto item não havia sido comprado: "*Cumprir adquirir, para satisfazer o disposto do artigo 24 do regulamento em vigor, material de campanhas para uma via férrea e mais uma estação de radiotelegrafia para a infantaria.*" (FARIA, 1915, p.17). O art. 25 previa, ainda, a aplicação do art. 96 do regulamento da Escola Militar, que determinava: "*escola terá farmácia para o fornecimento de medicamentos e enfermaria com as necessárias acomodações para o*

---

<sup>41</sup> O mil-réis foi oficializado em 08.10.1833 através da Lei 59, assinada no 2º. Império, pela Regência Trina durante a menoridade de D.Pedro II. A Lei reorganizou, o Sistema Monetário Brasileiro, e Mil-réis passou a designar a unidade monetária e réis os valores divisionários. Na mesma época ficou conhecido o conto de réis, tratando-se do montante equivalente a 1 milhão de réis, ou mil mil-réis. Ex: 1) Rs 1:000\$000 = 1 conto de réis = 1000 mil-réis = 1 milhão de réis; 2) 20\$300 = vinte mil e trezentos réis. Informações disponíveis em: <http://www.bcb.gov.br/htms/museu-espacos/S%C3%ADntesePadroesMonetariosBrasileiros.pdf> Acesso 03.Ago.2015.

*tratamento dos alunos que adoecerem.*” (BRASIL, 1914).

As principais despesas com materiais foram descritas da seguinte forma:

Artigos para limpeza do estabelecimento e armamento, 870\$721; mobiliário, 270\$; máquinas de poligrafar, 300\$; instrumentos de geodésica, 90\$; publicações na Imprensa Nacional, 48\$; expediente e correspondência oficial, 20\$300; artigos para o gabinete de eletricidade, 667\$350; assinatura do telefone, 171\$482; artigos de papelaria, 574\$; livros para a biblioteca, 300\$900; e artigos de fotografia, 89\$900. (FARIA, 1915, p.18).

Os gastos totalizaram Rs1:454\$068 (um conto, quatrocentos e cinquenta e quatro mil e sessenta e oito réis), a grande parte ficou por conta de artigos pra limpeza, armamento e artigos para o gabinete de eletricidade. O restante da verba, Rs8:545\$932, não aparece discriminada, e, provavelmente, foi depositada no cofre da instituição para eventuais gastos futuros. Outra possibilidade é o pagamento do pessoal, que não aparece discriminado no relatório. Por fim, o relatório destaca o "bom estado de conservação" do edifício da escola e aponta a necessidade da "*construção de um picadeiro e de 50 baias.*" (FARIA, 1915, p.18).

Assim, a EEM mantinha a estrutura simples e com poucos materiais, característica dos anos anteriores. A escola dispunha de estação de transmissão de rádio com alcance de 150 quilômetros e de telefonia com alcance de 10 quilômetros.

Em 1915, de acordo com o Relatório do MG, a verba disponível para a EEM era maior em relação ao ano anterior, contando seis contos de réis (Rs6:000\$) para despesas de expediente, onze contos (Rs11:000\$) para exercício práticos, e trezentos mil réis (Rs300\$000) para despesas de pronto pagamento. As condições estruturais do prédio eram satisfatórias:

O edifício acha-se em bom estado de conservação; grande parte do pavimento inferior da ala direita é ocupada pelo 56º batalhão de caçadores e os melhoramentos que se tornam mais necessários são a construção do picadeiro e armação das baias para os animais. (FARIA, 1916, p.22).

Novamente aparece a necessidade da construção do picadeiro e das baias, relatadas no relatório de 1914. No relatório do MG de 1916, constam apenas descrições acerca dos materiais relacionados às aulas práticas:

O gabinete de eletrotécnica militar acha-se provido de elementos para a prática dos trabalhos de telegrafia e telefonia comum com fios condutores, excetuando-se o material rodante de campanha. Possui ainda o material indispensável para a prática de telegrafia sem fio, ressentindo-se da falta de material complementar para o funcionamento do telefone sem fio que já foi experimentado com êxito. Para a prática de acionamento de minas militares, terrestres e marítimas a escola dispõe de uma mesa de minas com dispositivo de prova. O gabinete fotográfico ressentido-se da falta aparelhos próprios para se ministrarem aos alunos conhecimentos de fotografia utilizáveis para fins



militares. (FARIA, 1917, pp.27-28).

A descrição dos gabinetes demonstra que a EEM operava apenas com o mínimo para a execução das atividades práticas, evidenciando as condições precárias dos gabinetes e de seus respectivos materiais. No relatório do MG de 1917, havia apenas uma descrição acerca do acervo da biblioteca, que contava "*até 31 de dezembro de 1916, 992 volumes, além de revistas e cartas geográficas. Durante o ano de 1917 foram adquiridas 17 obras por compra e 5 por dádiva.*" (FARIA, 1918, p.43).

Por fim, o regulamento de 1913-14 previa, nas disposições transitórias, as ações referentes aos alunos que já estavam matriculados pelo Regulamento de 1905:

Com relação aos alunos matriculados pelo regulamento de 1905, o comandante da escola providenciará, para que as equiparações se façam do melhor modo possível e de maneira que o antigo regulamento só tenha vigor para esses alunos durante o ano de 1913.

Parágrafo único. Para isso, o comandante poderá permitir que os alunos que iam estudar o 2º período pelo regulamento de 1905 se matriculem no 2º ano do atual, frequentando a quarta aula do 1º ano, e dará outras providências que julgar necessárias. (BRASIL, 1914).

A resolução apresentada pelo Regulamento foi prática, e levava em conta apenas as alterações mais profundas na organização didática. Como consta no Relatório do Ministro da Guerra de 1914, neste ano "*funcionou, pela ultima vez, o curso prático correspondente ao 3º período do regulamento de 1905.*" (FARIA, 1915, p.17). De maneira geral, essa foi a postura adotada nas instituições de ensino militar.

Esse cenário de sedes improvisadas, mudanças e fechamentos temporários, dificultam o desenvolvimento de qualquer tipo de ensino, militar ou civil, e prejudicavam a execução completa dos programas de ensino, especialmente das atividades práticas. Como já vimos, a EEM seria fechada a partir de 1918, em virtude da eclosão da Primeira Guerra Mundial, "*Tendo o governo resolvido o não funcionamento deste estabelecimento em 1918, em vista do estado atual, que exige a presença dos oficiais em seus corpos, foram tomadas as providências a respeito, com relação seu pessoal e material.*" (FARIA, 1918, p.43). A última ordem do dia foi publicada no dia 14 de janeiro de 1918 e anunciava o fechamento da segunda sede da EEM:

Cessa hoje a sua atividade, ainda que temporariamente, para surgir e brilhar em outra época mais calma da vida nacional, conforme as previsões judiciosas do Governo. Teve uma existência relativamente curta, 11 anos, mas deixa bem nítida uma série de benefícios ao Exército (...). As turmas se

sucederam, o ensino técnico se aperfeiçoou, novos e mais vastos conhecimentos foram proporcionados, e o Exército sente o benéfico esforço desse conjunto de obreiros da ciência a ensinar e dos dedicados e sequiosos ouvintes a aprender e discernir. (CÂMARA;PERES, 2005, p.67-68).

Não há informações em relação ao destino do pessoal ou do material da EEM, até 1920, quando a escola será reaberta em uma nova sede e sob o comando dos militares da MMF.

### Capítulo 3 – A contratação da Missão Militar Francesa, a nova sede da Escola de Estado-Maior e o Regulamento de 1920 (1914-1920)

A contratação de uma missão militar estrangeira estava em pauta no exército desde início da gestão de Hermes da Fonseca no Ministério da Guerra, em 1905. Tal discussão se intensificou na década de 1910 com a criação da revista *A Defesa Nacional*, e com as campanhas em prol da modernização do exército nacional lideradas pelos jovens turcos. No entanto, após a eclosão da Primeira Guerra Mundial, em 1914, as chances de contratação de uma missão militar alemã, preferência dos jovens turcos, diminuem drasticamente. Em contrapartida, os admiradores do exército francês iniciam uma campanha silenciosa em prol de uma missão militar francesa. De acordo com Domingos Neto (1980), diversos agentes do governo francês, utilizando o prestígio intelectual do país, estabeleceram ligações no alto escalão político e militar brasileiro. “*Parlamentares, ministros, donos de jornal, eram acionados pelos franceses na defesa da ideia da contratação de uma Missão Militar.*” (DOMINGOS NETO, 1980, p.59).

Em 1916, de acordo com o autor, os próprios jovens turcos, diante da impossibilidade de contratação de uma missão alemã<sup>1</sup>, organizaram um grupo para difundir a necessidade de contratação de uma missão militar estrangeira, independentemente da nacionalidade. Para Domingos Neto é nesse sentido que o grupo conduziu uma campanha vitoriosa pela nomeação de Pandiá Calógeras como Ministro da Guerra, pois este era um civil partidário de missões estrangeiras. Calógeras era considerado pelos agentes do governo francês um especialista nas questões militares e um elemento simpático à França.

Segundo McCann (2007), entre 1917 e 1918, após a declaração de guerra, a ideia de uma missão estrangeira ganha força no cenário nacional. Nesse período, o adido militar brasileiro em Paris, major Alfredo Malan d’Angrogne escreveu ao Ministro da Guerra Caetano de Faria, informando que o Estado-Maior francês “*responderia favoravelmente à solicitação de uma missão para treinar as forças brasileiras que seriam mobilizadas*” (MCCANN, 2007, p.256). De acordo com Malan (1977), o adido militar também lamentava que a notícia da entrada do Brasil no conflito mundial tenha sido recebida com indiferença pelas forças aliadas. Em outra comunicação, com o general Augusto Tasso Fragoso, o major

---

<sup>1</sup> A impossibilidade de aproximação política com a Alemanha já era evidente em 1916, embora a declaração de guerra ao Império Alemão tenha sido oficializada apenas em 1917, pelo Decreto n. 3.361 de 26 de outubro de 1917.

d'Angrogne acreditava que uma grande missão estrangeira, preferencialmente francesa, para remodelar profundamente o Exército, as instituições de ensino militar, o Estado-Maior e a administração militar auxiliariam a nação a conquistar respeito no exterior.

### 3.1. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a doutrina militar francesa

A remodelação do Exército brasileiro passaria, obrigatoriamente, pela construção de uma nova doutrina militar, sob a influência francesa. Portanto, antes de abordarmos diretamente a MMF e suas primeiras ações, é fundamental a compreensão dos conceitos e definições de doutrina militar. De acordo com o dicionário de política organizado por Norberto Bobbio, podemos definir a doutrina como

[...] um conjunto de teorias, noções e princípios, coordenados entre eles organicamente, que constituem o fundamento de uma ciência, de uma filosofia, de uma religião, etc. ou então que são relativos a um determinado problema e, portanto, passíveis de serem ensinados. (BINETTI, 1999, p. 582)

O glossário das Forças Armadas, publicado pelo Ministério da Defesa em 2007, apresenta uma definição ampla que pode servir como contraponto para comparação, excetuando a possibilidade de eventual anacronismo:

Doutrina Militar: Conjunto harmônico de ideias e de entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das Forças Armadas. Englobam, ainda, a administração, a organização e o funcionamento das instituições militares. (BRASIL, 2007, p.86)

Diante desse significado mais geral, infere-se que a doutrina trata de orientações gerais que guiam a organização de instituições, e que podem ser ensinadas. A concepção de doutrina militar parte dessa base semântica, e segundo Augusto Fragoso<sup>2</sup>, pode ser entendida como:

Um conjunto de elementos básicos, de princípios militares de guerra adequados, processos e normas de comportamento que sistematizam e coordenam as atividades do Poder Militar da Nação, para realizar as ações estratégicas e táticas, a fim de fazer face às hipóteses de Guerra admitidas. (FRAGOSO, 1959. p.4)

A definição incorpora um elemento fundamental, as “hipóteses de Guerra”, o que segundo Bellintani (2009), gera a necessidade de uma distinção entre doutrina de guerra e doutrina militar. Para a autora, a doutrina militar envolve aspectos mais gerais, e tem a finalidade de determinar as “*regras práticas sobre a atuação das forças armadas, no quadro*

---

<sup>2</sup> Augusto Fragoso foi instrutor da EEM entre 1943 e 1944, quando ocupava o posto de Major.

geral das atividades de guerra de uma coligação e, mais particularmente, de um país.” (BELLINTANI, 2009, p.87). Por outro lado, a doutrina de guerra, tem características mais específicas, ligadas diretamente à concretização das citadas “hipóteses de guerra”. Nesse sentido, suas finalidades são, “1) Definição das formas gerais de guerra; 2) Precisão das tarefas a serem executadas pelos diferentes meios de guerra; 3) Fixação das regras gerais de combinação dos meios.” (BELLINTANI, 2009, p.87).

Em 1968, o Coronel Francisco Ruas Santos organizou um livro que apresenta diversas conferências, entre outros documentos, nas quais o Marechal Humberto Castello Branco<sup>3</sup> expõe seu pensamento militar. Em conferência intitulada *Doutrina e Organizações Militares Brasileiras*, de 1957, Castello Branco definia a doutrina militar como:

...um corpo de princípios, e processos, retirados quase sempre de dados de uma teoria, ou de várias teorias, todos adaptados, a fim de atender aos problemas militares de nação para organizar suas forças, prepará-las para a guerra, levá-las a operações admitidas e previstas. Além de adaptar dados teóricos, pode ainda criar elementos doutrinários próprios, tendo em vista atender particularidades da nação e de seus prováveis contendores. Uma doutrina militar só pode ser elaborada na base do efeito de condições e circunstâncias existentes sobre as ideias. (SANTOS, 2004a, p. 177)

A partir dessas definições pode-se inferir que a construção da doutrina militar de um Exército necessita de um amplo esforço teórico e prático, pois toda doutrina elaborada deve ser testada na realidade. De acordo com Bellintani, os princípios gerais que regem a elaboração da doutrina militar são a conduta, a organização, as ações e os encargos. Ela possui três fases de constituição:

1) a formulação das bases fundamentais; 2) a corporificação, composta pelas regras e normas empregadas nas forças armadas, tais como princípios teóricos, tradição, histórico militar, documentação e literatura; 3) a aplicação ou fase final, momento em que ela sai do campo teórico e é testada na prática. (BELLINTANI, 2009, p.95)

Para Fragoso (1959), a realização dessas etapas é fundamental para a organização das instituições militares, pois desse processo “*surgem as diretrizes, as instruções e as normas gerais, os manuais de campanha, técnicos e de instrução, os regulamentos, programas-padrão, etc. consolidando aspectos relacionados com a aplicação prática, o adestramento e o emprego*”. (FRAGOSO, 1959. p.3).

Segundo Bellintani, a fase de corporificação

---

<sup>3</sup> Em 1939 Castello Branco atuou como instrutor de tática na EEM. Em 1945 foi nomeado diretor de ensino da EEM. Sob sua direção, a escola sofreria alterações no conteúdo de seus programas, agora fundamentalmente centrados na doutrina tática norte-americana.

(...) fornece subsídios para a formulação da doutrina militar e seu emprego no campo prático. Todavia, logo após essa experiência prática no teatro de operações, obter-se-ão novos manuais e princípios, que se constituem em um novo conjunto de diretrizes, a ser integrado à fase da corporificação. Ocorre, assim, um movimento circular de ideias, diretrizes que, após serem utilizadas nos campos tático e estratégico, retornam ao campo teórico da corporificação, ao plano de operações<sup>4</sup>. (BELLINTANI, 2009, p.95)

Esse processo circular é identificado no estudo dos Regulamentos da EEM, realizado no capítulo anterior. Existia uma preocupação constante em associar os elementos teóricos e práticos na construção dos conhecimentos militares, pois a doutrina é ensinada. Por se tratar da instituição de ensino militar mais elevada do Exército, acreditamos que a EEM, durante a primeira metade do século XX, foi o local de construção e disseminação da doutrina militar para o exército brasileiro.

Antes da chegada da MMF tal doutrina era incipiente, praticamente inexistente, conforme atesta o chefe do EME, General Bento Ribeiro, no Relatório dos Trabalhos de 1916:

Um Exército no qual o serviço de Estado-Maior não funciona com a previdência e precisão necessárias é comparável a um homem a quem o sistema nervoso faz mais ou menos falta; não tarda a ficar paralisado. [...] Falta-nos ainda precisão e previdência, porque nos falta programa, e falta-nos programa porque nos falta a doutrina. [...] Esta tem sido a nossa história militar nestes últimos 26 anos; nenhuma doutrina dominante, nenhuma continuidade no programa, nenhum plano conjunto, invariável em suas linhas essenciais. (ESTEVEES, 1996, p.56)

Esse trecho sintetiza a condição do Estado-Maior do Exército brasileiro no início do século XX, e expõe a ausência de uma doutrina militar brasileira. O chefe do EME aponta que apesar dessa situação, “nos últimos tempos, é que se vem delineando o arcabouço que talvez constitua o início da futura grandeza militar do país.” (ESTEVEES, 1996, p.56).

A pequena melhora se refere às ações do General Caetano de Faria no comando do EME, entre 1910 e 1914. Nesse período foram produzidos diversos regulamentos e programas que visavam organizar os serviços do exército. O relatório dos trabalhos do Estado-Maior de 1912 ressalta que esse esforço esbarrava em um obstáculo: a indefinição do papel do Estado-Maior do Exército. Trata-se, portanto, de um problema que antecede a construção da doutrina. Como atesta o General Faria:

Possuímos um Estado-Maior, que assoberbado pelas questões de serviço corrente, de caráter puramente administrativo, tinha todo seu tempo ocupado com transferências de oficiais e praças, licenças, monte-pio<sup>5</sup>, com evidente

---

<sup>4</sup> “O plano de operações é o documento estabelecido pelo comandante chefe das operações, que fixa, em linhas gerais, o emprego das tropas mobilizadas, devendo, dessa maneira, respeitar o plano de guerra, elaborado a priori pela doutrina militar.” (BELLINTANI, 2009, p.95).

<sup>5</sup> Fundo de previdência que, mediante contribuição mensal, e por toda a vida, por parte de servidores públicos e

prejuízo de suas próprias funções. (ESTEVEES, 1996, p.46)

As atividades descritas se distanciam das atribuições definidas pela lei nº 403, de 24 de outubro de 1896, que criou o EME, e cuja principal função era:

preparar o Exército para a defesa da Pátria, por isso é especialmente encarregado do estudo e aplicação de todas as questões relativas á organização, direção e execução das operações militares, ficando os comandos das forças e as direções dos diversos serviços militares sob sua ação, no que concerne à instrução e disciplina das tropas. (BRASIL, 1896).

O general Bento Ribeiro aponta que o problema extrapola a questão das atividades práticas, atingindo o campo da conceituação teórica acerca da definição de Estado-Maior dentro das Forças Armadas e do próprio Exército:

Nem ao menos há uniformidade no modo de compreender a noção de Estado-Maior, entre nós; basta ver a diferença de atribuições entre o Chefe do Estado-Maior do Exército e da Armada<sup>6</sup>; mas dentro mesmo do Exército nota-se essa singular diferença; ao passo que o chefe de Estado-Maior de uma Brigada ou de uma Inspeção dirige e centraliza todos os serviços dos respectivos quartéis-generais, o Chefe do Estado-Maior do Exército nenhuma autoridade tem sobre a execução dos diversos serviços do Exército. (ESTEVEES, 1996, p.46)

Por fim o Chefe do Estado-Maior aponta a dificuldade de recrutamento de bons oficiais para o serviço no Estado-Maior do Exército, uma vez que tal ocupação era “pouco atrativa” na carreira militar:

O serviço de Estado-Maior exige um estudo constante, e um conjunto de qualidades intelectuais e morais da parte de seus executores; por essa razão, em toda parte, os oficiais empregados nesse serviço são estimulados por meio de certas vantagens, em promoções ou em vencimentos; entre nós nenhum estímulo existe, e a verdade é que muitas vezes se alega contra a promoção de um oficial pertencer ele ao Estado-Maior, e não estar por isso regimentado. Resulta daí que oficiais habilitados evitam esse serviço, e temos atualmente vagas no quadro respectivo. (ESTEVEES, 1996, p.46)

As condições precárias da Escola de Estado-Maior, formando oficiais de forma tímida e esparsa<sup>7</sup>, contribuíam para a existência dessas “vagas desocupadas”. A inconsistência de concluintes do curso de estado-maior pode ser explicada pela condição dos oficiais-alunos: todos continuavam com suas funções no Exército. Isso tornava comum a desistência ou a interrupção do curso por determinado período, estendendo seu tempo de permanência. Enquanto o número de matrícula permanecia razoavelmente constante, média de 20 por ano, o

---

militares, provê a estes pensão em caso de invalidez ou aposentadoria, ou à sua família, em caso de morte. Dicionário Aulete Digital. Disponível em <http://www.aulete.com.br/montepio> Acesso: 04.jul.2016.

<sup>6</sup> Trata-se do Estado-Maior da Marinha Brasileira.

<sup>7</sup> De acordo com os Relatórios dos Ministros da Guerra temos os seguintes dados de oficiais que concluíram o curso de estado-maior: 1909, oito. 1913, dezoito. 1915, dezessete.

número de egressos era inconstante.

As palavras do General Caetano de Faria também revelam uma característica comum na maioria dos relatórios analisados até aqui: por se tratarem de documentos de circulação restrita e com destinatários diretos<sup>8</sup>, apresentam uma boa dose de lamentação acerca das condições de suas respectivas instituições. Tal “sentimento” dividia espaço com algumas reivindicações e críticas suavizadas, e, por fim, com afirmação de uma atitude de superação na condução de suas funções.

Retomemos o relatório do General Bento Ribeiro, que após expor a condição incipiente da doutrina militar nacional, tece duras críticas ao exército brasileiro em relação aos outros países:

Ninguém pode ignorar as condições de extrema fraqueza que nos encontramos em face a países poderosos, cujo espírito de domínio, apoiado na força, se faz sentir a cada instante e em todos os recantos da terra. Na própria América do Sul, a Argentina mais previdente e mais instruída, soube assumir a situação preponderante e colocar-se resolutamente no bom caminho, estabelecendo definitivamente o seu programa militar. No Brasil, porém, tudo é vago, difuso, sem coordenação lógica, sem continuidade indispensável, sem método e sem a imprescindível sistematização. (ESTEVEES, 1996, p.55-56)

Para Ribeiro um dos principais motivos da incapacidade de elaboração de uma doutrina consistente estava na forma de organização política republicana:

Nos regimes monárquicos a continuidade existe, porque o rei é permanente e é o chefe natural do Exército; nos regimes republicanos as soluções de continuidade multiplicam-se, enfraquecendo a organização militar. Como exemplo frisante do primeiro caso pode-se citar a Alemanha, que tudo obedece à vontade do Kaizer; como exemplo do segundo, a França, que só desperta nos momentos críticos de iminente perigo. (ESTEVEES, 1996, p.56-57)

O General Bento Ribeiro era um notório admirador da doutrina militar alemã. No entanto, a crítica ao modelo republicano e a utilização da França como exemplo negativo são reveladoras em dois aspectos: 1) da concepção política centralizadora do General; 2) da postura contraditória que adotaria em relação à França após a definição da contratação e, especialmente da chegada da MMF, poucos anos depois<sup>9</sup>.

Por fim, o General propõe um conjunto de ações, dentro do próprio regime republicano, para a resolução de tal situação de descontinuidade. A primeira medida seria instituição de duas “regras capitais: a) continuidade dos programas; b) facilidade de acesso às

---

<sup>8</sup> Tanto os relatórios de Trabalho do Chefe do Estado-Maior (enviados para o Ministro da Guerra), quanto os relatórios do Ministro da Guerra (enviados ao Presidente da República).

<sup>9</sup> Tal postura será abordada detalhadamente no próximo subitem e no subitem 2.2 do próximo capítulo.



elevadas funções de comando aos mais capazes;” (ESTEVES, 1996, p.57). Para atingir a continuidade dos programas seria necessário:

1º - que estes sejam traçados inteligentemente, depois de ponderado e profundo estudo, por homens competentes e práticos. 2º - que uma vez fixados sejam mantidos, malgrado a variabilidade dos governos e ministros. Basta, para isso, imitar o exemplo da França, e a semelhança do Conselho superior de Guerra, ali instituído, criar o Conselho Superior da Defesa Nacional – composto do Presidente da República, a quem constitucionalmente compete o Alto Comando, dos Ministro da Guerra, Marinha, Viação, Exterior e Fazenda, dos Chefes e sub-Chefes do Estado-Maior do Exército e da Armada.

Este Conselho resolveria sobre todos os problemas concernentes à defesa nacional, fixando suas linhas gerais os programas relativos às seguintes questões: a) organização geral do exército e da armada; b) disposições essenciais à mobilização e concentração; c) adoção de novo material de guerra; d) estabelecimento da viação estratégica; e) criação e supressão de fortificações; f) criação de bases de operações navais; g) métodos gerais de instrução; h) planos de guerra. (ESTEVES, 1996, p.57).

Este trecho deixa clara a posição, no mínimo, ambígua do General Ribeiro em relação à França e seu exército. No mesmo documento o país é citado como exemplo duas vezes, primeiro negativamente, e em seguida de forma elogiosa. Outro aspecto importante é a proposta de criação do “Conselho Superior da Defesa Nacional”, com sua extensão e poder de atuação. O mesmo seria criado em 1927<sup>10</sup>, sob o nome de Conselho de Defesa Nacional, e teria um papel mais simbólico e generalista do que o almejado por Ribeiro:

Art. 1º Em Conselho de Defesa Nacional, duas vezes por ano, e tantas vezes quantas forem necessárias, se reunirão, em lugar previamente designado, as autoridades, entidades e pessoas designadas no art. 3º<sup>11</sup>.

Art. 2º A reunião em Conselho da Defesa Nacional tem por fim, somente em ordem consultiva, o estudo e coordenação de informações sobre todas as questões de ordem financeira, econômica, bélica e moral, relativas á defesa da Pátria. (BRASIL, 1927).

O Conselho seria reorganizado em 1934, no âmbito do governo provisório de Getúlio Vargas, quando passou a ter uma estrutura organizacional mais extensa com a criação de comissões<sup>12</sup> e secretarias, se aproximando da ideia concebida pelo General Ribeiro ainda em 1916.

O fim da primeira guerra mundial e a vitória dos aliados gerou, em quase todos os

---

<sup>10</sup> Pelo Decreto nº 17.999, de 29 de Novembro de 1927 que estabelecia Providência sobre o Conselho da Defesa Nacional.

<sup>11</sup> “Art. 3º Compõem o Conselho da Defesa Nacional: A - Permanentemente: 1. Presidente da Republica. 2. Ministro da Guerra. 3. Ministro da Marinha. 4. Ministro da Fazenda. 5. Ministro da Viação. 6. Ministro da Agricultura. 7. Ministro do Interior. 8. Ministro do Exterior. 9. Chefe do Estado Maior do Exercito. 10. Chefe do Estado Maior da Armada.” (BRASIL, 1927).

<sup>12</sup> Destaca-se a criação da Comissão de Estudos da Defesa Nacional, cuja principal função era: “Art. 4º À Comissão de Estudos da Defesa Nacional incumbe fazer o exame prévio das questões que devam ser submetidas à consideração do Conselho da Defesa Nacional; estudar as questões que lhe forem submetidas pelo Governo ou pelo Conselho; propor ao Governo as medidas de execução necessárias à solução das questões que dependam de mais de um ministério.” (BRASIL, 1934).

países beligerantes, movimentos para estudar as ações e decisões tomadas na guerra, com o intuito de reelaborar as doutrinas militares. O exército francês, por exemplo, presenciou um conflito de ideias entre o General Maginot e o General De Gaulle.

De acordo com Bellintani (2009), o exército francês, no período entre guerras, ainda se organiza militarmente de acordo com as estratégias utilizadas na Primeira Guerra: a guerra de trincheiras e a ênfase na construção de uma forte estrutura de defesa. Essa perspectiva de atuação militar era defendida pelo Ministro da Guerra, entre 1929 e 1931, General Maginot e propunha a construção de fortificações, em substituição às insalubres trincheiras, ao longo da fronteira francesa, especialmente a oriental. Tal estratégia se coaduna com uma guerra estática, de conflitos localizados, e defensiva.

Por sua vez, o General De Gaulle, *“propõe a formação de um exército de manobra e de choque mecânico, com mobilidade. Defende a especialização, a aviação forte, a formação de um corpo de reserva. Pugna, enfim, o preparo de um exército de elite.”* (BELLINTANI, 2009, p.101). De Gaulle defendia um incremento nas políticas militaristas, uma nova preparação das tropas e, conseqüentemente, novos investimentos no exército. Entretanto, o ambiente político e social francês, especialmente na elite dirigente, era de forte tendência pacifista. Os horrores da Primeira Guerra ainda estavam vivos no imaginário social francês, e os políticos não estavam dispostos a aumentar os gastos militares. De acordo com Hobsbawm

[...] os franceses perderam mais de 20% de seus homens em idade militar, e se incluirmos os prisioneiros de guerra, os feridos e os permanentemente estropiados e desfigurados (...) Não muito mais que um terço dos soldados franceses saiu da guerra incólume. (HOBSBAWM, 1995, p.33).

Ainda segundo o autor, o total de franceses mortos na primeira chegou a 1,6 milhão, somente menor que as baixas alemãs que atingiram 1,8 milhão e, acima dos 800 mil ingleses mortos.

Hobsbawm afirma que

Não surpreende que na memória dos britânicos e franceses, que travaram a maior parte da Primeira Guerra Mundial na Frente Ocidental, esta tenha permanecido como a “Grande Guerra”, mais terrível e traumática na memória que a Segunda Guerra Mundial. (HOBSBAWM, 1995, p.33)

Tomemos como exemplo o relato de Pierre Lebaud, comandante de dois regimentos de infantaria do exército francês na Primeira Guerra, que em 1921 escrevia sobre os efeitos mentais da guerra sobre os soldados que retornavam,

O soldado francês acaba de ser posto à prova na maior guerra de todos os tempos. Para lhe compreender a natureza, basta segui-lo em suas diversas manifestações durante a campanha. Recordemos, então, aquela vida infernal do infante da guerra; horas de fadigas, de privações, de angústias que, em

sua sucessão, monótona e enervante, pareciam não ter fim. [...] É bom falarmos nesse passado de ontem, porque a gente se esquece tão depressa. (LEBAUD, 2013, p.16)

Diante desse contexto, a estratégia defensiva de construir fortificações se torna dominante. De acordo com Bellintani (2009), o governo francês cria a Comissão de Organização das Regiões Fortificadas, em setembro de 1927, com o intuito de manter a construção de fortificações ao longo da fronteira. Entre os defensores dessa estratégia do *front fortifié*, estavam três generais importantes na Primeira Guerra: Ferdinand Foch (1851-1929), comandante chefe das forças aliadas que leva a França a vencer a guerra, Joseph Joffre (1852-1931), que vence, em 1914, a batalha de Marne, e Philippe Pétain, vencedor, em 1916, da batalha de Verdun. Assim, os generais e seus seguidores, exerceram grande influência no Conselho Superior da Guerra, órgão militar mais importante na França, e responsável pelas grandes decisões sobre a estratégia e doutrina militares. Em 1937, o Anuário Militar do Brasil descrevia a construção das fortificações que formavam a *Linha Maginot*:

Continua ainda sendo feito o trabalho para a extensão da linha Montmedy ao longo da fronteira belga até o Canal da Mancha, mas ainda serão necessários dois anos para completá-la. Todo o sistema de defesa, que o Estado Maior Geral considera inexpugnável e sobre o qual repousa todo o lado francês de mobilização e o plano de defesa do Estado Maior, custou à França 400 milhões de dólares. (ANUÁRIO MILITAR DO BRASIL, 1937)

A estratégia militar de fortificações defensivas da França foi posta em prova na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e não foi eficaz contra a guerra ofensiva e de movimento, a *blitzkrieg*, da Alemanha nazista, que, em 1940, tomava Paris. Sobre isso De Gaulle asseverava, ainda no período entreguerras:

No conflito do futuro, cada vez que uma frente se romper, ver-se-ão tropas rápidas correr até muito longe atrás do inimigo, atacando seus pontos sensíveis e transformando todo seu sistema. Assim será restaurada essa extensão estratégica dos resultados de ordem tática, que nem Joffre (...) nem Foch jamais puderam obter, e que constituía outrora o fim supremo e como que a natureza da arte militar. (DE GAULLE, 1996, p.123)

A despeito das divergências acerca das estratégias militares, a doutrina militar francesa apresentava, na década de 1920, um núcleo duro de princípios e ideais. Esse conjunto de ideais reforçam uma tradição militar francesa que considera as forças armadas, em geral, como o grande mudo, *la grande muette*. Nesse sentido,

seus integrantes não podem fazer política, discutir política ou manifestar-se sob a égide ideológica, devido à necessidade de manter a disciplina [...] A instituição armada serve para assegurar o governo constituído e defender a nação das ameaças externas, não lhe sendo facultado intervir ou questionar o rumo da política nacional. (BELLINTANI, 2009, p.126)

A consolidação desse modelo de exército depende da construção e disseminação de

valores e ideias em todos os níveis da instituição castrense: na tropa, na escola de formação de oficiais, na escola de altos estudos militares e, por fim, no alto comando do exército. De acordo com Bellintani (2009), a doutrina militar francesa da década de 1920, a mesma que será ensinada pela MMF, apresenta um conjunto de ideias e valores, a saber: 1) Guerra total; 2) Caráter do chefe; 3) Serviço de obediência; 4) Disciplina; 5) Espírito de grupo; 6) Confiança; 7) Coragem; 8) Ambição; 9) Moral; 10) Hierarquia.

A ideia de Guerra total<sup>13</sup> é a concepção vigente na França da década de 1920, e se caracteriza como uma guerra nacional, ou seja, envolve todo o país no conflito. De acordo com Martins, “*a noção de guerra total significa, nesse momento, que todos teriam, na guerra, uma questão pessoal a resolver*”. (MARTINS, 1994, p.231). Assim, a guerra total exige que todo o país esteja preparado para aderir ao conflito, demanda, portanto, “*a mobilização de todos os recursos nacionais, de toda força que emana do povo, e a utilização, com toda intensidade, do valor moral nos discursos dirigidos à população.*” (BELLINTANI, 2009, p.127).

O caráter do chefe é, na verdade, um conjunto de valores e características que os chefes militares precisam incorporar para exercer o comando das tropas, pois suas decisões de tornam ordens e instruções. Nesse sentido, Bellintani (2009) afirma que é no Estado-Maior do Exército que se formam os comandos, preparando os oficiais para ocupar os cargos de chefia. Para Baudouin, o Estado-Maior também deve verificar “*se as ordens do chefe são recebidas e executadas e se todas as necessidades da tropa foram satisfeitas.*” (BAUDOUIN, 1931. p. 8). Essa preocupação constante com a recepção das ordens superiores pela tropa é um elemento importante no caráter do chefe, uma vez que cabe ao chefe, por meio de suas ações e seus princípios, despertar o respeito e admiração dos subordinados.

O chefe precisa demonstrar dedicação ao exército, clareza nas ordens, obediência aos seus superiores, confiança na tropa e, até, simpatia e afetividade. No entanto, o chefe precisa deixar claro que tem o direito e o dever de puni-los, no estrito exercício dos regulamentos, das normas, e da doutrina militar. Também, são exigidos conhecimentos técnicos e teóricos: “*o chefe deve conhecer a história, as grandes batalhas e, principalmente, a natureza da guerra e do inimigo.*” (BELLINTANI, 2009, p.127). Mais ainda, o chefe deve conhecer seus

---

<sup>13</sup> De acordo com Bellintani, existem mais duas concepções de guerra: “*A guerra absoluta compreende o emprego total de violência, com vistas a massacrar, aniquilar, ou desarmar o inimigo. É o conflito sem controle, sem limites, que leva à destruição do adversário. [...] A guerra real é aquela em que a força está subordinada à realidade, estabelecendo-se em uma relação de relatividade com a política [...] o que difere, na guerra real, é que ela não pretende o aniquilamento do inimigo, mas a obtenção do objetivo político.*” [grifos nossos] (BELLINTANI, 2009, p.127)

comandados, reconhecer as potencialidades de seus subordinados, para organizar a hierarquia interna da tropa. Para Gavet, cabe ao chefe desenvolver os valores da unidade que comanda, e para tanto é necessário “1. despertar e estimular o valor dos elementos individuais; 2. colocar esses elementos no lugar certo em suas funções; 3. exigir que aí ajam com todo vigor, isto é, com toda sua inteligência” (GAVET, 1958. p. 57). Em 1921 Pierre Lebaud publicou um pequeno tratado militar com o objetivo de “iniciar no comando o jovem oficial”, escrito a partir de suas experiências na primeira guerra. A descrição poética de Lebaud sobre a responsabilidade do chefe militar na preparação psicológica dos soldados é exemplar:

Debilitado pelas privações e pelas vicissitudes, terá de aplicar diante da morte os conhecimentos adquiridos. Ao saber e ao poder juntar-se-á o QUERER? Dolorosa interrogação para todo chefe, que toma parte na formação do soldado! À preparação física e intelectual é preciso juntar uma preparação especial do sentimento e da vontade – a que chamamos EDUCAÇÃO – a mais importante de todas, porque delas dependerá o rendimento da preparação profissional. (LEBAUD, 2013, p.141)

Assim, o alto comando é responsável pela “*organização, a instrução, a educação e o combate. Em tempos de paz, a missão principal do comando é a instrução para o melhor emprego da tropa, em tempos de guerra.*” (BELLINTANI, 2009, p.129). O Estado Maior é formado por oficiais de alta patente, que instruem os novos generais e comandantes, pois o generalato é “*muito mais do que o comando de exércitos em campanha. Pois um exército é, recorrendo ao lugar comum, a expressão da sociedade de onde ele provém*” (KEEGAN, 1999, p. 16).

Podemos notar que, na doutrina francesa, a Escola de Estado-Maior tem um papel fundamental na formação do chefe militar, pois é nela que os oficiais recebem a instrução para comandar tropas, pensar as doutrinas militares e as estratégias de guerra e paz. Na EEM os oficiais-alunos devem desenvolver qualidades pessoais para servir no Estado-Maior e comandar tropas, pois, segundo Baudouin,

(...) antes de tudo ele deve ser trabalhador consciencioso. (...) ele deve fazer suas as ideias do chefe (...) deve dar o exemplo de confiança, de bom humor, se esforçando para contagiar com tais sentimentos o coração da tropa para qual ele trabalha. (BAUDOUIN, 1931, p. 13-14)

Nesse sentido, se inserem outros elementos fundamentais na doutrina militar francesa: servidão e obediência. A servidão é em relação à pátria, e a obediência em relação aos superiores. O militar deve aprender a servir, antes de aprender a comandar. Como constata Bellintani, “*uma das grandes qualidades do oficial francês é a servidão. O militar deve servir em tempos de paz para que possa servir ainda mais e também comandar em tempos de guerra.*” (BELLINTANI, 2009, p.133). A autora cita o estudo de um intelectual francês,

Henry Clerc, sobre a obediência militar e seu estatuto jurídico. Para Clerc (1935), a obediência militar tem duas dimensões, a interna trata da execução estrita da hierarquia militar, e a externa, trata da obediência que as instituições militares devem ao governo civil. Para o autor, nos dois casos a obediência deve ser passiva e completa.

Para garantir essa obediência total, a doutrina militar francesa valoriza a cultura da disciplina. Para os franceses, trata-se da disciplina mental, na prática constante da obediência, e da disciplina do corpo, com intensos trabalhos de educação física. As competições esportivas exercem papel fundamental, pois além de preparar fisicamente os soldados e oficiais, estimulam o desejo de superação e vitória. Entretanto, não podemos falar em estímulo à individualidade, pois outro aspecto estruturante da doutrina militar francesa é o incentivo ao sentimento de coletividade e de pertencimento ao corpo regimental e a instituição militar. O chamando “*espírito de grupo*”, ou “*espírito de corpo*”, é fundamental para a organização dos corpos de tropa e para a formação da identidade militar, o *ethos*<sup>14</sup>. Ao colocar as necessidades da tropa e do exército acima dos interesses de classe ou pessoais, o soldado e o oficial passam a se integrar organicamente a instituição castrense.

Os demais valores (confiança, coragem, ambição e moral) estão diretamente ligados à preparação psicológica do militar. De maneira geral, servem para reforçar os princípios da hierarquia, do espírito de corpo e da disciplina. O chefe militar tem papel preponderante na disseminação e consolidação desses valores e sentimentos. Aqui fica evidente a importância da preparação recebida na EEM, na formação do líder, na construção da elite militar.

A breve exposição dos rumos tomados pela doutrina e estratégia militares francesas, após a Primeira Guerra, é fundamental para compreendermos quais os ensinamentos teóricos e práticos trazidos pela MMF. Nesse sentido, destaca-se a atuação dos franceses no Estado-Maior e na EEM, pois é com base na reestruturação dessas instituições que a doutrina militar brasileira se construiria nas décadas de 1920 e 1930.

### **3.2 A contratação da Missão Militar Francesa: debates e propostas**

Entre 1917 e 1918 foram elaborados diversos projetos de lei para autorização da contratação de uma missão militar estrangeira de instrução, preferencialmente francesa. As discussões na Câmara dos Deputados abordavam questões como a compatibilidade constitucional de uma missão estrangeira, especialmente no âmbito da segurança nacional. Em sessão do dia 15 de novembro de 1917, o Ministro da Guerra General Caetano de Faria

---

<sup>14</sup> Para uma visão sociológica da formação do *ethos* militar brasileiro conferir SANTOS, 2004b, pp.45-67.

questionava a inserção de oficiais estrangeiros nos quadros do exército brasileiro: “é preciso verificar se estrangeiros que não podem ser soldados em nosso Exército, poderão exercer funções oficiais, e se nossos oficiais e praças podem ser obrigados a obedecer.” (BASTOS FILHO, 1994, p.4). O Ministro Caetano de Farias, em carta resposta ao Major Alfredo Malan D’Angrone<sup>15</sup>, datada de 2 de março de 1918, expunha sua posição:

Apareceu uma forte corrente em favor de uma grande missão francesa, que viesse organizar o nosso exército, tomar conta do seu Estado-Maior, instruí-lo, etc; um projeto nesse sentido foi apresentado no Congresso. Opus-me a ele, pelas razões que darei depois, e então declararei que, não a aceitando, não via inconveniente em chamar-se, se entendessem necessário, professores para as nossas Escolas, como mais de uma vez se tem feito. Nessa ocasião outro projeto autorizava a ida de oficiais à Europa, aproveitando-o, enviei para lá vinte tantos. (MALAN, 1988, p.217).

As palavras do Ministro demonstram a divisão de propostas existente em relação à contratação de uma missão estrangeira de instrução militar. O Ministro da Guerra continua:

Agora, as razões por que não sou partidário de missão alguma estrangeira. Quando o Marechal Hermes esteve na Europa, e falou-se em uma missão alemã. Que, dizem esteve quase contratada, opus-me tenazmente a isso, e contribuí para o fracasso desse contrato. [...] o exército só pode ser nacional em suas doutrinas, teorias, no seu espírito e mesmo em sua tática. Seria muito razoável, indispensável mesmo, que se tivémos de mandar um contingente de tropas para aí, venham instrutores ensinar os métodos que atualmente são empregados aí na frente ocidental; mas como instrução definitiva, como método geral de guerra, ainda não estou convencido de que o caso particular da guerra de trincheiras que aí se observa constitua uma doutrina geral. (...) Ainda uma outra dúvida: conheço nossa tropa, sei que nossos oficiais são muitos ciosos de seus direitos e não creio que eles se sujeitem ao comando de oficiais estrangeiros, principalmente tendo a seu favor uma Constituição política. Como sabe, o nosso Exército não admite o estrangeiro como soldado; pois como admitir que ele tenha funções de oficial; nós somos subordinados aos nossos superiores hierárquicos, e o oficial estrangeiro tem essa superioridade? (MALAN, 1988, p.217-218).

O trecho evidencia que o Ministro Faria era contrário à contratação de qualquer tipo de grande missão estrangeira de instrução militar, desde as primeiras tentativas na década de 1900. Faria defendia contratações pontuais de professores e instrutores, pedindo ajuda para Malan ao relatar “que acertaria se pudesse contratar um oficial aviador daí, de reconhecida competência, para organizar esse serviço, tratar das escolas, construção de hangares, etc.” (MALAN, 1988, p.218).

O problema da constitucionalidade foi discutido amplamente ao longo do ano de

---

<sup>15</sup> Adido militar brasileiro na França, e defensor ferrenho da contratação dos franceses, enviara carta datada de 10 de novembro de 1917, onde expunha a necessidade urgente da contratação de uma missão militar francesa. Ambas as cartas foram reproduzidas integralmente por Malan, 1988.

1918, e teve solução permanente apresentada: a missão militar seria apenas de instrução, portanto o comando e direção do exército brasileiro não seriam entregues para estrangeiros. Em paralelo à discussão da constitucionalidade parlamentares elaboravam projetos de lei<sup>16</sup> que autorizavam a contratação de uma missão militar francesa de instrução; entre eles destaca-se o Projeto nº 306-1917 do deputado Maurício Lacerda. Na exposição de motivos do projeto o deputado teceu fortes críticas ao Alto Comando do Exército ao asseverar que

em todos ramos da preparação militar muito dinheiro e energia têm sido gastos sem método; os regulamentos se sucedem sem as ligações indispensáveis à coesão do aparelho militar, os quartéis são abandonados antes de terminada a construção, o material se estraga por abandono ou esquecimento. Tudo é feito de ocasião, sem unidade de doutrina e de ação; há falta de base orgânica e de um programa de desenvolvimento dessa organização. **O mal vem, assim, da alta administração e comando.** [grifos do autor] (BASTOS FILHO, 1994, p.14).

A fala do deputado sintetiza as concepções de grupos importantes no meio político da época, especialmente no congresso. A relação pouco amistosa entre a classe política e a classe militar se intensificou ao longo da primeira república, multiplicando episódios de trocas de acusações e ofensas entre políticos e militares. Em síntese, os políticos acreditam que as más condições do Exército Brasileiro eram causadas pela falta de capacidade administrativa e organizacional da alta administração militar, especialmente no Ministério da Guerra e no EME. Em contrapartida, os militares viam nos políticos um elemento de constante corrupção do estado, uma classe sem preocupações verdadeiras com o futuro do país.

As condições precárias do exército eram uma realidade conhecida no meio militar, mas ganhou notoriedade no meio civil e político com a eclosão da Primeira Guerra Mundial. Artigos da revista *A Defesa Nacional*, que abordavam os problemas, materiais do exército eram usados em sessões da Câmara dos Deputados. Um artigo publicado na edição de julho de 1918, que denunciava as péssimas condições das tropas no Rio Grande do Sul, chegou a ter trechos censurados pelo Alto Comando do Exército. A censura foi exposta na Câmara dos Deputados, onde as citações à revista eram frequentes. Para McCann a situação do Exército era grave: “A falta de equipamento era absoluta: não havia armas, carroções de munição, nem barracas suficientes. E o pior era que os oficiais não sabiam comandar operações de campanhas.” (MCCANN, 2007, p.142).

---

<sup>16</sup> De acordo com Bastos Filho (1994) foi o Projeto nº 425-1918 que deu origem à lei que autorizava o governo a contratar a MMF, e estabelecia os termos dessa contratação.



A despeito dos enfrentamentos, existia uma bandeira que unia políticos civis e grupos de militares: a precariedade das estruturas militares e a necessidade da contratação da missão militar francesa. Novamente, aparece a preponderância da revista *A Defesa Nacional* na vanguarda de uma campanha pela modernização do exército, agora defendendo a missão francesa. A edição publicada em janeiro de 1919 continha um artigo intitulado “A Missão”. Nele o tenente Mario Travassos defendia categoricamente a missão francesa:

Quem poderá ser contra a Missão? Respeitando a opinião de certos chefes que as circunstâncias cortavam-lhe os arroubos, ninguém. Só o amor à irresponsabilidade, a ausência de ambições militares, a falta de patriotismo, poderão conduzir a um protesto contra a vinda da missão. [...] O que se precisa é substituir a incapacidade nacional pela capacidade estrangeira. Que venha uma missão estrangeira para o Brasil. (TRAVASSOS, 1919, p.118).

Para Bastos Filho (1994), os defensores da missão acreditavam que somente sob a influência e treinamento de capacitados oficiais estrangeiros, provenientes de um exército comprovadamente eficiente e competente, a alta administração do exército brasileiro poderia ser aperfeiçoada. No esteio dessa discussão destaca-se o posicionamento do general Bento Ribeiro, chefe no EME, que era “profunda e radicalmente” favorável à contratação de uma missão estrangeira, a despeito de sua nacionalidade. As ideias foram expostas no Relatório dos trabalhos do Estado-Maior de 1917, onde o general considerava

...indispensável à reforma do ensino militar e do Estado-Maior do Exército, dever-se-ia aplicar em toda sua extensão a ideia corrente, dominante e vencedora de uma Grande Missão que venha integrar os Altos Estudos militares professados no nosso primeiro estabelecimento de ensino como nos iniciar nos segredos dos serviços de Estado Maior. Não resta dúvida que aos atuais professores faltam, em geral, o espírito militar, o tirocínio prático, o conhecimento exato do mecanismo dos exércitos em seus menores detalhes. [grifo do autor] (ESTEVEES, 1996, p.69).

Para o General Ribeiro as falhas apresentadas pelos professores não são irreparáveis, uma vez que

Há não só no professorado militar, como nos que labutam no Estado-Maior do Exército, talentos brilhantes e inteligências esclarecidas de funda e elevada cultura científica, mas poucos possuem o necessário coeficiente prático, embora todos se achem em magníficas condições de assimilarem os mais difíceis problemas, desde que os mestres projectos na Arte os guiem convenientemente. (ESTEVEES, 1996, p.69).

A referida “funda e elevada cultura científica” é fruto da formação positivista predominante nas escolas de formação do oficialato do exército desde o fim do Império, onde, segundo o chefe do EME, “os ensinamentos de matemática e filosofia sobrepujava a tudo, onde, por uma

falsa e errônea orientação, os conhecimentos militares eram ministrados sob forma mais literária que real.” (ESTEVEES, 1996, p.70). Essa formação mais teórica também foi dominante nos primeiros anos da Escola de Estado-Maior, como exposto no capítulo anterior.

O general também aborda a resistência à contratação de uma missão estrangeira de instrução militar por parte de grupos de oficiais, inclusive do Alto Comando. Para esse grupo uma missão estrangeira feriria o prestígio e a soberania do exército nacional, e representaria uma falência do espírito patriótico. Para Bento Ribeiro, uma missão estrangeira,

...longe de esbater, esmaecer esse espírito, ao contrário cada vez mais o acrisola, exaltando-o, elevando-o. Haja vista a organização militar da Argentina, do Chile e do Peru, para não sairmos da América do Sul, onde missões estrangeiras deram os mais proveitosos resultados, sem de leve ferir, melindrar o patriotismo de seus filhos. Haja vista a modelar organização da Força Pública de São Paulo, em que a missão francesa a transformou numa força militar de valor altamente eficiente, que honra os créditos da intelectualidade do exército francês, para vermos que tal medida, extensiva ao exército não virá melindrar o nosso patriotismo nem atentar contra nossas instituições políticas. (ESTEVEES, 1996, p.70).

Assim, o chefe do EME deixava claro que a missão estrangeira apenas aperfeiçoaria o exército nacional, com a absorção de ensinamentos referentes à “solução dos grandes e difíceis problemas da Arte da Guerra” (ESTEVEES, 1996, p.70). Ele também exprime a preocupação em relação à preponderância regional:

Não podemos nem devemos sob o ponto de vista da instrução teórica, prática e profissional ficarmos aquém das demais nações do continente sul-americano. Nossa situação geográfica, político-internacional nos impõe o dever de nos colocarmos militarmente no primeiro plano. (ESTEVEES, 1996, p.70).

Por fim, o general deixa claro que era “profunda e radicalmente partidário da Grande Missão.” (ESTEVEES, 1996, p.70), e que não importava a nacionalidade desta. Entretanto, seria importante, “conciliar o útil ao agradável, buscá-la entre as nações europeias, cujos costumes, hábitos, língua e tradições se aproximam da nossa e sejam de fácil assimilação ao nosso meio.” (ESTEVEES, 1996, p.70). Apesar de reiterar que não havia predileção, essa última constatação deixa claro que o chefe do EME, a despeito de sua admiração pela doutrina germânica, já estava de acordo com a contratação da Missão Militar Francesa.

O primeiro contrato oficial entre os governos brasileiro e francês foi assinado no dia 10 de outubro de 1918 pelo Ministro Plenipotenciário do Brasil na França<sup>17</sup>, e tinha como

---

<sup>17</sup>Anteriormente, o Estado de São Paulo contratou uma Missão Militar Francesa em 1905 para a reorganização da

objeto a organização dos serviços de aviação militar. A missão foi composta de três oficiais aviadores, três monitores de aviões e três mecânicos de motores. O contrato da grande missão militar de instrução foi assinado apenas em setembro de 1919, e os primeiros oficiais chegaram ao Rio de Janeiro em março de 1920.

A duração inicial do contrato<sup>18</sup> seria de quatro anos, com possibilidade de rescisão após dois anos. A primeira equipe da MMF estava descrita no primeiro artigo do contrato e era composta de 23 militares<sup>19</sup>, a saber:

um oficial general, Chefe da Missão; um oficial ajudante-de-ordens para o chefe da missão; um oficial superior de Estado-Maior; um oficial de artilharia; um engenheiro especializado em explosivos; um coronel subchefe da missão e comandante da Escola de Estado Maior; um oficial superior, Diretor de estudos da EEM; um oficial de cada uma das Armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, instrutores; Para a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais:

um oficial superior comandante da escola; um oficial de cada uma das Armas de Infantaria, Artilharia e Cavalaria, instrutores; um oficial de Cavalaria, instrutor de equitação; um oficial de Infantaria, instrutor de armamentos; Um oficial de Engenharia e um oficial de Comunicações, instrutores comuns às Escolas de Estado-Maior e de Aperfeiçoamento; um intendente militar, diretor da Escola de Intendência; um veterinário militar, diretor da Escola de Veterinária, um veterinário auxiliar adjunto e um mestre-ferreiro. (BASTOS FILHO, 1994.p.73).

O artigo ainda previa que se houvesse a necessidade de crescer, de forma permanente ou temporária, os quadros previstos inicialmente, as condições seriam anexadas ao contrato. Os oficiais franceses usariam uniformes do Exército Francês e ocupariam o posto hierárquico no Exército Brasileiro superior ao ocupado na França. O chefe da missão General Gamelin, por exemplo, passaria a ocupar o posto de General de Divisão do Exército Brasileiro.

Os vencimentos anuais dos membros da Missão Militar Francesa também foram objeto do contrato:

---

**Tabela 3 – Remunerações e gratificações anuais dos oficiais da MMF**

<b>Remunerações anual por posto do oficial</b>	<b>Valor</b>
--	--------------

---

Força Policial Estadual. Ela esteve por duas vezes no Brasil. A 1ª Missão Francesa ficou de 1906 a 1914, quando os oficiais franceses tiveram de retornar à pátria com a eclosão da I Guerra Mundial, e retornou depois de 1919, permanecendo até 1924. Para maiores informações conferir: MALAN, 1988.

<sup>18</sup> As análises sobre o contrato desenvolvidas tomam como base a reprodução literal de grande parte dos seus artigos consultados em BASTOS FILHO, 1994. p.72-82. O contrato também é reproduzido por Bellintani (2009), em tradução livre, direta do exemplar francês, consultado no Service Historique de l'Armée de Terre, em Paris. Neste arquivo consta todo o trabalho realizado pela missão, as propostas de organização, os contratos, a situação do exército brasileiro e os fatos históricos ocorridos no Brasil.

<sup>19</sup> A lista completa dos membros da MMF, com as funções, nomes, formação e patentes no Brasil está disponível no Anexo 6.

	(em contos de réis)
<b>General, Chefe da Missão</b>	65
<b>Coronel, Subchefe da Missão</b>	45
<b>Tenente-Coronel</b>	40
<b>Major</b>	35
<b>Capitão</b>	30
<b>Primeiro-tenente</b>	25
<b>Segundo-tenente casado</b>	12
<b>Segundo-tenente solteiro</b>	10
<b>Indenizações anuais de gratificação de comando</b>	<b>Valor</b>
	(em contos de réis)
<b>Chefe da Missão</b>	10
<b>Coronel Subchefe da Missão</b>	05
<b>Tenente-Coronel Comandante da Escola de Aperfeiçoamento</b>	05
<b>Intendente</b>	03
<b>Veterinário</b>	02

Fonte: (BASTOS FILHO, 1994,p.78)

Os oficiais franceses seriam mais bem remunerados que os oficiais brasileiros. Em 1922, um primeiro-tenente do exército brasileiro, por exemplo, ganhava em média 9 contos de réis<sup>20</sup> anuais, menos que um segundo-tenente francês. Além dos salários mais altos, os oficiais da MMF teriam outros direitos e indenizações. O Governo brasileiro, por intermédio de sua embaixada em Paris, ficaria incumbido de arcar com os custos da viagem de Paris ao Rio de Janeiro, em primeira classe para os oficiais, e em segunda classe para os graduandos. O mesmo valeria para a volta após o fim do contrato. Em relação à mudança dos militares, eles poderiam escolher entre o transporte de mobiliário e bagagem, com isenção aduaneira e uma indenização fixa em 5 contos para oficiais casados, 2 contos para solteiros e 1 conto para graduandos.

O segundo artigo do contrato descrevia as atribuições da Missão Militar Francesa e de seus principais membros. No primeiro parágrafo consta:

O general chefe da Missão Francesa ficará subordinado ao Chefe de Estado-Maior do Exército Brasileiro, nas funções do assistente técnico para instrução e organização. Ele colaborará diretamente com o Chefe do Estado-Maior do Exército Brasileiro e deverá ser, obrigatoriamente, consultado sobre todos os assuntos de instrução. (BASTOS FILHO, 1994.p.73).

Esta determinação colocava o chefe do Estado-Maior em uma posição ambígua, pois seria hierarquicamente superior ao chefe da MMF, mas teria a obrigação de consultá-lo sobre todos os assuntos de instrução. O quinto parágrafo tratava de uma questão chave para os franceses:

<sup>20</sup> Valor baseado no depoimento de João Alberto Lins de Barros que ganhava 750 mil-réis mensais como primeiro-tenente de artilharia em 1922. (BARROS, 1953.p. 16).

a compra de material bélico. De acordo com o contrato o governo brasileiro se comprometeria a “dar preferência à indústria francesa, em suas encomendas de material de guerra, desde que, em igualdade de valor técnico, esse material possa ser cedido a preços idênticos aos propostos por outra potência e nos mesmos prazos”(BASTOS FILHO, 1994.p.74).

A criação de escolas militares também estava prevista no contrato. Inicialmente seriam quatro instituições militares de ensino: Escola de Aviação, Escola de Veterinária, Escola de Intendência e Administração e Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Em comum, o caráter de especialização do conhecimento militar e o objetivo de diversificar as áreas de atuação dos oficiais, especialmente os de baixa patente. Essa perspectiva de especialização e diversificação do conhecimento e da atuação militar foi uma característica marcante da atuação da MMF no Brasil e uma das faces da modernização da Força Terrestre no século XX.

O Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior do Exército de 1920 apresenta uma descrição do papel pretendido pelo EME para a atuação da MMF. Para o General Ribeiro a assinatura do contrato representava uma nova e delicada fase para o exército, especialmente para o Estado-Maior:

A nação pelos seus poderes competentes exprimia o justo desejo de que a preparação geral, mormente a instrução do Exército fossem rapidamente aperfeiçoadas segundo os ensinamentos da última guerra, acelerando a evolução em que nos havíamos lançado, fazia um decênio, realmente lenta e imperfeitamente sistematizada, bem que muito honrosa no relativismo dos serviços públicos nacionais.

Este grande passo não retirava ao E.M. qualquer parcela das suas atribuições regulares, nem diminuía suas responsabilidades em qualquer emergência difícil; dava-lhe o concurso de capacidades técnicas incontestadas e prometia o aperfeiçoamento dos oficiais brasileiros já dedicados a esse serviço.

Só este aperfeiçoamento e a possibilidade de preparar comandos suficientemente esclarecidos sobre a guerra moderna, constituíam medidas de tal relevância e acerto que por si justificavam o contrato feito, mesmo sem a imediata aquisição do material próprio aos laboratórios que em que se formam os verdadeiros operários da guerra – os quadros da tropa. Com um Estado-Maior hábil e comandos dotados da necessária flexibilidade de espírito muitas dificuldades estariam vencidas; o material existente seria explorado até o seu máximo rendimento, tirar-se-ia bom partido dos recursos que a Nação pudesse dar. (ESTEVEVES, 1996, p.94-95).

Neste trecho o General Ribeiro atestava as condições precárias do Estado-Maior e da própria formação dos comandantes. Para ele, a chegada da MMF seria capaz de potencializar a capacidade dos oficiais e dotando-os das ferramentas necessárias para exercer o comando das

tropas de maneira eficaz<sup>21</sup>.

O chefe do EME, no entanto, ressalta que a verdadeira precariedade estava nas condições de trabalho de sua repartição, a despeito dos esforços de seus integrantes, e que a reorganização proposta pela MMF seria o primeiro passo para a alteração desse cenário:

Verdade é que a grandeza da massa de trabalhos a por em curso, exigindo só por seu volume uma grande velocidade de escoamento, nem sempre tem permitido ao E.M. o efetivo exercício de um exame ponderado, de uma colaboração útil, como desejava, antes dos encaminhamentos dos mesmos; o E.M. tem, por sistema, aceitado essa grave irregularidade de regime, movido abnegadamente pelo superior desejo de evitar mal maior e convencido de que bem depressa hão de impor-se como realidade a suas objeções desassombradas, os seus conselhos – que sob o ponto de vista nacional, a levar em conta na tarefa da MMF, é ela a instância autorizada a dá-los. Nas primeiras reedições dos trabalhos já se extirparão os defeitos mais sérios, se preencherão as lacunas mais largas, além de que certos senões poderão ser corrigidos em atos avulsos, à medida que isso se releve inadiável. (ESTEVEVES, 1996, p.95).

Sobre a atuação conjunta entre o Estado-Maior e a MMF o Relatório reforçava o apoio total à Missão e a importância de evitar os movimentos e ações que se opunham e resistiam à sua contratação:

Foi esta a orientação com que o E.M., depois de ter contribuído para a decretação das bases que regulam todo o ensino militar, dispôs-se a auxiliar convictamente os trabalhos da MMF, veiculando seus ensinamentos sob as formas mais próprias ao meio e ao tempo, moldando nas opiniões dos mestres estrangeiros todos os estudos e iniciativas da sua competência. Colocado assim entre os mais elevados interesses da nossa defesa e estado real do exército, o EME auxiliou bastante o início da nova fase, procurando caracterizá-la como uma etapa maior e mais enérgica da evolução iniciada e evitando a ação perturbadora e sectarista que não podia responder pela grandeza dos objetivos colimados. Conforme o já citado contrato, dois foram os meios estabelecidos para a ação da MMF: a direção imediata das escolas e a assistência técnica à repartição que chefio. (ESTEVEVES, 1996, p.95).

De acordo com Bellintani (2008) a MMF procurou, junto com o EME, elaborar e/ou reformular regulamentos que abarcassem todas as áreas de atuação do exército nacional, como no caso das seguintes normas:

...regulamento para a direção das grandes unidades; regulamento para o Exército e o combate de infantaria; regulamento para instrução física militar; regulamento para exercício e combate de cavalaria; regulamento para os exercícios, combate e tiro de artilharia; regulamento para serviço do exército em campanha; regulamento para instrução dos quadros de tropa; regulamento para organização do terreno; regulamento para inspeções, revistas e desfiles; regulamento para emprego dos meios de transmissão;

---

<sup>21</sup> Podemos inferir que se trata das características do chefe militar, apresentadas na abordagem da doutrina militar francesa.

regulamento para organização geral dos serviços no exército; regulamento de minas; regulamento de pontes; regulamento reservado para o serviço de Estado Maior de Campanha; regulamento para o serviço da Intendência de guerra. (BELLINTANI, 2009, p.256-257).

Segundo Bellintani (2009), os regulamentos organizavam diversos aspectos como “a conduta da tropa e dos oficiais, as formas de ascensão hierárquica, definindo a função de cada posto e de cada órgão e estipulando as divisões de unidades.” (BELLINTANI, 2008, p.257). Nesse sentido, estas normas determinavam as atribuições cotidianas de cada repartição militar e de seus membros, por isso, “em seu âmago, contêm a doutrina militar e a doutrina de guerra.” (BELLINTANI, 2008, p.257).

A autora ainda destaca que alguns desses regulamentos eram simples traduções de normas francesas, gerando uma necessidade de adaptação à realidade geográfica brasileira. De maneira geral, a importância da criação dos regulamentos estava na construção do corpo de doutrina do Exército, especialmente na operacionalização das manobras. Os regulamentos, nesse sentido, forneciam uma base teórica que orientava a organização das tropas e das instituições, a despeito da existência física desses materiais. Ou seja, apresentavam um modelo a ser seguido. Apesar do aspecto teórico os regulamentos só seriam exequíveis na medida em que apresentassem compatibilidade com a capacidade de recursos humanos e de material do exército brasileiro (armamentos, laboratórios, prédios, equipamentos, etc). De acordo com Paulo Costa (2001), as reformas regulamentares conferiram autenticidade ao corpo de doutrina que se formava e se difundia pelo exército.

### **3.2.1 A inauguração da nova sede da Escola de Estado-Maior: o templo dos franceses**

De acordo com o Relatório do MG de 1920, a EEM retomou os trabalhos escolares, em de abril de 1920, sob direção administrativa do Coronel Nestor Sezefredo dos Passos, e Direção técnica do General Durandin, membro da MMF. Tais atividades foram realizadas, de forma provisória, em salas do Ministério da Guerra. A cerimônia de inauguração da nova sede da EEM foi realizada no dia 7 de abril de 1920, juntamente com o retorno de suas atividades escolares.

Segundo Câmara e Peres (2005), o primeiro prédio próprio da EEM foi construído no terreno do antigo hospital militar, localizado na Rua Barão de Mesquita<sup>22</sup>, onde os alunos iniciaram suas atividades somente a partir do dia 3 de outubro de 1921, conforme Relatório

---

<sup>22</sup> À época fazia parte do Bairro do Andaraí, mas atualmente pertence ao Bairro da Tijuca.

do MG de 1921. De acordo com os autores, a nova sede continha recursos materiais adequados como mobiliários, meios auxiliares de instrução, livros, etc.

No entanto, no dia 7 de junho de 1920 o jornal *Gazeta de Notícias* publicava uma notícia sobre a reforma do “Quartel do Andaraí” para abrigar a Escola de Estado-Maior. De acordo com o periódico o Ministro da Guerra, Calógeras, ordenara “que as viúvas dos oficiais e praças, veteranos do Paraguai, que ocupava o velho quartel do Andaraí, abandonem quanto antes aquele próprio militar, a fim de que possa ele ser reconstruído para alojar a Escola de Estado-Maior do Exército.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 jun. 1920, p.3). O jornal ainda asseverava que não havia necessidade de realizar tal medida, pois não havia

...verba para a construção do edifício da nova Escola, uma vez que o orçamento vigente não consignou crédito para semelhante empreendimento. Somente para o ano poderá ter início a construção de obras planejadas pelo Sr. Calógeras, não havendo, portanto, motivo que justifique semelhante pressa. [...] As pessoas que moram no velho pardieiro do Andaraí são todas viúvas de militares que se sacrificaram em proveito da Pátria e que se acham na maior miséria. Os vencimentos que percebem nem chegam para o provimento de suas mais indispensáveis necessidades. Com a atual crise de habitações não podem, assim de pronto, arranjar casas. O Sr. Ministro da Guerra deve, conseqüentemente, ser mais clemente, prolongando por mais algum tempo o prazo de despejo (GAZETA DE NOTÍCIAS, 7 jun. 1920, p.3).

A notícia apresenta informações, e acusações, que não constam nos relatórios do Ministro da Guerra, tampouco na obra de Câmara e Peres sobre a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. O jornal dá a entender que a nova sede seria fruto de uma reforma de uma antiga instalação militar, e não a construção de uma nova sede, como se afirma nas produções históricas sobre a EEM.

O tom da acusação contra o Ministro Calógeras e a manifestação de pouca simpatia em relação à MMF, especialmente a figura do General Gamelin, seriam uma marca registrada do jornal *Gazeta de Notícias*. Tal fato, entretanto, não descarta a relevância dessas informações para construir um contraponto frente à narrativa oficial idealizada sobre os primeiros anos da EEM sob a batuta dos oficiais franceses. O fato das aulas na nova sede só terem início no fim de 1921 reforça o caráter meramente formal da cerimônia de inauguração, mais importante pelo seu significado simbólico do que prático, como poderemos perceber nos discursos analisados a seguir.

O evento<sup>23</sup> contou com a presença de diversas autoridades civis e militares, além de

---

<sup>23</sup> No anexo 7 estão disponíveis duas fotos da cerimônia de inauguração da nova sede da EEM publicada em periódicos cariocas.



membros da MMF. Os discursos proferidos foram publicados na íntegra no Relatório do Ministro da Guerra de 1919. O primeiro discurso foi do chefe da EME, Marechal Bento Ribeiro, que via na inauguração da sede própria da EEM, “*o início de uma nova diretriz impressa ao preparo da nossa oficialidade, pela ampliação de seus conhecimentos com luzes novas, emanadas de cultas inteligências que aumentaram e fortaleceram o seu saber, na pratica da grande guerra.*” (RIBEIRO, 1920, p.75) Ribeiro estava ciente da resistência de importantes membros do Alto Comando, especialmente os oficiais superiores mais antigos, que sentiam sua posição hegemônica ameaçada pela presença dos oficiais estrangeiros. Por isso deixava claro a importância da

oficialidade atual, depois de cooperar com eficiência na regeneração política do país. Auxiliando eficazmente a proclamar e a consolidar a República, tem presidido á transformação racional do exército, empregando esforços contínuos e tenazes no sentido de seu aperfeiçoamento técnico e profissional, de modo a aproximá-lo em equivalência aos seus congêneres organizados a moderna. (RIBEIRO, 1920, p.75).

O Marechal Ribeiro defendia que o exército nacional estava em processo de modernização desde o início do século, com destaque para a aprovação da lei do sorteio militar, elemento basilar desse processo:

Da observação atenta dos nossos vários regulamentos nestes últimos vinte anos, deduz-se a continuidade de um progresso notável nos diversos ramos de preparação militar, tão extraordinário esse progresso que, instituído o sorteio, estivemos a altura da difícil tarefa que se nos impôs, e os conscritos saídos da caserna, reservistas, foram os maiores pregoeiros do nosso amor a Pátria, e ao trabalho da nossa abnegação profissional, e da nossa cultura. (RIBEIRO, 1920, p.75).

As considerações do chefe do EME faziam referência aos primeiros sorteios militares referentes à lei do serviço militar obrigatório de 1908, realizados somente a partir de 1916. O Relatório do Ministro da Guerra daquele ano constatou a ocorrência de muitas falhas, por “falta de civismo” de alguns sorteados, e por falhas de preparação dos integrantes das juntas de recrutamento.

José Murilo de Carvalho descreve que, inicialmente, “*o alistamento estava a cargo de juntas locais dirigidas pelos presidentes das câmaras municipais, o que possibilitava o tradicional uso do recrutamento como arma política nas lutas partidárias.*”(CARVALHO, 2005, p.24). O Relatório do Ministro da Guerra de 1919 oferece uma descrição detalhada do uso político do recrutamento militar:

O elemento partidário local, representado pelos chefes dos Executivos

municipais, tem igualmente perturbado a plena execução da lei. Ora recusa-se a alistar os moços, sob pretexto de que a medida é impopular e lhe fere o prestígio. Ora incluem tão somente os seus adversários políticos e os desprotegidos. Ora, ainda, vicia as listas pela inclusão de nomes de fantasia, de indivíduos inexistentes, ou pelo arrolamento de defuntos. Para corrigir tais falhas morais, uma longa educação cívica se torna indispensável. (CALÓGERAS, 1919, p.23).

Em virtude disso, a revista *A Defesa Nacional*, em editorial de 1919, reivindicava o controle total do Exército em todos os processos de recrutamento. Para José Murilo de Carvalho (2006), a aplicação da lei, mesmo com falhas, era o início de uma transformação irreversível no serviço militar. A extinção da Guarda Nacional, em 1918, era mais um sinal dessa mudança, pois punha fim à dualidade do serviço militar, que dividia as classes altas e baixas, tornando inviável um exército nacional unificado. Para o autor o exército teria a possibilidade de “reduzir a distância que os separava da elite civil. Só então, de posse do monopólio do serviço militar, é que ele começou a se tornar uma organização verdadeiramente nacional.” (CARVALHO, 2005, p.24).

O Relatório do Ministro da Guerra de 1919 apresenta um quadro<sup>24</sup>, com os dados dos alistamentos e recrutamentos realizados entre 1916 e 1919:

<b>Quadro 9 – Alistamento e recrutamento no Exército (1916 a 1919)</b>					
		<b>1916</b>	<b>1917</b>	<b>1918</b>	<b>1919</b>
<b>Alistamento</b>	Distritos de alistamento existentes <sup>25</sup>	24	1307	1348	1315
	Distritos em que houve alistamento <sup>26</sup>	24	1037	1268	1251
	Alistados	54404	66795	127977	113073
<b>Sorteio</b>	Contingente pedido	5928	38919	28112	24088
	Convocados	3457	39730	50437	41828
<b>Incorporação</b>	Incorporados	2926	17615	16985	14382
	Isentos por diversos motivos <sup>27</sup>	825	7625	7442	4783

<sup>24</sup> A foto do documento original está disponível no Anexo 8.

<sup>25</sup> Existiam distritos de alistamento existentes em 21 estados: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul.

<sup>26</sup> Em 1916, houve alistamento apenas no Distrito Federal, embora constassem alistados em todos os demais estados. Nos demais anos todos os estados realizaram o alistamento.

<sup>27</sup> Nesse item eram considerados todos os tipos de dispensa.

	Insubmissos	890	14490	26010	22663
Fonte: (CALÓGERAS, 1920, p.17)					

Entre 1916 e 1918 o número de alistados cresceu expressivamente, pois coincide com o período da Primeira Guerra Mundial. O ano de 1918, ano em que o Brasil entra oficialmente no conflito, tem quase o dobro de alistados que o ano anterior, embora o número de incorporados tenha diminuído. Em 1919, após o fim do conflito, diminuem os números de alistados, sorteados e incorporados, aumentando apenas o de insubmissos. Em nenhum dos anos o número de incorporados atingiu o contingente requerido. Como já vimos, a eclosão da Guerra agitou parte da sociedade brasileira e deu impulso às campanhas de alistamento. McCann (2009) apresenta dados diferentes sobre o funcionamento do serviço militar presentes no relatório dos trabalhos do Estado-Maior de 1923, assinado pelo general Tasso Fragoso, chefe do EME:

<b>Quadro 10 – Funcionamento do serviço militar obrigatório (1917 a 1923)</b>							
	<b>1917</b>	<b>1918</b>	<b>1919</b>	<b>1920</b>	<b>1921</b>	<b>1922</b>	<b>1923</b>
Convocados	5922	41564	28112	24088	31855	41516	51785
Insubmissos	890	14500	27044	22663	24996	30185	43154
Dispensados	745	7625	7408	4783	6043	6541	6953
Incorporados	2966	17615	16985	14382	16541	15471	12021
Fonte: (MCCANN, 2009, p.281)							

Os dados apresentados por McCann diferem dos dados presentes no Relatório do Ministério da Guerra de 1919<sup>28</sup>. Os itens que compõe o quadro apresentado por McCann também diferem, pois são mais abrangentes e sintéticos. Mesmo assim, coincidem com três dos itens presentes no Relatório de 1919: “Insubmissos”, “Dispensados” e “Incorporados”. Na análise comparativa apenas entre esses itens outra discrepância se evidencia: alguns números são encontrados em ambos os quadros, mas em anos diferentes. Por exemplo, McCann apresenta 890 insubmissos em 1917 e 22663 em 1920, enquanto o relatório contabiliza os mesmos números para os anos de 1916 e 1919, respectivamente.

<sup>28</sup> Os relatórios do Ministro da Guerra e do Chefe do Estado-Maior eram elaborados no ano posterior a sua data. Assim, o relatório de Calógeras referente a 1919 foi publicado em 1920, e o relatório do General Tasso Fragoso, referente a 1923, foi publicado em 1924.

O mesmo ocorre com o número de dispensados em 1918 (7625) e em 1920 (4783), presentes no relatório de Calógeras nos anos de 1917 e 1919, respectivamente. Por fim, se repetem os dados de incorporados: em 1919 (16985), e em 1920 (14382) para McCann, e 1918 e 1919, no relatório do MG, respectivamente. Em relação aos convocados também se encontra coincidência de dados, mas em itens diferentes: McCann indica que o número de convocados em 1919 foi de 28112, e em 1920 de 24088. Por sua vez, o relatório de Calógeras apresenta os mesmo dados para o item “contingente pedido”, para os anos de 1918 e 1919, respectivamente.

Nota-se que nos oito casos que há coincidência nos dados eles aparecem um ano antes no Relatório do Ministro da Guerra. O motivo de tal discrepância pode ser encontrado no momento de definir o ano de referência dos dados, ou seja, cada relatório considerou os dados para anos diferentes. Vale ressaltar que geralmente a maioria dos dados presentes nos relatórios do Ministro da Guerra era proveniente dos relatórios de Trabalho do chefe do EME, o que torna a diferença nos dados uma questão de definição dos itens, como no caso dos considerados convocados, no quadro de McCann, e expostos como “contingente pedido”, no relatório de Calógeras. Uma possibilidade mais simples, menos plausível, é a ocorrência de erro de transcrição da fonte por parte de McCann.

No relatório de 1920, o Ministro Calógeras explica que existiam dois tipos de insubmissão: a voluntária e a involuntária. Para o Ministro cerca de 80% dos casos é do tipo involuntária, ou seja, ocorre pelo total desconhecimento da lei, e entre os poucos que a conheciam, não chegava a estes a notícia de seu sorteio, impossibilitando sua incorporação. A maioria dos casos ocorria em locais distantes dos grandes centros urbanos. O Ministro relata que tal cenário gerava injustiças e distorções:

Desde 1916 tenho tido inúmeras ocasiões de visitar corpos. Neles tenho encontrado insubmissos presos: quase nenhum, por captura policial; quase todos, por apresentação voluntária, alegando a verdade inconcussa de não terem oportunamente sabido do sorteio, falha que eles tinham corrigido mesmo fora do tempo. Em um dos corpos de Minas Gerais, um desses homens fez 110 léguas<sup>29</sup> a pé para cumprir seu dever. Esse insubmisso será acaso um criminoso? E, em grau vário, o caso apontado multiplica-se por centenas e talvez mesmo por milhares. (CALÓGERAS, 1920, p.23).

Os insubmissos voluntários, por sua vez, boicotavam conscientemente o sorteio e a apresentação para incorporação. Oriundos das grandes cidades, eles tinham seus nomes arrolados em listas entregues as polícias estaduais e passavam a ser considerados fugitivos.

---

<sup>29</sup> O equivalente a 528 quilômetros.

Para o Ministro, a única forma de acabar com essa prática era a punição exemplar com a prisão. Os insubmissos ainda tinham a possibilidade de apresentar uma “escusa legal”, para justificar sua falta. Apesar da resistência de parte da população a operacionalização dos sorteios militares gerou entusiasmo no âmbito militar e civil. A *Liga da Defesa Nacional*<sup>30</sup>, fundada por Olavo Bilac em 1916, e a proliferação das sociedades de tiro<sup>31</sup> são uma evidência desse cenário.

De acordo com McCann, o general Tasso Fragoso, no relatório dos trabalhos do EME de 1923, considerava o aumento do número de insubmissos uma situação “desalentadora”, atribuindo parte da causa a “defeitos intrínsecos no temperamento e educação do povo” (MCCANN, 2009, p.280). No entanto, assim como Calógeras, o general Fragoso admitia as grandes dificuldades de ciência dos convocados geradas pela extensão geográfica, pela distribuição esparsa da população e pela precariedade das comunicações. A decisão de muitos comandantes militares de prender os convocados que se apresentavam com atraso, também é destacada por Fragoso como causa da insubmissão.

Retomando o discurso do Marechal Bento Ribeiro, o último aspecto abordado é doutrina militar brasileira. De acordo com o Marechal,

as doutrinas compendiadas nos nossos atuais regulamentos, eram, antes da conflagração europeia, as correntemente preconizadas nos países de perfeita organização militar. Porém quatro anos de uma luta gigantesca sobre um teatro de operação sem igual na história, mesmo conservados imutáveis os grandes princípios da guerra, modificaram, isso é intuitivo, a maneira de agir das diferentes armas, obrigadas a aproveitarem com inteligência no campo de batalha o progresso espantoso das indústrias militares, culminante nos mais perfeitos engenhos destruidores. Mantermo-nos, por teimosia ou fetichismo retrógrado, aonde atingíramos, seria conservarmo-nos estacionários: urgiam novas diretrizes, e, os altos poderes públicos, indo ao encontro da corrente que se avolumava no seio das forças armadas, solicitariam o auxílio dos nossos camaradas do exercito francês e uma Grande Missão da pátria gloriosa do maior gênio militar da historia moderna acha-se ao nosso lado, cooperando conosco pela transformação eficiente do exercito brasileiro, de acordo com os ensinamentos da grande guerra. (RIBEIRO, 1920, p.75-76).

Ao afirmar que as doutrinas expressas nos regulamentos estavam alinhadas com os exércitos desenvolvidos, o chefe do EME evidencia sua preocupação em valorizar o exército brasileiro. Nesse sentido, a MMF viria apenas para atualizar o exército em relação aos

---

<sup>30</sup> A *Liga da Defesa Nacional* foi fundada no dia 07.09.1916 pelos intelectuais civis por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon. Entre os objetivos gerais estava uma defesa do civismo, o crescimento do interesse popular por assuntos militares e de criar um projeto de defesa nacional no qual o serviço militar obrigatório tinha papel central. Para maiores detalhes conferir OLIVEIRA, 2012.

<sup>31</sup> De acordo com José Murilo de Carvalho (2006), em 1926 existiam 677 sociedades de tiro no Brasil.

ensinamentos da Primeira Guerra. Como vimos, as necessidades do exército eram maiores e mais complexas. A presença de oficiais estrangeiros, com grande poder dentro da alta administração militar, mexia com os brios dos oficiais brasileiros, estabelecendo, pelo menos inicialmente, um ambiente de tensão, que era amenizado com pronunciamentos desse tipo. O Marechal Ribeiro termina seu discurso enaltecendo a Missão Francesa, e reiterando a “boa vontade” da oficialidade em “aprender e progredir” com a nova EEM.

O discurso do General Maurice Gamelin, chefe da MMF, começa com elogios ao Presidente da República, Epitácio Pessoa:

A Missão Militar Francesa sente-se particularmente desvanecida, Senhor Presidente, com a vossa presença e vos testemunha a sua gratidão. Compreende bem que, deste modo, pondeis em relevo o interesse que dispensais a parte, ao meu parecer, mais essencial de sua obra, isto é, o desenvolvimento de um centro de estudos militares superiores. [...] Inauguramos hoje, Senhores, o Curso de Estado-Maior e o de Revisão. Não poderia ocultar-vos que se trata, em meu espírito, de uma Escola Superior de Guerra e de um Curso de Altos Estudos. (GAMELIN, 1920, p.77).

Desde o início das atividades da MMF no Brasil a preocupação em conferir um caráter distintivo à EEM é clara. A escola foi uma das primeiras instituições reorganizadas sob a supervisão dos oficiais franceses. A caracterização desta como um “centro de estudos militares superiores”, “Escola Superior de Guerra” e “Curso de Altos Estudos” reitera o papel fundamental dessa instituição no plano de ação da MMF. Gamelin deixa claro que no exército francês o “Curso de Altos Estudos e a Escola Superior de Guerra, formavam o meio em que se elaborava e desenvolvia a Doutrina. [...] Todos os grandes chefes da Victoria saíram desta mesma fonte” (GAMELIN, 1920, p.77-78). Assim, o chefe da MMF concluía que “É um centro análogo de labor e pensamento que precisais constituir e que hoje inauguramos nesta casa.” (GAMELIN, 1920, p.78).

O restante do discurso contém observações mais concernentes à organização interna da EEM, da caracterização geral a detalhes sobre métodos de ensino e a natureza do conhecimento estudado. Para Gamelin,

Esta Escola não será o templo ciosamente fechado, onde se ensinam dogmas do alto de uma cátedra; a academia em que eruditos dissertarão sobre arte ou ciência e acumularão os materiais dos conhecimentos humanos. Somos homens de ação; continuaremos admiradores apaixonados do pensamento, mas, para nós, ele só tem valor quando anima utilmente a ação; queremos ensinar-vos a “saber atuar”. (GAMELIN, 1920, p.78).

A ênfase no caráter “prático” do ensino era uma tendência na educação militar brasileira, pelo menos enquanto determinação e orientação nos diversos regulamentos das instituições

militares de ensino e nos documentos do Ministério da Guerra e do Estado-Maior.

No entanto, o General destaca a importância dos estudos teóricos de táticas de guerra para a incorporação da doutrina:

Não será por um ensino dogmático, mas por um esforço pessoal constante, pelo que chamamos “Método do caso concreto”, que trataremos esforçadamente de ensinar-vos a “guerra”. As conferências serão simplesmente feitas para vos expor os pontos de doutrina, os ensinamentos das campanhas recentes e mostrar-vos como os mestres da arte, no quadro histórico em que viveram, trataram os problemas que se lhes apresentaram. É forjando que se chega a ferro. É resolvendo casos de guerra que se aprende a guerra.

Também não é querendo copiar modelos que se logra resolver questões táticas. Aqui, vos ensinaremos a “raciocinar sobre elas”. E, quando estiverdes progressivamente habituados a encará-las da mesma maneira, poderemos dizer que a Doutrina passou para vossos reflexos. (GAMELIN, 1920, p.79).

Gamelin não fugiu à tradição cultural francesa ao destacar que os oficiais de estado-maior precisavam ir além do conhecimento técnico e puramente militar. Ele asseverava que a EEM teria a oportunidade de se servir do “escol do Exército Brasileiro”, e por isso a MMF pretendia “elevar o debate e mostrar-vos que a arte da guerra e as ciências que lhe servem de base tocam hoje em todos os ramos dos conhecimentos humanos.” (GAMELIN, 1920, p.80). Para o General Gamelin, essa “formação geral” era importante para o oficial aluno da EEM, pois estes seriam os futuros comandantes de corpos, chefes militares, que seriam

...culpáveis se se acantonassem no domínio estritamente fechado da tática, ou mesmo no dos dados científicos que se aprendem nos livros ou nos cursos. É preciso contemplar, em torno de nós, o vasto mundo, cuja evolução está hoje numa de suas fases mais angustiosas: nela devemos situar nossa atividade militar, si queremos dar-lhe uma base e um sentido. Mais do que outro qualquer cidadão, o militar que, em certos momentos deve agrupar num feixe coerente todas as energias nacionais, tem o dever de se apropriar da fórmula clássica: *nil humani a me alienum puto*<sup>32</sup>

Eis aí precisamente, Senhores, o objetivo do ensino geral militar que encontrareis aqui ao lado do ensino técnico. (GAMELIN, 1920, p.80).

O recurso a uma citação em latim pode ser explicado pelo caráter mais formal da solenidade de inauguração, mas também evidencia a tentativa de demonstrar erudição. Paradoxalmente, era contra esse tipo de formação mais erudita, chamada no meio militar de bacharelesca, que os setores autointitulados profissionais e progressistas do exército lutavam. A tradição positivista da Escola Militar da Praia Vermelha foi duramente criticada ao longo da década de 1910, e a maioria das reformas curriculares procurava diminuir esse tipo de

---

<sup>32</sup> Em uma tradução aproximada: “Nada do que é humano, me é estranho”.

formação.

Por fim, o chefe da MMF reforça a importância do ensino técnico, usando a vitória na Primeira Guerra como elemento comprobatório da competência dos oficiais franceses e ressalta os elementos culturais em comum entre franceses e brasileiros, como chave para o sucesso da Grande Missão:

E, si no ensino técnico, os oficiais da Missão Francesa se sentem a vontade, porque precisamente saem das provas da guerra, julgam-se encorajados, no que concerne ao ensino geral, pela comunidade de raça e de cultura que nos une. Completamente impregnados da alma latina, vós sabeis, como nós, que toda a verdadeira civilização moderna vem do Mediterrâneo. [...] A religião e a arte, nossas concepções do belo, do verdadeiro e do bem, tudo nos vem d'ali. [...] Eis o que constitui o nosso ideal comum, e que, entre nós, forma a melhor garantia de uma colaboração fecunda em que empregaremos, ficai convencido Senhor Presidente, o melhor de nossos esforços e todo o nosso coração. (GAMELIN, 1920, p.80).

O apelo a uma difusa “latinidade” é no mínimo forçoso. A coincidência da raiz latina das línguas e a da religião não fora, por si só, garantidora da comunhão entre brasileiros e franceses. O que vimos, na realidade, foi uma relação marcada, especialmente nos primeiros anos, por tensões e choques.

O último a discursar foi o Presidente da República, Epitácio Pessoa. Não há transcrição literal da fala de Epitácio Pessoa, pois os discursos foram reproduzidos no Relatório do Ministro da Guerra para o Presidente da República. Assim, o que temos é a versão do Ministro da Guerra, Pandiá Calógeras. De toda forma, o discurso de Pessoa é inteiramente protocolar e genérico. Recheado de elogios a MMF, ao General Gamelin, à França e, com menor intensidade, ao Exército nacional.

### **3.3 O Regulamento da Escola de Estado-Maior de 1920: ponto de ruptura**

No mesmo dia da inauguração da nova sede da EEM era publicado Decreto nº 14.130, de 7 de Abril de 1920, que aprovava o Regulamento da Escola de Estado-Maior do Exército. Era a primeira vez que a EEM receberia um regulamento próprio. As mudanças em relação ao Regulamento de 1913-1914 foram expressivas e profundas. Antes da definição das finalidades da escola, o regulamento aponta que a Escola Maior seria constituída, como já visto, de dois cursos, um curso de revisão e um curso de estado-maior.

Antes da publicação do Regulamento de 1920, o Estado-Maior, já com o apoio técnico da MMF, elaborou diretrizes para reorganizar do ensino militar e criar algumas



instituições militares de ensino, publicadas no Decreto nº 13.451, de 29 de Janeiro de 1919<sup>33</sup>. O decreto apresentava algumas determinações referentes à Escola de Estado-Maior, que pouco tempo depois estariam no Regulamento de 1920, como condições para matrícula. No entanto, o decreto apresentava um inciso que alteraria a dimensão e importância do curso e da Escola ao determinar que “Dez anos após a data da presente lei, o certificado do curso de estado maior passa a ser requisito indispensável para a promoção ao posto de general de brigada.” (BRASIL, 1919). Em outras palavras, a partir de 1929 os oficiais só poderiam ser promovidos ao posto de General-de-Brigada se possuísem o diploma do curso de estado-maior.

Assim, frequentar a EEM passava a ser um ponto fundamental para a progressão na carreira militar rumo ao oficialato superior. O inciso ainda fazia uma ressalva: “Para facilitar a execução dessa exigência o Governo permite a matrícula na Escola de Estado Maior aos oficiais superiores que o requererem nas condições regulamentares e somente dentro daquele prazo.” (BRASIL, 1919). Essa matrícula seria possível com a criação do “curso de revisão”, destinado a oficiais superiores e que será abordado posteriormente. O decreto também criava os cursos de aviação, veterinária, administração e aperfeiçoamento.

De acordo com o Relatório do Ministro da Guerra de 1918, a Escola de Aperfeiçoamento para Oficiais (ESAO) seria destinada a “capitães e primeiros tenentes, pertencentes às quatro armas do Exército (...) ela é destinada a completar a instrução dos oficiais do Exército e aperfeiçoá-los como instrutores e como comandantes de pequenas unidades.” (AGUIAR, 1919, p. 25). A Escola de Aviação, por sua vez, teria a função de “ministrar a oficiais e sargentos do Exército ativo e a oficiais de reserva instrução de pilotos, mecânicos e observadores, para o serviço de aeronáutica do Exército.” (AGUIAR, 1919, p.27). Segundo o Relatório a primeira formatura da Escola de aviação, em janeiro de 1920, graduou 13 oficiais pilotos aviadores militares. O decreto ainda previa outros dois cursos:

...um curso de veterinária, tendo como anexo um curso de ferradores, junto a Diretoria de Saúde do Exército, sob a direção técnica de um oficial da missão estrangeira e na forma por ele regulada; um curso de administração, junto a Diretoria da Administração da Guerra, sob a direção técnica de um oficial da missão estrangeira e na forma por ele regulada (AGUIAR, 1919, p.27).

A criação dos cursos e das escolas significava uma transformação no desenho educação militar brasileira rumo à modernização e profissionalização. O Ministro Cardoso de Aguiar

---

<sup>33</sup> Outros aspectos que também foram contemplados no Regulamento de 1920 estavam prescritos no decreto nº 13.752, de Setembro de 1919, que regularizava aspectos relativos aos cursos de estado e de revisão.

analisou essa reconfiguração da formação do oficial em seu relatório de 1919,

A Escola Militar naturalmente o viveiro de nossos oficiais. Depois de certo tirocínio na tropa, passam esses oficiais pelo curso de aperfeiçoamento, completando os seus conhecimentos e preparando-se então para prosseguirem em uma escola especial, se suas aptidões tiverem revelado a capacidade ou as tendências de maior desenvolvimento intelectual, porque, em benefício do próprio Exército, dever-se-á futuramente regulamentar a seleção desses oficiais, de sorte a pôr em relevo os verdadeiramente capazes de serem futuros chefes ou técnicos especialistas (AGUIAR, 1919, p.28).

Segundo Bellintani a análise dos decretos, regulamentos, contratos e leis elaborados ou reformulados pela MMF é importante, pois “nesses documentos estão contidos a doutrina militar e os processos de organização que, a partir de então, passam a vigorar no meio militar.” (BELLINTANI, 2009, p.255). Nesse sentido, os regulamentos são a base e o modelo para a o ensino e instrução aplicados nas escolas, além de pretenderem unificar e padronizar as ações dos quadros e da tropa. Conforme, asseverava um editorial da revista *A Defesa Nacional*,

os regulamentos esboçam e definem (...) toda a doutrina, em suas linhas fundamentais: a fiel interpretação dela, porém e sua conseqüente aplicação são frutos de temas práticos envolvendo progressivamente o conhecimento de todas as armas e serviços (EDITORIAL, 1922, p.294).

Assim, após as considerações gerais sobre o aparato normativo construído pelos militares da MMF, vamos abordar diretamente Regulamento da Escola de Estado-Maior de 1920. O seu primeiro artigo determinava que o curso de estado-maior seria dividido em dois perfis de oficiais alunos. A “categoria A” seria composta por capitães e primeiros-tenentes “que tenham feito o serviço arregimentado, mas desconheçam o serviço de estado-maior em campanha e necessitem desenvolver seus conhecimentos sobre a conduta das grandes unidades.” (BRASIL, 1920). Tratava-se do curso de estado-maior oferecido anteriormente, com a mesma duração de três anos, com a determinação de que praticamente todo terceiro ano seria dedicado à realização de “estágios e trabalhos diversos como viagens de estado maior e as fronteiras.” (BRASIL, 1920). Durante a vigência do Regulamento funcionou uma espécie de variação do tradicional curso de estado-maior, com duração de apenas um ano, destinada a oficiais superiores, excepcionalmente coronéis, a chamada categoria B. O ingresso não seria por concurso de admissão, mas por escolha “entre os que, pelo seu trabalho pessoal e reflexões tenham adquirido vastos conhecimentos sobre os problemas da guerra precisando apenas conhecer o serviço de estado-maior em campanha.” (BRASIL, 1920).

O curso de revisão, por sua vez, seria frequentado pelos alunos da categoria C,

composta por “oficiais superiores, por professores das matérias essencialmente militares da Escola Militar e, excepcionalmente, por capitães, todos com o curso de estado-maior.” (BRASIL, 1920). O curso ainda comportaria outra exceção: a matrícula de tenentes-coronéis e coronéis sem o curso de estado-maior, mas que oferecessem “as necessárias garantias de aproveitamento, tendo somente necessidade de aperfeiçoar vastos e comprovados conhecimentos em matérias de tática e estado-maior, segundo os ensinamentos da última guerra” (BRASIL, 1920).

O objetivo do curso de revisão era “manter em dia o preparo dos oficiais superiores de qualquer arma, dos capitães com o curso de estado-maior e dos docentes de aulas essencialmente militares da Escola Militar, em turmas que não excedam de 40 oficiais.” (AGUIAR, 1919, p.26). Sua existência irritou alguns oficiais superiores, veteranos de campanhas cruentas como a do Contestado, que consideravam ofensiva a suposição de que necessitavam de uma revisão em seus conhecimentos militares.

Um elemento presente na descrição às categorias B e C merece destaque: o estabelecimento de exceções em relação aos critérios para ingresso nos cursos, que somadas à dispensa de concursos, tinha o claro objetivo de facilitar o acesso e a permanência em uma instituição militar de ensino que precisava se consolidar dentro da estrutura castrense.

A definição dessas categorias englobava a maioria dos oficiais do Exército brasileiro, e tinha o claro objetivo de homogeneizar a formação concernente ao curso de estado-maior. É nesse sentido, que a definição dos novos objetivos da EEM, também seria dividida entre as categorias. Aos oficiais-alunos do tradicional curso de estado-maior (categoria A), o objetivo era “instruir metódica e progressivamente de maneira a colocá-los em condições de preencher as funções de seus postos nos estados-maiores dos exércitos e das divisões.” (BRASIL, 1920). Aos oficiais-alunos da categoria B, por sua vez, era proposto

um ensino intensivo e, sobretudo, prático, capaz de colocá-los, no fim do ano, em condições de preencher imediatamente as funções importantes do Estado-Maior (chefes de estado-maior de divisão, chefe de seção no Estado-Maior do Exército) e constituir um viveiro de oficiais onde o Governo possa recrutar o Alto Comando. (BRASIL, 1920).

Parece que esse curso era o verdadeiro curso de estado-maior, pelo menos na destinação de seus egressos. A intenção era formar rapidamente, já nos moldes franceses, um quadro de oficiais superiores para exercer funções importantes no EME, e conseqüentemente reforçar a importância da MMF. Além disso, teria um efeito imediato: o artificial aumento de oficiais de estado-maior e da própria relevância da EEM.

Por fim, o regulamento definia que o objetivo do curso de revisão seria de completar a formação dos oficiais da categoria C “de modo que, mesmo os que não tenham o curso de estado-maior, possam ser empregados com vantagem nos lugares de seus postos no Grande Quartel-General e nos estados-maiores do Exército.” (BRASIL, 1920). Assim, o curso seria de revisão, mesmo para aquelas que não haviam tirado o curso de estado-maior, reiterando a análise de que o curso tinha mais uma finalidade formal do que efetivamente uma atualização de conhecimentos táticos e um aperfeiçoamento profissional.

Esta divisão de finalidades por categorias deixa claro que os alunos das categorias B e C, seriam priorizados para ocupar os cargos mais importantes no Alto Comando, e no Estado-Maior do Exército, pois se tratavam de oficiais superiores, muitos deles já ocupando cargos importantes na estrutura do exército. No caso dos alunos do curso de revisão (categoria C), a frequência tinha caráter de formalismo, com o intuito claro de dar aparência de padronização na formação dos oficiais superior, de acordo com a nova doutrina em construção, sob influência direta da MMF. Submeter oficiais superiores, ocupantes de posições de comando dentro da hierarquia do exército, a um curso de revisão, era uma forma de reforçar as características do chefe militar, como exemplo para os seus comandados e oficiais inferiores, pois isso é parte do caráter do chefe, importante elemento da doutrina militar francesa.

A própria reconfiguração da administração central da EEM denotava as mudanças com a chegada dos franceses. O segundo artigo definia que a escola seria provida de

...uma direção de instrução e de outra disciplinar e administrativa: a primeira será exercida pelo comandante superior, subchefe da Missão Francesa, auxiliado por um diretor de estudos, oficial também da Missão, a disciplinar e administrativa, pelo comandante, coronel do Exército, com o curso de estado-maior.(BRASIL, 1920).

A escola continuaria subordinada “didática, administrativa e disciplinarmente ao chefe do Estado-Maior do Exército.” (BRASIL, 1920). A manutenção dessa determinação tinha o objetivo de deixar claro aos oficiais franceses a natureza eminentemente educacional e instrucional de sua atuação na EEM. Isso fica claro no artigo 4º, “O general chefe da Missão Francesa é o inspetor geral permanente da Escola de Estado-Maior para todas as questões que se relacionem com o ensino dado na escola.” (BRASIL, 1920).

A organização do ensino também foi significativamente alterada. No novo plano de ensino as matérias seriam divididas em duas classes, as “essencialmente militares”, e as “não essencialmente militares”, sendo que no curso de revisão as aulas seriam compostas apenas

pelas matérias da primeira. O ensino das matérias dessa classe seria de responsabilidade exclusiva dos professores da MMF.

De acordo com o Regulamento a atribuição de aulas seria feita nos termos do artigo 1º, do Decreto nº 3.565, de 13 de novembro de 1918, que dispunha sobre o provimento de vagas no magistério do Exército. O referido artigo trazia as seguintes determinações:

Art. 1º O Governo proverá por concurso e de acordo com o art. 11 da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910<sup>34</sup>, as vagas que se derem no magistério do Exército:

- a) os docentes de assuntos essencialmente militares que só podem ser militares efetivos, serão nomeados por cinco anos, podendo o Governo reconduzi-los, a juízo do Estado Maior, caso publiquem um trabalho sobre sua aula;
- b) os demais docentes serão nomeados vitaliciamente desde que, quando militares, solicitem sua reforma, que lhes será concedida nos termos do art. 6º da lei n. 193 A, de 30 de janeiro de 1890;
- c) os atuais docentes civis e militares, interinos, efetivos ou em comissão, são dispensados do concurso e providos nos seus cargos, e reformados, de acordo com a letra b deste artigo, logo que completem ou tenham completado cinco anos de serviço no magistério, sendo, porém, excetuados da reforma e da vantagem da vitaliciedade os professores de matérias essencialmente, militares, providos nos termos do art. 1º, letra a, desta lei. (BRASIL, 1918).

O artigo deixava claro que as contratações de professores seriam realizadas por meio de concurso, e, especificamente, em relação aos professores de assuntos “essencialmente militares” exigia-se que ocupassem o cargo de militares efetivos. Não há indícios de que os professores da MMF tenham sido submetidos à seleção por meio de concurso. Ao contrário, segundo o regulamento de 1920, eles seriam indicados pelos chefes da MMF. Esse caso deixa claro que o regulamento citou incorretamente o decreto de 1918, uma vez que já estava determinada a atribuições dessas disciplinas aos oficiais da MMF.

O supracitado Decreto nº 13.451/19 esclarecia que os “professores de matérias essencialmente militares da Escola de Estado Maior” seriam dispensados e “substituídos por oficiais da missão estrangeira”, mediante “indicação e responsabilidade de seu chefe.” (BRASIL, 1919). O inciso seguinte ainda previa que em caso de não renovação, após o fim do contrato com a MMF, o ensino dessas matérias seria retomado por “oficiais brasileiros, escolhidos por concurso, dois meses depois de terminado o contrato e fazendo intervir no

---

<sup>34</sup> O artigo faz menção aos direitos profissionais dos docentes, “art. 11. Os lentes ou professores e os substitutos, adjuntos ou instrutores com função de professor ou de substituto dos institutos de ensino do Exército e da Armada terão os mesmos direitos, garantias e vantagens que têm ou vierem a ter respectivamente, os lentes e substitutos dos institutos civis de ensino superior, percebendo, os que forem militares, além dos vencimentos que lhes competirem como docentes, apenas o soldo de suas patentes, segundo a tabela A, desta lei.” (BRASIL, 1910).

juízo os oficiais estrangeiros que se acharem em exercício no magistério da Escola de Estado maior.” (BRASIL, 1919). Interessante destacar que tal situação, a não renovação, só ocorreria no fim da década de 1930, o que não impediu a atribuição de aulas dessas disciplinas à oficiais brasileiros durante a atuação da MMF.

As matrículas também sofreram alterações importantes em relação ao Regulamento de 1913-14. O primeiro destaque fica por conta da exigência de “robustez física compatível com o serviço de estado-maior, comprovada em rigorosa inspeção de saúde” (BRASIL, 1920), descrita no primeiro artigo do capítulo. Aqui se percebe novamente a influência da MMF, pois a educação física tinha importante papel na doutrina militar francesa. Outro elemento novo era a criação de uma comissão de sindicância, secreta e com trabalho em sigilo, responsável pela análise das informações contidas na fé de ofício<sup>35</sup> do candidato, e pelo “conceito em que é tido no seio da classe e na sociedade civil, se pela sua feição moral, está nos casos de desempenhar as funções de oficial de estado-maior.”(BRASIL, 1920). Somente após o parecer favorável dessa comissão, que seria comunicado ao chefe do EME e ao MG, os candidatos poderiam se matricular.

Tais regras se aplicariam ao curso de estado-maior, uma vez que para o curso de revisão, a matrícula seria concedida pelo chefe do EME, “mediante requerimento instruído com a folha de informações e com a cópia da acta de inspeção de saúde do requerente.” (BRASIL, 1920). Esses requerimentos seriam examinados e classificados por uma comissão especial nomeada pelo chefe do EME. O regulamento ainda previa preferência para a matrícula no curso de revisão aos “oficiais supervisores que possuam pelo menos um ano de exercício nas funções de seu posto ou de posto superior, na tropa, no serviço de estado-maior ou em ambos.” (BRASIL, 1920).

O regulamento ainda previa que o Ministério da Guerra fixaria, anualmente, o número de alunos que poderiam se matricular, de acordo com as necessidades do Exército. As matrículas, no curso de estado-maior e no curso de revisão foram regularizadas em 1920, como podemos observar nas tabelas abaixo:

**Tabela 4 – Matrículas e desligamentos - Curso de Estado-Maior (1920-1925)**

	1920	1921	1922	1923	1924	1925
<b>Matrículas</b>	29	12	22	20	-	-

<sup>35</sup> Fé de ofício é nome dado à folha de serviço de servidor público militar. Nesse documento estão contidas todas as informações referentes à carreira do militar dentro das Forças Armadas.

<b>Desligamento (a pedido)</b>	1	2	-	-	-	-
<b>Desligamento (diversos motivos)</b>	-	-	4	2	-	-
<b>Considerados inabilitados</b>	-	-	3	-	-	-
<b>Conclusão de curso</b>	12	-	9	-	15	16
<b>Continuam matriculados</b>	16	28	28	22	-	-

**Fonte:** Relatórios do Ministro da Guerra de 1920 a 1925.

**Tabela 5 – Matrículas e desligamentos – Curso de revisão (1920-1925)**

	1920	1921	1922	1923	1924	1925
<b>Matrículas</b>	39	52	24	7	-	-
<b>Desligamento (a pedido)</b>	12	5	-	-	-	-
<b>Desligamento (por pontos)</b>	1	-	-	-	-	-
<b>Desligamento (diversos motivos)</b>	-	-	5	-	-	-
<b>Conclusão de curso</b>	26	40	19	-	8	1

**Fonte:** Relatórios do Ministro da Guerra de 1920 a 1925.

Em 1920, primeiro ano de funcionamento do curso de estado-maior sob a vigência do regulamento elaborado sob influência francesa, o Relatório do Ministro da Guerra informava que “além dos oficiais matriculados, mais 21 obtiveram permissão para assistir aos trabalhos da escola. Em junho, foram mandados matricular em alguns dos cursos respectivos dois pilotos aviadores.” (CALÓGERAS, 1921, p.74). Tais ações não estavam prescritas no regulamento, portanto foram realizadas de forma discricionária pelo Ministério da Guerra. Provavelmente por se tratar do primeiro ano alguns ajustes e exceções poderiam ter sido tolerados, embora tal postura não fosse recorrente nas instituições militares de ensino, estando mais afeita às ações personalistas típicas do meio político, ambiente de origem o Ministro Calógeras.

O jornal *Gazeta de Notícias*, do dia 19 de abril de 1920, publicou uma nota sobre as matrículas nos cursos da EEM, destacando que estes funcionavam com regularidade. A nota ainda destacava que “Ontem, um dos professores da missão francesa, depois de uma aula sobre questões de estratégia, distribuiu problemas práticos aos alunos.”(GAZETA DE NOTÍCIAS, 19 abr. 1920, p.4). Vale ressaltar que apesar da nomenclatura “problemas práticos”, tratava-se de atividade teórica que consistia em análise e proposta de ação em casos táticos. Por fim, a nota trazia uma relação nominal de todos os oficiais-alunos, e suas respectivas patentes, que estavam matriculados na EEM em 1920, como podemos conferir

abaixo:

<b>Quadro 11 – Lista nominal de oficiais-alunos matriculados na EEM em 1920. (por categoria-curso)</b>			
	<b>Categoria A (curso de 3 anos)</b>	<b>Categoria B (curso de 1 ano)</b>	<b>Categoria C (Curso de revisão - 1 ano)</b>
Patentes/ Nomes	<p><b>Capitães:</b> Agostinho Pereira Goulart Eurico Alves do Banho Fernando Lopes da Costa Raul Faria Octaviano José da Silva Antonio Leite Pinheiro Alves José Felício Monteiro Lima Dalmo Pinheiro de Rezende</p> <p><b>Primeiros-tenentes:</b> Joao Dadasceno Marques Dias Eurico Gaspar Dutra<sup>36</sup> Alvaro Ribeiro Saldanha<sup>37</sup> Francisco Pereira da Silva Fonseca Antonio Thomé Rodrigues<sup>38</sup> Pedro de Pinho<sup>39</sup> Edmundo Carneiro de Souza</p>	<p><b>Tenentes-coronéis:</b> Waldomiro de Castilho Lima Constancio Deschamps Cavalcanti Antenor Santa Cruz Pereira de Abreu</p> <p><b>Majores:</b> José Sotero de Menezes Junior Epaminondas de Lima e Silva</p> <p><b>Capitães:</b> Carlos Germanack Possolo Abrilino de Moraes Pires Alcides de Mendonça Lima Filho Alvaro Fiuza de Castro João Bernardo Lobato Filho</p> <p><b>Primeiros-tenentes:</b> Lourival Duarte do Carmo Armando Silva</p>	<p><b>Coronéis:</b> Adolpho Lins Francisco Raul d’Estillac Leal João José de Campos Curado</p> <p><b>Tenentes-coronéis:</b> Vicente dos Santos Raymundo Rodrigues Barbosa</p> <p><b>Majores:</b> Alvaro Guilherme Marjante Arthur Fernandes Cardoso Joaquim Antonio Pereira Canrobert de Lima e Costa Manoel Pedro de Alcantara Samuel da Silva Cardoso Alexandre Galvão Bueno João Augusto César as Silva José Gay Luiz Lombra Joaquim Sotero Ferreira Cantão</p> <p><b>Capitães:</b> Benedicto Alves do Nascimento Julião Freire Esteves Nilo Ribeiro de Oliveira Val Alvaro Arêas Alchebiades Miranda João Carlos Toledo Bordini Benedicto Olympio as Silveira Bertholdo Klinger Benedicto Marques da Silva Acuran</p>

<sup>36</sup> Se formou em 1922, já na patente de capitão.

<sup>37</sup> Se formou em 1922, já na patente de capitão.

<sup>38</sup> Se formou em 1922, já na patente de capitão.

<sup>39</sup> Se formou em 1922, já na patente de capitão.



			Alvaro de Carvalho Alvaro Jansen Serra Lima Saldanha Bias Gomes Pimentel Julio Caetano Horta Barbosa José Guimarães Jobim Leopoldo Jardim de Mattos Fernanda de Paula Faria Junior Joaquim Theopompo de Godoy Vasconcelos José Joaquim de Andrade José Bentes Monteiro Colatino Marques Paulo de Araújo Bastos
<b>Total</b>	<b>15</b>	<b>12</b>	<b>37</b>
<b>Fonte:</b> GAZETA DE NOTÍCIAS, 19 abr 1920, p.4.			

O número de matrículas de 1920 aumentou consideravelmente em comparação com os anos anteriores, em 1917, por exemplo, foram matriculados 34 alunos. O aumento é atribuído à criação do curso de revisão, que pode ser visto como um esforço conjunto do Estado-Maior do Exército e da Missão Militar Francesa em dar legitimidade as suas ações. A frequência de oficiais de patente superior em cursos, mesmo os de curta duração, tinham o poder de valorizar a continuidade dos estudos, principalmente entre os oficiais de alta patente.

Ao consultar a lista nominal dos formandos da EEM constata-se a formatura de 26 oficiais no curso de revisão. Já no curso de estado-maior, categoria B, todos os matriculados foram diplomados como oficiais- de estado-maior<sup>40</sup>, e na categoria A, apenas 8 formandos, todos na patente de capitão, uma vez que quatro primeiros-tenentes, foram promovidos durante o curso. Na lista dessa turma consta o nome do Major José Meira de Vasconcelos, que não teve a sua matrícula publicada na notícia. A provável explicação é a autorização extraordinária da matrícula, prerrogativa do Ministro da Guerra.

Para Bellintani (2009), outro aspecto importante do curso de revisão foi a tentativa de reduzir as disparidade formativas entre a jovem e a velha oficialidade. Aqui cabe ressaltar que tal disparidade ainda não era tão grande, uma vez que o centro de formação da maioria dessa jovem oficialidade, a Escola Militar do Realengo, tinha sido fundado em 1913, e a formação oferecida nos primeiros anos foi marcada pela precariedade, no âmbito educativo,

<sup>40</sup> Vale observar que os oficiais Waldomiro de Castilho Lima e Constancio Deschamps Cavalcanti, constam como Coronéis na fonte CINQUENTENÁRIO, 1955, p.14.

estrutural e até disciplinar<sup>41</sup>. A autora apresenta dados diferentes sobre as matrículas de 1920, contabilizando vinte e seis oficiais inscritos: “dez infantes, oito cavalarianos, dois engenheiros e seis artilheiros. O desempenho foi: quatro *Muito Bom*, vinte *Bom* e dois *Regular*.” (BELLINTANI, 2009, p.337). Tais informações são baseadas em documento da pasta da Missão Militar Francesa, localizada, a época de sua pesquisa, no Arquivo do Exército, em Brasília. Interessante notar que a citação do documento, traz o número de matriculados, e logo depois os graus de aprovação no curso. A explicação para a discrepância em relação aos números apresentados pelo jornal *A Gazeta de Notícias*, é a de que, na verdade, os supracitados vinte e seis são os formandos da turma ingressante em 1920. Tal explicação pode ser comprovada com a conferência dos nomes dos exatos vinte e seis oficiais que se formaram na turma de 1920, conforme publicado no boletim escolar nº 2 de 3 de janeiro de 1921.<sup>42</sup> Em relação aos doze alunos da categoria B do curso de estado-maior, todos se formaram.

**Quadro 12 – Oficiais-alunos formado por turma, curso e patente, na EEM (1917 a 1931)**

	Curso de estado-maior	Curso de revisão
1917 <sup>43</sup>	Majores: 1 Capitães:2 Primeiros-tenentes:10 <b>Total: 13</b>	
1920	Coronéis: 2 Tenente-Coronel: 1 Majores: 2 Capitães:5 Primeiros-tenentes: 2 <b>Total: 12</b>	Coronéis: 2 Tenente-Coronel: 6 Majores: 10 Capitães:16 <b>Total: 26</b>
1921	Não houve formandos	Coronéis: 5 Tenente-Coronel: 1 Majores: 7 Capitães:25 <b>Total: 38</b>
1922	Major: 1 Capitães: 10 Primeiros-tenentes: 1 <b>Total: 12</b>	Coronéis: 2 Tenente-Coronel: 4 Majores: 4 Capitães:9 <b>Total: 19</b>
1923	Major: 4 Capitães: 11 <b>Total: 15</b>	Coronel: 1 Tenente-Coronel: 1 Major: 1

<sup>41</sup> Para os primeiros anos de funcionamento da Escola Militar do Realengo conferir MARCUSSO, 2012.

<sup>42</sup> A lista com o nome dos 26 formandos no curso de revisão e com os 12 formandos da categoria B dessa turma está no documento CINQUENTENÁRIO, 1955, p. 13.

<sup>43</sup> Como já vimos a EEM foi fechada em 1918, retomando as atividades apenas em 1920. Não há dados para o curso de revisão, uma vez que o mesmo foi criado em 1920.

		Capitães:2 <b>Total: 5</b>
<b>1924</b>	Coronel: 1 Tenente-Coronel: 1 Capitães: 15 Primeiros-tenentes: 1 <b>Total: 12</b>	Tenentes-coronéis: 2 Major: 1 Capitães:3 <b>Total: 5</b>
<b>1925</b>	Capitães: 12 Primeiros-tenentes: 4 <b>Total: 16</b>	Não houve formandos.
<b>1926</b>	Capitães: 8 Primeiros-tenentes: 4 <b>Total: 12</b>	Majores: 2 Capitão: 1 <b>Total: 3</b>
<b>1927<sup>44</sup></b>	Majores: 2 Capitães: 8 Primeiros-tenentes: 6 <b>Total: 16</b>	Major: 1
<b>1928</b>	Capitães: 11 Primeiros-tenentes: 7 <b>Total: 18</b>	Majores: 2
<b>1929</b>	Major: 1 Capitães: 10 Primeiros-tenentes: 12 <b>Total: 23</b>	Tenentes-coronéis: 2 Major: 1 <b>Total:3</b>
<b>1930</b>	Tenentes-coronéis: 2 Majores: 4 Capitães: 9 Primeiros-tenentes:4 <b>Total: 19</b>	Coronéis: 5 Majores: 6 <b>Total: 11</b>
<b>1931<sup>45</sup></b>	Major: 2 Capitães: 9 Primeiros-tenentes: 5 <b>Total: 16</b>	Não houve formandos.
<b>Fonte:</b> CINQUENTENÁRIO, 1955, pp.12-24.		

O ápice de formandos no curso de revisão foi de 1920 a 1922, e a explicação é razoavelmente simples: os poucos oficiais superiores que se interessavam em complementação de estudos se matricularam nas primeiras turmas. Somam-se a eles os defensores e entusiastas da Missão Francesa. Depois da formatura destes, a procura caiu consideravelmente.

Em relação ao curso de estado-maior, em nova sede, com novo regulamento e sob a orientação direta dos oficiais franceses o efeito foi mais longo e estável. Segundo Bellintani (2009), os primeiros colocados, dentre os oficiais superiores, da EEM seriam direcionados

<sup>44</sup> A partir desse ano a relação das turmas diplomadas passou a ser publicada no mesmo ano, no caso de 1927 no boletim escolar nº272, de 24 de dezembro de 1927. O mesmo de repete de 1928 a 1930.

<sup>45</sup> Último ano com oficiais-alunos se formando pelo Regulamento de 1920. No mesmo ano temos oficiais-alunos formados pelo Regulamento de 1929, cuja relação consta no Quadro 20.

para trabalhar nas unidades regionais<sup>46</sup>, com o objetivo de colocar em prática os ensinamentos recebidos, especialmente no tocante à sua organização segundo os padrões doutrinários franceses. Para o general Gamelin<sup>47</sup>, chefe da MMF, essa medida possibilitaria o início da “constituição dos Estados Maiores regionais” (BELLINTANI, 2009, p.335). Ainda de acordo com a autora, a partir de 1924 os melhores alunos da EEM, do curso de estado-maior e de revisão, também passam a ser selecionados para atuarem como instrutores na própria escola. Tal medida serviria para intensificar a capacidade de difusão dos ensinamentos franceses. O fato da EEM contar com mais instrutores brasileiros facilitava a aceitação dos métodos de ensino por parte do oficialato nacional.

Algumas observações sobre os relatórios dos ministros da guerra são pertinentes: O Relatório de 1923, assinado pelo Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, é extremamente vago e fornece poucas informações. No relatório de 1924, não há registro de matrículas no curso de Estado-Maior e no curso de revisão, apenas uma matrícula no curso de aperfeiçoamento de oficiais superiores. Não há indícios que justifiquem a não matrícula. Assim, o mais provável foi a omissão dessas informações no relatório, pois o próprio Ministro destaca que o “recrutamento para a escola continua a ser feito como nos anos anteriores, isto é, pelo concurso e pela transferência dos alunos que mais se distinguem na escola de aperfeiçoamento de oficiais.” (CARVALHO, 1925, p.24). O mesmo ocorre no Relatório de 1925, também assinado pelo General Setembrino de Carvalho.

Tais omissões podem ser explicadas por dois fatores: 1) O perfil do Ministro da Guerra: o General Setembrino de Carvalho tinha 62 anos quando assumiu a pasta. A formação em engenharia militar e bacharelado em matemática e ciências físicas em 1884, somados à idade avançada gerou relatórios muito mais sucintos e objetivos. A título de comparação podemos citar os relatórios de seu antecessor, Pandiá Calógeras, com 49 anos quando assumiu a pasta, e com atuação política desde 1897. 2) O aumento gradativo da influência da MMF e do próprio Chefe do Estado-Maior do Exército na EEM, podem ter gerado dificuldades no acesso de informações por parte do Ministro da Guerra.

O concurso de admissão teria o programa organizado pelo comandante superior de

---

<sup>46</sup> De acordo com o glossário das Forças Armadas, unidade pode ser definida como “Organização militar da Força Terrestre, cujo comando, chefia ou direção é privativo de oficial superior, podendo ser denominada batalhão, regimento (quando da Arma de Cavalaria), grupo (quando da Arma de Artilharia), parque ou depósito. É composta por subunidades.” (BRASIL, 2004, p.259). Nesse caso, as unidades, ou batalhões, espalhados regionalmente.

<sup>47</sup> Em correspondência do General Maurice Gamelin, para o ministro da guerra da França, datada de 28 de dezembro de 1923.

instrução da EEM, passando pela aprovação do chefe do EME. Oliveira Neto afirma que “com a chegada da Missão Militar Francesa no princípio da década de 1920, o concurso de admissão teve um importante redirecionamento ao introduzir matérias não diretamente ligadas às Ciências Militares.” (OLIVEIRA NETO, 2010, p.4). Segundo o autor a idade dos candidatos ao curso aumentou gradativamente ao longo dos anos em função da criação da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, pois somente os oficiais mais graduados passaram a frequentar a EEM. O jornal *Gazeta de Notícias* publicou uma nota com detalhes do concurso de admissão para a EEM daquele ano:

O Marechal Bento Ribeiro, de conformidade com o solicitado pelo General Gamelin, oficiou ao departamento da guerra sobre o concurso para a Escola de Estado-Maior, a realizar-se este ano. Nesse ofício, declara o chefe do Estado-Maior que no concurso serão utilizadas as cartas do Estado de São Paulo, na parte relativa às folhas de Pirassununga e Mogi Mirim, a fim de que concorrentes se familiarizem com a leitura de tais cartas, versando sobre elas, os temas táticos do referido concurso. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 18 jul. 1920, p.6).

As cartas geográficas de regiões brasileiras, especialmente dos estados do sudeste e sul, eram amplamente utilizadas nos concursos de admissão, e figuravam como elemento basilar no curso de estado-maior, pois eram utilizadas em diversas aulas.

O programa anual de ensino das matérias essencialmente militares seria organizado pelo comandante superior da Escola e submetido ao chefe do EME, após aprovação do general chefe da MMF, inspetor geral da escola. A organização do programa anual de ensino, das matérias não essencialmente militares, seria responsabilidade do chefe do Estado-Maior do Exército, que o enviaria diretamente ao comandante da escola para a aplicação. O regulamento de 1920 determinava que o ano letivo tivesse início no primeiro dia útil de março e terminasse no fim de dezembro. A distribuição das aulas seria organizada quinzenalmente, “segundo o critério do diretor de estudos e submetido à aprovação do comandante superior da Escola, que poderá introduzir as modificações que julgar necessárias.” (BRASIL, 1920). O controle de frequências dos oficiais-alunos também foi alterado para um sistema de pontuação: cada falta justificada, perante o comandante da escola, valeria um ponto, ao passo que as faltas não justificadas valeriam três pontos. O oficial-aluno que atingisse quinze pontos no ano letivo seria desligado da EEM.

O curso de Estado-Maior sofreu profundas alterações, especialmente na questão dos conteúdos programáticos. Por ser um curso com três categorias de alunos e uma distribuição de tempo letivo diferente para cada uma delas, optamos pela exposição das aulas, sem a divisão em períodos anuais, como podemos notar no quadro abaixo:

**Quadro 13 - Curso da Escola de Estado-Maior dividido em aulas (Regulamento de 1920)<sup>48</sup>**

**1ª Aula - Estratégia e História Militar** - Estudo e interpretação dos fatos de guerra, com exclusão de toda discussão teórica e didática.

**2ª Aula - Tática geral** - Estudo da combinação dos esforços, das diversas armas.

**3º Aula - Tática de infantaria** - Estudo dos petrechos de combate da infantaria e particularidades desta arma na marcha, no estacionamento e nas diversas circunstâncias de combate.

**4ª aula - Tática de cavalaria** - Moldada segundo as mesmas bases que a aula de tática de infantaria.

**5ª aula - Tática de artilharia** - Organizada pelas mesmas bases da aula de tática de infantaria.

**6ª aula - Estado-Maior** - Tendo como objetivo o estudo da organização e do funcionamento geral do serviço de E.M.

**7ª aula - Ligações** - Tendo por fim o estudo de todos os meios de ligação e de transmissão.

**8ª aula - Material** - Tendo por fim o estudo de todas as categorias de material de guerra.

**9ª aula - Fortificação** - Conferências sobre a fortificação permanente e o papel que poderá desempenhar na guerra moderna em ligação com os Exércitos;

**10ª aula - Serviços de Intendência** - Nela serão estudadas as questões que em tempo de guerra, dependem do Serviço de Intendência.

**11ª aula - serviço de Saúde** Estudará os princípios de higiene e funcionamento das formações sanitárias.

**12ª aula - Aeronáutica** - Terá por objetivo o estudo do material e do modo de empregar os balões cativos e os aviões.

**13ª aula - Mobilização<sup>49</sup>** - Estudará a organização e funcionamento da mobilização dos corpos e serviços e a administração das reservas.

**14ª aula - Vias férreas e concentração** - Terá por fim o estudo do material e dos preceitos para o emprego das vias-férrea na mobilização, concentração.

**15ª aula - Tática Naval** - Estudo sumário dos diferentes tipos de navios de guerra e o modo de empregá-los.

**16ª aula - Exercício estrangeiro** - Estudo dos principais exercícios da América do Sul, o estudo da organização defensiva destes países.

**17ª Geodesia e topografia** - Estudo das formas do terreno, dos métodos de triangulação, dos levantamentos e desenho de cartas.

**18ª aula - Direito Internacional** - Conferências feitas por um dos membros do

<sup>48</sup> O programa de ensino completo está disponível no ANEXO 5.

<sup>49</sup> De acordo com o Glossário das Forças Armadas existem, atualmente, diversos tipos de mobilização. Os termos mais gerais, e que se aproximam do conteúdo da disciplina, são: 1) “Mobilização Nacional – Conjunto de atividades empreendidas pelo Estado, ou por ele orientadas, desde a situação de normalidade, complementando a logística nacional, com o propósito de capacitar o Poder Nacional a realizar ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, para fazer frente a uma situação de crise político-estratégica decorrente da iminência de concretização ou efetivação de uma hipótese de emprego.” (BRASIL, 2007, p.164); 2) “Mobilização Militar – Conjunto de atividades planejadas, empreendidas e orientadas pelo Estado, desde a situação de normalidade, com o propósito de preparar a expressão militar para a passagem da estrutura de paz para a estrutura de guerra, para fazer frente a uma situação de emergência decorrente da iminência de concretização ou efetivação de uma hipótese de emprego.” (BRASIL, 2007, p.164).

magistério militar.

Fonte: BRASIL, 1920.

O Programa do curso previa a prática falada das línguas Francesa e espanhola, obrigatórias, e inglesa (optativa). Destaca-se a ausência da prática falada da língua alemã, optativa no Regulamento de 1905 juntamente com a língua inglesa, e obrigatória juntamente com a língua francesa e espanhola no Regulamento de 1913-14. A exclusão da língua alemã é uma evidência do esforço dos oficiais da MMF em consolidar sua posição dentro do exército nacional, diante do domínio que os chamados germanófilos exerceram no período anterior a contratação da missão.

As aulas seriam completadas com exercícios de criptografia, direção de automóveis, conferências sobre hipologia (estudo sobre cavalos) e datilografia. Todas as aulas seriam ministradas pelos oficiais membros da Missão Militar Francesa<sup>50</sup>. Nas disposições transitórias, penúltimo elemento, o regulamento determinava que o terceiro ano do curso de estado-maior, exclusivo para os alunos da categoria A, seria composto de “estágios e trabalhos diversos como viagens de estado maior e às fronteiras.”(BRASIL, 1920). Esse período seria considerado de “pura prática” e teria início “nos primeiros dias de março e terminará a 1 de dezembro, sendo este mês empregado não só na redação e conclusão dos diferentes relatórios a apresentar após os estágios e viagens, como *também nos exames de fim de estudos e a classificação geral.*” (BRASIL, 1920).

O Relatório de Trabalhos do Estado-Maior do Exército de 1922 descrevia a execução de dois exercícios de manobras de quadros<sup>51</sup> realizados, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, como o “meio mais econômico e eficaz de adestrar os Estados Maiores e os chefes na preparação para a guerra, executou o Estado-Maior do Exército.” (ESTEVES, 1996, p. 102). Segundo o Relatório, ambos os trabalhos foram iniciados na Escola de Estado-Maior, em estudos sobre mapas (manobra na carta<sup>52</sup>), e tinha como proposta:

<sup>50</sup> A exceção ficava por conta das seguintes aulas: Segunda parte da 1ª aula, primeira parte da 11ª aula, 15ª aula, 16ª aula; 17ª (a) aula; 17ª (b) aula; 18ª aula; Para conferir o programa completo ver o Anexo 5.

<sup>51</sup> Também chamado de manobra no terreno, é definido, pelo Glossário das Forças Armadas, da seguinte forma: “Exercício que cria uma situação de combate no terreno com dois partidos, representados por tropa e material, aos quais é atribuída a máxima liberdade possível, sob controle de uma arbitragem.” (BRASIL, 2007, p.151).

<sup>52</sup> “Exercício tático que cria uma situação de combate com tropas amigas e inimigas, representadas por símbolos, com comandos organizados e desenvolvendo-se sob o controle da arbitragem.” (BRASIL, 2007, p.151).

imaginado o Rio Grande invadido por forças inimigas de três nações diferentes, estudar como deveríamos cobrir-nos contra os primeiros choques para ganhar tempo, agrupar em três exércitos as nossas divisões e depois arremeter contra o adversário. O problema sintetizava-se, pois, na frase do General Gamelin, em: “Estudar uma contraofensiva em terreno livre, nas vastidões do Rio Grande do Sul.”(ESTEVEES, 1996, p. 102).

Ainda segundo o documento, participaram das manobras “vários generais, além de alunos da Escola de Estado-Maior e da de Aperfeiçoamento, e de muitos outros oficiais previamente designados.” (ESTEVEES, 1996, p. 102).

No entanto, a execução das manobras enfrentou algumas dificuldades percebidas desde o início por todos, especialmente na questão do serviço<sup>53</sup>: “Viram-se as dificuldades extraordinárias, por mingua de elementos e vias de transporte, para alimentar convenientemente grandes massas de tropas e provê-las dos múltiplos recursos imprescindíveis a sua atividade.” (ESTEVEES, 1996, p. 103). Diante dessas dificuldades, o chefe do Estado-Maior refletia: “urge adaptarmos, com inteligência e sumo critério, ao nosso caso concreto, as regras e ensinamentos obtidos nos conflitos europeus.” (ESTEVEES, 1996, p. 103). Para tanto, considerava fundamental a continuidade dos treinamentos, com a ressalva de que se não se preparassem os meios materiais, estes não passariam de “letra morta”. Por fim, cabe destacar o otimismo externado ao considerar o proveito colhido na realização das manobras:

bastaria ver a atividade dos Estados-Maiores funcionando tanto quanto possível em condições vizinhas da realidade, a atenção contínua dedicada ao problema por todos os executantes, como se a guerra de fato houvesse instalado, para sentir que esse é o único meio de preparação econômica do comando para a atividade guerreira. (ESTEVEES, 1996, p. 102).

O relatório deixava clara a importância dada à execução das manobras, mas, principalmente, apontava para a vinculação direta entre a melhora no treinamento das tropas e na formação dos chefes militares, objetivo da EEM, e o investimento financeiro, ou seja, os meios materiais.

As provas e exames também foram alterados e houve, de modo geral, uma simplificação das etapas avaliativas e uma diminuição na quantidade de provas e exames. De acordo com o Regulamento de 1920 os alunos da categoria A (Os capitães e 1º tenentes) e B (Oficiais superiores) seriam submetidos somente a exames finais, antes eram exames ao fim de cada ano, para a conclusão do curso de estado-maior. No caso dos alunos-oficiais da categoria A, esses exames ocorreriam apenas ao final do terceiro ano.

---

<sup>53</sup> “Ramo ou órgão de uma força armada cuja missão precípua é proporcionar o apoio logístico.” (BRASIL, 2007,p.237).



Os exames eram divididos em dois tipos: escrita e orais. A única prova escrita seria composta por “uma série de questões sobre tática geral e o funcionamento dos diferentes serviços”, que poderiam dar lugar a questões sobre o “estabelecimento de ordens e a discussão das situações de um caso concreto”. (BRASIL, 1920). Apesar de única, a prova poderia comportar diversas sessões e seria organizada visando mensurar “pela duração e intensidade do esforço intelectual empregado, a resistência e o valor do oficial de estado-maior.” (BRASIL, 1920). Essa associação entre dificuldade, esforço e mérito será constante na metodologia de ensino da EEM. As provas orais, por sua vez, versariam sobre questões desenvolvidas nos cursos das matérias essencialmente militares. Em ambos os casos, as provas seriam julgadas por uma comissão de cinco membros, generais ou coronéis, nomeados pelo chefe do Estado-Maior do Exército, da qual farão parte obrigatoriamente o comandante superior e o diretor dos estudos da Escola de Estado-Maior. Os oficiais da MMF ficariam “a disposição da comissão para auxiliá-la nos exames.” (BRASIL, 1920).

No Regulamento de 1920 os exames finais eram compostos de cinco tipos de provas: escritas, orais, prático-orais, gráficas e práticas. Outras duas notas comporiam a nota final do aluno-oficial no curso de estado-maior regido pelo novo regulamento: 1) a nota relativa a todos os trabalhos realizados nas matérias “essencialmente militares” ao longo do curso<sup>54</sup>; 2) e uma nota “*de apreciação relativa ao valor de cada oficial aluno, do ponto de vista de seus conhecimentos militares sobre os grandes problemas da guerra e matéria de tática e de estado-maior.*” (BRASIL, 1920). Esta última nota era de responsabilidade exclusiva dos professores da MMF e seria atribuída ao fim do ano. A partir dessas notas de apreciação dadas pelos professores franceses, o comando superior da Escola estabeleceria uma nota de “*apreciação geral*” dada a cada aluno. Assim,

No fim de cada um dos cursos o comandante superior da Escola estabelecerá para cada uma das categorias a e b e por ponto em cada categoria, uma classificação tendo em vista a média aritmética das seguintes notas: De fim de estudos; Da de curso, Da de apreciação geral.”(BRASIL, 1920).

Essas classificações eram separadas em três menções: 1) A menção “muito bem” correspondendo as notas de 9 e 10; 2) A menção “bem” para as notas de 7 e 8; 3) A menção “regular” para as notas de 5 e 6. O oficial-aluno que obtivesse média inferior a 5 não receberia o atestado de curso de estado-maior.

O capítulo destinado ao material de ensino e dependências da escola foi o que sofreu

---

<sup>54</sup> “Para os alunos da categoria A as notas dadas aos relatórios apresentados por eles, após os diferentes estágios, entrarão em linha de conta segundo o mesmo critério que as notas anteriores.” (BRASIL, 1920).

menos alterações, pois as determinações dos regulamentos anteriores ainda não haviam se concretizado, sendo necessário manter a descrição de salas de aula, salas de estudo, gabinetes, biblioteca, cavalos e seus equipamentos de arreamento. Constava, pela primeira vez, a possibilidade de pedido de ajuda à 1ª divisão de Exército “*para utilizar os materiais que não estejam acima especificados e pertençam aos corpos.*” Tal prática foi comum desde a fundação da EEM em 1905, no entanto foi no Regulamento de 1920 que ela foi formalizada. O jornal *Gazeta de notícias* informava a ordem do Ministro da Guerra para a construção de “22 baias provisórias destinadas a Escola de Estado-Maior, anexas as que estão sendo preparadas para a mesma Escola no quartel da 3ª companhia de metralhadoras.”(GAZETA DE NOTICIAS, 30 mar. 1920, p.2).

Em relação à receita recebida naquele ano, o Relatório do Ministro da Guerra de 1920 descrevia o recebimento das seguintes verbas, ao longo do ano: Expediente: 6:000\$000 (seis contos de réis ou seis milhões de réis); Substituição e conservação de móveis e utensílios 4:000\$000; Iluminação: 2:700\$000; Despesas de pronto pagamento: 1:800\$000; Forragens 86:191\$076. Ao findar o ano, o saldo do cofre da EEM contava com 23:179\$000. Não há informações acerca da quantia efetivamente gasta em face dos valores recebidos. Os valores recebidos para os gastos com forragens foram expressivamente altos, em comparação as demais receitas, e devem estar ligados a supracitada construção das baias para os cavalos e outros muares. Os valores totais recebidos também são significativos, pois ultrapassam 100:691\$076. Mesmo excetuando os gastos com as forragens, temos uma receita de 20:000\$000, o dobro do orçamento de seis anos antes, em 1914.

As atribuições dos membros da EEM também foram reformuladas. De acordo com o artigo 22 o comandante superior de instrução, membro da MMF, teria diversas funções, que poderiam ser divididas em três tipos. Em primeiro lugar, as funções relativas à supervisão didática da instrução:

I) superintender e fiscalizar todos os trabalhos relativos à instrução; II) propor ao Chefe do E. M. E., por intermédio do General Chefe da Missão, as medidas cuja adoção julgue conveniente para maior facilidade e eficiência do ensino; (...) V) fiscalizar assiduamente a instrução; (BRASIL, 1920).

Em segundo lugar, as atribuições relativas ao controle do trabalho docente,

III) exercer sua autoridade sobre os professores e fazer cumprir rigorosamente os programas de instrução e outras ordens de serviço. Comunicando ao comandante da Escola as faltas dos professores e instrutores brasileiros que exijam punição; IV) encaminhar ao comandante da Escola as requisições de material feitas pelos professores, alterando-as segundo lhe parecer mais conveniente; VI) apresentar ao Chefe do E. M. E.,

por intermédio do Chefe da Missão, relatórios anuais sobre os vários serviços da Escola atinentes a instrução; (BRASIL, 1920).

Por fim, destacam-se as determinações referentes à comunicação e colaboração constante com o Comandante da Escola:

VII) cientificar o comandante da Escola das ocorrências disciplinares havidas com os alunos, outros militares brasileiros e empregados civis da administração que, por motivo de serviço, se achem em contato com os oficiais da Missão destacados na Escola, afim de que aquele comandante possa usar de sua autoridade tomando as providencias que se fizerem necessárias:

VIII) comunicar ao comandante da Escola, afim de que sejam transcritas em boletim, de ordem do Comandante Superior, todas as determinações relativas à instrução.

Parágrafo único. As comunicações entre os dois comandantes serão feitas por memorando, ainda que tenha havido outro entendimento entre eles. (BRASIL, 1920).

A função e as ações descritas atribuem grande poder ao comandante superior de instrução, especialmente no que tange o controle e a supervisão do trabalho dos professores e dos instrutores. Como consta no artigo nº 2 do regulamento, o comandante superior de instrução seria auxiliado pelo Diretor de estudos. Também oficial superior da MMF, sua atribuição era descrita de forma genérica, cabendo-lhe “*auxiliar o comandante superior e manter pela sua constante assistência e inspeção aos trabalhos escolares, a perfeita unidade e coordenação no desenvolvimento dos programas das aulas.*” (BRASIL, 1920).

O Comandante superior ainda teria “*á sua disposição um oficial brasileiro, capitão ou 1º tenente, com o curso de estado-maior.*” (BRASIL, 1920), mas o regulamento não especificava suas atribuições. No entanto, é provável que este oficial exercesse funções de assistente pessoal, como auxiliar nas traduções escritas e orais, na ambientação às instituições e à cidade, nas tarefas de organização da agenda profissional, e, por se tratar de um oficial com o curso de estado-maior, na própria organização da instrução na EEM. De forma geral, não era comum no histórico das instituições de ensino militar tal atribuição a um oficial, o que deixa claro que se tratava de mais uma especificidade, da MMF.

As funções dos professores e dos instrutores não foram alvo do regulamento, o que aumentava, substancialmente, o poder do Comandante superior de instrução e do Diretor de instrução. As únicas determinações diziam respeito à área de atuação destes: “*Os professores, adjuntos e instrutores: serão os mesmos do atual plano de ensino para as aulas não essencialmente militares, salvo o caso previsto na última parte do art. 7º.*” (BRASIL, 1920). A exceção referida se refere ao uso de professores da MMF nas aulas não essencialmente

militares, caso estivesse determinado no programa anual.

O regulamento retoma a questão da atuação dos professores nas matérias essencialmente militares, para determinar a dispensa dos professores que atuavam antes de 1920. Esses professores teriam os direitos garantidos pela legislação vigente à época. Após o término do contrato com a MMF, caso não houvesse renovação, o Governo poderia “*restabelecer o ensino por oficiais brasileiros, escolhidos por concurso, dois meses depois de terminado o contrato e fazendo intervir no julgamento os oficiais estrangeiros que se acharem em exercício no magistério da Escola de Estado maior.*” (BRASIL, 1920). Para completar o quadro de docentes e instrutores, eram previstos dois “*preparadores conservadores, um para o gabinete de eletrotecnia militar e um para o de fotografia*”(BRASIL, 1920).

A descrição das atribuições do pessoal administrativo da EEM ocupa espaço considerável no Regulamento de 1920. Grande parte dos cargos também existia nas tropas e em outras instituições militares, e seguiam o Regulamento Interno e dos Serviços Gerais (R.I.S.G)<sup>55</sup>, elaborado pela MMF em 1920. Por isso em todos os casos uma das atribuições previa algo semelhante a uma equivalência a um cargo previsto no R. I. S. G., no que fosse “*compatíveis com o regime escolar.*” (BRASIL, 1920). De modo geral, não houve grandes alterações em relação ao Regulamento de 1913-14, como podemos observar no quadro comparativo abaixo:

<b>Quadro 14 – Pessoal administrativo da Escola de Estado-Maior Comparativo (Regulamento de 1913-14 e Regulamento de 1920)</b>			
<b>Regulamento de 1913-14</b>		<b>Regulamento de 1920</b>	
<b>Cargo/função</b>	<b>Graduação/patente</b>	<b>Cargo/função</b>	<b>Graduação/patente</b>
Comandante	General com curso de estado-maior ou Coronel de estado-maior	Comandante	General com curso de estado-maior ou Coronel de estado-maior
Fiscal	Tenente-coronel ou Major, tendo o curso de estado-maior	Fiscal	Tenente-coronel, com curso de estado-maior
Ajudante	Capitão, tendo o curso de estado-maior	Ajudante	Capitão
Secretário	Capitão, tendo o curso de estado-maior	Secretário	Capitão
Ajudante de ordens	1º ou 2º tenente ou tenente. (oficial subalterno)	Médico	Capitão

<sup>55</sup> O R.I.S.G. foi aprovado pelo Decreto nº 14.085, de 3 de março de 1920, e pretendia ser uma grande compêndio de instruções relativas à vida interna dos corpos de tropa e seus serviços gerais, estabelecendo, com clareza, as atribuições e responsabilidades de todos os postos e funções. Sua aplicação se estendia aos Serviços, Repartições e Estabelecimentos do Ministério da Guerra, ainda que sujeitos a regulamentos próprios.

Escriturário	Oficial reformado ou honorário por serviços de guerra	Intendente	Tenente
Quatro Amanuenses	Não especificado	Veterinário	Tenente
Bibliotecário	Não especificado	Primeiro oficial <sup>56</sup>	Não especificado
Intendente	Oficial subalterno	Quatro segundos oficiais <sup>57</sup>	Não especificado
Porteiro	Não especificado	Bibliotecário	Não especificado
Cinco guardas	Não especificado	Porteiro	Não especificado
Contínuo	Não especificado	Contínuo	Não especificado
Feitor	Não especificado	Feitor	Não especificado
		Dez serventes	Não especificado
<b>Fonte:</b> Regulamento de 1913-1914 e Regulamento de 1920.			

As atribuições do Comandante da Escola sofreram mudanças intensas, pois a chegada da MMF restringe sua atuação ao âmbito administrativo e disciplinar, fato reiterado pelas determinações do Regulamento de 1920. Nesse sentido, destaca-se a função de “*propor as pessoas que julgar idôneas para os empregos da administração na Escola, quando não lhe competir a nomeação.*” (BRASIL, 1920). Essa prerrogativa dava ao Comandante da EEM um poder pessoal considerável, pois poderia ser usada como ferramenta para aumentar seu capital político, dentro e fora do Exército. O comandante também era responsável por apresentar anualmente um relatório sobre “*as condições do estabelecimento e de seu funcionamento, propondo as reformas e os melhoramentos que convenham, e o orçamento das despesas para o novo ano*” (BRASIL, 1920). No âmbito das ações disciplinares o competia ao comandante:

demitir o empregado civil, da administração, de sua nomeação, que cometer falta grave contra a disciplina ou moralidade do estabelecimento, e suspender os de nomeação do Ministro, a quem dará, imediatamente, por intermédio do Chefe do Estado-Maior, parte motivada de seu ato; impor, administrativa ou correccionalmente, as penas de repreensão verbal ou no boletim da Escola, de suspensão e prisão de um a quinze dias, bem como multas de um a oito dias de ordenado ou gratificação ou todo o vencimento, conforme a gravidade da falta, a seu juízo, aos empregados sobre os quais não houver disposição especial no presente regulamento;

<sup>56</sup> De acordo com o Regulamento, “*Ao 1º oficial incumbem os trabalhos que lhe forem distribuídos pelo secretário, devendo conservar em dia a escrituração de que estiver encarregado e ficando responsável pelos livros e papeis sob sua guarda.*” (BRASIL, 1920).

<sup>57</sup> Segundo o Regulamento, “*Os 2os oficiais executarão os trabalhos que lhes forem distribuídos pelas autoridades sob cujas ordens servirem, mantendo em dia a escrituração a seu cargo, sendo igualmente responsáveis pelos livros e papeis sob sua guarda. O 2º oficial designado para arquivista, será responsável pelos livros e papeis existentes no arquivo, não permitindo a retirada do documento algum sem ordem do secretário.*” (BRASIL, 1920).

(BRASIL, 1920).

O fiscal da escola também exercia um papel importante em dois âmbitos: a administração do cotidiano escolar e a fiscalização disciplinar. As atribuições administrativas eram extensas e abarcavam várias áreas da escola, da supervisão da condição sanitária à direção do serviço da secretaria da EEM:

inspecionar o serviço de limpeza e conservação de todas as dependências da Escola, inclusive cavalariças, parques e picadeiro; 3ª, facilitar os elementos precisos para a preparação de material de instrução; 4ª, fiscalizar a escrituração da carga e descarga gerais da Escola, verificando se a distribuição de todo o material é feita com regularidade; 5º, verificar e rubricar todos os documentos da receita e despesa da Escola; 6ª, dirigir o serviço da secretaria da Escola. (BRASIL, 1920).

Em relação às questões disciplinares, a atribuição era geral: “1ª, *fiscalizar a disciplina escolar, no que diz respeito à conduta interna e externa dos empregados e ao modo porque cumprem o regulamento da Escola e as ordens emanadas do seu comandante.*”(BRASIL, 1920). Inicialmente, parte desse pessoal seria formado por funcionários do Ministério da Guerra, conforme notícia publicada pelo jornal *Gazeta de Notícias*:

O Sr. Ministro da Guerra mandou ontem apresentar a Escola de Estado-Maior do Exército, que reabrirá dentro de breves dias, os seguintes funcionários, todos adidos às repartições subordinadas aquele Ministério: Acylino Costa, da diretoria geral do Tiro; Manoel Ricardo da Silva, do Colégio Militar; Archimedes de Lima Conde, do 1º distrito de artilharia de costa; Luiz G. Viana, da secretaria da Guerra; Jeremias Cavalcanti Maranhão, da Escola Militar; Augusto Xavier de Oliveira, do Colégio Militar; Horácio Gusmão Coelho, do 1º distrito de artilharia de costa; Milton Santos da Fonseca, do Colégio Militar do Ceará; Procópio Manoel Ferreira e Adriano do Espírito Santo, da Escola Militar e Herculano F. de Mello, do Estado-Maior. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 13 fev.1920, p.2).

Essa notícia traz informações importantes sobre o perfil dos funcionários civis que comporiam a primeira equipe de pessoal da EEM, em sua nova sede. Oriunda de vários setores de atuação, destaca-se a presença de funcionários de outras instituições militares de ensino como os Colégios Militares, e, especialmente, a Escola Militar, que, como vimos, compartilhou disposições regulamentares com a EEM nos anos anteriores.

O sistema disciplinar de penas e recompensas do Regulamento de 1920 era sucinto, pois muitas das regras disciplinares passaram a vigorar com a publicação, no mês anterior, do Regulamento da Instrução e dos Serviços Gerais (R.I.S.G.). O artigo 421 do R.I.S.G. determinava trinta e oito tipificações de transgressões disciplinares em que poderia incorrer o militar, e o art. 424 apresentava os tipos de penas disciplinares, que mudavam, dependendo se o militar era oficial, aspirante-a-oficial, graduado ou soldado. Nesse sentido, o Regulamento

trazia apenas as especificidades da EEM. A novidade em relação ao regulamento anterior diz respeito, novamente, a MMF e a inimizabilidade de seus membros frente às ações disciplinares do comandante da escola, que seria aplicada a todos os outros funcionários, permanentes e eventuais, os alunos e demais militares em serviço na EEM.

O Regulamento de 1920 voltou a prescrever as recompensas, excluídas no regulamento de 1913-14. A recompensa seria dada aos

dois primeiros alunos dos cursos de estado maior, categoria a), um número proporcional de primeiros alunos da categoria; b) e um número também proporcional de oficiais classificados nos primeiros lugares do curso de revisão. (BRASIL, 1920).

E seriam compostas pela,

menção honrosa em Boletim do Exército, e direito ao estágio de um ano no estrangeiro, a fim de si especializarem no assunto da profissão á escolha do oficial. [...] Os alunos assim distinguidos terão direito a passagens, para si e sua família, e ás vantagens pecuniárias atribuídas aos que seguem no desempenho de comissões oficiais. (BRASIL, 1920).

No entanto, a recompensa só seria concedida “*dois anos depois do aluno ter sido excluído da Escola e por proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército.*”(BRASIL, 1920). Tal condição deixa claro que nem todos os alunos-oficiais que receberam a menção honrosa fariam jus ao estágio internacional.

O Regulamento de 1920 foi alterado pelo Decreto nº 15.263, de 11 de janeiro de 1922, que tinha como objetivo adicionar “*diversas disposições ao Regulamento da Escola de Estado-Maior*” (BRASIL, 1922). Na verdade, o decreto apresentava apenas nove artigos, pertencentes ao capítulo “Disposições gerais”, que dispunham sobre a atuação docente, mais especificamente sobre a criação das funções de “professor estagiário” e “professor adjunto”. Esses artigos ganharam nova redação com a publicação do Decreto nº 16.393, de 27 de Fevereiro de 1924. Este decreto reorganizava alguns artigos, complementava algumas informações e suprimia alguns artigos, com destaque para a extinção do cargo de “professor adjunto.”. Assim, todos os artigos do decreto de 1922 que citavam o cargo ou eram dedicados à descrição de suas funções foram reescritos ou excluídos, fazendo com que tal ocupação tivesse uma vida útil reduzida, restando apenas o cargo de “professor estagiário.”

A ideia geral era que os oficiais brasileiros que já tivessem terminado os cursos com a MMF fossem preparados “*para o ensino das matérias essencialmente militares dos cursos de estado maior e de revisão*” (BRASIL, 1922). Tal medida satisfazia um grupo de oficiais superiores, especialmente do EME, que, desde a contratação da missão, temiam pelo excesso

de dependência dos professores da MMF.

O decreto previa, para o ano letivo de 1922, a existência de dois professores estagiários em cada um das aulas de Tática Geral, Tática de Infantaria, Tática de Artilharia e Tática de Cavalaria. A norma deixava claro que a

A função de professor estagiário ou adjunto não constitui uma especialização e sim o exercício de uma função de estado maior. O oficial no exercício dessa função continuará sua carreira normal e para todos os efeitos será considerado em serviço de estado maior. Deverá exercê-la por tempo limitado, voltando sucessivamente ao Estado Maior e á tropa, de acordo com o Regulamento do Estado Maior do Exercito. (BRASIL, 1922).

Essa determinação tinha a intenção de distinguir as funções de professor estagiário ou adjunto das funções exercidas pelos docentes da MMF. A descrição das atividades de cada um deles não deixa dúvidas em relação à posição de inferioridade em relação aos professores franceses.

O decreto de 1924 mantinha essa redação, excluindo o termo “adjunto”, e reforçava a ideia de inferioridade dos “estagiários”, ao determinar que:

Parágrafo único. Esta função não lhe dá, pois, nenhum direito ao professorado vitalício, nem ás regalias peculiares a este ultimo, senão, ao revés disso, que se considera o exercício de tal cargo como envolvendo a renuncia completa e absoluta a esse direito e a essas regalias. Entretanto, esta função constitui comissão importante do serviço de estado-maior e um titulo de merecimento para os que a exercerem. (BRASIL, 1924).

A adição dessa determinação é muito significativa, pois além de reiterar a distinção entre o “professor estagiário” e os demais docentes também apresenta uma passagem atípica em normas e regulamentos. Ao afirmar que a função constitui um “titulo de merecimento para os que a exercerem” o texto foge da característica de objetividade e apresenta um juízo de valor. Não há valor legal ou determinação em uma frase que faz uma afirmação subjetiva sobre uma função. A tentativa de demonstrar que se trata de um cargo “importante” contrasta com as determinações objetivas que o inferiorizam e o descaracterizam, no restante da norma.

Os professores estagiários seriam “*entre os oficiais (de capitães a coronéis) que tenham terminado um dos cursos da Escola de Estado Maior com a menção muito bem ou bem e que tenham demonstrado aptidões pedagógicas.*” (BRASIL, 1922). Só poderiam ser indicados oficiais que tivessem servido arregimentados com êxito por, no mínimo, um ano. Para as aulas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia seriam escolhidos oficiais de cada uma dessas armas, para Tática Geral, de qualquer arma. O chefe da MMF realizaria as indicações para as funções e as submeteria ao Estado-Maior do Exército, que, por sua vez daria o seu parecer e pediria a nomeação ao Ministro da Guerra.



O decreto de 1924 manteve, em essência, as determinações referentes ao cargo de professor estagiário, mas incluiu alterações importantes:

Art. 55. Os professores estagiários serão nomeados por proposta do chefe do Estado-Maior, ouvido o chefe da Missão Militar Francesa, dentre os capitães e majores que tenham obtido nos cursos da Escola de Estado-Maior a menção «muito bem». Parágrafo único. A nomeação será feita para cada ano letivo, podendo ser renovada, a critério do chefe do Estado-Maior. (BRASIL, 1924).

O destaque fica por conta da supressão da “aptidão pedagógica”, da divisão por aulas e da necessidade do serviço arregimentado, que simplificavam as atribuições do cargo. Até a patente máxima foi rebaixada de Coronel para Major.

O decreto de 1922 dedicou muita atenção à formação dos professores, estagiário e adjunto, ao definir detalhadamente características de seu itinerário formativo, assim como as possibilidades de promoção funcional:

Com o fim de completarem sua instrução profissional sob o ponto de vista pedagógico e de se prepararem para ulterior desempenho das funções de adjuntos, os professores estagiários servirão, sob a direção geral do diretor de estudos, junto aos professores dos cursos para que tenham sido designados.

Para isso os professores franceses ensinarão a estabelecer temas táticos, dirigir exercícios na carta, corrigir trabalhos; mostrarão os ensinamentos que devem ser salientados nas críticas dos trabalhos, nas conferências, nos exercícios na carta e no terreno, etc.

Em principio os estagiários não dirigirão trabalhos nem farão conferências. Assistirão os professores franceses na medida que estes julgarem útil.

Todavia, para dar maior desenvolvimento ao curso de Estratégia e História Militar, poderão ser incumbidos de fazer algumas conferências, sob a direção do professor francês, notadamente sobre história militar do Brasil.

No fim do ano letivo farão uma ou duas conferências e dirigirão um exercício na carta, para que possam ser apreciadas suas aptidões pedagógicas e sua facilidade de exposição. (BRASIL, 1922).

Após o fim dos trabalhos escolares anuais “*um dos estagiários de cada curso será nomeado professor adjunto e o outro continuará como estagiário ou será substituído por um dos oficiais que tenham terminado o curso de estado maior ou de revisão.*” (BRASIL, 1922).

Os oficiais que conseguissem a indicação para exercer a função de professor adjunto teriam atribuições mais importantes e relativamente mais independentes dos docentes franceses:

Os professores adjuntos serão incumbidos de uma parte do curso (conferências) e de auxiliar os professores no estabelecimento das teorias táticas, na correção dos trabalhos e na direção dos exercícios na carta e no terreno.

A distribuição do trabalho entre o professor francês e o respectivo adjunto será proposta por aquele ao diretor de estudos, de conformidade com as

aptidões particulares do adjunto. (BRASIL, 1922).

O decreto de 1924 excluiu todas as determinações descritas acima.

Essa simplificação reiterava a condição de inferioridade da função do professor estagiário, tornando-o mais generalista, ao excluir as diferentes possibilidades de atuação. O “professor estagiário” passava a ser um cargo “coringa”, sem especialização e distinção entre os seus. A exclusão do cargo de professor adjunto aprofundava tal reconfiguração. Por fim, o decreto de 1924, determinava que os “professores estagiários exercerão as suas funções na Escola do Estado-Maior sem prejuízo das que lhe couberem no Estado-Maior do Exército, sempre que o chefe desta repartição julgue necessário e possível à simultaneidade das mesmas.” (BRASIL, 1924). A previsão de acumular funções completa a precarização e o rebaixamento do cargo de professor estagiário. Essas medidas reforçavam a ideia de inferioridade do professor estagiário e mantinham a hegemonia dos professores da MMF. De acordo com Câmara e Peres (2005), apesar da longa vigência do Regulamento de 1920, pequenas alterações foram estabelecidas, entre elas o estágio prático em aviação militar para os alunos do terceiro ano do curso de estado-maior, realizado a partir de 1928<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Tal estágio foi mantido no novo regulamento, publicado em dezembro de 1929.

## Capítulo 4 – A Missão Militar Francesa na Escola de Estado-Maior a década de 1920 e o Regulamento de 1929 (1921-1929)

### 4.1 O início da atuação da Missão Militar Francesa na Escola de Estado-Maior: acomodações e avanços

A Tese de Adriana Bellintani, *O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)*, reúne fontes importantes e de difícil acesso: as correspondências entre as autoridades francesas, de um lado o embaixador e membros da MMF no Brasil, e de outro, Ministros e até o Presidente da França. Tal documentação foi consultada no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores da França, em Paris, e será reproduzida aqui como citação da autora. Além das correspondências a autora também apresenta relatórios escritos pelos chefes da MMF.

Tais fontes são fundamentais para a compreensão das ações da MMF na EEM. As cartas e relatórios contêm informações que não constam nos regulamentos e nos documentos oficiais brasileiros, fornecendo a possibilidade de confrontar diversas fontes. Tal processo permite a construção de uma narrativa mais precisa acerca da atuação dos oficiais franceses na Escola de Estado-Maior. Nesse sentido, temos a possibilidade de verificar, por exemplo, a aplicação das disposições no Regulamento de 1920, que vigorou por nove anos e teve grande de parte de sua execução sob a responsabilidade dos membros da MMF.

A chegada dos oficiais franceses dividiu a oficialidade brasileira. Muitos oficiais estavam empolgados, como o General Tasso Fragoso, que acreditava que a com a presença dos franceses, o exército brasileiro se modernizaria e seria desfeito o clima de “muitas asneiras” nas discussões a respeito da missão. Por outro lado, segundo o mesmo, muitos oficiais ofereciam uma “surda resistência”, e se mostravam decididos a terminar suas carreiras “sem ter feito nada, e sem nada ter aprendido.” (ARARIPE, 1960, p.486). McCann afirma que o chefe da Missão Militar Francesa, General Gamelin, esforçou-se, desde o início, para “garantir a seus anfitriões que não pretendia virar tudo de cabeça para baixo nem destruir o Exército de seu caráter brasileiro (...) A missão, ele afirmou, procuraria preservar o caráter nacional das tropas e os métodos e sistemas nacionais.” (MCCANN, 2007, p.267).

Com o intuito de conhecer o território nacional o chefe da MMF viajou pelo interior do país por cerca de cinco semanas, visitando diversas guarnições do exército brasileiro. O relato do Major McCreery<sup>1</sup>, em 1919, expunha as impressões de Gamelin veiculadas na imprensa, que destacavam a:

---

<sup>1</sup> Relato datado de 17 de junho de 1919, consultado no Departamento de Guerra dos Estados Unidos e disponível em MCCANN (2009).

“diligência e devoção dos oficiais brasileiros”, salientando que com “rigorosa instrução” e “um pouco mais de perseverança”, e com a “cavalaria do Sul e a infantaria do Norte, nunca faltarão homens de primeira classe para o Exército brasileiro”. (MCCAN, 2007, p.268).

O tom diplomático das palavras de Gamelin é evidente, pois ignora intencionalmente as precárias condições materiais do exército brasileiro, sobejamente descrita nos relatórios dos ministros da guerra, procurando destacar seu potencial humano. Mesmo com as tentativas, de Gamelin, de amenizar o impacto da chegada da MMF, o clima de hostilidade entre militares brasileiros e franceses marcou os primeiros anos da MMF no Brasil.

De acordo com Relatório do General Maurice Gamelin, a situação de animosidade estava posta desde o início: “*Eu percebi rápido que quase em totalidade, os representantes do alto comando viam negativamente as instruções.*” (BELLINTANI, 2009. p.260). A situação era mais sensível quando abordamos a relação entre os generais Gamelin e Bento Ribeiro. Para o General Gamelin, entre aqueles que eram contra a MMF estava “*um grupo de oficiais germanófilos que cercavam o General Ribeiro*” (DOMINGOS NETO, 2007, p.241).

Em um relatório para o presidente da França, Gamelin relatava a sutil hostilidade com que foi recebido por parte do Exército, especialmente a alta oficialidade que não “*via com bons olhos a intrusão de alguém chamado a perturbar sua ociosidade e os benefícios proporcionados por abusos inveterados.*” (DOMINGOS NETO, 2007, p.242). O General Ribeiro realmente demonstrava admiração pela doutrina alemã, no entanto não poderia ser definida como germanófilo, como os redatores da revista *A Defesa Nacional*, que, antes do desfecho da Primeira Guerra, defendiam abertamente a contratação de uma missão militar alemã de instrução.

A associação da figura do General Ribeiro com oficiais germanófilos pode ser explicada pelo apoio dado à constituição da chamada Missão Indígena<sup>2</sup>, na Escola Militar do Realengo. Tal missão recebeu o nome em contraposição a MMF, e foi composta por oficiais, alguns jovens turcos, que atuaram como instrutores na escola de formação de oficiais. A Missão Indígena caracterizou-se como uma tentativa de estabelecer um ensino efetivamente prático, e também contou com a ajuda do Ministro da Guerra, General Cardoso de Farias. A Missão Indígena foi iniciada com a realização de um concurso para a admissão de instrutores, algo raro até então, pois a maioria dos instrutores era indicada pelo Ministério da Guerra. De acordo com Tristão de Alencar Araripe, em 1918, foi realizada uma “*seleção de um quadro de instrutores para a Escola Militar do Realengo, mediante o critério de reconhecida capacidade de instruir*”(ARARIPE, 1963, p.20). Em setembro de 1918, a revista *A Defesa*

---

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre a Missão Indígena conferir ROESLER, 2015; 2015a e MARCUSSO, 2012.

*Nacional* publicava uma nota intitulada, “Os concursos na Escola Militar e os programas de ensino”, que dava destaque para o concurso para instrutor:

A inscrição para os concursos de instrutores e seus auxiliares na Escola Militar (comandantes e subalternos nas unidades) teve um êxito muito superior ao da inscrição para as quatro primeiras cadeiras do ensino teórico. Enquanto para estas a inscrição quase se limitou aos detentores atuais das cadeiras, para os cargos de instrutores se inscreverem muitos oficiais da tropa, dentre os quais há nomes que são uma garantia para o êxito da instrução prática, desde que não lhes falte o material indispensável e o apoio ao esforço de que são capazes. (DEFESA NACIONAL, 1918, p.365).

Segundo o General Tristão Araripe (1963), que compôs a missão e participou da seleção em concurso posterior, as provas tinham caráter “estritamente prático”, sendo que o principal critério avaliativo era a “capacidade de instruir”. O General Ribeiro chegou a proferir um discurso na apresentação do primeiro grupo de instrutores da Missão Indígena, em 1919, que foi reproduzido por Araripe,

Pela primeira vez este EME teve intervenção na escolha dos Instrutores da Escola Militar e foi minha preocupação única servir ao ensino prático dos futuros oficiais, como há muito já deveria ter sido feito. Participo. Consequentemente, do êxito que alcançardes e espero que todas as dificuldades sejam vencidas, porque não falta competência e espero encontrareis todo o auxílio material e moral de que carecerdes para o desempenho de vossa missão. Ela é bem difícil, mas não há motivos para esmorecimento. O vosso recrutamento seguiu os mais dignos processos; ou foi o concurso que, não sendo perfeito é o menos imperfeito dos processos para a seleção em tais casos, constituindo a mais larga porta para entrar naquele estabelecimento de ensino ou foi o conceito mais ou menos generalizado entre os nossos camaradas, conceito firmado no árduo e assíduo trabalho da tropa. Muitos e distintos oficiais têm passado pela Escola Militar como instrutores e, ainda agora, alguns de lá saem, mas é de justiça afirmar que nunca um corpo de instrutores da Escola Militar atingiu o grau de homogeneidade que hoje assume com grande esperança para o ensino profissional. Não é demais que vos lembre a influência que a instrução moral e a disciplina cimentada pelo exemplo, terão na Escola Militar, sem bem que vos sejam perfeitamente familiares os processos mais seguros para formação de bons soldados. Muito espero de vossos esforços na Escola Militar e, por isso, a ela e ao Exército eu felicito pelas vossas nomeações. (ARARIPE, 1963, p.21-22).

A proximidade do General Ribeiro com o projeto da Missão Indígena serviu para reiterar a suspeição dos oficiais franceses sobre sua preferência e para justificar os costumeiros atritos com o General Gamelin. De acordo com correspondência do Embaixador francês Casenave, para o ministro das Relações Exteriores da França, em 1919, existiam muitos brasileiros que preferiam a doutrina alemã, entre os quais se destacavam “o general Alberto Cardoso de Aguiar, o coronel Amaro Cavalcanti, o capitão Souza Reis e o prefeito do Distrito Federal, Lauro Muller.”(BELLINTANI, 2009. p.260).

Bellintani (2009) afirma que o fato dos militares franceses receberem soldos maiores,

e terem direitos a regalias também acirrou os ânimos nesse período. A autora destaca uma correspondência do Major Chaves para o Estado Maior do Exército Brasileiro, que abordava o contrato da MMF, em julho de 1919:

(...) o contrato é oneroso e nem todos oficiais franceses estão à altura do respectivo vencimento, que em geral são enormes! Há oficiais como o general Durandin (na França coronel) que nunca deram uma aula (...). Há oficiais que recebem um dinheirão para ensinar equitação a oficiais, que por saberem tanto como o instrutor, este vai uma vez por semana. (...) O general Gamelin é a confusão personificada. (BELLINTANI, 2009. p.261).

Além da questão salarial, fica claro o descontentamento em relação aos conhecimentos profissionais dos militares franceses. Em contrapartida, os oficiais franceses teciam duras críticas ao exército brasileiro, como na correspondência do embaixador da França, Casenave, para o ministro das Relações Exteriores da França em fevereiro de 1919, que asseverava “*O exército do Brasil não existe, nenhum de seus serviços está organizado e nem em via de organização, nenhum oficial brasileiro tem a menor ideia e nem se dão conta de sua importância e de sua existência.*” (BELLINTANI, 2009. p.261).

Bellintani (2009) afirma que o General Bento Ribeiro também teceu críticas às decisões relativas à instrução nas escolas militares, o que fez o General Gamelin relatar, por correspondência, ao Ministro da Guerra da França, em maio de 1921, que os militares franceses estavam em uma posição delicada: “*o menor passo em falso de nossa parte, todos esses militares estarão contra nós.*” (BELLINTANI, 2009. p.265).

A situação conflituosa entre os generais se intensifica diante da visita do Rei da Bélgica, entre setembro e outubro de 1920<sup>3</sup>, pois os integrantes da MMF não haviam sido convidados, pelo General Ribeiro, para compor a tribuna de honra da solenidade de recepção. O chefe de gabinete de Gamelin alertou o chefe do EME que tal situação contrariava os dispostos no contrato<sup>4</sup>, e que: “se eu não for convocado a meu lugar protocolar, meus oficiais e eu nos absteremos da revista.”<sup>5</sup> (BELLINTANI, 2009. p.262). Resolvido o impasse a delegação da MMF participou normalmente da cerimônia de recepção. Este episódio deixa

---

<sup>3</sup> Segundo Fagundes (2006) entre os preparativos para a visita destaca-se a reforma do Palácio Guanabara, a partir de abril de 1920, onde os soberanos ficaram hospedados. “No entanto, as discussões mais calorosas sobre como a República brasileira deveria se preparar para receber a realeza belga ocorreriam um pouco mais tarde, em meados de julho e agosto (...) são elas: a questão do crédito ilimitado, a criação da Ordem do Cruzeiro e o estabelecimento do protocolo para a recepção dos reis.” (FAGUNDES, 2006, p.1).

<sup>4</sup> Consta na última alínea do art. II do contrato que: “O general chefe da MMF tomará lugar, nas cerimônias públicas, acompanhado do subchefe da missão e dos oficiais a sua disposição, imediatamente após o chefe de Estado Maior do Exército Brasileiro; os outros oficiais da Missão o farão junto aos do mesmo posto que os seus no Exército Brasileiro.” (BASTOS FILHO, 1994, p.74).

<sup>5</sup> Correspondência do gen. Maurice Gamelin, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França, Rio de Janeiro, 29.09.1920.

claro que o motivo dos atritos entre os generais Gamelin e Ribeiro, e seus respectivos grupos de oficiais, era uma disputa simbólica, por espaço de representação dentro do Alto Comando. Se por um lado os franceses queriam se consolidar como importantes agentes da modernização da doutrina militar brasileira, os oficiais do EME, com o apoio de um grupo de velhos oficiais, faziam questão de afirmar sua autonomia de pensamento e de ação.

Para Domingos (2007), o problema entre os generais era, primordialmente, de ordem material e comercial, pois Gamelin tinha ordens, do ministro da guerra francês, de consolidar a indústria bélica francesa como a única fornecedora das forças armadas brasileiras. Gamelin passou a exercer uma função secundária importante: era um agente comercial com acesso privilegiado ao alto comando militar e político. Moraes (2010) descreve relata que em 31 de março de 1920, o General Gamelin informou a seu ministro que o ‘pequeno grupo de oficiais germanófilos em terno do Marechal Bento’ propôs a compra de aviões italianos, ao passo que a MMF recomendava, patrioticamente, a compra de aviões franceses. Gamelin não estava, entretanto, disposto a fazer concessões comerciais: se a parte brasileira insistir em comprar aviões italianos, ‘farei notar que não se pode exigir de nossos oficiais que pilotem aparelhos estrangeiros que eles não conhecem. Como o Brasil se comprometeu a não contratar nenhuma outra missão estrangeira com fins militares, ficaria num impasse se comprasse aviões italianos’ (MORAES, 2005, p.188-189).

O jornal *A noite* publicou uma notícia com detalhes sobre “a compra de cem aeroplanos por mil e quatrocentos contos”, e sobre a chegada do Tenente-coronel Seguin, novo chefe da missão militar de avião francesa. Este viria substituir o Coronel Maguin que iniciara, meses antes, uma missão de compra de aviões e outros materiais bélicos na Europa, acompanhado do Capitão Alzir Rodrigues Lima. O representante do exército brasileiro descreveu ao jornal detalhes sobre a compra dos aviões:

A missão da qual fiz parte e que era chefiada pelo Coronel Maguin, esteve percorrendo as melhores fábricas de aeroplanos de guerra da Europa. Na França, na Itália e na Inglaterra adquirimos um total de cem aparelhos de diferentes tipos, orçando a compra em cem mil e quatrocentos contos. Entre os aparelhos adquiridos figuram alguns “Newports”, dos cinco tipos diferentes; vinte “Breguet”, empregados em serviço de reconhecimento e bombardeio, e vinte “Spad”, de caça.

Creio que o Brasil fez um ótimo negocio, pois não se poderia ter comprado aparelhos iguais aos que adquirimos, gastando uma soma relativamente pequena. Posso garantir-lhe que todos os cem aeroplanos foram comprados por preços vantajosíssimos. (NOITE, 15 jan. 1921, p.2).

Uma matéria do jornal *O Combate*, publicada em maio do mesmo ano, apresentava outra avaliação sobre a compra de aviões. O periódico criticava a atuação do chefe da MMF, pois

esta tratava de “*nos impingir ferros velhos, aeroplanos remendados e toda espécie de material de guerra inteiramente imprestável. O seu maior heroísmo consiste em querer arruinar o país*” (DOMINGOS NETO, 2007, p.242).

O Jornal *A noite* trazia em sua capa reportagem sobre uma polêmica compra de equipamentos de artilharia realizada pelo Ministério da Guerra. Segundo o jornal,

Um das declarações mais impressionantes que, levantadas contra o Dr. Calógeras, passaram do sussurro a afirmação ostensiva, é a de haver o atual ministro da Guerra adquirido na França, para armar as nossas tropas, canhões Saint-Chamont e Schneider, de grosso calibre, considerados como de nenhum valor bélico. Os amigos do Ministro, ouvindo e querendo contestar tais queixas, afirmam que aquela grossa artilharia foi comprada pelo General Cardoso de Aguiar, quando titular daquela pasta, dizendo ser possível apurar a responsabilidade, no caso, desse general, mediante uma pergunta a ele próprio feita. (NOITE, 15 mai. 1921, p.1).

Procurado pelo periódico o General Cardoso Aguiar<sup>6</sup>, confirmou a autorização de compra de armas de artilharia na França durante sua gestão, mas ressaltou que tal compra não se efetivara. Cardoso, que era oficial de artilharia, defendia a compra de “artilharia de campanha”<sup>7</sup> francesa, produzido para a guerra, pois o qualificava como apto após seu teste durante a Primeira Guerra. O general esclarece ao jornal que sua instrução era a compra de “artilharia de campanha” nova, disponível no estoque francês após o armistício, e que a compra seria estabelecida diretamente entre os governos das nações. No entanto, o general informava que,

Foi, assim, com surpresa que soube que os canhões, atualmente em experiência e que dizem por aí por mim adquiridos são “Saint-Chamont” e “Schneider”. Estes últimos tem sempre quem os defenda, mas nunca chegam a compará-los aos de campanha. Quanto ao “Saint-Chamont”, a sua inferioridade como artilharia já foi constatada na França, e agora, aqui, com as suas experiências. (NOITE, 15 mai. 1921, p.1).

O general Cardoso Aguiar continua seu depoimento ao relatar um encontro com o chefe da Missão Militar Francesa e com, o então ministro da Guerra, Pandiá Calógeras:

Logo que soube da chegada de semelhante material, num encontro que tive com o Sr. General Gamelin, estranhei que S. Ex. fosse partidário de tal artilharia. Falei-lhe sobre as vantagens da artilharia de campanha sobre os seus congêneres. E tive a grande satisfação, nessa conversa, em ouvir do general Gamelin, que S. Ex. estava perfeitamente de acordo comigo. Neste momento, acercara-se de nós o Dr. Calógeras, continuou o general Aguiar: - O General Gamelin dirigindo-se a S. Ex. declarou:

---

<sup>6</sup> O mandato do General Caetano de Faria na pasta do Ministério da Guerra se estendeu de 15 de novembro de 1918 a 27 de janeiro de 1919.

<sup>7</sup> De acordo com o glossário de termos militares: “Artilharia de campanha – Principal meio de apoio de fogo da Força Terrestre, sendo, para tal, dotada de canhões, obuses, morteiros, foguetes ou mísseis. Tem por missão apoiar, pelo fogo, o sistema operacional manobra, destruindo ou neutralizando os alvos que ameacem o êxito da operação.” (BRASIL, 2007, p.35).



“Sr. Ministro, eu e o general Aguiar estávamos falando sobre artilharia. A sua opinião é perfeitamente a minha. O general Aguiar, como eu, afirma a superioridade da artilharia de campanha francesa sobre qualquer outra.”

Dirigindo, eu, aí, a palavra ao Dr. Calógeras, com a franqueza com que costumo expandir minha opinião, declarei-lhe que achava que o Exército estava perdendo seu tempo com as experiências de artilharia, muito principalmente com os canhões “Saint-Chamont”. (NOITE, 15 mai. 1921, p.1).

Sobre esse fato, McCann (2009) afirma que os soldados de artilharia consideravam o canhão Saint-Chamont “decididamente” inferior aos velhos canhões alemães Krupp. O descontentamento também se manifestava em relação aos tanques, considerados “absolutamente imprestáveis” em comparação aos tanques ingleses. Na infantaria a reclamação ficava por conta das armas automáticas francesas, vistas como inferiores diante dos fuzis alemães Mauser.

Por fim, o jornal finaliza a reportagem questionando o general sobre a compra de outros equipamentos bélicos (tanques, máscara contra gases, metralhadoras, etc.) atribuída a ele:

Quanto aos tanques é verdade que mandei adquirir alguns, não no número em que vieram. Na França, havia uma comissão para adquirir e examinar o material. Ela é responsável pelo seu estado. Quanto a metralhadoras, mandei também adquirir, as necessárias para armar as nossas companhias, mas das que melhor se provaram durante a guerra. Quanto, afinal, a máscaras e outras compras, que dizem terem sido feitas, não só não foram por mim autorizadas, menos ainda adquiridas! (NOITE, 15 mai. 1921, p.1).

A passagem deixa claro que existiam dificuldades em definir os responsáveis pelas ordens de compra de material bélico.

A informação mais importante da reportagem, no entanto, está em seu primeiro parágrafo, uma análise sobre o clima no alto escalão do exército após a chegada dos franceses:

A alta administração do Exército transcorre, desde alguns meses, num ambiente opressivo de perturbação e inquietude, entre demissões inesperadas e substituições imprevistas das grandes autoridades militares, enquanto soam as queixas, vozeiam as críticas e sussurram as acusações. (NOITE, 15 mai. 1921, p.1).

A despeito do tom levemente sensacionalista da reportagem, as polêmicas sobre as compras de material bélico francês foram recorrentes durante a década de 1920. McCann afirma que com os franceses também chegaram novos armamentos, muitos deles excedentes de guerra, isso instaurou entre alguns oficiais a “incômoda suspeita de que o Exército brasileiro estava sendo ludibriado.” (MCCANN, 2009, p.281). Diversos casos com denúncias e suspeitas de corrupção, envolvendo a Missão Francesa e o Ministro Calógeras, foram veiculados na

imprensa da época. Para McCann, “estudos não conseguiram comprovar tais acusações contra o ministro, mas os indícios de atividades escusas de membros da missão parecem fortes.” (MCCANN, 2009, p.282). O Jornal *A Pátria* também criticava a compra de material bélico francês, além de apresentar denúncia contra a Argentina por descumprimento do Pacto da Sociedade das Nações<sup>8</sup>:

Contrariando mais uma vez a vontade dos aliados e desprezando a rigidez do Tratado de Versalhes, os nossos vizinhos realizaram grandes compras de equipamento alemão para o seu exército. (...) Enquanto Calógeras adquire canhões de modelo condenado e metralhadoras gastas pela guerra, a Argentina vai à Alemanha abastecer-se do melhor equipamento e adquirir o mais moderno armamento Krupp. (PÁTRIA, 30 abr. 1921, p.1).

O jornal *A Gazeta de notícias* apresentou uma cobertura intensa e ampla sobre os conflitos entre o general Gamelin e marechal Bento Ribeiro. A edição do dia 17 de fevereiro de 1921 inicia a cobertura com duas notícias, na primeira página, que versavam sobre um suposto pedido de demissão o chefe do Estado-Maior. Uma trazia o irônico título de “As vitórias do general Gamelin”, e tecia duras críticas a MMF. A primeira crítica era em relação aos “ordenados excessivos” recebidos pelos oficiais:

Sem contar as hospedagens, a regalia de importar mercadorias livre de direitos alfandegários, os automóveis a disposição, o Sr; General Gamelin recebe ordenados quatro vezes superiores do que recebia o Marechal Foch, quando era Generalíssimo dos exércitos aliados em campanha contra a Alemanha! Quatro vezes mais para nos ensinar a arte da guerra, para nos impingir uma dúzia de *tanks* velhos e enferrujados, reservados a fazer piruetas nos brejos de Santa Cruz e a escalarem, no caso de guerra, as montanhas da Tijuca. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 fev. 1921, p.1).

O jornal ainda acusava o general Gamelin de atacar a liberdade de expressão de periódicos que haviam criticado “em termos delicados” algumas ações da MMF. O ataque veio por meio de nota oficial do Ministério da Guerra que “aconselhava a imprensa a mudar de linguagem, porque não se responsabilizava pelas naturais reações dos briosos franceses comissionados.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 fev. 1921, p.1). O jornal afirma, ainda, que Gamelin se encontrava em posição de força diante do governo, que estava “de cócoras diante da missão. Uma voz forte de clarim, e o governo correria obediente e prestimoso a cumprir o

---

<sup>8</sup> O pacto institui a chamada “Sociedade das Nações” e representa a primeira parte do Tratado de Versalhes, tratado de Paz que selou o fim da Primeira Guerra Mundial e foi assinado, entre os países aliados e a Alemanha, em 28 de junho de 1919. No Brasil foi ratificado em 10 de dezembro de 1919 e promulgado pelo Decreto nº 13.990, de 12 de janeiro de 1920. A Argentina não foi membro fundador da Sociedade, mas integrou o grupo dos países que aderiram ao Pacto, que entre outras coisas restringia a produção de armas por parte da Alemanha. Aos países signatários do pacto o item b, do artigo 23, da primeira parte determinava a “fiscalização geral do comércio de armas e munições com o país em que a fiscalização desse comércio é indispensável ao interesse comum” [tradução livre]. O Tratado foi publicado na íntegra no Diário Oficial na União, em inglês e francês, e está disponível para consulta em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/anexo/And13990-1920.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/anexo/And13990-1920.pdf) Acesso 22. jul. 2016.

que mandava o general Gamelin.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 fev. 1921, p.1).

A coluna relatava que a situação pessoal de atrito se intensificou quando o Chefe do Estado-Maior, em relatório enviado ao Ministro da Guerra, sugeriu algumas modificações no funcionamento da missão. Em seguida o jornal inicia uma série de ataques diretos ao chefe da MMF:

O sr. Gamelin não veio ensinar uma tropa composta de bisonhos, de ignorantes, de analfabetos. O Brasil não é positivamente a Conchinchina ou o Congo (...) nossa tropa não era um amontoado heterogêneo de africanos estúpidos que só conheciam as armas primitivas, que não possuíam nenhuma noção de tática e estratégias modernas. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 fev. 1921, p.1).

Segundo o jornal o relatório foi mal recebido por um Gamelin que se considerava “um sábio infalível e indiscutível; a sua vaidade sentiu-se melindrada com essa crítica e daí resultou o ofício, em cujas entrelinhas se percebia um ultimatum, dirigido ao Ministro da Guerra.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 fev. 1921, p.1).

Na mesma página o jornal trazia outra coluna com um título mais ofensivo “Os frutos da Missão Francesa – O general Gamelin contra o Estado Maior do Exército”. O artigo confirmava a informação do pedido de demissão do marechal Bento Ribeiro, feito dia treze e reiterado dia quinze do mesmo mês. A causa era, segundo o artigo, evidente, a “ação absorvente e anarquizadora dos oficiais estrangeiros no seio do nosso Exército, para achar a cabal explicação no desgosto no marechal Bento Ribeiro.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 17 fev. 1921, p.1).

O jornal continuou repercutindo o caso na edição do dia 20 de fevereiro, com um artigo, sarcasticamente, intitulado “Missão e Sub-missão...”, que asseverava: “O incidente criado entre o chefe do Estado-Maior do Exército e Sr. General Gamelin ainda continua em plena ordem do dia.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20 fev. 1921, p.2). Por fim, o artigo vaticinava a incompatibilidade da missão e do Exército, ao afirmar que:

A missão, longe de fazer sistema com o exército, tornou-se logo um corpo de difícil acomodação, alheado por completo às necessidades dos nossos serviços e ao temperamento de nossas gentes. (...) a missão vai se tornando uma ectoplasma escaldante, cuja linhaça, queimando o peito do exército, há de necessariamente fazê-lo gritar... (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20 fev. 1921, p.2).

A linguagem figurada e hiperbólica deixava evidente a posição do jornal em relação a MMF, mas, principalmente em relação ao seu chefe, general Gamelin, que para ele, desde o início de sua atuação, havia dividido “o Exército em duas correntes de opinião, e deixou no Estado-Maior um ambiente de prevenção tão grande, que a menor fâisca pode ocasionar um

incêndio.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 20 fev. 1921, p.2).

Em abril de 1921, o General Bento Ribeiro, demitia-se da chefia do Estado-Maior do Exército. A exoneração de Bento Ribeiro causou abalos no Alto Comando do Exército e, de acordo com McCann (1983), quase provocou um motim, quando mais de cem oficiais organizaram uma manifestação de desgravo, mesmo sob a ameaça de punição disciplinar. Ainda segundo o autor a chegada da Missão gerou ondas de inquietação no corpo de oficiais, especialmente em um “momento da história do Brasil em que o objetivo da produção independente, de armas e munições, parecia ter se tornado política nacional.”(MCCANN, 1982. p. 85). Como vimos, a maioria dos atritos se estabelecia no campo da compra de material bélico. João Quartim de Moraes assevera que logo após a saída de Ribeiro, “o governo brasileiro decidia comprar aviões franceses.” (MORAES, 2005, p.189).

Em um relatório<sup>9</sup> da Marinha dos Estados Unidos sobre a atuação da MMF no Brasil, o Capitão H. Woodward, citado por McCann (2009), firmava que os oficiais franceses exerciam grande controle sobre as comprar de equipamentos bélicos para o exercito brasileiro, “desde boinas de feltro e selas até cozinhas de campanha e armas.” (MCCANN, 2009, p.281). O relatório apresenta acusação de que alguns oficiais da missão cobravam “uma taxa pessoal de 20%a 40% sobre o preço de compra (...) O Exército brasileiro pagava essa quantia extra [...] sem conhecimento oficial.” (MCCANN, 2009, p.281). No entanto, afirma que os empresários da cidade e os chefes da MMF tinham conhecimento desta cobrança recebida por parte dos oficiais, mas não sabia precisar se os altos oficiais da MMF recebiam uma parte das “propinas”. As acusações feitas no supracitado relatório eram graves, e se somavam a diversas especulações que circulavam na mídia carioca.

É difícil afirmar que existia uma elaborada rede de propinas entre membros da MMF e empresas privadas do Rio de Janeiro e da França, no entanto, sua existência é plausível. A preocupação dos oficiais franceses com questões relativas ao comercio de material bélico ficou evidente desde a elaboração do primeiro contrato com a MMF. O próprio general Gamelin confirmava isso em carta enviada ao Ministro da Guerra da França, no dia 17 de novembro de 1922. Na missiva, ele relatava que o Ministro Pandiá Calógeras, antes de deixar seu cargo, havia realizado expressivas compras de equipamento de guerra (baterias de montanha e material de ligação e aviação), totalizando cerca de seis milhões de francos. Sobre isso teceu a seguinte consideração: “nós tiramos da situação todo partido possível.”

---

<sup>9</sup> Capitão H. Woodward. Marinha dos Estados Unidos (U.S. Navy – U.S.N.) Escritório de Inteligência Naval (Office of Naval Intelligence), Rio de Janeiro, 27. Jul. 1920, cópia anexa a Capitão R.H. Jordan. Exército dos Estados Unidos (United States Army, U.S.A.). Rio de Janeiro, 28 jul. 1920, “Activities of French mission of instruction”.

(BELLINTANI, 2009, p.227).

Esse trecho deixa clara a posição adotada por Gamelin, que, de acordo com Bellintani (2009), procurou tirar proveito de todas as maneiras durante sua estadia no Brasil, tanto para privilegiar sua posição, como a da MMF. No entanto, mesmo com essa constante preocupação, Gamelin fazia ressalvas em relação à atuação das indústrias francesas que forneciam material bélico para o exército brasileiro. Segundo o chefe da MMF, as empresas estavam se aproveitando da posição privilegiada, concedida pelo contrato com o governo brasileiro, para inflacionar os valores cobrados, exagerando nos preços dos equipamentos. Isso poderia gerar a suspensão das compras, o que comprometeria a posição diferenciada dada a indústria bélica francesa.

Esse tipo de relação entre os grupos foi mais intenso no início da década de 1920, por se tratar de um período de acomodação de forças. Como ressalva McCann: “Inserir um grupo estrangeiro, especialmente de consultores especialistas, é um problema delicado em qualquer organização, quanto mais em uma instituição militar complexa, hierarquicamente estruturada que valorizava a graduação.” (MCCAN, 2009, p.268). Bellintani oferece uma leitura mais atenuante ao afirmar que

na primeira década de funcionamento da MMF (1920-1930), a equipe de serviços contratados foi utilizada especialmente na instrução militar e como órgão de consulta, não exercendo influência direta na organização do Exército. Por dez anos, a missão restringiu-se, assim, à mera função de conselheira do Estado-Maior do Exército. (BELLINTANI, 2009, p. 541).

É evidente que a missão extrapolou a função de “mera conselheira”, desde o início de sua atuação. A disputa por posições dentro do Estado-Maior e da Escola de Estado-Maior coincidiu com a chegada da MMF, e, rapidamente, se estendeu para outras áreas distantes do “aconselhamento militar”, como, por exemplo, o terreno comercial. João Quartim de Moraes assevera que estes casos confirmam a “estreita vinculação entre diplomacia, militarismo e luta por mercados característica da fase imperialista do capitalismo.”(MORAES, 2005, p.189).

No entanto, não foram apenas conflitos que marcaram os primeiros anos de ação da MMF no Brasil. Os conhecimentos e a experiência dos oficiais franceses eram notórios e, de maneira geral, superiores aos dos oficiais brasileiros. A estrutura das escolas de formação e aperfeiçoamento do oficialato na França estava entre as melhores da Europa. O jornal *A noite* trazia uma notícia que exemplificava isso. Tratava-se da visita na EEM, do Almirante Frontin, chefe do estado-maior da Armada que assistiu à partida de jogo de guerra, dos oficiais do curso de estado-maior, dirigida pelo chefe da MMF, General Gamelin. O periódico descrevia que:

terminada a partida, o Sr. General Gamelin fez uma crítica das soluções dadas pelos oficiais, ilustrando-a com apreciações, ensinamentos e conselhos, relativos aos momentos mais críticos, observados no desenvolvimento dos vários temas. (NOITE, 22 jun.1921, p.3)

Ao final o Almirante Frontin felicitou o General Gamelin pela “maneira brilhante e proficiente com que dirigiu os trabalhos, secundado pelos seus auxiliares da missão.” (NOITE, 22 jun.1921, p.3).

O Relatório dos Trabalhos do EME de 1922<sup>10</sup>, o primeiro assinado pelo General o Tasso Fragoso, também tecia diversas considerações sobre a atuação da MMF. Em primeiro lugar descreve como era o EME antes da chegada dos franceses:

Já não encontrei aquele amontoado de oficiais sem orientação superior, entregues a si mesmos, quase completamente estranhos aos problemas táticos e estratégicos, e cuja atividade se consumia esterilmente em assuntos burocráticos desprovidos da influencia real na preparação eficiente da tropa. (ESTEVEES, 1996, p. 100).

Em seguida, o chefe do EME elogiava o novo regulamento, elaborado em conjunto com os oficiais franceses:

O atual regulamento traça com clareza e precisão, em suas linhas fundamentais, os deveres do Chefe e de seus diversos colaboradores. Todos os problemas estão previstos e seu estudo entregue a seções adequadas. Sente-se que ele reflete o progresso incontestável que o Exército Brasileiro está fazendo sob a impulsão fecunda e sobremodo oportuna da Missão Militar Francesa. Só por injustificável teimosia ou mal fundado espírito de nacionalismo se poderia hoje contestar a veracidade deste conceito. (ESTEVEES, 1996, p. 100).

O trecho deixa evidente a satisfação do general Fragoso com a atuação da MMF, em seus três primeiros anos. Empolgado, Fragoso continuava a exortação: “A influência da Missão tem sido, portanto, intensa e fecunda, e será cada vez mais útil se ampararmos com a nossa sincera coadjuvação e a orientarmos inteligentemente no sentido dos nossos verdadeiros interesses.” (ESTEVEES, 1996, p. 101). Vale destacar a defesa de uma posição de coadjuvante dos oficiais brasileiro, diante dos franceses, como fator importante para o desenvolvimento do exército.

O relatório também tecia considerações acerca da Escola de Estado-Maior, que juntamente com a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, estavam se transformando em “viveiros, donde saem, em curto prazo, oficiais com preparação mais racional para as funções complexas da guerra moderna. O mesmo pode se dizer da Escola de Veterinária e de Intendência.” (ESTEVEES, 1996, p. 101). O chefe do EME, no entanto, lamentava “a notável perturbação” sofrida nos trabalhos da MMF, especialmente nos ensino ministrado nas escolas,

---

<sup>10</sup> O relatório deveria ser enviado anualmente em fevereiro, mas como sua posse ocorre apenas em 22 de novembro de 1922, tal prazo não fora cumprido.

“em consequência dos deploráveis acontecimentos políticos ocorridos no começo de julho.”(ESTEVES, 1996, p. 101).

Tratava-se, evidentemente, da revolta tenentista de cinco de julho de 1922, que consistiu basicamente em um levante de oficiais inferiores, em sua maioria tenentes, que sentiram a honra do exército profundamente atingida por uma série de ações de grupos políticos ligados ao presidente Epitácio Pessoa. O levante “perturbou” a atuação da MMF nas escolas militares, principalmente devido à adesão quase total dos alunos e de boa parte dos instrutores da Escola Militar do Realengo ao movimento<sup>11</sup>. Entre os motivos da adesão dos alunos, além da solidariedade ao movimento dos tenentes, podemos citar o início da atuação de instrutores franceses na escola, a partir de 1921, fato que gerou descontentamento entre alunos e oficiais brasileiros que até então atuavam como instrutores, sendo alguns deles discípulos dos jovens turcos. No entanto, não foi apenas na EMR que a revolta tenentista gerou impacto. Ainda de acordo com o relatório do Chefe do Estado-Maior:

Na de Aperfeiçoamento de Oficiais não foi possível realizar todo o programa das Escolas de fogo, cuja prática é essencial aos oficiais de artilharia. Também não houve cooperação regular da tropa da Vila nos exercícios táticos de infantaria e cavalaria (apesar da boa vontade das autoridades), em vista do estado anormal em que aquela tropa ficava com as prontidões sucessivas. (ESTEVES, 1996, p. 101).

As causas da revolta remontam ao acirramento dos ânimos entre o Exército e o governo do Presidente Epitácio Pessoa, desde a nomeação de políticos civis, ainda em 1921, para a as pastas da Guerra (Pandiá Calógeras) e da Marinha (Raul Soares). A disputa eleitoral de 1922 também intensificou a tensão, pois o Marechal Hermes da Fonseca, então presidente do Clube Militar<sup>12</sup>, apoiava a chapa de oposição ao candidato governista (Artur Bernardes), a chamada Reação Republicanam formada por formada por Nilo Peçanha e J. J. Seabra. Nesse contexto de campanha eleitoral ocorre o conhecido episódio das “Cartas falsas”, publicadas no início de outubro de 1921 no jornal *Correio da Manhã*, traziam ofensas graves aos militares partidários da Reação Republicana e eram supostamente assinadas pelo candidato da situação.

---

<sup>11</sup> Para uma análise da participação da EMR no levante tenentista de 1922 conferir, MARCUSSO, 2012, pp.154-170.

<sup>12</sup> A definição do DHBB descreve o Clube Militar como uma “Associação civil, com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, fundada em 26 de junho de 1887. Tem como principais objetivos “estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais das forças armadas”, “defender os interesses dos sócios e pugnar por medidas acauteladoras dos seus direitos” e “incentivar as manifestações cívicas e patrióticas e interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e militar”. O Clube Militar é a única entidade militar que abriga indiscriminadamente oficiais do Exército, Marinha e Aeronáutica. Podem ser admitidos como sócios efetivos os oficiais da ativa, da reserva de primeira classe e reformados das forças armadas, bem como os aspirantes a oficial do Exército e da Aeronáutica e os guardas-marinhas. A instituição conta com uma publicação mensal — a Revista do Clube Militar —, seu órgão oficial desde 1926.” (MONTALVÃO;LAMARÃO, 2010). A atuação política da instituição é longa e pode ser notada até os dias atuais.

Mesmo após a comprovação da falsificação das cartas, o clima entre militares e políticos civis não era amistoso. O auge da animosidade ocorreu no dia 3 de julho de 1922, quando o presidente Epitácio Pessoa mandava fechar o Clube Militar e prender seu presidente após sua interferência na atuação do exército em uma disputa política entre oligarquias regionais em Pernambuco.<sup>13</sup>

Diante desse fato os militares lotados no Forte de Copacabana se levantaram contra o governo federal na madrugada do dia 5 de julho de 1922, mirando os canhões do forte para a cidade. A constatação da iminência da derrota levou cerca de dezoito rebeldes a marchar pela Avenida Atlântida, sob intenso fogo legalista, em um ato que marcou a história do exército, povoou a imaginação da jovem oficialidade e inaugurou o ciclo das revoluções tenentistas, que culminariam na participação chave na Revolução de 30.

No dia 5 de julho de 1924, após meses de conspiração, eclodia uma revolta de grande envergadura, que mobilizou considerável contingente de revoltosos, muitos deles presentes em 1922, na cidade de São Paulo. A batalha contra as tropas legalistas durou cerca de dez dias. Os revoltosos chegaram a expulsar as tropas legalistas no dia 11 de julho, mas poucos dias depois elas voltaram reforçadas e obrigaram os revoltosos a realizar uma retirada estratégica. De acordo com João Quartim de Moraes (2005), após se retirarem para o sul do país, os revoltosos se encontraram com outras guarnições rebeladas para formar a famosa Coluna Miguel Costa-Prestes e iniciar a terceira fase do movimento: uma guerra de movimento através do interior do país, por quase dois anos, acompanhada com certa simpatia por setores das classes urbanas das capitais. A produção historiográfica sobre a Primeira República é quase unânime em constatar que o chamado movimento tenentista abalou as estruturas políticas vigentes até então, contribuindo para o fim do arranjo político instituído pelas velhas oligarquias rurais regionais em 1889<sup>14</sup>.

Os primeiros anos da MMF no Brasil, como vimos, foram marcados por intensas ações de reorganização geral do Exército, concentrando seus esforços no Estado-Maior do

---

<sup>13</sup> Para uma descrição mais detalhada dos acontecimentos do dia 5 de julho de 1922. conferir, SILVA, 1964. Para uma descrição mais sucinta, em caráter jornalístico, baseada em memórias e notícias de jornais da época, conferir DORIA, 2016, 17-147. Para uma descrição factual somada a consistente análise teórica das revoltas tenentistas da década de 1920, conferir MORAES, 2005, pp. 197-238. Para uma análise sociológica do movimento, conferir SANTOS, 2004b. pp-21-30.

<sup>14</sup> O ano de 1922 foi emblemático das transformações postas em curso no início dos anos 20 e cujo maior expoente foi a Revolução de 30 e início do processo de transição para uma sociedade urbano-industrial. Nesse ano temos, por exemplo, a realização da Semana da Arte moderna que mobilizou a vanguarda artística da elite paulistana em um evento que apontava novos caminhos para a manifestação cultural, transcendendo os modelos europeus, em nome de uma arte essencialmente nacional. O ano também ficou marcado pela fundação do Partido Comunista Brasileiro, primeira manifestação de real tentativa de organização do movimento operário, que apesar das significativas greves de 1917 em São Paulo e no Rio de Janeiro, não tinha nenhum tipo de estrutura organizacional.



Exército. A atuação do general Maurice Gamelin, dividiu opiniões nas fileiras do Exército, e foi marcada por polêmicas, atritos e elogios. Ao fim de 1924, terminam seus serviços como chefe da MMF e o jornal *A noite*, do dia primeiro dezembro, noticiava sua visita ao Senado Federal e ao Presidente Arthur Bernardes para se despedir. O mesmo jornal, na edição do dia 6 de dezembro publicava uma nota sobre a partida do General Gamelin para a França, já referido com ex-chefe da MMF, na qual não economizava elogios ao militar francês, considerado uma “figura de grande simpatia no seio da nossa sociedade culta e mundana, pelas atrações naturais de espírito e educação aliadas a mais alta fidalga linha militar.” (NOITE, 6 dez. 1924, p.1).

A passagem do primeiro chefe da MMF pelo país marcou não somente a memória dos oficiais brasileiros, mas de parte da classe política e de outros setores civis. Isso pode ser constatado pela homenagem que Gamelin recebeu em um complemento ilustrado do jornal *A Noite* em 1941, que o descrevia como “o maior General de uma grande linhagem de generais” (NOITE ILUSTRADA, 26 dez. 1939, p.12)<sup>15</sup>.

A despedida oficial contou com uma homenagem no Clube Militar, oferecida pelo Ministro da Guerra. Procurado pelo jornal para conceder uma última declaração, Gamelin disse, em uma duvidosa manifestação de modéstia, que “nada nos podia transmitir de curioso, porque, como sempre, nada tinha a dizer que fosse digno de público registro.” (NOITE, 6 dez. 1924, p.1). Segundo a reportagem o Gamelin limitou-se a repetir o que em mais de uma ocasião afirmara: “o agrado que sempre encontrou no amável convívio brasileiro. Podíamos assim assegurar que S. Ex. leva muitas saudades do Rio e uma esplendida impressão de tudo.” (NOITE, 6 dez. 1924, p.1). Em correspondência enviada ao Ministro da Guerra, Gamelin apresentava um breve balanço de sua atuação como chefe da MMF: “(...) nos cinco primeiros anos de minha estada no Brasil, a Missão Militar Francesa obteve o máximo que se poderia esperar, devido às circunstâncias, o meio e a mentalidade.” (BELLINTANI, 2009, p. 282).

As palavras de Gamelin deixam transparecer uma crítica velada ao estado de coisas, que encontrou no início de seu trabalho junto ao exército brasileiro. O destaque fica por conta de elencar a “mentalidade”, provavelmente dos oficiais superiores, como possível empecilho para a execução de seu trabalho. Tal mentalidade, possivelmente, seria a influência do pensamento militar germânico, pois Gamelin tinha o costume de identificar, nas correspondências e relatórios oficiais, os oficiais que considerava “germanófilos” e, conseqüentemente, um possível problema para a MMF e para ele. Quartim de Moraes aponta

---

<sup>15</sup> A reportagem trazia diversas fotos, desde a infância de Gamelin e pode ser conferida no anexo 12.

que os últimos relatórios de Gamelin também demonstravam preocupação com a “‘atmosfera de pronunciamento’ que impregnava o país desde o levante do Forte do Copacabana, e desfavorecia ‘um trabalho fecundo’”. (MORAES, 2005, p.190). Sobre o movimento de 1924, o chefe da MMF<sup>16</sup> relatava que as escolas que haviam ajudado a funda estavam em pleno funcionamento, mas a eclosão dos movimentos, especialmente em São Paulo, “comprometeram tudo”. A Escola de Estado-Maior também foi afetada. De acordo com o Relatório do Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, as atividades da EEM foram interrompidas por

...um mês e meio pelo movimento revolucionário de São Paulo, a instrução prosseguiu, desde fins de agosto até dezembro sem perturbação e com a maior intensidade de modo que foi assim possível cumprir integralmente o programa previsto, inclusive a manobra de quadros, que não pôde ser realizada no terreno, mas que se efetuou sobre a carta<sup>17</sup> na escola. (CARVALHO, 1925, p.24).

Cabe aqui retomar uma importante constatação de Edgar Carone sobre as revoltas tenentistas e a atuação da MMF. Para o autor a presença maciça e generalizada dos oficiais franceses nas escolas militares significava a superação completa da mentalidade positivista representada pela Escola Militar da Praia Vermelha: Paradoxalmente, a geração que aprendeu a se manter dentro dos “seus limites constitucionais e profissionais é a mesma que representa a camada revolucionária tenentista.” (CARONE, 1972, p.352). Para Moraes (2005) era difícil executar as reformas pretendidas pela MMF e pela alta oficialidade, quando “os jovens oficiais mais enérgicos e combativos erguiam-se, de armas na mão, para reformar a nação.” (MORAES, 2005, p.190).

O sucessor de Gamelin na chefia da MMF foi o general Frédéric Coffec, que exerceu a função entre 1925 e 1927<sup>18</sup>, e demonstrou menor propensão a uma atuação política, como fora a de seu antecessor. Outra característica de sua fase foi a diminuição da presença dos oficiais franceses nas instituições militares de ensino, com o novo contrato da MMF, assinado em 1927<sup>19</sup>. No entanto, a chefia de Coffec também ficou marcada pelos constantes conflitos com o chefe do EME, Tasso Fragoso, especialmente no tocante ao papel consultivo e auxiliar da MMF. Segundo o Relatório dos Trabalhos do Estado-Maior do Exército de 1925, oficiais superiores franceses estavam extrapolando o supracitado papel, ao se envolver na elaboração dos planos de guerra e de operações do Exército Brasileiro. O imbróglgio teve início na Escola

---

<sup>16</sup> Em relatório datado de 16 de outubro de 1924 e citado por MORAES, 2005.

<sup>17</sup> Expressão militar para designar mapas.

<sup>18</sup> O anexo 13 apresenta a relação de todos os chefes da MMF ao longo de sua permanência no Brasil, entre 1920 e 1940.

<sup>19</sup> Os contratos da MMF foram analisados no item 5.2.

de Estado-Maior, quando o general Quirin submeteu seu programa de conferências para a análise da chefia do EME, que, por sua vez, verificou:

que o general Quirin pretendia examinar a situação do Brasil com relação a certos países vizinhos, cogitar de modo provável por que eles nos poderiam agredir e imaginar a atitude que deveríamos assumir em face dessa agressão. Era em resumo o estudo e com certeza a apresentação de fundamentos de um plano geral de operações. (ESTEVEVES, 1996, p.117).

Diante dessa constatação, o general Fragozo levou o problema ao chefe da MMF, alertando-o, delicadamente, que essas questões não deveriam ser tratadas em público, pois depois de emitidas seriam tomadas como ideias do próprio Estado-Maior brasileiro, tendo em vista “o saber e do prestígio da Missão Militar Francesa.” (ESTEVEVES, 1996, p.117). Nesse sentido, Fragozo asseverava que as “questões atinentes a um plano de operações eram, segundo meu critério, e acreditava que segundo o critério dos países europeus, assunto para ser tratado nos Estados-Maiores, mas nunca em Escolas de Estado-Maior.” (ESTEVEVES, 1996, p.118).

No entanto, o general Coffec não concordou com a análise do chefe do EME, o que o obrigou a “dizer-lhe, franca e lealmente, que o Brasil havia contratado a Missão Francesa para nos aperfeiçoar na técnica da profissão e transmitir-nos a experiência colhida na última guerra, mas não para elaborar os planos de defesa do Brasil.” (ESTEVEVES, 1996, p.118). Aliás, a elaboração desses planos pelo EME brasileiro seria um exemplo de aplicação dos ensinamentos franceses, na qual a consulta aos membros da MMF não estava descartada. Mesmo diante dos novos elementos o general Coffec demonstrou resistência, fazendo com que o general Fragozo declara-se categoricamente que o assunto já estava decidido pelo Ministro da Guerra. Diante disso, “o general Coffec submeteu-se” e “os assuntos que eu havia impugnado não foram tratados pelo general Quirin nas conferências a que aludi.” (ESTEVEVES, 1996, p.118).

O atrito descrito acima parece banal, mas o fato de constar em um relatório oficial demonstra que a dimensão do conflito e o nível de tensão, entre o alto comando do exército e a MMF, eram consideráveis. No entanto, no relatório o general Fragozo também reforçava a necessidade de estabelecer boas relações com os membros da MMF, especialmente os chefes. Afinal, ao contrário do que se passava nas querelas entre os generais Bento Ribeiro e Gamelin, o chefe do EME era um confesso admirador do pensamento militar francês. O Ministro da Guerra, Setembrino de Carvalho, por exemplo, demonstrava grande satisfação com os serviços prestados pela MMF,

cuja competência e honestidade estão acima de qualquer discussão, prestou

ao Exército serviços de real valor. A feição evidentemente prática que imprimiu ao ensino na Escola de EM, fazendo com que os oficiais-alunos vivessem a vida dos exércitos em campanha, familiarizando-os com o trato das grandes unidades e com o funcionamento de todos os serviços, tem produzido magníficos efeitos, já constatados nas manobras anuais. (CARVALHO, 1926, p.5).

Outro exemplo de admiração em relação à MMF pode ser encontrado na entrevista dada pelo General Henrique Teixeira Lott, que foi oficial-aluno na EEM de 1925-27. Para ele, a missão trouxe grandes transformações para o exército, especialmente nas escolas<sup>20</sup> em que atuaram como professores e instrutores. Lott afirmava que:

Uma plêiade de oficiais de primeiro plano veio para o Brasil e, em contato com os chefes das nossas organizações militares, propôs modificações visando à melhoria do Exército no seu conjunto, em termos de constituição, funcionamento, aparelhamento material, instrução. Todos os aspectos da vida do Exército foram influenciados pela (LOTT, 2002, p. 36).

Dessa forma, Lott acreditava que o Exército brasileiro, a sua modificação de constituição, de organização, e de funcionamento devia bastante à Missão Militar Francesa.

Após o curso de estado-maior, Lott realizou estágio na Escola Superior de Guerra, pois o regulamento vigente a época da sua formatura, o de 1920<sup>21</sup>, previa o envio dos melhores alunos da EEM para realizar estágio de um ano na França:

Eu fui o primeiro aluno na Escola Militar, na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e na Escola de Estado Maior e, pelo regulamento, os oficiais primeiro classificados tinham direito a fazer um curso de aperfeiçoamento no estrangeiro. Como não me mandaram para a escola quando eu estava na Dinamarca, fiz requerimento pedindo. Castelo Branco, que havia tirado o curso na Escola de Estado Maior no ano seguinte a mim, já estava lá matriculado, assim como o Penha Brasil, que foi o primeiro dessa turma. Eles deferiram o requerimento, e eu fui mandado matricular na Escola Superior de Guerra de Paris. Foi isso. Nós devemos muito à França pela formação profissional de nosso Exército. (LOTT, 2002, p. 55).

No entanto, referido estágio foi realizado entre 1937 e 1939, mais de dez anos depois da conclusão do curso de Estado-Maior, e na vigência de um Regulamento de 1934-35, que não previa a realização desse tipo de estágio. Mesmo nas disposições do regulamento de 1920, a realização do estágio não seria possível, pois o primeiro inciso do artigo que o previa,

---

<sup>20</sup> “Ela atuou em todas as escolas: havia professores na Escola de Estado-Maior, instrutores na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e alguns auxiliares na tropa, mas principalmente nas duas primeiras. A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais instruíu tenentes e capitães para que eles se preparassem melhor para o exercício de suas funções. E a Escola de Estado-Maior ensinava os futuros chefes e futuros oficiais de Estado-Maior.” (LOTT, 2002, p. 25).

<sup>21</sup> “Art. 29. Os dois primeiros alunos dos cursos de estado maior, categoria a), um numero proporcional de primeiros alunos da categoria; b) e um numero também proporcional de oficiais classificados nos primeiros lugares do curso de revisão, terão menção honrosa em Boletim do Exército, e direito ao estagio de um ano no estrangeiro, afim de si especializarem no assumpto da profissão á escolha do oficial, com aprovação do Estado-Maior.” (BRASIL, 1920).

determinava que “Esse direito só será concedido dois anos depois do aluno ter sido excluído da Escola e por proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército.” (BRASIL, 1920).

Assim, o envio de Lott para a França só pode ser explicado por suas boas relações no Alto Comando do Exército, configurando um evidente caso de favorecimento pessoal. De acordo com Araújo (2008), entre 1930 e 1934 foram enviados cinco grupos de oficiais formados na EEM para realizar estágio nas escolas militares francesas, em especial a Escola Superior de Guerra, sendo que último grupo enviado antes da Segunda Guerra Mundial foi o de Teixeira Lott<sup>22</sup>.

Em seu último ano a frente da MMF no Brasil, o general Coffec, diferente do que havia feito Gamelin, não elabora um balanço de suas ações. Essa tarefa ficaria a cargo de seu sucessor, general Spire, que chefiou a missão de 1928 a 1930. Em correspondência para o Ministro da Guerra Francês, datada 19 de junho de 1928, ficava evidente a mudança na atuação da MMF, ao afirmar que “a missão é somente de instrução (...) no domínio da organização não exercemos nenhuma atividade oficial e nossa interferência não se manifestou que por sugestões e conselhos amigais.” (BELLINTANI, 2009, p.337). Essa descrição difere sobremaneira da atuação da MMF sob a chefia de Coffec, e, principalmente, de Gamelin. Tratava-se, portanto de uma nova fase da Missão, como veremos mais detidamente adiante.

#### **4.2 O método cartesiano e o ensino militar francês**

A chegada da Missão Militar Francesa causou grande impacto no Exército Brasileiro, especialmente nas instituições militares de ensino. Algumas das primeiras ações dos franceses se concentraram na Escola de Estado-Maior, com a criação do regulamento de 1920 e a presença maciça de professores e instrutores franceses no seu quadro docente. Como visto, os conteúdos essencialmente militares eram responsabilidade exclusiva dos oficiais da missão, assim como a Direção de Estudos da EEM. O domínio também se manifestou na definição da metodologia de ensino, pois a Escola de Estado-Maior, e posteriormente as demais escolas, passaram a adotar os princípios do pensamento cartesiano como método de ensino.

O método de ensino francês se baseava no pensamento do filósofo René Descartes (1596-1650), especialmente no princípio de explicação racional para a realidade, embasada por fundamentos metafísicos. Descartes propunha o constante e sistemático uso da razão para distinguir o verdadeiro e o falso e, conseqüentemente, produzir conhecimento. Na primeira

---

<sup>22</sup> O restante do grupo era formado por: “João Batista Magalhães, Fernando Sabóia Bandeira de Mello, Hugo Panasco Alvim, Nestor Penha Brasil e Humberto de Alencar Castello Branco.” (ARAÚJO, 2008, p. 250).

parte de sua obra *O discurso do método* o filósofo afirma que “o poder de bem julgar e de distinguir o verdadeiro do falso, que é propriamente o que se denomina bom senso ou razão, é por natureza igual em todos os homens.” (DESCARTES. 2001, p.5). Portanto, a diversidade de opiniões não discorreria de maior ou menor razão dos indivíduos, e sim do caminho percorrido por essa razão até chegar a sua opinião, “pois não basta ter o espírito bom, mas o principal é aplicá-lo bem.” (DESCARTES. 2001, p.5).

Na segunda parte, Descartes destaca quatro preceitos da lógica filosófica que deveriam ser rigorosamente observados no uso da razão para a dedução de um conhecimento verdadeiro sobre qualquer coisa. O primeiro era não aceitar algo como verdadeiro, sem conhecê-lo, ou seja, evitar a precipitação e só incluir em nosso juízo as coisas que se apresentassem “tão clara e distintamente a meu espírito, que eu não tivesse nenhuma ocasião de pô-lo em dúvida.” (DESCARTES. 2001, p.23). O segundo preconizava “dividir cada uma das dificuldades que examinasse em tantas parcelas quantas fosse possível e necessário para melhor resolvê-las.”(DESCARTES. 2001, p. 23). O terceiro determina que a ordem de condução dos pensamentos deve começar pelos “objetos mais simples e mais fáceis de conhecer, para subir pouco a pouco, como por degraus, até o conhecimento dos mais compostos; supondo certa ordem mesmo entre aqueles que não se precedem naturalmente uns aos outros.” (DESCARTES. 2001, p.23). Por fim, é necessário realizar em tudo “enumerações tão completas, e revisões tão gerais, que eu tivesse certeza de nada omitir.” (DESCARTES. 2001, p.23).

Assim, segundo Bellintani (2009), o pensamento cartesiano “é uma ciência dedutiva que valoriza o experimento, pois é através dele, nessa perspectiva filosófica, que se comprova a teoria.” (BELLINTANI, 2009, p. 304). O uso do cartesianismo para embasar ensino militar francês gerou um método de ensino que propunha, em primeiro lugar, a valorização da aplicação prática dos ensinamentos teóricos, o que seria concretizado nas manobras e exercícios militares. Nos estudos teóricos, o princípio norteador é o nível de complexidade dos conhecimentos, do mais simples para o mais complexo, sempre acompanhado pelo uso constante da razão. A partir dessa base se desenvolveram outros processos importantes para a formação militar nos moldes franceses, como o comando, a instrução e a execução.

Pelegrino Filho, afirma que o método de ensino aplicado pelos oficiais franceses nas instituições militares de ensino visava “a resolução dos problemas militares. Nele, os fatores da decisão: missão<sup>23</sup>, inimigo<sup>24</sup>, terreno e meios<sup>25</sup> foram os principais instrumentos dos alunos

---

<sup>23</sup> De acordo com o glossário das Forças Armadas: “Tarefa, dever ou ação que deve ser executada por um indivíduo, tripulação, fração de tropa ou tropa, mais o propósito que se tem em vista alcançar, unidos pela

para as soluções e justificativas dos temas táticos, sempre inéditos.” (PELEGRINO FILHO, 2005, p. 13). O autor afirma que a um das principais consequências da autuação da MMF na EEM foi a introdução dos chamados fatores da decisão militar (missão, inimigo, terreno, meios) como “elementos universais para o estudo de um problema táticos.” (PELEGRINO FILHO, 2005, p. 14). A aplicação constante do método, especialmente, na resolução dos problemas táticos reforçava seu uso e contribuía para a construção da doutrina militar. Nesse processo, o autor destaca o importante papel de novos mecanismos de estudo e avaliação, como os trabalhos em domicílio, o estudo em grupo e as avaliações sem graus numéricos<sup>26</sup>.

Vale fazer uma importante distinção entre as situações-problema nos exercícios táticos e a metodologia de ensino chamada de “resolução de problemas”, típica do ensino de ciências exatas, mas com recente aumento de interesse por parte outras áreas do conhecimento. Onuchi e Allevato, estudiosas dessa metodologia, ressaltam que o método usado na EEM era comum nas publicações matemáticas, do fim do século XIX e início do XX, e se caracterizava por um aspecto limitado em comparação ao atual, pois ensinar a resolver problemas significava “apresentar situações-problema e, talvez, incluir um exemplo com uma resolução realizada a partir da aplicação de alguma técnica específica.” (ONUICHIC; ALLEVATO, 2011, p.75).

No discurso de cerimônia de inauguração da EEM, em 1920, o general Gamelin descrevia o método de ensino que seria ensinado pelos membros das MMF nas escolas militares como “Método do caso concreto”<sup>27</sup>, pela qual seria ensinada a arte da guerra, especialmente pela constante resolução dos casos de guerra<sup>28</sup>. Gamelin afirmava que não seriam copiados modelos prontos para resolver essas questões táticas, e que a missão ensinaria a raciocinar progressivamente sobre elas. Malan (1988) destaca as palavras do General Mangin, que visitou diversos países latino-americanos em missão oficial, e escreveu

---

expressão “a fim de”. Seu enunciado deve indicar claramente a tarefa ou ação a ser executada e o fim a ser atingido.” (BRASIL, 2007, p.159)

<sup>24</sup> Segundo o glossário das Forças Armadas: “1. Designação genérica de pessoa ou tropa da força adversária e dos seus aliados. 2. Oponente fictício, com organização e características próprias constantes de manual específico, destinado exclusivamente aos trabalhos escolares, de forma a permitir a necessária coerência na montagem e na condução dos exercícios desenvolvidos em áreas operacionais do continente e a tornar mais objetivo o estudo dos problemas de inteligência.” (BRASIL, 2007, p.137)

<sup>25</sup> De acordo com o glossário das Forças Armadas: “Força e elementos materiais que integram o poder de combate.” (BRASIL, 2007, p.156)

<sup>26</sup> Essa característica fica mais evidente nos Regulamentos de 1929 e 1934, onde diversas atividades eram avaliadas com considerações gerais. No entanto, a maioria das provas, especialmente as finais, mantinham os graus numéricos de 0 a 10, com a utilização de coeficientes.

<sup>27</sup> O discurso foi analisado anteriormente no item 3.2.1, com a citação na íntegra do trecho que aborda o método de ensino.

<sup>28</sup> Trabalhos e manuais de tática que utilizavam esse método de resolução de casos de guerra foram reproduzidos nos anexos 9 e 10.

em relatório endereçado ao Ministro da Guerra da França, datado de 6 de novembro de 1921: “o método de ensino adotado por Gamelin na Escola de Estado-Maior, a adaptação ao território brasileiro dos casos vividos na guerra, neles destacando as causas de êxito ou de insucesso, buscando assim assentar uma tática nacional e adequada ao Brasil.” (MALAN, 1988, p.118).

O Diretor de Estudos da EEM, o Coronel Baudouin também descreveu o método cartesiano de ensino francês, na Conferência de abertura dos trabalhos letivos de 1930:

Em primeiro lugar, o ensino que vos será ministrado comportará princípios imutáveis, consagrados pelos estudos e a experiência e cujos fatores básicos são os quatro elementos – missão, terreno, informações sobre o inimigo e meios disponíveis. Tais são os *leitmotivs* que ouvireis todos os dias e dos quais não permitiremos que vos liberteis. Por outro lado, indicar-vos-emos os processos de execução, igualmente baseados na reflexão e na experiência, porém variáveis de acordo com as circunstâncias e o temperamento do Chefe. Daí resulta que em uma situação tática, a título de exemplo ou de correção, será preciso não ver aí uma solução única e, principalmente, não ver um esquema *passé partout*<sup>29</sup> a ser reproduzido em outra situação do mesmo gênero. (BAUDOÛIN, 1930, p.607).

A fala de Baudouin sintetiza os principais elementos descritos do método descritos até aqui, mas também evidencia um paradoxo em sua concepção. Ao elencar elementos universais de para os estudos de tática o método descrito, inevitavelmente, incorre em uma situação que Baudouin e Gamelin rechaçavam: a utilização de estruturas de interpretação pré-concebidas. Vale ressaltar que apesar de não se tratarem de soluções gerais, esse método de resolução de problemas táticos geraria “respostas semelhantes” para “situações semelhantes”, o que também contrariava a concepção apresentada pelos altos oficiais da MMF. Pelegrino Filho (2005) apresenta uma interessante comparação entre o método difundido pelos membros da MMF e o método usado na atual Escola de Comando e Estado-Maior, como demonstram as palavras do General Paulo Cesar de Castro<sup>30</sup>:

Assim, na proposta pedagógica da ECEME não cabem fórmulas, receitas ou soluções pré-fabricadas. Os conhecimentos incorporados por alunos e estagiários, a par dos instrumentos de estudo de situação, servir-lhes-ão como fundamento para a formulação de soluções originais para problemas inéditos, cada dia mais, desconhecidos. (PELEGRINO FILHO, 2005, p. 14).

Novamente, a preocupação em negar as fórmulas pré-elaboradas, e que prescindem de um raciocínio lógico é evidente em ambas as falas, embora na situação atual não fique clara a incongruência diagnosticada nas falas de Gamelin e Baudouin, o que não significa que a mesma não possa ocorrer.

---

<sup>29</sup> Um dos significados da expressão é chave mestra. Nesse caso, o uso da expressão é no sentido de padrão.

<sup>30</sup> A época exercia a função de chefe do Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEx).



Em sua autobiografia *Leitão de Carvalho*, aluno do curso de revisão em 1921 e a época capitão, descrevia sucintamente as atividades requisitadas pelos professores franceses, assim como o próprio método:

O estudo dos temas a resolver em domicílio, exigindo um exame prévio de suas variadas questões, aconselhava o trabalho em equipe, cujas vantagens eram evidentes, pois resultava dele um conhecimento completo dos vários aspectos das questões, habilitando, assim, a proceder à seleção das soluções mais acertadas. Foram-se formando, em consequência, os grupos de estudo, espécie de estados-maiores, que se entregavam ao trabalho coletivo. (CARVALHO, 1961, p. 40).

O trecho acima aponta para outro elemento importante do ensino militar francês: o trabalho em equipe. Essa dinâmica de trabalho era comum na EEM, principalmente nos exercícios de manobras sobre cartas, embora sempre acompanhada de uma grande quantidade de atividades individuais, especialmente nas destinadas à resolução em domicílio.

Em relação ao ensino aplicado na EEM, Nelson Werneck Sodré descreve detalhadamente, em suas memórias, os três anos de seu curso, entre 1944 e 1946. Embora não se refira diretamente ao recorte cronológico de nossa pesquisa, é possível afirmar que não houve grandes mudanças nesse período, por duas razões simples: a proximidade com o fim da atuação da MMF (1940) e a continuidade de traços do ensino nos moldes franceses, em parte existente até os dias atuais como vimos. A época, Sodré já era um intelectual consideravelmente conhecido, com diversas publicações sobre a História do Brasil. De acordo com suas memórias algumas, inclusive, usadas no concurso de admissão e nas aulas do próprio curso de estado-maior<sup>31</sup>, o que gerou irritação em alguns instrutores, que tentaram diminuí-lo, em seu primeiro ano, em uma atitude com “traços de anti-intelectualismo que se manifesta, por vezes, no meio militar.” (SODRÉ, 1986, p.290).

Em seus primeiros dias na EEM, ao caminhar pelo saguão de entrada, um oficial do terceiro ano do curso lhe saudava com a seguinte frase: “Quarenta temas nos separam!”. O oficial-aluno veterano se referia aos temas táticos que apresentavam as situações-problema a serem resolvidas nas atividades de casa ou em sala. Para Sodré, o curso consistia, basicamente, na resolução destes temas, o que o faz considerar que a Escola de Estado-Maior não se destinava a “ensinar a raciocinar”, mas a criar reflexos e a “ensinar a redigir ordens resultantes desses reflexos. (...) Assim, na Escola de Estado-Maior, resolvidos quarenta temas,

---

<sup>31</sup> A obra *Panorama do Segundo Império*, publicada na coleção “Brasíliana” da Companhia Editora Nacional, era frequentemente utilizada pelos candidatos à EEM. A obra *Oeste – Ensaio sobre a grande propriedade pastoril* incluído em 1941 na coleção “Documentos Brasileiros”, da Editora José Olímpio, serviu para a preparação dos exercícios de fim de curso de sua própria turma. Além dessas obras já se encontrava em sua segunda edição *História da Literatura Brasileira* (1938), e publicado *Formação da Sociedade Brasileira* (1945).

as soluções futuras serão respostas reflexas a situações gravadas. Raciocínio, nada, mas nada mesmo.” (SODRÉ, 1986, p.254).

Tomemos como exemplo o trabalho de conclusão de estágio de tática de armas<sup>32</sup>, do curso de estado-maior elaborado pelo oficial-aluno Artur Levy em 1937, quando ocupava posto de major. Trata-se da redação de uma ordem, de uma decisão de um comandante militar em um campo de batalha. As correções de trabalhos eram coletivas, portanto, o instrutor faziam considerações iniciais, apresentava uma possível solução para os problemas propostos e ao final expunha uma conclusão sobre o desempenho dos oficiais-alunos. A correção ficou a cargo do Capitão Aluizio de M. Mendes, provavelmente o instrutor da aula, e começava com a seguinte introdução:

De um modo geral as provas não são más. Denotam apenas falta de conhecimento dos regulamentos de Artilharia e pouca leitura das conferências fornecidas pelo Curso.

Com um pouco mais de meditação acerca das prescrições regulamentares e um estudo mais cuidadoso das notas de aula, as questões propostas seriam rapidamente resolvidas. A primeira questão não exigia mais do que 20 minutos, o calco<sup>33</sup> apenas 5 a terceira questão, no máximo, 15 minutos.

Lendo atentamente as provas, verificamos que raro foi o oficial que tomou, de fato, uma DECISÃO MILITAR consoante os dados concretos do problema proposto e que atendesse realmente as necessidades do momento. Demonstrou a primeira questão a fraqueza do poder analítico dos Srs. oficiais alunos.

Quanto ao CALCO, a maior parte dos Srs. oficiais apresentou calcos mal confeccionados, deficientes, pouco claros e ... até mesmo, encontramos alguns, de aspectos lamentáveis. (LEVY, 1937, p.5).

As considerações evidenciam que as exigências do trabalho eram razoavelmente simples, e dependiam de um conhecimento básico sobre regulamentos, conferências e a habilidade manual de elaborar o calco.

A conclusão da correção não foi nem um pouco lisonjeira, como se costumava falar. O capitão criticou o desempenho dos oficiais-alunos, como podemos observar no trecho abaixo:

Convém salientar:

1º que o trabalho requeria o esforço de uma DECISÃO DO CAMPO DE BATALHA, decisão que fosse ao mesmo tempo simples, simpática e exequível;

2º que nele fossem aplicados os conhecimentos contidos nos regulamentos de emprego das armas e nas conferências fornecidas pelo Curso.

As provas, APESAR DE JULGADAS COM EXCESSIVA BENEVOLÊNCIA, ainda deixaram muito a desejar, não só pelo

---

<sup>32</sup> Os fac-símiles das páginas 1, 5 e 10 podem ser consultados no anexo 15.

<sup>33</sup> Reprodução de um desenho por meio da pena ou lápis, que cobre num papel transparente os traços que lhe estão sobpostos. "calço", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2013, <https://www.priberam.pt/dlpo/cal%C3%A7o> [consultado em 21-05-2017].

desconhecimento dos regulamentos e notas do Curso, como também pela falta de EDUCAÇÃO DA VONTADE que quase todos denotaram, em tomar francamente um partido... Nota-se que em quase todas as provas, lamentável INDECISÃO. Essa última atitude, principalmente na guerra, é pior do que uma péssima decisão, tomada com a firme resolução de executá-la até o fim. (LEVY, 1937, p.10).

As duras palavras da conclusão ressaltam as habilidades requisitadas no trabalho: a memorização de algumas determinações regulamentares e dos conteúdos ministrados nas conferências, duas fontes eminentemente teóricas, verbalistas e mnemônicas. Também é digna de destaque a indecisão dos oficiais-alunos na redação dos comandos, característica não aconselhável para um chefe militar, pois, segundo a correção, é melhor errar com decisão e firmeza do que titubear.

Ao abordar o método de ensino francês, adotado na época de seu curso, Sodré (1986) afirma que o fato dos franceses chamarem o método de “cartesiano”, se configurava como uma tentativa de conferir ao trivial a complexidade do científico, de “dar cunho científico a coisa muito mais simples, para fins de mero envaidecimento.” (SODRÉ, 1986, p.255). Para ele, a única semelhança com a complexa e inovadora filosofia cartesiana de Descartes ficava por conta do exercício de “decompor para analisar” diante de uma situação tática, ou seja, “análise do terreno, análise dos meios, análise do inimigo, análise da missão, das quais se tira conclusões e da relação de umas sobre as outras, corando-se com uma decisão.” (SODRÉ, 1986, p.255).

O ex-aluno também cita o comando do Coronel Saboia Bandeira de Melo a frente da EEM, e a introdução de uma inovação pedagógica, as chamadas “demonstrações”, onde os instrutores desenvolviam temas táticos diante dos alunos, para posteriormente, na chamada *demonstração correspondente*, fosse incluída a participação do oficial aluno. Sodré (1986) classificava a ferramenta como didática, trivial, mas que no ambiente escolar da EEM ganhava feições revolucionárias, pois até então vigorava:

o sistema de esmagar o aluno com o saber do instrutor (...) arrasar os alunos com massa extensa de material de estudo e preparação, tirando-lhes as pausas propícias à reflexão. Afirma-se que a reflexão viria após o curso, três anos depois, quando aquele material decantasse e o espírito, livre das minúcias, retivesse o “método”. (SODRÉ, 1986, p.257).

No entanto com a saída do Coronel Bandeira de Melo do comando da EEM, ainda em 1944, não houve tentativas de inovação, voltando à escola ao “sistema antigo, e o culto da chatice foi reestabelecido.” (SODRÉ, 1986, p.257).

O referido processo de esmagamento dos alunos apresentava dois elementos. O primeiro consistia em perder longas horas para “iluminar a carta”, isto é, colorir os seus

detalhes, para realçá-los, uma vez que recebiam, para os temas, cartas em preto e branco. Sodré afirma que “era impossível estudar um tema tático sem esse trabalho preliminar, ele ocupava horas, às vezes dias. (...) Sem esse trabalho era impossível estudar um dos “fatores de decisão”, o terreno.”(SODRÉ, 1986, p.258)<sup>34</sup>. O segundo dizia respeito ao “estudo de situação”, que compreendia, além do terreno, “a missão que cabe às forças amigas; e essas próprias forças, de que se conhecem os “meios”, isto é, o que dispõe em pessoal e material de guerra; e o inimigo. Para facilidade do exercício, admitia-se que a organização das forças seja idêntica nos dois partidos.” (SODRÉ, 1986, p.258). Aqui Sodré descreve com mais detalhes os elementos que compunham os “fatores de decisão”, que foram citados como basilares no método de ensino da MMF.

No entanto, Sodré apresenta uma análise crítica da forma como o método era utilizado, especialmente na elaboração das situações táticas que deveriam ser estudadas, usualmente baseadas em exércitos estrangeiros de países desenvolvidos. Essa situação gerava uma grava inconsistência, pois os exercícios táticos traziam forças militares amplamente dotadas de meios em um país de forças militares imperfeitas e “pobrememente dotadas de meios. (...) Não há Exército eficiente em país pobre.” (SODRÉ, 1986, p.260). Segundo o autor a justificativa era a preparação para uma “guerra de verdade”, e não as habituais “pauladas” que marcavam os movimentos internos de rebelião ou as “guerrinhas” sul-americanas. No entanto, na prática, ao proceder assim, Sodré afirma que a EEM ignorava o Brasil, uma vez que não apreciava “os problemas em escala nacional porque, antes do mais, omite absolutamente os problemas nacionais; não toma conhecimento da existência do país que se prepara, teoricamente, para defender.” (SODRÉ, 1986, p.260).

Outro documento evidencia essa falta de proximidade entre a teoria estudada na EEM e as condições materiais do Exército: Trata-se do discurso de formatura da turma de 1935, proferido pelo então tenente-coronel Cordeiro de Farias<sup>35</sup>. Desde os tempos da MMF as cerimônias de formatura ganharam progressivamente grande importância simbólica para o Exército, atingindo um patamar de evento oficial de grande monta após a ascensão ao poder de Vargas, que frequentemente participava delas. Por isso, o orador da turma aproveitou o momento para fazer algumas considerações acerca da “situação material do exército”, cuja evolução do aparelhamento militar, havia sido “indiscutivelmente negativa”, especialmente

---

<sup>34</sup> Podemos conferir um exemplo de uma carta devidamente “iluminada” no anexo XX, que integra a 19ª Conferência do General Noel, intitulada *La Conduite de la bataille*. A carta faz parte do Curso de informações de 1936 e está disponível no Anexo 14.

<sup>35</sup> O discurso foi consultado *in loco* no arquivo pessoal de Cordeiro de Farias no CPDOC/FGV, e está transcrito integralmente, com alguns comentários pontuais, no Apêndice A.

por conta do baixo investimento recebido pelo exército, reclamação corriqueira dos Ministros da Guerra ao longo do período estudo. Para Cordeiro de Farias, essa situação gerava

a preocupação do oficial brasileiro ao deixar os bancos dessa Escola. É que durante o tempo aqui passado, estudando em minúcia, acompanhando no detalhe os problemas atinentes a arte da guerra, verificamos como é deficiente, como precisa ser grandemente aumentado e melhorado o aparelhamento bélico do Brasil. (FARIAS, 1936a).

Tal situação era sentida diretamente nos estudos e exercícios desenvolvidos da EEM, uma que “para que fosse possível e útil o estudo das questões militares, ter de supor elementos teóricos dos quais só temos notícia pelos livros estrangeiros, ao mesmo tempo que desta forma fazia um interessante trabalho de previsão.”(FARIAS, 1936a). Aqui temos uma declaração que reitera a crítica de Sodré: o exercício tático como esforço de imaginação distante da realidade nacional. Por ser tratar de um evento solene, na presença de altos chefes políticos e militares, Cordeiro suavizava o tom ao afirmar que “na idealização desses meios a Escola não fantasiava, nem nunca exagerou. Os meios materiais, que ela espiritualmente nos oferecia, são aqueles estritamente necessários ao cumprimento constitucional da missão das classes armadas.”(FARIAS, 1936a). Apesar da contemporização, o orador fala de meios materiais que eles possuíam “espiritualmente”, ou seja, “teoricamente”. E logo em seguida volta ao tom crítico: “E esses meios e esse aparelhamento, que usávamos nos nossos trabalhos sobre a carta, não são novidades para alguns países sul-americanos, que os possuem.”(FARIAS, 1936a).

A análise de Sodré evidencia uma crítica contundente a estrutura curricular da EEM, e ao método de ensino-aprendizagem proposto. Para ele, os estudos se baseavam em “pura memorização” de conteúdos presentes em manuais, chamados a sua época de *Vade Mecum*<sup>36</sup>, que os oficiais-alunos recebiam no início do curso e que deveriam estudar antes de tudo. Na prática, eram verdadeiros “dicionários de organização, coma diferença de que, quem usa dicionários, consulta-os nos momentos de necessidade e dúvida, e quem usa os *Vade Mecum*, na Escola de Estado-Maior, deve trazer os seus dados informativos de cabeça.” (SODRÉ, 1986, p.259). A organização do curso também foi alvo de considerações importantes, pois acreditava que o modelo aplicado estava superado, não poderiam manter a estrutura de um curso de “três longos anos, em rígido regime colegial, com sabatina, grau, classificação por resultados e todo ritual do ensino bizantino, o mesmo, em suma, do Colégio Militar para os externos.” (SODRÉ, 1986, p.253).

---

<sup>36</sup> *Vade mecum* é uma denominação geral para qualquer livro ou manual de referência, de uso muito frequente, e que contém matéria de consulta e noções práticas indispensáveis.

O general Gustavo Moraes Rego Reis, aluno da EEM entre 1955 e 1958, rememorava, em depoimento cedido ao CPDOC em 1992, uma conversa com o General Castelo Branco<sup>37</sup>, quando foi servir no Comando Militar da Amazônia logo após a conclusão do curso de Estado-Maior. Na ocasião o comandante questionava o então major sobre a documentação do curso, que ele descrevia como “os famigerados polígrafos, temas táticos desenvolvidos na carta, com situações que evoluem e sobre os quais são levantadas questões e debatidos os ensinamentos a serem aprendidos.” (REIS, 2005. p.14).

Tratava-se, dos manuais referidos por Sodré e que, como vimos, constam como material de ensino da EEM desde meados da década de 1920. Reis os descrevia como uma “vasta papelada mimeografada, muito bem elaborada como instrumento de trabalho, mas sem qualquer finalidade prática posterior, salvo a cópia servil, sem nenhum mérito.” (REIS, 2005. p.14). Por acreditar que tal material não teria utilidade após o fim do curso, o então Major Reis declarou que havia jogado fora toda aquela papelada após a realização das provas, o que gerou, segundo ele, desconforto imediato ao General Castelo Branco. Diante dessa situação incômoda, veio a explicação:

Enchi-me de coragem e expliquei que admitia aquele material necessário apenas para adestrar-nos no hábito, na prática e, afinal, na incorporação de um “método de raciocínio”, o chamado “Estudo de Situação”, e na abordagem e solução de todo problema, em particular no terreno tático. E mais, o entendimento, a real apreensão dos princípios de guerra – economia de forças, segurança, surpresa, iniciativa, unidade de comando, liberdade de manobra – conclui que julgava ter aprendido a lição, prova é que jogara fora a papelada. Castelo desanuiu a fisionomia, mas não comentou nada. (REIS, 2005, p.15).

Esse trecho fornece subsídios para reforçar a crítica realizada por Sodré, ao mesmo tempo em que permite atenuar parte desta. Reforça-a, pois constata, anos depois, o caráter intensamente mnemônico e não reflexivo do ensino na EEM, bem como sua pouca utilidade prática para a vida militar “real”. Em contrapartida, as considerações também se alinham com parte do discurso dos oficiais da MMF, no tocante à incorporação do “método de raciocínio” e a importância de apreensão dos “princípios de guerra”.

---

<sup>37</sup> De acordo com o verbete do DHBB, “Em fins de agosto de 1958, Castelo Branco foi promovido a general-de-divisão, apesar dos rumores então difundidos de que seu nome não constaria da lista de promoções. Em novembro do mesmo ano foi nomeado comandante militar da Guarnição da Amazônia e da 8ª RM, com sede em Belém, fato considerado por seus amigos como uma espécie de exílio. Entretanto, instalado em Belém, Castelo Branco insistiu em afirmar que lá estava, exercendo uma função ‘completamente regular’, e que sua estada naquele local não significava absolutamente a marginalização. (...) Castelo Branco deixou o comando em Belém no mês de abril de 1960 e foi nomeado diretor de Ensino e Formação do Exército, tornando-se responsável pela coordenação dos colégios militares, dos centros de preparação de oficiais da reserva e da Academia Militar das Agulhas Negras, o que o colocou em contato com as escolas superiores e de especialização do Exército.” (KORNIS, 2010).

Outro elemento em comum entre as falas de Sodré e Reis é o aspecto pouco, ou nada prático, do ensino recebido por eles no curso de estado-maior. Essa constatação toca em um ponto nevrálgico da educação militar brasileira: a dicotomia entre o ensino teórico e prático. Como apresentado nos capítulos anteriores, o movimento de modernização do ensino militar, proposto desde o início do século XX, era composto de basicamente dois elementos: a proeminência de conteúdos essencialmente militares e do ensino prático, em detrimento dos clássicos estudos predominantemente teóricos e de conteúdo como a matemática, típicos do ensino militar chamado positivista, ministrados, por exemplo, na Escola Militar da Praia Vermelha. Esse esforço é evidente na elaboração dos regulamentos de ensino para as instituições militares de ensino desde sua versão de 1905, ganhando novos contornos, e até mesmo sentido, após a chegada da MMF, especialmente na Escola de Estado-Maior. Isso fica claro na análise da maioria dos documentos oficiais, como os relatórios do Ministro da Guerra e do chefe do Estado-Maior do Exército e os próprios regulamentos de ensino.

Nesse momento é fundamental compreender com mais exatidão o que se chamava de ensino prático. Para os franceses, e para grande parte da alta oficialidade brasileira, os chamados “estudos de situação tática”, poderiam ser considerados “práticos”, pois eram, na verdade, a aplicação dos conteúdos militar estudados na teoria. Ou seja, eram “práticos”, por não serem teóricos, e constavam na descrição das aulas como exercícios aplicados. No entanto, essa definição estava distante do que realmente poderia ser considerada uma atividade de ensino verdadeiramente prática: as viagens de estado-maior, também chamadas de exercícios de quadros e manobras táticas.

Os próprios oficiais da MMF tinham consciência disso, pois segundo Bellintani os exercícios de quadros eram “o método utilizado pelos franceses para o ensino militar prático” (BELLINTANI, 2009, p.468). Os exercícios de quadros davam materialidade ao trabalho da EEM, e ganhavam visibilidade tanto nos círculos militares, como na imprensa.

Em outubro de 1935, por exemplo, o complemento ilustrado do jornal *A Noite* trazia quatro fotos das “manobras do 2º ano da Escola de Estado-Maior”, realizados na cidade paulista de Taubaté<sup>38</sup>. A região do Vale do Paraíba era frequentemente usada como terreno nos manuais de tática<sup>39</sup>, pois era uma área de importância estratégica entre os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com a notícia os trabalhos transcorreram “com o maior

---

<sup>38</sup> Essa é a turma do então Tenente-Coronel Osvaldo Cordeiro de Farias, que não aparece nas fotos disponíveis no anexo 16. Outros colegas como o então Tenente-Coronel Zenóbio da Costa e o Capitão Djalma Ribeiro, aparecem analisando uma carta geográfica.

<sup>39</sup> Temos um exemplo de manual de tática de 1924 que utilizava a carta da região para a resolução de exercício no anexo 9.

brilhanço e segurança, tendo todos os planos sido executados à risca pelos oficiais-alunos do grupo ‘Vermelho’, ali como em Rezende, pela infantaria e artilharia.”(NOITE ILUSTRADA, 2 out. 1935, p.21). As manobras foram assistidas pelo general Noel, chefe da MMF e pelo Comandante da EME, que elogiaram o preparo técnico dos oficiais.

Mas o que os faria “ampliar” a concepção de ensino prático? A resposta é simples: falta de recursos financeiros para a realização dos exercícios. Como constata a autora, no Brasil a questão militar e a econômica estão intrinsecamente ligadas, ou seja, a profissionalização do Exército e a modernização da educação militar dependiam fundamentalmente das condições econômicas.

Por fim, vale ressaltar que Sodré (1986) considerava necessária a criação do curso de Estado-Maior, bem como da contratação da MMF, diante do quadro geral de deficiência da instrução dentro o exército do início do século XX, onde, a instrução dos oficiais era pouca e a instrução tática, nula. Nesse sentido, era importante a formação de oficiais com conhecimentos importantes, especialmente sobre tática, que depois de formados seriam distribuídos pelos corpos de tropa e quartéis-generais, e encarregados de transmitir o que tivessem aprendido aos demais.

No entanto, a existência da EEM criou a “ideia de que a tática é específica de seu curso e só dele, ficando todos os demais escalões e peças da estrutura militar dispensados de aprendê-la, ensiná-la e praticá-la.”(SODRÉ, 1986, p.253). Assim, os oficiais encarregados de transmitir esses conhecimentos, adquiridos exclusivamente na EEM, se encontravam em uma situação privilegiada o que criou uma “ideia, evidentemente falsa, mas solidamente ancorada na vaidade individual, logo multiplicada e ainda mais enraizada, de superioridade intelectual, de hegemonia, de hierarquia de talento.” (SODRÉ, 1986, p.254).

Essa constatação merece ser relativizada, pois inevitavelmente a formação na EEM atribuía ao seu egresso um fator de distinção em relação aos demais oficiais de sua patente, isso estava na gênese do curso. A análise de Sodré, portanto, apontava para uma espécie de efeito colateral do objetivo principal da EEM: ao formar oficiais de elite para executar funções de comando, também gerava a falsa impressão, em alguns oficiais, de que o curso de estado-maior, por si só, lhes forneceria uma espécie de “superioridade intelectual”. Esse tipo de sentimento ou impressão não foi constatado nas memórias de outros ex-alunos, embora não fosse uma situação possível de ocorrer.

A abordagem de Sodré é muito diferente da maioria das memórias analisadas por conta do evidente tom crítico em relação ao ensino oferecido na EEM, em contraposição os frequentes elogios de outros ex-alunos. A explicação é relativamente simples: sua capacidade



analítica e de construção de um pensamento crítico fora dos tradicionais espaços de produção intelectual militar, marcados pelo usual corporativismo elogioso. Geralmente, as críticas às Forças Armadas, sejam em relatórios ou memórias, tendiam a ser omitidas ou, em alguns casos, diluídas e suavizadas. Como vimos, enquanto oficial-aluno da EEM, Sodré já figurava como estudioso de temas não militares, o que o gabaritava como uma intelectual diferente dos tradicionais historiadores militares. Sua produção tinha como base metodológica o materialismo-histórico dialético<sup>40</sup>, enquanto a maioria dos historiadores militares se baseava no positivismo histórico, com sua típica narrativa, falsamente neutra, dos acontecimentos.

De maneira geral podemos considerar que o método de ensino militar francês aplicado desde o início de sua atuação na EEM apresenta algumas características distintivas: 1) estrutura-se nos estudos de casos e na resolução de situações-problemas propostas previamente, que poderiam ser resolvidos individualmente em trabalhos domésticos ou em atividades em grupo na EEM; 2) o método usado para as resoluções continha elementos do chamado pensamento cartesiano, especialmente os princípios de “decomposição em partes” e de “crescente complexificação”; 3) A necessidade de memorização de grande quantidade de conteúdos, geralmente compilados em manuais de referência.

### **4.3 O Regulamento de 1929 e a reafirmação do ensino teórico.**

Em 1928 foi publicado um decreto que dispunha sobre a organização da educação militar brasileira e, portanto, deveria ser aplicados em todas as instituições militares de ensino. Com apenas onze artigos, a chamada lei do ensino militar<sup>41</sup> classificava o ensino militar por níveis (primário, secundário e superior) e categorias, enumerando estabelecimentos, definindo direitos e deveres. Entre as escolas do nível superior, ou seja, as destinadas aos candidatos a oficiais combatentes estavam a Escola Militar do Realengo e a Escola de Engenharia Militar<sup>42</sup>. A lei também elencava as instituições de ensino destinadas a “especialização”: o Centro de Artilharia de Costa e o Centro de Instrução das Transmissões. A Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e a Escola de Estado-Maior<sup>43</sup> foram classificadas como instituições de “aperfeiçoamento”. Esse tipo de organização propunha a formação de uma rede de ensino militar que se estruturava, gradativamente, dos colégios militares a Escola

---

<sup>40</sup> Para maiores detalhes sobre a formação intelectual e profissional de Sodré conferir CUNHA, Paulo Ribeiro. CABRAL, Fátima (org.). **Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a espada**. 2ªed. São Paulo: Editora Unesp, 2011. Especialmente a primeira parte da obra.

<sup>41</sup> Decreto n. 5.632, de 31 de dezembro de 1928, dispõe sobre o ensino militar e dá outras providências.

<sup>42</sup> Destinada a formar “engenheiros-artilheiros, engenheiros-eletrotécnicos, engenheiros-químicos e engenheiros de construção.”(BRASIL, 1928).

<sup>43</sup> A EEM caberiam os cursos de Estado-Maior, de revisão de Estado-Maior e de Informações para Gerais.

de Estado-Maior.

A lei também apontava para um objetivo geral para todas as instituições militares de ensino: “o plano geral de estudos será estabelecido de modo a que a instrução militar seja gradual e contínua e tão completa quanto possível, atendendo, em cada grau, não só a instrução profissional como a cultura geral que lhe deva corresponder.” (BRASIL, 1928). A valorização de conteúdos não-militares também se manifestou na exigência de conhecimento da língua vernácula, “aperfeiçoada de grau em grau pelo julgamento prévio quanto a esse conhecimento em todas as provas de concurso, inclusive as de admissão nas escolas e cursos.” (BRASIL, 1928). A intenção da lei era organizar todas as instituições militares de ensino submetendo-as a mesma orientação: oferecer o ensino profissional juntamente com o ensino científico, ou de cultura geral.

A promulgação dessa lei causou um mal-estar na alta cúpula do Exército, pois foi elaborada pelo Ministro da Guerra sob a orientação dos oficiais franceses da MMF, mas sem a participação do EME. Desde a década de 1910 cabia ao EME a elaboração dos regulamentos para as instituições militares de ensino. Tal situação teria sido a causa do pedido de demissão do chefe do EME, o General Tasso Fragoso em janeiro de 1929. Em depoimento publicado na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em junho de 1951<sup>44</sup>, Tasso Fragoso se referiu a um processo de isolamento do EME dentro do Exército logo após o levante de 1922. Segundo ele, essa situação culminou com o alijamento do EME em relação ao programa de reestruturação do ensino militar no país nos anos subsequentes.

O quinto regulamento da Escola de Estado-Maior foi aprovado pelo decreto nº 19.022, de 5 dezembro de 1929. Segundo Câmara e Peres (2005), o Regulamento de 1929 promoveu a adaptação curricular de acordo com a nova organização em divisões do Exército. A nova norma também buscou valorizar a cultural geral, especialmente no campo da estratégia. As determinações eram muito mais detalhadas, em comparação a norma anterior, e procuravam dar conta de todos os aspectos relativos ao funcionamento da EEM. Tomemos o número de artigos como exemplo: enquanto o regulamento de 1920 e suas posteriores alterações somavam 57 artigos e nenhum anexo, o regulamento de 1929 apresentava 103 artigos e três anexos. A marca dos franceses, conhecidos por uma cultura detalhista, por vezes prolixa, se fazia presente com mais vulto, nove anos após a sua primeira norma.

Assim como nos regulamentos anteriores, as primeiras determinações se ocupavam da escola e de seus fins. No entanto, a construção das determinações foi mais organizada,

---

<sup>44</sup> **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Vol. 211, abril-junho. Rio de Janeiro, 1951. pp.7-61.

tornando as normas mais claras. O primeiro artigo definia a EEM como um instituto militar de ensino voltado para a formação de “*oficiais de Estado-Maior colaboradores imediatos do comando, dotados do saber extenso e prático exigido por suas funções, e a desenvolver no Exército os estudos militares superiores e os conhecimentos gerais necessários à preparação para o comando.*” (BRASIL, 1929). Aqui temos uma definição mais direta sobre a função da EEM, com destaque para a o reforço do caráter de comando do egresso, e a valorização dos conhecimentos gerais. Além dos cursos oferecidos durante a década de 1920, curso de estado-maior e curso de revisão, a EEM passaria a oferecer o novo curso de informações.

Nas disposições transitórias do regulamento estava previsto um curso de estado-maior para coronéis, que seria realizado somente no ano de 1930. O curso deveria seguir, essencialmente, as regras de ingresso e avaliações estabelecidas para os alunos da categoria B. No entanto, a duração e o desenvolvimento do curso obedeceriam, de modo geral, as prescrições para o curso de revisão, ou seja, para os alunos da categoria C. A possibilidade de tal curso não ter sido realizado é considerável, uma vez que o as aulas do ano letivo de 1930 foram interrompidas após a eclosão da revolução de 30.

De acordo com correspondência do general Spire<sup>45</sup>, chefe da MMF, em 1930, a EEM ministra um curso de Estado Maior especial para esse ano, destinado aos coronéis que desejem atingir a patente de general, conforme prescreve a lei de promoções do Exército. A admissão nesse curso se dá via concurso; dos sete coronéis inscritos, apenas dois são aprovados. Ao consultar a lista de oficiais egressos da EEM, temos a presença de apenas um coronel (Oscar de Almeida) na 21ª turma, de 1931<sup>46</sup>, que provavelmente fazia parte da categoria B, destinada a oficiais.

O curso de estado-maior manteve seu objetivo, prescrito nos regulamentos anteriores, de preparar oficiais para constituir, na paz ou na guerra, os Estados Maiores das grandes unidades. Para tanto, a instrução do curso primária pelo desenvolvimento dos conhecimentos táticos, e pelo estudo minucioso do Estado-Maior e dos diferentes serviços nas divisões (Infantaria, Cavalaria, Artilharia) e no Exército. A instrução também deveria

desenvolver a cultura geral dos oficiais, iniciando-os no estudo das grandes questões relativas à Defesa Nacional e ministrando-lhes conhecimentos de estratégia, de modo a constituir um núcleo de oficiais selecionados, no qual sejam recrutados os quadros superiores do Exército Nacional. (BRASIL, 1929).

O curso de estado-maior seria frequentado por duas categorias de alunos: primeiros tenentes e

---

<sup>45</sup> Enviada em setembro de 1930 para o ministro da Guerra da França. (BELLINTANI, 2009, p.493).

<sup>46</sup> Publicada no Boletim Escolar nº 220 de 23 de dezembro de 1930. (CINQUENTENÁRIO, 1955, p. 19).

capitães, (categoria A), com um curso de duração de três anos, sendo o primeiro ano preparatório, e oficiais superiores (categoria B), cujo curso duraria dois anos.

O curso de revisão de estado-maior foi mantido com duração de um ano, e destinado para oficiais superiores (categoria C). A principal função desse curso era “*rever, completando, os conhecimentos dos oficiais que possuam o curso de Estado-Maior por um dos regulamentos anteriores ao de 7 de abril de 1920.*” (BRASIL, 1929). A novidade ficava por conta do curso de informações, também destinado a oficiais superiores, com duração a ser definida anualmente pelo EME, e com o objetivo de “*facilitar-lhes os meios de se porem ao corrente das questões militares da atualidade e de um certo numero de questões gerais que interessam á Defesa Nacional.*” (BRASIL, 1929).

Por fim, o regulamento definia, em parágrafo único, que os cursos relativos às categorias B e C só funcionariam até o ano de 1933. Tal determinação foi alterada pelo Decreto nº 22.276, de 29 de dezembro de 1932, que estabelecia novo prazo e condições para matrícula:

O curso relativo á categoria B da Escola de Estado Maior funcionará, nas condições atuais, até o ano de 1935 inclusive, sem outra prorrogação. A partir de 1936 a matricula nesse cursa será concedida exclusivamente a majores que satisfaçam ás condições abaixo fixadas, e mediante aprovação em concurso de admissão idêntico ao que é necessário ao ingresso na categoria A. O curso da categoria C, revisão, será extinto no final de 1933. As condições de matrícula acima referidas são: a) possuir o curso de aperfeiçoamento de sua arma; b) pertencer a qualquer arma combatente; c) ter, no máximo, 45 anos de idade, referida esta á data inicial do concurso de admissão; d) ter, pelo menos, três anos de serviço arregimentado, sendo um no posto; e) possuir a robustez física compatível com o Serviço de Estado Maior, comprovada em inspeção de saúde; f) ter sido aprovado em concurso de admissão, com grau final 5 ou superior. (BRASIL, 1932).

Todas as condições descritas já constavam no Regulamento de 1929, com exceção da idade máxima de 45 anos para os alunos da categoria B. A restrição de idade havia sido definida apenas para a categoria A: “*exigir-se-á, além disso, que tenham, na data da prestação do requerimento, mais de 25 e menos de 36 anos de idade.*” (BRASIL, 1929). Tais determinações pontuais demonstram uma preocupação em padronizar e aglutinar os cursos, após alguns anos do início das divisões por categorias, especialmente em relação às categorias A e B.

Em 1932, o Ministério da Guerra publicava no Boletim do Exército<sup>47</sup> um item intitulado “*Solução de consultas*”. O comandante da 3º Região Militar<sup>48</sup> questionava se “os oficiais que desistiram no corrente ano, da matricula na Escola de Estado-Maior perderão o direito a mesma para o ano vindouro” (GUERRA, 1932, p.993). A esse respeito o Ministro da

<sup>47</sup> Boletim nº 108, de 20 de abril de 1932. O fac-símile do boletim está reproduzido no anexo 17.

<sup>48</sup> Efetuada via rádio nº 61 e, 23 de março de 1932.

Guerra decidia que “o oficial candidato a matrícula terá a faculdade de desistir da mesma uma vez, sendo que a segunda vez equivalerá a desistência definitiva.”<sup>49</sup> (GUERRA, 1932, p.993).

A decisão do Ministro não tem nenhum respaldo no Regulamento de 1929, tampouco em suas posteriores alterações, tratando-se, portanto, de decisão particular, estimulada por uma consulta oficial. Esse caso é emblemático, pois evidencia uma situação que parecia corriqueira: o Ministro da Guerra, a quem cabia à submissão administrativa e disciplinar da EEM, decidindo sobre casos que as determinações regulamentares não abarcavam. Esses “casos omissos” também deveriam ser frequentemente resolvidos pelo Estado-Maior do Exército, uma vez que a ele cabia à subordinação didática da EEM. Assim, os órgãos de comando do Exército realizam o preenchimento das lacunas deixadas pelos regulamentos, colhendo informações e realizando estudos usados na elaboração das próximas normas.

De acordo com Câmara e Peres (2005), o curso de revisão tinha a função de preencher, de imediato, funções importantes no EME, e o curso de informações, destinado primordialmente a generais, tinha o objetivo de “*possibilitar a constituição de viveiro onde o Governo pudesse recrutar o Alto Comando.*”(CÂMARA; PERES, 2005, p.210). No Regulamento de 1920 tal objetivo fazia parte do curso de revisão. Essa mudança está relacionada à maior hierarquização entre os cursos, especialmente no caso dos alunos-oficiais.

Como visto anteriormente, a aceitação da MMF entre o alto oficialato não foi imediata, portanto, a criação do curso de informações, voltada para generais, também tinha um objetivo político: reforçar a doutrina militar francesa entre o alto oficialato, reiterando apoios e cooptando defensores da manutenção da MMF. A distinção entre as condições de matrícula para os cursos reforça essa tentativa de distinção do público-alvo. Os candidatos ao curso de revisão tinham que preencher alguns pré-requisitos como possuir um curso de aperfeiçoamento e o curso de Estado-Maior por um dos regulamentos anteriores ao de 7 de abril de 1920. Os candidatos ao curso de informações, por sua vez, seriam “convidados pelo chefe do EME para os comandos das grandes unidades nas manobras de quadros da EEM.” (BRASIL, 1929).

O Relatório dos trabalhos do Estado-Maior de 1929 descreve o funcionamento do curso de informações, antes mesmo da publicação do Regulamento de 1929. De acordo com o documento, o curso foi criado por meio do aviso nº 69, de 3º de setembro de 1929, com aprovação do programa de ensino pelo Ministro da Guerra. O curso foi inaugurado no dia 7 de outubro e contou com a participação de nove generais<sup>50</sup>, entre eles o General de Brigada José

---

<sup>49</sup> Consta no boletim que essa resposta foi enviada por meio do aviso nº 193, de 15, de abril de 1932.

<sup>50</sup> José Fernando Leite de Castro, Estanislau Vieira Pereira, Firmino Antonio Borba, Alfredo Malan

Leite de Castro, Ministro da Guerra entre 1930 e 1932, General de Brigada Alfredo Malan D'Angrone, sucessor do General Tasso Fragoso na Chefia do Estado-Maior a partir de 1930, e o General de Brigada Francisco Ramos de Andrade Neves, chefe da Casa Militar, o gabinete militar do presidente. Segundo Frank McCann (2009), durante as conspirações para a revolução de Outubro de 1930, os três generais foram consultados por Lindolfo Collor, aliado político de Getúlio Vargas, e se disseram favoráveis à deposição de Washington Luís. Após a ascensão de Vargas ao poder os três foram mantidos em seus respectivos cargos, medida de coalizão típica dos arranjos políticos varguistas.

A direção dos estudos do curso coube ao chefe da MMF, General Coffec, que realizou quatro conferências sobre estratégia, sendo que a primeira contou com a presença de “*generais estranhos ao curso, oficiais superiores e os alunos da Escola de Estado-Maior.*” (ESTEVEES, 1996, p.136). Inicialmente o curso teria a duração de três semanas, mas ao final foi necessário acrescentar mais uma, totalizando quatro semanas.

A Revista *A Defesa Nacional* de julho de 1930, publicou a conferência de abertura dos trabalhos letivos, daquele ano, na EEM. A palestra, intitulada *Os cursos da EEM*, foi ministrada pelo Diretor de Estudos da escola, Coronel Baudouin. De acordo com a revista a conferência tinha como “*principal finalidade esclarecer, pôr bem em evidência as mais importantes medidas criadas pelo novo Regulamento da Escola e, ainda, justificar o método e processos de ensino ali adotados.*” (A DEFESA NACIONAL, 1930, p.604). A primeira análise do Coronel Baudouin se concentra nos objetivos da EEM, no perfil do oficial-aluno egresso, e na importância da Doutrina para a formação do oficial de Estado-Maior:

Não temos a pretensão de, em três anos, “criar” o Oficial de Estado Maior e o Chefe. O atestado que obtiverdes ao terminar o curso não vos consagrará definitivamente. Esforçar-nos-emos em proporcionar-vos todos os elementos necessários a vossa formação militar e em inculcar-vos um método de trabalho. Esses elementos e esse método constituirão a “Doutrina”, isto é, uma maneira comum de encarar e tratar os problemas de ordem militar. Somente a Doutrina permite obter o rendimento máximo e sem ela haverá dispersão de esforços e, conseqüentemente, a impossibilidade em conseguir-se resultado satisfatório. Quando, ao sairdes desta Escola, estiverdes de posse dessa Doutrina, restar-vos-á apenas fazer obra de personalidade e de trabalho individual; tornar-se-á preciso que continueis a trabalhar com regularidade e com o mesmo espírito, não só para não esquecer, mas ainda, para desenvolver os conhecimentos e para manter-vos a par de todas as suas variações e de todos os aperfeiçoamentos que se produzem dia a dia no organismo militar. Assim procedendo com vontade e método, tudo vos será fácil; e, no caso contrário, tudo redundará no esquecimento e na perda dos benefícios obtidos na Escola. (BAUDOÛIN, 1930, p.604).

---

D'Angrogne, José Luiz Pereira de Vasconcellos, João Gomes Ribeiro Filho, Francisco Ramos de Andrade Neves, Diogenes Monteiro Tourinho e Constancio Deschamps Cavalcanti.

A fala do Coronel Baudotüin deixa clara a preocupação constante com a incorporação do método de pensamento militar, e ênfase na questão da formação da “Doutrina” na forma de pensar dos oficiais alunos. Essa passagem deixa claro que o diretor de ensino da EEM, assim como grande parte dos oficiais da MMF, apesar dos discursos em defesa do ensino prático, se preocupava mais com a formação intelectual e teórica. Em entrevista gravada em 1981, o General João Punaro Bley<sup>51</sup>, capitão e aluno-oficial da EEM em 1929, corrobora tal assertiva ao relatar que o curso consistia em “trabalhos em sala, trabalhos no campo, e trabalhos em casa. Era muito trabalhoso. Quase não tínhamos tempo para nada. Muito trabalho do Estado-Maior para fazer.” (BLEY, 1981). Ao ser indagado se as cadeiras eram teóricas ou práticas o General respondeu de forma direta: “Práticas não havia. Era só teórica. Nós não íamos com tropas não, tropas era teórica.” (BLEY, 1981). Ou seja, até as disciplinas e atividades denominadas práticas, como os exercícios de tática e movimentação de tropas, eram adaptados para atividades teóricas aplicadas, geralmente sobre cartas geográficas.

Em relação às matérias do primeiro ano do curso, para a categoria A, destacava os conteúdos de “Língua Francesa” e, em suas palavras: “como agia um Estado-Maior em época de guerra e paz.”(BLEY, 1981). Uma breve análise dos manuais<sup>52</sup> utilizados nas aulas, datados de 1924, nos fornecem elementos que corroboram tal assertiva. Tomemos como exemplo as atividades de Tática geral e estado-maior e de Tática de Cavalaria, destinadas aos alunos da categoria A e C, para resolução em domicílio. Em todos casos temos uma carta geográfica com simulações de posição e movimento de tropas, bem como a descrição do cenário: mobilização, efetivo, comandantes, material bélico disponível, etc. Cabia ao oficial-aluno a intervenção nesses cenários e a entrega da resolução na secretaria da escola em data determinada. Apesar do esforço de dar sentido prático, por se tratar de uma “proposta de intervenção”, a tarefa era eminentemente teórica.

As fontes demonstram uma característica marcante da educação militar brasileira na primeira metade do século XX: o paradoxo entre o ensino prático e o teórico. Como já vimos

---

<sup>51</sup> Punaro Bley iniciou o primeiro ano em 1929, após se formar entre os melhores alunos da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, o que lhe garantiu acesso direto a EEM, sem a necessidade de prestar o concurso de admissão. Tal determinação foi citada nas disposições transitórias do Regulamento de 1929.

“Art. 92. No ano de 1930, matricular-se-ão ainda, no curso de E. M., independentemente de concurso de admissão, os oficiais superiores, referidos no aviso n. 22, de 25 de abril de 1929, os quais nos anos anteriores ao de 1928, obtiveram direito á transferência da E. A. O para a E. E. M., pelas disposições então vigentes”. Interrompeu o curso para aderir à Revolução de 1930, voltando à escola em 1932, quando parou novamente por conta da participação na Revolução de 32, como legalista, e, finalmente termina o curso em 1942. BLEY, João Punaro. Entrevista. **Arquivo do CPDOC/FGV**. 10.12.1981. História de Vida. Fitas 1-B, 2 e 3-A. 1981. (Entrevista em áudio disponível na Sala de Consulta do CPDOC, transcrição do autor.)

<sup>52</sup> Os manuais foram consultados no arquivo da Biblioteca da ECEME, e algumas páginas estão reproduzidas nos anexos 7 e 8.

tal situação perdurara desde fins do XIX e, a despeito dos avanços, se mostrava presente ainda na década de 1930. A explicação para tal persistência não é simples. Por um lado tem-se a tradição verbalista, mnemônica e teórica da educação brasileira, que, indubitavelmente, também se fez presente nas escolas militares, especialmente durante as primeiras décadas da República. Por outro lado, a falta de condições materiais, agravadas pelos poucos investimentos nas instituições militares de ensino, se provava um grande obstáculo para a concretização de atividades práticas de ensino: da simples utilização de laboratórios e picadeiros (previstos em regulamentos, mas nunca construídos), às viagens de grande monta para a realização de exercícios militares (teatros de guerra, exercícios táticos, etc.).

O regulamento de 1929, diferentemente dos anteriores, além de prever a realização do concurso de admissão, também especificava as suas fases, e apresentava um anexo com um resumo dos assuntos que seriam cobrados. De acordo com o artigo 20 o concurso de admissão seria dividido em duas partes, a primeira era uma prova escrita relativa a assuntos gerais (cultura geral história militar, geografia e legislação e administração). A segunda fase era “constituída de três provas: uma escrita, relativa a assumptos táticos; uma oral, de topografia e francês; e uma prática, de equitação.” (BRASIL, 1929). Novamente, a proeminência de etapas teóricas é evidente. A prova oral de francês é uma marca da MMF, cujos professores faziam questão de lecionar em sua língua natal. De acordo com o anexo a primeira fase era dividida em quatro sessões, ou seja, quatro provas distintas, sobre temas gerais, com duração e regras específicas.

A primeira sessão correspondia à prova de cultura geral, com duração de cinco horas e destinada a avaliar:

[...] qualidades de estilo, clareza de espírito, julgamento e método dos oficiais. Eles não devem, pois, limitar-se a um simples resumo de documentos, a uma árida enumeração de princípios ou de fatos; mas, ao contrário, esforçarem-se por desprender as ideias principais, expondo-as segundo uma ordem lógica e em um estilo correto e fácil. (BRASIL, 1929).

Essas habilidades de escrita seriam avaliadas por meio da redação de “uma análise, de uma exposição ou de outro qualquer trabalho a executar mediante o exame de uma documentação, de um documento ou de uma obra militar.” (BRASIL, 1929). Também poderia ser cobrada a redação de uma “uma nota ou de uma exposição sobre história, direito constitucional, direito internacional público, ou ainda sobre uma questão de atualidade científica, com a ajuda de documentos postos à disposição dos candidatos no momento do exame.” (BRASIL, 1929). As habilidades exigidas na primeira sessão são gerais e se detinham mais a aspectos referentes à capacidade de redação, de síntese e de compreensão de texto.



Na segunda sessão era realizada a prova de história militar, com duração de três horas, que consistiria em uma:

Exposição de uma questão de historia militar, nos limites do programa, no qual os candidatos, ao revés de erudição, devem procurar revelar bom senso e firmeza de raciocínio, preocupando-se com apresentar um trabalho claro, bem coordenado, redigido corretamente e pelo qual mostrem que leram a refletiram. (BRASIL, 1929).

As habilidades requisitadas coincidem com as da primeira sessão, alterando apenas o tema. Interessante notar a instrução de se evitar a “erudição”, e primar pela clareza e objetividade. Na prática, essa “erudição” seria um tipo de escrita com sentenças longas, excesso de adjetivos, frases introdutórias, longas correlações intertextuais e rememorações históricas, comum na classe política e, em alguns documentos governamentais da época. As mensagens ministeriais, elemento introdutório nos relatórios do Ministro da Guerra, são um bom exemplo desses dois tipos de escrita. As mensagens de um ministro não-militar, como Pandiá Calógeras, de formação política, eram extensas, média de setenta páginas, cheias de elucubrações históricas e exaltações patrióticas. A média das dos outros ministros da guerra, como o General Caetano de Faria ou Setembrino de Carvalho, era de vinte páginas, primando por uma redação econômica, objetiva e informativa.

A terceira sessão teria e duração de quatro horas e requeria uma exposição sobre uma “questão de geografia”, na qual os candidatos deveriam demonstrar “possuir os conhecimentos geográficos indispensáveis a um oficial, mas ainda estar ao corrente das grandes questões atuais de geografia geral.”(BRASIL, 1929). No aspecto formal seriam cobrados: “clareza de exposição e a segurança da redação.”(BRASIL, 1929). A prova seria dividida em duas partes: “uma, relativa a questões de minúcias, referentes à geografia da América do Sul, Brasil e países limítrofes; outra, versando sobre assumpto de geografia geral.” (BRASIL, 1929). Nota-se que a ênfase nos conteúdos de geografia destacados nos regulamentos anteriores se mantém.

Por último, a quarta sessão, com duração de três horas, e versando sobre o tema legislação e administração pretendia “verificar se os candidatos conhecem as bases da legislação brasileira, especialmente da legislação militar, e se estão ao corrente das normas gerais de administração nos corpos de tropa.” (BRASIL, 1929). Essa sessão era mais simples e visava somente uma verificação de conhecimentos teóricos sobre normas e leis.

A primeira fase era, definitivamente, teórica, e a despeito da tentativa de evitar a “erudição”, deixava claro seu caráter mnemônico e generalista, típico da formação “bacharelesca” e positivista da antiga Escola Militar da Praia Vermelha. A própria

composição da primeira fase, totalizando quinze horas de provas, reiterava tal característica.

A segunda fase iniciava com uma prova escrita, de três horas de duração, que consistiria na elaboração de um trabalho de aplicação tática. Assim, os candidatos deveriam realizar um:

Estudo de um caso concreto relativo a operações de pequenas unidades ou de pequeno destacamento misto. Em consequência de decisões tomadas ou de ordens dadas pela autoridade superior, redigir as ordens de execução dadas pelas unidades subordinadas ou pelo comandante do destacamento. Justificar as ordens. Estudar e discutir um a situação. (BRASIL, 1929).

Esse estudo seria a simulação de uma situação tática real e quais as medidas que o candidato, enquanto comandante da operação, adotaria. Todas as ações deveriam ser justificadas e embasadas nas normas vigentes. As provas seriam avaliadas a partir de dois critérios: capacidade de julgamento dos oficiais e conhecimento dos regulamentos das armas. Esse tipo de prova/trabalho era muito comum nas aulas de tática do curso de estado-maior.

As provas orais seriam divididas em duas sessões com temas bem distintos:

1ª Sessão – Topografia – Noções sobre o modelado do terreno; leitura de cartas e problemas correspondentes; descrição de um itinerário ou de uma região, utilizando, principalmente, a carta na escala de 1/100.000.

2ª Sessão – Francês – Prática de conservação e tradução de trechos de prosa corrente ou de assuntos de natureza militar. (BRASIL, 1929).

Deixar a prova de francês para o formato oral deixava claro a proeminência da leitura, e principalmente da fala, em face da escrita. Assim, o candidato teria que demonstrar um domínio prático da língua. A possibilidade da tradução de “trechos de prosa corrente” apontava para uma preocupação com a cultura geral, colocada no mesmo patamar dos “assuntos militares”. Isso contrastava com a maioria dos discursos oficiais, tanto da MMF quanto do Alto Comando do Exército, que destacavam a primazia de assuntos militares em todas as ocasiões possíveis, inclusive no concurso de admissão, uma vez que os oficiais alunos não leriam outro tipo de material em língua francesa durante o curso de estado-maior.

Por fim, seria realizada a única etapa essencialmente prática do concurso, a prova de equitação, que consistiria em um “trabalho no picadeiro, nas três andaduras regulamentares<sup>53</sup>. O oficial deverá demonstrar que tem flexionamento e que conhece os princípios gerais de conduta do cavalo.” (BRASIL, 1929). Essa prova seria a mais simples e verificaria se o candidato tinha as habilidades mínimas, físicas e técnicas, para cavalgar sem maiores dificuldades. As notas das provas teriam coeficientes diferentes determinados previamente, como podemos observar abaixo:

---

<sup>53</sup> As andaduras regulamentares são: passo, trote e galope. Para maiores informações acessar o site da Escola de Equitação do Exército, disponível em: <http://www.eseqex.ensino.eb.br/> Acesso: 07.ago.2016.

**Tabela 6 – Coeficientes do concurso de admissão da Escola de Estado-Maior divididos por temas (Regulamento de 1929)**

	<b>Tema</b>	<b>Coeficiente</b>
<b>Primeira fase</b>	Cultura Geral	6
	História militar	5
	Geografia	4
	Legislação e administração	2
<b>Segunda fase</b>	Tática	8
	Topografia	2
	Francês	2
	Equitação	1
<b>Total</b>		<b>30</b>

**Fonte:** BRASIL, 1929.

A distribuição dos pontos apontava para uma distribuição equilibrada de pontos entre as fases, com leve prevalência da primeira (17 pontos) frente à segunda (13 pontos). Em relação aos temas destaca-se a grande importância dada à prova de tática, conteúdo chamado de essencialmente militar e o mais intimamente vinculado ao curso de estado-maior. A atribuição de seis pontos para a prova de cultura geral, conteúdo não-militar, a frente dos temas de História militar (5) e Geografia (4), que abordavam assuntos militares, é paradigmática. Novamente, verifica-se a proeminência de um assunto não militar e ligado à cultura bacharelesca em detrimento de assuntos militares. Nesse sentido, o concurso de admissão, apesar do peso da tática na segunda fase, primava por selecionar, durante a primeira fase, candidatos com formação cultural geral.

A prova oral de francês, por exemplo, avaliaria a “prática de conservação e tradução de trechos de prosa corrente ou de assumptos de natureza militar.” (BRASIL, 1920). A definição de um domínio razoável da língua francesa como critério do concurso de admissão marcava, definitivamente, a primazia do idioma na EEM. No regulamento anterior o estudo da língua era conteúdo de aulas práticas obrigatórias, juntamente com o espanhol, deixando o inglês como língua optativa. No novo regulamento, tais idiomas não figuram e o próprio francês não é mais conteúdo do curso regular, pois passara a ter seu conhecimento como condição para o ingresso na EEM. Vejamos se tal filtro de seleção pode ser contrastado com os assuntos das aulas do curso de estado-maior previstas no regulamento e disponíveis no quadro abaixo:

**Quadro 15 - Curso da Escola de Estado-Maior dividido em aulas (Regulamento de 1929) [versão resumida]<sup>54</sup>**

**1ª Aula - História Militar e Estratégia** - Baseada no estado e interpretação dos fatos de guerra. A parte de estratégia, reduzida a noções gerais, só será ministrada, em princípio aos alunos do 3º ano da categoria A, 2º ano da categoria B, e curso de revisão.

**2ª Aula - Tática geral** - Estudo da combinação dos esforços, das diversas armas. (Conferências, exercícios de aplicação e trabalhos e exercícios práticos).

**3ª Aula - Infantaria<sup>55</sup>** - Tem em vista o estudo dos petrechos de combate da infantaria e particularidades dessa arma na marcha, no estacionamento e nas diversas circunstâncias do combate. (Conferências, exercícios de aplicação e exercícios práticos).

**4ª aula - Cavalaria** - Será professada segundo os mesmos princípios estabelecidos para a aula de infantaria.

**5ª aula – Artilharia** - Será ministrada, de modo geral, como a aula de tática de infantaria. Compreenderá, não só o emprego tático, mas, ainda o técnico da arma.

**6ª aula – Engenharia** – Tem em vista o estudo da organização e do emprego das unidades de engenharia.

**7ª aula - Aviação** – Essa aula comportará, como as precedentes: conferências; exercícios de aplicação consistindo em: a) trabalhos táticos feitos em domicílio ou na Escola; b) sessões de jogo da guerra.

**8ª aula - Estado-Maior e serviços** – Estudo da organização e do funcionamento geral do serviço de Estado-Maior, em campanha, estudo do papel das diferentes seções e das relações existentes entre os E. M. e os principais serviços, principalmente, ligações e transmissões, reaprovisionamentos, etc. (Conferências, exercícios de aplicação, trabalhos em casa e estudos direcionados.)

**9ª aula – Ligações e transmissões** – Estudo dos diferentes meios de transmissão e a organização e emprego das unidades de transmissão (companhias e esquadros). Esta aula, ministrada pelo oficial francês telegrafista. (Conferências, exercícios de aplicação e exercícios práticos).

**10ª aula – Serviço de Material Bélico** – Estudo das questões de remunciação, de evacuação, reparação e substituição do armamento no decorrer das operações. Essa aula será dada pelo oficial francês instrutor de artilharia e pelo engenheiro francês especialista em pólvoras. (Conferências, exercícios de aplicação e visitas a estabelecimentos militares).

**11ª aula - Serviço de Engenharia** – Conferências sobre a fertilização permanente e o papel que poderá desempenhar na guerra moderna em ligação com os exércitos e sobre todos os trabalhos que incumbem a engenharia em campanha (fortificação, organização, construção e conservação das vias de comunicação terrestres e dos locais de estacionamento, construção das diversas espécies de pontos, emprego dos explosivos nas destruições e na guerra de minas).

**12ª aula - Serviço de Aviação** – Esta aula visa o estudo das questões de reabastecimento, de evacuação, reparação e substituição do material de aviação, no decorrer das operações. (Conferências, exercícios de aplicação e exercícios práticos).

Esta aula será ministrada pelo oficial da MMF, instrutor de aviação, e pelo engenheiro de aviação da MMF.

**13ª aula - Serviço de Intendência** – Abrange o estudo da organização e do funcionamento dos reaproveitamentos que ficam a cargo do Serviço de Intendência nos Exércitos.

<sup>54</sup> A versão resumida informa apenas os tópicos centrais das aulas e informações essenciais, como a destinação da aula por categoria de aluno e/ou curso. A versão completa do quadro, com as descrições detalhadas de todas as aulas e seus respectivos conteúdos está disponível no ANEXO 11.

<sup>55</sup> Em relação ao regulamento de 1920, a palavra tática foi retirada das aulas de Infantaria, Cavalaria e Artilharia. Foram adicionadas as aulas de Engenharia e Aviação.

**14ª aula - Serviço de Saúde** – Estudo dos princípios de higiene a observar nas diversas circunstâncias e os processos modernos de tratamento dos feridos de guerra; Estudo do funcionamento das formações sanitárias, das evacuações e do reaproveitamento em material sanitário, nos exércitos.

**15ª aula - Organização, Mobilização, Plano de Guerra, Plano de Operação (Cobertura, Concentração)** – O estudo da organização das diferentes unidades, dos Estados-Maiores e dos Serviços em tempo de paz e no de guerra, da mobilização desses elementos, da administração das reservas e, finalmente, das ideias gerais que presidem á organização dos planos de guerra e de operações.

**16ª aula - Vias de comunicação – Transportes** – Essa aula constará de duas partes: uma técnica, que será ensinada pelo oficial de engenharia da MMF; a outra, relativa ao emprego tático e estratégico, será ministrada por um oficial da MMF, especialmente designado.

**17ª Organização da Defesa Nacional** – Estudo das questões de organização e reaproveitamento nacionais em caso de guerra. Será professada por diferentes membros da MMF, especialistas nos diversos assumptos que nela serão desenvolvidos (aviador, intendente, medico, engenheiro de pólvoras, oficiais de E. M.. etc.

**18ª aula - Tática naval** – Estudo sumário dos diferentes tipos de navios de guerra e o modo de emprega-los, da defesa de costa, fixa e móvel, de emprego combinado das tropas de terra e mar (transporte de tropas, desembarques, etc).

**19ª aula – Geografia militar** – Estudo da influência dos fatores geográficos nas operações militares. A titulo de aplicação serão feitos estudos geográficos militares de certas regiões da América do Sul particularmente interessantes ao Brasil.

**20ª aula – Exércitos estrangeiros** – Tem em vista o estudo da organização dos principais exércitos sul-americanos.

**21ª aula – Direito internacional e administrativo** – Estudo de questões gerais de direito internacional público e de direito administrativo, que possam interessar aos oficiais de Estado-Maior a análise dos principais tratados firmados pelo Brasil e o exame da nossa organização administrativa geral, da nossa legislação industrial e do trabalho e da nossa legislação financeira.

**22ª aula – Economia política e Sociologia** – Nessa aula serão passadas em revista as principais questões de ordem doutrinaria relativas a essas disciplinas e examinados os principais problemas econômicos e sociais da atualidade particularmente interessantes para o Brasil.

O ensino na EEM comportará ainda, exercícios de criptografia, prática de datilografia, condução de viaturas automóveis, educação física e outros assumptos que pelo Chefe do EME forem mandados inserir nos programas.

**Fonte:** BRASIL, 1929.

Retomemos a proposta de analisarmos comparativamente os temas mais valorizados concurso de admissão e as aulas do curso de estado-maior da EEM. A primeira consideração diz respeito à quase hegemonia de atividades totalmente ou parcialmente teóricas. As conferências estavam presentes em quase todas as aulas, que também apresentavam grande quantidade de exercícios teóricos de aplicação e trabalhos em casa.

O aumento do número de aulas foi razoável, de 18 para 22, mas a maior mudança ficou por conta da grande diversificação dos temas e assuntos abordados, construindo um curso mais abrangente e generalista. A inclusão da aula de economia política e sociologia

reforça essa característica. Pela primeira vez, desde a criação da EEM, o estudo dos “principais problemas econômicos e sociais da atualidade” aparece como tema de discussão, denotando o esforço de uma compreensão mais alargada da realidade por parte dos egressos do curso de estado-maior<sup>56</sup>. O novo programa de aulas também incluiu assuntos militares diversos abordados de forma modular, como engenharia, aviação, tática naval, intendência, etc.

A realização dos estágios foi profundamente alterada, pois no regulamento de 1920 estava prevista apenas para o terceiro ano do curso, destinado a categoria A, e restrito a “trabalhos diversos como viagens de estado maior e as fronteiras.” (BRASIL, 1920). No regulamento de 1929, por sua vez, os estágios seriam realizados em diversas áreas, no primeiro ano e com prescrições mais detalhadas:

O emprego do tempo, durante o 1º ano do curso de Estado-Maior (categoria A), será feito de modo geral, da seguinte maneira:

1º – De 1 de abril a 10 de julho – Permanência na Escola para revisão do estudo de tática das armas, relativo a pequenas unidades;

2º – De 15 de julho a 30 de setembro – Estágios em cada uma das armas de infantaria, cavalaria e artilharia, diferentes da do aluno;

3º – De 1 a 15 de outubro – Estágio de transmissões;

4º – De 15 de outubro a 30 de dezembro – Estágio de aviação. (BRASIL, 1929).

A frequência desses diversos estágios era organizada de acordo com as armas de formação dos oficiais. Assim, os oficiais-alunos procedentes da Escola de Aviação seriam dispensados de estagiar em sua arma de origem, mas seriam “obrigados a estagiar nas outras, da seguinte maneira: na artilharia, por dois meses; na infantaria, por dois e na cavalaria por um.” (BRASIL, 1929). Os alunos da arma de engenharia, por sua vez, fariam os estágios de artilharia, cavalaria e aviação.

O regulamento também previa as localizações onde os estágios seriam realizados: 1) infantaria, cavalaria e artilharia seriam feitos nos corpos de tropa de Rio ou da Vila Militar; 2) transmissões no Centro de Transmissões; 3) aviação na Escola de Aviação Militar. O Diretor de estudos da EEM seria o responsável por detalhar as condições de execução dos estágios e o chefe do EME por determiná-las. Por fim, o regulamento determinava que durante os estágios de infantaria, cavalaria e artilharia os instrutores das aulas de tática dessas armas acompanhariam os trabalhos dos alunos.

Esses trabalhos seriam “orientados, comentados e completados em reuniões realizadas, em principio, no fim de cada semana.” (BRASIL, 1929). Assim, os instrutores

---

<sup>56</sup> Essa aula não consta nos conteúdos programáticos dos próximos regulamentos (1938, 1940 e 1942), apenas como conteúdos no concurso de admissão, e a partir de 1940 no curso preparatório oferecido aos candidatos a EEM.

estariam “autorizados a assistir os diversos exercícios executados pelas unidades nas quais existam alunos em estágio.” (BRASIL, 1929). As determinações sobre os estágios, de maneira geral, procuravam imprimir um aspecto prático às atividades eminentemente teóricas do curso de estado-maior.

O plano de ensino, assim como nos regulamentos anteriores, descrevia a organização das aulas por categorias e anos. A diferença ficava por conta da quantidade de artigos (quatro no de 1920, e doze no de 1929) e da diversidade de determinações. A divisão entre matérias “essencialmente militares” e matérias “não essencialmente militares”, criada pelo regulamento de 1920, foi mantida, assim como a exclusividade de instrutores membros da MMF para a o ensino das matérias “essencialmente militares”.

A distribuição das aulas foi organizada de acordo com os cursos e as diferentes categorias. O curso de estado-maior para a categoria A, com três anos de duração, era o mais extenso e diverso. O primeiro ano, chamado de preparatório, era dedicado à revisão do estudo de tática das armas, relativo a pequenas unidades, que seria realizado entre os dias 1 de abril e 10 de julho, na própria EEM. O restante do ano letivo, de 15 de julho a 30 de dezembro, seria completo com a realização de estágio<sup>57</sup> nas diversas armas, exceto a de formação original do oficial aluno. Também estava previsto um estágio na área de transmissões, que ainda não era considerada uma das armas de formação do oficial. O regulamento deixa claro que “as condições detalhadas de execução desses estágios serão propostas pelo diretor de estudos da Escola e determinadas pelo chefe do EME”. (BRASIL, 1929).

O segundo ano seria dedicado ao “estudo de tática das armas e de tática geral, (...) funcionamento dos E. M. e serviços nesse mesmo escalão; estudo das missões que podem ser atribuídas a unidades aéreas no âmbito das grandes unidades; economia política e sociologia; geografia e história militares (1º parte).” (BRASIL, 1929). No terceiro e último ano, a tática geral era novamente estudada, assim como “divisão aérea; estados-maiores e serviços nos escalões divisão e exército; noções de estratégia; organização e mobilização do Exército; questões relativas á organização da Defesa Nacional; direito internacional e administrativo; geografia e historia militares (2º parte).” BRASIL, 1929). Para os dois últimos anos do curso

---

<sup>57</sup> A descrição dos estágios é feita no Anexo II do regulamento, que apresenta, detalhadamente, todas as aulas: 2º – De 15 de julho a 30 de setembro – Estágios em cada uma das armas de infantaria, cavalaria e artilharia, diferentes da do aluno; 3º – De 1 a 15 de outubro – Estágio de transmissões; 4º – De 15 de outubro a 30 de dezembro – Estágio de aviação. Os alunos procedentes da arma de aviação serão dispensados do estágio nessa arma, mas serão obrigados a estagiar nas outras, da seguinte maneira: na artilharia, por dois meses; na infantaria, por dois e na cavalaria por um. Os alunos que provierem da engenharia farão apenas os estágios de artilharia, cavalaria e aviação. Os estágios nas armas de I. C e A serão feitos nos corpos de tropa de Rio ou da Villa Militar; o de transmissões no Centro de Transmissões; o da arma de aviação na Escola de Aviação Militar. (BRASIL, 1929)

estavam previstas aulas de equitação e viagens de Estado-Maior, mas sem descrições de qualquer aspecto.

Os alunos da categoria B, por sua vez, deveriam seguir o programa de aulas relativo ao segundo e terceiro anos do curso destinado à categoria A, com dispensa da equitação. Por ser um curso de apenas um ano, é evidente que os conteúdos e as aulas foram condensados, com o intuito de aligeirar o processo de formação dos oficiais-alunos, especialmente os de alta patente. Tal tentativa fica ainda mais evidente quando o regulamento descreve o curso destinado aos alunos da categoria C, referentes ao curso de revisão, que deveriam seguir o mesmo programa dos alunos da categoria B, com a orientação de que “o ensino das matérias não essencialmente militares ser reduzido ao mínimo.” (BRASIL, 1929).

Tratava-se, portanto, de sintetizar um curso que já foi adaptado e condensado. Essas medidas geravam, inevitavelmente, uma formação mais superficial e de pouca abrangência temática. Ao fim do curso, os alunos da categoria B e, especialmente, da categoria C dificilmente recebiam uma formação que causasse impacto em sua prática profissional. Ademais, a intenção de conjugar a elite militar, destinada aos cargos no alto comando, esbarrava nesse problema. Somente um movimento de alteração na tradicional postura reticente dos oficiais, especialmente os superiores, em relação aos estudos sistemáticos e de longa duração, seria capaz de estabelecer as condições necessárias para a formação dessa elite militar.

Os programas anuais de ensino seriam estabelecidos pelo diretor de estudos da Escola, geralmente um oficial francês, e deveriam ser submetidos à consideração o chefe do EME. Os programas, definidos para cada um dos cursos, fixariam:

os assuntos que seriam ministrados pelos membros da Missão Militar Francesa (...) os assuntos que não poderão ser ensinados por membros dessa Missão, mas cujo ensino convém ser ministrado (...) a repartição geral do ensino das diferentes matérias no decurso do ano. (BRASIL, 1929).

As definições referentes ao curso de informações deveriam ser “muito gerais”, pois o programa minucioso, organizado pelo chefe da MMF, seria apresentado em cada ano, antes da abertura desse curso. Essa flexibilidade está diretamente ligada às características do curso: formação rápida, geral e abrangente destinada a oficiais superiores.

A criação do curso de revisão, ainda pelo regulamento de 1920, já apresentava o objetivo de oferecer cursos mais rápidos para oficiais de alta patente, atualizando seus conhecimentos técnicos diante dos oficiais mais jovens, que tinham uma formação mais atualizada em relação aos grandes temas táticos, por exemplo. Na década de 1920, grande parte da alta oficialidade era formada pelos chamados “bacharéis de farda”: oficiais que



tinham uma formação positivista e generalista, típica da Escola Militar da Praia Vermelha. A maioria deles se formara no final do século XIX, e desde então estavam mais ligados a atividades práticas de instrução e, principalmente, comando de tropas. O General Setembrino de Carvalho, Ministro da Guerra entre 1922 e 1926 e veterano da campanha do Contestado, havia terminado seus estudos em 1884, quando se formou engenheiro militar. José Caetano de Faria, Ministro da Guerra entre 1914 e 1918, frequentou a EMPV na década de 1870. Ambos não frequentaram cursos de aperfeiçoamento, assim como a maioria dos oficiais de sua geração, e convencê-los a isso não era uma tarefa fácil. O General Francisco Paula Cidade completa ao relatar que:

Os altos chefes militares, embora não o dissessem pública e claramente, achavam-se velhos para reiniciarem seus estudos e, como não tinham acompanhado os progressos vertiginosos da arte da guerra, evitavam o indesejável confronto com os oficiais seus comandados pertencentes às gerações mais novas.(CIDADE, 1998, p.435).

O receio de um confronto, nos bancos da escola, com as gerações mais novas foi atenuado com a criação do curso de informações. Entretanto, mesmo com um cenário favorável ainda pesavam questões importantes sobre a formação dos oficiais mais antigos:

Homens que durante uma vida inteira haviam sido admirados pela sua cultura geral, notadamente no campo da matemática – pedra de toque das velhas gerações militares para aferir a competência de um oficial – como poderiam, já em fim de carreira adquirir os conhecimentos feitos de casos particulares e grande vulto, que a moderna arte militar estava a exigir? Como poderiam avaliar as necessidades de planejamento requerido pela guerra de nossos dias, se no Brasil eram poucos, e não eles, os que com seus estudos pessoais haviam adquirido a convicção de que nesse terreno existia alguma coisa mais do que a simples instrução aprimorada da tropa? (CIDADE, 1998, p.435-436).

Essas dificuldades formativas geraram um alto comando pouco afeito a mudanças e aos estudos. Segundo Cidade, tal composição gerava um problema que “se apresentava aos governantes, em regra, influenciados, pelo menos em parte, pela ação retardadora dos altos chefes militares daquela época.” (CIDADE, 1998, p.435-436). Robert Hayes (1991) é mais categórico ao afirmar que após a chegada da Missão Militar Francesa os velhos oficiais não tinham “condições de acompanhar o padrão de ensino técnico que ela se propõe a estabelecer.” (HAYES, 1991. p. 135).

Entretanto, mesmo diante de tal cenário e a despeito das dificuldades e resistências, nove generais<sup>58</sup> integraram a primeira turma do curso de informações, ministrado na Escola

---

<sup>58</sup> José Fernandes Leite de Castro, Estanislau Vieira Pamplona, José Luiz Pereira de Vasconcellos, Diogenes Monteiro Tourinho, João Gomes Ribeiro Filho, Francisco Ramos de Andrade Neves, Constancio Deschamps Cavalcanti, Alfredo Malan d'Angrogne e Firmino Antonio Borba. Todos os generais tinham sido convidados

de Estado-Maior a partir do dia sete de outubro de 1929. De acordo com o relatório do General Tasso Fragoso, chefe do Estado-Maior, o curso foi inaugurado pelo Contra-Almirante Arnaldo Siqueira Pinto da Luz, Ministro da Marinha, que, naquele momento, também respondia pelo expediente do Ministério da Guerra.

Na obra do general Alfredo Malan (1988) consta um aviso do Ministro da Guerra endereçado ao chefe do Estado-Maior, datado do dia 30 de setembro de 1929. O aviso autorizava o convite a generais para frequentar o curso de informações, mesmo antes da publicação do Regulamento, uma vez que o curso já estava previsto no decreto nº 5.632, de 31 de dezembro de 1928, a conhecida lei do ensino militar. O aviso também autorizava a designação dos oficiais generais que deveriam exercer o comando de grandes unidades nas manobras de quadros do Exército, que seriam realizadas em outubro do mesmo ano.

O curso teve duração de quatro semanas, a previsão inicial era de três, e consistiu, basicamente, em uma série de palestras, como podemos notar no quadro abaixo:

<b>Quadro 16 – Programa do Curso de Informações (1929)</b>	
<b>PRIMEIRA SEMANA</b>	<b>TERCEIRA SEMANA</b>
<p><b>Segunda-feira, 7 de outubro, as 9 horas</b> - Abertura do curso pelo General Spire. Infantaria – Tenente Coronel Corbé.</p> <p><b>Terça-feira, 8 de outubro, as 9 horas</b> Tática geral – Coronel Baudouin – primeira conferência.</p> <p><b>Quarta-Feira, 9 de outubro, as 9 horas</b> Aviação – Tenente-Coronel Doudeuil.</p> <p><b>Quinta-feira, 10 de outubro, as 9 horas</b> Cavalaria – Tenente-Coronel Doudeuil.</p> <p><b>Sexta-feira, 11 de outubro</b> De 8h30 às 11h – apresentação da 1ª Formação Sanitária Divisionária. Das 14 às 16h – Artilharia – Tenente-coronel Charbol.</p> <p><b>Sábado, 12 de outubro</b> -Feriado Nacional.</p>	<p><b>Segunda-feira, 11 de novembro, as 9 horas</b> Geografia – Dr. Delgado de Carvalho.</p> <p><b>Terça-feira, 12 de novembro, às 8h30</b> Escola de Aviação Militar – Visita ao Campo dos Afonsos.</p> <p><b>Quarta-Feira, 13 de novembro, às 9 horas</b> Defesa de Costa – General Leite de Castro.</p> <p><b>Quinta-feira, 14 de novembro, às 9 horas</b> Transportes – 1ª conferência – Tenente-coronel Jasseron.</p> <p><b>Sexta-feira, 15 de novembro</b> - Feriado Nacional.</p> <p><b>Sábado, 16 de novembro</b> - Livre, para que os Srs Generais possam assistir a 3ª Conferência de estratégia do Sr. General Spire, na Escola de Estado-Maior, às 9 horas.</p> <p><b>Nota</b> – a conferência do dia 11 foi adiada para 18.</p>
<b>SEGUNDA SEMANA</b>	<b>QUARTA SEMANA</b>
<p><b>Segunda-feira, 4 de novembro, Vila militar</b> De 8h30 às 9h30 – demonstração de educação física na ESI. Das 9h40 às 10h – Visita ao Centro de Instrução de Transmissões.</p>	<p><b>Segunda-feira, 18 de novembro, as 9 horas</b> - Situação econômica da Argentina, Uruguai e Paraguai e sua influência sobre os países vizinhos – Dr. Delgado de Carvalho.</p> <p><b>Terça-feira, 19 de novembro, às 9 horas</b> Reabastecimento e mobilização agrícola –</p>

pelo Chefe do Estado-Maior.

<p><b>Terça-feira, 5 de novembro, às 9 horas</b> Operações no mar – Contra-Almirante Pinto da Luz, Ministro da Marinha.</p> <p><b>Quarta-Feira, 6 de novembro, às 9 horas</b> Tática geral – Coronel Baudouin – 2ª conferência.</p> <p><b>Quinta-feira, 7 de novembro, às 9 horas</b> Guerra química – Engenheiro Pepin Léhalleur.</p> <p><b>Sexta-feira, 8 de novembro, às 9 horas</b> Artilharia – Tenente-coronel Charbol.</p> <p><b>Sábado, 9 de novembro</b> - Livre, para que os Srs Generais possam assistir a 2º Conferência de estratégia do Sr. General Spire, na Escola de Estado-Maior, às 9 horas.</p> <p><b>Fonte:</b> ESTEVES, 1996, pp.136-138</p>	<p>General Bruchalet.</p> <p><b>Quarta-Feira, 20 de novembro, às 9 horas</b> Exércitos sul-americanos – General Malan.</p> <p><b>Quinta-feira, 21 de novembro, às 9 horas</b> Mobilização – Tenente-Coronel Hughes.</p> <p><b>Sexta-feira, 22 de novembro, às 9 horas</b> Transportes – 2ª conferência – Tenente-coronel Jasseron.</p> <p><b>Sábado, 23 de novembro</b> - Livre, para que os Srs Generais possam assistir a 4º Conferência de estratégia do Sr. General Spire, na Escola de Estado-Maior, às 9 horas</p> <p><b>Nota:</b> Todas as conferências foram realizadas na Escola de Estado-Maior do Exército, salvo aquelas com indicação contrária.</p>
--	---

O relatório ainda informava que estava prevista:

uma conferência sobre “Direito das Gentes”, que deixou de realizar-se por não ter sido designado respectivo encarregado pelo Ministério da Relações Exteriores, como havia sido assentado. De todas as conferências quinze estão sendo impressas para serem distribuídas reservadamente aos Srs. Generais e ao Estado-Maior do Exército. (ESTEVES, 1996, p. 138).

Alguns aspectos presente no programa do curso de informações de 1929 merecem uma análise mais detida. Em primeiro lugar, temos dois dos generais inscritos no curso que atuaram como conferencistas: Leite de Castro (Defesa de Costa) e Alfredo Malan (Exércitos sul-americanos). Tal fato aponta para o caráter eminentemente formal do curso, ou seja, acima de tudo, simbólico. Em outras palavras, o curso servia para demonstrar para parte da alta oficialidade, e até para o restante da oficialidade, a disposição de generais importantes, quase todos estiveram presentes nos diversos eventos militares do início da vida republicana do país, em dar continuidade aos estudos. Demonstrando, assim, a valorização dos chamados altos estudos. Na prática, temos ciclos de palestras sobre temas gerais, quase todas ministradas por membros da MMF. Vale ressaltar que tais oficiais eram, na maioria, de patente menor do que os generais inscritos no curso, o que, inevitavelmente, causou desconforto para os velhos generais brasileiros, pois tal situação era praticamente inexistente nas instituições de ensino militar.

O regulamento trazia algumas medidas para amenizar possíveis constrangimentos aos oficiais superiores que frequentassem os cursos na EME. Os oficiais generais que frequentassem o curso de informações, por exemplo, ficaram subordinados diretamente ao chefe da EME. As faltas disciplinares cometidas por oficiais das categorias B e C, mais

antigos na carreira militar, que o comandante da escola seriam julgadas pela “autoridade superior”, novamente o chefe do EME.

As conferências ministradas pelo único civil presente no curso versavam sobre geografia e aspectos socioeconômicos de países da sul-americanos. Carlos Miguel Delgado de Carvalho era um eminente professor e geógrafo brasileiro<sup>59</sup> que, segundo Barros (2008), participou nas atividades de magistério das escolas de Intendência e estado Maior do exército, em 1921. Delgado de Carvalho publicou em 1913 o livro *Geografia do Brasil*, que apresentava uma descrição topográfica do Brasil, com destaque em relação “tema das fronteiras políticas entre as nações.” (BARROS, 2008, p.328).

Ainda segundo o autor, a geografia elaborada por Delgado de Carvalho teve importante papel na difusão do conhecimento territorial no Brasil: “seus trabalhos didáticos ofereceram aos que se escolarizavam num país em franca expansão e urbanização, e cheio de imigrantes, um elemento de identidade territorial cívica nacional.” (BARROS, 2008, p.329). Além do aspecto educacional, a concepção de geografia defendida tinha uma função política e cultural, pois, Delgado de Carvalho:

Por meio da ideia de um todo Histórico-Geográfico, participou das discussões que forneceram identidades macrorregionais, tudo isso como típicos artefatos mentais de confecção pela cultura urbana central que procedia às representações do país quando esse procurava afirmar-se como nação. (BARROS, 2008, p.329).

A presença de palestrantes civis não era novidade nos cursos da Escola de Estado-Maior, na maioria das vezes os temas abordados estavam relacionados às riquezas e potencialidades da economia nacional e aspectos econômicos regionais, especialmente do cone sul. Outros temas abordados com frequência eram as teorias jurídicas, como o direito internacional e estudos sobre a geografia e topografia nacionais.

Outro aspecto que reforçava o caráter formal do curso de informações era a inexistência de “exames, nem juízos ou averbações de espécie alguma.” (BRASIL, 1929). Assim, apenas os alunos do curso de estado-maior e do curso de revisão seriam submetidos a exames e avaliações, de acordo com suas respectivas categorias. Sobre os oficiais inferiores inscritos no curso de estado-maior (categoria A) incidiam a maior carga de avaliações, especialmente por conta da realização dos estágios, durante o primeiro ano de curso. De

---

<sup>59</sup> Nasceu em Paris em 10 de abril de 1884. Foi educado na Inglaterra, Suíça e França. Tinha formação eclética: Direito pela Universidade de Lausanne, diplomado pela École Libre des Sciences Politiques e pela London School of Economics. No Brasil se dedicou ao estudo da geografia nacional. Entre 1920 e 1940 lecionou Sociologia no Colégio Pedro II. A partir de Em 1940, ingressou na Faculdade Nacional de Filosofia, como catedrático de História Moderna e Contemporânea. Em 1956 foi eleito, pelo Conselho Universitário, professor Emérito da referida Faculdade.

acordo com o regulamento, ao final do primeiro anos os oficiais-alunos deveriam apresentar relatórios aos oficiais que dirigiram os estágios. Tais relatórios seriam avaliados pelos oficiais da MMF, que remeteriam a nota ao diretor de estudos, que tinha a prerrogativa de realizar correções na nota.

Para os alunos do curso de estado-maior (categoria A e B), a lista de avaliações era extensa e mantiveram o maior peso e diversidade para as matérias essencialmente militares. Para as matérias não essencialmente militares as atividades seriam mais leves, e cujo ensino seria “orientado por meio de conferencias e o aproveitamento julgado á vista de trabalhos escritos, feitos com tempo limitado, de preferencia em domicilio” (BRASIL, 1929). Os oficiais superiores (categorias B e C) também foram alvo de considerações específicas: “as arguições o as criticas dos trabalhos dos oficiais superiores, alunos das categorias B e C, serão realizados em sessões especiais, a eles destinadas, e sempre por oficiais da MMF.”<sup>60</sup> (BRASIL, 1929).

O cálculo na nota definitiva (final) foi alterado e deveria ser composto pela média aritmética de três notas: 1) nota de curso (média aritmética das notas médias<sup>61</sup>, levados em conta os respectivos coeficientes); 2) aptidão geral<sup>62</sup> (apreciação do diretor de estudos); 3) nota de exame de fim de estudos. A nota de aptidão geral é uma versão da “nota de apreciação geral”<sup>63</sup>, que no novo regulamento dava ênfase a figura do diretor de estudos. O estabelecimento de coeficientes deixava clara a determinar de valorizar as matérias militares, como podemos observar nos dados disponíveis no anexo 3 do regulamento:

**Tabela 7 – Coeficientes para atribuição de pontos das “nota de curso” e “nota de exame de fim de estudos”, divididos por temas (Regulamento de 1929)**

	<b>Tema</b>	<b>Coeficiente</b>
<b>Matérias essencialmente militares</b>	Tática geral e Estado-Maior	20
	Infantaria	6
	Artilharia	6
	Cavalaria	5
	Aviação	5

<sup>60</sup> A redação desse item foi alterada pelo decreto n. 22.703 , de 11 de maio de 1933: “As arguições e as criticas do trabalhos dos oficiais superiores, alunos das categorias B e C serão realizadas como as dos alunos das demais categorias, isto é, em sessões normais ou comuns, as primeiras sempre com a presença do professor ou professores franceses, enquanto a Missão estiver no Brasil.” (BRASIL, 1933).

<sup>61</sup> As matérias militares e não militares teriam uma nota média data, que correspondia a média aritmética de todas as atividades avaliativas realizadas.

<sup>62</sup> “No fim do mês de novembro os instrutores emitirão uma apreciação escrita sobre cada um dos alunos, a fim de orientar a apreciação do diretor de estudos. A deste será expressa em grau de 0 a 10, que constituirá a nota de aptidão geral.” (BRASIL, 1929).

<sup>63</sup> “No fim do mês de dezembro os oficiais professores da Missão Militar Francesa darão uma nota escrita de apreciação relativa ao valor de cada oficial alunos, do ponto de vista de seus conhecimentos militares sobre os grandes problemas da guerra e matéria de tática e de estado-maior. Essas apreciações servirão de base ao comando superior da Escola para o estabelecimento de uma nota, numérica de apreciação geral dada a cada aluno.” (BRASIL, 1920).

Engenharia	2
Equitação	1
<b>Matérias não essencialmente militares</b>	<b>5</b>

**Fonte: BRASIL, 1929.**

O destaque fica por conta da proeminência do tema de “Tática geral e Estado-Maior”. A atribuição dessa importância pode ser vista como uma tentativa de consolidar a Escola de Estado-Maior como a instituição militar de referência quando se tratava do estudo da tática. Aqui empregamos a definição geral de tática, que segundo o glossário das forças armadas, pode ser entendida como a:

Arte de dispor, movimentar e empregar as forças militares em presença do inimigo ou durante o combate. Cuida do emprego imediato do poder para alcançar os objetivos fixados pela estratégia, compreendendo o emprego de forças, incluindo seu armamento e técnicas específicas. (BRASIL, 2007, p.251).

Na Escola de Estado-Maior, o estudo da tática foi desenvolvido, sistematicamente, por meio de diversos tipos de atividades que simulavam situações de conflito, nas quais os alunos deveriam elaborar as ações a serem tomadas, como vimos no trabalho de conclusão de estágio de Artur Levy de 1937.

Bellintani (2009) apresenta um documento datado de 3 de janeiro de 1930 que descrevia um projeto enviado ao Ministro da Guerra, pelo chefe do EME onde era requisitada a supressão da supracitada “nota de aptidão geral”. Segundo o documento, o EME viu na ocasião de reformulação do regulamento de ensino a possibilidade de extinguir o “julgamento do caráter” de um oficial brasileiro por um oficial estrangeiro. Em sua defesa, o comando da missão afirmava ser “regularmente imparcial” e “no julgamento aos oficiais, descartar toda influência política e o favoritismo, selecionando com discernimento para o bem do exército os elementos mais aptos às funções que exigem grandes responsabilidades.” (BELLINTANI, 2009, p.492).

As classificações finais também foram levemente alteradas, aumentando a abrangência das menções “muito bem” e “bem”<sup>64</sup>. A média inferior a 5 foi mantida como nota de corte, e alterando o status de acordo com a categoria: se pertencesse a categoria A, seria considerado “reprovado”, e para as categorias B e C, “sem aproveitamento”. Vale ressaltar que os alunos-oficiais que concluíssem o curso de revisão não receberiam “nenhum diploma ou atestado.” (BRASIL, 1929).

No item sobre o pessoal administrativo da EEM, mantiveram-se praticamente os

---

<sup>64</sup> 1) A menção “muito bem” correspondendo as notas entre 8 e 10; 2) A menção “bem” para as notas de 6 e 7; 3) A menção “regular” para as notas 5.

mesmos cargos e atribuições do Regulamento de 1920. As atribuições do diretor de estudos e do pessoal docente, por sua vez, sofreram alterações consideráveis. O caso emblemático é o substancial aumento de poder dado ao diretor de estudos, especialmente em virtude da extinção da função de comandante superior de ensino<sup>65</sup>. Assim, o Diretor de Estudos passou a exercer as funções do comandante, e para tanto tinha disporia, de acordo com o regulamento, de uma espécie de “equipe pedagógica”, com destaque para dois grupos de oficiais com funções específicas no ensino.

O primeiro grupo era formado por oficiais superiores com curso de estado-maior e membros da MMF, cuja composição era a seguinte: um oficial adjunto do diretor de estudos; um instrutor de tática de cavalaria; um instrutor de tática de infantaria; um instrutor de tática de artilharia. O segundo grupo era formado de por oficiais brasileiros, chamados de auxiliares de ensino, e era composto da seguinte forma: dois para a aula de tática geral; um para a aula de história militar e noções de estratégia; um para a aula de tática de infantaria; um para a aula de tática de artilharia; um para a aula de tática de cavalaria; um para a aula de tática aérea. O diretor ainda disporia dos professores brasileiros, militares ou civis, serão designados pelo Ministro da Guerra dentre os professores vitalícios, em disponibilidade por indicação do chefe do EME, para o ensino de certas aulas<sup>66</sup>. Por fim, a equipe seria composta por um instrutor para o ensino de equitação. O grupo de oficiais franceses era, naturalmente, o mais importante e constituíam os elementos mais próximos ao diretor.

Assim como no Regulamento de 1920 as funções dos professores, civis ou militares, e dos instrutores não foram definidas. Entretanto, para os auxiliares de ensino as determinações eram detalhadas, e elencavam como atribuição principal “secundar” os instrutores da MMF. Dessa forma, os oficiais brasileiros acompanhariam o trabalho dos oficiais franceses, que, por sua vez, os aperfeiçoariam “na organização de temas táticos e conferências, na direção de exercícios na carta e no terreno, e na correção dos trabalhos feitos pelos alunos.” (BRASIL, 1929). Eventualmente, os instrutores poderiam, de acordo com a avaliação do Diretor de estudos, substituir os oficiais franceses em seus “impedimentos temporários”, com exceção das provas e exames.

A função de “auxiliar de ensino” foi criada em substituição as funções de “professor adjunto” e “professor estagiário”, criadas pelo Regulamento de 1920 e pelos decretos de 1922

---

<sup>65</sup> Para retomar a descrição e análise das funções do Comandante superior de instrução e do Diretor de estudos no Regulamento de 1920, consultar as páginas 134 a 136.

<sup>66</sup> O chefe do EME poderia ainda: “designar, para o ensino de certas aulas, oficiais do EME, os quais desempenharão essas funções com ou sem prejuízo dos serviços dessa repartição, a juízo do chefe. (...) propor oficiais ou civis de reconhecida competência para regência anual dessas aulas.” (BRASIL, 1929).

e 1924<sup>67</sup>. Assim, temos a fusão de duas funções, simplificando e aprofundando a distinção entre oficiais brasileiros e franceses. O Regulamento de 1929 mantinha a determinação de que o, agora, auxiliar de ensino exercia uma “função inerente ao oficial de Estado-Maior; o oficial no exercício dessa função é para todos os efeitos, considerado nesse serviço. Deverá exercê-la por tempo limitado, voltando ao Estado-Maior ou á tropa, de acordo com o regulamento do EME” (BRASIL, 1929).

A nova norma mantinha a afirmação subjetiva de que a designação de professor ou auxiliar de ensino na EEM constituía “prova de alta distinção conferida ao oficial”. A novidade ficava por conta da inclusão de menção especial do chefe do EME, registrada na fé de ofício do militar, caso desempenhasse a função “a contento do diretor de estudos” (BRASIL, 1929).

A concentração de todos os docentes e instrutores como membros de um grupo do diretor de estudos apontava para um maior controle e poder sobre estes. Outra mudança digna de nota é a atuação do diretor como docente das aulas de Tática geral, História militar e noções de estratégia. O diretor adjunto, por sua vez, era responsável pela aula de Estado-Maior e serviços. O general chefe da MMF, por sua vez, ministraria parte do ensino do curso de informações, com a prerrogativa de nomear membros da MMF para realizarem “conferências sobre certos assuntos gerais ou militares, cuja explanação julgue conveniente.” (BRASIL, 1929). Ao chefe do EME, caberia o direito de designar oficiais de sua repartição, oficiais gerais ou até civis de reconhecida competência para realizar “conferências sobre outros assuntos que, por natureza, exijam conhecimentos de certas questões peculiares ao Brasil.” (BRASIL, 1929). O Ministro da Guerra da guerra seria o responsável por “arbitrar” a gratificação mensal recebida pelos professores, instrutores e auxiliares de ensino, com exceção dos oficiais franceses que tinham seus vencimentos definidos pelo contrato da MMF com o governo brasileiro.

O regulamento de 1929 ganhou nova redação de alguns artigos em 1932<sup>68</sup> e 1933<sup>69</sup>, e em relação ao corpo docente uma mudança é digna de análise. O artigo 75 da norma de 29 definia que os auxiliares de ensino exerceriam “suas funções na Escola de Estado-Maior sem prejuízo das que lhes couberem no EME, sempre que o chefe desta repartição julgue necessária e possível a simultaneidade dos trabalhos.” (BRASIL, 1929). Essa acumulação de funções não era novidade, mas estava restrita aos auxiliares de ensino, oficiais brasileiros. A

---

<sup>67</sup> Consultar o item 4.1, pp. 139-142.

<sup>68</sup> Decreto nº 22.276, de 29 de dezembro de 1932 - Altera o regulamento da Escola de Estado Maior.

<sup>69</sup> Decreto nº 22.703, de 11 de Maio de 1933. Altera o regulamento da Escola de Estado Maior.



nova redação ampliava a abrangência dessa determinação:

“Os professores, auxiliares de ensino, instrutores e auxiliares de instrutor, poderão ser utilizados para a execução dos trabalhos e serviços eventuais que o Chefe do Estado Maior do Exército julgar necessários, sem prejuízo, porém, de suas funções normais na Escola.” (BRASIL, 1933).

Se antes apenas o auxiliar poderia exercer suas funções na EEM sem prejuízo a ação no EME, agora a lógica se inverte. Toda a equipe pedagógica poderia ser “utilizada” para exercer funções pontuais no EME, a critério do próprio chefe do Estado-Maior.

O sistema disciplinar e de recompensas do novo regulamento manteve os estágios em países estrangeiros, estendendo o direito a todos os alunos (categorias A, B e C) que concluíssem o curso com menção “muito bem”<sup>70</sup>. O controle de frequência manteve a marcação de um ponto por falta justificada e três, para as faltas não justificadas, aumentando o limite de pontos de quinze para vinte por ano letivo. Esse limite seria aumentado para quarenta pontos em caso de “de força maior, doença grave ou acidente e o oficial tiver obtido nos trabalhos anteriores média geral superior a 5”. (BRASIL, 1929). Essa mudança, assim como a alteração das menções das notas, procurava dar uma feição menos rígida ao curso, tornando-o mais atrativo para o oficialato.

O prédio da Escola de Estado-Maior, inaugurado em 1920, foi mantido por cerca de vinte anos e não sofreu grandes reformas. Uma comparação entre as dependências requisitadas nos regulamentos de 1920 e 1929 corroboram tal afirmação. A diferença fica por conta do maior detalhamento da nova norma, e isso pode ser explicado por dois fatores: 1) O regulamento de 1920 foi elaborado antes da inauguração na sede da EEM, que só passou a receber os alunos em 1921. Assim, é natural que suas determinações fossem mais básicas e generalistas; 2) Após cerca de oito anos de funcionamento naquele prédio a acomodação dos cursos e a ocupação dos espaços foram, provavelmente, melhor elaboradas. Isso permitiu uma caracterização melhor das dependências da EEM, como podemos observar no quadro abaixo:

<b>Quadro 17 – Material de ensino e dependências da Escola (comparativo entre o regulamento de 1920 e 1929)</b>	
<b>Regulamento de 1920</b>	<b>Regulamento de 1929</b>
Biblioteca <sup>71</sup>	Biblioteca
Material para o ensino de desenho;	Gabinete de desenho e projeção luminosa;
Gabinete de eletrotécnica militar;	Salas para aulas
Gabinete de fotografia	Salas para estudos de geografia militar, de tática,

<sup>70</sup> No regulamento anterior tal direito era limitado aos dois melhores alunos de cada categoria.

<sup>71</sup> contendo livros, revistas, coleção de leis e regulamentos e publicações de importância militar. (BRASIL, 1920)

	estratégia e historia militar, onde se reúnam cartas, mapas, plantas, dados estatísticos, descrições e memorias relativas a esses assumptos;
Instrumentos e material para os trabalhos de topografia	“sala secreta” com material para impressão dos temas organizados pela M. M. F., arquivo de cartas e originais dos referidos temas;
Sala para os estudos de geografia militar, da tática e da estratégia onde se reúnam cartas, mapas, plantas, descrições, dados estatísticos e memorial, muito especialmente sobre a América do Sul	Picadeiro, uma pista de obstáculos e um certo numero de cavalos e arreamento de montarias necessários ao ensino de equitação
cavalos para exercícios de equitação;	Sala de armas;
peças de arreamento e penso dos animais.	Ferraria e uma enfermaria veterinária;
	Officinas de carpinteiro e de seleiros-corrieiros.
<b>Fonte:</b> (BRASIL, 1920), (BRASIL, 1929)	

O Relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército de 1929, e assinado pelo General Alexandre Henriques Vieira Leal, fazia uma pequena comparação entre as instalações da escola no início e ao fim da década de 1920: “contratada a Missão em 1919 iniciou ela seus trabalhos no Brasil em 1920. Então a Missão não dispunha ainda de instalações amplas e confortáveis com são, por exemplo, as da atual Escola de Estado-Maior.” (ESTEVEZ, 1996, p.139). A manutenção da sede por alguns anos foi, sem dúvida, um aspecto importante para a referida melhora nas instalações da EEM.

De maneira geral, o Regulamento de 1929 manteve a essência e a orientação geral do regulamento anterior, incrementando as caracterizações e o detalhamento das determinações. A abrangência da norma também aumentou, dando a impressão de uma tentativa de maior controle em praticamente todos os âmbitos da EEM. Em relação ao ensino, como vimos ao longo desse item, ficou evidente a reafirmação do ensino teórico em detrimento do prático, a despeito do esforço dos oficiais do EME e da MMF.

O regulamento de 1929 foi elaborado para durar, pelo menos, os nove anos de seu antecessor. No entanto, a eclosão da Revolução de 1930 e seus desdobramentos nos anos seguintes alteraram substancialmente esse cenário. A primeira mudança de vulto foi a renovação e alteração do contrato da Missão Militar Francesa em 1932, claramente diminuindo sua área de atuação e, em certa medida, sua influência. Esse cenário coincidiu com a ascensão de jovens oficiais, formados pelos franceses na EEM, ao alto comando do exército, forçando uma precoce revisão de diversas diretrizes nas instituições militares de

ensino, culminando com a elaboração de um novo regulamento para a EEM em 1934.

#### **4.4 A Revolução de 30: das conspirações civis e militares ao Governo Provisório**

O final da década de 1920 foi um período notadamente marcante na história política da república brasileira. O governo de Washington Luís, candidato único e eleito em 1926, foi relativamente mais calmo do que o de seu antecessor, Artur Bernardes. Em 1929, no seu último ano de mandato, iniciou-se um novo processo de sucessão presidencial. Tudo indicava que as regras que norteavam o funcionamento da política até então seriam mais uma vez cumpridas: as forças da situação, por meio do presidente da República, indicariam um candidato oficial, que deveria ser apoiado pelas oligarquias estaduais. Dessa vez, contudo, uma cisão se processaria no cerne do próprio grupo dominante. Washington Luís, resolvido a fazer seu sucessor indicou o governador de São Paulo, e também paulista, Júlio Prestes como candidato oficial. Com isso, rompia-se o acordo usual com Minas Gerais, que esperava ocupar a presidência da República, na figura do seu governador, Antônio Carlos de Andrada.

A divergência entre Minas e São Paulo abriu espaço para que outras disputas e pretensões, sufocadas num passado não muito distante, pudessem ressurgir. Nesse contexto surgiu a iniciativa de articular uma candidatura paralela para as eleições março de 1930. A ação partiu do governador de Minas Gerais, que buscou formar um grupo de políticos mineiros dispostos a construir essa oposição. Seus principais colaboradores foram os políticos mineiros Francisco Campos, Virgílio de Melo Franco, José Bonifácio e Afrânio de Melo Franco. Estes buscaram uma aproximação com outros políticos, e um dos primeiros contatos foi com o recém-líder da bancada gaúcha, o deputado João Neves da Fontoura. As conversações entre os deputados mineiros e Neves, orientavam-se no sentido de uma indicação de um nome do Partido Republicano do Rio Grande do Sul (PRR), pelo Partido Republicano Mineiro (PRM), para candidatura nas próximas eleições. Os nomes mais cogitados eram o do Governador do Rio Grande do Sul, Getúlio Vargas e do tradicional chefe do PRR, Borges de Medeiros.

A correspondência entre João Neves e Getúlio Vargas<sup>72</sup>, nesse período de articulação, nos fornece a possibilidade de observar a dificuldade encontrada em convencer o governador do Rio Grande do Sul em aceitar o acordo com o PRM, devido à sua lealdade ao presidente e sua desconfiança acerca das intenções de Antônio Carlos. Em uma das cartas, do dia 13 de janeiro de 1929, João Neves fazia alguns apontamentos sobre o posicionamento político dos

---

<sup>72</sup> Reproduzidas na autobiografia de João Neves da Fontoura. (FONTOURA, 1962).

mineiros: 1) Antônio Carlos vetaria frontalmente a candidatura de Júlio Prestes; 2) Não teria candidato mineiro 3) Como indicação do Catete, aceitaria um riograndense; 4) Adotaria o nome de um líder gaúcho para opor, em luta, a uma candidatura oficial paulista. (FONTOURA, 1962, p.53). A resposta de Vargas veio em carta datada de 21 de julho, enviada a outro mediador gaúcho do diálogo, João Daudt de Oliveira:

O Rio Grande não foi abordado nem direta nem indiretamente sobre a sucessão presidencial. Não temos, pois compromissos de nenhuma espécie. Caso venha, portanto, surgir a oportunidade – a que te referes – do Rio Grande, este, é claro, sob pena de falhar aos seus próprios destinos não poderá recusar. (FONTOURA, 1962, p.53).

A escolha por uma posição de não comprometimento é evidente. No entanto, como era usual na prática política varguista, deixa escapar nas estrelinhas certa dubiedade, ficando a cargo do interlocutor a interpretação. Uma carta direta ao próprio Daudt, enviada no dia 29 de fevereiro de 1929, descreve diretamente a posição que deveria ser tomada diante das propostas:

A atitude dos mineiros é no sentido de seus interesses pessoais. Não nos iludamos. Todo o seu esforço será embalar-nos com promessas falazes, com o verdadeiro intuito de nos afastarmos da política paulista. Conseguindo isso eles manobrarão para tirar proveito. (...) A regra é se ouvir e transmitir, sem prometer. Continuaremos o nosso apoio ao presidente que tem invariavelmente prestigiado a situação política do Rio Grande, sem indagarmos de sucessão. (ESTEVÃO; GUIMARÃES, 1982, p.102).

Aqui aparece a figura mais privativa de Vargas: direto, desconfiado e cauteloso. Esse tipo de posicionamento e ação serão a marca de Vargas durante as negociações para fundar a Aliança Liberal, em 1929, bem como para deflagrar a Revolução de outubro de 1930.

Meses depois, após exaustivas negociações, Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, aceitam o acordo com Minas. No dia 12 de julho Getúlio Vargas, finalmente escrevia a João Neves comunicando o seu aceite em relação a tudo, com a única ressalva de que também escreveria ao presidente dizendo que Minas apresentou seu nome, o PRR e Borges aceitaram, e Vargas apenas seguiu as ordens de seu partido. Ao fim da carta Vargas fazia uma leitura pessimista do cenário político:

Se perdemos acusar-me-ão de, por ambição pessoal, haver sacrificado o sossego do meu Estado. E a nossa vitória parece-me o menos improvável. Ainda é tempo de desistir. Para mim será um grande alívio. Esta é a confiança que tenho a fazer-te na intimidade pesando bem as responsabilidades, como se te apresentasse a fotografia do meu pensamento. Agora que só para teu conhecimento tracei essas linhas definitivas, digo-te que tens liberdade para agir. É a maior prova de confiança que te poderia dar. (FONTOURA, 1962, p.82).

Na busca de aumentar a base de sustentação da aliança os políticos procuram um estado que aceitasse ser o candidato a vice-presidente ao lado de Vargas. Procuraram o

governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, que recusou o convite. A Bahia foi cogitada, mas rapidamente descartada. Tentaram então, o político carioca Paulo Frontin, que recusou o convite. Diante desses fatos foi citado o nome do governador da Paraíba, João Pessoa. Para alegria dos opositores, João Pessoa aceitou o convite, declarando-se honrado por representar a Paraíba em um movimento de regeneração da política nacional.

No dia 5 de agosto de 1929, a fundação da Aliança Liberal é proclamada pelos deputados mineiros e gaúchos na Câmara dos Deputados, em uma sessão que já era considerada histórica, e no dia 20 de Setembro de 1929 realiza-se a 1ª Convenção da Aliança Liberal no Rio de Janeiro. O principal resultado dessa convenção foi a redação de um manifesto à nação redigido por Lindolfo Collor, que, entre outras coisas, definia: “Nós não somos uma partido, mas a aliança de partidos políticos. Uma aliança com ideais e rumos definidos, já a situação é um conglomerado de interesses embebidos na confusão. O Brasil anseia por medidas, e não por homens.” (ESTEVÃO; GUIMARÃES, 1982 p. 221).

Sobre a ordem social, a questão dos trabalhadores, fazia-se um apelo de caráter inovador:

A liberdade sindical para todas as indústrias e profissões e para os proletários em geral é hoje, principio vitorioso em todo o mundo. A proteção aos interesses dos operários deve ser completa. A conquista das oito horas de trabalho, o aperfeiçoamento e ampliação das leis de férias, dos salários mínimos, a proteção da mulher e dos menores, todo esse novo mundo moral que se levanta, nos nossos dias, em amparo do proletariado, deve ser contemplado pela nossa legislação, para que não se continue a ofender os brios morais dos nossos trabalhadores com a alegação que o problema social no Brasil é um caso de polícia. (ESTEVÃO; GUIMARÃES, 1982 p. 226).

Essa última frase fazia menção a recorrente acusação de que o governo e seus representantes ignoravam os problemas sociais, tratando-os com repressão e violência, especialmente nos centros urbanos. Vale ressaltar que Lindolfo Collor, mesmo fazendo parte de uma organização partidária conservadora, reconhecia pontualmente as demandas<sup>73</sup> dos trabalhadores da época.

Ao fim do manifesto encontrava-se um apelo à nação para que no pleito de 1º de março votasse, livre e honestamente, naqueles que melhores credenciais oferecessem para governar o país. Também fazia um apelo ao presidente para que não interferisse, na luta eleitoral em curso. Faziam-se votos de uma eleição limpa, honesta e que perdurasse a decisão soberana das urnas.

Estava alicerçada a Aliança Liberal, a coalizão de oposição para as eleições

---

<sup>73</sup> Para ver alguns documentos produzidos pela classe operária na Primeira República onde essas reivindicações estavam sistematicamente presentes conferir: HALL, M. M.; PINHEIRO, P. S. **A classe operária no Brasil: Documentos (1889-1930) – o movimento operário.** São Paulo: Editora Alfa-Omêga, 1979.

presidenciais. Sua base de sustentação eram os grandes grupos políticos de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba, alguns grupos menores de oposição ao governo federal de vários estados, tais como o Partido Democrático (PD), criado em 1926 em São Paulo, e facções civis e militares descontentes. Com uma composição cuja característica mais pronunciada era a heterogeneidade, a Aliança Liberal explicitava as dissidências existentes no interior das próprias oligarquias estaduais. Segundo Maria Cecília Forjaz nesse momento “reforçam-se os laços das oligarquias dissidentes entre si mesmas, e surgem novos parceiros”(FORJAZ, 1978, p.61). Soma-se a estes o Partido Libertador, antiga Aliança Libertadora fundada por dissidentes do PRR, entre ele Assis Brasil, que combateu Borges de Medeiros durante quase toda a década de 20 no Rio Grande do Sul, mas que após a eleição de Getúlio Vargas e sua nova política de conciliação apoiaram a sua candidatura com a formação da FUG (Frente Única Gaúcha).

O apoio do Partido Libertador à candidatura de Vargas foi estratégico, pois demonstrou a coesão política no Rio Grande do Sul, e possibilitou a aproximação com um importante grupo político da época: os tenentes revolucionários. A campanha revolucionária da Coluna Miguel Costa-Prestes<sup>74</sup> havia rendido aos revoltosos um considerável capital político nos grandes centros urbanos, especialmente por conta da cobertura midiática dos quase dois anos de campanha militar pelo interior do país. Ao longo dos anos de luta de Assis Brasil e da Aliança Libertadora contra a supremacia de Borges de Medeiros no Rio Grande do Sul ocorreu à aproximação com líderes tenentistas. Segundo Anita Prestes, deputado federal Batista Luzardo, por exemplo, “de julho de 1924 a novembro de 1926, Luzardo pronunciou mais de 60 discursos, em sua maioria denunciando o governo Bernardes, defendendo os revolucionários e divulgando os feitos da Coluna Prestes” (PRESTES, 1990, p. 361). Com a mesma intensidade Luzardo trabalhou na campanha da Aliança Liberal, procurando a todo o momento estabelecer uma negociação entre os políticos aliancistas e os revolucionários.

A aproximação dos tenentes com a Aliança Libertadora era tanta que Assis Brasil havia sido nomeado o “chefe civil da revolução” durante a marcha da coluna. No entanto, quando Assis Brasil apoiou a Aliança Liberal, que contava com inimigos tradicionais da Coluna como Antônio Carlos, Borges de Medeiros e Artur Bernardes, os tenentes se encontram em uma situação delicada, onde deveriam se posicionar.

---

<sup>74</sup> Grupo de oficiais militares revolucionários que percorreu cerca de 25.000 km pelo interior do Brasil entre 1925 e 1927 com o intuito de iniciar um amplo movimento contra as oligarquias regionais. A Coluna não chegou a ser debelada pelas forças legalistas. Os seus comandantes optaram pelo exílio com o intuito de reorganizar as bases do movimento revolucionário. Nesse momento ocorreu a aproximação com a Aliança Liberal de Getúlio Vargas.

Ainda em 1929, uma corrente mais radical da Aliança Liberal, formada por políticos jovens como João Neves da Fontoura, Oswaldo Aranha e Virgílio de Melo Franco, passou a admitir a hipótese de desencadear um movimento armado em caso de derrota nas urnas. Como primeiro passo, buscaram a colaboração dos tenentes, levando em conta seu passado revolucionário e seu prestígio em parte no interior do Exército. Essas negociações se deram com grande dificuldade devido a desconfianças recíprocas.

A maioria governista na Câmara dos Deputados decidiu não dar quórum às sessões parlamentares, impedindo, assim a manifestação dos deputados aliancistas. Em janeiro de 1930, Vargas viajou para o Rio de Janeiro, e na capital federal promoveu um grande comício na esplanada do Castelo. Estendeu sua viagem a São Paulo e Santos, onde foi recebido com demonstrações populares de apoio. De modo geral, a campanha da Aliança Liberal provocou agitação política nas grandes cidades do país, uma vez que a última disputa presidencial teria ocorrido em 1922 com a chamada Reação republicana.

Segundo Anita Prestes, apenas um mês após a fundação da Aliança Liberal, em junho de 1929, alguns órgãos da imprensa já solicitava o apoio dos líderes tenentistas à candidatura de Vargas. A primeira reação foi de recusa vigorosa, mas como relata a autora *“a maioria dos tenentes ia sendo atraída pela candidatura de Vargas e aderindo a sua campanha”*(PRESTES, 1990, p. 373). O fato de ter-se iniciado uma negociação entre tenentes e membros da Aliança já foi o suficiente para a intensa utilização do nome da Coluna e de Prestes em sua campanha pelo Brasil. O intuito era ganhar adesões entre as camadas médias urbanas, que haviam se mostrados empolgados com o movimento desde seu início.

O político mineiro Virgílio de Melo Franco, um dos arquitetos da Aliança Liberal, relata, em suas memórias, que a possibilidade de derrota em um sistema eleitoral notoriamente corrompido era grande. Portanto, mesmo antes do pleito “os elementos mais extremados da Aliança Liberal começaram a cogitar a possibilidade de um movimento armado.” (FRANCO, 1980, p.120). Para a execução desse movimento a aproximação com os tenentes revolucionários era fundamental, e foi assim relatada por ele:

Encontravam-se nessa época escondidos no Rio de Janeiro os oficiais revolucionários de 1922 e 1924, Siqueira Campos, Estillac Leal, João Alberto e Juarez Távora, além de muitos outros que, por terem cumprido pena, estavam em liberdade, adidos ao Departamento de Guerra, tais como Néri da Fonseca, Eduardo Gomes e Cordeiro de Farias. Esses militares trataram de se por em ligação com os elementos mais extremados da Aliança Liberal, srs. João Neves, Flores da Cunha, Afrânio de Melo Franco e eu próprio. Enquanto isto se passava no Rio de Janeiro, o sr. Oswaldo Aranha, no Rio Grande, recebia a visita do sr. Luís Carlos Prestes, chefe supremo dos revolucionários, iniciando, assim, a primeira fase da conspiração.”

(FRANCO, 1980, p.120-121).

Luís Carlos Prestes, em relato memorialístico<sup>75</sup>, confirma a realização do encontro<sup>76</sup> com Getúlio Vargas, ocorrido clandestinamente em Porto Alegre, em fins de 1929. A posição apresentada por Prestes era clara:

Eu estou aqui porque meus companheiros me dizem que o Sr. quer fazer uma revolução. (...) A sua candidatura eu não apoio, nem jamais apoiarei, porque se o Sr. for eleito, dentro desse regime, vai fazer a mesma coisa que todos os outros, não vai modificar coisa alguma. – Foi a posição que tomei. (PRESTES, 1990, p. 379).

Prestes relatava, ainda, que Vargas prometera apoio financeiro total<sup>77</sup> para a deflagração do movimento revolucionário, mas que não ficara convencido de sua aspiração revolucionária. O líder tenentista João Alberto Lins de Barros, em autobiografia, confirma as ressalvas de Prestes, ao afirmar, que ele fora ao encontro apenas por “insistência de Siqueira Campos e não por vontade própria. Adiantou que não confiava em políticos e, sobretudo, em Osvaldo Aranha...” (BARROS, 1953, p. 215).

Entretanto, João Alberto acreditava que a aliança com os políticos era inevitável, a despeito da confiança generalizada entre os líderes tenentistas: “Estávamos de mãos dadas com nossos adversários, os inimigos da Coluna, e não podíamos esperar deles muita coisa. (...) Evidentemente, aquela não era a ‘nossa revolução’, mas que fazer?” (BARROS, 1953, p.220). O tenente Osvaldo Cordeiro de Farias concordava com a avaliação de João Alberto, e relatava, em entrevista cedida anos depois:

obviamente não poderíamos pensar num levante exclusivamente militar – seria pura repetição de 1922 e 1924. Acontece, no entanto, que virtualmente todas as forças do Rio Grande apoiavam a Revolução. A cobertura política e popular estava garantida pela conjunção de todas as lideranças regionais. (CAMARGO, 2001, p. 150).

Juarez Távora, outro notório líder, corroborava a ideia de que os tenentes, sozinhos, não dispunham de forças para conceber uma revolução,

Daí a necessidade de aproveitarmos o descontentamento de determinados elementos políticos; e apoiados neles, tentar fazer algo pelo Brasil – já que não nos é dado realizar tudo. Foi essa ordem de ideias que nos levou a aproximar-nos da Aliança Liberal, por intermédio de seus elementos mais moços e extremados. (TÁVORA, 1973, p. 272).

Ainda segundo Távora, tal movimento deveria purificar o ambiente político nacional, estabelecendo as bases para seu aperfeiçoamento, bem como reorganizar racionalmente as

---

<sup>75</sup> O livro de Anita Prestes, *A Coluna Prestes*, de 1990, apresenta uma série de entrevistas exclusivas com Luís Carlos Prestes, seu pai. Trata-se de um verdadeiro relato memorialístico.

<sup>76</sup> Participaram da reunião, o tenente Siqueira Campos, um dos líderes do movimento, e o político Osvaldo Aranha, membro da ala radical da Aliança.

<sup>77</sup> Dinheiro para comprar armamentos, locomover revolucionários e articular a conspiração. Segundo Luis Carlos Prestes, todos os recursos seriam enviados a Buenos Aires.



suas estruturas econômicas e sociais. Para McCann (2009), a Aliança Liberal incorporou elementos do discurso tenentista em sua plataforma política, tais como o voto secreto, reforma eleitoral, atenção para problemas sociais e anistia aos próprios tenentes, que ainda estavam em situação de foragidos, exilados, clandestinos, etc.

De acordo com Anita Prestes, a intenção de Luís Carlos Prestes era de desmascarar Vargas perante seus companheiros, no entanto, eles “...iam aderindo a Getúlio, e aceitando, cada vez mais, seu ditames. A liderança de todo o movimento, legal e extralegal, passara para as mãos do candidato à Presidência da República e dos principais próceres da Aliança Liberal” (PRESTES: 1990, p. 379).

O resultado do pleito de 1º de março de 1930 deu a vitória a Júlio Prestes e Vital Soares, eleitos com 57,7% dos votos. A fraude, dominante na época, verificou-se dos dois lados. Em 19 de março de 1930, Borges de Medeiros, líder do PRR, reconheceu a vitória de Júlio Prestes, dando por encerrada a campanha da oposição. No entanto, as articulações dos oposicionistas prosseguiram, vindo a resultar, no mês de outubro, na Revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas ao poder.

Os meses que se seguiram entre março de 1930 e outubro foram caracterizados pela inconstância, morosidade e dificuldade na articulação de um movimento revolucionário que visasse reparar as fraudes ocorridas no pleito de março. Essas características se aplicam as ações dos políticos mais extremados da aliança e dos líderes tenentistas e se explicam pelo fato de que após a derrota eleitoral os núcleos das duas instâncias foram cindidos e suas forças políticas expressivamente diminuídas. Foram necessários alguns meses para que as estruturas de um movimento revolucionário fossem alicerçadas.

O momento crucial na negociação entre os líderes tenentistas se deu quando Prestes se encontra com líderes da Coluna<sup>78</sup>, no início de maio de 1930 para anunciar a sua adesão ao comunismo, a publicação de um manifesto, e para “repassar” o cargo de “chefe militar da revolução”. Siqueira Campos ainda tenta persuadir Prestes, e só consegue um adiamento na publicação. O Manifesto de 30 de Maio, como ficou conhecido, consagrava publicamente a adesão de Prestes a militância comunista e impossibilitava, definitivamente, a utilização de seu nome para as ambições, agora revolucionárias, da Aliança Liberal. Logo em seguida deu-se a publicação de um “manifesto-resposta”, assinado somente por Juarez Távora, que não havia comparecido a reunião com Prestes. No manifesto, Távora desvinculava Prestes do movimento tenentista, e já indicava o surgimento de novas ideias no bojo do tenentismo<sup>79</sup>.

---

<sup>78</sup> Miguel Costa, João Alberto, Siqueira Campos e Djalma Dutra.

<sup>79</sup> Para uma análise detida dos manifestos conferir MARCUSSO, 2007.

Durante os meses que sucederam a conspiração revolucionária, os líderes civis buscavam líderes militares para comandar o levante. As primeiras tentativas se concentraram em figuras proeminentes do movimento tenentista, como Luís Carlos Prestes e João Alberto Lins de Barros, que recusaram. Com as negativas, foram procurados os Coronéis Estevão Leitão de Carvalho, comandante do quartel de Passo Fundo, e Euclides Figueiredo, comandante do quartel de Alegrete. Ambos negaram a oferta, mas não denunciaram os líderes civis, o que, segundo McCann (2009) era uma forma de consentir com a conspiração, mas sem tomar parte. Paralelamente, Osvaldo Aranha tentava a adesão do Coronel Góes Monteiro, que em suas memórias, relata tal aproximação. Segundo Góes, Osvaldo Aranha providenciou um encontro com ele, e nessa conversa alertava que,

“Tu sabes que as eleições vão ser fraudadas e nós vamos fazer o movimento revolucionário para acabar com esse sistema oligárquico que domina e oprime o Brasil.” Continuou com eloquência e arrebato a justificar as suas convicções, terminando por dizer que contava comigo. Eu permaneci calado ante aquela expansão tão desabrida, mas, sem dúvida convincente. Era preciso que eu respondesse, e respondi: “Sou um oficial legalista, venho comandar uma unidade no Rio Grande do Sul e não tenho razões para mudar de opinião.” (COUTINHO, 1956. p.57).

McCann assevera que a posição negativa, pelo menos inicialmente, era justificada, pois “poderia manter-se leal ao Exército e ao regime que jurara defender, mas julgava danoso ao Brasil, ou arriscar sua vida e sua carreira.” (MCCANN, 2009. p.363).

No entanto, mesmo com as conspirações, o movimento tinha arrefecido, até que, em julho de 1930 ocorre o fato que altera intensamente esse cenário: o assassinato de João Pessoa, na Paraíba. O crime movido por questões pessoais causou enorme comoção nacional, e voltou a estimular os preparativos para a insurreição, que finalmente foi deflagrada, sob a liderança de Góes Monteiro, no dia 3 de outubro de 1930. A adesão das forças militares do Rio Grande do Sul foi o passo inicial do movimento. De acordo com McCann (2009), a adesão de oficiais da ativa, com patente inferior a coronel, foi maciça, 758 de 920<sup>80</sup>, contribuiu decisivamente para o sucesso dessa fase da revolução.

A reduzida disposição de resistir e defender o governo dos militares que não aderiram ao movimento possibilitou uma campanha com poucas baixas. Enquanto os rebeldes sulistas seguiam para o Rio de Janeiro, por vias férreas, grupos rebeldes se sublevavam em Belo Horizonte, sob o comando de Cordeiro de Farias, na Paraíba e em Recife. Nos três estados o movimento foi marcado por conflitos pontuais e pela alta adesão. Em suas

---

<sup>80</sup> O autor aponta que não há dados sobre a adesão de não-oficiais, mas é muito provável que a proporção se mantivesse, com possibilidade de aumentar, uma vez que as camadas baixas da hierarquia militar tinham maior tendência natural ao levante.

memórias, Cordeiro de Farias, relata que em Minas as forças revolucionárias eram compostas por forças públicas estaduais e por civis armados: “O número de civis recrutados pelos chefes políticos locais era realmente enorme” (CAMARGO, 2001, p.154). Em poucos dias as forças mineiras “estavam a postos na Fronteira de Minas com São Paulo e Rio de Janeiro.” (MCANN, 2009, p.376).

O caminho do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro passava, inevitavelmente, pelo estado do São Paulo, e nas proximidades da cidade paulista de Itararé, a comitiva rebelde ficou estacionada por alguns dias por conta de chuvas fortes. Nesse intervalo as forças legalistas, formadas pelo exército federal e pela força pública paulista, estabeleceram posição defensiva na cidade, com a ocorrência de poucos embates. McCann (2009), afirma que havia pouca disposição para uma batalha franca e aberta entre os lados, que preferiam esperar a definição militar e política da situação. Ainda segundo o autor, os revolucionários não tinham nenhum interesse em destruir as forças federais, ao contrário, visavam ganhar seu controle. Afinal, “precisariam do exército para manter a ordem e impedir as massas de fazer sua própria revolução. Considerando o fervor revolucionário que crescia no país, o tempo estava ao lado da revolução.” (MCCANN, 2009, p.377).

A definição dos rumos do movimento revolucionário dependia diretamente dos acontecimentos em curso na capital. Assim, a tomada de posição de setores do Alto Comando do exército passava a ser um ponto vital para o sucesso, ou não, da revolução. A esse respeito o General Muricy<sup>81</sup> relembra que o ímpeto conspiratório se alastrou pelo alto oficialato, após a eclosão do movimento no dia 3 de outubro: “Imediatamente começaram verdadeiramente os entendimentos e as conspirações. Essas conspirações e esses entendimentos se processaram em várias partes, principalmente na Escola de Estado-Maior, no Estado-Maior do Exército.” (MURICY, 1993, p.84).

No entanto, diversos regimentos na cidade não aderiram ao movimento revolucionário, a despeito das tentativas de adesão. Muricy relata que o seu Regimento permaneceu fiel ao governo, seguindo, principalmente o posicionamento do capitão Alcio Souto<sup>82</sup>, que tinha “ascendência grande sobre a maior parte dos tenentes. Ele tinha nos conquistado pelo saber e pela camaradagem. (...) ele tinha realmente prestígio conosco.” (MURICY, 1993, p.84). Assim, o prestígio da liderança do capitão foi maior do que o ânimo revolucionário e o envolvimento nas conspirações. O mesmo se sucedeu com os

---

<sup>81</sup> A época ocupava o posto de primeiro-tenente e estava arregimentado no 1o. Regimento de Artilharia Montada (RAM), no Rio de Janeiro.

<sup>82</sup> Comandante da 4ª bateria do 1º RAM, arregimentado em fins de 1929 depois de atuar como instrutor de tática da EEM.

oficiais da MMF, que recebiam, desde fins de 1929, ordem expressas do General Spire, chefe da missão, para cumprir o seu dever e “ficar fora de toda agitação política e de ficar servidor fiel de seu país e da legalidade.” (BELLINTANI, 2009, p.238).

Muricy rememora a tentativa de cooptação, em fins de setembro, do capitão Álcio por parte de um capitão que havia sido seu colega na EEM, uma vez que “onde houve mais conspiração foi na parte do Estado-Maior do Exército e na Escola de Estado-Maior. Aí é que foram fazer força.”(MURICY, 1993, p. 84). A entrevista memorialística de João Punaro Bley, aluno da EEM a época, relativa esse clima generalizado de conspiração. Ao ser indagado sobre a existência de elementos revolucionários na Escola, asseverava:

Tinha. Poucos, mas tinham. Um dos poucos que eu conversava sobre a revolução, espetando que ela eclodisse a qualquer momento foi com Emílio Lúcio Esteves<sup>83</sup>, tenente coronel que foi comandante da brigada militar do RS. Era muito ligado ao Getúlio. Quase um dos representantes dos gaúchos aqui no Rio. Agora, os meus colegas, todos que eu conversava, não eram simpáticos, ou indiferentes. Quando eu disse a eles que iria aderir. Eu disse: Olha, eu vou. Pouco antes da revolução eclodir. Eu tinha um grupo de estudo com 6 camaradas: Eu, Castelo Branco, Portugal, João de Deus Pessoa Leal, João da Costa Braga Júnior e Descartes Cunha. Esse era o grupo que nós estudávamos, de brincadeira nós chamávamos “III internacional”. Sem motivos, só de brincadeira. (BLEY, 1981).

Dois aspectos merecem análise mais detida. Em primeiro lugar, a discrepância entre as palavras de Antônio Muricy, da EEM como centro conspiratório, e o relato de Bley que apontava para pouca adesão dos alunos a causa revolucionária. Uma explicação possível foi a conspiração ter se desenvolvido entre os professores e instrutores, o que não apareceu em nenhuma das fontes consultadas. Ao ser indagado se esse grupo de estudantes era revolucionário a resposta é taxativa: “Não. Só eu. Quando eu disse que ia tomar parte. Que eu não poderia deixar de tomar parte na Revolução de 30. Porque eu tinha compromissos assumidos em Curitiba. Eles não me aprovaram não.” (BLEY, 1981).

Em segundo lugar, a chamada brincadeira do grupo em se apelidar de “III internacional”, demonstrava a ausência de um sentimento anticomunista enraizado e difundido entre os oficiais-alunos da EEM mesmo depois da Revolução Russa (1917) e da fundação do Partido Comunista Brasileiro (1922). O anticomunismo nas instituições militares

---

<sup>83</sup> “Servia no Departamento de Guerra em outubro de 1930, quando foi designado pela junta governativa provisória — que destituiu o presidente Washington Luís em 24 outubro, após o início da Revolução de 1930 — para seguir para Ponta Grossa (PR) com o objetivo de encontrar-se com Getúlio Vargas, líder máximo do movimento revolucionário, e acompanhá-lo até o Rio de Janeiro. Em novembro seguinte, depois da posse de Getúlio na chefia do Governo Provisório, foi colocado à disposição do Ministério da Justiça, atuando como chefe de gabinete do titular daquela pasta, Osvaldo Aranha. Promovido a coronel em abril de 1931, em novembro seguinte concluiu o curso da Escola de Estado-Maior e, por essa época, assumiu o comando da Polícia Militar do Distrito Federal. Em dezembro de 1932, recebeu a patente de general-de-brigada. (DHBB, 2010).

umenta exponencialmente após a eclosão do levante comunista de novembro de 1935, que iniciou o processo de eleger o combate ao comunismo como um dos pilares da política de segurança nacional das décadas seguintes<sup>84</sup>.

De maneira geral, essas considerações reiteram a compreensão de que o alto oficialato se envolveu intensamente na conspiração revolucionária, contrapondo a tendência, estabelecida durante a década de 1920, de insurgência liderada por oficiais subalternos. A posição do General Tasso Fragoso é particularmente emblemática a esse respeito. Chefe do Estado-Maior por muitos anos<sup>85</sup>, o General Fragoso gozava de grande prestígio nas fileiras do Exército, especialmente entre os oficiais superiores, que tomaram posições legalistas durante a conturbada década de 1920. Assim, sua adesão ao movimento teve influência no posicionamento dos oficiais de estado-maior, especialmente os que trabalhavam no próprio EME, sua instituição de trabalho durante quase toda a década.

Segundo sua biografia<sup>86</sup>, dois ex-deputados federais do Rio Grande do Sul, Lindolfo Collor e Sérgio de Oliveira, o visitavam em sua casa, algum tempo após as eleições, para comunicar-lhe que a Aliança Liberal desencadearia uma revolução contra o Dr. Washington Luis, e que gostariam apenas de informá-lo, por respeito, não requisitando sua adesão. Aproveitaram para declarar que a revolução tinha muitos adeptos na capital federal, inclusive do Exército. O general agradeceu o gesto, mas deixou claro que sempre nutriu ressalvas a revoluções e sua capacidade de transformação real:

As minhas convicções, a minha meditação sobre os acontecimentos sociais do meu país e o meu estranho amor ao Exército e a minha pátria, faziam de mim um legalista. Não pactuaria com levantes armados, entre outros razões porque sabia de longa experiência as devastações duradouras que eles ocasionam no seio das forças armadas. (ARARIPE, 1960, p.546).

Os políticos fizeram a ressalva de que o movimento não era um levante, e sim uma “revolução nacional”. A posição final de Tasso Fragoso é a seguinte:

Sou contrário aos movimentos de rebelião contra a autoridade constituída. Se, porém, como os senhores afirmam, em vez de um mero levante militar

---

<sup>84</sup> Marcou de forma profunda o imaginário do Exército, sendo tema frequente em documentos oficiais de chefes militares por décadas. Muitos desses documentos estão reunidos em CARVALHO, 1981. Para uma explicação da gênese do anticomunismo no Exército que se aproxima do discurso oficial conferir, PEDROSA, 2012. Para uma análise da construção do discurso oficial com a clara intenção de “monstrualização” dos militares de esquerda, conferir MORAIS, 2007. Para uma análise da perspectiva da esquerda militar conferir, MORAES, 1935 pp-159-193. O inquérito policial responsável pela investigação do levante no Rio de Janeiro foi publicado na íntegra recentemente e pode ser conferido em VIANNA, 2015. A edição conta com análise da historiadora Marly Viana.

<sup>85</sup> Foi nomeado Chefe do EME em novembro de 1922 e solicitou exoneração em janeiro de 1929. Após sua saída do EME se afastou de funções militares para concluir a escrita de sua vasta obra *História da guerra entre a Tríplice Aliança e o Paraguai*. Em 31 de março de 1931, foi novamente nomeado, pelo Governo Provisório, chefe do EME. Função que exerceu até agosto de 1932.

<sup>86</sup> Escrita por Tristão Alencar Araripe, que foi sua ajudante de ordens por anos, além de renomado pesquisador militar da história do exército brasileiro.

como os que já vimos nos últimos tempos, sobreviver uma revolução em todo o país, só lhes posso assegurar que não ficarei neutro, mas tomarei a atitude que o meu patriotismo me indicar.” (ARARIPE, 1960, p.547)

No entanto, após a eclosão do movimento no dia 3 de outubro e do desenvolvimento dos fatos e das ações militares o General, ao analisar a conjuntura política, se convenceu de duas coisas:

1º) de que o governo não poderia suplantar o movimento revolucionário, em vista, sobretudo de sua extensão; (...) 2ª) de que irromperia inevitavelmente na Capital Federal um movimento militar tendente à pacificação, o qual se traduziria pela deposição do Dr. Washington Luis. (ARARIPE, 1960, p.552).

Tasso Fragoso acreditava que os generais que atuavam na capital não poderiam deixar de agir, não para defender o governo, mas para liderar a referida pacificação, em suas palavras: “Se a ação pacificadora fosse conduzida por nós, generais, não seria mais fácil conservar a disciplina da tropa, manter a ordem social, coibir os abusos e evitar vinditas pessoais num ambiente em que as paixões haviam chegado ao auge?” (ARARIPE, 1960, p.554). Diante desse grande questionamento o general refletia particularmente: “Deveria, por amor a vaidade, recusar esse sacrifício às minhas convicções?” (ARARIPE, 1960, p.554).

Ao elaborar essas perguntas, o general Tasso Fragoso, rememora sua juventude, quando aos vinte anos, como aluno da Escola Militar da Praia Vermelha, aderiu ao movimento republicano em favor da deposição de Dom Pedro II e da proclamação da República, em 1889. Sobre isso asseverava: “Fiz-me rebelde por amor ao Brasil e na crença irredutível de que a supressão da monarquia não era fruto do capricho dos homens senão que obedecia a uma sentença inapelável da evolução humana.”(ARARIPE, 1960, p.547). Esse foi o único momento de sua vida que participara de algum movimento insurrecional, até o momento. Convencido de que o movimento de 1930 se configurava como uma “verdadeira comoção ou revolução nacional como jamais tinham visto” (ARARIPE, 1960, p.557), o general Tasso Fragoso estava disposto a tomar parte em um movimento insurrecional quase quarenta anos depois.

Assim, ele relata que o general Mena Barreto, amigo e legalista de longa data, o visitou na manhã do dia 23 de outubro para comunicar-lhe que já estavam articulados “todos os elementos necessários à pacificação do país mediante a deposição do presidente.”(ARARIPE, 1960, p.558). Na noite do dia 24, reuniram-se, Fragoso e Barreto, no Forte de Copacabana para estabelecer o comando das forças rebeldes, e redigir as ordens da ação que resultaria na deposição de Washington Luís. Como observado por McCann, o Forte, que fora cenário de uma revolta de tenentes em 1922, agora era palco de uma “revolta de generais.”.

Concomitantemente, na Praça da República, o Ministro da Guerra, general Nestor Sezefredo Passos, e o chefe do EME, general Alexandre Leal, procuravam reunir generais dispostos a defender o governo. O Ministro da Guerra também tentou demover o general Mena Barreto, por meio de uma ligação, reproduzida nas memórias de Bertoldo Klinger, que participava da conspiração na capital:

Ministro: João de Deus! Aqui é o Nestor. Estou de posse de seus papéis. Como foi V. S. se meter nisso? Você sempre, toda sua vida, se conservou ao lado da legalidade?! Venha para o nosso lado!

General Mena: Isso não é possível. As ordens estão dadas e em vias de execução. Trata-se precisamente de restaurar a legalidade. Você é que deve juntar-se aos seus camaradas, libertar-se de seus compromissos políticos.

Ministro: Vocês vão levar o Brasil para o Comunismo!

General Mena: Enquanto eu viver, tal não sucederá. (KLINGER, 1944-56 p.168).

Essa passagem deixa claro que a posição adotada pelos generais Tasso Fragoso e Mena Barreto, tracionais legalistas, acreditavam que a adesão ao movimento revolucionário tratava-se de uma ação “restauradora da legalidade”, de um “movimento de pacificação”. Quartim de Moraes (1994) ressalta que essa caracterização do golpe militar que depôs Washington Luís foi elaborada pelos artífices do mesmo, com destaque para a posição do então Coronel Bertoldo Klinger<sup>87</sup>, que via na ação moderadora do exército o melhor caminho para a resolução de crises políticas.

No dia 24 de outubro de 1930, o grupo de oficiais superiores, liderados por Barreto e Fragoso, determinou a prisão e deposição de Washington Luís, após a sua negativa em renunciar<sup>88</sup>. A ação isolada do alto escalão militar sediado na capital, no momento do avanço das tropas rebeldes e do iminente naufrágio do governo central, se assemelha a um ato de interrupção do movimento revolucionários em curso. Não havia entendimentos definidos entre a Junta governativa e a chefia do movimento revolucionário sobre a posse de Getúlio Vargas como presidente de um governo provisório. Esse descompasso é evidente na troca de mensagens telegráficas<sup>89</sup> entre os membros da junta e os líderes do movimento, especialmente Vargas.

Em síntese a junta informa a deposição do presidente com o intuito de evitar a eclosão de uma guerra civil, e solicitava o fim das hostilidades. A resposta de Vargas foi diferente do esperado pela junta, ao afirmar que agradecia a comunicação da junta e

---

<sup>87</sup> Membro da equipe fundadora da revista *A Defesa Nacional*, defendia uma posição intervencionista do Exército.

<sup>88</sup> O presidente foi escoltado até o Forte de Copacabana acompanhado do Cardeal-Arcebispo do Rio de Janeiro Sebastião Leme.

<sup>89</sup> Reproduzidas na íntegra nas memórias de Tasso Fragoso.(ARARIPE, 1960, p.572-581).

reconhecia o objetivo patriótico em “abreviar o desfecho revolucionário”. Mas que, no entanto, desconhecia os propósitos da junta, que não esclarecia se aceitava a os princípios defendidos pela revolução, e para tanto deveria enviar emissário para esclarecer a situação “um tanto confusa”. Por fim, Vargas deixava claro que a suspensão das hostilidades só seria possível após a “aceitação integral do programa revolucionário”, em outras palavras, a “solução definitiva da situação militar, ficará subordinada à solução definitiva da situação política.”(ARARIPE, 1960, pp.574-75).

Diante desse posicionamento, a junta responde que não tinham nenhuma pretensão política, e que suas ações visavam exclusivamente “a manutenção da ordem e conservação do aparelho governamental.” Esclareciam ainda que a intenção, desde o início, era passar o governo a Getúlio, o que não consta nas duas primeiras mensagens. Como conclui Quartim de Moraes:

Tenentes e aliancistas estavam preparando aquele levante há mais de um ano. Quando enfim chegavam perto da vitória, um grupo de generais que oficialmente haviam permanecido no campo oposto, descia de cima do muro para apanhar o poder como se apanha um fruto caído da árvore. (MORAES, 1994, P.101).

Após a resolução da questão, a junta provisória de governo, composta pelos generais Mena Barreto e Tasso Fragoso, e pelo almirante Isaías de Noronha, transmitiu o poder a Getúlio Vargas no dia 3 de novembro, após a chegada das tropas revolucionárias ao Rio de Janeiro.



## Capítulo 5 – A Revolução de 30, a Escola de Estado-Maior e o Regulamento de 1934-35

### 5.1. Os primeiros anos da década de 1930: Exército, política e educação militar

A vitória das forças revolucionárias em 1930 não significou o imediato apaziguamento dos ânimos entre os estados da federação. De acordo com McCann (2009) todos os governadores (ou presidentes de Estado) foram depostos e dentre os interventores<sup>1</sup> nomeados por Vargas estavam sete militares. O caso de São Paulo era particularmente sensível, pois era evidente, que a deposição do paulista Washington Luís alijava suas tradicionais forças políticas do centro do poder. Por isso, desde o início do governo provisório de Vargas, grupos políticos paulistas pressionavam o governo para o restabelecimento de uma normalidade constitucional, em outras palavras: a convocação de uma Assembleia Constituinte e a realização de novas eleições.

Para Skidmore (2010), Vargas fez diversas concessões aos constitucionalistas liberais de modo geral e especificamente aos grupos paulistas: publicou o novo Código Eleitoral, em 24 de fevereiro de 1932, seguido por um decreto de 15 de março que estabelecia 3 de maio de 1933 como a data da eleição da Assembleia Constituinte. Outra ação com o intuito de acalmar os paulistas foi a nomeação, em 1º de março, do um novo interventor, Pedro Toledo, que atendia as exigências de ser “civil” e “paulista”.

No entanto, nenhuma dessas ações foi suficiente para uma resolução pacífica e em 9 de julho de 1932, São Paulo se levantou numa revolta armada, imediatamente autointitulada de “Revolução Constitucionalista”. A mobilização foi ampla, especialmente nos setores altos e médios urbanos: empresários adaptavam suas fábricas para a produção bélica, estudantes e intelectuais se engajavam na propaganda e nas trincheiras, e as donas de casa doavam suas joias nas famosas “campanhas do ouro”, para financiar o esforço de guerra. Interessante notar que a classe operária, em sua maioria, permaneceu relativamente indiferente ao apelo das armas<sup>2</sup>. Em pouco tempo a revolta ganhou cores evidentemente separatistas, o que afastou a possibilidade de ajuda de outros estados ou grupos simpáticos à causa constitucionalista. Sem

---

<sup>1</sup> Os interventores eram diretamente nomeados pelo presidente para exercer as funções de presidente dos estados, e tinham, entre outros poderes, a prerrogativa de nomear e depor qualquer prefeito do seu estado. O único estado a manter seu governador eleito foi Minas Gerais, com Olegário Maciel.

<sup>2</sup> Sobre a indiferença da classe operária, urbana e rural, em relação à luta Mário de Andrade era taxativo “Dos quase 200 mil operários de fábricas paulistas, muitos trabalhados pelo comunismo, a contribuição de voluntários para guerrear não foi mínima, foi nula”. Carta de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade de 6.11.1932, publicada no Correio da Manhã de 9.7.1957. (SODRÉ, 2010, p.326).

apoio e com a ofensiva das tropas legalistas, lideradas novamente por Góes Monteiro, os rebeldes paulista se renderam depois de dois meses.

Skidmore, um brasilianista cuja escrita da história está longe do espectro marxista, apresenta análise interessante da revolta paulista:

a oposição em São Paulo se fundava num entranhado antagonismo regional, que qualquer governo federal forte estava fadado a exacerbar. O estado e a cidade de São Paulo tinham tal complexo de superioridade com relação ao resto do Brasil que um movimento de oposição ao governo federal poderia conseguir muitos adeptos que, entre si, não tinham princípios comuns, salvo uma apaixonada identificação como paulistas. (SKIDMORE, 2010, p.49).

Ao nos aproximarmos de uma escrita materialista temos a análise de Nelson Werneck Sodré, que caracterizou Revolução Constitucionalista como o

canto de cisne da monocultura latifundiária, sustentada pelos antigos partidos estaduais cujo ponto de equilíbrio girava em torno da aliança mineiro-paulista. Foram os últimos resquícios desse federalismo mal compreendido que desencadearam a contrarrevolução. Era ainda choque da mentalidade velha dos coronéis políticos inconformados em ceder os postos de direção aos “tenentes” ainda bisonhos que desbancaram os oligarcas estaduais. (SODRÉ, 2010, p.325-26).

João Quartim de Moraes, na mesma linha de raciocínio, aponta para a ambiguidade da chamada “revolução constitucionalista de 1932”: “De um lado, exigia uma nova Constituição: tal era sua face democrática explícita. De outro, mobilizava a nostalgia do regime derrubado em 1930: tal era sua fase reacionária oculta.” (MORAES, 1994, p.92). De toda forma, a eclosão da revolta paulista adicionou um elemento de instabilidade ao governo provisório de Vargas.

O início da década de 1930 é um período importante também para os estudos sobre a história da educação brasileira, pois foi palco de um embate entre dois grupos de intelectuais com projetos educacionais distintos: os liberais e os católicos. O contexto dessa disputa foi marcado pela criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, em novembro de 1930, cuja atuação gerou uma série de decretos<sup>3</sup>, a “Reforma Francisco Campos”, com o intuito de criar uma política educacional que abarcasse todos os níveis de ensino, do primário ao superior.

Assim, o Estado passava a ser o principal indutor das reformas educacionais, e ocupar lugares em sua estrutura era a forma mais efetiva de influenciar essas mudanças. Para

---

<sup>3</sup> Decreto nº 19.850 – 11/04/1931 - Criava o Conselho Nacional de Educação; Decreto nº 19.851 – 11/04/1931 Dispunha sobre a organização do ensino superior no Brasil e adotava o regime universitário; Decreto nº 19.852 – 11/04/1931 - Dispunha sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro; Decreto nº 19.890 – 8/04/1931 - Dispunha sobre a organização do ensino secundário; Decreto nº 20.158 – 30/06/1931 - Organizava o ensino comercial, regulamentava a profissão de contador; Decreto nº 21.241 – 14/04/1932 Consolidava as disposições sobre a organização do ensino secundário.

Ferreira Jr (2010), foi o que fez Francisco Campos, intelectual orgânico das oligarquias mineiras que mantinha profundas ligações com a Igreja Católica e foi o primeiro ministro a ocupar a pasta da Educação. Sua reforma privilegiou o projeto educacional dos intelectuais católicos ao decretar o fim da laicidade e o retorno do ensino religioso nas escolas públicas primárias, secundárias e normais.

Nesse contexto, Saviani (2008) destaca esforço maior de grupos de intelectuais católicos, que se organizavam em reação à tendência laica das propostas de educação liberal e positiva, presentes desde a Proclamação da República. O pensamento pedagógico liberal brasileiro defendia uma educação laica, pública, gratuita e ganhou impulso com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, constituindo-se em um “espaço propício em torno do qual se reuniram os adeptos das novas ideias pedagógicas.” (SAVIANI, 2008, p.178). Essas ideias, por sua vez, foram influenciadas por um movimento denominado “Escola Nova” originado nos EUA, cuja liderança maior era o filósofo John Dewey (1859-1952).

A mobilização da Igreja Católica, por sua vez, se manifestou na publicação de livros didáticos, artigos, revistas e materiais destinados à formação de professores, com o intuito de difundir seu ideário pedagógico. Esse movimento se fortaleceu com a criação da revista *A Ordem*, em 1921, principal veículo de divulgação das posições católicas, e, principalmente, com a fundação do Centro Dom Vital, em 1922, “órgão destinado a aglutinar intelectuais leigos que desempenhariam o papel de elite intelectual da restauração católica” (SAVIANI, 2008, p.181).

O embate entre intelectuais católicos e liberais ganhou novos contornos com a realização da IV Conferência da ABE, em dezembro de 1931, na cidade do Rio de Janeiro, que reuniu representantes de ambos os lados. De acordo com Ferreira Jr (2010), defendendo as ideias liberais, estavam importantes educadores, como Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquete Pinto, Afrânio Peixoto e Paschoal Lemme. Apoiando a Igreja, por sua vez, encontravam-se influentes arcebispos, como: Sebastião Leme (Olinda e Recife e, depois, do Rio de Janeiro), Francisco de Aquino Correia (Mato Grosso), Antônio Cabral (Belo Horizonte), além de um grupo de intelectuais leigos do Centro Dom Vital.

Após o congresso o grupo de liberais publicaram, em 1932, o célebre “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova”<sup>4</sup>, que sintetiza as principais ideias pedagógicas liberais e

---

<sup>4</sup> O documento pode ser consultado na íntegra no site: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1\\_22e.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf)

escolanovistas. Ferreira Jr (2010) atesta que a publicação intensificou a disputa ideológica pela hegemonia do campo educacional brasileiro entre liberais e católicos<sup>5</sup>, que desbocou, inevitavelmente nas discussões no âmbito da Assembleia Constituinte de 1934. Assim, Ferreira Jr (2010) assevera que elementos importantes da visão liberal foram contemplados, como a centralidade e a responsabilidade do Estado na construção do sistema educacional. No entanto, na divergência sobre a laicidade do ensino, prevaleceu a posição dos católicos e a constituição determinava o seguinte:

O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno, manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias profissionais e normais. (BRASIL, 1934b)

A inclusão desse artigo foi comemorada entre os intelectuais leigos e católicos do centro Dom Vital, e passou a ser presença recorrente das demais constituições e normas educacionais do Brasil. As teses liberais, entretanto, tiveram vida curta, pois três anos depois era promulgada a constituição de 1937, que instituiu a ditadura do Estado Novo, que “estava longe de dar a ênfase que dera a de 1934 ao dever do Estado como educador” (ROMANELLI, 1986, p. 152).

Nas instituições militares de ensino não havia ensino religioso, mas desde fins da década de 1910 as práticas religiosas começavam a surgir na Escola Militar. Juarez Távora, aluno entre 1917 e 1919, afirma que foi um dos precursores de um movimento católico que teve início com a da fundação de uma Conferência Vicentina com o nome de São Maurício (centurião romano e mártir cristão) por um grupo de aproximadamente 12 cadetes católicos.

Ele relata que o ambiente era hostil à religiosidade, pois seu grupo era “*ridicularizado, inicialmente, por pequeno grupo de agnósticos impenitentes.*” (TÁVORA, 1986, p.87). Entretanto, após algumas conferências proferidas pelo padre do bairro do Realengo, ele percebeu a possibilidade de “*modificar de alguma forma, o ambiente de ateísmo e indiferença religiosa reinante, tradicionalmente, na Escola Militar.*” (TÁVORA, 1986, p.87). Segundo Távora, o movimento religioso ganhou mais respeito e adeptos após as manifestações do “espírito de caridade cristão” demonstrado diante do surto de gripe espanhola que assolou a cidade do Rio de Janeiro entre 1918<sup>6</sup>.

A partir de 1923 esse movimento foi ampliado com a mobilização de um grupo de

---

<sup>5</sup> Para consultar projetos não hegemônicos de educação propostos na época, como o do movimento operário, consultar SAVIANI, 2008, pp.181-184.

<sup>6</sup> A gripe chegou ao Brasil em setembro de 1918, com um grupo de marinheiros que desembarcou em Recife após prestarem serviços militares na costa atlântica da África. Pouco mais de duas semanas depois a doença chegava a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Em poucos meses foram registradas 14.348 mortes, só no Rio de Janeiro e cerca de 2.000 em São Paulo.

alunos em prol da chamada “Ação Católica”. Um dos principais divulgadores de movimento foi Severino Sombra, aluno da EMR entre 1923 e 1926. Em seu depoimento ele conta que o momento de “tranquilidade” na EMR, logo após a expulsão em massa dos alunos envolvidos no levante de 5 de julho de 1922, foi propício para o movimento de aproximação entre esta e a Igreja Católica, pois, “*A Igreja Católica sempre ficava ao lado das forças conservadoras e era totalmente alheia às questões políticas e sociais.*” (SOMBRA, 1982). O principal objetivo do grupo era retomar algumas tradições religiosas no ambiente escolar, entre elas a “benção das espadas”. O ex-aluno destacava a ação do “*tenente Paulo Gomes, que servia na vila Militar e morava em Realengo, e foi uma figura importante no movimento mauriciano dos cadetes católicos da Escola Militar.*” (SOMBRA, 1982).

Ao longo da década de 1930 esses rituais religiosos foram introduzidos na cultura escolar da EMR e a partir da década de 1940 a presença da religião católica se expandiu no exército de maneira geral. Em 1947, por exemplo, eram publicados os “Estatutos da União Católica dos Militares”, que de acordo com o primeiro artigo havia sido fundada em 2 de setembro de 1925 e tinha como principal objetivo:

- a) Promover, desenvolver e entreter a vida cristã no seio das classes armadas, procurando fazer do militar um bom cristão, no sentido de aprimorar-lhe o caráter e inspirar-lhe a exata consciência do dever; b) Promover todas as obras pias e sociais ao seu alcance, em benefício dos militares, assemelhados e de suas famílias; (MILITARES, 1947, p.5)

A União Católica dos Militares também deveria secundar a obra religiosa, espiritual e social do “Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas” (SAR)<sup>7</sup>, da qual deveriam respeitar a seguinte determinação de seu regulamento:

A assistência religiosa compreende o exercício do ministério sacerdotal relativo a cada religião ou culto em favor dos seus adeptos, realizado em um ambiente de absoluto respeito e mútua tolerância pelas crenças alheias, de modo que, sem coação ou constrangimento, possa cada um desobrigar-se de seus deveres religiosos e satisfazer aos ditames de sua consciência e aos imperativos da fé. (MILITARES, 1947, p.6)

Dessa forma, a União não promoveria e não aceitaria “debates sobre religião no seio das classes armadas.”. O fortalecimento da relação institucional entre o Exército e a Igreja

---

<sup>7</sup> Oficialmente, a assistência religiosa às Forças Armadas foi criada, no Império, pelo Decreto nº 747, de 24 de dezembro de 1850. Com o advento da República, o Corpo Eclesiástico do Exército, criado por D. Pedro II, foi extinto. Seu restabelecimento ocorreu por ocasião da Segunda Guerra Mundial, com o Decreto Lei nº 5.573, de 26 maio de 1944. A Lei nº 5.711, de 08 out 71 reestrutura o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas (SARFA). A Portaria Ministerial nº 995, de 09 out 72 cria o Serviço de Assistência Religiosa do Exército (SAREx). Finalmente, a Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas. Dados disponíveis em: <http://sarex.dgp.eb.mil.br/index.php/historico> Acesso: 22 jan. 2017.

Católica, entre as décadas de 1930 e 1960, figura como potencial temática de pesquisa. A ação de ambas as instituições enquanto forças conservadoras e notadamente anticomunistas é estudada, no entanto, a relação entre elas e as implicações dessa nas instituições militares de ensino, por exemplo, carece de estudos mais aprofundados.

A despeito das palavras de tolerância e compreensão da União dos Católicos Militares, o pensamento católico brasileiro era multifacetado e, muitas vezes, apresentava tendências conservadoras, e até retrógradas. Foi o caso na aproximação com a Ação Integralista Brasileira (AIB), que tinha o elemento religioso como de seus alicerces programáticos. Segundo Giselda Brito (2016), a AIB contou com o apoio de diversos grupos católicos, como a Ação Católica Brasileira (ACB), a Ação Universitária Católica (AUC), a Ação Operária Católica (AOC), a Juventude Católica (JC) e outros grupos laicos apoiados pelos reformadores da Igreja no estado. Outro ponto de convergência entre a AIB e o pensamento católico era o anticomunismo<sup>8</sup>.

O intenso envolvimento do exército no movimento revolucionário impactou sua estrutura organizacional e gerou a necessidade de uma nova acomodação de forças em seu interior. O chefe da Missão Militar Francesa à época, general Huntziger<sup>9</sup>, à época descrevia a nova configuração do Alto Comando após a instituição do Governo Provisório como formada por elementos que se destacavam mais por sua atuação revolucionária, do que propriamente por valores e atributos militares.

No entanto, o próprio Huntziger tentava justificar a escolha pela adesão ao movimento: “se eles tivessem se mantidos legalistas e neutros, em geral seriam substituídos por revolucionário nos postos importantes e de confiança.” (BELLINTANI, 2009, p.457). Ainda conforme o chefe da MMF parte do exército estava com a moral e unidade abaladas, especialmente pela formação de verdadeiros “clãs políticos” na instituição castrense. Como destaca José Murilo de Carvalho, o exército estava profundamente dividido e essas clivagens impediam uma atuação organizada diante do desmoronamento da estrutura de dominação oligárquica até então vigente:

Havia confronto entre militares rebeldes e legalistas; entre oficiais e

---

<sup>8</sup> Aliado a uma posição antiliberal, nos moldes do fascismo. Vejamos três trechos do Manifesto em que tais posições ficam evidentes: “E somos contra a influência do comunismo, que representa o capitalismo soviético, o imperialismo russo, que pretende reduzir-nos a uma capitania. (...)A nossa Pátria precisa de estar unida e forte, solidamente construída, de modo a escapar ao domínio estrangeiro, que ameaça dia a dia, e salvar-se do comunismo internacionalista que está entrando no seu corpo, como um cancro. (...)Livrar o operário e a pequena burguesia da indiferença criminosa dos governos liberais. Salvá-los da escravidão do comunismo.” (MANIFESTO INTEGRALISTA, 1932).

<sup>9</sup> Em correspondência enviada para o ministro da Guerra da França, em 27 de março de 1931.

subalternos, de um lado, e oficiais superiores e oficiais-generais de outro; entre oficiais e praças; entre Exército e Marinha; entre Exército e policiais militares. (...) Entre 1930 e 1934, ano da constitucionalização do país, houve 51<sup>10</sup> incidentes envolvendo militares de todos os escalões, compreendendo agitações, protestos e revoltas. (CARVALHO, 2005b, p.104).

Esse cenário de instabilidade marcou a atuação do exército durante os primeiros anos da década de 1930, permitindo que Getúlio Vargas, se beneficiasse politicamente disso. O novo “Estado de Compromisso”<sup>11</sup> exigia uma organização política muito mais complexa e com novos elementos, como os tenentes da década de 1920. Para Carvalho (2006), ao chefe do Governo Provisório interessava a existência de um exército forte o suficiente para servir de contrapeso às remanescentes lideranças oligárquicas e as novas lideranças civis que surgiam. Ao mesmo tempo, as forças armadas não podiam ser tão fortes ao ponto de ameaçar a sua manutenção no poder. Em termos práticos, “o jogo incluía o fortalecimento da organização militar e o controle simultâneo de seus chefes.” (CARVALHO, 2005b, p.105).

Um das primeiras ações do governo provisório<sup>12</sup>, que concentrava poderes nas mãos do executivo, foram os chamados “expurgos” no exército, começando pelo ministro da guerra, general Nestor Sezefredo dos Passos. McCann afirma que “em todo país, os quartéis-generais e comandantes regionais foram os primeiros alvos dos revolucionários, cujo objetivo era dismantelar a cadeia de comando, neutralizar a capacidade operacional do Exército.” (MCCANN, 2009, p.383). Mesmo fragilizado, o Exército ainda era a única instituição razoavelmente organizada na estrutura do Estado brasileiro, papel exercido pela Igreja Católica na sociedade civil.

Diante desse cenário, o governo provisório lançou mão de medidas para obter o controle do Exército. McCann (2009) afirma que o Exército no pós-30 havia mudado, com novos rostos nos cargos do alto comando, e passava a coexistir com uma espécie de cadeia de comando paralela, oriunda do exército revolucionário e liderada por Góes Monteiro, que aos poucos iam se fundindo às velhas estruturas remanescentes.

Essa nova configuração, fez do exército um ator político importante e atuante em moldes diferentes do que fora nos anos 1920. Agora, tal atuação era mais organizada e

---

<sup>10</sup> O quadro completo desses conflitos, elaborada pelo autor, está disponível na referida obra (p.65) no Anexo 18

<sup>11</sup> Conceito desenvolvido em FAUSTO, 2008 .pp.136-143.

<sup>12</sup> Instituído pelo Decreto nº. 19.338, do dia 11 de novembro de 1930, cujo primeiro artigo determinava: “Art. 1º O Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembleia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do país; Parágrafo único. **Todas as nomeações e demissões** de funcionários ou de quaisquer cargos públicos, quer sejam efetivos, interinos ou em comissão, competem **exclusivamente** ao Chefe do Governo Provisório.” (BRASIL, 1930).[grifos nossos]

coordenada, especialmente por conta da relação estabelecida com um mediador civil: Getúlio Vargas. Como exemplo dessa relação mediadora, podemos citar a nomeação de antigos líderes tenentistas e outros militares revolucionários para ocupar importantes cargos nos governos estaduais e federal, como foi o caso dos interventores: Juarez Távora nos estados no Norte e Nordeste, Juracy Magalhães na Bahia e João Alberto em São Paulo.

No início de 1931 o Governo Provisório publicava um decreto que dispunha sobre os critérios de promoções dos quadros do exército. O destaque fica por conta da inclusão de um texto introdutório que tecia algumas considerações importantes sobre a nova lei de promoções:

Que o acesso nos quadros do Exército Nacional será regulada em breve por uma Lei de Promoções, cujo princípio fundamental declara que a promoção dos oficiais do Exército **não é** prêmio ou recompensa, e sim escolha dos que forem julgados em melhores condições para o desempenho de funções do posto imediato por satisfazerem os indispensáveis requisitos morais, intelectuais e físicos. (BRASIL, 1931). [grifos nossos]

Essa consideração apontava para uma significativa mudança em relação aos critérios para promoção no exército brasileiro: agora baseada em critérios técnicos, como defendia a ala modernizadora desde a década de 1910, e não em critérios personalistas.

No entanto, o mesmo decreto já indicava uma brecha nessa mudança, pois apresentava um artigo que dava ao Chefe do Governo Provisório a prerrogativa de julgar a promoção com base nos “requisitos de idoneidade moral”, podendo negá-la, mesmo que o oficial ocupasse o primeiro lugar na escala de antiguidade. Nesse caso, o oficial seria “transferido para a reserva de 1ª classe, sem prejuízo da apuração judiciária dos atos puníveis que lhe sejam imputados” (BRASIL, 1931).

Assim, a despeito da preconização legal de um horizonte de mudanças, se reiterava o aspecto personalista nas promoções dos oficiais do exército. Agora, realizado pelo grupo Varguista, cujo líder militar era o comandante do exército revolucionário, Góes Monteiro. Uma das bandeiras dos tenentes que aderiam a esse exército foi a anistia geral e reintegração dos oficiais e estudantes expulsos da Escola Militar do Realengo, durante a década de 1920, especialmente no episódio do levante de cinco de julho de 1922.

Vitoriosa a revolução essa demanda foi atendida, gerando uma situação delicada na organização dos quadros de oficiais da ativa: 508 estudantes foram readmitidos no postos de primeiro-tenentes, depois de quase dez anos de vida civil, contando o tempo de serviço desde 1922 (MCCAN, 2009, p.394). Assim, os primeiros-tenentes da ativa, que ingressaram no



Exército depois dessa data ficaram, de um dia para outro, 508 posição abaixo na lista de classificação para efeitos de promoção. Tal situação gerou animosidade entre os oficiais de baixa patente, fazendo com que 163 primeiros-tenentes enviassem um telegrama coletivo de protesto ao Ministro da Guerra, Leite de Castro, que puniu todos com prisão disciplinar de 30 dias por transgressão disciplinar.

A medida gerou uma onda nacional de protestos, que foi apaziguada com a mediação do ex-tenente Juracy Magalhães, e com a criação de listas paralelas de classificação. Essa situação gerou uma nova configuração no quadro de oficiais da ativa, conforme McCann, no início de 1931, “o grupo de oficiais da ativa consistia em onze generais-de-divisão, vinte e seis generais-de-brigada, 109 coronéis, 164 tenentes-coronéis, 301 majores, 717 capitães, 875 primeiros-tenentes, 239 segundos-tenentes e 504 segundos-tenentes comissionados.” (MCCAN, 2009, p.393). A grande quantidade de primeiros-tenentes e capitães criava insatisfação e frustração nesses oficiais, pois as chances de promoção eram pequenas, o que significaria a possibilidade de estagnação nesses postos por muitos anos, especialmente entre os capitães.

Essa situação dificultava, sobremaneira, a realização das reformas no Exército pelo Governo Provisório, que, para tanto, havia instituído<sup>13</sup> uma Comissão Técnica Militar, presidida pelo Ministro da Guerra e com colaboração direta do Estado do Estado-Maior do Exército. A comissão tinha a função de realizar estudos e projetar remodelações em diversas áreas:

...na organização dos quadros e da tropa; no ensino na instrução e na educação física militar; nas leis de reforma e promoção; no serviço militar obrigatório; na organização judiciária; nos códigos penal, processual, disciplinar e regime penitenciário; nos regulamentos internos dos corpos e dos serviços auxiliares; na administração do Exército e outros assumptos de técnica militar, que forem indicados pelo Ministro da Guerra. (BRASIL, 1931a).

Com o intuito de organizar a realização desses estudos e a elaboração dos planos de reforma, cada tema seria destinado a uma subcomissão, composta a critério do Ministro da Guerra. Tratava-se, evidentemente, de um projeto ambicioso e de longo prazo, inspirado pelo sentimento de renovação do grupo de militares liderado por Góis Monteiro.

No entanto, em termos práticos, essas reformas dificilmente resistiriam às constantes mudanças na diretriz do Ministério da Guerra, agravadas pelo momento de instabilidade política pós-revolucionário. No tocante às reformas no ensino, os esforços se concentraram, e

---

<sup>13</sup> Por meio do Decreto nº 19.713, de 19 de fevereiro de 1931.

foram exitosos, na reformulação dos regulamentos das escolas militares, tanto a do Realengo como a de Estado-Maior. Entretanto, de maneira geral, a comissão e suas subcomissões estavam fadadas a não finalizar a maioria dos estudos.

Entre as mudanças realizadas no campo da educação militar, as transformações na Escola Militar do Realengo foram, sem dúvida, as mais expressivas. Responsável pela formação do oficial do exército a EMR era vista como ponto de partida para uma reestruturação das instituições militares de ensino. No dia 15 de janeiro de 1931, o discurso<sup>14</sup> de posse do Coronel José Pessoa<sup>15</sup> como comandante da EMR, cargo que ocuparia até 1934, tecia considerações sobre a revolução e apontava as novas diretrizes que seriam adotadas:

O dever que o Exército tinha a cumprir para com a República já está consumado. Disso sabeis, perfeitamente, pela contribuição que vos coube na jornada de abnegação e renúncia que culminou com a gloriosa arrancada de 24 de outubro. (...) Mas a Revolução não terminou ainda, eis a palavra de ordem do momento. E é exato. A República está salva, resta salvar a Nação. Redimir a República foi o meio, engrandecer a Nação é o único e verdadeiro fim. (...) Assim como o Exército foi o fator decisivo da Revolução, outro papel essencial caber-lhe-á no período de Renovação, na fase de Reeducação que se vae iniciando. O Exército, como instituição democrática por excelência, como verdadeira ossatura da nacionalidade é, por sua natureza, a instituição que primeiro e mais rapidamente se deve recompor, tanto é verdade que a integridade da Pátria, mais que a do regime, repousa em sua eficiência. Urge remodelá-lo, aparelhá-lo, sobretudo, retomar em mão os seus quadros, tarefas que todos esperamos do Exmo. Snr. General Ministro da Guerra e do Estado Maior. Desse conjunto ressalta a revalidação dos quadros, questão a que está estreita e diretamente ligada a Escola Militar, como fonte geradora de nossos oficiais. É o nosso dever fazer a mais rigorosa seleção dos homens aos quais o Brasil confiará a defesa de sua integridade no exterior e a manutenção de suas leis no interior. (CÂMARA, 2011, p.73-74).

Ao apontar a Escola Militar como local de formação dessa nova oficialidade, seu novo Comandante sublinhava a necessidade e sua remodelação integral, e que

WEST-POINT, SAINT-CYR, SANDHURST, serão os moldes de onde sairão as linhas gerais da reforma dos processos de vossa formação militar. Disto já vos posso dizer alguma coisa. A formação do oficial brasileiro em

---

<sup>14</sup> Publicado, no mesmo dia, na ordem do dia nº 13 da Escola Militar do Realengo, e reproduzida na íntegra em CÂMARA, 2011, pp.72-75.

<sup>15</sup> “Em 1918, último ano da Primeira Guerra Mundial, viajou para a França, onde estagiou na Escola Militar de Saint-Cyr e chegou ainda a participar de combates na guerra, comandando um pelotão de soldados franceses do 4º Regimento de Dragões. Pelos serviços prestados nessa ocasião, foi diversas vezes citado em ordens do dia das forças francesas e promovido a capitão, por atos de bravura, em janeiro de 1919. Permanecendo na Europa, fez parte da comissão de compras de material bélico e frequentou o curso prático de artilharia de assalto no Centro de Estudos de Carros de Combate, na França, em 1920. (...) Retornando ao Brasil ainda em 1920, aplicou os conhecimentos adquiridos na França na organização da primeira unidade de tanques do Exército brasileiro, permanecendo no comando dessa companhia até 1923, quando foi promovido a major. Em seguida, assumiu o posto de subcomandante da Escola Militar do Rio de Janeiro.” (PECHMAN, 2010a).

seu primeiro lance na Escola Militar terá como base a educação física, como meio a cultura geral científica e como fim a mais rigorosa preparação profissional. Desse tríptico aspecto resultarão, seguramente, as qualidades morais indispensáveis ao oficialato e que deveis cultivar desde já. “A guerra é uma arte toda de execução” e do que o Exército precisa é de oficiais aptos ao serviço, oficiais robustos, enérgicos, conhecedores da profissão, convictos de sua missão militar, social e política, como oficiais de verdade. (CÂMARA, 2011, p.74).

Diante do trecho fica claro que a nova Escola Militar do Realengo, idealizada pelo Coronel Pessoa, deveria se basear nas escolas de formação de oficiais dos Estados Unidos, França e Reino Unido, respectivamente. Aluno e admirador confesso da MMF, José Pessoa elencava outros dois modelos de escolas militares razoavelmente diferentes, muito mais como exercício retórico, de se aproximar de instituições tradicionais, do que efetivamente se basear nelas.

A gestão do Coronel José Pessoa no comando da Escola Militar do Realengo ficou marcada por intensas transformações no cotidiano escolar. Celso Castro (1994) aponta o esforço em realizar reformas nas instalações físicas da escola: construção de salas de aula aparelhadas, espaços de lazer e socialização para oficiais e cadetes, pinturas nas cozinhas e dormitórios, canalização da rede de esgoto, entre outras.

No entanto, as transformações mais intensas e duradouras se deram no campo simbólico: “Inventou-se um conjunto de símbolos que expressavam o pertencimento dos cadetes a uma *tradição* vinculada aos valores nacionais mais profundos.” (CASTRO, 1994, p. 235). A criação do corpo de cadetes, dos uniformes minuciosamente planejados, especialmente o espadim e a denominação de patronos para as turmas podem ser citados como exemplos desses símbolos. Pechman (2010a) ressalta que o Coronel Pessoa procurou atrair para a EMR instrutores que possuíssem o curso de estado-maior, o que facilitaria a padronização da instrução, a partir do modelo francês.

Como vimos anteriormente, a orientação da MMF em relação ao movimento revolucionário de 1930 era de não adesão, mantendo a fidelidade ao governo federal. Esse posicionamento se baseava em um dos pilares da doutrina militar francesa: a não participação do exército em assuntos políticos, agindo como o “grande mudo”.

De acordo com Bellintani (2009), o Ministro da Guerra do Governo Provisório, General Leite de Castro, enviou um pronunciamento, datado de 25 de fevereiro de 1931, para o chefe da MMF, General Huntziger, no qual justificava a necessidade sua posição revolucionária por conta da corrupção praticada pelo governo. Segundo ele, “O exército e a marinha foram tocados por esta política nefasta. Nós tínhamos um exército, uma Marinha e

uma aviação, e nem um plano de guerra, e nenhum plano de organização em tempos de paz ou em tempos de guerra possuímos.” (BELLINTANI, 2009. p.456). Assim, o Ministro da Guerra externava sua pretensão de realizar uma grande reorganização do Exército, inclusive nos planos de guerra e de defesa, e solicitava a ajuda da MMF nessa empreitada.<sup>16</sup>

Vale aqui recordar a querela ocorrida em 1925, entre o chefe do EME (Fragoso) e o chefe da MMF (Coffec), sobre a “intromissão da MMF” na elaboração do plano de defesa nacional. Esse episódio é relembado pelo próprio Huntziger, em correspondência enviada para o Ministro da Guerra da França, quando demonstra desconfiança em relação à possibilidade da colaboração requerida pelo General Leite de Castro, uma vez que o general Tasso Fragoso era “energicamente contra aceitar e entender esta colaboração.” (BELLINTANI, 2009, p.457).

O chefe da MMF abordava o fato, pois o general Tasso Fragoso assumia, em 1931, novamente a chefia do EME. No entanto, a situação teve um desfecho diferente do esperado por Huntziger, que ao relatar<sup>17</sup> um encontro com Fragoso em que apresentava as ideias da MMF sobre a reorganização do Exército foi surpreendido com o seguinte posicionamento:

Sobre todos os pontos inteiramente de acordo comigo e me repetiu (...) que o estado maior do exército recebeu ordem de nos abrir todos os dossiês de organização e de mobilização e que nenhuma decisão sobre estas questões não poderia ser tomada sem antes ser, vista pela missão. (BELLINTANI, 2009, p.457).

O posicionamento de Tasso Fragoso pode ser conferido em sua biografia, quando ao descrever suas atividades, em sua segunda gestão como chefe do EME, reiterava “seu franco apoio à missão Militar Francesa renovada, a qual, além de seus encargos nas Escolas, colaborava agora com as seções do Estado-Maior do Exército, em vários estudos de atribuição do mesmo.” (ARARIPE, 1960, p.624). Essa mudança na atuação da MMF foi determinada por um novo contrato, como veremos no próximo item, que diminuía consideravelmente o número de oficiais, realocando o contingente restante para trabalhos de assessoria junto ao EME.

## **5.2 O novo contrato com a Missão Militar Francesa: redimensionamento da atuação estrangeira.**

Os primeiros anos de vigência do contrato da Missão Militar Francesa foram

---

<sup>16</sup> Abordado no item 4.1.

<sup>17</sup> Em correspondência enviada para o ministro da Guerra da França, datada de 27 de abril de 1931.

marcados por pequenas adições de itens, chamados anexos, que dispunham, geralmente, sobre a contratação de mais oficiais para atuações específicas. O primeiro anexo, por exemplo, foi concretizado ainda em 1920 (9 de dezembro), quando o pessoal da MMF é acrescido de um “suboficial picador, já previsto, e de 2 médicos militares, 2 oficiais de administração e 1 oficial equitador, da arma de cavalaria.” (MALAN, 1988). O quarto anexo, por sua vez, firmado em 21 de junho de 1922, tratava da contratação da Missão Técnica de Pólvoras e Explosivos<sup>18</sup>, que ficaria sob a responsabilidade do Engenheiro de pólvoras, que já fazia parte da missão. Para Bellintanni (2009), a contratação dessa missão visava iniciar a construção de uma indústria bélica nacional, pois até então praticamente todo o material era importado. De acordo com Castro e Silva (1940), a produção nacional de armas, durante a década de 1920, não era capaz de fabricar artigos simples como explosivos nitroglicerinados, cartuchos de fuzil, bem como projéteis de artilharia e seus respectivos estojos.

A primeira renovação do contrato é datada de 28 de março de 1923, teria validade de mais quatro anos, e foi elaborada seis meses antes do vencimento do contrato original. A mudança mais significativa foi a atribuição de papéis mais específicos para os membros da missão, como a distribuição de oficiais para atuação direta nas instituições militares de ensino. Malan (1988) afirma que um oficial, pela primeira vez, seria lotado na Escola Militar do Realengo, “encarregado de coordenar o ensino do tático (teórico e prático), de fazer conferências de Tática Geral e de História Militar.” (MALAN, 1988, p.114).

A definição dessas lotações e atribuições, no entanto, não eram rígidas, tendo o chefe da MMF total flexibilidade para negociar junto ao Ministro da Guerra possíveis alterações. Outra medida importante foi a revisão das gratificações, férias, regresso à França, disposições sobre transporte e substituições de oficiais. Assim, aquela espécie de “status superior” da MMF, e de seus oficiais, estava resguardado.

A próxima renovação do contrato da MMF ocorreria apenas no dia 3 de novembro de 1927, apresentando mudanças mais profundas depois de quase uma década de atuação dos oficiais franceses no Exército brasileiro. O novo contrato resultou de uma série de estudos e ponderações feitas no alto comando, especialmente no âmbito do Estado-Maior do Exército. Como exemplo, temos uma reunião entre o recém nomeado Ministro da Guerra, General Nestor Sezefredo, e o chefe da MMF, General Coffec, ocorrida no dia 27 de novembro de 1926, na qual se manifestava a intenção do governo brasileiro em renovar o contrato. Malan

---

<sup>18</sup> A missão seria composta por “um agente técnico de pólvoras, um subagente técnico de pólvoras, um oficial de administração ou chefe da oficina pirotécnica, um químico e um desenhista. (MALAN, 1988, p.113).

(1988) sintetiza outros pontos discutidos:

O Governo brasileiro julga haver necessidade de se dar maior amplitude à ação da Missão, merecendo exame:

- dar ao chefe da Missão o caráter de Conselheiro Técnico do chefe do EME, como já especificava o contrato inicial;
- os oficiais da Missão, no mesmo caráter, serem chamados a trabalhar junto aos chefes de seção do EME;
- nas mesmas condições, os oficiais da Missão, trabalharem juntos aos Estados-Maiores das Regiões Militares; (MALAN, 1988, p.146).

Tais requisições deixam clara a intenção de diversificar a atuação dos oficiais da MMF, especialmente em ações dentro do Estado-Maior do Exército. Um esforço no sentido de aproveitar ao máximo a presença dos militares franceses, uma vez que, para parte do alto comando brasileiro, a atuação nas instituições militares de ensino era boa.

A reunião também tocava em pontos mais sensíveis, como os limites de atuação da MMF e, principalmente de seus oficiais, cuja atuação profissional definida pelas determinações contratuais não lhes atribuía “qualidades de funcionários do Estado, nem autoridade de comando ou outra qualquer sobre militares brasileiros.” (MALAN, 1988, p.147). Como vimos no capítulo anterior, o chefe do EME relatava a ocorrência de tentativas de ingerência na elaboração de estratégias de defesa nacional. Nesta reunião, o general Coffec ao questionar o “agrupamento de todas as forças do Exército no Rio de Janeiro e no Rio Grande do Sul, respondeu-lhe o Ministro que isso implicava medidas de política interna de responsabilidade do Governo do Brasil e, portanto, abstinha-se de discutir o assunto.” (MALAN, 1988, p.147).

Por fim, outra limitação importante tratava de questionamentos dos membros da MMF em relação a demais setores do governo brasileiro: “Quanto aos recursos financeiros para a aquisição de material bélico indispensável ao Exército – questão levantada pelo chefe da Missão – o Ministro declarou que era assunto da economia interna do Brasil.” (MALAN, 1988, p.147).

A despeito de pequenos atritos e negociações mais rígidas, a MMF gozava de grande prestígio entre o alto escalão do exército, especialmente no Estado-Maior do Exército, onde seu chefe, Tasso Fragoso, era um entusiasta e estudioso da doutrina militar francesa. Tal admiração é exposta no relatório dos trabalhos do estado-maior de 1926<sup>19</sup>, onde o General Fragoso elogiava a MMF, em especial a figura do General Gamelin, considerado por ele

---

<sup>19</sup> Trechos do relatório foram transcritos por Malan, 1988.

representante das qualidades do verdadeiro chefe<sup>20</sup>. Entretanto, a respeito do então chefe da MMF, General Coffec, são apresentadas algumas ressalvas, pois “embora oficial distinto e digno ... não é o chefe que convém aos nossos interesses.” (MALAN, 1988, 148). Os atritos entre Coffec e Fragoso eram recorrentes, como pudemos observar na questão da elaboração de um plano geral de operações pelo general Quirin, oficial da MMF, em 1925. Essa interferência foi novamente citada quando Fragoso faz as seguintes ponderações:

Quando a Missão chegou ao Brasil, ignorava quase tudo a nosso respeito, de modo que se compreendem precauções que tomou para ficar senhora da Direção de nossas Escolas Militares. Desde logo, porém, se estabeleceu, como era de prever, um regime harmônico de vida entre brasileiros e franceses, o qual tem gerado os melhores frutos. As Escolas ficaram administrativa e militarmente entregues aos brasileiros, enquanto os franceses se ocupavam unicamente de ensino. (MALAN, 1988, p.148).

O trecho deixa claro o tom de revência do Chefe do Estado-Maior, um confesso admirador do pensamento militar francês e dos oficiais da missão. O General Tasso Fragoso propunha, ainda, a retirada do oficial francês lotado na Escola Militar do Realengo, determinação presente na renovação de 1923. Para o general, tal medida não gerou nenhum proveito, e que o oficial brasileiro designado como seu auxiliar<sup>21</sup> desempenhava melhor as funções de coordenação do ensino militar teórico e prático.

O Presidente da República, Washington Luís, também se manifestou sobre as negociações para a renovação do contrato da MMF. De acordo correspondência do Embaixador Conty para o ministro das relações exteriores da França, enviada em 17 de maio de 1927, o Presidente ordenou a supressão da palavra “obrigatoriamente” no item 25 do artigo IV, que determinava: “O general chefe da missão é colocado ao lado do chefe de Estado Maior do Exército Brasileiro como assistente técnico para a instrução e organização, ele colabora estreitamente com ele e deve ser consultado sobre todas as questões de instrução.” (BELLINTANI, 2009, p.289). Tal mudança era condição necessária para a renovação por parte do governo brasileiro, e se configurava como um esforço de aumentar a autonomia em relação à MMF. Assim, o governo e, especialmente o exército, poderiam ter mais liberdade para decidir sobre o funcionamento da instrução militar nacional.

As considerações feitas pelo chefe do Estado-Maior, os pontos discutidos pelo Ministro da Guerra e a exigência do Presidente da República foram levadas em conta na

---

<sup>20</sup> As qualidades do chefe militar segundo a doutrina militar francesa foram brevemente descritas no presente trabalho, item 3.1 pp.95-97.

<sup>21</sup> À época, a função de auxiliar era exercida pelo Capitão Álvaro Fiuza de Castro, aluno do curso de revisão da EEM, formado em 1920. Exerceria importantes cargos no Estado-Maior do Exército, ocupando sua chefia por sete anos, entre 1948 e 1955.

redação do novo contrato<sup>22</sup> do governo brasileiro com o governo francês, que renovou a Missão Militar Francesa de Instrução por mais quatro anos, até o dia 31 de dezembro de 1931. Para Bellintani (2009) a manutenção da indústria bélica francesa como principal fornecedora do exército brasileiro foi um importante elemento nas negociações da renovação do contrato.

Com os dois lados cientes dessa importância, coube aos brasileiros o aumento de suas exigências, a maioria no sentido de diminuir a sua dependência, e, por outro lado, coube aos franceses maior flexibilidade nas concessões. Outro aspecto levado em conta pelos franceses foi assegurar a continuidade da influência do seu pensamento militar. Alguns anos depois, ao se aproximar o vencimento do contrato, o general Spire<sup>23</sup>, chefe da MMF, corroborava tal posição, ao afirmar que “a missão gera no Brasil, um ponto de apoio sólido e não negligenciável de influência intelectual e de apoio à indústria francesa.”(BELLINTANI, 2009, p.452).

Entre os principais pontos Malan (1988) aponta um pequeno aumento do efetivo da Missão para 42 membros, sendo 36 oficiais, a contar o chefe, e 6 sargentos<sup>24</sup>, demonstrando a confiança no trabalho da MMF. Tal reconhecimento foi oficializado com “um aumento de 30%, sendo vantagens pecuniárias desdobradas, além dos vencimentos, em gratificação de função, diárias de voos, diárias de deslocamentos e gratificação especial para instalação.” (MALAN, 1988, p.150). Esses direitos, com exceção das diárias de voos, já estavam prescritos nos contratos anteriores. A regulamentação das férias sofreu alteração, em face contrato original, que previa a concessão, a partir do segundo ano, de quatro meses de férias remuneradas não computado o tempo da viagem<sup>25</sup>. Na nova versão os quatro meses de férias só seriam concedidos após três anos de trabalho, o que significava uma considerável piora em relação ao início de atuação da MMF.

Nos dois primeiros contratos (1919 e 1923), os oficiais franceses recebiam importantes benefícios tributários, como a isenção de tarifas alfandegárias em relação a todos os artigos de uso pessoal. O chefe da MMF, general Coffec, em relatório enviado para o Ministro da Guerra da França, em 11 de maio de 1927, alertava que o governo brasileiro tinha a intenção de “suprimir toda isenção de impostos e de direitos, abolindo todos os favores aduaneiros.” (BELLINTANI, 2009, p.289).

---

<sup>22</sup> De acordo com Malan (1988) o contrato contava com 11 artigos e 21 páginas datilografadas.

<sup>23</sup> Tal posicionamento foi exposto no relatório enviado para o ministro da Guerra da França, em setembro de 1930.

<sup>24</sup> A título de comparação, o primeiro contrato, em 1919, previa um total de 23 membros e a primeira renovação, em 1923, um total de 34 oficiais.

<sup>25</sup> Trata-se do artigo XI, do primeiro contrato de 1919, reproduzido na íntegra por Malan, 1988. pp. 223-235.



Por fim, o novo contrato também estabelecia o início da “colaboração do Estado-Maior da Missão com o Estado-Maior do Exército, por intermédio particularmente de um oficial francês.” (MALAN, 1988, p.150). Tal medida já estava em discussão e sua determinação contratual oficializava a parceria. Como vimos no capítulo anterior, uma das alterações promovidas pelo Regulamento de 1929<sup>26</sup> contemplava tal requisição, ao determinar que os oficiais da MMF que atuavam como instrutores e professores na EEM poderiam ser “ser utilizados para a execução dos trabalhos e serviços eventuais que o Chefe do Estado Maior do Exército julgar necessários, sem prejuízo, porém, de suas funções normais na Escola.” (BRASIL, 1933).

Apenas dois anos após a renovação do contrato com a MMF, o chefe do Estado-Maior do Exército, Relatório dos trabalhos de 1929 – ESTEVES, 1996, elencava diversas razões para o fim da Missão Militar Francesa em dezembro de 1931. A primeira observação é sobre o ensino ministrado pelos oficiais da missão nas instituições militares de ensino, especialmente a EEM. Para o chefe do EME, durante os primeiros anos os “cursos eram ministrados com mais método” e “os ensinamentos extremamente úteis e bem expostos, de que são o melhor atestado as inúmeras conferências publicadas, mesmo em francês, e os temas impressos também distribuídos.” (ESTEVES, 1996, p.139).

No entanto, no fim da década de 1920, os cursos teriam “decaído muito de sua primitiva orientação”, evidenciando uma oferta de instrução irregular e insatisfatória. Sobre as aulas na Escola de Estado-Maior a descrição dessa situação é detalhada:

A aula de Estratégia e História militar, que era dada pelo Ten-Cel Derougemont, passou de 24 lições, em 1920, a três no último ano de ensino desse oficial, e a uma apenas, depois de sua retirada para a França, tendo começado a ascender e subido a nove, o ano passado. Uma aula importante, como é a de Estado-Maior em Campanha, só foi ministrada nos três primeiros anos (1920, 1921 e 1922), sofrendo em colapso até 1928, quando recomeçou, com quatro lições tendo sido dadas 17 em 1929. Esse curso, todos os anos, devia ser sempre o mesmo, pois os alunos que se sucedem são sempre outros. A aula de Tática de Infantaria dada pelo Cel Barrant, ressentiu-se com a retirada transitória desse oficial e baixou de nível em 1929, coincidindo isso com a saída definitiva desse oficial para a França, em fins desse ano, acrescentando que as aulas nunca tiveram um seguimento lógico, pois ele primava em não repetir as mesmas lições, quando em qualquer curso, todos os anos, o professor deverá sempre repetir aos seus novos alunos o mesmo curso, melhorando-o. (ESTEVES, 1996, p.139).

A situação, conforme descreve o chefe do EME, era razoavelmente séria, pois as aulas não estavam sendo ofertadas de modo satisfatório. Essa irregularidade também foi observada em

---

<sup>26</sup> Trata-se da alteração no regulamento promovida pelo Decreto nº 22.703, de 11 de Maio de 1933.

outras aulas como a de Tática de Artilharia e Tática de Cavalaria. Nas aulas de aviação, mobilização, em transportes militares, por sua vez, “os colapsos foram acentuados”. (ESTEVEVES, 1996, p.140). Tal problema foi identificado em outros cursos importantes como o de Serviço de Saúde em campanha e Serviço de Intendência em campanha, nos quais “as aulas diminuíram enormemente de 1923 em diante.” (ESTEVEVES, 1996, p.40). As reclamações com a instrução ministrada pela MMF também eram vinculadas fora do ambiente militar. McCann (1983) cita que em meados de 1930 diversos comentários de insatisfação de oficiais passaram a circular nos jornais do Rio de Janeiro.

Ciente desses problemas o chefe do Estado-Maior se prontificava a “procurar melhorar a situação, dando aos cursos o seu desenvolvimento natural.” (ESTEVEVES, 1996, p.140), para tanto, julgava necessário a criação da Inspetoria de Ensino. Entre 1915 e 1922 funcionou a Inspetoria do Ensino Militar, responsável pelo acompanhamento das atividades escolas nas instituições militares de ensino. Após sua extinção tal atribuição foi absorvida pelo Estado-Maior do Exército. Somente em 1937 foi criada a Inspetoria Geral do Ensino do Exército<sup>27</sup>, subordinada ao EME, e cuja principal atribuição era de “centralizar e coordenar todos os assuntos relativos ao ensino nos Colégios e Escolas do Exército, exceto a Escola de Estado Maior, que ficará na dependência direta do Estado Maior do Exército (enquanto estiver no país Missão Militar Francesa).” (BRASIL, 1937).

A não inclusão da Escola de Estado-Maior no raio de atuação da Inspetoria enquanto a MMF estivesse no país gera o seguinte questionamento: o que levaria o Ministro da Guerra da época, General Góes Monteiro, a condicionar a subordinação da EEM à Inspetoria, a presença da Missão Militar Francesa? A resposta não é simples, mas uma possível explicação está na tendência de aumento de autonomia didática e pedagógica da EEM, em relação aos oficiais franceses, presente tanto no Regulamento de 1929, como no contrato de 1927. Como veremos adiante, a presença dos instrutores franceses na EEM diminuiu consideravelmente depois dos contratos de 1932 e 1933.

Assim, a manutenção da EEM fora do alcance da Inspetoria e com menor influência dos franceses possibilitaria a estruturação de uma instituição de ensino que representasse diretamente os anseios do Alto Comando, especialmente com a vigência do Estado Novo, a partir de 1937. Um maior aprofundamento da análise escapa aos propósitos desse estudo.

Retomemos a análise do relatório do Chefe do Estado-Maior, que na sequência

---

<sup>27</sup> O regulamento da Inspetoria foi organizado pelo Decreto nº 3.001, de 19 de agosto de 1938, que mantinha a EEM fora de sua área de atuação.

abordava uma questão consideravelmente sensível: as férias dos oficiais franceses. Como vimos, o contrato de 1927 previa a concessão de férias remuneradas de 4 meses, descontados os dias da viagem de ida e volta. No entanto, o contrato não definia as possíveis datas para o usufruto das férias, gerando situações como a do Diretor de Estudos da EEM, que viajou para a “França em Novembro do ano passado, quando as aulas ainda não tinham se acabado, nem os exames começado, e só regressará nas vésperas de ser iniciado o próximo ano letivo em 1930.” (ESTEVEVES, 1996, p.141).

Em outros casos a irregularidade era mais flagrante, como no caso do Major Jean Gueriot, professor de engenharia, que embarcou para a França, no dia 20 de dezembro de 1928 e só regressou em 5 de julho de 1929, contabilizando uma ausência de seis meses e meio. Essa conduta prejudicou consideravelmente o funcionamento dos cursos em que atuava, especialmente o da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, onde a maioria de suas aulas tiveram que ser ministradas “pelo oficial brasileiro seu auxiliar, acrescentando que, pouco depois de sua chegada, partiu para Pinheiro em exercício de pontoneiros<sup>28</sup>, não dando depois aos seus alunos senão algumas lições.” (ESTEVEVES, 1996, p.141).

Diante dessas ocorrências o chefe do EME propunha a redução no período de férias dos oficiais da MMF para dois meses, incluídos os dias das viagens de ida e volta. Para ele, isto já constituiria “uma grande regalia em face do que se passa com a maioria dos oficiais brasileiros, que, anos atrás, só tinham direito a quatro semanas de férias, agora elevados a trinta dias.” (ESTEVEVES, 1996, p.141). Outro exemplo dado para justificar a sua proposta é atuação dos adidos militares brasileiros que atuavam em outros países: “acomodam sempre a sua vida sem a necessidade de voltarem ao Brasil com tanta frequência, e, em geral, permanecem em seus postos durante todo o tempo de sua comissão.” (ESTEVEVES, 1996, p.141).

Por fim, o general Vieira Leal convidava o Ministro da Guerra a refletir sobre o término do contrato da Missão, e que mesmo se a renovação fosse concretizada, o exército deveria se preparar para a substituição dos professores e instrutores da MMF por pessoal brasileiro. Para tanto, era fundamental fazer com que oficiais brasileiros realizassem estágios nas escolas francesas e um estágio de um ano do Estado-Maior.

O fato de todas essas críticas constarem em um relatório oficial, enviado para o

---

<sup>28</sup> O Pontoneiro é um construtor de pontes, um especialista em operações de transposição de cursos d'água; cuja missão corresponde à instalação de pontes e pontões e à utilização de vários tipos de embarcações. Essa função era mais afeita às operações militares de fins do século XIX.

Ministro da Guerra, evidencia que esse posicionamento tinha mais adeptos no alto escalão do Exército. Em consequência, a defesa do encerramento do contrato com a MMF, ou, pelo menos, um intenso esvaziamento de seu poder e se sua presença, especialmente na EEM, também contava com partidários importantes. A vontade de autonomia e protagonismo no direcionamento da educação militar estava presente no alto comando do exército, desde os relatórios do General Bento Ribeiro, chefe do EME em meados dos anos 1910.

No entanto, naquele período a maioria dos oficiais superiores, inclusive o general Ribeiro, era favorável a contratação de uma missão estrangeira de instrução, em virtude das precárias condições das instituições de ensino militar. Ao se aproximar o fim da década de 1920, tal cenário se atenuou, e o desejo de autonomia se fazia mais presente.

A eclosão da Revolução de 30 potencializou essa vontade, que serviria de guia para grande parte das transformações na Escola de Estado-Maior, e nas demais escolas do exército ao longo da década de 1930. O governo provisório de Getúlio Vargas também foi marcado por uma crescente pressão para o fim do contrato com a MMF. O chefe da missão à época, General Huntziger relatava<sup>29</sup> ao seu Ministro da Guerra uma conversa com o chefe do EME, Tasso Fragoso, na qual era informado sobre o fato de que “uma corrente nacionalista pressiona o governo para acabar com os estrangeiros no país.” (BELLINTANI, 2009, p.465). Parte dessa corrente era formada pelos tenentes revolucionários da década de 1920, que após a ascensão de Vargas ao poder ganharam espaço considerável no governo provisório.

McCann (1983), afirma que apesar desse cenário, a manutenção do contrato com a MMF poderia ajudar na renovação de um contrato comercial entre os países, necessário para o Brasil. Para o autor, “o governo Vargas concluiu que a continuação da Missão Militar era o preço que teria que pagar para preservar o acesso competitivo do café brasileiro ao mercado francês.” (MCCANN, 1983, p.225).

Assim, ao fim de 1931 o governo brasileiro renovava o contrato da MMF. No entanto, desta vez, houve um redimensionamento do seu papel, importância e abrangência de sua atuação. Na prática, temos a alteração dos mesmos artigos e itens modificados no contrato de 1927, tendo sempre em vista o aumento da autonomia. Malan (1988) afirma que o contrato de 1932, assinado no dia 3 de março, era composto de quarenta artigos distribuídos em dez capítulos. Para o autor, o destaque do novo contrato ficava por conta da diminuição da duração de quatro para dois anos, e a diminuição do efetivo quase pela metade: de 36 oficiais

---

<sup>29</sup> Correspondência do gen. Huntziger, chefe da Missão Militar Francesa, para o ministro da Guerra da França (28.05.1931).

e 6 suboficiais para 18 oficiais<sup>30</sup> e 2 suboficiais. O novo contrato também descrevia, detalhadamente a distribuição e função dos membros nas instituições militares de ensino:

Deixam de ter oficiais instrutores a Escola de Intendência e a Escola do Serviço de Saúde; atende a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais um oficial de engenharia; na Escola de Cavalaria passa a existir somente um oficial picador; a Escola de Aviação dispõe de um oficial instrutor da Escola de Estado-Maior e a Escola Militar [do Realengo] dispõe de um oficial de educação física, comum a todas as escolas. (MALAN, 1988, p.159).

A considerável redução no efetivo da MMF rareia a presença dos oficiais franceses nas instituições militares de ensino. No entanto, a manutenção do contrato garante a continuidade da instrução militar nos moldes da doutrina e do pensamento militar francês. O chefe da MMF, General Huntziger, em correspondência enviada para o ministro da Guerra da França em 28 de maio de 1931, se posicionava da seguinte forma: “Manter no Brasil a Missão Francesa, mesmo bem reduzida em número é antes de tudo muito desejável do ponto de vista dos interesses franceses.” (BELLINTANI, 2009, p.465). Na mesma carta relatava também conversa com o chefe do EME, general Tasso Fragoso, no qual foi informado da grave crise financeira do estado brasileiro, tornando a renovação viável somente com um grande corte no pessoal da Missão. Embora tal fator fosse importante, não podemos descartar os elementos já elencados.

Dois anos depois, em 1934, o contrato com a MMF é renovado por mais dois anos. A tendência estabelecida no contrato anterior, de reduzir o número de membros, se manteve: agora a MMF contava com sete oficiais, contando o chefe, e dois suboficiais. O Ministro da Guerra, Góes Monteiro, em seu relatório de 1934, fazia um balanço dessa redução:

Em consequência da redução sofrida pela Missão Militar Francesa, que vem prestando ao nosso Exército os mais assinalados serviços, todo o ensino, em as nossas varias escolas, foi confiado a capacidade dos oficiais brasileiros, que não desmereceram da honrosa missão, consoante atestam os resultados obtidos. Todavia, em virtude de varias razões ponderosas, não podemos ainda dispensar, inteiramente, o precioso concurso daquela missão. Foi, assim, renovado o contrato por mais dois anos. (MONTEIRO, 1935, p.52).

Vale destacar o tom elogioso usado pelo Ministro, discípulo da doutrina francesa e formado da EEM em 1922. O trecho também indicava que a MMF estava próxima de seu fim.

O contrato de 1934 alterava um artigo presente desde a primeira versão, em 1919, que garantia a hegemonia francesa na instrução do exército brasileiro, ao estabelecer que o governo se comprometia a não contratar nenhuma outra missão estrangeira com finalidade militar, salvo técnicos para as fábricas, arsenais e serviços geográficos do Exército. A

---

<sup>30</sup> Dois desses oficiais teriam os contratos com validade de um ano.

alteração foi o acréscimo de mais uma exceção, a contratação de instrutores para os centros de instrução de costa. Pode parecer pequena, mas a inclusão da possibilidade de contratação de uma missão militar não-francesa, para a formação de um centro de instrução de artilharia de costa, era discutida pelo alto escalão do exército. Malan (1988) relata que esse ponto foi alvo de negociação à época da renovação de 1927.

A inclusão contratual da possibilidade de contratação de outra missão militar estrangeira é digna análise. Desde o início, a atuação da MMF no Brasil foi pautada pela busca de hegemonia, no âmbito do pensamento militar, e, ocasionalmente, pela defesa da exclusividade, nos casos de compra de material bélico. Essa postura foi consideravelmente alterada, provavelmente sem o entusiasmo dos franceses, com a abertura dessa possibilidade.

A contratação da supracitada missão foi efetivada apenas em 1934. A Missão Militar Americana era composta por três oficiais, e teve como principal ação a criação do Centro de Instrução de Artilharia de Costa (CIAC), no Forte da Vigia, no Rio de Janeiro. O contrato foi renovado em 12 de novembro de 1936, ampliando a abrangência de sua atuação. De acordo com Rodrigues (2011), durante a nova vigência os oficiais norte-americanos deveriam atuar diretamente na Inspetoria de Defesa de Costa do Estado-Maior do Exército, e também “com oficiais do Exército brasileiro, no desenvolvimento e funcionamento do Centro de Instrução de Artilharia de Costa, além de superintender os seus cursos e auxiliar a instrução.” (RODRIGUES, 2011, p.4).

Outro elemento a ser destacado é a supressão do artigo, presente desde o primeiro contrato, que versava sobre a preferência que a indústria francesa teria nas encomendas de material bélico do governo brasileiro<sup>31</sup>. Como vimos este era um dos pilares da Missão Militar Francesa desde seu início, com o General Gamelin, e sua retirada apontava para um horizonte de mudanças. Tal determinação também era, desde o início da missão, um constante ponto de pressão e polêmica. Bellintani (2009) destaca uma nova determinação trazida pelo contrato de 1934, na qual os oficiais franceses passam a exercer a função de conselheiros técnicos na Escola de Estado-Maior, para consulta nas questões relacionadas à organização e instrução do Exército. Essa mudança de função ficaria explícita nas determinações do Regulamento de 1934-35, que será analisado no próximo item.

A análise dos contratos, e das demais fontes, evidencia o intenso redimensionamento

---

<sup>31</sup> O artigo completo determinava: “O governo brasileiro dará preferência à indústria francesa em suas encomendas de material de guerra à condição que, na igualdade de valor técnico, este material possa ser comprado por preço idêntico aos propostos por uma outra potência e no mesmo prazo de entrega, em todo estado de coisas, submetido as leis administrativas brasileiras.” (BELLINTANI, 2009, p.465).

da atuação da Missão Militar Francesa, entre o fim da década de 1920 e início dos anos 1930. Essa reestruturação, consolidada com o contrato de 1934, fez parte de um conjunto maior de ações de um importante grupo de jovens oficiais que ascenderam ao Alto Comando do Exército após a revolução de 1930. A gestão do General Góes Monteiro à frente do Ministério da Guerra foi responsável pela promoção dessas mudanças, e a Escola de Estado-Maior, como veremos a seguir, não ficaria de fora.

### **5.3 O Ministério da Guerra de Góes Monteiro e o Regulamento de 1934-35: as novas configurações da Escola de Estado-Maior**

A atuação de Góes Monteiro como líder das tropas rebeldes que tomaram o poder em outubro de 1930 lhe concedeu grande prestígio no âmbito militar, mas principalmente no alto escalão do governo provisório de Getúlio Vargas. Sua rápida ascensão na hierarquia militar, especialmente após o movimento, é um indicativo disso. Em outubro de 1928, após importante atuação contra a Coluna Miguel Costa-Prestes, foi promovido a tenente-coronel, e menos de três anos depois atingiu a patente de coronel, em março de 1931. A chegada ao generalato foi meteórica: em maio de 1931 atingiu a patente de general-de-brigada e no dia 6 outubro do mesmo ano foi promovido a general-de-divisão, com apenas 42 anos de idade<sup>32</sup>.

Vale ressaltar, que mesmo antes de sua atuação em 1930, Góes Monteiro já havia construído uma carreira militar de destaque, por conseguir aliar formação profissional e atuação militar. Em 1923, ainda oficial-aluno da EEM e com a patente de primeiro-tenente foi consultado pelo governo do Rio Grande do Sul para a elaboração de um plano de defesa na revolta federalista de 1923<sup>33</sup>. Logo após o fim do curso de estado-maior, em 1924, foi nomeado como professor estagiário na EEM. McCann afirma que seus estudos com a MMF “haviam reforçado sua autoconfiança natural, fornecido uma doutrina militar estruturada e trazido inspiração para que ele pensasse, escrevesse, e mais ainda, falasse sobre o Exército e suas dificuldades.” (MCCANN, 2009, p.358).

Em 1925, Góes Monteiro escreveu um pequeno texto sobre sua experiência profissional no sul do país, intitulado *O destacamento Mariante no Paraná Ocidental*<sup>34</sup>. Em

---

<sup>32</sup> As datas das promoções constam no verbete do DHBB dedicado a Góes Monteiro.

<sup>33</sup> Também chamada de Revolução Gaúcha de 1923, o movimento, muito mais próximo de um confronto regional, consistiu na eclosão de um conflito armado liderado por grupos de oposição após a vitória eleitoral que deu a Borges de Medeiros seu quinto mandato consecutivo como presidente do Estado. A guerra civil, perdurou de janeiro a dezembro de 1923 e acabou com a derrota dos rebeldes, também chamados federalistas, e a assinatura do Pacto de Pedras Altas.

<sup>34</sup> Trata-se do destacamento do Coronel Álvaro Guilherme Mariante, do qual Góes Monteiro foi chefe do estado-

formato que misturava elementos de relatório e de diário pessoal, o então major, tecia duras críticas às condições do exército nacional. Ele também criticou seus colegas oficiais, afirmando que a “maioria deles não se interessava em aprender a doutrina militar e resistia obstinadamente aos esforços da missão francesa para ensiná-los. (...)‘Não estuda mais. Não produz.’” (MCCANN, 2009, p.359).

Para Góes Monteiro, após chegar a patente de capitão a maioria dos oficiais não se esforçava para continuar a progredir na carreira militar, por meio do estudo e da atuação profissional, mas concentrava suas forças em permanecer lotada no Rio de Janeiro, longe das guarnições do interior do país, e próxima dos grupos, políticos e militares, que efetivamente influenciavam nas promoções. A resolução deste problema estava na elaboração de um novo sistema de promoções que estimulasse o contínuo aprimoramento profissional dos oficiais, bem como os processos de seleção das instituições de formação e aperfeiçoamento dos oficiais das Forças Armadas, principalmente do Exército.

Para além das questões internas, Góes acreditava que o Exército estava intimamente ligado aos grandes problemas nacionais, mas também era elemento essencial para suas soluções. As condições das Forças Armadas, principalmente do Exército, refletiam diretamente a saúde política do país. Esse pensamento sintetiza a frase famosa de Góes em seu livro sobre a Revolução de 30: “...sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército” (MONTEIRO, s/d, p.163)<sup>35</sup>. Assim, parte do pensamento de Góes preconizava um Exército que não se envolvesse em assuntos e disputas políticas, regionais ou nacionais, bem como não reproduzisse internamente as dinâmicas típicas desta. A descrição se aproxima da concepção do “grande mudo”, base do pensamento militar francês da época, ao defender o afastamento das forças armadas do universo político.

No entanto, caberia à nação se preparar para realizar a política do Exército, entendida como a “preparação para a guerra”, o que interessaria e envolveria

todas as manifestações e atividades da vida nacional, no campo material - no que se refere à economia, à produção e aos recursos de toda natureza - e no campo moral, sobretudo no que concerne à educação do povo e à formação

---

maior em 1925. Esse destacamento fazia parte das forças legalistas reunidas no Paraná sob o comando do General Cândido Rondon, cuja missão era combater os revolucionários responsáveis pelo movimento de 5 de julho de 1924 em São Paulo, e que se organizavam para formar a Coluna Miguel Costa-Prestes.

<sup>35</sup> Não há certeza sobre a data de publicação da obra de edição única. O exemplar disponível para consulta na biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro consta como “sem data”, no entanto o exemplar disponível na biblioteca da Universidade de Wisconsin (EUA) indica o ano de 1934, acrescido de um ponto de interrogação (1934?), confirmando a dificuldade de precisar a data.



de uma mentalidade que sobreponha a todos os interesses da pátria, suprimindo quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo. (MONTEIRO, s/d , p.163).

Aqui temos uma descrição de mobilização nacional de grande amplitude e intensidade. No entanto, como conseguir colocar essa “política do exército” em prática sem ocupar lugares estratégicos na alta cúpula política do país? Foi exatamente essa a postura adotada por Góes Monteiro, e depois por Eurico Gaspar Dutra, na reorganização do Exército nos anos 30, que ganhou contornos mais nítidos após o golpe de 1937, e a instauração da ditadura varguista do Estado Novo. Reforçavam-se as estruturas disciplinares no interior do exército, dos colégios militares a EEM, com ênfase nos corpos de tropa, ao mesmo tempo em que se intensificava a relação política com o grupo varguista.

De acordo com Ronaldo Morais (2009), esse movimento pode ser caracterizado como uma “transição normalizadora” do exército da década de 1920, marcados pelas ações políticas de oficiais de baixa patente, cujo símbolo máximo foi o tenentismo, para a década de 1930, onde as ações política continuariam a ocorrer, mas somente nas altas estruturas do poder militar<sup>36</sup>.

O objetivo “normalizador” de Góes Monteiro fica evidente em seu discurso de posse como Ministro da Guerra em janeiro de 1934, quando anunciava a completa reforma das leis básicas do Exército:

Essa reforma visa transformar a estrutura e a mentalidade do nosso soldado, colocando-o em seu verdadeiro lugar. A estrutura será transformada por meio de grandes medidas, enquanto que a mentalidade o será por meio de instituição de uma doutrina que impeça o militar de ir além do que se espera dele. Isso há de tardar, mas é preciso que se comece. É preciso tirar o Exército da Política e impedir que ela se intrometa no Exército. E isso será feito, não com o rebaixamento, mas com a exaltação do militar. (LOPES; TORRES, 1947, p.204).

O discurso descreve como se concretizaria o afastamento da política do interior do exército especialmente nas instâncias inferiores: reformas disciplinares e das normas das escolas militares. Já a intervenção na alta cúpula, militar e política, aparece em outro trecho que já indicava os próximos passos de Góes e de seu grupo: “A voz severa e honesta do Exército clama, reunida à voz altiva e aflita da nacionalidade, por um novo estado de coisas que

---

<sup>36</sup> Esse tipo de intervenção é a gênese da intervenção política institucional do Exército, cujo ápice se concretizou com o golpe civil-militar de primeiro de abril de 1964, pois no contexto da guerra fria, “o grupo militar conservador começaria a se preocupar com as perspectivas de uma intervenção mais orgânica dos militares na política, em termos antes institucionais que individuais, na tradição incentivada nos anos 30 e 40 por Góes Monteiro” (MARTINS FILHO, 2003, p. 106).

verifique e alerte a alma coletiva do povo brasileiro,” (LOPES; TORRES, 1947, p.203).

A gestão de Góes Monteiro à frente do Ministério da Guerra foi rápida (18 de janeiro de 1934 a 7 de maio de 1935) e marcada por um contexto político notadamente tenso no qual ele estava intimamente ligado: a revolta constitucionalista paulista em 1932, a aprovação da nova constituição e a eleição indireta de Vargas a presidência<sup>37</sup>.

As relações entre militares e políticos também estava desgastada, principalmente por conta do movimento por aumento das tabelas dos soldos militares, encabeçado pelo General Guedes da Fontoura. As assembleias do Clube Militar foram tomadas por intensas discussões sobre o tema, nas quais o Poder Legislativo era o principal alvo das críticas dos militares. Esse acirramento dos ânimos não agradava Góis Monteiro, que segundo Ramos (2010), adotou uma posição dúbia sobre o tema, no intuito, fracassado, de apaziguar os atritos.

No entanto, a causa que ele atribuiu para a sua repentina demissão foi outra: a intensa campanha de oposição sofrida pelo então Governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, por meios dos representantes legislativos do Partido Republicano Liberal (PRL). Góis acreditava que sua permanência na pasta do Ministério da Guerra era insustentável por conta da posição de apoio mútuo entre Vargas e Flores da Cunha. Ainda segundo Ramos (2010), mesmo sem ocupar um posto de comando oficial dentro do alto escalão militar ou político, Goés Monteiro era constantemente consultado por Vargas acerca do cenário político, tendo participação decisiva na preparação para o golpe de 1937 e a instituição do Estado Novo.

O impulso renovador promovido pela breve gestão de Góes Monteiro teve como foco a reorganização do Ministério da Guerra e do Exército, buscando, em suas próprias palavras, modificar “profundamente a estrutura orgânica das forças de terra” (MONTEIRO, 1935, p.51). Em seu relatório para o ano de 1934 são elencadas todas as medidas elaboradas pelo Estado-Maior do Exército, a seu pedido. Em primeiro lugar estão as chamadas leis básicas de reorganização: “a) Organização Geral do Ministério da Guerra; b) Organização dos Quadros e Efetivos do Exército; c) Movimento dos oficiais em tempos de paz; d) Lei de Promoções.” (MONTEIRO, 1935, p.51).

Após a essas reformas, vários regulamentos foram elaborados, abarcando diversos setores e instituições militares, com o seguinte balanço: sete regulamentos publicados, seis prontos para a publicação e nove em elaboração. Entre eles destacamos o Regulamento da

---

<sup>37</sup> Diversos autores apontam que o próprio Góes Monteiro pretendia ser candidato nessas eleições indiretas (MCCANN, 2009. p.429-434), (MORAES, 1993, p.141). Essa afirmação também aparece nas memórias de Juracy Magalhães (ABREU, 1982, p.92-93) e Cordeiro de Farias. (CAMARGO; GÓES, 2001, p-144-145).

Escola Militar, dos Colégios Militares, das Escolas de Armas, da Escola de Veterinária do Exército e da Escola de Estado-Maior. As reformas regulamentares tiveram grande preocupação com a educação militar e as instituições militares de ensino, desde os Colégios até a Escola de Estado-Maior.

Ao analisar especificamente o ensino militar o Ministro da Guerra informava que diante da redução da MMF operada pelo contrato de 1934, a instrução nas instituições militares de ensino ficariam inteiramente sob a responsabilidade de oficiais brasileiros. As substituições necessárias não afetariam a continuidade e nem a qualidade da instrução ministrada. No entanto, o General Góes defendia que esses professores brasileiros pudessem frequentar as escolas militares da Europa, com o intuito de “aperfeiçoar, cada vez mais, seu aparelhamento militar.” (MONTEIRO, 1935, p.53).

Entre os diversos regulamentos reformados, destacamos a Lei do ensino militar<sup>38</sup>, reformada um ano antes da gestão de Góes, em 1933. Da mesma forma que seu antecessor, o Regulamento da EEM de 1934 foi precedido por uma reforma geral do ensino militar, que determinava a estrutura geral do ensino, a organização de suas instituições de ensino e as suas diretrizes gerais. Dessa vez, no entanto, trata-se de uma lei mais abrangente e detalhada, procurando aumentar o controle sobre os rumos do ensino militar brasileiro<sup>39</sup>.

As diretrizes gerais foram mantidas, com pequenas alterações na redação. O plano geral de ensino, que organizava os níveis da instrução que seria ofertada, por sua vez, sofreu grandes alterações. A partir de 1933 a instrução no exército seria dividida em quatro grandes níveis, a saber:

- a) a instrução elementar destinada, de um lado, a melhorar, particularmente, a situação dos incorporados analfabetos; de outro, a formar artífices, inclusive especialistas de aviação;
- b) a instrução secundária, destinada a preparar candidatos ao recrutamento para as escolas de formação de oficiais;
- c) a instrução profissional, destinada à formação e reservistas em geral e, em particular à formação e especialização de sargentos do Exército ativo, bem como ao preparo e aperfeiçoamento dos oficiais de reserva e à manutenção do grau de instrução destes oficiais e dos reservistas;
- d) a instrução profissional e geral, destinada à formação dos oficiais do Exército ativa, aplicação, especialização aperfeiçoamento e revisão de seus conhecimentos e ainda a lhes ministrar certas informações de natureza profissional. (BRASIL, 1933a).

Todos esses níveis apresentavam subdivisões que detalhavam tipos específicos de formação,

---

<sup>38</sup> Instituída pelo decreto nº 23.126, de 21 de Agosto de 1933.

<sup>39</sup> Enquanto a lei de 1928 contava apenas com 11 artigos que estabeleciam regras gerais, a lei de 1933 apresentava 44 artigos, com determinações mais específicas.

as instituições que a forneceria, entre outras descrições. A instrução profissional geral, por exemplo, era dividida entre a instrução básica, destinada ao “preparo dos quadros incumbidos das funções normais nas armas e serviços (execução, comando e direção)” (BRASIL, 1933a), e a instrução superior, responsável pelo “preparo dos oficiais destinados as funções de estado-maior e da técnica superior dos serviços.” (BRASIL, 1933a).

A instituição responsável pela instrução superior era a Escola de Estado-Maior, cuja função é descrita na lei da seguinte forma:

preparar oficiais de todas as armas para o desempenho das funções de Estado-Maior e para o recrutamento futuro dos destinados ao alto comando; habilitar oficiais técnicos do posto de major ou do de tenente-coronel com os conhecimentos gerais relativos á doutrina de guerra, aos processos de combate o ao serviço em campanha, de maneira a poderem exercer no futuro as funções técnicas de alta direção; proporcionar, a título transitório, a oficiais superiores, com o curso de Estado-Maior, obtido na vigência de regulamento anterior ao de 1920, a revisão dos seus conhecimentos. (BRASIL, 1933a).

No esteio dessas reformas no ensino militar foi formulado o sexto regulamento da Escola de Estado-Maior, aprovado pelo decreto n. 24.539, de 3 de julho de 1934. Em termos formais e estruturais algumas comparações são importantes. O regulamento de 1929 apresentava 103 artigos e três anexos. O regulamento de 1934 apresentava uma estrutura mais complexa: a primeira parte, destinada à maioria das determinações gerais, continha 89 artigos e três anexos; a segunda parte era dedicada às instruções para o concurso de admissão e matrícula na EEM, continha 24 artigos e três anexos. As alterações também são motivo de análise, pois as duas alterações recebidas pelo Regulamento de 1929 foram feitas após a Revolução de 30, em 1932 e 1933.

O Regulamento de 1934, por sua vez, a despeito de sua breve vigência de quatro anos, apresentou seis decretos de alteração, dois menos de um ano antes de sua publicação. O excesso desses decretos pode ser explicado pela sua rápida redação e construção, o que deixava, inevitavelmente, falhas e lacunas que deveriam ser preenchidas.

As alterações promovidas pelo Decreto nº 95, de 21 de Março de 1935, por exemplo, são abrangentes, dando nova redação a muitos artigos, suprimindo alguns e inserindo novos artigos. A quantidade de alterações percorre todo o documento, incluindo anexos, a ponto de ao fim do decreto constar um artigo que informava que “O Ministério da Guerra fará republicar o regulamento com as alterações do presente decreto.” (BRASIL, 1935). Algo semelhante com o que ocorreu no início da década de 1910, com o regulamento de 1913-14.

Portanto, ao longo da análise do regulamento o citaremos como Regulamento de 1934-35<sup>40</sup>, discriminando na referência o ano.

Uma análise comparativa entre as supracitadas determinações da lei do ensino militar e o Regulamento de 1934-35, deixa evidente que se trata da descrição dos cursos que a Escola de Estado-Maior ofereceria: o curso de estado-maior e o curso de informações. Dessa forma, a primeira mudança trazida fica por conta da exclusão do curso de revisão, presente nos dois últimos regulamentos.

De acordo com o novo regulamento o curso de estado-maior seria dividido em dois tipos, o curso de estado-maior para os oficiais das armas e o curso de estado-maior para oficiais técnicos. O primeiro era destinado aos oficiais das patentes de primeiro tenente a major (Categoria A), e mantinha os objetivos<sup>41</sup> e duração (3 anos) do curso de estado-maior previsto no Regulamento de 1929. O segundo, era direcionado a majores e tenentes-coronéis (categoria B), teria duração de dois anos, e o objetivo de “ministrar conhecimentos gerais relativos à doutrina de guerra, aos processos de combate e ao serviço em campanha, de maneira a preparar os oficiais técnicos para o exercício das funções técnicas de direção.” (BRASIL, 1934a). Esse curso apresenta um enfoque específico para a formação de chefes e comandantes militares.

Assim, a nova norma mantinha a divisão entre duas categorias de alunos, só que dessa vez não somente por hierarquia, pois apresentava objetivos específicos para cada uma. O curso de informações manteve seu objetivo<sup>42</sup>, e foi aberto para matrícula de coronéis das armas e dos serviços, além dos generais, e sua duração seria “variável, segundo os fins visados, e fixada pelo ministro da Guerra por proposta do chefe do Estado-Maior do Exército. Em princípio, sua duração não excederá de um ano.” (BRASIL, 1934a).

O plano de ensino era dividido em dois grupos de cursos (aulas): assuntos militares e assuntos relativos à cultura geral<sup>43</sup>. Comporiam os assuntos militares:

Tática e emprego de cada uma das armas. Tática geral; organização e

---

<sup>40</sup> Nas citações serão mantidas as datas das publicações. Assim, quando o trecho citado for do decreto de criação do regulamento, a referência será BRASIL, 1934a, e quando for do decreto de alteração será BRASIL, 1935.

<sup>41</sup> 1º, desenvolver o estudo relativo à tática e ao emprego das armas e dos serviços e ensinar o funcionamento dos estados-maiores de Divisão (Divisão de Infantaria e Divisão de Cavalaria) e de Exército (Divisão Aérea) em campanha; 2º, ministrar conhecimentos gerais de estratégia e de altas questões relativas à organização da Defesa Nacional; 3º, desenvolver conhecimentos relativos à cultura geral dos oficiais; (BRASIL, 1934a)

<sup>42</sup> Com duração de um ano o curso tinha a finalidade de “facilitar-lhes os meios de se porem ao corrente das questões militares de atualidade (material, organização, instrução) e de outras que interessem especialmente à organização da Defesa Nacional.” (BRASIL, 1934a).

<sup>43</sup> No regulamento de 1929 eram chamados de “matérias essencialmente militares” e de “matérias não essencialmente militares”.

emprego dos serviços em campanha; funcionamento dos estados-maiores (Divisão e Exército) em campanha; comunicação e transportes militares; organização da Defesa Nacional; história militar e noções de estratégia; geografia militar, especialmente da América do Sul; criptografia; cultura física; equitação; esgrima, e prática de condução de automóveis. (BRASIL, 1935).

O destaque fica por conta da inclusão da “cultura física”, geralmente presente nas escolas de formação de oficiais, e da prática de condução de automóveis, demonstrando a tentativa de se adaptar às inovações da indústria bélica, que produzia diversos tipos de automóveis para serem utilizados em combate.

Os assuntos de cultura geral eram mais breves e abrangiam: “questões de Direito Internacional; questões de atualidade internacional que interessem ao Brasil; questões econômicas e sociais; prática do espanhol.” (BRASIL, 1935). Os conteúdos eram trabalhados, em sua maioria, na forma de conferências, variando entre civis e militares de acordo com a temática. O Curso de Informações de 1935, por exemplo, apresentava doze conferências com o chefe da MMF, General Noel. As conferências versavam sobre temas variados, como “preparação para guerra”, tipos de manobras, os “elementos da decisão do chefe”, e “combinação das armas” (abordada em seis conferências)<sup>44</sup>.

A título de complementação ao ensino, seriam ministradas as seguintes aulas: “trabalhos táticos de aplicação no campo; viagens para estudo de situações táticas de arma; viagens para estudo de tática geral, estado-maior e conhecimento das fronteiras; visitas que possam interessar o oficial de Estado-Maior; datilografia (obrigatória).” (BRASIL, 1935). As aulas complementares primavam pelo caráter prático, como a realização de exercícios de manobras. Entretanto, na prática, essas aulas dificilmente se concretizariam, mantendo o caráter eminentemente teórico do Curso de Informações, presente desde sua criação.

O Regulamento de 1934-35 não apresentava uma descrição detalhada das aulas, como seus antecessores, deixando apenas a determinação de que o programa de ensino seria estabelecido pelo comandante da escola, e “fixaria os assuntos que seriam ensinados pelos professores, a repartição geral dos trabalhos e as épocas de sua realização, e os assuntos que

---

<sup>44</sup>1ª Conferência: “Os elementos da decisão do chefe”; 2ª Conferência: “Combinação das Armas o combinação e ligação defesa numa posição de resistência”; 3ª Conferência: “Combinação das Armas: preliminares no combate defensivo, combate em grandes frentes”; 4ª Conferência: “Combinação das Armas: defesa interior da posição de resistência – manobra de retirada”; 5ª Conferência: “Combinação das Armas: ataque a uma posição de resistência”; 6ª Conferência: “Combinação das Armas: preliminares do combate ofensivo contra inimigo em posição”; 7ª Conferência: “Combinação das Armas: ofensiva contra o inimigo em movimento”; 8ª Conferência: “A manobra (combinações elementares, noção de ação defensiva e unidade de combate)”; 9ª Conferência: “A Manobra de Ala”; 10ª Conferência: “As manobras centrais”; 11ª “Concepção e direção numa operação”; 12ª Conferência: “Preparação para guerra”. Os fac-símiles das primeiras páginas do Curso de Informações de 1936 estão disponíveis no Anexo 19.

não poderiam ser tratados pelos professores da Escola de Estado-Maior.” (BRASIL, 1935).

Evidentemente diversos assuntos eram censurados nas instituições militares de ensino, especialmente nas destinadas a públicos mais jovens, como os colégios militares e a Escola Militar do Realengo. No entanto, o fato de constar em um regulamento que assuntos não deveriam ser abordados, ainda por cima em um curso destinado a oficiais, causa certo estranhamento. Como vimos os anos que se seguiram à revolução de 30 foram conturbados, e a instabilidade política era constante, especialmente após a revolta constitucionalista de 1932.

O acirramento crescente dos conflitos, de 1933 a 1935, entre importantes grupos políticos como a Aliança Nacional Libertadora (ANL)<sup>45</sup> e a Ação Integralista Brasileira (AIB)<sup>46</sup>, também compunham esse cenário que, naturalmente, exaltava os ânimos dos oficiais, e a discussão política, inevitavelmente, invadia os muros da Escola de Estado-Maior. Juarez Távora, aluno entre 1936 e 1938, relata um episódio que ilustra essa assertiva ao descrever o contexto político após a instauração do Estado Novo:

O ano de 1937 caracterizava-se pela agitação política surgida à margem da campanha eleitoral para a sucessão do Presidente Getúlio Vargas; e culminaria como o golpe de estado de 10 de novembro, que implantou o regime do Estado Novo, e prolongaria, por mais oito anos de governo discricionário, o seu mandato. Parecia, assim, vitoriosa a corrente política, de tendência fascista liderada, no Brasil, pelo Integralismo de Plínio Salgado. Um dos meus professores da Escola, Capitão Toscano de Brito, procurou-me, nessa ocasião, em minha residência, na Rua Marquês de Abrantes, 165, acompanhado do Dr. Miguel Reale, para tentar que eu aderisse ao Integralismo. Recusei-o, por não me convencer dos fundamentos democráticos de sua doutrina. Mas aceitei ter um encontro com o Dr. Plínio Salgado, chefe do movimento, num centro integralista que funcionava perto de minha casa (...) O ano findara, com uma tarja negra sombreando o espírito dos defensores da democracia brasileira. (TÁVORA, 1974, p.135)

A ação de um professor da Escola visitar seus alunos, provavelmente Távora não fora o único, deixa claro como os acontecimentos políticos adentraram as portas da EEM, que não ficou alheia ao conturbado cenário político construído após a revolução de 30.

Apenas o curso de estado-maior para oficiais das armas, categoria A, apresentava a

---

<sup>45</sup> “Organização política de âmbito nacional fundada oficialmente em março de 1935 com o objetivo de combater o fascismo e o imperialismo. O programa básico da organização tinha como pontos principais a suspensão do pagamento da dívida externa do país, a nacionalização das empresas estrangeiras, a reforma agrária e a proteção aos pequenos e médios proprietários, a garantia de amplas liberdades democráticas e a constituição de um governo popular, deixando em aberto, porém, a definição sobre as vias pelas quais se chegaria a esse governo.” (CPDOC/FGV, ANL).

<sup>46</sup> Organização política de âmbito nacional inspirada no fascismo italiano, fundada por Plínio Salgado em 1932. O Manifesto Integralista, lançado em 32, sintetizava o ideário básico da nova organização: defesa do nacionalismo, definido mais sobre bases culturais do que econômicas, e do corporativismo, visto como esteio da organização do Estado e da sociedade; combate aos valores liberais e rejeição do socialismo como modo de organização social. O lema da organização era "Deus, Pátria e Família". (CPDOC/FGV, AIB).

repartição dos estudos, por ano, como podemos observar no quadro abaixo:

<b>Quadro 18 – Curso de estado-maior para a categoria A, por ano (Regulamento de 1934-35)</b>	
<b>Primeiro ano (preparatório)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estágio nas armas diferentes da do oficial, Esse estágio poderá ser precedido de uma revisão do estudo de tática das armas, relativo às pequenas unidades de cada arma, realizada na Escola de Estado-Maior durante um período de três meses.</li> <li>- Datilografia.</li> <li>- Equitação.</li> </ul>
<b>Segundo ano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Estudo da organização da Divisão (Divisão de infantaria e Divisão de Cavalaria) e das Unidades Aéreas.</li> <li>-Estudo da tática e do emprego das armas, no quadro da Divisão (destacamento de todas as armas) e da Divisão de Cavalaria.</li> <li>-Funcionamento dos estados-maiores o dos serviços dos corpos de tropa em campanha.</li> <li>- Estudo da execução das missões que podem ser dadas às unidades aéreas no âmbito da Divisão.</li> <li>- Questões econômicas e sociais.</li> <li>-Geografia e historia militar (1ª parte).</li> <li>- Criptografia.</li> <li>- Espanhol.</li> <li>-exercícios táticos no terreno, relativos a cada arma;</li> <li>- viagens para estudos táticos de infantaria, cavalaria e de engenharia.</li> <li>- Equitação - cultura física - esgrima.</li> </ul>
<b>Terceiro ano</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Tática geral (Divisão de Infantaria e Exército); emprego das Unidades Aéreas e seus serviços.</li> <li>-Funcionamento dos estados-maiores e dos serviços nos escalões.</li> <li>-Divisão e Exército, em campanha; noções de estratégica.</li> <li>- Organização dos Exércitos; - Questões de Direito Internacional.</li> <li>- Geografia e historia militar (2º parte).</li> <li>- Espanhol.</li> <li>- Exercícios práticos de funcionamento dos estados-maiores de Divisão no terreno.</li> <li>- Viagens de estado-maior às regiões de fronteira.</li> <li>-Equitação; - cultura física; -esgrima; - pratica de direção de automóveis</li> </ul>
<b>Fonte:</b> BRASIL, 1935	

De maneira geral o curso mantinha as aulas, agora chamadas de cursos, estabelecidas pelo regulamento anterior. Os cursos da categoria B seriam serão fixados anualmente dentro das aulas elencadas acima. No regulamento anterior, os alunos dessa categoria frequentariam o mesmo curso dos alunos da categoria A, com exceção do ano preparatório. Dessa forma, o novo regulamento abria a possibilidade de flexibilização do curso destinado a esses alunos.

Em relação ao curso de informações a abertura era ainda maior, e seguia o aspecto formalista da época de sua criação. Os estudos do curso poderiam ser realizados sob a “direção imediata do chefe do Estado-Maior do Exército ou de um chefe por ele designado.”



(BRASIL, 1934a).

A flexibilidade era mais evidente quando se descreviam as possibilidades de utilização de “trabalhos ou estudos efetuados nos cursos de estado-maior”. Os oficiais que frequentassem o curso poderiam ser designados “pelo diretor do curso para coparticiparem, em funções de comando, nos exercícios táticos do terreno e de estado-maior realizados pela EEM.” (BRASIL, 1934a).

Uma das grandes novidades do Regulamento de 1934-35 foi a presença de dois capítulos dedicados à metodologia de ensino. O artigo 14, por exemplo, determinava que o ensino deveria ser

essencialmente objetivo e ministrado através do estudo de casos concretos, dentro da doutrina firmada pelo Estado-Maior do Exército. Visa, sobretudo, desenvolver a personalidade dos oficiais, por meio da livre discussão das questões e do ensino das diversas funções do oficial em campanha. (BRASIL, 1934a).

Para a boa aplicação desse método era essencial que a discussão dos casos estudados fossem livres de amarras formais, como a hierarquia, e para tanto o artigo determinava que “as discussões e o exercício de funções se processam independentemente da situação hierárquica dos oficiais participantes.” (BRASIL, 1934a). Assim, um capitão poderia discordar da solução proposta por um major em um exercício aplicado sem constrangimento.

No entanto, no cotidiano de instituições militares, mesmo as de ensino, tal liberdade de expressão dificilmente era aplicada sem causar, no mínimo, desconforto para os oficiais de patente menor, como os tenentes ou capitães, pois, em última instância, se tratava de um desrespeito à hierarquia e a disciplina.

Em relação ao processo de ensino as determinações são mais específicas e consistiam em descrever variadas ferramentas para o estudo dos assuntos militares, como:

- conferências, destinadas à explanação de conhecimentos de ordem tática e técnica que interessem o oficial de estado-maior;
- trabalhos escritos, em domicílio ou na escola, com tempo limitado, sobre as diferentes situações de campanha, destinados principalmente a desenvolver as faculdades de concepção do oficial, como chefe, nos diferentes escalões do comando; operosidade e método como oficiais de estado-maior;
- trabalhos táticos no terreno, como aplicação prática dos conhecimentos teóricos, destinados particularmente a desenvolver as qualidades do oficial como executante de ordens recebidas; (BRASIL, 1934a).

Importante notar que a descrição é acompanhada de orientações sobre as competências desenvolvidas em cada atividade. Esse tipo de preocupação e detalhamento é inédito nos

regulamentos da EEM, e revela uma mudança no foco da construção da norma. O artigo ainda destacava a possibilidade de realizar

- viagens para estudo de situações táticas das armas;
- exercícios práticos de funcionamento dos estados-maiores de Divisão e de Exército, durante determinada fase de operações, na carta e no terreno;
- manobra de quadros de Divisão e de Exército;
- viagens de estado-maior às regiões de fronteiras; visitas que interessem o oficial de estado-maior. (BRASIL, 1934a).

Essas atividades primavam pelo aspecto verdadeiramente prático, de realizar atividades com deslocamento físico e de simulação de operações e manobras.

Em relação ao ensino dos assuntos de cultural geral a orientação era mais geral, ressaltando o caráter objetivo e determinado que fossem “estudadas determinadas questões do passado e do presente que, por suas consequências, possam afetar direta ou indiretamente o Brasil, no ponto de vista dos interesses nacionais.” (BRASIL, 1934a). As ferramentas de ensino também eram mais simples e deveriam preferencialmente ser as conferências, que poderiam “dar lugar a um trabalho escrito proposto aos oficiais, para ser resolvido, de preferência, em domicílio.” (BRASIL, 1934a).

A preocupação em elaborar um método de ensino próprio para as instituições militares de ensino estava em evidência no Estado-Maior e no Ministério da Guerra, desde que o ensino passou a ser atribuição exclusiva dos oficiais brasileiros. O Ministro Góes Monteiro, em seu relatório de 1934, descrevia que ao se construir a diretriz adotada nessas reformas do ensino militar, “houve o cuidado de não moldar o ensino militar pelas regras do ensino civil, como se vinha fazendo.” (MONTEIRO, 1935, p.53). A necessidade dessa mudança estava, para ele, nos objetivos distintos do ensino militar e do civil:

O caráter do ensino militar, que visa preparar a mocidade para o serviço do Exército, que forma o oficial, de modo gradativo e progressivo, para as varias funções do comando, repele os preceitos do ensino civil, que só se preocupa em iniciar os jovens na carreira abraçada, que eles seguirão de acordo com a iniciativa e experiência próprias. (MONTEIRO, 1935, p.53-54)

Assim, era fundamental a construção e aprimoramento específicos para a cultura militar, pois esta exigia “métodos adequados e peculiares a seus destinos, convindo ser tratada à parte, como caso particular que é.” (MONTEIRO, 1935, p.54).

A ausência de oficiais franceses atuando diretamente na Escola de Estado-Maior gerou uma série de alterações no regulamento de 1934-35, em comparação a seus dois últimos antecessores. A norma atual deveria determinar como seriam preenchidas as lacunas deixadas

pelos membros da MMF. O cargo de Diretor de estudos, por exemplo, exercia um papel essencial no regulamento de 1929, centralizando diversas atribuições importantes. A solução encontrada foi a absorção de grande parte dessas funções pelo Comandante da Escola de Estado-Maior<sup>47</sup>, que passaria a ser “o principal responsável pela eficiência do ensino professado nos diversos cursos da Escola. Cabe-lhe, por isso, dirigir a Escola, tendo principalmente em vista as necessidades do ensino.” (BRASIL, 1934a). Para tanto, o Regulamento determinava que a Escola de Estado-Maior seria dividida em uma Direção de instrução e uma direção disciplinar – administrativa, ambas exercidas pelo comandante da Escola, que passaria a exercer uma dupla função.

Entre as atribuições descritas da norma, destacamos: “1º, superintender todos os trabalhos relativos à instrução, de forma a realizar e manter a unidade de doutrina; 3º, exercer sua autoridade sobre os docentes e fazer cumprir os programas de instrução e outras ordens de serviço a elas referentes;” (BRASIL, 1935). Vale ressaltar o retorno do controle mais direto sobre o trabalho docente, característico das normas anteriores à chegada da MMF. Agora, apenas com professores e instrutores brasileiros o controle também está ligado ao reforço da hierarquia, valor caro aos oficiais superiores. Isso fica evidente na determinação do seguinte artigo:

O comandante da Escola poderá, a seu critério, convocar os oficiais dos diversos cursos, periodicamente ou não, para ouvir-lhes as impressões relativas às coisas do ensino, ou para aconselhá-los quanto à melhor maneira de se conduzirem nos trabalhos escolares, quando notar a existência de deficiências ou má orientação da parte dos instrumentos. (BRASIL, 1934).

Essa atribuição tem dois aspectos dignos de nota. O primeiro é o fato de um comandante interferir diretamente na aula ou no curso de um professor, caso tenha notado alguma “deficiência” ou “má orientação”. Algo impensável em meados da década de 1920, durante a maciça presença dos oficiais franceses na EEM. O segundo é a abrangência do poder de atuação dado ao comandante, algo inédito até então.

Com o intuito de auxiliar o comandante diante de uma vastidão de funções o regulamento criava o cargo de sub-diretor de ensino, que deveria focar suas ações no cotidiano escolar da instituição. A principal função era de intermediário entre os professores e o comandante. Assim, a maioria das solicitações, dos professores e aluno, passariam pelo filtro do sub-diretor. O corpo docente mantinha a mesma divisão e funções: professores,

---

<sup>47</sup> Para ocupar esse cargo o oficial deveria ser “general ou coronel com o curso de estado-maior obtido depois do ano de 1920 ou de revisão.” (BRASIL, 1934a)

adjuntos<sup>48</sup>, instrutores e estagiários. Uma novidade digna de nota é a possibilidade aberta aos professores de “fazer, ao sub-diretor do ensino, quaisquer propostas que visem maior eficiência ou facilidades do ensino.”(BRASIL, 1934a). Essa medida estimulava a inovação didática, e aumentava a liberdade de ensino dos professores. A responsabilidade de elaborar os programas de seus cursos, de acordo com um programa geral de ensino superficial e aberto, potencializava essa liberdade.

A centralização de funções na figura do Comandante da Escola gerou uma pequena reorganização no quadro de funcionários da EEM. A partir de 1934, para o exercício da função de comando seria colocado à disposição do Comandante, um quadro de instrução e um quadro de administração, disposto da seguinte forma:

<b>Quadro 19 – Quadro de instrução e quadro de administração da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1934-35)</b>				
<b>Quadro de instrução</b>			<b>Quadro de administração</b>	
<b>Cargo/função</b>	<b>Patente</b>	<b>Adjuntos/patentes</b>	<b>Cargo/função</b>	<b>Patente</b>
Sub-diretor de ensino <sup>49</sup>	coronel ou tenente-coronel;		Fiscal	Major de qualquer arma
Professor de tática geral e estado-maior	coronel ou tenente-coronel;	Quatro adjuntos maiores ou capitães	comandante do contingente (instrutor de equitação)	
Professor de tática de cavalaria	Oficial superior	Dois adjuntos, maiores ou capitães	ajudante-secretário,	capitão de qualquer arma;
Professor de tática de infantaria	Oficial superior	Dois adjuntos maiores ou capitães	subsecretário	
Professor de tática de artilharia	Oficial superior	Dois adjuntos, maiores ou capitães	Médico,	Capitão ou 1º tenente;
Professor de tática aérea	Oficial superior	Dois adjuntos, maiores ou capitães;	tesoureiro-pagador e almoxarife aprovisionador, contadores;	
Professor de engenharia e transmissões	Oficial superior	Um adjunto, major ou capitão;	Veterinário,	Capitão ou subalterno;
instrutor de equitação <sup>50</sup>	capitão ou capitão ou major de		Oito escreventes;	

<sup>48</sup> Nomenclatura usada no regulamento de 1920 e modificada para “auxiliar de ensino” em 1929. As funções são as mesmas: secundar o trabalho dos professores.

<sup>49</sup> “O sub-diretor do ensino, os professores, adjuntos e estagiários devem ter o curso de Estado-Maior obtido depois do ano de 1920, ou de revisão, e pertencer aos quadros das armas correspondentes no ensino que ministram, exceto o primeiro e os professores, adjuntos e estagiários de tática geral e estado-maior, que podem ser de qualquer arma.” (BRASIL, 1934a),

<sup>50</sup> O instrutor de equitação deveria ter o curso especial de equitação da Escola de Cavalaria.

	cavalaria;			
mestres de armas.			Um bibliotecário	
instrutor de automobilismo <sup>51</sup>			Um porteiro	
			três contínuos;	
			Um leitor;	
			Onze serventes	
			Dois desenhistas-cartógrafos;	
<b>Fonte:</b> BRASIL, 1934a; BRASIL, 1935.				

O Comandante ainda teria a sua disposição “certo numero de estagiários capitães para os diferentes cursos” (BRASIL, 1934a), cuja quantidade seria determinada anualmente pelo chefe do Estado-Maior do Exército. Este também seria responsável por indicar civis ou oficiais para “colaborarem no ensino dos assuntos de cultura geral”, geralmente por meio de palestras e conferências.

O Regulamento de 1934-35 trazia em seu Anexo III uma tabela com os vencimentos mensais fixos dos funcionários da administração e auxiliares civis, sendo dois terços para o ordenado e um terço para a gratificação.

**Tabela 8 – Vencimentos mensais dos funcionários da administração e auxiliares civis (Regulamento 1934-35)**

<b>Categorias</b>	<b>Vencimentos mensais</b>
<b>Sub-secretário.</b>	1:000\$000
<b>Desenhista-cartógrafo</b>	1:000\$000
<b>1º oficial</b>	900\$000
<b>2º oficial</b>	700\$000
<b>Bibliotecário</b>	640\$000
<b>Porteiro</b>	650\$000
<b>Inspetor de aula</b>	500\$000
<b>Contínuo</b>	360\$000
<b>Feitor</b>	360\$000
<b>Servente</b>	300\$000
<b>Fonte:</b> BRASIL, 1934 <sup>a</sup>	

Essa era a primeira vez, desde a criação da Escola de Estado-Maior, em 1905, que o regulamento apresentava uma tabela que fixava os salários dos funcionários.

A atribuição de notas também sofreu alterações consideráveis. O coeficiente atribuído às notas dos trabalhos, por aula/curso, foi excluído pelo decreto de 1935, mas estava presente na primeira versão do regulamento. Assim, a soma das notas dos trabalhos seria mais simples. De acordo com o a nova norma, os oficiais seriam julgados por dois critérios: “a) dos

<sup>51</sup> eventualmente quando essa instrução não for dada pelo instrutor de equitação;

resultados dos trabalhos que lhes forem propostos nos diversos cursos; b) das manifestações de suas personalidades, isto é, das qualidades de caráter, inteligência, cultura e conduta militares por eles reveladas no desempenho das incumbências de sua vida escolar.” (BRASIL, 1934a).

A inclusão do segundo critério é uma novidade importante, em especial por seu caráter eminentemente subjetivo. Na tentativa de amenizar essa subjetividade, o regulamento apresentava uma descrição detalhada dos subsídios para sua aplicação e conversão em nota de 0 a 10. Assim, o “julgamento da personalidade do oficial é firmado, em definitivo, pelo comandante da Escola; é expresso por uma nota numérica, que se denomina Nota de apreciação geral.”(BRASIL, 1934a). Para a definição da nota o Comandante receberia dos professores dos diversos cursos, anualmente e por escrito, uma

apreciação a respeito de cada oficial dos respectivos cursos, na qual deverão sintetizar seu julgamento quanto às qualidades referidas [...] e ainda, quanto às aptidões reveladas nos trabalhos escolares e no terreno, assiduidade, pontualidade e interesse por eles dispensados à instrução. (BRASIL, 1934a).

Definida a nota numérica, que não era divulgada<sup>52</sup>, o comandante deveria emitir um conceito escrito relativo a cada oficial da EEM, que seria enviado ao Chefe do Estado-Maior para publicação no Boletim do Exército.

Em consulta à documentação do arquivo privado do General Osvaldo Cordeiro de Farias, que foi aluno do curso de estado-maior de 1935 a 1936, temos um exemplar do conceito<sup>53</sup> redigido pela Direção de Ensino, datado de 1936, que fazia a descrição requerida pelo critério de julgamento do oficial, como podemos observar na transcrição:

Escola de Estado Maior  
Direção de Ensino, 1936  
Ten. Cel. Osvaldo Cordeiro de Faria.  
Oficial inteligente, trabalhador, assíduo e pontual. Temperamento enérgico e impulsivo, mas logo refreado pelo bom senso. Tem confiança em si e amor à responsabilidade. Raciocina com clareza e imprime cunho pessoal as suas prontas decisões. Bem moço no posto, possui todavia qualidades intelectuais e morais que se afirmarão cada vez mais, habilitando-o a tornar-se ótimo oficial do estado maior. Por ser o mais graduado<sup>54</sup>, chefiou a turma; desempenhou-se com perfeição. (FARIAS, 1936).

Em primeiro lugar, se destaca a manutenção da nomenclatura de “Direção de Ensino”, mesmo

---

<sup>52</sup> Artigo 17, “§ 1º As notas numéricas servem unicamente para efeitos internos da escola adiante previstos. Não figuram em documentos externos, nem serão comunicadas a pessoas estranhas aos trabalhos da direção do ensino.” (BRASIL, 1934a).

<sup>53</sup> O fac-símile está reproduzido no Anexo 20.

<sup>54</sup> Em sua turma de formatura existia apenas mais um tenente-coronel, que provavelmente tinha menos tempo na patente.

após a alteração para “Direção de Instrução”. Uma possível explicação é a dificuldade de se consolidar no cotidiano escolar, essas pequenas alterações, especialmente no caso de formalidades como um nome. A tradição tem um papel importante na construção do ambiente e da cultura escolar, fortalecendo a tendência de se manter certas nomenclaturas arraigadas. O fato de ser uma instituição militar de ensino intensifica o apego às tradições, especialmente as de cunho simbólico<sup>55</sup>.

Ao analisar o conceito de apreciação geral do então tenente-coronel Cordeiro de Farias fica evidente a grande dose de subjetividade inerente a esse tipo de avaliação. A descrição de “temperamento enérgico”, por exemplo, provavelmente foi feito por algum professor, que teve a chance de perceber tal característica em aula ou atividade. Assim, na junção de diversas impressões pessoais de professores, o comandante somava a sua própria avaliação pessoal, caso a tivesse, e redigia um conceito com adjetivações mais ou menos superficiais.

A autobiografia do General Juarez Távora, aluno da EEM entre 1936 e 1938, quando ocupava o cargo de major, nos fornece importantes detalhes sobre o cotidiano escolar. Após ser aprovado no concurso de admissão, as aulas tiveram início em abril e fim em dezembro, a maioria realizada no período da manhã, de sete a onze e meia, meio-dia. Todas as semanas os oficiais-alunos eram submetidos a “verificações”, realizadas nas próprias aulas, enquanto os trabalhos de maior fôlego deveriam ser executados e em casa. Segundo Távora, o orientador dos trabalhos da sua turma (categoria A) era o então chefe da MMF, General Noel, que se caracterizava por ser “notável por sua inteligência e brilho das soluções que nos apresentava; mas sem perfeito senso de equilíbrio na avaliação da soma dos trabalhos, que mandava distribuir-nos, para executarmos em domicílio.” (TÁVORA, 1974, p.132).

Em relação ao segundo ano do curso, Távora relata um aumento na quantidade e complexidade dos “trabalhos a domicílio”, obrigando-o a “quase que diariamente, trabalhar em casa, até altas horas da madrugada – embora devesse acordar cedo, para assistir, cada manhã, às aulas da Escola.” (TÁVORA, 1974, p.135). O esforço continuado fez com que chegasse ao ponto de esgotamento mental e físico, e cogitasse a desistência do curso. No entanto, prosseguiu no curso, motivado pela necessidade de conclusão dos “estudos complementares indispensáveis ao acesso normal à carreira militar<sup>56</sup>.” (TÁVORA, 1974,

---

<sup>55</sup> Para conferir um estudo sobre a construção das tradições no Exército, especialmente na Escola Militar, conferir: CASTRO, 1994.

<sup>56</sup> Trata-se da obtenção do curso de estado-maior como pré-requisito para alcançar o generalato.

p.135). O terceiro e último ano manteve a intensidade dos trabalhos para casa, a maioria versando sobre “operações de escalão exército, em que cada aluno tinha que funcionar, simultaneamente, como Estado-Maior, para o estudo e preparo das decisões; e como comandante do Exército, para a tomada de uma decisão e redação das ordens consequentes, para a sua execução.” (TÁVORA, 1974, p.136).

O segundo critério geral de avaliação, por sua vez, é semelhante ao dos regulamentos anteriores, sendo composto pelos trabalhos correntes<sup>57</sup> (aula) e pelos trabalhos finais<sup>58</sup>, realizados no fim de cada ano letivo. Além das usuais notas numéricas o julgamento dos trabalhos correntes seria feito por uma “apreciação escrita e sintética, relativa á qualidade do trabalho julgado e nele exarada, quando se tratar de trabalho escrito.” (BRASIL, 1935). Ambas as notas seriam enviadas, por intermédio do sub-diretor de ensino, para a avaliação e aprovação do Comandante, que as registraria em “livro especial (livro de notas) considerando "Secreto".” (BRASIL, 1935). A preocupação com o sigilo em relação às notas é evidenciado em diversas passagens do Regulamento de 1934-35.

O julgamento dos trabalhos finais era mais complexo e apresentava determinações específicas quanto ao seu método de aplicação. Eles poderiam ser orais<sup>59</sup> ou escritos e deveriam ser executados na presença “do Comandante da escola, do sub-diretor de ensino e de dois representantes do Estado-Maior de Exército (um general e um oficial superior) nomeados pelo chefe do Estado-Maior do Exército, os quais os julgarão.” (BRASIL, 1935). A prova final do segundo ano de curso, dos alunos da categoria A, seria um trabalho oral de tática<sup>60</sup> na carta geográfica que criassem “situações táticas variadas, das quais resultem decisões a tomar e ordens a dar pelos oficiais.” (BRASIL, 1935).

No terceiro ano, por sua vez, seria encerrado com um trabalho final escrito nos mesmos moldes do segundo ano, com a redação das decisões e ordens. O trabalho poderia ser composto de diversas partes com duração mínima de sete horas. Esse formato serviria para “pôr á prova, pela duração e intensidade do esforço exigido, além do grau de assimilação da doutrina, a capacidade de trabalho dos oficiais (conhecimentos assimilados e resistência à

---

<sup>57</sup> “Os trabalhos correntes compreendem: trabalhos táticos escritos, realizados na escola ou em domicílio; trabalhos táticos realizados no campo; exercícios práticos de funcionamento de estados-maiors; estágios nas armas, etc.” (BRASIL, 1935).

<sup>58</sup> “Os trabalhos finais compreendem as provas orais e escritas dos exames de fim de estudos.” (BRASIL, 1935)

<sup>59</sup> “Nos trabalhos orais, os professores dos cursos de armas auxiliarão a comissão, preparando as questões e procedendo á arguição tomando parte no julgamento.” (BRASIL, 1935).

<sup>60</sup> Seriam organizados temas de tática das armas, “operando no âmbito da Divisão (regimento de Infantaria, agrupamento de Artilharia, unidades aéreas empregadas na D. I., engenharia e transmissões) e temas de Divisão de Cavalaria.” (BRASIL, 1935).



fadiga mental).” (BRASIL, 1935).

Juarez Távora descreve seu último ano no curso de estado-maior, destacando os intensos trabalhos a domicílio que culminariam “nas pesadas provas finais do curso, realizadas durante três dias consecutivos, em sala da Escola, em pleno calor de dezembro, numa das quais faltou pouco para que eu naufragasse.” (TÁVORA, 1974, p.136). Em sua autobiografia, como vimos, o então tenente-coronel descreveu momento de esgotamento físico e mental diante do volume de atividades requeridas no curso. As provas finais simbolizam, assim, o ápice dessa escalada de atividades de resistência, referidas no regulamento.

As duas provas finais seguiam a metodologia de ensino descrita no regulamento, que consistia em simulações de operações de guerra, nas quais cada oficial-aluno elaboraria um conjunto de ordens de comando a serem tomadas. Essa era a base dos materiais de estudos sobre tática geral e de Estado-Maior reproduzidos nos anexos 9 e 10 e dos trabalhos de fim de estágio, como reproduzimos no anexo XX. Em ambos os casos os mapas eram subsídios fundamentais para a realização dos estudos.

Em relação à composição das notas desses trabalhos o regulamento descrevia as partes que compunham as médias anuais eram detalhadamente apresentadas:

- a) média final do 2º ano: é a média ponderada de duas parcelas:
  - a média simples das notas dos trabalhos escritos de tática realizados na Escola, inclusive da prova anual de equitação;
  - a média dos trabalhos orais e finais multiplicada pelo coeficiente 10.
- b) médio final do 3º ano: é a média ponderada de duas parcelas:
  - a média simples dos trabalhos escritos de tática realizados na Escola, inclusive a da prova anual de equitação;
  - a nota média do trabalho escrito final de tática, multiplicada pelo coeficiente 20. (BRASIL, 1935).

O formato dos cálculos da nota final foi alterado em 1937<sup>61</sup>, e excluía o coeficiente da nota do segundo ano, e reduzia o coeficiente da nota do terceiro para três. Como vimos na análise do regulamento anterior, a definição dos coeficientes é uma ferramenta para valorização de determinados conteúdos e, como é o caso do regulamento de 1934-35, de todas as aulas do último ano do curso. Todos os trabalhos finais eram considerados eliminatórios, e caso a “média simples das notas neles obtidas for inferior a 4, em qualquer deles, ou 5, no conjunto, o oficial é considerado "sem aproveitamento" e como tal, desligado da Escola.” (BRASIL, 1935).

---

<sup>61</sup> Decreto nº 2.127, de 10 de Novembro de 1937.

Por fim, a classificação final dos alunos, chamada de “nota média definitiva”, seria composta pela média aritmética de três notas: média final do 2º ano, média final do 3º ano e nota de apreciação geral. O curso de informações, por sua vez, seguia a determinação do regulamento anterior de não comportar notas ou exames. A exceção ficava por conta dos oficiais-alunos que ocupassem o cargo de coronel, que ao fim do curso deveriam receber uma “apreciação escrita” redigida pelo responsável pela direção do curso e enviada para o Chefe do Estado-Maior<sup>62</sup>.

Os materiais de ensino e dependências da escola foram mantidos praticamente inalterados, com destaque para a inclusão de “automóveis, providos de duplo comando, para a instrução.” (BRASIL, 1934a), novidade trazida pela inclusão das aulas de prática de direção de automóveis. O relatório do Ministro da Guerra de 1935, destaca, entre as obras elaboradas naquele ano, uma reforma elétrica completa no prédio da Escola de Estado-Maior.

Ao longo dos 79 artigos que compõe as determinações do novo regulamento da Escola de Estado-Maior não há nenhuma menção às atribuições de oficiais franceses ou da própria MMF. O motivo, como já vimos, foi a drástica redução do efetivo da missão nos contratos de 32 e 34. No entanto, nas disposições transitórias, em um capítulo intitulado “Para a Direção de Ensino”, a Missão Militar Francesa aparece no artigo 81, que lhe atribuía cinco funções importantes na EEM, enquanto permanecesse no Brasil:

1ª, o chefe da Missão Militar Francesa orienta a alta direção da Escola em todas as questões que se relacionem com o ensino, por intermédio do oficial superior da Missão seu representante na mesma Escola;

2ª, o programa minucioso do curso de informações, será organizado pelo chefe da Missão Militar Francesa, que dirigirá também os estudos desse curso;

3ª, os programas anuais de ensino do curso de Estado-Maior, organizados pelo diretor do ensino, serão submetidos à aprovação do oficial superior da Missão Militar Francesa que superintende a Instrução da Escola e em seguida apresentados à consideração do chefe do Estado-Maior do Exército, por intermédio do chefe da Missão Militar Francesa;

4ª, as notas que exprimem julgamento dos trabalhos ou das aptidões dos oficiais só produzirão os efeitos previstos neste regulamento depois de submetidas à aprovação, ou correção, do oficial superior da Missão Militar Francesa que superintende a instrução na Escola. [...]

5ª, o oficial superior da Missão Militar Francesa, superintendente do Ensino da Escola, fará parte da comissão organizadora das questões para o concurso de admissão e assistirá e julgará os trabalhos finais orais e escritos. (BRASIL, 1935).

As atribuições dadas a MMF perpassam a área de ensino da EEM, desde um papel

---

<sup>62</sup> Essa apreciação caberá ao próprio Chefe do Estado-Maior do Exército, quando ele dirigir pessoalmente o curso.

consultivo, como na primeira, até a prerrogativa de aprovação dos programas de ensino e das notas dos trabalhos e das aptidões. Assim, tem-se um claro choque entre as atribuições do Comandante da Escola e dos oficiais da MMF. Em linhas gerais, o funcionamento da EEM dependeria da MMF, mesmo sem a presença de nenhum oficial nas funções superiores, tampouco no quadro de instrução e administração.

Cabe aqui um questionamento acerca da aplicação das supracitadas atribuições da MMF. Parece pouco crível que a reformulação de um regulamento, que teve como uma de suas linhas mestras de construção a ausência de oficiais da MMF, terminasse com a reafirmação da dependência em relação a estes. É evidente que os materiais de ensino e grande parte da doutrina e do pensamento estudado seriam franceses, mas a submissão direta a seus professores, por exemplo, não era mais uma possibilidade. Assim, é possível afirmar que a inclusão do artigo citado, tivesse uma função meramente formal, de respeito e reverência em relação à MMF. Ademais, o reduzido efetivo da missão não teria condições de executar as tarefas de superintendência prescritas. Restando ao chefe da MMF, um papel de destaque no Curso de Informações, onde poderia ministrar conferências. Esse foi o caso do Curso de Informações de 1935, onde apenas o General Noel proferiu doze conferências.

O Regulamento de 1934-35 marca o início de uma nova fase na história da Escola de Estado-Maior: a busca pela construção de uma doutrina e de diretrizes de ensino mais autônomas. Essa norma deixa evidente a ausência de oficiais da Missão Militar Francesa no cotidiano escolar e no quadro de pessoal. Apesar das formais disposições transitórias supracitadas, o fim da participação direta dos franceses era definitivo. Uma breve consulta à única citação a MMF presente no próximo regulamento<sup>63</sup> da EEM ratifica essa assertiva:

A Missão Militar Francesa colabora no ensino ministrado na Escola de Estado-Maior na forma geral constante do contrato da referida missão, e segundo condições que serão particularizadas e definidas em Instruções expedidas pelo chefe do Estado-Maior do Exército. (BRASIL, 1938).

No entanto, a ausência de oficiais franceses no quadro docente ou em cargos de direção na EEM não significava o fim da influência de seu pensamento militar, e de seu método de ensino. Isso ficou evidente quando realizamos a análise das memórias de Nelson Werneck Sodré e de seu período de oficial aluno na década de 1940. O Relatório do Ministro da Guerra de 1935 descrevia a autorização do Estado-Maior para o funcionamento de um “curso rápido para revisão dos métodos de ensino, sob a direção do Chefe da Missão Militar Francesa. Concluíram o curso da categoria A 26 oficiais, e da categoria B, 7 oficiais.”

---

<sup>63</sup> Aprovado pelo decreto nº 3.012, de 24 de agosto de 1938.

(RIBEIRO FILHO, 1935, p.33). O objetivo do curso era “facilitar a uniformidade e ação dos professores”, provavelmente em relação à aplicação do novo regulamento, que foi citado em outro trecho do documento: “Com as medidas agora em vigor, não haverá mais acesso á Escola sem concurso prévio.” (RIBEIRO FILHO, 1935, p.33). Essa observação faz referência ao fim do curso de informações, que não exigia a realização de concurso para ingressar na EEM. O concurso de admissão no Regulamento de 1934-35 ganha tanta importância que tem uma parte inteiramente dedicada à descrição de suas regras.

Segundo Oliveira Neto (2010), a variedade de conteúdos exigidos nos concursos de admissão aumentou consideravelmente durante as décadas de 1920 e 1930, culminando, em fins dos anos 30 e início dos 40, na “conformação mais complexa de toda a sua história.” (OLIVEIRA NETO, 2010, p.4). No regulamento de 1934-35, as configurações do concurso de admissão estavam consideravelmente complexas, compondo uma grande parte dedicada a suas determinações e com direito a três anexos, por isso dedicaremos um subitem específico para sua análise.

### **5.3.1 O concurso de admissão e o curso preparatório da Escola de Estado-Maior**

Antes de nos atermos diretamente a configuração do concurso de admissão da EEM no Regulamento de 1934-35, realizaremos a análise de um documento encontrado no Fundo Góes Monteiro, do Arquivo Nacional. Trata-se de um Relatório confidencial de 12 páginas, sem identificação de autoria e datado de 27 de março de 1934. O documento propunha a adoção de uma série de novas instruções para seleção e matrícula de oficiais militares na Escola de Estado-Maior. Apesar de não haver identificação de autoria, o relatório está rubricado pelo capitão José Alves de Magalhães<sup>64</sup>, que à época prestava, de acordo com seu verbete no DHBB, serviços no gabinete do Ministro da Guerra. Assim, é possível inferir que tratava-se de documento oficial e de considerável importância, elaborado a pedido de Góes Monteiro, ou até concebido com sua contribuição, já que a questão dos processos de seleção interna do exército se mostrava presente em suas reflexões desde a década de 1920.

O relatório começa com algumas considerações sobre o estado da educação militar e dos sistemas de seleção nas instituições militares de ensino. Essa seleção deveria ser

---

<sup>64</sup> “De janeiro de 1934 a maio de 1935 prestou serviços no gabinete do ministro da Guerra, general Pedro Aurélio de Góis Monteiro, como oficial e adido de gabinete. Em outubro de 1934 foi promovido a major. Serviu no Departamento de Pessoal do Exército de maio a julho de 1935 e em seguida no Estado-Maior do Exército (EME), 2ª Zona, como chefe da 2ª Subseção e da 1ª Seção, até fevereiro de 1936. Em novembro de 1935, participou no Rio de Janeiro da repressão à insurreição promovida pela Aliança Nacional Libertadora (ANL) e pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), então Partido Comunista do Brasil.” (DHBB, 2010).

processada em “graus sucessivos” e que em cada um dos selecionados deveriam ser tratados de modo “relativo e conveniente”. Em outras palavras, cada processo para ingresso nas escolas do exército deveria ter estrutura, critérios e dinâmica específicos para cada nível de formação oferecido.

A parte introdutória também fazia uma breve avaliação acerca da ciência da guerra da época, na qual o valor, a importância e a influência dos estados-maiores nas operações eram predominantes, ao lado do valor dos chefes, como a última guerra havia posto em foco. Nesse sentido, era preciso considerar que a guerra era executada com os “elementos formados e preparados na paz e que aos estados-maiores cabe a previsão de suas necessidades, orientar a maneira por que deve ser satisfeitas, presidir o preparo dos homens e dos recursos de toda ordem indispensáveis.” (NACIONAL, 1934, p.2)<sup>65</sup>. De acordo com o relatório, a formação do oficial para a satisfação de tão elevadas e sérias necessidades seria realizado na EEM, onde ele seria submetido a um regime de trabalho próprio, com a proposição de

problemas do campo de batalha e relativos a reunião das forças para a batalha, ao par de estudos e trabalhos tendentes a desenvolver, aperfeiçoar e consolidar não só sua cultura geral, como as qualidades requeridas para as funções que futuramente haja de desempenhar na paz e na guerra. (NACIONAL, 1934, p.2).

O trecho sintetizava a concepção do curso de estado-maior vigente em na década de 1930, e construído ao longo da década anterior, sob a orientação da Missão Militar Francesa.

No entanto, ao abordar a seleção do oficial de estado-maior, realizada até então, o relatório aponta para um “processo mais simples, fácil e menos rigoroso”, que apresentava falhas na elaboração de requisitos e nas fórmulas de seleção. Tais falhas deveriam ser prontamente corrigidas, pois “no futuro, nosso progresso será comprometido se assim não proceder.” (NACIONAL, 1934, p.3). O relatório faz a ressalva de que as facilidades para o ingresso na EEM foram necessárias para a formação de oficiais de estado-maior, mas que no atual momento, o efetivo desses oficiais era suficiente para “assegurar um mínimo indispensável ao exercício das funções na paz e na guerra” (NACIONAL, 1934, p.3). Outro motivo para aumentar a rigidez no processo era determinação, vigente desde 1929<sup>66</sup>, de que os generais só podiam ser recrutados entre os coronéis com o curso de estado-maior. Essa medida foi oficializada pela nova lei de promoções de 1934, que determinava:

---

<sup>65</sup> Por se tratar de um documento sem autoria comprovada, optou-se por referência o arquivo de origem do mesmo, com a devida data e paginação.

<sup>66</sup> O Decreto nº 13.451, de 29 de Janeiro de 1919 determinava que “Dez anos após a data da presente lei, o certificado do curso de estado maior passa a ser requisito indispensável para a promoção ao posto de general de brigada.” (BRASIL, 1919).

Os coronéis só poderão ser promovidos ao posto imediato se, além de satisfazerem as condições para inclusão no quadro de acesso, possuírem o curso de estado-maior e tiverem exercido com julgamento favorável funções de estado-maior durante dois anos consecutivos ou não, como oficiais superiores. (BRASIL, 1934c).

Diante disso, o relatório indicava a necessidade de adoção de novas “Instruções para a matrícula na EEM”, nas quais o elemento básico de êxito na seleção seria o “apuro cada vez mais rigoroso das qualidades individuais intrínsecas, reveladas espontaneamente ou, mais tarde, na prática do próprio exercício do serviço de estado-maior.” (NACIONAL, 1934, p.2). Assim, o processo de seleção teria como grande objetivo estabelecer critérios que conseguissem identificar e selecionar tais qualidades. Isso era fundamental, pois “se pela educação e a instrução é possível sempre melhorar o indivíduo e mesmo despertar nele qualidades adormecidas pelo estado de incultura, não dão elas por mesmas essas qualidades.” (NACIONAL, 1934, p.2).

A maior rigidez no processo de seleção geraria, de acordo com o relatório, uma diminuição inicial no número de formandos na EEM, mas que se trataria de uma “crise passageira de duração máxima de dois anos.” (NACIONAL, 1934, p.4). No entanto, ao analisar o quadro com egressos durante a vigência dos Regulamentos de 1929 e 1934 essa diminuição não foi constatada. Ao contrário, os números de egressos do curso de estado-maior de 1935 a 1937, foram os maiores desde 1931:

<b>Quadro 20 – Oficiais-alunos formado por turma, curso e patente, na EEM (1931 a 1940)</b>		
	<b>Curso de estado-maior</b>	<b>Curso de revisão (até 1934)</b>
<b>1931</b>	Coronéis: 1 Tenente-Coronel: 2 Majores: 2 Capitães: 11 Primeiros-tenentes: 8 <b>Total: 24</b>	Coronéis: 2 Tenente-Coronel: 8 Majores: 3 <b>Total: 13</b>
<b>1932</b>	Coronéis: 1 Majores: 1 Capitães: 9 <b>Total: 11</b>	Coronéis: 2 Tenente-Coronel: 2 <b>Total: 4</b>
<b>1933</b>	Tenente-Coronel: 2 Major: 1 Capitães: 14 <b>Total: 16</b>	Coronéis: 3 Tenente-Coronel: 3 <b>Total: 6</b>
<b>1934</b>	Coronel: 2 Tenente-Coronel: 5 <sup>67</sup>	Coronel: 1 Major: 1

<sup>67</sup> Nesse ano temos a formatura de um oficial da Marinha brasileira, o Capitão de Fragata Luiz Carneiro da Rocha Soares. Esta patente é equivalente a de Tenente-Coronel.

	Major: 10 Capitães: 9 <b>Total: 26</b>	<b>Total: 2</b>
<b>1935</b> <sup>68</sup>	Tenente-Coronel: 1 Major: 9 Capitães: 23 <b>Total: 33</b>	
<b>1936</b>	Tenente-Coronel: 2 Major: 13 Capitães: 26 <b>Total: 41</b>	
<b>1937</b>	Coronel: 1 Tenente-Coronel: 1 Major: 5 Capitães: 22 <b>Total: 29</b>	
<b>1938</b>	Tenente-Coronel: 1 Major: 3 Capitães: 10 <b>Total: 14</b>	
<b>1939</b>	Tenente-Coronel: 1 Major: 5 Capitães: 11 <b>Total: 17</b>	
<b>1940</b> <sup>69</sup>	Coronel: 1 Major: 7 Capitães: 10 <b>Total: 24</b>	
<b>Fonte:</b> CINQUENTENÁRIO, 1955, pp.25-35		

O aumento do número de egressos pode ser explicado pela publicação da nova supracitada lei de promoções, provável causa da matrícula de um Coronel em 1937, por exemplo.

Em relação à turma de 1938, penúltima a se formar pelo Regulamento de 1934-35, cabe destacar a descrição nominal e com detalhes da atuação posterior de membros da turma, apresentada pelo único tenente-coronel<sup>70</sup>, Juarez Távora:

Quando reiniciei, em abril de 1937, o curso da Escola, senti-me reanimado. Nossa turma, de apenas dezesseis alunos, havia sido reduzida a quatorze, pelo trancamento da matrícula de nosso “xerife”<sup>71</sup>, tenente-coronel Ângelo Mendes de Moraes, e pelo falecimento do Capitão Adail Diniz Moreira. Figuravam entre meus colegas de turma, o capitão Artur da Costa e Silva, que seria trinta anos mais tarde, ministro da guerra e presidente da República; os capitães Luis Cardoso<sup>72</sup> e Antenor de Alencar Lima, que

<sup>68</sup> Vigência do Regulamento de 1934, marcando o fim do Curso de Revisão, criado pelo Regulamento de 1920.

<sup>69</sup> A turma de 1940 foi a primeira na história da EME a receber um oficial-aluno de um exército estrangeiro: o Major Emílio Diaz Vivar, eleito o melhor aluno da turma de acordo com reportagem sobre a cerimônia de formatura publicada no jornal *A Batalha*, do dia 28 de dezembro de 1940.

<sup>70</sup> Ingressou como major em abril 1936 e foi promovido, por merecimento, em setembro do mesmo ano.

<sup>71</sup> Alcunha dada aos oficiais mais graduados entre os alunos da turma.

<sup>72</sup> Na lista nominal de diplomados disponível em CINQUENTENÁRIO, 1955 não há citação de nenhum Capitão Luis Cardoso, mas, sim Miguel Cardoso. Provavelmente trata-se da mesma pessoa, e houve um erro por parte de

seriam os “ases” da turma e únicos diplomados com a menção “muito bem”; o Capitão Adil de Oliveira, que chefiaria, em 1954, o famoso inquérito policial-militar do Galeão, instaurado pelo Ministério da Aeronáutica, para individualizar responsabilidades pelo atentado da Rua Toneleros, em que foi assassinato o Major-aviador Rubens Vaz, e ferido o jornalista Carlos Lacerda; e o Capitão J.L. Bettamio Guimarães, que seria, entre 1953 e 1955, meu auxiliar, como membro do Corpo Permanente, na Escola Superior de Guerra, e secretário-executivo do Conselho de Segurança Nacional, quando exerci o cargo de chefe do Gabinete Militar da Presidência, e de Secretário-Geral daquele conselho, no governo do Presidente Café Filho. (TÁVORA, 1974, p.134-35).

A trajetória de alguns dos formandos da turma de 1938 apresenta dados que denotam intensa atuação política, especialmente após 1950. O próprio Juarez Távora foi candidato nas eleições presidenciais de 1955, obtendo 28,7% dos cerca de nove milhões de votos<sup>73</sup>. No entanto, seria seu colega, Arthur da Costa e Silva, que, entre 1967 e 1969, ocuparia o cargo de presidente do Brasil, durante a ditadura militar, sem receber nenhum voto.

Por fim, o relatório apresenta outros possíveis problemas e suas respectivas soluções:

Alegam muitos oficiais que o concurso torna-se difícil por duas razões principais: a primeira, que os afazeres comuns não lhes deixam tempo bastante para estudar; a segunda é que os que servem em guarnições longínquas, carentes de desenvolvimento social, não dispõem de ambiente favorável ao estudo, notadamente de certas questões, dada a vastidão e dificuldade dos programas. (NACIONAL, 1934, p.6).

Inicialmente, a posição do relator é dura, pois afirma que a intenção do concurso de admissão é exatamente ser difícil, pois tem o intuito de “escolher no seio da oficialidade os que têm maior valor.” (NACIONAL, 1934, p.6). No entanto, como é típico nos relatórios militares, depois de uma crítica mais concisa ou opinião mais assertiva, o tom do discurso é amenizado: “Entretanto, até que o fato se torne familiar aos nossos oficiais e que se forme no exército uma mentalidade que o compreenda e aceite, convirá, sem desvirtuar o objetivo do concurso, facilitar provisoriamente a preparação dos que a ele se candidatam.” (NACIONAL, 1934, p.6). Para tanto, o relatório termina com a indicação da criação de um curso preparatório para que os oficiais que desejassem se inscrever no concurso de admissão, pudessem estudar sem deixar suas funções regulares.

O referido curso consta na última parte do Regulamento de 1934-35 e apresentava configuração simples e objetiva, descrita em apenas sete itens. O primeiro apresentava a

---

Távora.

<sup>73</sup> Realizado o pleito de 3 de outubro de 1955, elegeu-se a chapa Juscelino Kubitschek-João Goulart. Dos 9.066.698 votos depositados nas urnas, Juscelino obteve 33,8% (3.077.411 votos), Juarez Távora, 28,7% (2.601.166), Ademar de Barros, 24,5% e Plínio Salgado, 8%. (DHBB, 2010).



justificativa para a sua criação:

Atendendo às dificuldades até agora manifestadas na preparação dos oficiais candidatos a concurso para a matrícula na Escola de Estado-Maior, e reais para muitos oficiais de valor, notadamente aqueles que servem em guarnições de poucos recursos. (BRASIL, 1934a).

Como podemos observar, as dificuldades alegadas por oficiais, e citadas no supracitado relatório confidencial, foram levadas em consideração pelo Estado-Maior do Exército na elaboração do novo regulamento. O curso tinha o objetivo de manter as principais características esperadas na preparação para o concurso, a saber: “manifestação das possibilidades de esforço individual, de pré-disposição para o estudo, e de capacidade de trabalho dos pretendentes ao concurso.” (BRASIL, 1934a).

O funcionamento do curso ficaria a cargo de uma direção especial, escolhida pelo chefe do EME, e formada por “oficiais de todas as armas diplomados com curso de Estado-Maior, oficiais de Estado-Maior do Exército, alguns professores ou adjuntos da Escola de Estado-Maior e professores e instrutores das outras escolas do Exército.” (BRASIL, 1934a). O comando ficaria a cargo do chefe da 3ª secção do Estado-Maior do Exército. O trabalho dessa comissão seria realizado concomitantemente às suas funções usuais e não poderiam exceder um dia ou seis horas semanais.

Toda a organização do curso estava sob a supervisão final do chefe do Estado-Maior, e não do comandante da Escola de Estado-Maior. Portanto, tratava-se de um curso oferecido pelo EME, e não pela EEM. Essa direção era incumbida, ainda, de solucionar os questionamentos enviados pelos alunos “sobre assuntos dos programas das matérias do concurso; orientá-los sobre o estudo das diferentes questões e propor questões para o estudo e a meditação dos candidatos, indicando-lhes, também, fontes de consulta para o estudo das mesmas.” (BRASIL, 1934a).

Com o intuito de manter os potenciais candidatos em suas funções regulamentares no exército o curso seria realizado por correspondência oficial<sup>74</sup> entre o os oficiais inscritos e a direção do curso de preparação. Com duração de seis meses, o curso abordaria, obrigatoriamente, dois temas de tática geral, dois temas de tática e emprego das armas e um estudo de cultura geral. Esses temas seriam elaborados pelos oficiais membros da direção, provavelmente os professores da EEM, e seriam enviadas para os alunos do curso, que deveriam enviar as soluções dentro dos prazos estipulados pela atividade. Por fim, a inscrição

---

<sup>74</sup> Deveria “ser expedida pelos corpos, repartições, etc., em que sirva o oficial.” (BRASIL, 1934a).

no seriam efetuadas por meio de requisições enviadas ao chefe do EME e deveriam preencher alguns dos pré-requisitos exigidos para a matrícula na EEM, como “posto, idade, tempo de serviço arregimentado, ausência de notas desabonadoras e boas condições de saúde comprovada em inspeção médica.” (BRASIL, 1934a).

De acordo com Oliveira Neto (2010), a criação do Curso de Preparação seria oficializada apenas em 1940, com publicação no Boletim do Exército nº 37, de 14 de setembro de 1940. Poucos meses depois, em dezembro, passava a constar como curso regular da Escola de Estado-Maior, com os seguintes objetivos: “rever e completar os conhecimentos básicos relativos à técnica tática das Armas; ministrar e ampliar o conhecimento de assuntos de cultura geral indispensáveis, como os primeiros, à compreensão de estudos superiores.” (BRASIL, 1940). Essas informações fornecem subsídios para algumas considerações sobre o curso de preparação citado no Regulamento de 1934-35. A descrição apresentada demonstra certa precariedade e provável dificuldade em oferecer o curso. O fato de não estar vinculado diretamente à EEM agravava essas deficiências.

Dois anos antes era publicado no Boletim do Exército nº 8, de 10 de fevereiro de 1938, a criação do chamado “Guia do Candidato à Escola de Estado-Maior”<sup>75</sup>, que serviria como material de apoio para os estudos dos candidatos. Esse material reunia uma vasta quantidade de informações sobre os temas que comporiam os concursos de admissão. Tomemos como exemplo o Guia para o tema tático de cavalaria: eram quinze lições em um material de 164 páginas, que ainda não continha as resoluções dos problemas propostos, uma vez que estas estariam disponíveis no próximo número do Guia.

A criação de novos mecanismos de preparação demonstrava a pouca eficiência que o curso instituído, pelo Regulamento de 1934-35, apresentava. O Regulamento de 1938 citava o Guia em apenas um breve artigo, que determinava sua “publicação periódica, destinada a fornecer aos candidatos a documentação necessária á orientação de seus estudos.” (BRASIL, 1938). No Regulamento de 1940 a descrição era mais detalhada e elencava conteúdos e os responsáveis por sua elaboração:

A Escola de Estado Maior tem a seu cargo a elaboração e impressão da Guia do Candidato à Matrícula na mesma Escola. Essa publicação é periódica, encerra a matéria ensinada no Curso de Preparação e constitui um subsídio à preparação de futuros candidatos à matrícula na E.E.M.

§ 1º Os instrutores e conferencistas desse Curso são colaboradores obrigatórios do Guia do Candidato, ao qual fornecerão os seus trabalhos escritos logo depois de explanados nas sessões de instrução. (BRASIL,

---

<sup>75</sup> O fac-símile do Guia do Candidato de 1938 para o tema tático de Cavalaria está reproduzido no anexo 21.

1940).

A diferença entre as descrições denota um claro aperfeiçoamento do processo de elaboração do Guia. As publicações eram geralmente mensais e divididas por temas. O Guia do candidato de 1938<sup>76</sup>, voltado para o tema da arma de Cavalaria, por exemplo, era composto de quinze lições divididas em 164 páginas.

A maioria delas era coberta por informações descritivas, com evidente caráter mnemônico, alguns mapas e algumas contas. A última lição continha, em sua parte final, uma tarefa, com o apoio de mapa anexado ao Guia, que descrevia sucintamente o início de hostilidades entre dois países, e requisitava às ordens que o comandante do destacamento de cavalaria deveria elaborar. Esse formato se aproxima muito dos manuais utilizados nas aulas (cursos) do curso de estado-maior, reproduzidos nos anexo 9 e 10, ou do trabalho final de estágio de Arthur Levy, reproduzido no anexo 15.

Desde o regulamento de 1920 o concurso de admissão exigia o parecer favorável do chefe do estado-maior para a aprovação da inscrição no concurso. Geralmente, tratava-se de informações gerais<sup>77</sup> avaliadas pela comissão de sindicância. No entanto, o regulamento de 1934-35, além das avaliações da comissão também exigia a inclusão do julgamento dos chefes dos candidatos, em relação uma série de itens sobre as condições do candidato como oficial de tropa: “1 – qualidade de instrutor; 2 – capacidade de comando, compreendido aí expressamente o ascendente moral sobre a tropa e a aptidão prática revelada por ele para o exercício do comando;” (BRASIL, 1934a). Outros aspectos que deveriam ser levados em conta eram:

1, às qualidades de caráter apreciadas sob o ponto de vista da firmeza, da coragem, da perseverança e da calma ou sangue frio; 2, às qualidades de inteligência apreciadas sob o ponto de vista da facilidade de compreensão, pronto discernimento sobre as questões submetidas ao seu exame, espírito de método, clareza e síntese na expressão; 3, às qualidades de educação militar e civil, apreciadas em relação à sua conduta no meio militar e na sociedade em geral. (BRASIL, 1934a).

Os candidatos deveriam, portanto, preencher uma espécie de questionário<sup>78</sup>, anexado ao regulamento, que, além das supracitadas, requeria informações sobre sua vida militar, formação profissional, cursos, tempo de serviço, conhecimentos de idiomas, prática na condução de carro e na pilotagem de avião, entre outras. Ainda era permitida a adição de

---

<sup>76</sup> Os fac-símiles das primeiras e das últimas páginas do Guia estão disponíveis no Anexo XX.

<sup>77</sup> Por exemplo, “conceito em que é tido no seio da classe e na sociedade civil, se pela sua feição moral, está nos casos de desempenhar as funções de oficial de estado-maior.”(BRASIL, 1920).

<sup>78</sup> Conteúdos e orientações específicas disponíveis, na íntegra, no Anexo 23.

qualquer tipo de documento que os candidatos julgassem importantes para sua recomendação, e para que facilitassem o julgamento sobre seu valor moral, físico e intelectual, como por exemplo:

atos de benemerência que hajam praticado, diplomas ou títulos acadêmicos que possuam, trabalhos militares, científicos, históricos artísticos ou literários de que sejam autores, colaboradores, divulgadores ou tradutores; serviço em campanha, línguas estrangeiras que falem, escrevam ou apenas traduzam, etc. (BRASIL, 1934a).

A amplitude desse questionário abarcava praticamente todos os aspectos da vida do candidato, extrapolando os limites da trajetória e atuação profissional. Essa nova configuração seguia muitas das indicações contidas no relatório confidencial analisado. A preocupação com as características pessoais do candidato, e da ligação destas com as qualidades morais esperadas pelo oficial de estado-maior era considerável.

Assim como no regulamento passado, o concurso era dividido em suas fases de provas, as eliminatórias<sup>79</sup> (visavam verificar se os candidatos preenchiam condições indispensáveis à frequência, um bom êxito do curso daquela escola) e as classificatórias (classificar os candidatos por ordem de merecimento, tendo em vista permitir recrutar para a Escola de Estado-Maior os mais aptos), que contariam com suas subdivisões e coeficientes, como veremos a seguir:

**Tabela 9 – Coeficientes das provas eliminatórias do concurso de admissão da Escola de Estado-Maior, divididos por tipos e temas (Regulamento de 1934-35)**

	<b>Tema</b>	<b>Coeficiente</b>
<b>Provas práticas</b>	Equitação	2
	Cultura Física	1
	Armamento e tiro	1
	Topografia (oral ou gráfica)	3
	Conhecimento dos regulamentos de uso corrente na vida arregimentada	3
<b>Provas escritas</b>	legislação militar	3
	Emprego e tática das armas no combate	6
	Geografia e história do Brasil	5

**Fonte:** BRASIL, 1934

A prevalência de temas militares é evidente, tanto nas provas práticas, quanto nas escritas. O julgamento dessas provas caberia a uma comissão regional, composta por oficiais de estado-maior, escolhidos pelo chefe do EME.

<sup>79</sup> Seriam realizadas no “início da segunda quinzena do mês de novembro de cada ano, nas sedes dos comandos regionais.”(BRASIL, 1934a).

As provas corrigidas deveriam ser enviadas para o Estado-Maior do Exército, juntamente com:

a) uma acta, contendo o julgamento de cada candidato, em cada prova, acompanhada de um relatório sucinto, expondo as circunstâncias que hajam revestido a execução das ditas provas, o qual também apreciações sobre o valor de cada candidato; b) as provas escritas e o resultado da prova pratica de topografia, com os graus de julgamento da comissão. (BRASIL,1935).

Vale ressaltar que as atribuições de julgamento dessas comissões seriam “definidas em instruções baixadas pelo Chefe do Estado-Maior do Exército antes do fim do mês de julho de cada ano.” (BRASIL, 1934a). Essa decisão acrescentava uma carga de indefinição em relação a critérios de seleção, concentrando o poder de decisão na figura do Chefe do EME. As determinações a seguir aumentam esse poder e adicionam uma grande dose de subjetividade às provas eliminatórias:

No Estado-Maior do Exército, uma comissão nomeada pelo chefe examinará as provas chegadas e, após haver revisto e comparado os resultados obtidos em cada regiões, levando em conta a conjunto de informações, interiormente conhecidas sobre cada concorrente, proporá ao Chefe do Estado-Maior do Exército os nomes dos que devam ser submetidos às provas de classificação. (BRASIL, 1934a).

Assim, um bom desempenho nas provas, prática e escrita, não garantiriam a escolha para a próxima fase. Na tentativa de amenizar o caráter subjetivo, o artigo apresentava um parágrafo único que estabelecia critérios mínimos para tornar o candidato apto para a seleção: “pelo menos média geral cinco (5) e nenhum grau abaixo de quatro (4). Essa média e graus não podem ser considerados obtidos por arredondamento de media 4 ou grau 3, e fração forte, respectivamente.” (BRASIL, 1934a).

Em entrevista ao CPDOC<sup>80</sup>, o general Antônio Carlos Muricy, relata com riqueza de detalhes o seu concurso para ingresso na EEM, ocorrido em 1936, segundo ano de vigência do novo modelo. Segundo ele, à época major, o período de estudos para o concurso de admissão, havia sido um dos “mais violentos da minha vida de estudante”, pois a turma dele foi feita de “cobaia.” (MURICY, 1993, p.159). Constava nas disposições transitórias do Regulamento de 1929 a determinação que os melhores oficiais, superiores, da ESAO poderiam de matricular diretamente na EEM, sem se submeter ao concurso de admissão. Por atender a esses requisitos o oficial requereu ao EME, em 1935, a matrícula direta. A resposta foi a seguinte: "Indeferido. Ficam, entretanto, dispensados das provas eliminatórias, devendo fazer as provas

---

<sup>80</sup> Concedida em 1981 e publicada em 1993.

de classificação." (MURICY, 1993, p.159). A disposição transitória do Regulamento de 1929 foi excluída, mas a determinação descrita acima não consta em nenhuma parte do Regulamento de 1934-35. O mesmo sucedeu com Juarez Távora, que solicitou a matrícula direta em 1936 e ao consultar o EEM foi "cientificado de que não mais prevalecia o critério anterior de admissão àquela Escola, devendo todos os candidatos à matrícula – mesmo os antigos revolucionários, bem classificados no Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – submeter-se a concurso de admissão." (TÁVORA, 1974, p.132).

Diante dessa orientação do EME, o major Muricy relata que:

Começamos, então, a estudar. E aí não havia mais tempo. Então, preparávamos o nosso trabalho na Escola de Aperfeiçoamento, como instrutores; e no bonde, no trem, e de noite, líamos as outras matérias. E nos intervalos, como éramos cinco a fazer o concurso, discutíamos, para poder aumentar os conhecimentos. (MURICY, 1993, p.160).

No entanto, ao realizar a requisição para realizar apenas as provas classificatórias, a orientação do EME havia mudado: "Declarem se desejam fazer também as provas eliminatórias. Do contrário serão indeferidos os requerimentos". (MURICY, 1993, p.160).

Juarez Távora relata que aproveitou suas férias em Petrópolis para se preparar para as provas do concurso, levando consigo "vultuosa bibliografia de estudos", constituída por "uma pequena biblioteca, cobrindo assuntos de História, Geografia e Economia política, além daquelas relativas às Táticas das Armas e à Tática Geral." (TÁVORA, 1974, p.133). O regime de estudos era intenso com média de oito horas por dia, inclusive aos domingos, e fazendo com que Távora chegasse ao fim das férias "mais esgotado do que ao iniciá-las".

Essas mudanças de determinação do EME podem ser explicadas pelas condições de celeridade em que as regras foram elaboradas. A primeira instrução, de realizarem apenas a fase classificatória provavelmente foi um entendimento de algum oficial do EME, que, por não constar no novo regulamento, tampouco nas alterações, teve que ser retificado. Isso demonstra que a despeito das determinações regulamentares, havia espaço para "atos interpretativos", para entendimentos acerca dos "casos omissos". Sobre essa mudança, o grupo de oficiais egressos da ESAO, constatava que:

Tínhamos que fazer as duas provas. Então resolvemos fazer. E aí ficou uma vida que, quando não se estava dormindo, comendo ou fazendo o trabalho da escola, se estava estudando para a Escola de Estado-Maior. Uma coisa louca! Felizmente, quando se deu a primeira parte das provas, ficamos à disposição do Estado-Maior. Ficamos, então, dois meses e meio desligados de tudo, só... E aí era uma média de 11 a 12 horas de estudo por dia. Nós nos reuníamos - fizemos um grupo - de sete ao meio-dia, de duas às seis da tarde e de noite ainda tínhamos alguma coisa. (MURICY, 1993, p.160).

A descrição de que os escolhidos para a fase da prova eliminatória ficavam à disposição do Estado-Maior não ficava claro no regulamento: “os candidatos julgados aptos a prestar as provas da segunda parte do concurso deverão ser mandados apresentar á Escola de Estado-Maior até 15 de janeiro de cada ano.” (BRASIL, 1934a).

Assim, o relato de Muricy complementa a informação e, novamente, apresenta novos fatos que merecem uma análise mais detida. Ora, se os oficiais classificados nas provas no ano de 1935 deveriam se apresentar na EEM até o dia quinze de janeiro, e o relato aponta dois meses e meio de dedicação, então as provas daquele ano foram realizadas a partir do início de março. Contrariando a determinação regulamentar de que as referidas provas deveriam ser realizadas “a partir 20 de janeiro, de modo que a 28 de fevereiro todos os trabalhos de exame estejam terminados.”(BRASIL, 1934a). Por se tratar de uma quantidade reduzida de oficiais e de provas de alta complexidade, é possível afirmar que as condições de aplicação e organização destas eram passíveis de mudanças e adaptações, que escapavam das determinações regulamentares. (BRASIL, 1934a).

As provas de classificação também seriam divididas em orais e escritas, mas apresentavam objetivos mais amplos e conteúdos mais abrangentes e diversificados<sup>81</sup>. De acordo com o regulamento, elas seriam organizadas “de modo que não redundem em meras demonstrações de erudição.” (BRASIL, 1934a). A inclusão de uma determinação tão vaga é, no mínimo, estranha. O que poderia ser interpretado como “mera demonstração de erudição”?

**Tabela 10 – Provas classificatórias do concurso de admissão da Escola de Estado-Maior, divididas por tipos, temas, quantidade, coeficiente e duração. (Regulamento de 1934-35)**

	Tema	Quantidade	Coeficiente	Duração (horas)
<b>Provas escritas</b>	Topografia	1	1	2
	Aplicação Tática	1	10	6
	História Militar	1	6	4
	Cultura Geral <sup>82</sup> (Geografia)	1	5	4
	Cultura Geral (História das civilizações)	1	1	4
	Cultura Geral (línguas estrangeiras)	1	3	2
	Cultura Geral (conhecimentos científicos)	1	1	3
<b>Provas orais</b>	Tática das Armas (Infantaria)	1	5	20 min
	Tática das Armas (Artilharia)	1	5	20 min
	Tática das Armas (Cavalaria)	1	4	20 min
	Tática das Armas (Aviação e artilharia antiaérea)	1	4	20 min

<sup>81</sup> Conteúdos e orientações específicas disponíveis, na íntegra, no Anexo 24.

<sup>82</sup> Entre parênteses estão descritos os conteúdos que compunham o tema de cultura geral.

Tática das Armas (Engenharia e Transmissões)	1	4	20 min
Línguas estrangeiras	2	2	15 min cada

Fonte: BRASIL, 1934

O tamanho da fase de classificação é notável: quatorze provas distintas (sete escritas e sete orais), distribuídas em mais de vinte seis horas. Não há dúvida de que se tratava também testar a resistência dos candidatos em relação ao esforço mental constante. Os pontos para as provas orais, por exemplo, eram sorteados no dia do exame, o que intensificava a tensão entre os candidatos.

De acordo com Antônio Muricy, os conteúdos de cultura geral requisitados no concurso de admissão estavam além da formação profissional recebida pelos oficiais do exército da época, tanto na Escola Militar, quanto na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais. Cabia aos candidatos à busca pelo conhecimento dos conteúdos publicados nos programas. O major Muricy, por exemplo, “já vinha lendo, porque desde o começo eu vinha estudando. A Brasileira<sup>83</sup> eu li toda, então me empolguei pelos estudos. A história do Brasil, a parte de sociologia do Brasil.” (MURICY, 1993, p.161). Outros temas recorrentes eram os chamados “Problemas brasileiros”, no caso, da prova do ano de 1936:

naquele tempo não havia siderurgia. Então, a questão que caiu foi: "Como encara o problema siderúrgico do Brasil"? "Qual é a posição que deve permanecer a usina?" Era um problema que se discutia muito, o de localização. Se seria no minério, se seria no porto, se seria junto aos meios consumidores. Perto do carvão, ou perto do minério, aquele problema sério. (MURICY, 1993, p.161).

O major também elenca outros conteúdos requeridos com frequência nas provas do concurso de admissão da EEM:

Outra coisa que eles perguntavam, por exemplo, era o problema de energia. Naquele tempo se pensava no problema de energia elétrica. Era o problema da lenha, era o problema da energia elétrica. O problema dos transportes: como é que eu via, do ponto de vista militar, a necessidade do desenvolvimento do transporte em relação ao Sul do Brasil, que era considerada a zona estrategicamente perigosa do Brasil, dado a proximidade com a Argentina. O Rio Grande do Sul era mais ou menos uma península, e uma península muito difícil: só tinha uma estrada de ferro! São Paulo–Rio Grande. Era a necessidade de duplicar a estrada, donde saiu o tronco principal sul. Não havia estrada de rodagem, não se ia mesmo para o Rio Grande do Sul em estrada de rodagem. Hoje o Brasil é outro! Então, esses

<sup>83</sup> Editada originalmente pela Companhia Editora Nacional no período de 1931 a 1993, a Coleção Brasileira reúne 415 títulos (439 volumes) de autores brasileiros e estrangeiros. O Projeto Brasileira Eletrônica digitalizou todo o acervo da Coleção e o exhibe de forma aberta no seguinte site: <http://www.brasiliana.com.br/> Acesso: 20 jan. 2017.



problemas de transportes; o problema do Nordeste, completamente isolado do resto do Brasil. O Brasil era verdadeiramente um arquipélago. Então esses problemas... (MURICY, 1993, p.161).

A descrição deixa evidente que os conteúdos tratados eram os grandes temas políticos discutidos em meados da década de 1930, e intensificados na década seguinte, quando a transição do Brasil agrário e rural para o urbano-industrial se iniciava. A partir da instauração do Estado Novo, em 1937, esses temas passaram para a ordem do dia no alto escalão do Exército, pois como afirmava o major Muricy, eram “problemas de estrutura que interessavam ao problema militar. O problema inclusive de industrialização. Por causa da mobilização do Exército, a mobilização que deveria interessar. Estes eram os temas que tínhamos que estudar.” (MURICY, 1993, p.161).

Cada prova receberia um grau de 0 a 10, resultado da média aritmética dos graus atribuídos pelos examinadores<sup>84</sup>. Todas as provas seriam realizadas nas dependências da EEM perante uma comissão, nomeada pelo Chefe do EME, e composta por:

um dos subchefes do Estado-Maior do Exército, como presidente; dois professores da Escola de Estado-Maior; um chefe de secção e um oficial da 3ª secção do Estado-Maior do Exército; além de um ou dois professores por idioma quando se tratar das provas de línguas. (BRASIL, 1934a).

Ao final de todas as provas seria lavrada uma ata com a assinatura de todos os membros, suas respectivas notas, e a classificação final dos candidatos. A ata deveria ser remetida ao chefe do EME, juntamente com um “relatório sucinto” acerca de todos os elementos relativos ao curso, e com uma “apresentação sumária sobre as circunstâncias nele sobrevindas as conclusões a que a comissão chegou quanto à execução das provas, valor dos programas, processo do exame e seu grau de eficácia, estado de cultura da oficialidade e seu valor moral e profissional.” (BRASIL, 1934a).

A impressão geral de Juarez Távora sobre as provas do concurso confirma o aumento da dificuldade, ao relatar que havia sido “atropelado por perguntas cujas respostas nem sempre satisfizeram aos examinadores (...) sobretudo naquelas referentes às matérias militares.” (TÁVORA, 1974, p.133).

O relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército de 1935, assinado pelo general Pantaleão da Silva Pessoa, demonstrava diretamente a preocupação com os processos de seleção dos quadros de oficiais. Além disso, abordava temas importantes para a compreensão da educação militar brasileira da época. Como sabemos, os relatórios eram

---

<sup>84</sup> Seriam “considerados inabilitados os concorrentes que obtiverem média inferior a cinco (5), no conjunto das provas, não podendo ter nota inferior a 4 (quatro) na prova de tática.” (BRASIL, 1934a)

direcionados para o Ministro da Guerra, em caráter interno e confidencial, e, portanto, possibilitavam uma exposição mais direta e, em alguns casos, com um tom confessional. Diante disso, cabe uma análise mais detida acerca das considerações do chefe do EME.

A primeira observação digna de nota é a definição do que seria o principal problema do Exército, mais importante até do que a recorrente questão de recursos e material:

a reeducação dos seus quadros, assim compreendendo a modificação da mentalidade dos oficiais do Exército ativo, o aperfeiçoamento dos processos de seleção para o recrutamento e acesso, o exame continuado e rigoroso do quadro de sargentos e real eficiência profissional das unidades do Exército e dos seus institutos de educação. (ESTEVEES, 1996, p.169).

Parar o General Pessoa a atenção com a formação dos corpos, de sargentos a oficiais, deveria ser a prioridade do alto comando do exército, e o processo de seleção desses quadros tinha papel fundamental nessa formação. A concepção de educação apresentada é ampla e preconizava a necessidade, nas organizações militares, de se treinar “a obediência e o espírito de sacrifício” e, acima de tudo, a “prioridade dos regulamentos – a convicção de que eles não podem ser burlados, nem esquecidos, a resignação diante dos seus preceitos constituem pontos de honra para a mentalidade dos quadros.” (ESTEVEES, 1996, p.170).

Tratava-se, portanto, de estabelecer a “boa moral militar”, que instituía a prioridade do dever e a “precedência da instituição sobre o indivíduo”, pois, para ele, não haveria instituição que pudesse “resistir à doutrina da preferência pelos interesses individuais.” (ESTEVEES, 1996, p.170). Nas instituições militares de ensino, grande parte da responsabilidade por esse “aperfeiçoamento moral” era dos professores, para os quais não poderia faltar “prestígio e estímulo” para a execução dessa “nobre e difícil missão” (ESTEVEES, 1996, p.169).

As considerações do chefe do EME deixam claro que sua principal preocupação não era com a formação profissional ou com o aperfeiçoamento técnico dos quadros, e sim com a “educação moral”, ou seja, com aspectos ligados ao caráter e a atributos comportamentais, especialmente dos oficiais. Em determinado trecho do relatório o general aprofunda o tom crítico, extrapolando os limites de um documento oficial, ao elaborar uma série de questões incisivas:

Como poder invocar direitos um oficial que não cumpre seus deveres? Como investir contra exigências perfeitamente legais, um oficial que adotou a profissão militar no pleno conhecimento dos sacrifícios que ela impõe? Acaso não é passível de punição quem viola as cláusulas de um simples contrato? Como pode admitir um oficial promovido para desempenhar determinada função possa furtar-se reiteradamente ao seu exercício e viver a

margem do exército sem qualquer responsabilidade? Como pagar um funcionário que não ocupa seu posto mesmo na paz, quando os sacrifícios são menores? [...] que poderá esperar a Nação de oficiais que não querem servir fora do Rio de Janeiro e são indiferentes a impressionante situação dos corpos do interior e da fronteira? Será necessário ao verdadeiro oficial, modelo de brio e compreensão do dever, que os chefes vivam a suplicar-lhes a compreensão do que não lhes convém? (ESTEVEVES, 1996, p.170).

A irritação com o comportamento de parte do oficialato é evidente, mas a “culpa” por essa situação calamitosa, para ele, tem três fatores fundamentais. Em primeiro lugar, a supracitada mentalidade individualista de muitos oficiais, que colocavam seus interesses particulares acima dos interesses da instituição. Em segundo lugar, a postura de consentimento dos comandantes desses oficiais, que não exerciam corretamente a função do chefe, elemento importante no pensamento militar francês ensinado na EEM: “Será lícito a um chefe consentir exceções regulamentares em prejuízo da instituição militar?” (ESTEVEVES, 1996, p.170). Em terceiro lugar, os regulamentos militares:

Muito tem contribuído para o grande mal a que aludimos, além das revoluções, a multiplicidade, a inconstância e a minuciosidade dos regulamentos. **É quase impossível a um chefe conhecer e manter em dia toda a regulamentação militar.** Diante das limitações de autoridades que essa regulamentação cria, altera e extingue, surge uma excitação natural que dá foros de saber a simples lanços de ousadia. (ESTEVEVES, 1996, p.171). [grifos nossos]

A alusão às mudanças constantes de regulamentos como elemento de indução de movimentos revoltosos é contundente, mas também polêmica. É evidente que as alterações e novas regulamentações geram um nível de instabilidade, pois não se sabe qual norma está em vigor. Em uma instituição de ensino, as complicações também são perceptíveis, seja em casos simples como a manutenção de uma nomenclatura tradicionalmente utilizada, seja na conservação de um método de ensino verbalista, mnemônico e, a despeito das disposições regulamentares, essencialmente teórico. Como vimos desde o início dessa pesquisa os regulamentos para o ensino militar mudaram constantemente ao longo das primeiras décadas do século XX. Desde a criação da EEM em 1905, que dividiu regulamentos comuns com outras instituições, até a elaboração de uma norma específica, com a chegada da MMF em 1920.

Para o chefe do EME um dos caminhos para a resolução desses inúmeros males que afligiam o exército e suas instituições de ensino seria o aumento do poder nas mãos dos chefes, dos comandantes militares: “Estes males de origem tão complexa, só podem ser remediados lentamente e adaptando como orientação uma elasticidade maior nas atribuições

dos chefes que pelos seus postos já devem justificar tal confiança.” (ESTEVEES, 1996, p.171.) As mudanças propostas pelo Regulamento de 1934-35 convergem para essa proposta, especialmente na reconfiguração das atribuições do Comandante da EEM, e na grande dose subjetividade presente nos processos de avaliação, tanto no concurso de admissão, como nas provas do curso de estado-maior. A intensificação da concentração de poder nas mãos dos altos chefes militares é evidente após a eclosão do Levante Comunista de 1935, e do subsequente golpe que instituiu a ditadura do Estado Novo, em 1937.

## **Considerações Finais**

O presente estudo apresentou uma reconstrução da trajetória da EEM por meio, principalmente, de seus regulamentos de ensino. Trata-se de um trabalho de tratamento rigoroso e extenso de fontes importantes, algumas delas inéditas. A preocupação com a contextualização histórica permeia todo o texto, principalmente através de pequenas introduções factuais ou panoramas historiográficos.

Ao longo de todos os capítulos foram elaboradas análises, considerações e até conclusões parciais acerca de diversos aspectos dos regulamentos, e da própria Escola de Estado-Maior. Por isso, esse item retomará brevemente algumas dessas análises, proporá novas considerações, bem como apontará outros potenciais caminhos de pesquisa que foram apenas tangenciados.

Um elemento que merece uma análise mais detida é o uso e o tipo de fontes primárias usadas para a construção das análises. O leitor mais atento percebeu a mudança no tipo de fontes usadas ao longo dos capítulos: nos dois primeiros, onde foram estudados os regulamentos de 1905 e 1913-14, a maioria das fontes era composta por documentos oficiais, principalmente relatórios do Ministro da Guerra e do Chefe do Estado-Maior do Exército. As informações fornecidas por esse tipo de documento são mais objetivas, o que torna as análises mais descritivas. No entanto, mesmo sendo objetivas as fontes possuem informações importantes e foram utilizadas em toda a pesquisa, e, sempre quando possível, confrontadas a outras fontes e informações. A pouca relevância, no meio civil e militar, da EEM nesse contexto também contribuiu para a escassez de relatos jornalísticos, por exemplo.

No entanto, a eclosão da Primeira Guerra Mundial e a subsequente contratação da Missão Militar Francesa, vitoriosa na guerra, deu maior destaque às Forças Armadas. A escolha da EEM como um dos primeiros locais para iniciar o trabalho da MMF também gerou um aumento em sua importância, tanto no âmbito militar, como no civil. Assim, tem-se uma diversificação das fontes, pois foram consultadas notícias de jornais que falavam da Missão e da EEM, bem como os próprios relatórios e correspondência oficial dos oficiais da MMF, cuidadosamente reproduzidos na tese de Adriana Iop Bellintani. Nos dois últimos capítulos a diversidade de fontes aumentaram com o uso dos relatos memorialísticos de ex-alunos, ex-instrutores, e até, ex-comandantes da EEM.

O estudo minucioso dos cinco primeiros regulamentos da EEM<sup>1</sup>, e sua confrontação com diversas outras fontes gerou subsídios para a elaboração de algumas considerações importantes. A primeira trata especificamente da forma dos próprios regulamentos, uma perspectiva linear de avanço temporal demonstra o evidente aumento de complexidade, abrangência e atuação das normas e de suas determinações. O maior exemplo dessa transformação são os concursos de admissão, que atingiram, no Regulamento de 1934-35, um nível de complexidade tão grande que praticamente ganharam um regulamento próprio, com direito a criação de um curso preparatório e do “Guia do Candidato à Escola de Estado-Maior”<sup>2</sup>. A partir do Regulamento de 1940 a EEM passou a oferecer o curso preparatório para o concurso, destinado a “rever e completar os conhecimentos básicos relativos à técnica tática das Armas; ministrar e ampliar o conhecimento de assuntos de cultura geral indispensáveis, como os primeiros, à compreensão de estudos superiores.” (BRASIL, 1940).

Os cursos oferecidos na EEM também mudaram ao longo das décadas, de acordo com necessidades específicas da instituição castrense. Se inicialmente havia apenas o Curso de Estado-Maior, nos Regulamento de 1920 e 1929 a EEM chegou a contar com três cursos (Estado-Maior, Revisão e Informação), reduzido a dois no Regulamento de 1934-35 (Estado-Maior e Informações). A criação do curso de Revisão tinha propósitos específicos e caráter notadamente temporário: homogeneizar a formação dos oficiais superiores com que frequentaram a EEM antes da chegada da MMF. Assim, o curso seria uma espécie de atualização com duração de um ano, cuja procura foi estável e maior apenas nos primeiros cinco anos de oferta, praticamente inexistindo nos anos seguintes, como podemos observar o quadro abaixo:

<b>Quadro 21 – Formados no Curso de Revisão da Escola de Estado-Maior (1920-1934)</b>				
	<b>Patente</b>			
<b>Ano</b>	<b>Capitão</b>	<b>Major</b>	<b>Tenente-Coronel</b>	<b>Coronel</b>
<b>1920</b>	16	10	6	2
<b>1921</b>	25	7	1	5
<b>1922</b>	9	4	4	2
<b>1923</b>	2	1	1	1
<b>1924</b>	3	1	2	-
<b>1925</b>	-	-	-	-
<b>1926</b>	1	2	-	-
<b>1927</b>	-	1	-	-

<sup>1</sup> São eles: 1905, 1913-14, 1920, 1929 e 1934-35.

<sup>2</sup> O fac-símile do Guia do Candidato de 1938 para o tema tático de Cavalaria está reproduzido no anexo 21.

<b>1928</b>		2		
<b>1929</b>	-	1	2	-
<b>1930</b>	-	6	-	5
<b>1931</b>	-	3	8	2
<b>1932</b>	-	-	2	2
<b>1933</b>	-	-	3	3
<b>1934</b>	-	1	-	1
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>39</b>	<b>29</b>	<b>23</b>
<b>Fonte:</b> CINQUENTENÁRIO, 1955, pp.14-33.				

O Curso de Informações, por sua vez, manteve sua principal característica ao longo dos anos: era um símbolo. Inicialmente foi usado pelo alto comando para estimular oficiais superiores a retomarem seus estudos depois de sua formação na escola militar, alguns deles estavam afastados dos bancos da escola há décadas. Depois, o curso passou a ser um símbolo de prestígio entre oficiais superiores, que, em alguns casos, faziam o curso ao mesmo tempo em que proferiam uma conferência no mesmo. Ou como no caso do Curso de Informações de 1935, que tinha doze conferências ministradas pela mesma pessoa: General Noel, chefe da MMF. Por fim, temos as próprias determinações generalistas e superficiais sobre o curso nos regulamentos, deixando seu funcionamento a mercê do comando da EEM e do Ministério da Guerra. Todas essas características reforçam o caráter simbólico do curso, que mantinha sua importância muito mais pela aparência do que pelo conteúdo.

As mudanças nos regulamentos, em teoria, deveriam seguir apenas critérios técnicos e profissionais, como era o caso de alguns decretos pontuais, publicados pouco tempo depois do próprio regulamento. Como pode-se depreender do Regulamento de 1920, que teve a maior duração do período estudado. Essa norma marcou a entrada do pensamento francês na EEM e, sua substituição pelo Regulamento de 1929 tinha o objetivo de atualizar as determinações colocadas em prática após quase uma década. Assim, a nova norma deveria corrigir problemas identificados depois do intenso trabalho dos oficiais franceses e brasileiros e, por isso deveria, em tese, ter duração semelhante a sua antecessora.

No entanto, as transformações regulamentais não eram pautadas exclusivamente por critérios técnicos. A criação de novos regulamentos, especialmente no tocante aos conteúdos programáticos, era objeto de manifestação de diferentes concepções de educação militar. A oferta das línguas estrangeiras, optativas e obrigatórias, ao longo dos anos, demonstra claramente as disputas entre influências estrangeiras. A língua alemã, por exemplo, constava como optativa no Regulamento de 1905 juntamente com a língua inglesa, e obrigatória juntamente com a língua francesa e espanhola no Regulamento de 1913-14. Após a chegada

da MMF foi retirada de todos os regulamentos elaborados durante sua vigência em um nítido esforço de garantir sua influência e dominação cultural.

O período de permanência da MMF no Brasil coincidiu com um movimento mais amplo de expansão cultural francesa no Brasil e na América Latina, focando a ação em instituições de ensino, nos círculos intelectuais e nos veículos de imprensa. O principal instrumento dessa propagação era a própria língua francesa<sup>3</sup>, citada diversas vezes, na imprensa, no meio político e em documentos oficiais, durante as discussões que envolviam a contratação de uma missão militar estrangeira de instrução para o exército, em fins da década de 1910.

Para além dos objetivos da MMF, outro elemento externo tinha mais importância na publicação de novos regulamentos para o ensino militar, e no caso desse estudo, para a EEM: o fator político. Esse foi um dos principais motivos que levaram a substituição do Regulamento de 1929, pelo de 1934-35. Como vimos, a vitória da Revolução de 30 alterou as estruturas internas e as dinâmicas de poder do Exército, gerando a necessidade de uma grande quantidade de reformas, da qual a EEM, que já tinha papel importante na instituição, não poderia ficar de fora. A mesma situação se repetiu em 1938, 1940 e 1942<sup>4</sup>, quando foram publicados novos regulamentos, que deveriam se alinhar a diretriz da ditadura varguista do Estado Novo, instituída em 1937. Dessa forma, se os regulamentos de 1920 e 1929 demonstraram a hegemonia dos oficiais da MMF no quadro de professores, instrutores e da direção de ensino da EEM, o de 1934-35, por sua vez, redimensionou drasticamente essa presença, restringindo-a algumas conferências no protocolar Curso de Informações.

Os dois primeiros regulamentos da EEM apresentavam uma característica que se manteve, com protagonismo variável, nos demais regulamentos estudados: a tentativa de eliminação do caráter essencialmente teórico, verbalista e mnemônico do ensino militar, marca distintiva na Escola Militar da Praia Vermelha (1874-1904). Esse esforço era nítido e funcionou como o fio condutor das primeiras normas da EEM, e ficava evidente nas determinações, muito atentas em definir que o ensino teórico deveria ser residual, em quase todas as aulas e atividades. Até a escolha das nomenclaturas para o ensino, como “teórico-prático”, era uma tentativa de reiterar a ideia. Com a chegada da MMF essa preocupação teve

---

<sup>3</sup> Esse movimento se insere na conjuntura mais ampla dos imperialismos de fins do século XIX, que agora ganhavam novos contornos e métodos, mas mantinham os velhos objetivos: conquistar, dominar e explorar. Para maiores detalhes conferir BELLINTANI, 2009.

<sup>4</sup> Publicados respectivamente pelos decretos: nº 3.012, de 24 de agosto de 1938; nº 6.656, de 30 de dezembro de 1940 e nº 10.790, de 9 de novembro de 1942. Todos durante a gestão dos generais Eurico Gaspar Dutra, a frente do Ministério da Guerra, e Góes Monteiro, a frente do Estado-Maior do Exército.



a importância relativizada, pois o modelo de ensino militar francês pressupunha uma boa formação teórica. Assim, os franceses instituíram como fio condutor do ensino militar sob sua responsabilidade a incorporação de seu método de ensino, de sua forma de “raciocinar”: o método cartesiano. Esse, por sua vez, em grande parte retomava o caráter teórico e, principalmente, mnemônico das escolas militares do século anterior, inclusive com a aproximação ao pensamento matemático, clássico do positivismo militar.

Sobre o método dos franceses e a Escola de Estado-Maior, cabe aqui a exposição de algumas importantes considerações de Nelson Werneck Sodré:

Por mais que os oficiais que haviam passado por aquele curso o valorizassem, no sentido de valorizarem a si mesmos, cobrindo-se com todas as vantagens inclusive, era fácil verificar que, para tirá-lo, não havia despesa de massa cinzenta, nem necessidade de apelo ao raciocínio. (...) A única coisa que, realmente, os oficiais não sabiam, ao ingressar na Escola, era a linguagem convencional a que as ordens obedecem, os seus modelos. Mas isso não é uma questão de raciocínio, de nível de conhecimento; é simples problema de informação; pode ser resolvido até por correspondência.” (SODRÉ, 1986, p.252).

No trecho Sodré nega vigorosamente a classificação do ensino militar francês como dotado de um método que primava pelo raciocínio e pela refutação de fórmulas pré-concebidas. Além de desconstruir a mística acerca dos elevados e complexos conteúdos estudados na EEM. Isso se evidencia no relato de que após um ano de curso estava evidente que a única exigência feita aos oficiais-alunos era a resistência física, pois no curso “o repouso do raciocínio era total e absoluto.” (SODRÉ, 1986, p.266). É evidente que as considerações de Sodré são dotadas de uma considerável dose de exagero, usada para reforçar seu argumento, mas baseado em premissas válidas ao constatar que o ensino ministrado na EEM estimulava pouco o raciocínio e a reflexão.

Entretanto, não se pode negar que a chegada dos franceses significou importantes avanços na questão da metodologia de ensino com a introdução de elementos como os trabalhos em grupo, os exercícios táticos aplicados, seja na teoria por meio das cartas geográficas, sejam nas simulações em terrenos reais.

As mudanças nos regulamentos também refletiram as transformações sofridas pela própria Escola de Estado-Maior, enquanto instituição. Seus primeiros anos de existência foram marcados pela pouca importância na estrutura organizacional do exército, fato facilmente comprovado pelas sucessivas mudanças de sede, irregularidade na matrícula e na composição das turmas de formandos, escassez de professores com formação adequada, etc.

A chegada da MMF alterou significativamente esse cenário, a começar pelas

instalações físicas, pois a sede permanente da instituição seria inaugurada apenas em 1920, ficando conhecida na cultura militar como “o templo dos franceses”. Os oficiais franceses também definiram a EEM como uma de suas primeiras instituições a reorganizar, tornando-a um centro de reprodução e difusão do pensamento militar francês e de seu método de ensino no Brasil.

Nesse sentido, é possível afirmar que a MMF se dedicou para transformar a EEM em uma instituição fundamental para o Exército Brasileiro. Parte desse esforço pode ser percebido na elaboração de um pequeno decreto, em janeiro de 1919, que entre algumas considerações sobre a matrícula da EEM, apresentava a seguinte determinação: “Dez anos após a data da presente lei, o certificado do curso de estado maior passa a ser requisito indispensável para a promoção ao posto de general de brigada.” (BRASIL, 1919). A partir de 1929 os oficiais só poderiam ser promovidos ao posto de General de Brigada se possuísem o diploma do curso de estado-maior. A própria criação do Curso de Revisão ajudaria na concessão desse diploma por oficiais superiores que não tinham o Curso de Estado-Maior e almejavam chegar ao generalato. Outro dado que ajuda a explicar o aumento de prestígio e de importância da EEM é o comparativo do número de formandos no Curso de Estado-Maior: entre 1920 e 1930 foram 155, entre 1931 e 1940, por sua vez, foram 235<sup>5</sup>.

A caracterização da EEM como centro de formação da elite militar do Exército foi proposta na introdução, e alguns elementos analisados ao longo da tese permitem corroborar tal proposição. O primeiro é a crescente presença dessa definição nos documentos oficiais, especialmente nos regulamentos de ensino da própria EEM. O mesmo movimento pode ser constatado nos relatórios dos chefes do Estado-Maior e dos altos oficiais da Missão Militar Francesa. A constatação de quase todos os generais da ativa, durante os anos 1940 e 1950, tinham o curso de estado-maior na EEM pode ser feita em virtude da supracitada definição como pré-requisito para a ascensão ao generalato.

No entanto, é fundamental compreender o papel do curso nessas promoções, pois se o mesmo era pré-requisito para todos, deixava de ser um elemento distintivo, ou seja, que seria considerado critério técnico para uma promoção por merecimento. Assim, os chamados critérios personalistas continuavam a existir e estarem presente em todas as promoções, como fator considerável, e em alguns casos como decisivo. O desenvolvimento da carreira militar de Góes Monteiro, especialmente após 1930, talvez seja o maior exemplo da interferência de

---

<sup>5</sup> No Apêndice B, temos os dados relativos ao período de 1941 a 1950, bem como algumas considerações sucintas e notas explicativas.

elementos políticos e adoção de critérios personalistas em promoções.

A maior contradição ficou por conta da participação crescente dos militares na política. A despeito de todo o esforço dos membros da MMF, o que se viu ao longo da década de 1920, com a eclosão do ciclo revolucionários tenentista, e 1930, com o envolvimento direto do alto escalão na Revolução de 30, foi uma crescente politização do Exército, da qual a EEM não ficou de fora. O princípio básico da doutrina militar francesa, “o grande mudo”, que preconizava a não-participação militar em questões políticas, não foi aplicado ao Exército durante os vinte anos de permanência da missão. A EEM, que deveria ser o local de transposição desse princípio, não foi capaz de produzir um conjunto de ideias e práticas que fossem capazes de difundi-lo nos mais diversos níveis de hierarquia, de generais a sargentos.

Nesse sentido, a Escola de Estado-Maior funcionou como um espaço de “afrouxamento” da hierarquia e disciplina militar. Essa assertiva é baseada em algumas considerações: 1) Por ser uma instituição de educação militar destinada a oficiais-alunos, a necessidade de exigência intensa e cotidiana da disciplina era menor, uma vez que, teoricamente, as mentes e corpos já haviam sido disciplinados na Escola Militar e nos corpos de tropa; 2) Durante os três anos do curso, arregimentados na efervescência política da capital, os oficiais-alunos tinham mais tempo e oportunidades para refletir sobre a conjuntura política; 3) Maior preocupação com temas de importância nacional (questão industrial, questão mineral, inserção no capitalismo global, etc), que frequentemente eram abordados nas provas de admissão ou em conferências e palestras, inclusive de civis, na própria EEM. Por serem temas discutidos amplamente no meio político (Câmara dos Deputados, Senado, Ministérios) a aproximação entre eles era inevitável; 4) Na EEM oficiais superiores dividiam o “banco da escola” com oficiais inferiores, tendo que, por exemplo, aceitar críticas ou discordâncias na resolução de estudos de tática, ou em um trabalho em grupo; 5) Casos de professores e instrutores com patente menor do que dos oficiais-alunos, especialmente nos Cursos de Revisão e de Informações, destinados a oficiais superiores, muitos deles coronéis e generais. É evidente que as ações dos Ministros da Guerra, dos Chefes do Estado-Maior ou até do Comandante da EEM visavam combater qualquer tipo de “afrouxamento” ou “quebra” da hierarquia ou disciplina militar.

A distinção fornecida pelo diploma de Estado-Maior também aumentava a percepção de que os egressos da EEM faziam parte da elite militar, estimulando uma transformação no comportamento do oficial. De chefe militar, restrito aos limites institucionais do exército, para agente político, dotado de “prerrogativas morais” que o colocavam também como elite, em

face dos políticos civis. Esse tipo de pensamento idealizado, que colocava o militar como “puro”, “probo”, “honesto” em detrimento de uma classe política “corrupta”. “desonesta” e “interesseira”, marcou algumas ações militares de sublevação, como os levantes tenentistas de 5 de julho (1922 e 1924). No entanto, na conjuntura do pós-30, essa idealização deu lugar ao tom prático: oficiais superiores ocupariam lugares na alta cúpula da política para serem agentes diretos da transformação. Esse movimento pode ser sintetizado na icônica frase de Góes Monteiro: “...sendo o Exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do Exército, e não a política no Exército” (MONTEIRO, s/d, p.163).

De maneira geral, a pesquisa proposta na introdução foi realizada. Ao percorrer a trajetória dos trinta primeiros anos de existência da EEM, o estudo se deparou com uma conjuntura histórica complexa: Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa de 1917, chegada da MMF, revoluções tenentistas, Revolução de 30 e Governo Provisório de Vargas.

Inicialmente concebida para abarcar os cinquenta primeiros anos de existência da EEM, de 1905 a 1955, a pesquisa teve seus rumos reordenados após uma análise mais realista do vasto corpo documental<sup>6</sup> gerado pelos últimos vinte anos do primeiro recorte proposto, mas principalmente por conta de uma nova multiplicidade de eventos históricos que esse recorte ensejava: Estado-Novo, Segunda Guerra Mundial, criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB), fim da Era Vargas, entre outros. A título de exemplo, apenas um estudo que propusesse a análise da relação entre a criação da FEB e as mudanças regulamentais da EEM, ambos sob a influência do pensamento militar estadunidense, já faria jus a uma nova tese de doutoramento. A própria recepção e expansão do pensamento militar norte-americano na Escola de Estado-Maior já ensejaria nova pesquisa. Outra possibilidade de estudo aventada é o impacto do levante comunista de 1935 no pensamento militar desenvolvido na EEM, bem como na expansão do anticomunismo nas instituições militares de ensino ao longo da ditadura varguista do Estado Novo.

O contato com fontes primárias de origem oficial, como os regulamentos e relatórios dos Ministros da Guerra ou do Chefe do EME, é um bom ponto de partida para a construção de análises sobre a história da educação militar. A constante preocupação de cruzamento das informações desse tipo de documento com relatos memorialísticos, por exemplo, se mostrou uma proposição analítica profícua, desde que embasada em pressupostos teórico-

---

<sup>6</sup> Em relação aos documentos oficiais tratava-se de mais quatro regulamentos (1938, 1940, 1942 e 1955), além dos relatórios (Ministro da Guerra e Chefe do EME), relatos memorialísticos, documentos sobre a FEB, etc.

metodológicos bem definidos. O campo de estudos de história da educação militar é vasto, profícuo e pouco explorado. Essa tese é uma contribuição para preencher um vazio e apontar caminhos para o desenvolvimento de novas pesquisas nesse profícuo campo de pesquisa, que lentamente se constitui na área das Ciências Humanas.

## Referências

ABREU, Alzira Alves de. (coord). **Juracy Magalhães: minhas memórias provisórias.** (Depoimento prestado ao CPDOC). Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1982.

AGUIAR, General Alberto Cardoso, **Relatório do Ministro da Guerra de 1918.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1919.

ALBERTI, Verena. **Além das versões: possibilidades da narrativa em entrevista de história oral.** Rio de Janeiro: CPDOC, 2004.

**ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL**, 1936. Rio de Janeiro: IBGE, v. 2, 1936.

**ANUÁRIO MILITAR DO BRASIL**, Rio de Janeiro, 1937, ano 4, n.4.

ARARIPE, Tristão de Alencar. **Tasso Fragoso, um pouco da história do nosso Exército.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

\_\_\_\_\_, A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo. **Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil.** Vol.31. n.44, 1963. pp. 17-25.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? **Revista Esboços** (UFSC) v. 15, n. 20, Florianópolis, 2008. pp. 245-273. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/download/2175-7976.2008v15n20p245/9524> Acesso em: 06. jan. 2017

ARGOLLO, General Francisco de Paula. **Relatório do Ministro da Guerra de 1904.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1905.

BANHA, Paulo da Motta. **História do Estado-Maior do Exército.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984.

BASTOS FILHO, Jayme de Araújo. **A Missão Militar Francesa no Brasil.** Rio de Janeiro. Editora Biblioteca do Exército, 1994.

BAUDOUIN, Louis. **A doutrina.** Rio de Janeiro: Estado Maior do Exército, 1931.

\_\_\_\_\_, Os cursos da EEM. **Revista A Defesa Nacional.** Rio de Janeiro, ano XVII, n.199. Julho de 1930. pp. 604-607.

BARRETO, General Emygídio Dantas. **Relatório do Ministro da Guerra de 1910. Rio de Janeiro:** Imprensa Oficial, 1911.

BARROS, João Alberto Lins de. **Memórias de um revolucionário.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1953.

BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Delgado de Carvalho e a geografia no Brasil como arte**

da educação liberal. **Estudos avançados** [online]. 2008, vol.22, n.62, pp.317-333.

BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940)**. 698f. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos, um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BENTO, Claudio Moreira. O centenário de Fundação da revista A Defesa Nacional. **O Guararapes**. Resende: FAHIMTB-AHIMTB, nº 13 pp. 1-25. Janeiro/2013. Disponível em: <http://www.ahimtb.org.br/O%20CENTENARIO%20DA%20REVISTA%20A%20DEFESA%20NACIONAL%20EM%2020%20SETEMBRO%20DE%202013.pdf> Acesso em: 20.jun.2016.

BINETTI, Saffo Testoni. “Doutrina” [Verbete]. In: BOBBIO, Norberto. **Dicionário de política**. Brasília: UnB, 1999. v. 1.

BITTAR, Marisa; FERREIRA JR, Amarílio. História, epistemologia marxista e pesquisa educacional brasileira. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 30, n. 107, p. 489-511, maio/ago. 2009.

BITTENCOURT, Liberato. Sobre a Escola de Saumur. **O Paiz**. [Jornal]. Rio de Janeiro, n. 10622, 6 nov. 1913.

BLEY, João Punaro. Entrevista. **Arquivo do CPDOC/FGV**. 10.12.1981. História de Vida. Fitas 1-B, 2 e 3-A. 1981.

BORMANNO, José Bernardino, **Relatório do Ministro da Guerra de 1909**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1910.

BRASIL, Constituição (1891). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 24 de fevereiro de 1891. **Presidência da República**: Casa Civil (Subchefia para Assuntos Jurídicos). Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm) Acesso em: 02. Set. 2015.

\_\_\_\_\_, Lei nº 403, de 24 de Outubro de 1896. Cria o Estado-Maior do Exército e a Intendência Geral da Guerra, e dá outras providencias. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-403-24-outubro-1896-540216-publicacaooriginal-40179-pl.html> Acesso: 12. Mai. 2016.

\_\_\_\_\_, Decreto nº 5.698, de 02 de outubro de 1905 - Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: **Imprensa Oficial**, 1905.

\_\_\_\_\_, Decreto nº 7.339, de 25 de Fevereiro de 1909 - Altera o art. 49 e seus §§ 1º e 2º, art. 50 e seus §§ 1º, 2º, 3º, 4º, o parágrafo único do art. 58, o art. 59 e seus §§ 1º e 2º, os arts. 100 e 106, os §§ 2º e 3º do art. 112 e o art. 117 do regulamento para as escolas do exercito a que

se refere o decreto n. 5.698, de 2 de outubro de 1905. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7339-25-fevereiro-1909-506276-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 27.Ago. 2015.

\_\_\_\_\_, Decreto n. 7.389 - de 29 de abril de 1909a - Aprova o regulamento do Estado-Maior do Exército. **Senado Federal**. Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7389&tipo\\_norma=DEC&data=19090429&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=7389&tipo_norma=DEC&data=19090429&link=s) Acesso em: 07. Jun. 2016.

\_\_\_\_\_, Lei nº 2.290, de 13 de dezembro de 1910 - Modifica as tabelas de vencimentos dos oficiais e praças do Exército e da Armada e dá outras providências. **Presidência da República**: Casa Civil (Subchefia para Assuntos Jurídicos). Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1901-1929/L2290.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1901-1929/L2290.htm) Acesso: 28. Ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.198, de 30 de abril de 1913 - Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: **Imprensa Oficial**, 1913.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 10.832, de 28 de março de 1914- Aprova os regulamentos para os institutos militares de ensino. Rio de Janeiro: **Imprensa Oficial**, 1914.

\_\_\_\_\_, Decreto nº 13.451, de 29 de Janeiro de 1919 - Estabelece bases para a reorganização do ensino militar e criação de cursos de aviação, veterinária e outros. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3565-13-novembro-1918-572621-publicacaooriginal-95858-pl.html> Acesso: 27.Ago. 2015.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 13.752, de Setembro de 1919 - Aprova o regulamento para execução do decreto n. 13.451, de 29 de janeiro de 1919, na parte referente aos cursos de estado e de revisão. [1919a] **Senado Federal**. Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=48556&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB> Acesso em: 07. Jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 14.130, de 7 de Abril de 1920 - Aprova o Regulamento da Escola de Estado-Maior. Rio de Janeiro: **Imprensa Oficial**, 1920.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 14.085, de 3 de Março de 1920 - Aprova o regulamento para instrução e serviços gerais nos corpos de tropa do Exército. Rio de Janeiro: **Imprensa Oficial**, 1920a.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 16.393, de 27 de Fevereiro de 1924 - Altera o regulamento da Escola de Estado-Maior. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16393-27-fevereiro-1924-525568-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 07. Jun. 2016.

\_\_\_\_\_. DECRETO nº 15.263, de 11 de janeiro de 1922 - Adiciona diversas disposições ao Regulamento da Escola de Estado Maior. **Senado Federal**. Secretaria de Informação Legislativa. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=31135&norma=46735> Acesso em: 07. Jun. 2016.



\_\_\_\_\_. Decreto nº 17.999, de 29 de Novembro de 1927 - Providencia sobre o Conselho da Defesa Nacional. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-17999-29-novembro-1927-503528-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso em: 08. Jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.632, de 31 de dezembro de 1928, dispõe sobre o ensino militar e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-5632-31-dezembro-1928-561390-publicacaooriginal-85010-pl.html> Acesso em: 08. dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.022, de 5 de Dezembro de 1929 - Aprova o Regulamento da Escola de Estado-Maior. **Senado Federal: Secretaria de Informação Legislativa**. Brasília, DF. Disponível em: [http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=19022&tipo\\_norma=DEC&data=19291205&link=s](http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=19022&tipo_norma=DEC&data=19291205&link=s) Acesso em: 08.ago.2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.398, de 11 de Novembro de 1930 - Institui o Governo Provisório da República dos Estados Unidos do Brasil. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 08 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.610, de 20 de Janeiro de 1931 - Dispõe sobre promoções de oficiais dos quadros das armas e serviços, em 1931, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19610-20-janeiro-1931-522640-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 08 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.713, de 19 de Fevereiro de 1931- Institui a Comissão Técnica Militar. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19713-19-fevereiro-1931-504432-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 08 mar. 2017. (1931a)

\_\_\_\_\_. Decreto nº 22.276, de 29 de dezembro de 1932 - Altera o regulamento da Escola de Estado Maior. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22276-29-dezembro-1932-508936-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 08.ago.2016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 22.703, de 11 de Maio de 1933. Altera o regulamento da Escola de Estado Maior. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22703-11-maio-1933-507645-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 08.ago.016.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 23.126, de 21 de Agosto de 1933 – Lei do ensino militar. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23126-21-agosto-1933-515957-publicacaooriginal-80236-pe.html> Acesso: 08.jan.016. (1933a)

\_\_\_\_\_. Decreto nº 23.873, de 15 de Fevereiro de 1934 - Dá organização ao Conselho da Defesa Nacional. **Câmara dos Deputados**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23873-15-fevereiro-1934->

501550-publicacaooriginal-1-pe.html Acesso em: 08. Jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 24.539 – de 3 de julho de 1934 - Aprova o Regulamento da Escola de Estado-Maior. **Câmara dos Deputados.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24539-3-julho-1934-522428-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 5 jan. 2017. (1934a)

\_\_\_\_\_. Constituição (1934b). Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, promulgada em 16 de julho de 1934. **Presidência da República:** Casa Civil (Subchefia para Assuntos Jurídicos). Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm) Acesso: 22. out. 2016

\_\_\_\_\_, Decreto nº 24.068, de 29 de Março de 1934 - Aprova a Lei de Promoções. **Câmara dos Deputados.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24068-29-marco-1934-509420-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 5 jan. 2017. (1934c).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 95, de 21 de Março de 1935-Altera o regulamento da Escola de Estado-Maior. **Câmara dos Deputados.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-95-21-marco-1935-522264-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 5 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 1.833, de 24 de Julho de 1937 - Altera o Regulamento do Estado Maior do Exército, criando a Inspetoria Geral do Ensino do Exército. **Câmara dos Deputados.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1833-24-julho-1937-449893-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 5 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.127, de 10 de Novembro de 1937-Altera o art. 23 do Regulamento da Escola de Estado Maior. **Câmara dos Deputados.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-2127-10-novembro-1937-345520-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 5 jan. 2017. (1937a)

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.012, de 24 de agosto de 1938 - Aprova o Regulamento da Escola de Estado-Maior. **Câmara dos Deputados.** Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-3012-24-agosto-1938-345153-publicacaooriginal-1-pe.html> Acesso: 5 jan. 2017. (1938)

\_\_\_\_\_, Decreto n. 6.656 – de 30 de dezembro de 1940- Aprova o Regulamento da Escola de Estado-Maior. (1940). **Senado Federal: Secretaria de Informação Legislativa.** Brasília, DF. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=44057> Acesso em: 18 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. **Glossário das Forças Armadas.** Ministério da Defesa. 4ªed. 2007. Disponível em: [http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35\\_g\\_01\\_glossario\\_fa\\_4aed2007.pdf](http://www.defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/publicacoes/md35_g_01_glossario_fa_4aed2007.pdf) Acesso em: 08. jul. 2016.

BUFFA, Ester; NOSELLA, Paolo. **As pesquisas sobre instituições escolares:** o método dialético marxista de investigação. *EccoS – Revista Científica*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 351-368, jul./dez. 2005.

\_\_\_\_\_. **Instituições escolares: por que e como pesquisar.** Campinas: Alínea, 2009.

CABRAL, Ricardo Pereira Estratégia (antecedentes teóricos) [verbetes]. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (org). **Enciclopédia de guerras e revoluções:** vol. I: 1901-1919: a época dos imperialismos e da (Grande Guerra (1914-1919)). 1º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015.

CALÓGERAS, João Pandiá. **Relatório do Ministro da Guerra de 1919.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1920.

\_\_\_\_\_, **Relatório do Ministro da Guerra de 1920.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1921.

CÂMARA, Hiram de Freitas; PERES Carlos Roberto (org). **Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - a escola do método: um século pensando o Exército.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

\_\_\_\_\_, **Marechal José Pessoa: a força de um ideal.** 2ºed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2011.

CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walter. **Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias.** Rio de Janeiro: Editora Biblioteca do Exército, 2001.

CAPELLA, Leila Maria Corrêa. **As malhas de aço no tecido social: a revista “A Defesa Nacional” e o Serviço Militar Obrigatório.** 1985. 280 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

CARONE, Edgar. **A República Velha: Instituições e classes sociais.** 2º ed. São Paulo: Editora Difel, 1972.

\_\_\_\_\_, **O tenentismo.** São Paulo: Editora Difel, 1975.

CARVALHO, Estevão Leitão de. A fundação de “A Defesa Nacional”: reminiscências. **Revista A Defesa Nacional.** Rio de Janeiro, ano 34, n. 413, 1948, pp. 14-17.

\_\_\_\_\_, **Memórias de um soldado legalista.** Rio de Janeiro: Imprensa do Exército, 1961. Tomo I.

CARVALHO, José Murilo de Carvalho. “Forças Armadas na primeira república: o poder desestabilizador”. pp.13-62. In:\_\_\_\_\_. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005.

\_\_\_\_\_, “Forças Amadas e Política (1930-1945)”. pp. 63-101. In:\_\_\_\_\_. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005a.

\_\_\_\_\_, “Vargas e os Militares: aprendiz de feiticeiro”. pp. 102-126. In:\_\_\_\_\_. **Forças Armadas e política no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar, 2005b.

\_\_\_\_\_, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. **Revista Brasileira de História.** São Paulo v. 5 nº8/9. 1985. pp. 117-138.

\_\_\_\_\_, **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_, A ortodoxia positivista no Brasil: um bolchevismo de classe média. In: \_\_\_\_\_. **Pontos e bordados: Escritos de história e política.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998. pp. 189-201.

CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório do Ministro da Guerra de 1923.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1924.

\_\_\_\_\_, Fernando Setembrino de. **Relatório do Ministro da Guerra de 1924.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1925.

\_\_\_\_\_, Fernando Setembrino de. **Relatório do Ministro da Guerra de 1925.** Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1926.

CARVALHO, Ferdinando de. **Lembrai-vos de 35!** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.

CASTRO E SILVA, Egydio Moreira. **As indústrias militares em nosso país.** Rio de Janeiro: Rodrigues, 1940.

CASTRO, Celso. “Inventando tradições no Exército brasileiro: José Pessoa e a reforma da Escola Militar”. **Revista de Estudos Históricos**, vol. 7, nº. 14, jul-dez / 1994, p. 231-240.

CIDADE, Francisco de Paula. Da chegada da Missão Militar Francesa aos nossos dias. In: \_\_\_\_\_. **Síntese de três séculos de literatura militar brasileira.** Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998.

**CINQUENTENÁRIO, DA ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO:** Turmas diplomadas entre 1905 e 1955. Biblioteca da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (Arquivo pessoal Marechal Castello Branco), Rio de Janeiro, 1955.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War.** [1832]. translated by Michael Howard and Peter Paret. New York: Oxford University Press (Oxford world's classics), 2007.

CLERC, Henry. **L'obéissance militaire: étude juridique.** Paris: Charles-Lavauzelle, 1935. *Apud* BELLINTANI, Adriana Iop. **O Exército Brasileiro e a Missão Militar Francesa: instrução, doutrina, organização, modernidade e profissionalismo (1920-1940).** 698f. Tese de Doutorado em História Social. Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

COSTA, Paulo Celso de. **A missão francesa e a reformulação no Exército Brasileiro** (monografia). Rio de Janeiro: Universidade Gama Filho, 2001.

COELHO, Edmundo. **Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira.** 2ªed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

COUTINHO, Lourival. **O General Góes depõe.** Rio de Janeiro: Livraria Editora Coelho

Branco, 1956.

CPDOC/FGV, ANL. Aliança Nacional Libertadora. In: **Dossiê: A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 - Anos de Incerteza (1930 - 1937)**. s/d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/ANL> Acesso: 18. Dez. 2016

CPDOC/FGV, AIB. Ação Integralista Brasileira. In: **Dossiê: A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 - Anos de Incerteza (1930 - 1937)**. s/d. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/RadicalizacaoPolitica/AIB> Acesso: 18. Dez. 2016

CUNHA, Beatriz Rietmann da Costa e. “O Colégio Militar do Rio de Janeiro: o modelo para a expansão do ensino secundário militar (1889-1919)”. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300572385\\_ARQUIVO\\_Trabalho.pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300572385_ARQUIVO_Trabalho.pdf) Acesso em 18 abril. 2016.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. [1901]. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional/MinC. (s/d). Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bn000153.pdf> Acesso 21. mai. 2016.

DEFESA NACIONAL, A (**Revista**). Rio de Janeiro, ano 2, n.13. Out. 1914.

DEFESA NACIONAL, A (**Revista**). Rio de Janeiro, ano 5, n.60. Set. 1918.

DEFESA NACIONAL, A (**Revista**). Rio de Janeiro, ano 13, n.146. Jan./Fev. 1926.

DEFESA NACIONAL, A (**Revista**). Rio de Janeiro, ano 17, n.199. Jul. 1930.

DE GAULLE, Charles. **Por um exército profissional**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.

DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro: 1985. nº. 718.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. (1637) Trad. Maria Ermantina Galvão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB), Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. (CPDOD/FGV), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo> Acesso: 10. ago. 2016.

DOMINGOS NETO, Manuel. Gamelin, o modernizador do Exército. **Revista Tensões Mundiais**. Fortaleza, v. 3, n. 4, jan/jun. 2007. pp. 219-256.

\_\_\_\_\_.Influência estrangeira e luta interna no Exército (1889-1930) In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.) **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980. pp. 43-70.

DORIA, Pedro. **Tenentes: a guerra civil brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2016.

EDITORIAL. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano I, n. 1, Out. 1913.

EDITORIAL. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano I, n. 3, Dez. 1913.

EDITORIAL. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, ano IX, n. 106, Jun. 1922.

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura; GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado (Org.), **A REVOLUÇÃO DE 30: textos e documentos**. Tomo I . Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

\_\_\_\_\_. **A REVOLUÇÃO DE 30: textos e documentos**. Tomo II. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982a.

ESTEVEZ, Diniz. **Documentos Históricos do Estado-Maior do Exército**. Brasília: EME, 1996.

FAGUNDES, Luciana Pessanha. A República recebe a realeza: os preparativos para a visita dos reis da Bélgica ao Brasil (1920). Anais do **XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ** – “Usos do Passado”. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.rj.anpuh.org/resources/rj/Anais/2006/conferencias/Luciana%20Pessanha%20Fagundes.pdf> Acesso: 20.mai.2016.

FARIA, José Caetano de. **Relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército de 1911**. [datilografado]. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 1912.

\_\_\_\_\_, **Relatório do Ministro da Guerra de 1914**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1915.

\_\_\_\_\_, **Relatório do Ministro da Guerra de 1915**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1916.

\_\_\_\_\_, **Relatório do Ministro da Guerra de 1916**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1917.

\_\_\_\_\_, **Relatório do Ministro da Guerra de 1917**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1918.

FARIAS, Osvaldo Cordeiro de. (1936) Conceito de apreciação geral de aluno. **Arquivo Cordeir de Farias (CFa tv 1935.04.00)**. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_, (1936) Discurso de formatura da turma de 1935 da Escola de Estado-Maior do Exército. **Arquivo Cordeir de Farias (CFa tv 1935.04.00)**. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1936a.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 13ª edição. São Paulo: EDUSP, 2010.

\_\_\_\_\_, **A Revolução de 30: História e Historiografia**. 16ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

FERREIRA, Marieta Moraes; PINTO, Surama. Sá. **A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/producao\\_intelectual/arq/1593.pdf](http://cpdoc.fgv.br/producao_intelectual/arq/1593.pdf) Acesso: 21 nov. 2016.

FERREIRA, Oliveiros S. **Vida e morte do partido fardado**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

FERREIRA JR, Amarílio. **História da Educação Brasileira: da Colônia ao século XX**. São Carlos: EDUFSCAR, 2010.

FONSECA, General Hermes da. **Relatório do Ministro da Guerra de 1907**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1908.

FONSECA, General Hermes da. **Relatório do Ministro da Guerra de 1908**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1909.

FONTOURA, João Neves da. **Memórias: A Aliança Liberal e a Revolução de 1930**. Volume II. Porto Alegre: Editora Globo, 1962.

FONTOURA, Camila Bravo. **O curso de Comando e Estado-Maior do Exército: conteúdos e mudanças após a criação do Ministério da Defesa do Brasil**. 2015. 266 Tese (doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. **Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)**. Editora Pólis. São Paulo, 1978.

FRAGOSO, Augusto. **A doutrina militar brasileira: bases para sua formulação**. Rio de Janeiro: ESG, 1959.

FRANCO, Virgílio A. de Melo. **Outubro, 1930**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

FUCCILLE, Luís Alexandre. **Democracia e questão militar: a criação do Ministério da Defesa no Brasil**. 2006. 291fls. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2006.

GAMELIN, Maurice. Discurso de inauguração na Escola de Estado-Maior. In: CALÓGERAS, João Pandiá. **Relatório do Ministro da Guerra de 1919**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1920. pp.77-80. [ANEXO]

GAVET, André. **A arte de comandar**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1958.

GAZETA DE NOTÍCIAS, **Jornal**. Rio de Janeiro, nº 44, 13 fev. 1920.

\_\_\_\_\_, **Jornal**. Rio de Janeiro, nº 89, 30 mar. 1920.

\_\_\_\_\_, **Jornal**. Rio de Janeiro, nº 97, 8 abr. 1920.

\_\_\_\_\_, **Jornal**. Rio de Janeiro, nº 102, 19 abr. 1920.

\_\_\_\_\_, **Jornal**. Rio de Janeiro, nº 156, 7 jun. 1920.

- \_\_\_\_\_, **Jornal**. Rio de Janeiro, nº 47, 12 fev. 1921.
- GRUNENVALDT, José Tarcísio. **A educação militar nos marcos da primeira república: estudos dos regulamentos do ensino militar (1890-1929)**. 285f. Tese (Doutorado em História da Educação) PUC. São Paulo. 2005.
- GUERRA, Ministério da. **Boletim do Exército nº 108, de 20 de abril de 1932**. Rio de Janeiro: Departamento do Pessoal de Guerra, 1932. (Arquivo Histórico do Exército)
- HAYES, Robert Ames. **Nação armada: a mística militar brasileira**. Rio de Janeiro: Bibliex, 1991.
- HOBBSAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2ª edição. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNTINGTON, Samuel P. **The soldier and the state: the theory and politics of civil-military relations**. Cambridge: The Belknap Press, 2002.
- IMPARCIAL, O (**Jornal**) Rio de Janeiro, nº 1397, 13 de fevereiro de 1920.
- \_\_\_\_\_, (**Jornal**) Rio de Janeiro, nº 1468, 8 de abril de 1920.
- JANOWITZ, Morris. **O soldado profissional: um estudo social e político**. Tradução de Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.
- KEEGAN, John. **A máscara do comando**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Uma História da Guerra**. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Companhia das letras [ed. de bolso], 2006.
- KLINGER, Bertoldo. **Narrativas autobiográficas**. 7v. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1944-56.
- KORNIS, Mônica. CASTELO BRANCO, HUMBERTO [verbete]. **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB)**, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. (CPDOD/FGV), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdod/acervo/arquivo> Acesso: 14. fev. 2017.
- LACOSTE, Yves. (1976) **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. tradução de Maria Cecília França. Campinas: Editora Papirus, 1988.
- LAMARÃO Sérgio; MONTALVÃO, Sérgio. CLUBE MILITAR [verbete]. **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB)**, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. (CPDOD/FGV), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdod/acervo/arquivo> Acesso: 14. out. 2016.
- LEBAUD, Pierre Charles Émile. (1921) **Comandar**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013.



LEIRNER, Piero de Camargo. **Meia-volta volver**: um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1997.

LEVINE, Robert. **O sertão prometido**: o massacre de Canudos. São Paulo: EDUSP, 1995.

LEVY, Artur. (1937) Trabalho de conclusão de estágio de tática de armas, do curso de estado-maior. **Arquivo Artur Levy (AL fa 1937.02.30 Série: fa - Formação e aperfeiçoamento)**. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1937.

LIOTTI, Thiago Thomas Cristovão. **A importância dos militares na implantação e desenvolvimento da equitação no Brasil na década de 1920**. 29fls. Monografia de conclusão de curso de Instrutor de Equitação. Escola de Equitação do Exército. Rio de Janeiro: EsEqEx, 2015.

LIMA FILHO, Sebastião André Alves de. **O que a Escola Superior de Guerra (ESG) ensinava?** 2011. 288fls. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. **Depoimento [1978]**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2002.

LOPES, Theodorico & TORRES, Gentil. **Ministros da Guerra do Brasil (1808-1946)**. Rio de Janeiro: Ministério da Guerra, 1947.

LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. Os “jovens turcos” na disputa pela implementação da missão militar estrangeira no Brasil. **Anais da III Jornada de Estudos Históricos/Revista Ars Historica**, Revista Discente do Programa de Pós-Graduação em História Social/UFRJ, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://revistadiscentepghis.files.wordpress.com/2009/05/cristina-luna-pela-vinda-da-missao-militar-alema-ao-brasil.pdf> Acesso: 11. Ago. 2016.

MCCANN, Frank D. **Soldados da Pátria: História do Exército Brasileiro (1889-1937)**. trad. Laura Teixeira Motta. Companhia das Letras: São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_, **A Nação Armada**: ensaios sobre a história do Exército Brasileiro. Tradução: Sílvio Rolim. Recife: Guararapes, 1982.

\_\_\_\_\_, A influência estrangeira e o Exército Brasileiro (1905-1945). In: **Revolução de 1930 – Seminário Internacional**. Brasília: UnB, 1983.

\_\_\_\_\_, **Aliança Brasil-Estados Unidos (1937-1945)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MALAN, Alfredo Souto. **Uma escolha, um destino**: Vida do gen. Malan d'Angrogne. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1977.

\_\_\_\_\_, **Missão militar francesa de instrução junto ao exército brasileiro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

MANIFESTO INTEGRALISTA, 7 de outubro de 1932. Disponível em: <http://www.integralismo.org.br/?cont=75> Acesso: 21 fev. 2017.

MARCUSSO, Marcus Fernandes. Memórias conflitantes: a recepção das propostas aliancistas no interior da liderança tenentista. **Anais do I Seminário Nacional de História da Historiografia: historiografia brasileira e modernidade**, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2007. Disponível em [http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2007/t/Microsoft%20Word%20-%20marcus\\_marcusso.pdf](http://www.seminariodehistoria.ufop.br/seminariodehistoria2007/t/Microsoft%20Word%20-%20marcus_marcusso.pdf) Acesso: 06. Nov. 2016.

\_\_\_\_\_, **A Escola Militar do Realengo e a Formação do Oficial do Exército Brasileiro (1904-1929)**. 227 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, 2012.

\_\_\_\_\_, Entre a norma e a realidade: Os primeiros anos da Escola Militar do Realengo (1913-1918). In: RODRIGUES, Fernando da Silva (Org.) **História Militar: Novos caminhos e novas abordagens**. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. pp. 205-226.

\_\_\_\_\_, **Profissionais ou rebeldes? A formação do oficial do Exército Brasileiro na Primeira República (1889-1929)**. Curitiba: Editora Prismas, 2015a.

MARTINS, Estevão Chaves de Rezende. Guerra é guerra. **Humanidades**, Brasília, n. 03, v. 10, 1994.

MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas e política (1945-1964): a ante-sala do golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 3, p. 97-126.

MARX, Karl. (1859) Introdução à Crítica da economia política. In: Marx, Karl. **Os pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

\_\_\_\_\_. Posfácio à segunda edição alemã (1872) do primeiro volume de ‘O Capital’. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich, **Obras escolhidas em três tomos**. T. II. Trad. Álvaro Pina. Lisboa: Editora Avante!; Moscovo: Progresso, 1983. pp. 94-103.

MAYER, Jorge Miguel. Estevão Leitão de Carvalho [verbete]. **DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO (DHBB)**, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. (CPDOD/FGV), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdod/acervo/arquivo> Acesso: 14. ago. 2016.

MENDONÇA, Bellarmino. Relatório da 1º e 2º subseção do Estado-Maior do Exército. In: FARIAS, José Caetano de. **Relatório dos trabalhos do Estado-Maior do Exército de 1910**. [datilografado]. Rio de Janeiro: Arquivo Histórico do Exército (AHEx), 1911.

MILAN, Yara Maria Martins Nicolau de, **A educação do “soldado-cidadão” (1870-1889): a outra face da modernização**. Tese de Doutorado. Unicamp, 1993.

MIRANDA, Jaguarê Saraiva. A ECEME no Contexto Histórico de 1905 a 1920: Idéias, Valores, Relacionamento com a Sociedade, Eventos Políticos, Sociais, Econômicos e Militares. **Revista PADECEME**. Rio de Janeiro, n. 10, p. 82-88, 1. quadrim. 2005. Disponível em: <https://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/435/382> Acesso: 02. Jul. 2016.

MILITARES, União Católica dos. **Estatutos**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1947.

MONTEIRO, Duglas Teixeira. Um confronto entre Juazeiro, Canudos e Contestado. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira**. 4. ed. t. 3, v. 2, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990. cap. 2, p. 39-42.

MONTEIRO, Pedro Aurélio de Góes. **Relatório do Ministro da Guerra de 1934**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1935.

\_\_\_\_\_, **A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército**: um esboço histórico. Rio de Janeiro, Andersen, s/d.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil**. v.1. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

\_\_\_\_\_, **A esquerda militar no Brasil**: da Coluna a Comuna. v.2. São Paulo: Editora Siciliano, 1994.

MORAIS, Ronaldo Queiroz de. Os militares de esquerda como monstros políticos: a partir da ressignificação da memória de 35. **Sociais e Humanas**, UFSM: Santa Maria, v. 20, n. 01, jan/jun 2007, 127-139. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/913/641> Acesso: 22 mar 2017.

\_\_\_\_\_, **Do Exército Moderno à República Militar**: Caserna, Política e Tensão (1913-1977). 2009. 667f. Tese (Doutorado em História Social) – USP. São Paulo, 2009.

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar (1810-1944)**. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1998.

MURICY, Antônio Carlos da Silva. **Antônio Carlos Murici I (depoimento, 1981)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 1993.

NACIONAL, Arquivo. **Fundo Góes Monteiro**. Relatório confidencial sem autoria propondo a adoção de novas instruções para seleção e matrícula de oficiais militares na Escola de Estado-Maior (27/3/1934) (SA 726), Rio de Janeiro, 1934.

NASCIMENTO, Edna Maria Magalhães do. Pragmatismo: uma filosofia da ação. **Revista Redescrições**. Ano 3, Número 1, 2011. (Nova Série). pp.42-57. Disponível em: [http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano3\\_01/3\\_nascimento.pdf](http://www.gtpragmatismo.com.br/redescricoes/redescricoes/ano3_01/3_nascimento.pdf) Acesso: 13. mai. 2016.

NASCIMENTO, Fernanda de Santos. **A revista A Defesa Nacional e o projeto de modernização do Exército brasileiro (1931-1937)**. 2010. 240f. Dissertação (Mestrado em História) – PUC-RS. Porto Alegre, 2010.

NOITE, A (**Jornal**). Rio de Janeiro, n. 3270, 15 jan. 1921.

\_\_\_\_\_, (**Jornal**). Rio de Janeiro, n.3425, 22 jun. 1921.

\_\_\_\_\_, (**Jornal**). Rio de Janeiro, n.3088, 15 jul. 1921.

\_\_\_\_\_, A (**Jornal**). Rio de Janeiro, n. 4678, 1 dez. 1924.

\_\_\_\_\_, A (**Jornal**). Rio de Janeiro, n. 4683, 6 dez. 1924.

NOITE ILUSTRADA, A (**Jornal**). Rio de Janeiro, n. 316, 2 out. 1935.

\_\_\_\_\_, Rio de Janeiro, ed. 0556, 26 dez. 1939.

OLIVEIRA NETO, Amaro Soares de. Concurso de Admissão à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército: os olhos da tradição voltados para o futuro. **Revista CMM/PADECME**, nº 22. 2º quadrimestre de 2010. pp.1-11 Disponível em: <http://www.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/34/59> Acesso: 26.ago.2015.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A Liga da Defesa Nacional: um projeto de modernização para o Brasil**. 2012. 206f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual Paulista. Marília, 2012.

OLIVEIRA, Fernando Bonadia de. Educação em Descartes: que educação racionalista é essa? **APRENDER - Cadernos de Filosofia e Psicologia da Educação**. UESB - Vitória da Conquista. Ano IV, nº6, p. 55-78. 2006. Disponível em: <http://www.uesb.br/editora/publicacoes/aprender/edicoes/Aprender%20n.%206.pdf> Acesso: 01. Out. 2016

ONUCHIC, Lourdes de la Rosa; ALLEVATO, Norma Suely Gomes. Pesquisas em Resolução de Problemas: caminhos, avanços e novas perspectivas. **Revista Bolema**. Rio Claro (SP), v. 25, nº 41, p. 73-98, dez. 2011. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2912/291223514005.pdf> Acesso em: 18. jan. 2017.

PADECME, **Revista científica da ECEME**. Biografia Miguel Maria Gidard. Edição Especial, Rio de Janeiro, 2º quadrimestre/2005. Disponível em: <http://portal.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/449/396> Acesso: 12. Out. 2016.

PÁTRIA, A (**Jornal**). Rio de Janeiro, n.248, 30 abr. 1921.

PAULILO, André Luiz. **Os Artífices da Metrópole: anotações sobre a transformação da vida urbana carioca depois da Belle Époque**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p.

513-534, ago. 2004.

PECHMAN, Robert. PASSOS, Sezefredo dos [verbete]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. (CPDOD/FGV), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdod/acervo/arquivo> Acesso: 10. ago. 2016.

\_\_\_\_\_. PESSOA, José [verbete]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. (CPDOD/FGV), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdod/acervo/arquivo> Acesso: 10. jan. 2017. (2010a)

PEIXOTO, Antônio Carlos. Exército e política no Brasil: uma crítica dos modelos de interpretação. In: ROUQUIÉ, Alain. (coord.) **Os partidos militares no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1980. pp. 27-42.

PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. Ideologia e ética militar no Brasil. **Coleção Meira Mattos (Revista das ciências militares)**. Vol. 3, nº. 27. Rio de Janeiro, Instituto Meira Mattos, 2012. pp. 1-12. Disponível em: <http://portal.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/view/236/213> Acesso: 22 jan. 2017

PELEGRINO FILHO, Ary. A Influência da Missão Militar Francesa na ECEME. **Revista PADECEME**. Rio de Janeiro, Edição especial, 2 quadrimestre, 2005. pp. 10-20. Disponível em: <http://portal.eceme.ensino.eb.br/meiramattos/index.php/RMM/article/viewFile/437/384> Acesso: 02. Jan. 2017.

PEREIRA, Sérgio Nunes. I Congresso Brasileiro de Geografia (1909): um “festival científico” no início do século XX. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antônio Augusto Passos. (Orgs). **Ciência, civilização e república nos trópicos**. Rio de Janeiro: MauadX/Faperj, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 21ª edição, Editora Brasiliense, 1978.

PRESTES, Anita Leocádia. **A Coluna Prestes**. Editora Brasiliense. São Paulo, 1990.

RAMOS Plínio de Abreu, MONTEIRO, Góis [verbete]. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB)**, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. (CPDOD/FGV), Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdod/acervo/arquivo> Acesso: 10. jan. 2016.

REIS, Gustavo Moraes Rego. **Gustavo Moraes Rego Reis (depoimento, 1992)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005.

RIBEIRO, Marechal Bento. Discurso de inauguração na Escola de Estado-Maior. In: CALÓGERAS, João Pandiá. **Relatório do Ministro da Guerra de 1919**. Rio de Janeiro:

Imprensa Oficial, 1920. pp.75-76.

RIBEIRO FILHO, João Gomes. **Relatório do Ministro da Guerra de 1935**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1936.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A era das demolições: cidade do Rio de Janeiro (1870-1920)**; CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das habitações populares: Rio de Janeiro (1896-1906)**. Rio de Janeiro: Secretário Municipal de Cultura. 1995 (Coleção Biblioteca Carioca, v.1)

RODRIGUES, Fernando da Silva. **Uma carreira: as formas de acesso à escola de formação de oficiais do Exército brasileiro no período de 1905 a 1946**. 2008. 268 f. Tese (Doutorado em História Política). Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_, As relações militares brasileiras durante a segunda guerra mundial. Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de História Militar**. Ano II – nº. 6, Dezembro de 2011. Disponível em: <http://www.esg.br/images/Laboratorio/publicacoes/relacoesmilitares.pdf> Acesso: 13 dez. 2016

\_\_\_\_\_, Da chegada da missão militar americana no Brasil em 1936 à dominação total da influência doutrinária do exército do Tio Sam no exército do Zé Carioca. Nova Iguaçu. **Cadernos da FaEL - UNIG**, volume 1, nº. 1, Jan./Abr. de 2008a. Disponível em: [http://perseu.unig2001.com.br/cadernosdafael/vol1\\_num1/ARTIGO%20FERNANDO%20-%20CORRIGIDO.pdf](http://perseu.unig2001.com.br/cadernosdafael/vol1_num1/ARTIGO%20FERNANDO%20-%20CORRIGIDO.pdf) Acesso: 13 dez. 2016

RODRIGUES, Rogério Rosa. **Veredas de um grande sertão: a Guerra do Contestado e a modernização do Exército Brasileiro**. 2008. 430f. Tese (Doutorado em História Social). UFRJ, Rio de Janeiro, 2008.

RODRIGUES, César Augusto Parga. Artilharia. **A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro, ano I, n. 4, Jan. 1914.

ROESLER, Rafael. **A Missão Indígena e sua atuação na Escola Militar Do Realengo (1919-1922)**. Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis. 2015. Disponível em: [http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439848249\\_ARQUIVO\\_ArtigoANPUH Nacional2015\\_RafaelRoesler\\_final.pdf](http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439848249_ARQUIVO_ArtigoANPUH Nacional2015_RafaelRoesler_final.pdf) Acesso 25/10/2015.

\_\_\_\_\_, **O impulso renovador: a atuação da Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1922)**. 2015. 172f. Dissertação (Mestrado em História, Política e Bens Culturais). Fundação Getúlio Vargas (FG/CPDOC). Rio de Janeiro, 2015a.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

SANTOS, Francisco Ruas. (org.) **Marechal Castelo Branco: seu pensamento militar**. 2ªed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2004a.

SANTOS, Miriam Oliveira. **Berço de Heróis: o papel das escolas militares na formação dos**

“salvadores da pátria”. São Paulo: AnnaBlume, 2004b.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 2ªed. Campinas: Autores Associados, 2008.

SEIDL Ernesto. Elites militares, trajetórias e redefinições político-institucionais (1850-1930). **Revista de sociologia e política**. v. 16, nº 30, pp. 199-220 jun. 2008.

SEVCENKO, Nicolau. **A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

SEPULVEDA, José Antonio Miranda. **O papel da Escola Superior de Guerra na projeção do campo militar sobre o campo educacional**. 2010. 238f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Giselda Brito. O integralismo em Pernambuco: uma história entre tantas da Ação Integralista Brasileira. In: \_\_\_\_\_, (org.) **Estudos do integralismo no Brasil**. 2ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

SILVA, Hélio. **O Poder Militar**. Porto Alegre: L&PM Editores, 1984.

\_\_\_\_\_, **1922: Sangue na areia de Copacabana**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1964.

SILVA, Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e. **Relatório do Ministro da Guerra de 1911**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1912.

\_\_\_\_\_. , Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e. **Relatório do Ministro da Guerra de 1913**. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1914.

SOMBRA, Severino. Entrevista. **Arquivo do CPDOC/FGV**. [ÁUDIO] Rio de Janeiro, 1982.

SHOOK, John R. **Os pioneiros do pragmatismo americano**. Trad. Fábio M. Said. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SODRÉ, Nelson. Werneck. **A História Militar do Brasil**. (1965) 2º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

\_\_\_\_\_, **Do tenentismo ao Estado Novo: Memórias de um soldado**. 2ª ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. **Guardiões da Nação: Formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964**. 2006. 336f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

SKIDMORE, Thomas E. (1967) **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. Trad. Berilo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

TÁVORA, Juarez. **Uma vida e muitas lutas - memórias**: da planície a borda do altiplano. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1973. (volume I)

\_\_\_\_\_. **Uma Vida e muitas Lutas- memórias**: a caminhada no altiplano. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1974. (volume II)

TRAVASSOS, Tenente Mário. A Missão. **Revista A Defesa Nacional**. Rio de Janeiro. Ano VI, nº64, janeiro de 1919.

TEIXEIRA, A. A pedagogia de Dewey. In: WESTBROOK Robert B.; TEIXEIRA, Anísio. **JOHN DEWEY**. Tradução e organização: José Eustáquio Romão, Verone Lane Rodrigues. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

VESENTINI, José William. “Apresentação.” In: LACOSTE, Yves. (1976) **A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. tradução de Maria Cecília França. Campinas: Editora Papyrus, 1988.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. (Org.) **A insurreição da ANL em 1935**: o relatório Bellens Porto. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

WESTBROOK, Robert B. Ensino. In: WESTBROOK Robert B.; TEIXEIRA, Anísio. **JOHN DEWEY**. Tradução e organização: José Eustáquio Romão, Verone Lane Rodrigues. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. p.11-32. (Coleção Educadores.)

WRIGHT MILLS, Charles. **A elite do poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.



## **APÊNDICE A – DISCURSO DE FORMATURA DA TURMA DE 1935 DA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO**

O documento que apresentamos transcrito na íntegra foi encontrado no arquivo pessoal de Osvaldo Cordeiro de Farias, na série “trajetória de vida”, composta por documentos produzidos entre abril de 1935 e outubro de 1936, em sua maioria relativos à sua vida escolar na EEM. Essa séria apresenta 75 documentos, perfazendo um total de 261 folhas.

Osvaldo Cordeiro de Farias se formou em dezembro de 1936, compondo a “Turma de 1936”, e era um dos dois tenentes-coronéis da turma, a maior patente entre os oficiais-alunos. Além dele, em sua turma se formaram importantes nomes para o futuro do exército e da política nacional. Dois Ministros da Guerra: Ciro do Espírito Santo Cardoso (1952 a 1954), a época major, foi substituído pelo colega de turma da EEM, Euclides Zenóbio da Costa, o outro tenente-coronel da turma, que foi Ministro do dia 23 de fevereiro de 1954 até 25 de agosto do mesmo ano, sendo exonerado e substituído por Henrique Teixeira Lott logo após o suicídio de Getúlio Vargas, na madrugada do dia anterior<sup>1</sup>.

Novamente temos em mãos um documento interessante, especialmente por sua capacidade de gerar subsídios para maior compreensão acerca do ensino, das concepções doutrinárias e até do pensamento militar que era apreendido na EEM. Por ser um evento fechado e com a presença de elevadas autoridades nacionais, Presidente da República, senadores, deputados, a fala do orador da turma podia ser mais clara, sincera e objetiva.

Abaixo reproduziremos o texto na íntegra, com a adição de notas de rodapé meramente explicativas:

### **Introdução**

Todos os anos, por essa mesma época, a EEM realiza sua festa máxima com a reentrega ao Exército da turma de oficiais ao exército da turma de oficiais, que durante um período de tempo relativamente grande, aqui esteve em trabalhos escolares, meditando e estudando os interessantes problemas da arte difícil e nobre que é a arte da guerra.

Nos países altamente civilizados da Europa, em que o problema da segurança é a preocupação constante e muitas vezes máxima dos governos, a EEM tem um papel marcante na vida nacional, pois elas representam a formação das elites militares, que conduzirão as nações em

---

<sup>1</sup> Datas retiradas dos verbetes de ambos no DHBB, 2010. A relação nominal dos formandos foi consultada em CINQUENTENÁRIO, 1955.

armas na eventualidade de uma guerra.

E a sua importância é tal, que, a Academia de Guerra de Berlim é altamente homenageada pelos governos aliados os quais, ao ditarem vitoriosos os Tratado de Versalhes, incluíram em um de seus artigos a supressão da EEM alemã. E esta, que havia sido fundada há mais de cem anos, como consequência do desastre de Iena<sup>2</sup>, - esteve de portas cerradas até 1935, quando o governo alemão recuperou por completo a sua soberania militar.

### **Significação da solenidade na EEM do Brasil**

Na modéstia natural do Brasil, vivendo longe do ambiente febricitante da Europa, sem noção clara e precisa dos problemas atinentes à Segurança Nacional, a solenidade que aqui hoje se realiza não tem e nem pode ter o sentido das comemorações idênticas realizadas nos países de além mar.

Mas nem por isso ela deixa de ter uma grande significação para as forças armadas do país, particularmente para a EEM e para os oficiais que daqui partem. Para a Escola – é o cumprimento de seu dever funcional; para os que terminam o curso é a realização de um desejo, é o reconhecimento oficial de uma aptidão para o exercício de altas funções militares.

### **Preocupação do oficial ao deixar a EEM**

#### **Situação material do Exército**

Mas a alegria dos novos “brevetados” não esconde a preocupação do oficial brasileiro ao deixar os bancos dessa Escola. É que durante o tempo aqui passado, estudando em minúcia, acompanhando no detalhe os problemas atinentes a arte da guerra, verificamos como é deficiente, como precisa ser grandemente aumentado e melhorado o aparelhamento bélico do Brasil.

Daí a razão da EEM nos exercícios que organizava, para que fosse possível e útil o estudo das questões militares, ter de supor elementos teóricos dos quais só temos notícia pelos livros estrangeiros, ao mesmo tempo que desta forma fazia um interessante trabalho de previsão.

E na idealização desses meios a Escola não fantasiava, nem nunca exagerou. Os meios materiais, que ela espiritualmente nos oferecia, são aqueles estritamente necessários ao cumprimento constitucional da missão das classes armadas. E esses meios e esse aparelhamento, que usávamos nos nossos trabalhos sobre a carta, não são novidades para

---

<sup>2</sup> As batalhas de Jena (ou Iena) e Auerstedt ocorreram em 14 de Outubro de 1806 pelo controle destas cidades que ficavam no interior da Prússia e que se opunham aos exércitos de Napoleão Bonaparte.

alguns países sul-americanos, que os possuem.

### **Evolução do aparelhamento militar do Brasil.**

Quem acompanhar com cuidado a evolução do aparelhamento militar do país há de concluir, melancolicamente, como nós, que ela tem sido indiscutivelmente negativa. E nos estudos dessa evolução é preciso não esquecer que, em tempos não muito distantes, o ardor, a vontade, o patriotismo supriam em grande parte a deficiência material por ventura existente. Hoje não. O homem não luta contra o material. Nessa ordem de ideias, examinai, por exemplo, a defesa do nosso litoral, a defesa das nossas fronteiras.

### **Impossibilidade do cumprimento pelas forças armadas de sua missão constitucional.**

Senhores que nos governam.

Pensai na preocupação das classes armadas do país, que tendo um dever constitucional a cumprir sentem-se materialmente incapazes de o fazer<sup>3</sup>. Imaginai a inquietação de um soldado a quem a nação confia à missão de zelar pela defesa de suas instituições, de garantir a integridade de seu território, de salvaguardar sua honra, e que sabe que é impossível, por falta de meios, assegurar seu exato cumprimento.

**Essa situação, verdadeiramente angustiosa, é a situação do oficial brasileiro.**

### **Problema no aparelhamento militar do Brasil**

Conselho de Segurança Nacional

Nos países de situação econômica-financeira [semelhante a] do Brasil, o problema material de sua organização militar, nós o sabemos, é de difícil solução. Mas por isso mesmo e por dizer ele respeito ao mais mezinho [simples] dos deveres de uma nacionalidade, que é a garantia de sua soberania, que precisa ser abordado de frente, ousadamente, com a vontade inquebrantável de querer resolvê-lo. A maneira de o fazer, porém, não comporta soluções de continuidade.

É por isso que as resoluções parciais que no Brasil periodicamente tem sido tentadas, apesar dos enormes sacrifícios financeiros impostos a nação, muito pouco tem concorrido para a melhoria do nosso aparelhamento bélico. É que o problema deve ter uma solução geral, e por

---

<sup>3</sup> Art 162 - As forças armadas são instituições nacionais permanentes, e, dentro da lei, essencialmente obedientes aos seus superiores hierárquicos. Destinam-se a defender a Pátria e garantir os Poderes constitucionais, e, ordem e a lei. (BRASIL, 1934b).

isso mesmo ser orientado e mesmo resolvido por um órgão que, pairando acima de partidos e da orientação dos governos, seja representante da Política da Defesa Nacional – norteando-lhe a direção, abrangendo em seu funcionamento todas as atividades do país.

E esse órgão já felizmente criado, tem de ser o Conselho de Segurança Nacional que, autônomo, munido de amplos poderes e convicto de sua nobre finalidade, há de traçar as grandes diretrizes que cumpridas, hão de ser as vigas mestras, em que confiante possa repousar a tranquilidade do Brasil.

A esse conselho vai caber também como tarefa das mais importantes o problema de despertar o país da indiferença, da verdadeira letargia com que encara os problemas atinentes à Segurança Nacional. A esse assunto é tanto mais urgente quanto o país não se apercebeu ainda, que vivemos em um século em que a noção de guerra se transformou radicalmente. A guerra hoje não é mais o choque de forças armadas antagônicas alimentadas pelo interior de seus países. Hoje não, ela é total, isso é – quando for iniciada – a vida privada deixará de existir. Para a nação, no seu complexo de forças materiais, morais, cívicas e culturais, a guerra e sua execução constituíram a única razão de sua existência. E também preciso fazer sentir ao Brasil, que ele não vive isolado no mundo e que necessita acompanhar, por amor a sua própria liberdade, de sua vida como nação autônoma, o desenrolar da hora atual e angustiosa que o mundo atravessa.

### **Espírito pacifista brasileiro**

Pais despovoado, com enorme extensão territorial, grandemente inexplorado, somos um povo que não pode e não deve ter aspirações bélicas. Pacifistas por índole e por tradição só aspiraram à tranquilidade mais absoluta possível. E desse pacifismo estão imbuídas em particular às classes armadas do país, mesmo porque não tem elas razões que as conduzam em sentido oposto. Não temos no nosso passado militar o amargor de uma derrota. Temos um território, dádiva divina, com as maiores possibilidades econômicas; não temos questões de fronteiras a resolver; mantemos com os povos nossos vizinhos relações as mais cordiais.

### **Necessidade de sermos fortes**

Mas é pelo nosso próprio espírito pacifista, é pela natureza mesma das missões que estão afeitas às classes armadas do país, que o Brasil precisa de ser militarmente forte; porque a Marinha e o Exército, dentro do regionalismo doentio que corroe atualmente o Brasil, são as forças que do ponto de vista material e espiritual se mantêm iminentemente nacionais; porque hoje, como ontem, só as nações armadas podem aspirar uma tranquilidade relativa. Em 1935, falam as estatísticas, só a soma dos orçamentos militares das chamadas grandes potências

excedeu quase 1 bilhão de libras a despesa similar do ano anterior. Sé esse excesso é praticamente a soma das despesas em material de armamento feita no mundo inteiro em 1932, que por coincidência foi o início da Conferência do Desarmamento<sup>4</sup>.

Na crise em que se debatem os velhos países da Europa, com as questões de superpopulação, desemprego, falta de matéria prima, colocação de produtos, etc., uma das soluções apresentadas para resolvê-la e que temos conhecimento pela discussão que do assunto faz a imprensa estrangeira, nenhum brasileiro deve ignorar, é o da colonização de parte do Brasil.

Sr Presidente,

V. Exa. ouviu na palavra rude e franca do soldado as inquietações que lhe vão [ilegível]. Nós sabemos, pessoalmente, do esforço e do interesse de v. Ex. para solucionar os problemas referentes à Segurança Nacional. E digamos aqui, também com a necessária franqueza: muitos deles não foram por completo resolvidos pelo seu governo, por culpa exclusivamente nossa. Que essa maneira de os encarar e os resolver não sofra solução de continuidade, são os votos que ardentemente aqui formulamos.

### **Despedida da turma**

Meus chefes e meus camaradas

**É com prazer enorme que recebemos hoje o diploma de oficiais do E.M.**

Para nós será ele unicamente o meio, de com maior autoridade, poder trabalhar por um exército melhor. Não nos iludimos com seu valor intrínseco, que nada significará se, de hoje em diante, voltando a realidade brasileira, não formos dignos da batalha tremendamente seria, a se travada na função objetiva de auxiliares diretos dos chefes militares, que hão de alicerçar a segurança que o Brasil exige.

Nós procuramos estar à altura dessa missão.

Não desconhecemos, porém as dificuldades que teremos de enfrentar. Mas procurar vencê-las é servir e, no passado, nessa mesma sala, no seu formoso discurso de despedida a turma de 1935. General Noel, a quem nesse momento referenciamos e em quem sintetizamos todos os nossos agradecimentos e homenagens, que devemos aos que nos guiaram nessa casa, mestres brasileiros e franceses. O Gal Noel dizia que o oficial tem que como dever primeiro servir, isso é, dar-se de corpo e alma a ideia da Pátria.

Com essas disposições a “vitória será certa”, porque temos uma fé imensa no futuro do Brasil.

---

<sup>4</sup> A Conferência para o Desarmamento em Genebra foi uma conferência da Liga das Nações em 1932 para a redução e limitação do armamento de todas as nações que nela participavam. Todas as grandes potências, Alemanha, Grã-Bretanha, França, e também os Estados Unidos e a URSS participaram, embora não fossem membros da Liga das Nações.

**Evocação**

Mas, amanhã, qualquer que seja a nossa situação, se a coragem nos abandonar em meio do caminho, nós invocaremos o Duque de Caxias, general dos generais sul-americanos, sobre cuja proteção se coloca a turma de 1935, e tu, que nunca foste vencido, nem pelas armas nem no amor a tua pátria, há de nos apontar o rumo que conduzirá o Brasil aos destinos mais gloriosos.

**Fonte:** FARIAS, 1936a

## APÊNDICE B

O início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, colocou o mundo em “estado de guerra incentivou a decisão de ampliar a quantidade de vagas de oficiais de estado-maior, estimulando o crescente número de diplomados.” (CÂMARA; PERES, 2005, p.182). Assim, entre 1941 e 1950 foram 624 formandos, como podemos observar no quadro abaixo:

<b>Oficiais-alunos formado por turma, curso e patente, na EEM (1941 a 1950)</b>			
<b>Ano</b>	<b>Patentes</b>	<b>Ano</b>	<b>Patentes</b>
<b>1941</b>	Tenente-Coronel: 1 Majores: 4 Capitães: 21 <b>Total: 26</b>	<b>1946<sup>5</sup></b>	Tenente-Coronel: 3 Major: 16 Capitães: 29 <b>Total: 48</b>
<b>1942</b>	Coronéis: 2 Tenente-Coronel: 4 Majores: 21 Capitães: 27 <b>Total: 54</b>	<b>1947<sup>6</sup></b>	Coronéis: 2 Tenente-Coronel: 10 Majores: 35 Capitães: 49 <b>Total: 96</b>
<b>1943<sup>7</sup></b>	Tenente-Coronel: 1 Major: 37 Capitães: 21 <b>Total: 59</b>	<b>1948</b>	Coronéis: 1 Tenente-Coronel: 12 Majores: 67 Capitães: 38 <b>Total: 117</b>
<b>1944<sup>8</sup></b>	Tenente-Coronel: 1 Major: 41 Capitães: 26 <b>Total: 59</b>	<b>1949<sup>9</sup></b>	Tenente-Coronel: 3 Majores: 16 Capitães: 60 <b>Total: 89</b>
<b>1945<sup>10</sup></b>	<b>Não houve formandos</b>	<b>1950<sup>11</sup></b>	Coronéis: 1 Tenente-Coronel: 3

<sup>5</sup> A turma recebeu os primeiros tenentes-coronéis de exércitos estrangeiros: Claudio Luiz Guitierrez e Martin Cariboni Aranda, ambos do exército paraguaio.

<sup>6</sup> Nesse ano compuseram a turma dois tenentes-coronéis do exército boliviano: Gabriel Arze e Roberto Ramallo Quiroga. A turma também foi composta por dois capitães médicos: Álvaro Menezes Paes e Fernando Mangia.

<sup>7</sup> A turma de 1943 foi integrada pelo Major Antônio Restrepo Suarez, do exército colombiano além de ser a turma Essa também foi a turma quem que se formou o então Major Ernesto Geisel, quarto presidente durante a Ditadura Militar, esteve no cargo entre 15 de março de 1974 até 15 de março de 1979.

<sup>8</sup> A turma de 1944 contou com dois oficiais-alunos estrangeiros: o Major Pedro Augusto Sotomayor, do exército paraguaio, e o Capitão Humberto Fernandes Ferrufino, do exército boliviano. Essa também foi a turma quem que se formou o então Major Emilio Garrastazu Medici, terceiro presidente durante a Ditadura Militar, esteve no cargo entre 30 de outubro de 1969 e 15 de março de 1974.

<sup>9</sup> A turma contou com o primeiro oficial-aluno do exército peruano, o tenente-coronel German Pagador. Além dos seguintes oficiais: Major Jesus Manuel Peres Morales, da Venezuela, os majores Julio Alvares La Faye e Simón Ballivian Del Castillo, ambos da Bolívia, e o Capitão José Hector Vivas, da Venezuela.

<sup>10</sup> Segundo Câmara e Peres (2005), “Em 1945, para fazer face à ocupação de claros em unidades criadas no Nordeste, a Escola foi novamente fechada.” (CÂMARA; PERES, 2005, p.182).

<sup>11</sup> Os oficiais-alunos estrangeiros dessa turma foram: Coronel Ceferino Veja (Paraguai), Tenente-Coronel Silvio Garay (Paraguai), Majores Aníbal Horário Ugarteche, Jayme Sanchez Bustamante, Luiz Pabon Camacho e Rene Morales Leyton, todos da Bolívia e Jesus Manuel Buitrago Vivas, da Venezuela.

			Majores: 36 Capitães: 36
Fonte: CINQUENTENÁRIO, 1955, pp.34-50.			<b>Total: 76</b>

Sodré (1986) relata que a época de seu ingresso na EEM, 1945, o número de alunos poderia ser até maior, pois muitos dos aprovados não foram matriculados, por uma decisão unilateral do governo: só seria autorizada a matrícula dos oficiais classificados que tivessem menor idade. O trecho abaixo explica os acontecimentos:

A turma a que pertenci, na Escola de Estado-Maior, era grande; seria ainda mais numerosa se tivessem sido matriculados todos os aprovados no concurso de admissão. Após o resultado, viera a surpreendente decisão: seriam matriculados apenas os mais jovens; os mais antigos teriam matrícula assegurada nos próximos anos; tal decisão, ao que se divulgou, estava ligada à guerra, à necessidade de oficiais para a força expedicionária. A decisão era arbitrária, além de inédita e mero sintoma dos malefícios do poder discricionário; e a desculpa, esfarrapada, pois as condições e os planos eram os mesmos, na época do concurso e na época da matrícula. (SODRÉ, 1986, p. 251).



## APÊNDICE C

Abaixo temos a lista nominal de todos os Comandantes da Escola de Estado-Maior do Exército desde a sua fundação em 1905 até 1935, com a inserção de dados biográficos disponível no DHBB.

<b>Comandantes da Escola de Estado-Maior do Exército (1905-1935)</b>	
<b>Nome</b>	<b>Período de gestão</b>
General de Brigada Miguel Maria Girard <sup>12</sup>	26/01/1906 a 01/10/1907
Coronel Alfredo Cândido de Moraes Rego	02/10/1907 a 03/10/1910
Coronel Gabino Bezouro	03/10/1910 a 20/04/1914
Coronel Felinto Alcino Braga Cavalcante	12/05/1914 a 11/08/1916
General de Brigada Inácio de Alencastro Guimarães	16/08/1916 a 14/01/1918
Coronel Nestor Sezefredo dos Passos <sup>13</sup>	15/03/1920 a 09/02/1921
Coronel Raimundo Pinto Seidl	16/02/1921 a 01/05/ 1923

<sup>12</sup> Veterano da Guerra de Canudos. Bacharel em Matemática e Ciências Físicas. Promovido a General-de-Brigada em 12 de Julho de 1895 e a General-de-Divisão em 6 de Novembro de 1906. Foi comandante da 2ª Divisão de Infantaria e integrou a Comissão de Promoções. (PADECEME, 2005, p.97).

<sup>13</sup> Em julho de 1922, estava no comando do 1º Regimento de Infantaria, aquartelado na Vila Militar, no Distrito Federal, quando ali ocorreu o levante dos tenentes, articulado com as rebeliões do forte de Copacabana e da Escola Militar do Realengo. No dia 4 de julho de 1922, véspera da data marcada para a sublevação, o coronel Sezefredo dos Passos recebeu ordem de prender, na estação da Vila, os oficiais suspeitos das articulações. Na madrugada do dia 5, surpreendeu no cassino da Vila Militar o tenente Frederico Cristiano Buys, que estava organizando os revoltosos. Estes foram presos, depois que Sezefredo dos Passos mandou cercar o local. O coronel contribuiu, assim, para dominar o levante, que ficou limitado à Escola Militar e ao forte de Copacabana, e foi sufocado no mesmo dia. Em agosto de 1922, foi promovido a general de brigada.

Em 1924, comandando uma unidade de combate, participou da luta contra os rebeldes de São Paulo, que, em levante irrompido em 5 de julho, pretendiam depor o presidente Artur Bernardes. Esse movimento desdobrou-se em duas fases. Na primeira, os revolucionários ocuparam a capital e algumas cidades de São Paulo; na segunda, os sediciosos paulistas, retirando-se para o interior, uniram-se aos gaúchos para formar a Coluna Miguel Costa-Prestes, que ao longo de 12 meses percorreu o interior do Brasil. Em 1926 Sezefredo dos Passos foi promovido a general de divisão, tendo feito parte da Comissão de Promoções do Exército. Com a ascensão de Washington Luís à presidência da República, foi designado ministro da Guerra, assumindo a pasta em 15 de novembro de 1926.

Durante sua gestão, foi promulgada (1927) a Lei nº 1.569, que criava a arma de aviação do Exército, dando impulso definitivo ao uso militar da aviação no Brasil. Na oportunidade, adquiriu-se copioso material para essa arma e ampliou-se o Campo dos Afonsos (Rio). Foi criada, ainda, a Escola de Educação Física do Exército.

Como ministro da Guerra, Sezefredo dos Passos recusou-se a fornecer armas a João Pessoa, presidente da Paraíba, para debelar a luta armada que havia irrompido em Princesa, hoje Princesa Isabel (PB), em 9 de junho de 1930. João Pessoa havia sido candidato à vice presidência da República na chapa da Aliança Liberal, liderada por Getúlio Vargas, e os aliancistas acusavam o governo federal de ter fomentado a rebelião de Princesa.

Com a Revolução de outubro de 1930 e a deposição de Washington Luís, deixou o ministério, foi reformado (27/11/1930) e, depois, exilado, radicando-se em Portugal. Em outubro de 1932, foi um dos brasileiros que acolheram, no cais de Lisboa, os revolucionários de 1932, exilados pelo governo. Depois de vários anos, regressou ao Brasil e recolheu-se à vida privada. (PECHMAN, 2010)

Coronel Jonathas Borges Fortes	21/05/1923 a 16/08/1924
Coronel Augusto Limpo Teixeira de Freitas	19/08/1924 a 17/11/1926
Coronel Raimundo Rodrigues Barbosa <sup>14</sup>	16/12/1926 a 22/06/1931
Coronel Cristóvão de Castro Barcellos	23/06/1931 a 20/06/1933
Coronel José Antônio Coelho Netto	20/06/1933 a 04/10/1934
Coronel Estevão Leitão de Carvalho <sup>15</sup>	04/10/1934 a 02/01/1936
Coronel Isauro Reguera	02/01/1936 a 10/01/1938
Coronel Milton Freitas Almeida	15/03/1938 a 08/06/1939
Coronel Renato Batista Nunes	19/05/1939 a 15/12/1942
Coronel Henrique Batista Duffles Teixeira Lott	23/12/1942 a 12/07/1943
Coronel Fernando de Saboia Bandeira de Mello	12/07/1943 a 12/04/1945
<b>Fonte:</b> Cinquentenário da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 1955, p.4.	

<sup>14</sup> Exercia o comando da 8ª Região Militar, sediada em Belém, quando eclodiu em São Paulo, no dia 5 de julho de 1924, a revolta tenentista liderada pelo general Isidoro Dias Lopes contra o presidente Artur Bernardes. Os rebeldes paulistas ocuparam a capital do estado durante três semanas, rumando em seguida para o interior, de onde seguiram para o sul. Nesse ínterim, levantaram-se as guarnições do Exército em Aracaju, no dia 12 de julho, e em Manaus no dia 23. Na capital amazonense, os revoltosos, liderados pelos tenentes Alfredo Ribeiro Júnior e Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, depuseram o governador em exercício Turiano Meira, que substituíra o titular César do Rego Monteiro, e organizaram uma junta governativa, obtendo grande apoio da população. Foram, contudo, dominados pelas forças federais comandadas pelo general João de Deus Mena Barreto. Como Turiano Meira se recusasse a reassumir o cargo, em 28 de agosto Raimundo Barbosa foi designado para substituí-lo, na condição de governador militar do estado. Exerceu essa função por pouco tempo, sendo substituído pelo capitão de mar e guerra Hormidas de Albuquerque. Promovido a general de divisão em dezembro de 1931, exerceu a chefia do Estado-Maior do Exército de maio a julho de 1935, quando foi substituído pelo general Pantaleão Pessoa. (DHBB, 2010).

<sup>15</sup> Membro do grupo de oficiais conhecidos como “jovens turcos”, estagiou na Alemanha em 1910 e foi um dos fundadores da revista *A Defesa Nacional*. Concluiu o curso de Estado-Maior em 1921. Conhecido por ser um oficial legalista não tomou parte em nenhum dos movimentos revoltosos de militares durante dos anos 1920 e 30. Em 1931, foi chefe de gabinete do Estado-Maior do Exército, chefiado pelo general Augusto Tasso Fragoso. Após ter sido técnico militar da delegação brasileira à Conferência para a Limitação e Redução de Armamentos, realizada em Genebra em julho de 1932, retornou ao Brasil, tendo sido preso e reformado em outubro do mesmo ano, acusado de ligações com o movimento constitucionalista de 1932.

Reformado, trabalhou como superintendente de uma cooperativa de crédito no Rio de Janeiro até ser anistiado por decreto de 29 de maio de 1934, reingressando no Exército em julho. Em outubro do mesmo ano, assumiu o comando da Escola de Estado-Maior do Exército, posto em que permaneceu até dezembro de 1935.

Promovido a general-de-brigada no dia 28 de novembro de 1935, logo após a Revolta Comunista de 1935, participou no dia 3 de dezembro de uma reunião de generais convocada para discutir as medidas de punição aos revoltosos. Desse encontro resultou a decisão de solicitar ao presidente da República, além da aplicação das penalidades previstas em lei, a expulsão do Exército dos envolvidos.

Nomeado em 1936 comandante da 1ª Brigada de Infantaria, sediada em Curitiba, em julho de 1937 deixou este comando para assumir o posto de primeiro-subchefe do Estado-Maior do Exército, chefiado pelo general Pedro Aurélio de Góis Monteiro.

Em abril de 1939, assumiu o comando da 3ª Região Militar, sediada em Porto Alegre, tendo sido promovido a general-de-divisão em maio de 1940. (MAYER, 2010)

## ANEXOS

<b>ANEXO 1 - Conteúdo programático do Curso da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1905)</b>
<p style="text-align: center;"><b>Primeiro período</b></p>
<p><b>1ª aula – Geografia militar, precedida de geografia física da América do Sul. Estatística. Geografia Física da América do Sul:</b> o Mundo Antigo; as Índias; descobertas portuguesas; limites e posição astronômica do continente americano e do Brasil; o planalto brasileiro e a cordilheira andina; as depressões do Prata e do Amazonas; rede hidrográfica do Brasil; clima, vegetais e animais do ponto de vista militar; população; vias de comunicação; força armada; regiões e inspeções militares; distribuição e pontos de parada das principais unidades; as fronteiras.</p> <p><b>Geografia Militar:</b> definição de Geografia; evolução da Geografia; a Geografia Comparada; divisão da Geografia (Astronomia e Física); Geografia Militar acompanhando a Geografia Geral; os métodos; importância da Geografia Militar no serviço de estado-maior, nas explorações e nos reconhecimentos; campos da Geografia Militar (importância nas operações de guerra, formando uma região militarmente caracterizada); divisão do estudo (o terreno, as águas, os climas, os minerais, os vegetais, os animais, o homem); a terra e sua crosta; classificação dos terrenos; cartas; escalas; sistemas de projeção; o ar; o mar; as águas; configurações (altimetria e planimetria); as planícies; as montanhas; influência das formas de terreno nas operações de guerra; as águas em geral; climas; minerais; vegetais; animais; o homem.</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Concentração de um exército ou de um corpo de exército; estradas, objetivos, marchas, surpresas, reservas, segurança e reconhecimentos estratégicos; plano de campanha e projetos de operações ofensivas e defensivas; do comando-em-chefe, suas atribuições e requisitos.</li><li>- Estatística: histórico; papel da estatística; dados estatísticos; gráfica estatística e quadros estatísticos; diagramas e cartogramas; estatística militar e no Ministério da Guerra.</li></ul>
<p><b>2ª aula – Tática aplicada:</b> utilidade e considerações gerais; ordens em campanha; marchas; emprego dos caminhos de ferro para o transporte das tropas; estacionamento das tropas; serviço de informações; estudo geral do combate; combinação das diversas armas para o combate; ofensivas e defensivas táticas; conduta de combate; combate de localidades; elementos da pequena guerra.</p> <p><b>Estratégia:</b> definição, objetivo e importância; teatro de guerra e operações; estudo topográfico de um teatro de operações; influência do terreno sobre as operações; importância do curso de água; bases, frentes e linhas de operações; linhas de comunicação; linhas de defesa; mobilização e concentração de um exército ou de um corpo de exército; estradas, objetivos, marchas, surpresas, reservas, segurança e reconhecimentos estratégicos; planos de campanha e projetos de operações ofensivas e defensivas; do comando-em-chefe, suas atribuições e requisitos.</p> <p><b>Historia das principais campanhas e daquela em que o Brasil tomou parte:</b> guerras antigas (de 1796 a 1797); guerras modernas (de 1870 a 1905); guerras do Brasil (Campanha Cisplatina, Campanha contra Rosas, Campanha do Uruguai, Campanha do Paraguai.)</p>
<p><b>3ª aula – Estudo sintético de fortificação, do armamento em uso no Exército e no das nações circunvizinhas:</b> utilidade, emprego e exemplos históricos de fortificações; valor tático da fortificação; organização defensiva das localidades; princípios da organização defensiva; organização de um campo de batalha na ofensiva e na defensiva; exemplos históricos;</p>

emprego da fortificação nas posições militares, no ataque, na defesa dos entrenchamentos e na investida das praças fortes.

**Estudo dos regulamentos de manobras e de campanha:** todos em vigor.

**4ª aula – Trigonometria esférica:** objetivo e importância para o estudo da Astronomia; fórmulas; triângulos; diferenciais; logaritmos;

**Astronomia:** definição e divisão; sistemas de coordenadas; refração; movimento diurno; o sol; a lua; eclipses; planetas; microscópio micrométrico; nível de bolha, cronômetros; teodolito; ângulos; tempo e determinação da hora local; latitude; longitude; azimute.

**5ª aula – Higiene militar e serviço de saúde nos exércitos:** definição e importância; higiene individual do soldado; alimentação; bebidas; vestuário; exercícios; marchas; habitação (quartéis e barracas); hospitais; serviço de saúde (padioleiros, feridos, socorros de urgência, hospitais de campanha); retaguardas.

## Segundo período

**1ª aula – Tática aplicada:** utilidade e considerações gerais; ordens em campanha; marchas; emprego dos caminhos de ferro para o transporte das tropas; estacionamento das tropas; serviço de informações; estudo geral do combate; combinação das diversas armas para o combate; ofensivas e defensivas táticas; conduta de combate; combate de localidades; elementos da pequena guerra.

**Estratégia:** definição, objetivo e importância; teatro de guerra e operações; estudo topográfico de um teatro de operações; influência do terreno sobre as operações; importância do curso de água; bases, frentes e linhas de operações; linhas de comunicação; linhas de defesa; mobilização e concentração de um exército ou de um corpo de exército; estradas, objetivos, marchas, surpresas, reservas, segurança e reconhecimentos estratégicos; planos de campanha e projetos de operações ofensivas e defensivas; do comando-em-chefe, suas atribuições e requisitos.

**2ª aula – Estudo da organização dos exércitos sul-americanos:** estudos das instituições militares do Brasil, dos países limítrofes e do Chile, especialmente do armamento de serviço e de reserva das tropas, do armamento de segurança e de defesa das praças.

**Caminhos de ferro, telégrafos, telefones e aerostação, sob o ponto de vista militar:** estudo completo dos meios de transporte e telecomunicações sob o ponto de vista militar; transportes por terra; transportes por água; telegrafia; aparelhos de transmissão; telegrafia sem fio; telefonia; estudos de aerostação e seu emprego militar.

- Serviço de estado-maior: considerações gerais sobre a guerra; apreciação sucinta e histórica da constituição dos estados-maiores realizada pelas principais nações modernas; estudo de cada uma das funções dos estados-maiores, exercício práticos.

**3ª aula – Direito internacional aplicado às relações de guerra:** Direito internacional público; dos estados e das relações internacionais durante a paz; dos litígios internacionais e suas soluções.

**Direito militar:** da força pública em geral; direito civil e político dos militares; direitos inerentes à profissão militar; direitos dos militares inerentes as suas famílias; Direito Penal Geral; Direito Penal Militar; Processo Criminal Militar.

**Noções de economia política:** princípios fundamentais; produção e conservação da riqueza; repartição ou distribuição da riqueza; circulação e consumo da riqueza;

**4ª aula – Geodésia:** definição; operações geodésicas; triangulação; espatações geodésicas; miras e instrumentos de medir ângulos; bases, aparelhos e processos empregados para a medição das bases; erros; aparelhos e processos empregados para a medição das bases; erros; medidas angulares; métodos de observação; triângulos; latitudes e altitudes.

**Noções de hidrografia:** sistema hidrográfico de uma região; estudos dos rios; estudos do mar; portos; sondagens e sonda.

**Teoria das projeções das cartas geográfica:** teoria das projeções; sistemas usados para o traçados das diversas cartas geográfica; cartas de Mercator; fórmulas de Tissot.

**5ª aula – Desenho e redução de cartas geográfica:** desenho das cartas geográficas; cópia, redução e ampliação das cartas geográficas; prática de fotografia militar, estudos do terreno a mão livre.

### Terceiro período

**Trabalhos práticos:** cinco meses

**Provas finais, classificação e distribuição dos alunos:** um mês;

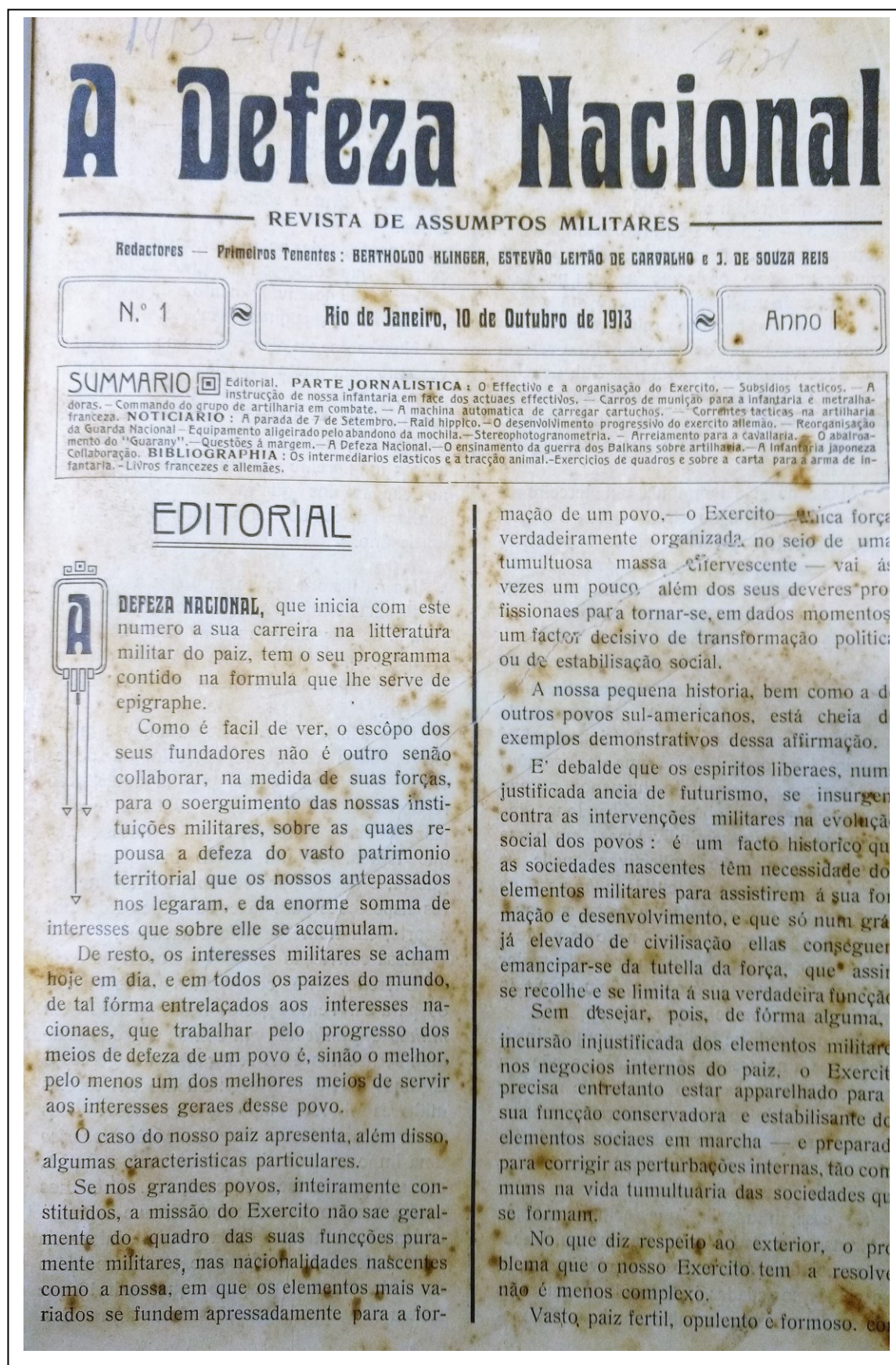
**Fonte:** Ordem do Exército nº 452, de 20 de outubro de 1905. (In: CÂMARA; PERES, 2005, pp.195-199)

**ANEXO 2 - Curso da Escola de Estado-Maior dividido em períodos (Alterações do decreto de 1909)**

<b>Primeiro período</b>	<b>Segundo período</b>	<b>Terceiro período</b>
<p><b>Estudos:</b> sete meses  <b>Prática e exames:</b> dois meses.</p>	<p><b>Trabalhos teóricos e práticos, inclusive equitação:</b> oito meses  <b>Exames:</b> um mês</p>	
<p><b>1ª aula</b><sup>16</sup> – Geografia militar, precedida de geografia física da América do Sul. Estatística.  <b>2ª aula</b> – Tática aplicada. Estratégia. História das principais campanhas e daquela em que o Brasil tomou parte.  <b>3ª aula</b> – Estudo sintético de fortificação, do armamento em uso no Exército e no das nações circunvizinhas; estudo dos regulamentos de manobras e de campanha.  <b>4ª aula</b> – Astronomia, precedida de trigonometria esférica.  <b>5ª aula</b> – Higiene militar e serviço de saúde nos exércitos.</p>	<p><b>1ª aula</b> – Estratégia: historia militar, compreendendo o estudo das principais campanhas modernas, especialmente o daquelas em que o Brasil tem tomado parte.  <b>2ª aula</b> – Serviço de Estado Maior (estudo completo).  <b>3ª aula</b> – Direito internacional publico, com especial aplicação ao estado de guerra. Direito militar. Noções de economia política.  <b>4ª aula</b> – Geodesia. Hidrografia, no que for necessário ao serviço do Estado Maior Brasileiro.  <b>5ª aula</b> – Teoria das projeções: desenho, cópia, redução e ampliação das caras geográficas. Prática de fotografia militar. Esboços do terreno á mão livre</p>	<p><b>Trabalhos práticos:</b> cinco meses  <b>Provas finais e classificação dos alunos:</b> um mês</p> <p>Além de equitação, constará a prática deste período de:  a) Prática de geodésia.  b) Viagem de Estado Maior, dentro das 8ª 9ª inspeções militares</p>
<p><b>Fonte:</b> BRASIL, 1909.</p>		

<sup>16</sup> Apesar de constar o nome “aula”, trata-se, de fato, da disciplina, que duraria os sete meses de estudos relativos aos períodos.

Anexo 3 - Capa da primeira edição da revista *A Defesa Nacional* (fac-símile)



# A Defesa Nacional

REVISTA DE ASSUMPTOS MILITARES

Redactores — Primeiros Tenentes: BERTHOLDO KLINGER, ESTEVÃO LEITÃO DE CARVALHO e J. DE SOUZA REIS

N.º 1

Rio de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

Anno I

**SUMMARIO**  Editorial. **PARTE JORNALISTICA**: O Effectivo e a organização do Exercito. — Subsídios tacticos. — A instrução de nossa infantaria em face dos actuaes effectivos. — Carros de munição para a infantaria e metralhadora. — Commando do grupo de artilharia em combate. — A machina automatica de carregar cartuchos. — Correntes tacticas na artilharia franceza. **NOTICIARIO**: A parada de 7 de Setembro. — Raid hippico. — O desenvolvimento progressivo do exercito allemão. — Reorganização da Guarda Nacional — Equipamento aligeirado pelo abandono da mochila. — Stereophotogrametria. — Arrelamento para a cavallaria. — O abalroamento do "Guarany". — Questões á margem. — A Defesa Nacional. — O ensinamento da guerra dos Balkans sobre artilharia. — A infantaria japoneza Collaboração. **BIBLIOGRAPHIA**: Os intermediarios elasticos e a tracção animal. — Exercícios de quadros e sobre a carta para a arma de infantaria. — Livros francezes e allemães.

## EDITORIAL



**DEFESA NACIONAL**, que inicia com este numero a sua carreira na litteratura militar do paiz, tem o seu programma contido na formula que lhe serve de epigraphe.

Como é facil de ver, o escôpo dos seus fundadores não é outro senão collaborar, na medida de suas forças, para o soerguimento das nossas instituições militares, sobre as quaes repousa a defeza do vasto patrimonio territorial que os nossos antepassados nos legaram, e da enorme somma de interesses que sobre elle se accumulam.

De resto, os interesses militares se acham hoje em dia, e em todos os paizes do mundo, de tal fórma entrelaçados aos interesses nacionaes, que trabalhar pelo progresso dos meios de defeza de um povo é, sinão o melhor, pelo menos um dos melhores meios de servir aos interesses geraes desse povo.

O caso do nosso paiz apresenta, além disso, algumas características particulares.

Se nos grandes povos, inteiramente constituídos, a missão do Exercito não sae geralmente do quadro das suas funções puramente militares, nas nacionalidades nascentes como a nossa, em que os elementos mais variados se fundem apressadamente para a for-

mação de um povo, — o Exercito — unica força verdadeiramente organizada, no seio de uma tumultuosa massa effervescente — vai ás vezes um pouco, além dos seus deveres profissionaes para tornar-se, em dados momentos um factor decisivo de transformação politica ou de estabilisação social.

A nossa pequena historia, bem como a de outros povos sul-americanos, está cheia de exemplos demonstrativos dessa affirmação.

E' debalde que os espiritos liberaes, num justificada ancia de futurismo, se insurgem contra as intervenções militares na evolução social dos povos: é um facto historico que as sociedades nascentes têm necessidade dos elementos militares para assistirem á sua formação e desenvolvimento, e que só num gráo já elevado de civilisação ellas conseguem emancipar-se da tutela da força, que assiste e se recolhe e se limita á sua verdadeira função.

Sem desejar, pois, de fórma alguma, incursão injustificada dos elementos militares nos negocios internos do paiz, o Exercito precisa entretanto estar aparelhado para sua função conservadora e estabilisante dos elementos sociaes em marcha — e preparado para corrigir as perturbações internas, tão communs na vida tumultuaria das sociedades que se formam.

No que diz respeito ao exterior, o problema que o nosso Exercito tem a resolver não é menos complexo.

Vasto paiz fertil, opulento e formoso. co

## ANEXO 4 - Tabela com a hierarquia militar.

### Oficiais Gerais

Marechal  
General de Exército  
General de Divisão  
General de Brigada

---

### Oficiais Superiores

Coronel  
Tenente-Coronel  
Major

---

### Oficiais Intermediários

Capitão

---

### Oficiais Subalternos

1º Tenente  
2º Tenente  
Aspirante-a-Oficial

---

### Graduados

Subtenente  
1º Sargento  
2º Sargento  
3º Sargento  
Taifeiro-mor  
Cabo  
Taifeiro de 1º Classe  
Taifeiro de 2º Classe

---

**Fonte:** Site oficial do Exército Brasileiro. Disponível em: [www.exercito.gov.br](http://www.exercito.gov.br). Acesso em 18/08/2015



## **ANEXO 5 - Programa de ensino para o Curso de Estado-Maior (Regulamento de 1920)**

### **Primeiro período**

**1ª Aula - Estratégia e Historia Militar** - Baseada no estudo e interpretação dos factos de guerra, com exclusão de toda discussão teórica e didática.

Este curso compreenderá, principalmente o estudo da ultima guerra europeia, na França, na frente Russo-Românica, na Macedônia, na Palestina e na Mesopotâmia, e, eventualmente, o estudo de algumas campanhas Napoleônicas e de certas partes da guerra de secessão e da guerra Russo-Japonesa.

Compreenderá ainda o estudo das duas grandes guerras do Brasil no século passado, a campanha contra Rosas e a guerra do Paraguai. Este estudo deverá ser feito em linhas gerais, tendo em vista o desenvolvimento gradual do plano de operações e excluindo todo detalhe que, dizendo respeito á tática, só tem hoje interesse histórico.

No curso de estratégia nenhum trabalho escrito se exigirá dos oficiais da categoria a, mas os das categorias b e c terão ás vezes que redigir memorias sobre assumpto estratégico.

**2ª Aula - Tática geral** - Tendo em vista o estudo da combinação dos esforços, das diversas armas e compreendendo:

a) algumas conferências em que serão expostos os princípios que regem a marcha, a segurança e finalmente o combate, considerado primeiro no âmbito de uma divisão agindo em terreno livre e em seguida no de um exercito compreendendo diversas divisões;

b) exercícios de aplicação consistindo em:

Trabalhos táticos feitos em casa;

Trabalhos táticos feitos na escola, em tempo limitado.

Sessões de jogo da guerra, de ação simples e dupla.

Trabalhos no terreno, nos arredores do Rio.

Viagem de Estado Maior.

Em principio, para os oficiais de categoria a) se estudará no 1º ano o destacamento misto e a divisão, e no 2º ano o Exercito.

**3º Aula - Tática de infantaria** - Tendo em vista o estudo dos petrechos de combate da infantaria e particularidades desta arma na marcha, no estacionamento e nas diversas circunstancias de combate. Compreenderá:

a) conferencias;

b) exercícios de aplicação consistindo em:

Trabalhos táticos feitos em casa.

Trabalhos táticos feitos na escola em tempo limitado.

Estudo, durante as sessões de jogo da guerra, dos detalhes de emprego da infantaria.

Exercícios de quadros no terreno, nos arredores do rio, e, eventualmente, participação ativa ou como espectadores nas manobras organizadas na Escola de Aperfeiçoamento.

Abrangerá também:

O estudo da organização do terreno no campo de batalha, inseparável da tática de infantaria.

Este estudo, no que diz respeito aos princípios de organização, será feito pelo official professor de tática de infantaria, e no que diz respeito aos detalhes técnicos de execução, por um official de engenharia.

**4ª aula - Tática de cavalaria** - Moldada segundo as mesmas bases que a aula de tática de infantaria.

**5ª aula - Tática de artilharia** - Organizada pelas mesmas bases da aula de tática de infantaria. Ali será estudado apenas o emprego tático da arma; o estudo do material será feito

em outra aula.

**6ª aula - Estado-Maior** - Tendo como objetivo o estudo da organização e do funcionamento geral do serviço de E. M. em campanha, estudo do papel das diferentes secções antes, durante e após á batalha, e das relações existentes entre o E. M. E. e os serviços principalmente os de reabastecimento, compreenderá:

a) conferencias; exercícios de aplicação consistindo em: trabalhos feitos em casa (funcionamento dos diferentes serviços).

Trabalhos feitos na escola, em tempo limitado.

Estudo, durante as sessões de jogo da guerra, dos detalhes do emprego do E. M. e dos serviços.

Estudo do funcionamento do E. M. e dos serviços durante as viagens de E. M.

Tal como no curso de tática geral, se estudará, em principio, com os oficiais da categoria a) a divisão no 1º ano e o Exército no 2º ano.

**7ª aula - Ligações** - Tendo por fim o estudo de todos os meios de ligação e de transmissão. Será dado pelo oficial francês telegrafista. Como, porém, a coordenação dos diversos meios de ligação e de transmissão é da competência exclusiva do comando será estudada no curso de E. M.

O curso de ligações compreenderá:

a) Conferencias:

b) exercícios de aplicação, consistindo em:

Manejo de certos aparelhos e petrechos.

Estudo do funcionamento das ligações, - nos trabalhos escritos e durante as sessões de jogo, da guerra.

Exercícios especiais de ligação, organizados em harmonia com a Escola de Aperfeiçoamento.

Estudo das ligações durante as viagens do E. M.

**8ª aula - Material** - Tendo por fim o estudo de todas as categorias de material de guerra, de sua fabricação (inclusive as pólvoras e os gazes), das condições a exigir para o recebimento da reparação na retaguarda e na zona dos Exércitos.

Este curso, onde só haverá conferencias, será dado pelo oficial francês técnico de artilharia e pelo engenheiro francês especialista em pólvoras.

Poderá ser completado por visitas a estabelecimentos militares (arsenal, fabricas de pólvora, etc.).

**9ª aula - Fortificação - Compreenderá:** Conferencias sobre a fortificação permanente e o papel que poderá desempenhar na guerra moderna em ligação com os Exércitos; Conferências sobre a organização, construção e conservação das vias de comunicação terrestre e dos acampamentos, a construção das diferentes categorias de pontes, o emprego dos explosivos nas destruições e a guerra de minas (noções sumárias).

**10ª aula - Serviços de Intendência** - Nela serão estudadas as questões que em tempo de guerra, dependem do Serviço de Intendência:

Organização do reabastecimento nacional.

Fabricação de guerra, organização e funcionamento dos reabastecimentos (viveres, fardamento, equipamento, etc.).

Este curso compreenderá:

Conferencias;

Exercícios de aplicação que se relacionem com os trabalhos escritos de E. M., as sessões de jogo da guerra e as viagens de E. M.

<p><b>11ª aula - serviço de Saúde</b> - Compreenderá duas partes:</p> <p>1ª Estudará os princípios de higiene a observar nas diversas circunstâncias e os processos modernos de tratamento dos ferimentos de guerra;</p> <p>2ª Estudará o funcionamento das formações sanitárias, das evacuações e do abastecimento em material.</p>
<p><b>12ª aula - Aeronáutica</b> - Terá por objetivo o estudo do material e do modo de empregar os balões captivos e os aviões.</p> <p>Este curso será dado pelo chefe da missão francesa. conferencias, e, no correr dos diversos exercícios de aplicação, o estudo será completado por visitas ao campo dos Afonso onde os oficiais alunos executarão voos, desempenhando o papel de observadores.</p>
<p><b>13ª aula - Mobilização</b> - Estudará a organização e funcionamento da mobilização dos corpos e serviços e a administração das reservas.</p>
<p><b>14ª aula - Vias férreas concentração</b> - Terá por fim o estudo do material e dos preceitos para o emprego das vias-férrea na mobilização, concentração e operação (transporte no decurso da operação e emprego das vias estratégicas).</p> <p>Neste curso o que diz respeito ao material e ás questões técnicas será dado por um oficial de engenharia, e, por outro oficial, o que disser respeito ao emprego tático e estratégico das vias férreas.</p>
<p><b>15ª aula - Tática Naval</b> - Terá por fim o estudo sumário dos diferentes tipos de navios de guerra e o modo de empregá-los, da defesa de costa, fixa e móvel, do emprego combinado das tropas de terra e mar (transporte de tropas, desembarque, ataque de um porto de apoio, etc.).</p>
<p><b>16ª aula - Exército estrangeiro</b> - Compreenderá o estudo dos principais exércitos da América do Sul, o estudo da organização defensiva destes países</p>
<p><b>17ª - Geodesia e topografia (noções fundamentais)</b> - Estudo das formas do terreno, dos métodos de triangulação, dos levantamentos e desenho de cartas. Serviços topográfico de batalha, especialmente encarados sob o ponto de vista do problema brasileiro.</p> <p>17ª (a) aula - Geodesia - Estudo completo da matéria. Esta aula é facultativa.</p> <p>17ª (b) aula - Cartografia - Exercícios gráficos constituindo um complemento ás noções fundamentais da 17ª aula e ao estudo da 17ª (b) aula. E' também facultativa, exceto para os alunos que se matricularem na 17ª (a) aula devendo os programas destas duas aulas se relacionarem logicamente.</p>
<p><b>18ª aula - Direito Internacional</b> - Compreenderá algumas conferencias feitas por um dos membros do magistério militar, de acordo com o art. 24; na falta deste por um professor de direito designado pelo Governo.</p>
<p><b>19ª aula - Geografia geral</b> - Compreenderá algumas conferencias sobre as bases científicas da geografia, historia geogênica e geológica da terra, etnografia, grandes migrações dos povos, centros de civilização, politica, exterior, na Europa e na América, principais questões sociais e de economia politica da atualidade.</p>

§ 1º Além destas aulas haverá as de pratica falada das línguas:  
Francesa e espanhola (obrigatórias);  
Inglesa (facultativa).

§ 2º O ensino será completado:  
a) por alguns exercícios de criptografia;  
b) ensino de direção de automóveis;  
c) algumas conferencias sobre hipologia;  
d) exercícios práticos de datilografia.

§ 3º Todas estas aulas serão dadas pelos oficiais membros da M. M. F. a exceção:  
a) segunda parte da 1ª aula;  
b) primeira parte da 11ª aula;  
c) 15ª aula;  
d) 16ª aula;  
e) 17ª (a) aula;  
f) 17ª (b) aula;  
g) 18ª aula;

### Terceiro período

**Trabalhos práticos:** cinco meses

**Provas finais, classificação e distribuição dos alunos:** um mês;

Art. 48. Para os oficiais alunos da categoria a, o 3º ano da Escola de Estado Maior é empregado em estágios e trabalhos diversos como viagens de estado maior e ás fronteiras.

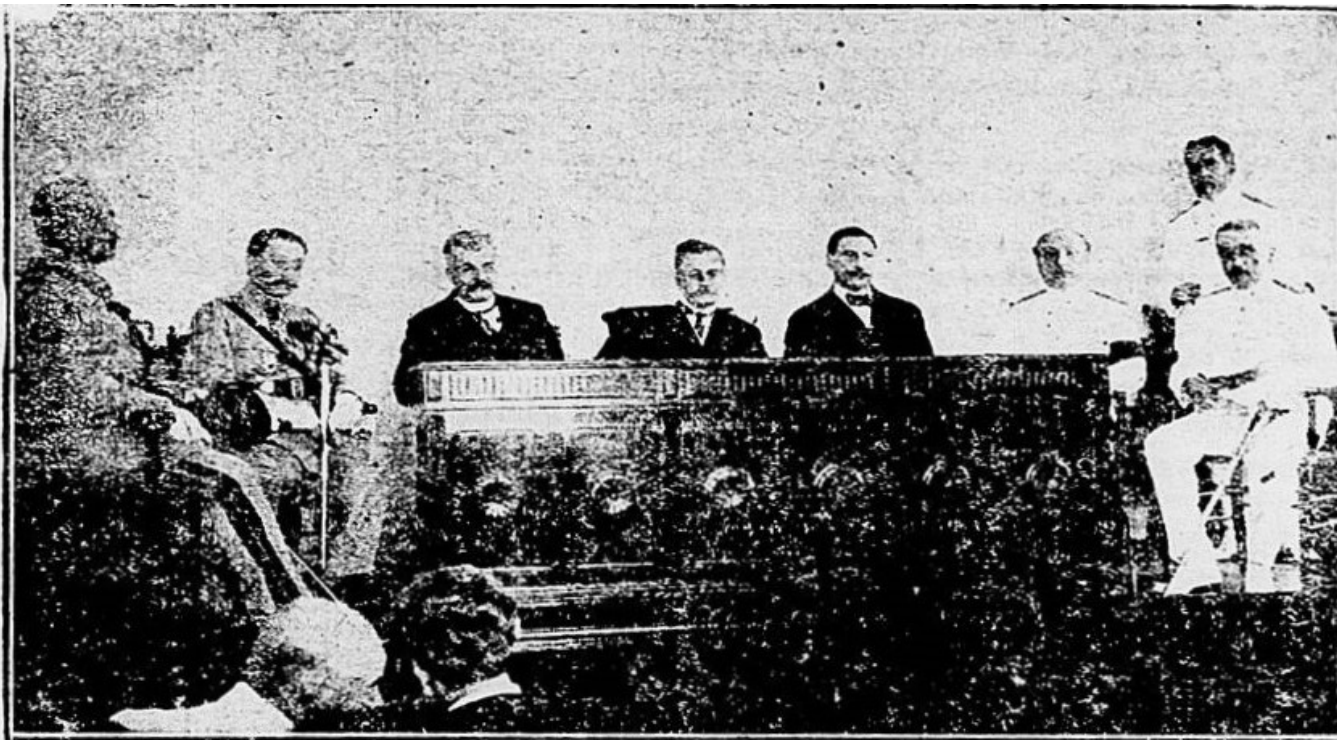
Este período dito de pura pratica começará nos primeiros dias de março e terminará a 1 de dezembro, sendo este mês empregado não só na redação e conclusão dos diferentes relatórios a apresentar após os estágios e viagens, como também nos exames de fim de estudos e a classificação geral.

**Fonte:** BRASIL, 1920.

<b>ANEXO 6 - Relação dos membros da MMF (1919-1924)</b>					
<b>Função</b>	<b>Nome e sobrenome</b>	<b>Arma</b>	<b>Origem, Formação</b>	<b>T. D</b>	<b>Posto no Exército BR</b>
Gen. chefe da Missão	GAMELIN, Maurice	--	St. Cyr	General Brig.	Gen. divisão
Chefe de E. M	LELONG, Albert	Infantaria	St. Cyr	Major	Ten. Coronel
Oficial de Estado-Maior	PETIBON, Jean	Infantaria	St. Cyr	Major	Major
Comandante da EEM	DURANDIN, Eugène	Artilheira	Politécnico	Ten. Coronel	Coronel
Prof. de Tática	DEROUEMENT, Maurice	Infantaria	St. Cyr	Chefe de Brigada	Ten. Coronel
Prof. Curso de Infantaria	BARRAND, Gabriel	Infantaria	St. Cyr	Chefe de Brigada	Ten. Coronel
Prof. Curso de Artilharia	PASCAL, Ferdinand	Artilharia	Versalhes	Capitão	Ten. Coronel
Prof. Curso de Cavalaria	CHAVANE DE DALMASSY, Henri	Cavalaria	St. Cyr	Capitão	Major
Prof. de Equitação	GIFFON, Paul	Cavalaria	St. Cyr	Capitão	Major
Comandante da ESAO	BARAT, Albert	Infantaria	St. Cyr	Ten. Coronel	Coronel
Prof. Curso de Engenharia	THIERERT, Louis	Engenharia	Politécnico	Capitão	Major
Prof. Curso de Engenharia	GUERIOT, Jean	Engenharia	Politécnico	Capitão	Major
Prof. Curso de Infantaria	DUMAY, Raymond	Infantaria	St. Cyr	Capitão	Major
Prof. Curso de Cavalaria	PICHON, Paul	Cavalaria	St. Cyr	Capitão	Major
Prof. Curso de Artilharia	BERSARD, PIERRE	Artilharia	Fontainable	Capitão	Major
Adjunto Curso de Artilharia	COURANT, Auguste	Artilharia		Tenente	Capitão
Adjunto Curso de Infantaria	LEMEHAUTE, François	Infantaria	Aluno aspirante	Tenente	Capitão
Comandante da Escola de Intendência	BUCHALET, Louis	Intendência	Escola de Intendência	Sargento Intendente	Sargento Intendente
Prof. do curso de Adm.	SALY, Sebastien	Adm.	Escola de Adm.	Oficial adm 2. CI	Oficial adm 1. CI
Adjunto do curso de Adm.	FAUVELET, Joseph	Adm.	Escola de Adm.	Oficial adm.	Oficial adm.
Serviço de saúde	MARLAND, Louis	Serviço de saúde	Escola de Saúde	Médico 1ª Classe.	Médico
Serviço de saúde	BOUISSOU, Jean	Serviço de saúde	Escola de Saúde	Médico 2ª Classe	Médico 1ª Classe
Com. Escola de Veterinária	MARLIANGEAS, Henri	Serviço Veterinário	Escola de Saúde	Veterinário 2ª Classe	Veterinário 1ª Classe
Prof. Escola de Veterinária	DIEULOUARD, Paul	Serviço Veterinário	Alfort	Veterinário 1ª Classe	Veterinário 1ª Classe
Com. Escola de Aviação	De SEGUIN, Louis	Aviação	St. Maixent	Capitão	Tenente-Coronel

Prof Escola de Aviação	ROSWAG, Jean	Aviação	Fontainable	Capitão	Major
Instrutor Esc. Aviação	LAFAY, Etienne	Aviação	Fontainable	Tenente	Capitão
Instrutor Esc. Aviação	DUMONT, Hubert	Aviação	Fontainable	Tenente	Capitão
Serviço de Pólvora	NICOLETIS, John	Pólvoras	Politécnica	Engenheiro 1 <sup>a</sup> classe	Engenheiro
Fonte: (BELLINTANI, 2009, 259-260)					

Anexo 7 – Fotos da inauguração da sede da Escola de Estado-Maior.



*O Sr. presidente da Republica, no momento de inaugurar a escola, entre os Srs. Conty, embaixador da França; Calógeras, ministro da Guerra; Durandy, Gamelin, marechal Bento Ribeiro e consul Nestor Sezefredo*

**Legenda:** O Sr. Presidente da República (ao centro), no momento de inaugurar a escola, entre os Srs. Conty (direita), embaixador da França; Calógeras (esquerda), Ministro da Guerra; Durandin, Gamelin (ambos de branco), marechal Bento Ribeiro e Comandante da EEM, Nestor Sezefredo. (de farda escura).

**Fonte:** GAZETA DE NOTÍCIAS, 8 abr. 1920, p.3)



**Legenda:** Na primeira foto o Presidente da República e altas autoridades civis e militares. Na segunda foto (centro) os oficiais da Missão Militar Francesa. Na última foto, os oficiais-alunos do curso de estado-maior e de revisão.

**Fonte:** (IMPARCIAL, 13 fev. 1920, p. 2).



Anexo 8 - Mapa de alistamento das classes sorteadas, contingentes pedidos, contingentes pedidos convocação, incorporação e destino dos convocados nos anos de 1916, 1917, 1918 e 1919.

QUADRO I

Mapa de alistamento das classes sorteadas; contingentes pedidos, convocação, incorporação e destino dos convocados nos anos de 1916, 1917, 1918 e 1919

ANOS DE SORTÉIO	DESCRIMINAÇÃO	ESTADOS														TOTAL									
		Amazonas	Pará	Mato Grosso do Sul	Paraná	Pernambuco	Alagoas	Sergipe	Bahia	Espirito Santo	Rio de Janeiro	Distrito Federal	Minas Gerais	São Paulo	Paraná		Santa Catharina	Goyaz	Mato Grosso	Rio Grande do Sul	Paraná				
1916	Distritos de alistamento existentes.	34	185	551	917	3.429	926	824	2.016	527	497	2.940	819	2.259	24	24	2.700	9.733,182	1.505	7.721	893	496	6.416	54.404	
	Distritos em que houve alistamento.	38	154	101	34	179	23	39	295	74	58	449	23	278	517	432	585	300	24	276	1.821	276	1.821	5.998	
	Contingente pedido.	26	88	23	33	43	7	14	51	24	64	3	155	61	212	146	206	16	250	1.329	16	250	1.329	2.926	
	Convocados	12	88	23	33	43	7	14	51	24	64	3	155	61	212	146	206	16	250	1.329	16	250	1.329	890	
1917	Distritos de alistamento existentes.	83	88	23	33	43	7	14	51	24	64	23	508	622	61	563	146	206	16	250	1.821	16	250	1.821	4.641
	Distritos em que houve alistamento.	29	55	56	40	86	37	39	61	36	35	130	36	49	26	180	194	50	48	21	70	21	70	1.307	
	Contingente pedido.	19	24	33	31	86	37	38	60	36	30	100	29	35	26	93	132	41	28	25	16	70	16	70	1.037
	Convocados	291	878	689	1.001	3.427	1.136	829	2.628	641	670	3.228	915	2.363	2.792,00	1.419,154	2.896	3.403	876	557	8.258	876	557	8.258	66.795
1918	Distritos de alistamento existentes.	694	1.318	506	706	601	537	641	2.431	760	633	2.176	538	1.585	1.236	3.823	5.021	2.927	1.043	536	1.793,043	536	1.793,043	38.919	
	Distritos em que houve alistamento.	818	1.137	492	468	586	589	813	2.715	1.086	416	2.868	644	1.363	988	4.476	6.044	2.563	1.198	732	1.384	8.333	732	1.384	39.730
	Contingente pedido.	465	339	83	317	500	408	171	465	591	200	412	156	322	314	687	1.040	1.034	216	409	686	4.411	409	686	17.615
	Convocados	195	603	22	145	63	63	259	591	200	412	156	322	314	687	1.040	1.034	216	154	154	1.152	154	1.152	7.625	
1919	Distritos de alistamento existentes.	188	195	387	6	23	181	383	1.659	613	155	962	146	659	377	1.998	2.547	37	297	169	698	2.790	169	698	14.490
	Distritos em que houve alistamento.	818	1.137	492	468	586	589	813	2.715	1.086	416	2.868	644	1.363	988	4.476	6.044	2.563	1.198	732	1.384	8.333	732	1.384	39.730
	Contingente pedido.	397	358	410	372	1.105	144	354	1.483	516	448	1.167	440	1.914	925	3.490	3.865	967	483	441	1.758	6.775	441	1.758	28.112
	Convocados	606	461	681	284	845	605	308	5.123	970	640	1.995	667	4.773	1.543	3.773	6.991	3.543	1.027	670	2.927	11.813	670	2.927	50.437

Fonte: CALÓGERAS, 1919, p.17.



# THEMA DE TACTICA GERAL E ESTADO-MAIOR

(Para ser resolvido em domicilio pelos alumnos das categorias  
A<sub>1</sub>, A<sub>2</sub> e C, de 25 de Abril a 16 de Maio)

Carta do Rio Grande do Sul na escala de 1/750.000, idem na escala de 1/200.000  
(folhas 53, 54, 38, 39, 26 e 27), idem na escala de 1/100.000  
(folhas 50, 51, 35 e 36)

## SITUAÇÃO GERAL

O 1º Exercito Azul (1), que invadiu pelo Sul o territorio do Estado Verde, depois de ter sido atirado para Oeste, com suas forças principaes, em consequencia do mallogro de uma batalha que se travou na região de CAÇAPAVA, fez de novo frente ao adversario atrás do Arroio do SALSO. O Exercito Verde que o persegue, acha-se, no dia 6 de Março, em contacto com as Retaguardas Azues na linha *Arroio Cambahy*, a jusante de *F. Costa, Ramada - Vista Clara - Macedo* e estrada de *Macedo* para *Laurindo Pereira*.

## SITUAÇÃO PARTICULAR

A 2ª D. I. (2) amarella, vinda do territorio de um Estado Alliado, em socorro do 1º Exercito Azul, foi transportada em Estrada de Ferro e desembarcou em dois grupos: um, ao Norte, em ROSARIO, e outro, ao Sul, em SANT'ANNA DO LIVRAMENTO. Tendo vencido as etapas em marchas á noite, para escapar ás investigações da aviação inimiga, na manhã do dia 6 de Março, os dois grupos estacionam, respectivamente, o do Norte, na região comprehendida entre as cabeceiras dos Arroios *Ruivo* e *Jacaré*, e o do Sul a N. E. de D. PEDRITO, entre as nascentes dos Arroios *Santo Antonio* e *Taquarembó*, ambos de accôrdo com o quadro annexo.

No seu Quartel-General, na *Estª. do Meio*, o Gen.º Cmt. da 2ª D. I. amarella recebe, por volta das 12 horas do mesmo dia 6, a apresentação do Cap. R., do Estado-Maior do 1º Exercito

(1) As Grandes Unidades amigas são designadas por numeros arabicos, as inimigas por numeros romanos.

(2) Mesma organização, composição, armamento e meios de transmissão que uma D. I. Brasileira — V. "Quadro de effectivos".

ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

CONFIDENCIAL

THEMA

DE

# Tactica Geral e Estado-Maior

(Para ser resolvido em seus domicilios pelos alumnos das categorias A, A<sub>1</sub>, A<sub>2</sub> e C, de 26 de Maio a 23 de Junho proximo)

Carta de S. Paulo — Folhas de Pirassununga, Casa Branca e Mogy-Mirim.

Carta de conjuncto de S. Paulo e Minas na escala de 1:750.000



IMPrensa MILITAR  
ESTADO-MAIOR DO EXERCITO  
RIO DE JANEIRO

1924

# THEMA DE TACTICA GERAL E ESTADO-MAIOR

(Para ser resolvido em seus domicilios pelos alumnos das categorias  
A, A<sub>1</sub>, A<sub>2</sub> e C de 26 de Maio a 23 de Junho proximo)

Carta de S. Paulo — Folhas de Pirassununga, Casa-Branca Mogy-Mirim. Carta  
de conjuncto de São Paulo e Minas na escala de 1/750.000

## SITUAÇÃO GERAL

A da Manobra de Quadros de 1923.

O I Exercito Verde, depois de reforçado, recebeu a missão de avançar rapidamente com a sua ala direita para o Norte na direcção geral de *Casa Branca*, para tornar completa e definitiva a separação, já iniciada, entre os 2º e 3º Exercitos Vermelhos, envolvendo a ala esquerda do ultimo, para lançal-o na direcção do N. O., e cortar-o do centro ferro-viario de *Guarupé*.

A ala direita do I Exercito, constituindo um agrupamento, compõe-se da IX D. I. e II D. C., que passaram da ala esquerda do II.

A ala esquerda (I, II e XII D. I.) deve aferrar o inimigo ao longo do *Mogy-guassú*, entre *Porto-Ferreira* ao N. e a foz do *Jaguary*, e ataca-o no caso de retirada, para ganhar o tempo necessario que garantirá o exito feliz da manobra envolvente, a ser executada pelo agrupamento da direita.

No dia 2 de Novembro, ás 6 horas, data inicial da manobra ordenada pelo Commandante do I Exercito, a sua situação era a seguinte:

— ala esquerda, em contacto com o inimigo, ao longo do *Mogy-guassú*, entre *Porto-Ferreira*, a foz do *Jaguary* e *Bebedouro*;

ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

CONFIDENCIAL

THEMA

DE

# Tactica Geral e Estado-Maior

Trabalho em domicílio para os alumnos das categorias  
A<sub>1</sub>, A<sub>2</sub> e C do dia 3 de Julho a 3 de Agosto



IMPrensa MILITAR  
ESTADO-MAIOR DO EXERCITO  
RIO DE JANEIRO  
—  
1924

# THEMA DE TACTICA GERAL E ESTADO-MAIOR

Trabalho em domicilio para os alumnos das categorias  
A<sub>1</sub>, A<sub>2</sub> e C do dia 3 de Julho a 3 de Agosto

## SITUAÇÃO GERAL

A mesma do thema de cavallaria.

## SITUAÇÃO PARTICULAR

No dia 6 de Março, á tarde, a V D. I., que formava a ala direita do III Exercito verde, desde o inicio das operações, havia conseguido, depois de tres dias de ataque, cujo esforço principal se exercera pelo eixo CHAVES - Cº DO OURO, bater o inimigo, repellindo-o para a margem esquerda do ARROIO S. SEPÉ.

No começo da noite de 6, a V D. I. apresentava o seguinte dispositivo :

Q. G. — Cº DO OURO.

P. C. — Cº DO OURO.

Cia. Trans. — Cº DO OURO.

Destacamento do flanco direito: 13º B. C., I/9º R. A. M. e tres esq./5º R. C. D., a S. O. de TAPERÁ, na garupa immediatamente a L. do ARROIO TRANCOSO.

9ª Bda. I. — P. C. — cota 275 ao N. do Cº DO OURO.

5º Gr. B. C. — 14º e 15º B. C., em primeira linha, nas duas garupas e ao S. do Pº DA BOSSORÓCA.

7º Gr. B. C. — 19º B. C. em primeira linha na garupa ao N. do Pº DA BOSSORÓCA.

ESCOLA DE ESTADO-MAIOR

RESERVADO

**THEMA DE TACTICA GERAL E DE ESTADO-MAIOR**

(PARA A MANOBRAS DE QUADROS DE EXERCITO NA CARTA, EM 1924)

Carta de S. Paulo, 1:100.000 — Folhas de Pinda - Taubaté - Jacarehy -  
S. Bento - Bragança - Atibaia - S. Paulo - S. Roque



IMPRESA MILITAR  
ESTADO-MAIOR DO EXERCITO  
RIO DE JANEIRO

1924



# THEMA DE TACTICA GERAL E DE ESTADO-MAIOR

Manobra de Quadros de Exercito na carta, em 1924

## SITUAÇÃO GERAL

A do thema de Estrategia dado na E. E. M. em 1923.

## SITUAÇÃO PARTICULAR

Depois da derrota de TAUBATÉ, o III Ex. Verde bateu em retirada para O., por JACAREHY, sob a protecção das 3ª D. C. e 4ª D. I., escalonadas entre CAÇAPAVA e JACAREHY, a 3ª D. C. constituindo retaguarda a partir de JACAREHY e mantendo o contacto com o inimigo (1).

A 10ª D. I., precedida de seus parques e comboios, retrahiu-se por JACAREHY — S. IZABEL — CONCEIÇÃO — SANT'ANNA (N. de S. PAULO) — JUQUERY para a região de JUQUERY — NAZARETH onde tomou posição com o grosso; uma Bda. I. ficou provisoriamente em reserva de Ex. na zona ROSEIRA — CANTAREIRA.

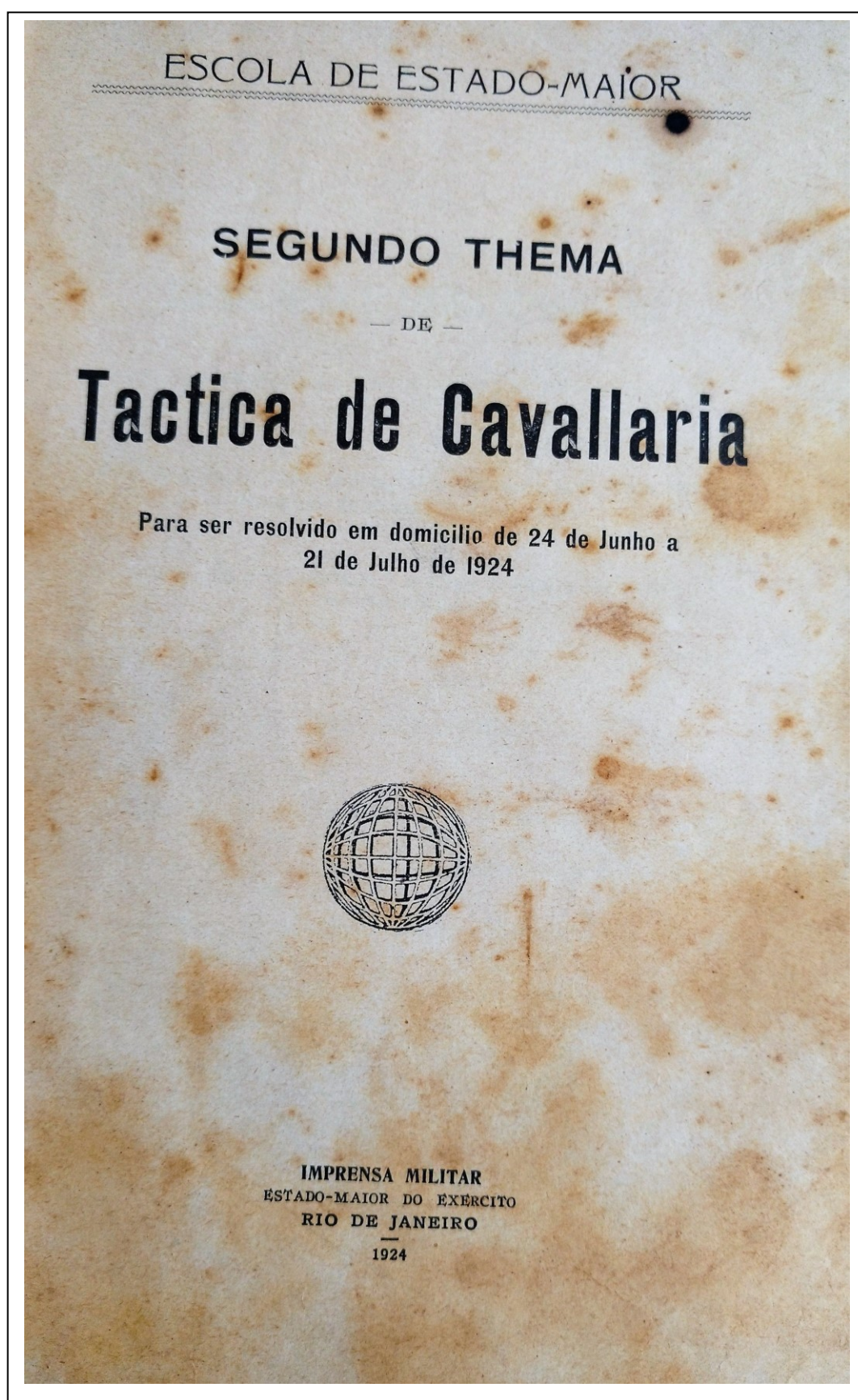
A 11ª D. I., que tinha combatido ao N. do PARAHYBA, retrahiu-se por SANT'ANNA (N. de S. JOSÉ DOS CAMPOS) — S. JOSÉ DOS CAMPOS — JACAREHY — S. IZABEL — ARUJÁ, atraz da 10ª D. I.

Veu tomar posição nas organizações defensivas preparadas ao N. do TIÉTÉ; uma Bda. I. ficou em reserva do Ex. em S. MIGUEL.

Os parques e comboios do Ex., os elementos de Ex., os parques e comboios das 4ª e 11ª D. I., a A. P.

(1) O retrahimento do III Ex. Verde foi objecto de estudo feito na E. E. M.

Anexo 10 - Manual de Tática de Cavalaria de 1924 (fac-símile)



## SEGUNDO THEMA DE TACTICA DE CAVALLARIA

PARA SER RESOLVIDO EM DOMICILIO DE 24 DE JUNHO A 21 DE  
JULHO DE 1924

Carta de S. Paulo : folhas de Mogy-Mirim, Rio Claro, S. Carlos do Pinhal,  
Piracicaba, Campinas—Escala 1/100.000

Carta na escala de 1/750.000 das E. F. de S. Paulo (já distribuida para o trabalho  
de Tactica Geral e E. M.)

### A) SITUAÇÃO GERAL

Depois de um longo periodo de tensão diplomatica entre um paiz vermelho (N.) e um azul (S.), que têm por fronteira o rio PIRACICABA, a guerra foi declarada, por este ultimo, ao meio-dia de 17 de Junho.

Nesta data, já se achava muito adiantada a concentração das forças azues (S.).

As tropas vermelhas (N.), em via de concentração ao N. O. de RIO CLARO, começaram a desembarcar em 16 de Junho, á tarde, na zona ARARAQUARA - S. CARLOS DO PINHAL - RIBEIRO BONITÓ e mais a O. Cobertura prevista na frente RIB. DO ROQUE - Est. SOUZA QUEIROZ - SANTA CRUZ CONCEIÇÃO - CAMPOS DO MOQUEN - Est. MORRO GRANDE - JACUTINGA - SERRA DE ITAQUERY - Os PINHEIRINHOS - Est. TORRINHA...

Os exercitos azues, dispostos face ao N., ao S. da linha CAMPINAS - MONTE MÓR - RIO CAPIVARY e mais a O.

**Anexo 11 - Curso da Escola de Estado-Maior dividido em aulas (Regulamento de 1929) [versão completa]**

**1ª aula – História militar e estratégia** – Baseada no estado e interpretação dos factos de guerra.

Este curso compreenderá principalmente o estudo da ultima guerra europeia, na França, na frente russo-romênica, na Macedônia, na Palestina e na Mesopotâmia, e, eventualmente , o estudo de algumas campanhas napoleônicas e de certas partes da guerra de Secessão e da guerra russo-japonesa.

Compreenderá ainda o estudo de duas campanhas do Brasil no século passado, a expedição contra Rosas e a guerra do Paraguai. Este estudo deverá ser feito em linhas gerais tendo em vista o desenvolvimento gradual do plano de operações e excluindo toda minucia que, dizendo respeito á tática, só tem hoje interesse histórico.

A parte de estratégia, reduzida a noções gerais, só será ministrada, em principio aos alunos do 3º ano da categoria A, 2º ano da categoria B, e curso de revisão.

**2ª aula – Tática geral** – Tem em vista o estudo da combinação dos esforços das diferentes armas e compreende:

a) algumas conferências em que serão expostos os princípios que regem a marcha, a segurança e finalmente o combate, considerada principio no âmbito de um a divisão, agindo em terreno livre e, em seguida, no de um Exercito, compreendendo diversas divisões;

b) exercícios de aplicação consistindo em:

- trabalhos táticos feitos em domicilio;
- trabalhos taticos feitos na Escola, em tempo limitado;
- sessões de jogo da guerra;
- trabalhos no terreno nos arredores do Rio;
- viagens de Estado-Maior;

**3ª aula – Infantaria** – Tem em vista o estudo dos petrechos de combate da infantaria e particularidades dessa arma na marcha, no estacionamento e nas diversas circunstancias do combate. Compreenderá:

a) conferencias;

b) exercícios de aplicação consistindo em:

- trabalhos táticos feitos em domicilio;
- trabalhos táticos feitos na Escola em tempo limitado;
- estudo, durante as sessões de jogo da guerra, das minucias do emprego da infantaria;
- exercícios de quadro nos arredores do Rio e, eventualmente, participação dos alunos, ativamente ou como espectadores nas manobras organizadas na Escola de Aperfeiçoamento.

**4ª aula – Cavalaria** – Será professada segundo os mesmos princípios estabelecidos para a aula de infantaria.

**5ª aula – Artilharia** – Será ministrada, de modo geral, como a aula de tática de infantaria. Compreenderá, não só o emprego tático, mas, ainda o técnico da arma.

**6ª aula – Engenharia** – Tem em vista o estudo da organização e do emprego das unidades de engenharia.

**7ª aula – Aviação** – Essa aula comportará, como as precedentes:

– conferencias;

– exercícios de aplicação consistindo em:

- a) trabalhos táticos feitos em domicilio ou na Escola;
- b) sessões de jogo da guerra.

Os estudos serão dirigidos pelo oficial da M. M. F. diretor da Escola de Aviação. Os

trabalhos de aplicação serão por ele estabelecidos e poderão ser independentes dos demais trabalhos da Escola ou relacionados com os trabalhos correspondentes às aulas de tática geral ou de armas.

(O estudo dos aparelhos e a prática da observação constituirão assumptos que deverão ser tratados durante os estágios.)

**8ª aula – Estado-Maior e serviços** – Tem como objetivo o estudo da organização e do funcionamento geral do serviço de E. M. em campanha, estudo do papel das diferentes secções e das relações existentes entre os E. M. e os principais serviços, principalmente, ligações e transmissões, reaprovisionamentos, etc. Compreenderá:

a) conferencias;

b) exercícios de aplicação consistindo em:

– trabalhos em domicílio (funcionamento dos diferentes serviços);

– trabalhos feitos na Escola em tempo limitado;

– estudo, durante as sessões de jogo da guerra, das minucias do emprego dos E. M. e dos serviços;

– exercícios de conjunto feitos na Escola;

– estudo do funcionamento do E. M. e dos serviços nas viagens do E. M.

**9ª aula – Ligações e transmissões** – A coordenação dos diversos meios de ligações e transmissões, por ser da competência exclusiva do comando, constitui assumpto a estudar na aula de E. M. Aqui estudar-se-ão, apenas, os diferentes meios de transmissão e a organização e emprego das unidades de transmissão (companhias e esquadros). Esta aula, ministrada pelo oficial francês telegrafista, compreenderá:

a) conferencias;

b) exercícios de aplicação consistindo:

– no estudo do funcionamento das transmissões nos trabalhos escritos e nas sessões de jogo da guerra;

– em exercícios especiais de ligação e transmissões organizadas em harmonia com a Escola de Aperfeiçoamento;

– no estudo das ligações e transmissões durante as viagens de E. M.

(O estudo dos aparelhos e a prática de manipulação constituirão assumptos que deverão ser tratados durante os estágios.)

**10ª aula – Serviço de Material Bélico** – Essa aula visa, principalmente, o estudo das questões de remuniamento, de evacuação, reparação e substituição do armamento no decorrer das operações.

Compreenderá:

a) conferencias;

b) exercícios de aplicação que se relacionem com os trabalhos de tática e de E. M. (trabalhos em domicílio, na Escola e sessão de jogo da guerra).

Comportará ainda algumas conferencias relativas á fabricação do material de guerra e das munições.

Essa aula será dada pelo oficial francês instrutor de artilharia e pelo engenheiro francês especialista em pólvoras.

Poderá ser completada com visitas a estabelecimentos militares (arsenal, fabricas de pólvoras, de cartuchos, etc.).

**11ª aula – Serviço de Engenharia** – Compreenderá:

– Conferencias sobre a fertilização permanente e o papel que poderá desempenhar na guerra moderna em ligação com os exércitos.

– Conferencias sobre todos os trabalhos que incumbem á engenharia em campanha (fortificação, organização, construção e conservação das vias de comunicação terrestres

e dos locais de estacionamento, construção das diversas espécies de pontos, emprego dos explosivos nas destruições e na guerra de minas).

**12ª aula – Serviço de Aviação** – Esta aula visa o estudo das questões de reabastecimento, de evacuação, reparação e substituição do material de aviação, no decorrer das operações. Compreenderá:

a) conferencias;

b) exercícios de aplicação que se realizarão com os trabalhos de tática e de E. M. (trabalhos em domicilio e sessões do jogo da guerra).

Comportará, ainda, algumas conferencias relativas á fabricação do material aéreo (motores compreendidos).

Esta aula será ministrada pelo oficial da M. M. F., instrutor de aviação, e pelo engenheiro (M. M. F.) de aviação.

**13ª aula – Serviço de Intendência** – Abrange o estudo da organização e do funcionamento dos reaproveitamentos que ficam a cargo do Serviço de Intendência nos Exércitos. Compreenderá:

– Conferencias;

– Exercícios de aplicação que se relacionem com os trabalhos escritos de E. M., as sessões de jogo da guerra e as viagens de E. M.

**14ª aula – Serviço de Saúde** – Comportará duas partes:

1ª Estudo dos princípios de higiene a observar nas diversas circunstancias e os processos modernos de tratamento dos feridos de guerra;

2ª Estudo do funcionamento das formações sanitárias, das evacuações e do reaproveitamento em material sanitário, nos exércitos.

**15ª aula – Organização, Mobilização, Plano de Guerra, Plano de Operação (Cobertura, Concentração)** – Compreende o estudo da organização das diferentes unidades, dos E. M. e dos Serviços em tempo de paz e no de guerra, da mobilização desses elementos, da administração das reservas e, finalmente, das ideias gerais que presidem á organização dos planos de guerra e de operações.

**16ª aula – Vias de comunicação – Transportes** – Essa aula constará de duas partes: uma técnica, que será ensinada pelo oficial de engenharia da M. M. F.; a outra, relativa ao emprego tático e estratégico, será ministrada por um oficial da M. M. F., especialmente designado. O estudo dessa aula referir-se-á, não só ás operações dos exércitos, mas ainda ás questões de mobilização, concentração, reabastecimento nacional, etc.

**17ª aula – Organização da Defesa Nacional** – Essa aula tem principalmente por fim o estudo das questões de organização e reaproveitamento nacionais em caso de guerra. Será professada por diferentes membros da M. M. F., especialistas nos diversos assumptos que nela serão desenvolvidos (aviador, intendente, médico, engenheiro de pólvoras, oficiais de E.). M.. etc.

**18ª aula – Tática naval** – Terá por objetivo o estudo sumario dos diferentes tipos de navios de guerra e o modo de emprega-los, da defesa de costa, fixa e móvel, de emprego combinado das tropas de terra e mar (transporte de tropas, desembarques, etc.).

**19ª aula – Geografia militar** – Compreenderá o estudo da influencia dos fatores geográficos nas operações militares.

A titulo de aplicação serão feitos estudos geográficos militares de certas regiões da América do Sul particularmente interessantes ao Brasil.

**20ª aula – Exércitos estrangeiros** – Tem em vista o estudo da organização dos principais exércitos sul-americanos.

**21ª aula – Direito internacional e administrativo** – Tem por fim, além do estudo de questões gerais de direito internacional publico e de direito administrativo, que possam interessar aos oficiais de E. M.. a análise dos principais tratados firmados pelo Brasil e o exame da nossa organização administrativa geral, da nossa legislação industrial e do trabalho e da nossa legislação financeira.

**22ª aula – Economia politica e Sociologia** – Nessa aula serão passadas em revista as principais questões de ordem doutrinaria relativas a essas disciplinas e examinados os principais problemas econômicos e sociais da atualidade particularmente interessantes para o Brasil.

O ensino na E. E. M. comportará ainda, exercícios de criptografia, pratica de datilografia, condução de viaturas automóveis, educação física e outros assumptos que pelo Chefe do E. M. E. forem mandados inserir nos programas.

II – Prescrições relativas aos estágios

O emprego do tempo, durante o 1º ano do curso de Estado-Maior (categoria A), será feito de modo geral, da seguinte maneira:

1º – De 1 de abril a 10 de julho – Permanência na Escola para revisão do estudo de táctica das armas, relativo a pequenas unidades;

2º – De 15 de julho a 30 de setembro – Estágios em cada uma das armas de infantaria, cavalaria e artilharia, diferentes da do aluno;

3º – De 1 a 15 de outubro – Estagio de transmissões;

4º – De 15 de outubro a 30 de dezembro – Estagio de aviação.

Os alunos procedentes da arma de aviação serão dispensados do estagio nessa arma, mas serão obrigados a estagiar nas outras, da seguinte maneira: na artilharia, por dois meses; na infantaria, por dois e na cavalaria por um.

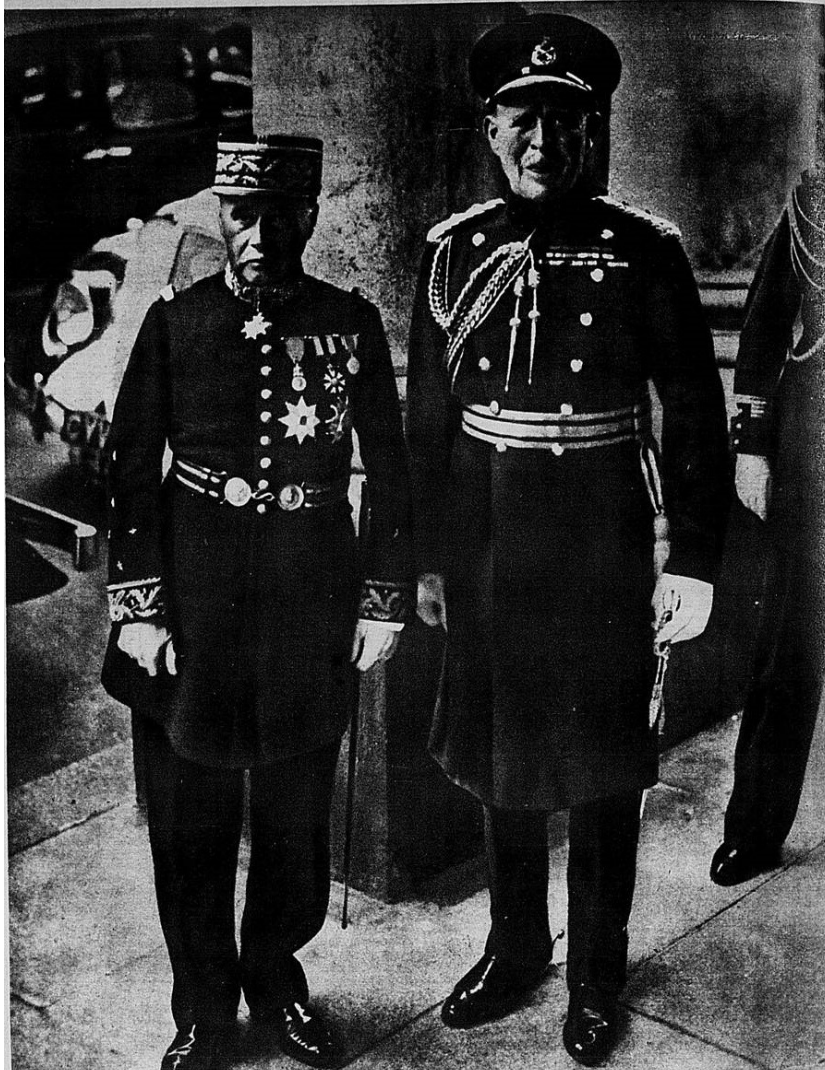
Os alunos que provierem da engenharia farão apenas os estágios de artilharia, cavalaria e aviação.

Os estágios nas armas de I. C e A serão feitos nos corpos de tropa de Rio ou da Villa Militar; o de transmissões no Centro de Transmissões; o da arma de aviação na Escola de Aviação Militar. As condições detalhadas de execução desses estágios serão propostas pelo diretor de estudos da Escola e determinadas pelo chefe do E. M. E.

Durante os estágios de I.. C. e A .. os instrutores das aulas de táctica dessas armas acompanharão os trabalhos dos alunos. Esses trabalhos serão orientados, comentados e completados em reuniões realizadas, em principio, no fim de cada semana. Ficarão, portanto, os instrutores autorizados a assistir os diversos exercícios executados pelas unidades nas quais existam alunos em estagio.

Fonte: BRASIL, 1929.

Anexo 12 – Homenagem ao General Gamelin publicado no jornal *A Noite Ilustrada* (fac-símile)



O MAIOR GENERAL DE UMA GRANDE LINHAGEM DE GENERAIS — GAMELIN AO LADO DO COMANDANTE-CHEFE DO EXERCITO INGLESE — Gamelin, no seu primeiro encontro deste ano com o Visconde Gort, comandante-chefe das forças Inglesas. Gamelin ocupava um alto posto no fim da ultima guerra. Desde 1931 foi feito chefe do Grande Estado Maior. Foi o primeiro, desde 1938, a ocupar o supremo posto de chefe do Grande Estado Maior para a Defesa Nacional. Desde cinco anos tem estado ocupado a organizar as forças militares da França, visando resistir a aggressão nazista.



AOS 13 ANOS DE IDADE: 1885 — O jovem Gamelin, aluno do Colegio Stanislas, com sede na Rua Nossa Senhora do Campos, em Paris.



AOS 19 ANOS DE IDADE: 1891 — Gamelin entra para celebre Escola Militar de Saint-Cyr e destaca-se á frente dos de sua serie.



AOS 23 ANOS DE IDADE: 1895 — Designado para a Infantaria, serve durante tres anos no norte da Africa. Entra em seguida para o Serviço Geografico do Exercito.





GAMELIN, BRAÇO DIREITO DE JOFFRE, EM 1906 — Na extrema esquerda está Gamelin, do Estado Maior de Joffre, que, ao tempo, comandava a Sexta Divisão de Infantaria. Joffre confiava grandemente nas decisões de Gamelin.



GAMELIN COMO GENERAL DE DIVISÃO, EM 1917 — Gamelin, comandante da Nona Divisão, e seu estado maior, numa granja. Por ocasião do Armistício, Gamelin foi promovido a general de Divisão.



GAMELIN, CHEFE DA MISSÃO MILITAR NO BRASIL, EM 1919 — Em 1919, Gamelin vem ao Brasil como chefe da Missão Militar Francesa. Permanece aqui durante seis anos. Promove a reorganização do Exército brasileiro.



GAMELIN, ENCARREGADO DE OPERAÇÕES NA SÍRIA — Em 1925, Gamelin é enviado à Síria afim de reprimir a rebelião dos Drusos. Ali se demora até 1927. Na sua volta à França é-lhe confiado o comando de um corpo de exército. Em 1931 é nomeado chefe do Grande Estado Maior.



GAMELIN COMO COMANDANTE-CHEFE DA FRANÇA, EM 1938 — Gamelin (à direita), com Deladier e Bonnet (à esquerda), de viagem para Londres, em setembro de 1938.



GAMELIN EM COMPANHIA DE UM POSSÍVEL SUCESSOR SEU — Dizem os peritos que, se Gamelin se retirar do posto de chefe do Exército, afim de concentrar suas idéias sobre os altos problemas da defesa, terá provavelmente, como sucessor, o homem que se vê aqui a seu lado, o general Georges.

# O GENERAL GAMELIN EM MUITAS IDADES

O comum dos franceses sabe tão pouco do General Gamelin quanto o comum dos ingleses. Sabe-se que Gamelin serviu muitos anos ao lado de Joffre, que sua carreira militar tem sido excepcionalmente brilhante e que, se a organização do Exército Francês é atualmente verdadeiramente esplêndida, isso se deve, em grande parte, àquele que tem estado à sua frente nos seus últimos anos. Mas, à parte isso, bem pouco se conhece do homem, pois há na França uma tradição segundo a qual se os políticos podem ser "ad lib", objetos de discussões, na imprensa, ora impiedosas, ora mesmo justas, os chefes do Exército devam ficar acima dessas discussões e ser deixados em paz. O Exército está acima da política, e não devem, por consequência, ser arrastados para os seus debates.

A frente desse Exército está o General Gamelin. Tem sessenta e sete anos. Mas parece ter dez de menos. A energia de caráter ele reúne a rara "finesse" de espírito do povo francês. Gamelin é também senhor de um grande poder atrativo de simpatia e de inteligência. Crê, naturalmente, na disciplina militar, mas não na obediência cega e passiva do soldado alemão. "Ha companhias e regimentos — diz ele habitualmente — aos

quais não é necessário dar ordens; basta apenas usar de persuasão para conduzi-los".

Durante muitos anos, Gamelin serviu junto a Joffre; mas cada qual deles veio de extremos opostos da França. Joffre era natural dos Pireneus. Gamelin é o homem do norte. A família de seu pai originou-se da Flandres francesa, e a de sua mãe é, em parte, originária da Lorena, e, em parte, da Alsácia. Ambas as famílias eram de militares. O General Ulrich, tio-bisavô de Gamelin, foi o último governador militar de Strasburgo, antes da guerra de 1870. Seu avô e seu pai foram também militares; e, se ele nasceu em Paris, foi, como certa vez disse, "acidentalmente", isto é, simplesmente porque seu pai, como militar, era levado a deslocar-se sempre com a sua família.

Gamelin nasceu numa casa do Boulevard Saint-Germain, em face do Ministério da Guerra. Frequentou o Colegio Stanislaw, onde teve, como professores, a René Doumic, que depois foi secretário da Academia Francesa, e a Monsenhor Baudillart, mais tarde cardinal e também membro da referida Academia. Foi educado de acordo com as tradições católicas, como o são, na maior parte, os ofi-

(Continua na pagina 16)

O GENERAL GAMELIN CONTA AGORA SEXTENTA E SETE ANOS. FOI CHEFE DO ESTADO MAIOR DO EXERCITO FRANCÊS EM 1931. E OCUPA ATUALMENTE UM POSTO DE AUTORIDADE COMO NENHUM FRANCÊS OCUPOU DESDE O TEMPO DE NAPOLEÃO



AOS 33 ANOS DE IDADE: 1906 — Gamelin, capitão, tendo feito o curso da Escola do Estado Maior, como aluno de Foch. Passa então a secretário de Joffre.

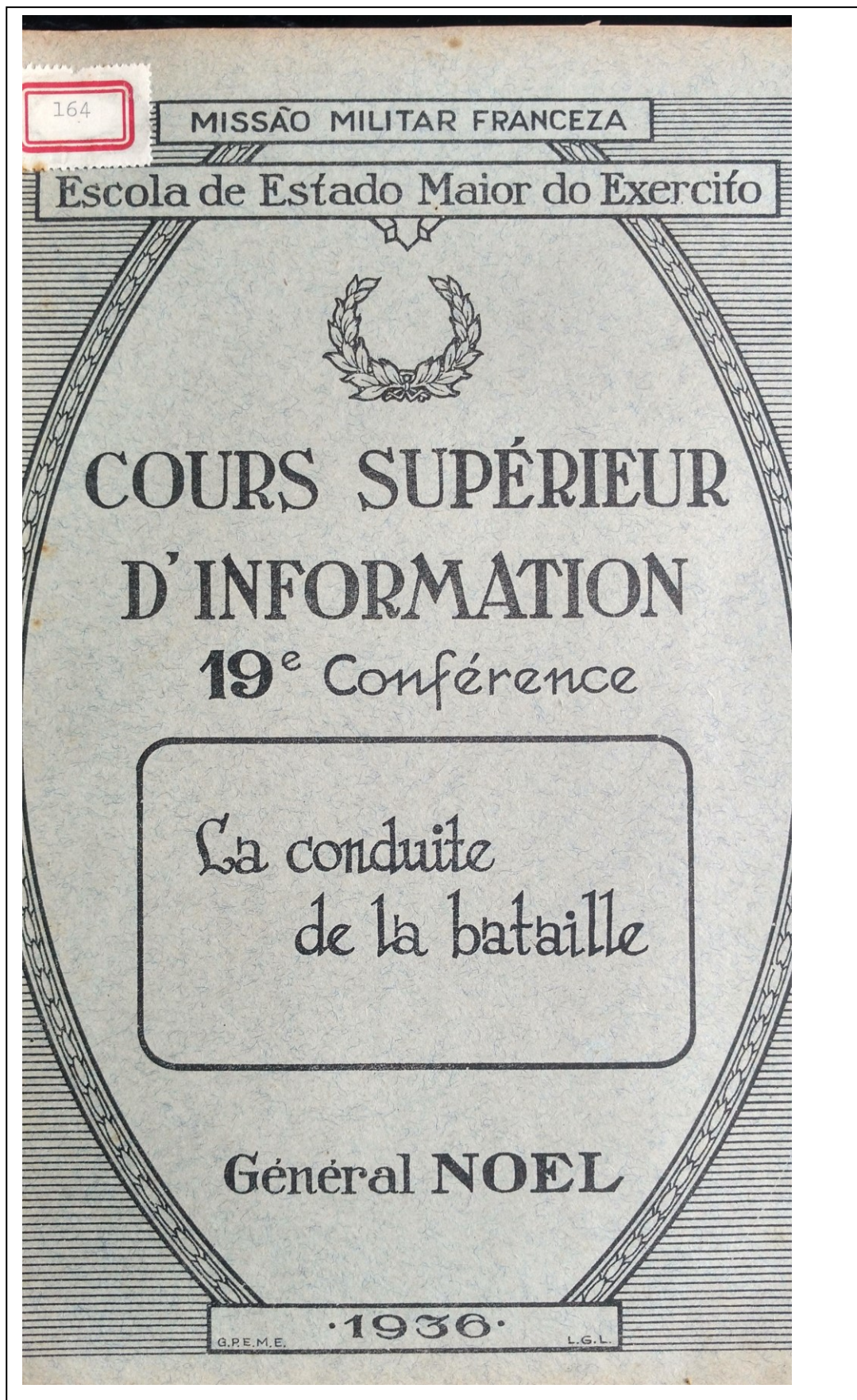


AOS 38 ANOS DE IDADE: 1911 — Assume o comando do 11.º Batalhão de Caçadores Alpinos. Seu cargo é na realidade o de conselheiro do comandante-chefe Joffre.



AOS 56 ANOS DE IDADE — Gamelin, general. Realiza-se o sonho de sua mãe. A guerra mundial fê-lo celebre. Vem ao Brasil.

<b>ANEXO 13 – Chefes da Missão Militar Francesa (1920-1940)</b>	
<b>Nome*</b>	<b>Período de gestão</b>
Maurice Gamelin	1920-1925
Fredéric Coffec	1925- 1927
Joseph Spire	1927- 1930
Charles Huntziger	1930-1933
Jules Baudouin	1933-1935
Paul Noel	1935- 1938
Georges Chadebec de la Valade	1938-1940
<b>Fonte:</b> DHBB, 2010.	
* Todos detinham a patente de General.	



CROQUIS

19ª CONFERENCIA

A batalha do Marne

Situação na manhã de 6 de Set-alliados

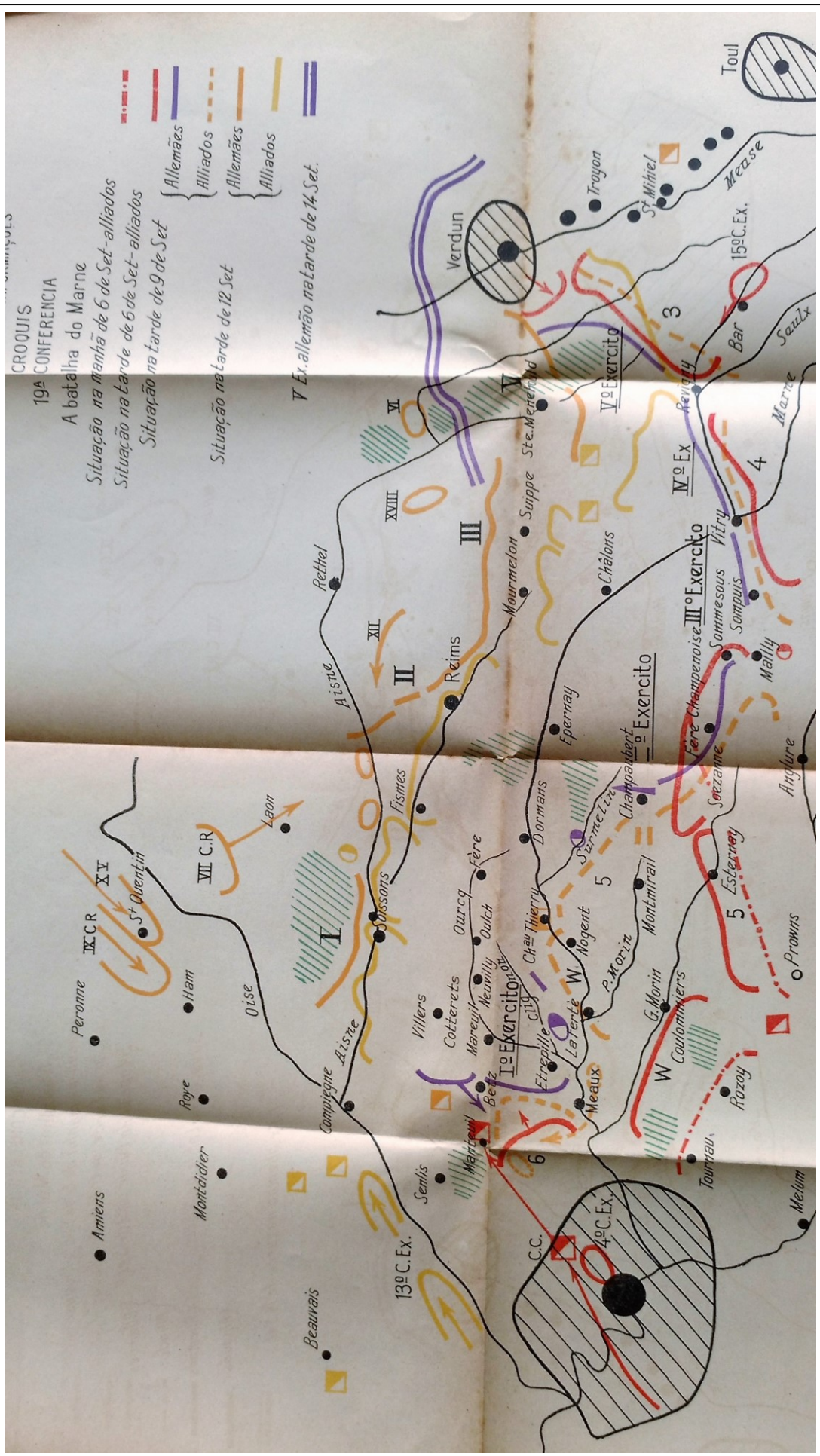
Situação na tarde de 6 de Set-alliados

Situação na tarde de 9 de Set

Situação na tarde de 12 Set

V Ex. alemão na tarde de 14 Set.

- Allemaes
- Aliados
- Allemaes
- Aliados
- Aliados
- Aliados



Anexo 15 – Trabalho de conclusão de estágio de tática de armas, do curso de estado-maior (1937) (fac-símile)

Ata 1937 0230

E.E.M.  
Março de 1937  
Realizado em 8-III-1937

TRABALHO DE TACTICA DAS ARMAS  
(de fim de estagio)

1º anno

DOCUMENTO BASE

Carta de São PAULO- 1:100.000  
Folhas de S.SIMÃO- MOCÓCA-CASA  
BRANCA-PIRASSUNUNGA.

A) - SITUAÇÃO GERAL

Após uma série de operações ofensivas executadas contra forças Vermelhas que se retraem sistematicamente na direção geral do sul, um Exército Azul do Norte alcança no dia D um dos seus objectivos previstos- região de S.SIMÃO-, tendo seus elementos mais avançados na linha: serreas imediatamente ao S. e L. de TAMBAHŪ-STA. RITA DO PASSA QUATRO e mais a W.- e nela vai reconstituir-se afim de reiniciar suas operações na direção geral de PIRASSUNUNGA.

O Exército Azul tem o seu flanco L. apoiado na Serra de S.PEDRO.

B) - SITUAÇÃO PARTICULAR

Em vista das possibilidades de atuação das forças Vermelhas sobre a retaguarda ou flanco L. do Exército Azul, durante o seu movimento para o Sul, o Comando deste fez expedir uma ORDEM PARTICULAR, recebida pelo General Cmt. da 5ª D.I., em seu P.C. em CAJURŪ, às 15 h. do dia D.

Desta ORDEM PARTICULAR extrae-se o seguinte:

Q.G. em SERRA AZUL, dia D às 11 horas

ORDEM PARTICULAR Nº...  
(Ao Sr. Cmt. da 5ª D.I.)

I- As operações ofensivas do Exército serão iniciadas a partir de D + 5 na direção geral de PIRASSUNUNGA.

II- A 5ª. D.I. continuará seus desembarques em Altinópolis afim de ulteriormente cobrir o flanco L. do Exército, provavelmente na região de alturas de MATTO SECCO e N.W. de CASA BRANCA.

III- Com os elementos já desembarcados de vossa Divisão, deveis cobrir o flanco L. do Exército e esforçar-se por impedir, a partir de D + 5, toda e qualquer possibilidade de movimento do inimigo, nas direcções que de CASA BRANCA e ITOBY se dirigem quer para o W. através da região das Serras e quer para o N.

(a) - Gen. S.  
Cmt. do Exército Azul.

.....

A às 15 horas a situação da tropa, em fim de movimento desta jornada, é a seguinte:

- P.C. da 5ª. D.I.- CAJURŪ
- 5ª R.C.D... - CAJURU
- 12ª R.I. - nas margens da estrada entre a orla S. de CAJURŪ e a Faz. José Alves.
- 13ª R.I. - região de ARISTIDES;
- Elementos da 5ª. Cia. Trans.- região de ARISTIDES
- 9ª R.A.M. e 1ª Cia. Sap. Min.- região de J.MACHADO e mais ao Norte.

.....

Tempo bom. Amanhece às 5 h. 30 e anoitece às 18 h. 30.  
A estrada dos BOIADEIROS atravessa o Rio Pardo mas não permite o trafego de viatura

2

V- DEFINIÇÃO DAS POSIÇÕES:

1º- Posição de Resistencia:

- L.P.R.- ver calco
- L.D. - " "

2º- Posição de Postos avançados(L.V.) - Ver paragrafo VII.

VI- Linha de Combate :

Tres sub-sectores:

- Sub-sector D.- a cargo do 14º R.I.
- Sub-sector C.- a cargo do 12º R.I.
- Sub-sector W.- a cargo do 13º R.I.

Limite entre os Sub-sectores- Vêr calco nº 2.

- 1) RESERVA- Como lembrança.
- 2) Artilharia-

Repartição dos meios:

Apoio directo:

- ao sub-sector W.: 1 Gr. de 75;
- ao sub-sector C.: 3 Gr. de 75
- ao sub-sector L.: Como lembrança

VII- MISSÕES DOS DIFERENTES ELEMENTOS:

A)- INFANTARIA:

1- Posição de resistencia:

Os R.I. defenderão a P.R. em toda a sua profundidade e terão particular empenho na manutenção dos seguinte pontos:

- No sub-sector L.- planalto de cota 725 e região de estrada CASA BRANCA-S/JOÃO TAMANDUA.
- No sub-sector O.- planalto cota 700
- No sub-sector W. planaltos de cota 700.

2- Postos avançados

a- Missão de vigilancia:

- b- Linha de vigilancia- a determinar pelos Cmts. de S.S.
- c- Efectivo a empregar- a regular pelos R.I.

3- Reserva -

Como lembrança.

B)- ARTILHARIA

1º- Missão-

A missão geral da Artilharia é de cooperar na defesa da posição e de agir segundo a direcção geral: Saldas N.W. de CASA BRANCA; JARDIM, por tiros á vista, desencadeados desde o mais longe possivel, afim de:

- a- retardar a aproximação e a tomada de contacto do inimigo com a nossa P.R.;
- b- dissociar o seu ataque e dificultar a reunião dos seus meios.

2º- Organização do comando:

- Agrupamento W.:  
Cmt. - Major Cmt. do I/9º R.A.M.  
Composição- I/9º R.A.M.
- Agrupamento O.:  
Cmt.- Cel. Cmt. do 9º R.A.M.  
Composição- II,III/9º R.A.M.

C)- CAVALARIA:

O R.C.D. após a realização do dispositivo de Destacamento, ocupará o S/sector L. até a entrada em linha do 14º R.I., conservando em contacto com os elementos inimigos já assinalados o efectivo maximo de um Esquadrão.

VIII- ORGANIZAÇÃO DO TERRENO:

Os R.I. contarão para os trabalhos correntes em seus sub-sectores, apenas os os proprie meios.

IX- REALIZAÇÃO DO DISPOSITIVO:

Conven salientar:

- 1º- que o trabalho requeria o esforço de uma DECISÃO DO CAMPO DE BATALHA, decisão que fosse ao mesmo tempo simples, simpática e exequível;
- 2º- que nele fossem aplicados os conhecimentos contidos nos regulamentos de emprego das armas e nas conferencias fornecidas pelo Curso.

As provas, APESAR DE JULGADA COM EXCESSIVA BENEVOLENCIA, ainda deixaram muito a desejar, não só pelo desconhecimento dos regulamentos e notas do Curso, como também pela falta de EDUCAÇÃO DA VONTADE que quasi todos denotaram, em tomar francamente um partido. .. Nota-se, em quasi todas as provas, lamentavel INDECISÃO. Esta ultima attitude, principalmente na guerra, é pior do que uma pessima Decisão, tomada com a firme resolução de executar-a até o fim.

Para finalizar, duas palavras acerca de um erro generalizado. O Cmt. de um Agrupamento de Ap. Directo não adapta os seus grupos ás frentes dos Etl. de 1º escalão. Salvo casos EXCEPCIONALISSIMOS tal providencia não é nunca necessaria, sendo até mesmo condenavel, devido á falta de meios de ligações efficientes entre o grupo e o batalhão apoiado. Ademais semelhante medida traria como primeira consequencia uma excessiva descentralização da artilharia que poderia acarretar o exagero dos Cmt. de grupos, por sua vez, adptarem as suas baterias ás Cias. de 1º escalão, e, nesse andar, nada impediria que a RESPONSABILIDADE MORAL dos chefes se diluisse nas mãos dos caporaes.

O Cmt. do Agrupamento dá zonas de acção aos seus grupos sem se preocupar com os quarteiros ou zonas de acção dos Batalhões.

Fin

.....  
 .....  
 .....  
 ...O...

Anexo 16 - "Manobras do 2º ano da Escola de Estado-Maior", reportagem fotográfica de A Noite Ilustrada (outubro de 1935)



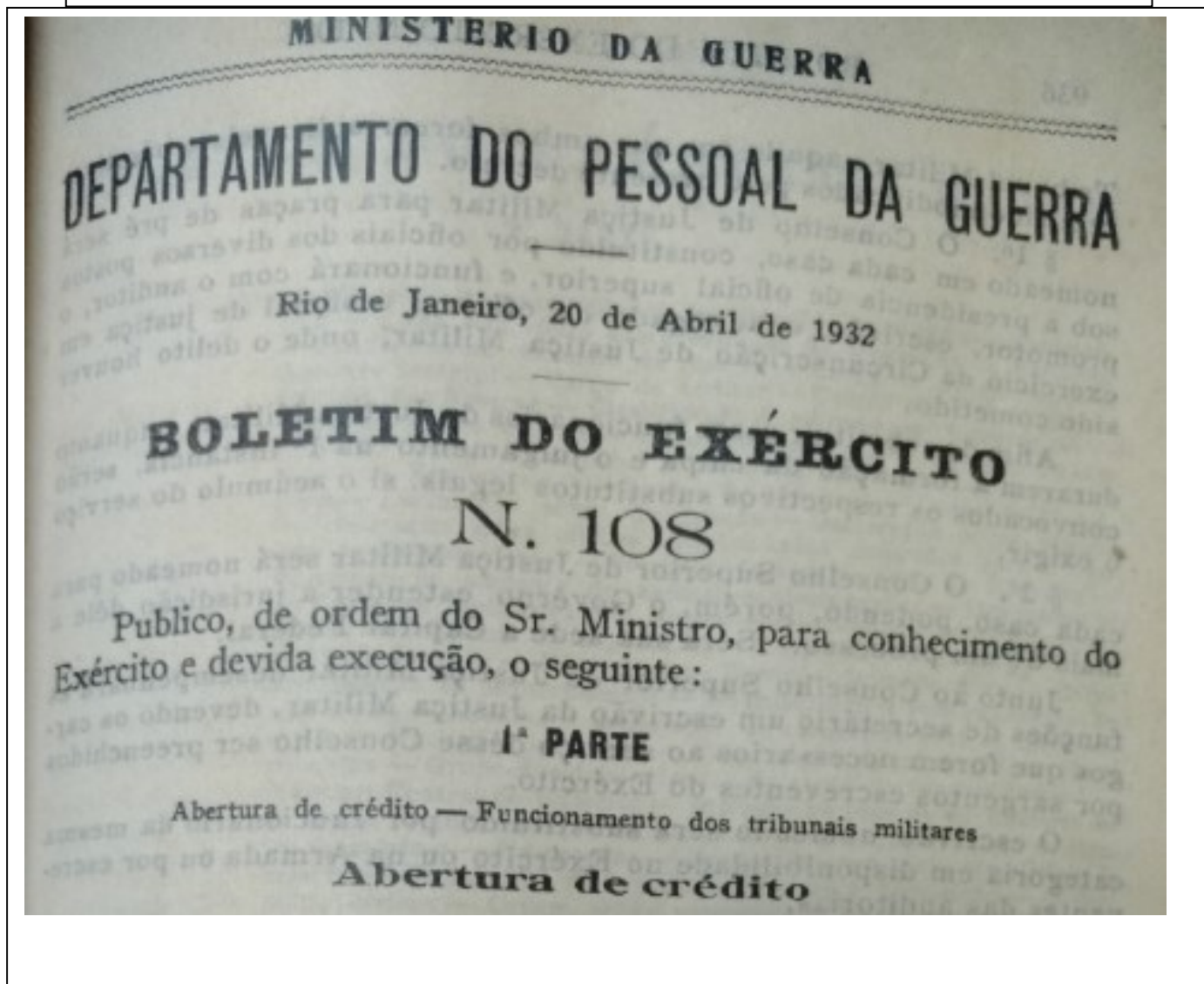
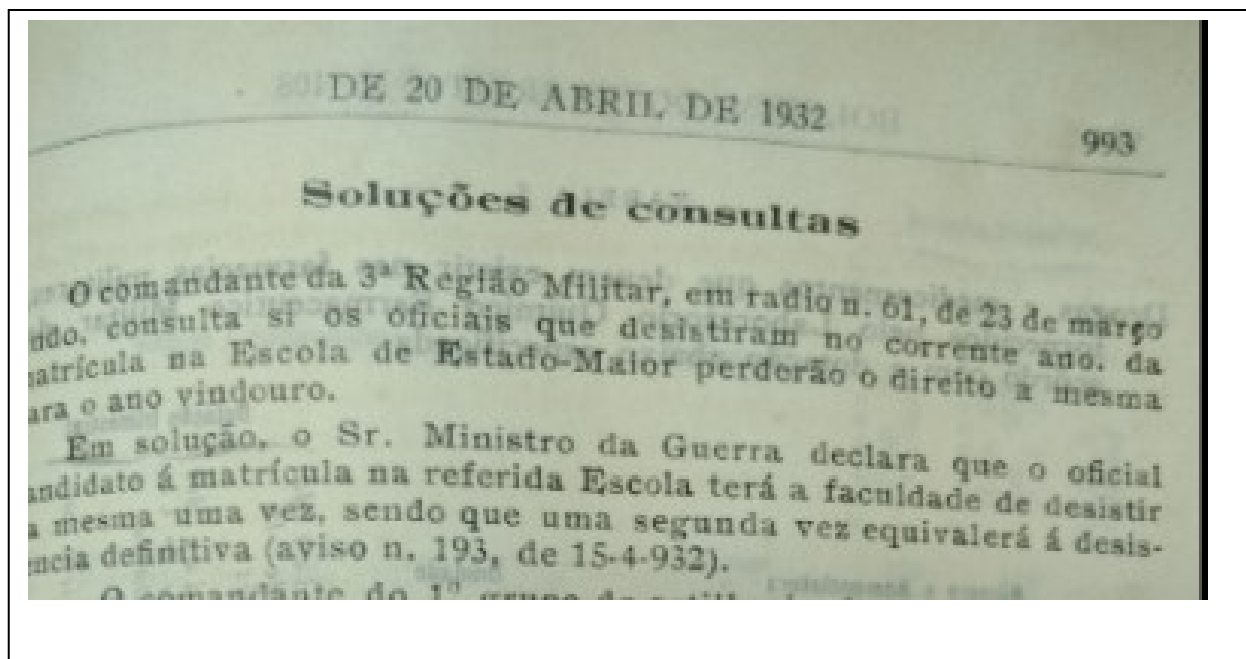
**Manobras em Taubaté**

Mão grado a enfermidade ocorrida imprevistamente em campo ao coronel Orozimbo Martins Pereira e ao capitão Damasceno Portugal, as manobras do 2º ano da Escola de Estado-Maior em Taubaté, transcorreram com o maior brilhantismo e segurança, tendo todos os planos sido executados à risca pelos oficiais-alunos do grupo "Vermelho", ali como em Rezende, pela infantaria e artilharia. As manobras foram assistidas pelo general Noel, chefe da Missão Militar Francesa, e pelo comandante da Escola de Estado-Maior, que muito elogiaram o preparo técnico dos oficiais. Nesta página fixam-se vários aspectos das manobras desenvolvidas em Taubaté, e que confirmam a excelência do moderno Exército Nacional.

As gravuras representam, de cima para baixo: oficiais-alunos, deixando Taubaté em direção ao vale de Una; tenente-coronel Zenobio da Costa, major Osorio e outros alunos; Estado-Maior do grupo "Vermelho"; no alto, à direita: tenente-coronel Zenobio da Costa, capitães Silva e Djalma Ribeiro, na entrada de rodagem Taubaté-Ypiranga.



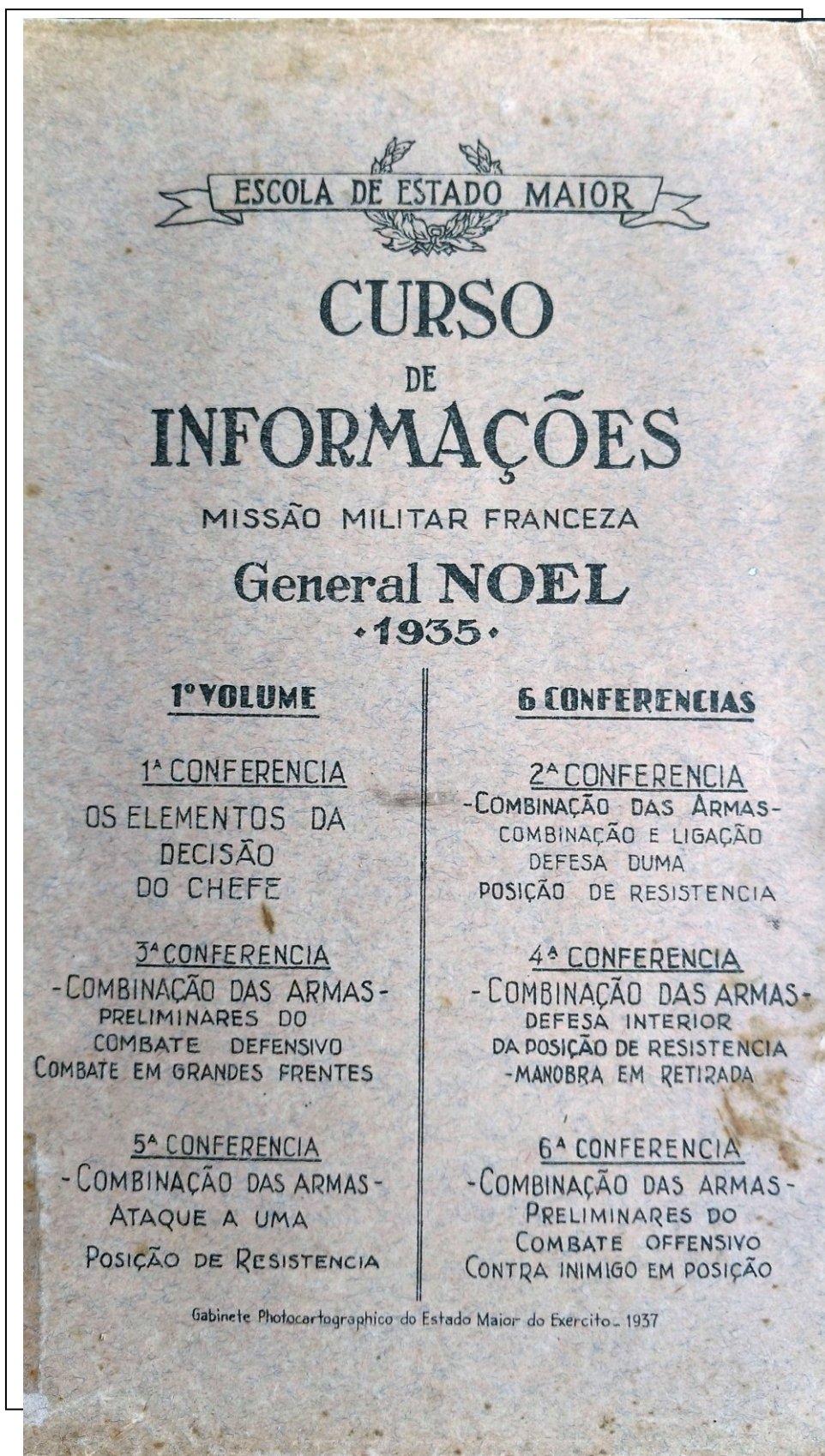
ANEXO 17 – SOLUÇÃO DE CONSULTAS DO MINISTRO DA GUERRA – BOLETIM Nº 108, DE 20 DE ABRIL DE 1932. (fac-símile)



ANEXO 18 – Movimentos militares no Brasil (1930-1939)								
Participação principal	Out. 1930-1934				1935-1939			
	Ag.	Pr.	Rev.	Tot.	Ag.	Pr.	Rev.	Tot.
<b>Generais</b>	5	4	-	9	2	4	-	6
<b>Outros oficiais</b>	10	3	2	15	5	2	4	11
<b>Praças</b>	14	1	5	20	8	3	2	13
<b>Mista</b>	3	-	3	6	8	-	-	8
<b>TOTAL</b>	<b>32</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>50</b>	<b>23</b>	<b>9</b>	<b>6</b>	<b>38</b>

**Legenda:**  
**Ag.** = Agitação; **Pr.** = Protesto; **Rev.**= Revolta  
\*Agitação inclui conspirações. \*\*Revolta inclui casos de motim.  
\*\*\*Uma greve geral de cadetes de 1934 foi classificada como protesto de oficiais.  
**Fonte:** (CARVALHO, 2005a, p.65)

Anexo 19 – Capas dos manuais com as conferências do General Noel no Curso de Informações de 1935 (fac-símile)



ESCOLA DE ESTADO MAIOR

# CURSO DE INFORMAÇÕES

MISSÃO MILITAR FRANCEZA

General NOEL  
•1935•

## 2º VOLUME

### 7ª CONFERENCIA

Combinação das Armas  
OFFENSIVA CONTRA INIMIGO  
EM MOVIMENTO

### 9ª CONFERENCIA

A Manobra de Ala

### 11ª CONFERENCIA

Concepção e Direcção  
duma Operação

## 6 CONFERENCIAS

### 8ª CONFERENCIA

A Manobra  
COMBINAÇÕES ELEMENTARES  
NOÇÃO DE ACCÃO DECISIVA  
E UNIDADE DO COMBATE

### 10ª CONFERENCIA

As Manobras Centraes

### 12ª CONFERENCIA

Preparação para a  
Guerra

Gabinete Photocartographico do Estado Major do Exercito.

ACERVO

SEN. JOÃO BINA MACHADO

Anexo 20 – Conceito de apreciação geral de aluno da Escola de Estado-Maior do Exército de 1936 (fac-símile)

Cfa 35.04.00  
tv

ESCOLA DE ESTADO MAIOR.

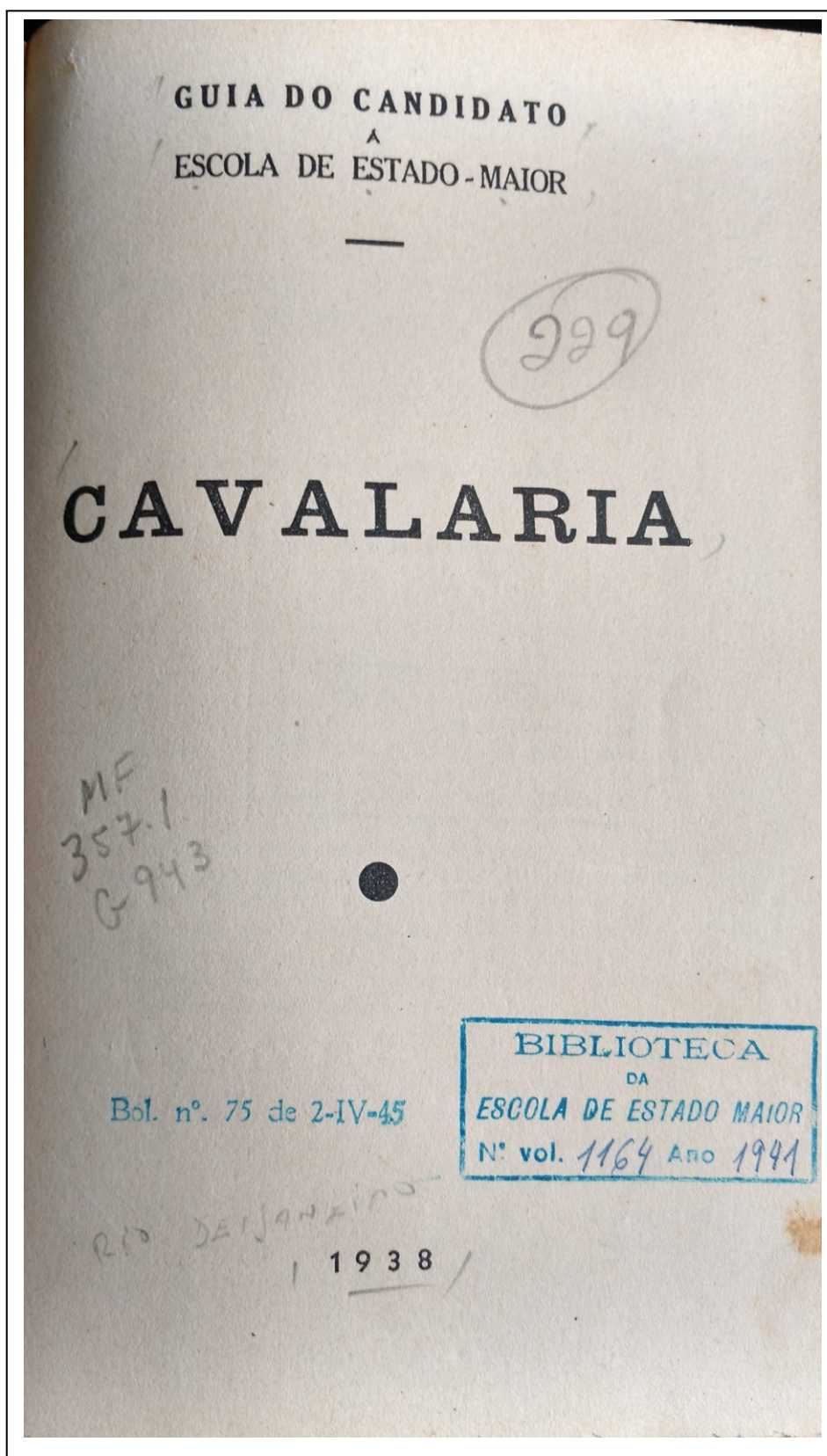
Direcção do Ensino.

1936.

1) - Ten. Cel. OSWALDO CORDEIRO DE FARIA.

Official intelligente, trabalhador, assiduo e pontual. Temperamento energico e impulsivo, mas logo refreado pelo bom senso. Tem confiança em si e amor á responsabilidade. Raciocina com clareza e imprime cunho pessoal as suas prontas decisões. Bem moço no posto, possui todavia qualidades intellectuaes e moraes que se affirmarão cada vez mais, habilitando-o a tornar-se optimo official de estado maior. Por ser o mais graduado, chefiou a turma; desempenhou-se com perfeição.

Anexo 21 – “Guia do Candidato à Escola de Estado-Maior” para o “tema tático de Cavalaria” (1938) (fac-símile)



## REGIMENTO DE CAVALARIA DIVISIONARIO

### Organização, efetivos, meios de combate

#### I — GENERALIDADES

As Divisões de Infantaria são — pela nossa organização — dotadas organicamente de um R. C. D.. Esta dotação é importante, e particularmente justificada em face das condições em que operarão, normalmente, nossas grandes unidades de infantaria, isto é, sobre grandes frentes.

Ainda hoje se acredita na Europa que os Exércitos não poderão ter sempre cavalaria em sua frente, porque o numero de divisões dessa arma não serão suficientes para cobrir toda a frente da zona de guerra. Si isso se passa na Europa com mais forte razão se poderá passar entre nós e por certo veremos, muitas vezes, nossas G. U. de infantaria, a operar sem divisões de cavalaria em sua frente.

Para sanar essa ausencia eventual foram creados os R. C. D. que constituem força de real valor, capaz de satisfazer, — sob o ponto de vista de informações e cobertura, — as necessidades do Cmt. da D. I.

Si, de modo generico, se admite que as informações sobre as grandes concentrações e movimentos do inimigo são fornecidas aos cmts. de D. I. pelo escalão superior, devemos tambem admitir que aqueles chefes disponham para a busca dessas informações de um órgão capaz — em quadro mais reduzido que o do Ex. — de assegurar a liberdade de ação e garantir a tropa contra a surprêsa.

O R. C. D. é, pois, o elemento movel e relativamente potente que, de par com a aviação, permite ao cmte. de D. I. buscar informações, isto é, **ver longe**.

## A cavalaria divisionaria na cobertura dum flanco

### I — GENERALIDADES

Vimos em numeros anteriores deste GUIA que o R. C. D. colabora tanto na segurança afastada como na segurança aproximada da D. I. e estudámos os processos de execução por êle empregados quando atúa na frente dessa G. U.

Analisaremos agora, não só as possibilidades de emprego da cavalaria divisionaria na cobertura dum flanco, mas tambem os processos que utiliza para a realização dessa missão.

Normalmente, para uma D. I. que marcha na direção do inimigo, o perigo não se apresenta na frente e nos flancos com a mesma intensidade. Onde o perigo fôr maior aí estará, certamente, o grosso do R. C. D. como elemento de segurança afastada. Como, porém, a rêde de segurança afastada pôde ser atravessada por elementos ligeiros inimigos estes se poderão apresentar quer na frente quer nos flancos das colunas em marcha.

Eis a razão porque, já vimos, uma fração opéra em proveito dos destacamentos de segurança aproximada.

No caso da segurança dos flancos, o destacamento de cobertura pôde às vezes, ser substituído por um elemento de cavalaria que sósinho garanta aquela segurança.

A fração de segurança aproximada garante, isoladamente, o papel de **flanco guarda** quando essa missão não



**Anexo 22 – Questionário para oficiais candidatos ao concurso de admissão da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1934-35)**

**INFORMAÇÕES PARA O CONCURSO DE MATRÍCULA NA ESCOLA DE ESTADO-MAIOR**

.....Região Militar

**I parte**

Folha de informações relativa ao (posto e nome).....

Candidato à matrícula na Escola de Estado-Maior.

Corpo e arma.....

Situação do oficial (arregimentado, etc.).....

Idade.....

Tempo do de serviço arregimentado (em cada pôsto).....

Total.....

Instrutor na Escola de.....

Curso de Aperfeiçoamento, em data de.....com grau.....

Tem nota que o desabone?.....

Qual?.....

Tem robustez física?..... sim..... conforme ata  
não..... de inspeção de saúde anexa.

Decisão do Chefe do Estado-Maior do  
Exército.....

**II parte**

**1º Informação do chefe do corpo (ou estabelecimento) a que pertence o oficial.**

**A – Apreciação do oficial:**

- a) como instrutor;
- b) como comandante;
- c) quanto a seu caráter;
- d) quanto à sua inteligência;
- e) quanto à sua educação civil.

**B – Comissões desempenhadas pelo oficial no corpo ou fora dele;**

Duração;

Desempenho.

**C – Serviço em campanha:**

Duração;

Combates;

Outras ocorrências;

Citações.

D - Provas públicas a que se tenha submetido e seu desempenho.

E – Obras ou trabalhos quaisquer de que seja autor, colaborador ou tradutor, com as indicações necessárias à verificação.

F – Que línguas estrangeiras fala e escreve ou traduz?

G – Sabe conduzir auto móvel?

H – Tem prática de voar?

I – Que outro título alega em seu favor? (indicações para a verificação).

**2º Apreciação sumária do comandante concluindo por indicar explicitamente se em sua opinião o oficial tem ou não aptidão para o serviço de estado-maior.**

**3º Julgamento do comandante da Brigada (ou autoridade correspondente).**

**4º Julgamento do comandante da Região ou Circunscrição Militar (ou diretor ou chefe de Serviço).**

**5º Julgamento da comissão de sindicância.**

**Fonte:** BRASIL, 1934a

**Anexo 23 – Conteúdos completos provas eliminatórias do concurso de admissão da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1934-35)**

**A) Provas eliminatórias práticas**

1. A prova de equitação terá por fim verificar a capacidade do oficial como cavaleiro.

Compreenderá a conduta do cavalo, nas três andaduras (passo, trote e galope), em terreno variado; passagem de pequenos obstáculos naturais e realização de pequenos salto em altura e largura.

2. A prova de educação física terá por fim verificar o estado de treinamento de cada candidato, de acordo com a idade.

3. A prova de material e emprego técnico terá em vista verificar o conhecimento dos candidatos, sobre as armas de fogo portáteis e as automáticas; sobre as munições e efeitos do projétil; sobre o material de artilharia leve (para os artilheiros) ; sobre as noções elementares de balística, indispensáveis ao tiro; o estado de treinamento individual no tiro de pistola ou revólver, fuzil ou mosquetão (para todos os oficiais); no tiro do fuzil metralhadora (para oficiais de infantaria e cavalaria); no tiro de metralhadora (para oficiais de infantaria, cavalaria e aviação); conhecimento dos materiais de ponte e de transmissão (para os oficiais do engenharia); conhecimento do material aéreo (para os oficiais, de aviação).

4. A prova de topografia terá em vista verificar se os oficiais cabem si, utilizar das cartas, se sabem completá-las; se conhecem as operações elementares de levantamento, utilizado pranchetas, bússolas, borômetro, eclímetro, goniômetro; se são capazes de localizar no terreno pontos e direções escolhidos previamente na carta e vice-versa; se sabem fazer esboços panorâmicos e planimétricos no âmbito de uma ideia tática; se tem noções sobre o modelado do terreno.

**B) Provas eliminatórias escritas**

5. A prova de conhecimento dos regulamentos abrangerá o R. I. S. G. R. I. Q. T., R. S. C., R. O. T., R. Trans., R. S. M. e R. E. F. em tudo que interessar até o escalão regimento.

6. A prova de legislação militar abrangerá a organização geral do Exército em tempo de paz, as leis de promoções, inatividade, o Código de Justiça e Código Penal.

7. A prova de emprego e tática das armas no combate comportará a solução de um tema de combate, no quadro das pequenas unidades, como sejam esquadrão ou regimento de cavalaria, companhia ou batalhão de infantaria, bateria ou grupo de artilharia de 75, secção ou companhia de sapadores; mineiros, esquadrilha ou grupo de aviação.

8. A prova de geografia e história do Brasil visará apurar os conhecimentos que os candidatos tem:

a) sobre a geogênica do Brasil e da América do Sul,

b) sobre os aspectos geográficos do Brasil atual; físico econômico (notadamente comunicações e produções) etnográfico e político-militar;

c) sobre a evolução histórica do Brasil: característica do período colonial e principais fatos históricos desse período; preliminares do movimento da independência, período de D. João VI, tendência da política portuguesa em relação ao Brasil; independência do Brasil; organização do Império guerras do Prata causas e desfecho, reinado de D. Pedro II evolução da política abolicionista, guerra do Paraguai; propaganda republicana e proclamação da República; reações contra as ideias republicanas, organização da República.

**Fonte:** (BRASIL, 1934a)

**Anexo 24 – Conteúdos completos provas classificatórias do concurso de admissão da Escola de Estado-Maior (Regulamento de 1934-35)**

C) Provas escritas de classificação

9. A prova de topografia terá por fim evidenciar a capacidade de análise do terreno, no ponto de vista de sua utilização militar pelo candidato. Ela será feita dando-se ao oficial uma situação tática relativa ao regimento de infantaria, regimento de cavalaria ou grupo de artilharia, no âmbito da qual ele deverá mostrar como vê as propriedades do terreno em vista de uma ação ofensiva ou defensiva e a utilização que dê e se poderá fazer num caso ou noutro;

10. A prova de aplicação tática visa pôr em relevo sobretudo a capacidade de interpretação de uma situação tática e conhecimento das propriedades das armas no combate, espírito de decisão; a clareza, justeza e concisão na redação das decisões, ordens, partes, etc.

Nesta prova tratar-se-á de um problema tático no quadro da Divisão do Infantaria enquadrada ao isolada, compreendendo decisões, ordens, partes, etc., dos comandos subordinados, relativo ao emprego das armas consideradas em ligação ou isoladamente. Compreenderá de duas a quatro partes, a serem desenvolvidas pelos candidatos, Deve ser organizada sob a forma de uma situação que evolui de modo que cada parte compreenda fase diferente do combate. Cada parte deve ser resolvida pelos concorrentes separadamente servindo de base, em principio, a solução pelo mesmo dada a que antecede. Poderá ser pedida a Justificação de certas, decisões ou ordens.

11. A prova de história militar visará apurar não tanto a erudição do concorrente, mas, notadamente, sua capacidade de assimilação, de discernimento, método de análise e de síntese.

Consistirá na exposição, pelo candidato, de duas questões propostas no quadro do programa organizada pelo Estado- Maior do Exército. Uma das questões será obrigatoriamente de história militar do Brasil.

Poderá revestir a forma de uma ligeira memória sobre determinado assunto de história militar, sendo fornecido.” os documentos necessários.

12. As provas de cultura geral compreenderão as seguinte assuntos:

a) geografia, que versará sobre várias questões que revelem conhecimentos gerais relativos aos seus diversos ramos. Das questões, uma será relativa á América, outra ao Brasil. Neste assunto levar-se-á em conta principalmente o método, a clareza e concisão na exposição das soluções de preferência á justeza dos conhecimentos;

b) história da civilização, usando, num quadro mais geral que o da história militar, apurar as mesmas qualidades que na prova daquela matéria;

c) línguas estrangeiras, que versarão sobre francês e espanhol obrigatoriamente; italiano, inglês ou alemão, facultativamente. O trabalho consistirá na versão, para estas línguas, de trechos de prosa portuguesa moderna sobre assuntos militares, científicos, históricos ou geográficos;

d) conhecimentos científicos, que versarão sobre questões organizadas para pôr em relevo a capacidade de, julgamento e as qualidades do estilo do concorrente, o espirito de síntese, método e clareza. O trabalho a efetuar consistirá, de um lado, na exposição dos elementos que caracterizam o problema proposto ou que lhe servem de base; de outro, no julgamento ou opinião pessoal do candidato sobre o assunto. A matéria para esta prova abrangerá: economia política, direito constitucional brasileiro, direito internacional, atualidades científicas que interessem a cultura militar moderna.

D) Provas orais de classificação

13. As provas de tática das armas comportarão, no quadro das pequenas unidades, uma situação tática para cada uma das arma: infantaria, artilharia, cavalaria, aviação e defesa anti-aérea engenharia e transmissões. Esta cinco provas terão em vista verificar o grau de justeza e a precisão dos conhecimentos que o candidato possui sobre a organização e as propriedades das armas. No que se

refere á aviação, a prova se restringe ás missões de informação no quadro da Divisão de, Infantaria.

14. As provas de línguas constarão de leitura e conversação sobre trechos escritos em francês e espanhol, obrigatoriamente; em italiano, inglês ou alemão. facultativamente.

**Fonte:** (BRASIL, 1934a)